INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

TERRITÓRIO E IDENTIDADE: ASPECTOS MORFOLÓGICOS DA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E A IDENTIDADE CULTURAL SALOIA NO CONCELHO DE CASCAIS

Maria Amélia Cabrita Anastácio

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Arquitectura

Orientadora:

Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes

Professora Auxiliar, ISCTE

Abril de 2008

Território e Identidade: Aspectos morfológicos da construção do território e a Identidade Cultural Saloia no concelho de Cascais

RESUMO

A identidade cultural da região saloia, de que o interior do concelho de Cascais fazia parte, pelo menos até 1950, estava fortemente vinculada a um território, marcado pela continuidade de ocupação desde a pré-história, com padrões recorrentes de povoamento e de utilização do solo, acentuando as características mediterrâneas e configurando um *modo de vida*.

Definia-se ainda pela inter-relação com Lisboa, a qual os saloios abasteciam directamente.

As manifestações culturais desta identidade, através da História, tiveram um papel importante na construção do território, consubstanciando influências romanas e muçulmanas na arquitectura e morfologia dos pequenos núcleos do interior.

Na sequência das novas facilidades de transporte, este território transforma-se em extensão suburbana de Lisboa e o seu desenvolvimento processa-se sem ter em conta os valores culturais da paisagem existente.

A presente pesquisa tem como objecto de estudo uma zona do interior do concelho de Cascais, na Área Metropolitana de Lisboa. Pretende-se contribuir para o conhecimento daqueles assentamentos urbanos propondo um enquadramento metodológico que permite a descodificação e leitura dos respectivos princípios morfológicos, como resultado da expressão de uma cultura com que sucessivas gerações contribuíram para a construção do território.

Através da metodologia proposta, o reconhecimento e a identificação de elementos decorrentes da lógica implícita nas marcas inscritas no território, sejam elas resultantes do racional aproveitamento de recursos ou expressas na força e adequação das tipologias arquitecónicas e da organização dos espaços urbanos, podiam integrar a prática do projecto e do planeamento, principalmente à escala do município.

Palavras-chave: território; cultura; identidade; saloio; paisagem; continuidade

Territory and Identity: the morphological aspects of the construction of the territory and Cultural Identity— Saloia— in the county of Cascais

ABSTRACT

The cultural identity of the region saloia, of which the interior of the county of Cascais was part at least until 1950, was strongly interrelated to a territory marked by successive human occupations, at least since the pre-history. The pursuit of the same patterns of settlement and exploitation of the soil, as well as the Mediterranean features and the proximity of this territory to Lisbon, traced the way of life of such human occupations.

The manifestations of this cultural identity played an important role in the construction of the territory, throughout history, including the acclimatization of the Roman and Muslim influences both in the architecture and the urban morphology of the small urban nucleus.

Subsequent to the new transport systems, this territory turns a suburban extension of Lisbon and its development processes, nevertheless, without consideration towards the cultural values of the existing landscape.

The present research was developed in a municipality of the Metropolitan Area of Lisbon— Cascais— and contributes to the study of those urban settlements by proposing a methodology framework that allows disclosing and reading of their urban morphological principles, as a result of the expression of the culture of the successive generations that contributed to such territory.

Finally, it is argued that through the proposed methodology, recognition and the cataloguing of the different elements of such implicit order manifested in the territory, whether resulting from the rational use of resources or expressed as an appropriation of the architectural types and urban space organizations could benefit the practice of project and planning, especially at the county level.

Key Words: territory; culture; identity; saloio; way of life; landscape; continuity

AGRADECIMENTOS

Levar a presente pesquisa a bom termo não teria sido possível sem o apoio e colaboração de numerosas pessoas e algumas entidades.

Assim, agradece-se às seguintes entidades pelo apoio no fornecimento de elementos, orientação e informação:

- Câmara Municipal de Cascais, na pessoa do Sr Presidente, António d'Orey Capucho;
- Associação Cultural de Cascais, nas pessoas do Dr. José d'Encarnação, Dr. Guilherme Cardoso e Dr. Jorge Miranda;
- Instituto Geográfico Português, a disponibilização de cartografia antiga, solicitada ao abrigo do Programa FIGIEE, Licença de Utilização Nº 405/07.

Um agradecimento muito especial é devido a todos os que colaboraram:

- Na produção de conteúdos gráficos e logística (Gabinete de Projectos Geo.Star);
- Na transcrição das gravações de entrevistas;
- Na produção da bibliografia.

Agradece-se a todas as pessoas que se predispuseram a conversar ou a ser entrevistadas; que acompanharam algumas deslocações; emprestaram publicações, fotografias e documentos; facultaram o acesso ao interior das casas para observação e registo fotográfico.

Uma especial referência, à longa distância do Curso de Arquitectura nas Belas Artes, é aqui deixada ao Prof. Dr. Joaquim Braizinha, pelos profícuos princípios teóricos e metodológicos.

Um último e pessoal agradecimento é devido à Drª Teresa Marat-Mendes, orientadora deste trabalho, pelo incentivo, inteligência e acerto na mesma orientação.

SIGLAS UTILIZADAS:

C.M.C.- Câmara Municipal de Cascais
C.M.O.- Câmara Municipal de Oeiras
ADL- Assembleia Distrital de Lisboa
INCM- Imprensa Nacional-Casa da Moeda
FLAD- Fundação Luso-Americana
ICLP- Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

INDICE Pag

I- TEMA E PROBLEMÁTICA
I.1- Introdução 5
1.1- Tema e Motivações 5
1.2- Objectivos, formulação do problema- hipóteses 7
- Objectivos e objecto 7
- As questões de partida 8
- Formulação do problema 8
- Hipóteses 8
1.3- Contexto e oportunidade 9
- O planeamento e a relação cidade-campo 9
- O Plano Verde de Lisboa como inspiração 11
1.4- O contributo da pesquisa 13
I.2- Pressupostos teóricos e conceitos temáticos 14
2.1- Filosofia : Pensamento e ciência 14
- Filosofia e Arquitectura 15
2.2- Conceitos: das teorias às definições 16
- Aspectos de um estruturalismo temático 17
2.3- Território, *locus* e Memória 21
- *Genius loci* como experência existencial 23
- O conceito de *locus* em Norberg-Schulz 24
- Aldo Rossi, o "*locus*" 25
- Memória Colectiva e Tradição 26
2.4- Morfologia e dimensão urbana 28
- Morfologia urbana- metodologias por aproximação 29
2.5- Conceito de *tipologia* na escola italiana 36
- Tipologia da Edificação- conceitos e metodologia 38
2.6- Estrutura da dissertação e metodologias 41
- **Estruturação geral e metodologias** 42
- Tratamento das imagens 45
- Fontes 45
- Notas a II.1 47
- Referências Bibliográficas 55

II- IDENTIDADE SALOIA E TERRITÓRIO
II.1- Saloios e Região Saloia 61
-Introdução 61
II.1.1- *Saloio*: etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores 62

a)- Rafael Bluteau 63
b)- Fr. João de Sousa 63
c)- David Lopes 63
d)- Gustavo de Matos Sequeira 64
e)- José Leite de Vasconcellos 64
- Conclusões 72
- Notas a II.1.1 77
- Referências Bibliográficas 81
II.1.2- Delimitações geográficas: etnia e território 83
- A terra saloia: opiniões e argumentos 83
- Conclusões 94
- Notas a II.1.2 107
- Referências Bibliográficas 111
II.1.3- Identidade cultural saloia- síntese de traços essenciais 113
1.3.1- Cultura e identidade cultural 113
1.3.2- Os Saloios: vida espiritual 114
1.3.2.1- A linguagem 114
1.3.2.2- A literatura 116
1.3.2.3- Religião e superstições 119
1.3.2.4- Diversões 135
1.3.3- Vida material e vida activa 144
1.3.3.1- A família, o quotidiano 147
1.3.3.2- O trabalho-aspectos económicos 152
- A produção agrícola 157
- As hortas e as noras 158
- A vinha e o vinho 158
- A criação de animais 162
- As lavadeiras 162
- As actividades transformadoras: a moagem 166
- A construção civil e actividades co-relativas 171
- O advento da industrialização: as transformações emergentes 173
- Planeamento: causa ou (in) consequência? 177
1.3.4- Habitação – Arquitectura: o ponto de vista etnográfico 178
- Pequeno aglomerado: uma descrição modelar 181
- Arquitectura do trabalho 181
- Materiais e modos de construção 182
- O interior das casas: o quarto, a casa de fora e a cozinha 185
- Conclusões 189
II.1.4- Conclusões 192
- Notas a II.1.3 195
- Referências Bibliográficas 213

II.2- Território e Povoamento 221
- Introdução 221
II.2.1- O Território: Elementos de Geografia Física 224
2.1.1- Condicionantes naturais 227
- Clima 227
- Relevo 227
- Aspectos Geológicos 228
- Rede hidrográfica 231
- Solos, tipos de utilização do solo e aspectos ecológicos 232
- Notas a II.2 239
- Referências Bibliográficas 239
- Notas a II.2.1 239
- Referências Bibliográficas 241
II.2.2- O povoamento do interior do concelho de Cascais - modelos e evolução da ocupação do território 243
2.2.1- Da pré-história à ocupação romana 243
- Paleolítico 244
- Epipaleolítico/ Mesolítico 249
- Neolítico 249
- Calcolítico 251
- Idade do Bronze 252
- Idade do Ferro 255
- Época Romana 256
- O Cadastro romano e a estrutura viária local 267
2.2.2- Período Suevo e Visigótico 277
2.2.3- O Período Muçulmano 278
- Esboço de sequência histórica 278
- Factores de civilização e desenvolvimento 280
- As cidades e o campo 283
- As aldeias, a propriedade e o regime feudal 285
- Uma paisagem que se fixa no tempo? 287
2.2.4- A Reconquista- Organização territorial e continuidade medieval 289
2.2.5- Cascais na Idade Média - O povoamento 293
2.2.6- Cascais entre o século XVI e o século XVIII: uma existência atribulada 299
- O terramoto de 1755 – a devastação da vila 303
2.2.7- O século XIX – as crises e a nova era 304
- A demografia e o intercalar das crises 307
- A configuração de um novo paradigma 308
- As novas vias de comunicação- a evolução dos meios de transporte 312
- O caminho-de-ferro, uma agressão controlada à paisagem? 316
- Cascais Vila da Corte- as praias da Linha- uma paisagem que se altera- o século XX ... 325

2.2.8- O interior- uma realidade esquecida, mas culturalmente autónoma 331
- Hipótese de permanência de uma estrutura sócio-territorial até aos anos de 1950 331
2.2.9- Da economia de subsistência ao anúncio da dependência suburbana 337
- A evolução das actividades agrícolas num contexto em transformação 341
- Da tradicional pastorícia às *vacas urbanas* 344
- Indústrias tradicionais e indústrias novas 347
- Lisboa, Cascais e os novos subúrbios 348
II.2.3- Conclusões 366
- Notas a II.2.2 372
- Referências Bibliográficas 387
II.3- Pequenos núcleos históricos do interior: morfologia e arquitectura 393
-Introdução 393
II.3.1 -Algumas definições e uma metodologia 396
3.1.1- Popular, erudito e vernáculo 396
3.1.2- Leitura histórico-tipológica das estruturas da *Edificação* 398
- O conceito de *matriz elementar* 399
- A busca da ordem 400
II.3.2- Povoamento e arquitectura: contributos para uma interpretação 401
3.2.1- Aproximação a um modelo teórico de povoamento 402
3.2.2- A morfologia urbana- influências muçulmanas e *tecido urbano* 404
3.2.3- Arquitectura vernacular da Região Saloia- Tipologia da edificação 409
- A arquitectura popular ainda existe? 409
- A descrição das casas como unidades funcionais e representativas- uma expressão cultural 411
- O pátio, os anexos agrícolas, muros e portais 412
- Uma casa portuguesa, uma casa saloia 415
- Algumas singularidades 419
- Definição de *tipos* de habitação 420
- Os materiais e os processos de construção 429
3.2.4- Modelo teórico e aplicação do Processo Tipológico 430
- Edifícios como determinação de tipos de edificação 435
- Lei das duplicações sucessivas 436
II.3.3- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- evolução morfológica . 438
- Análise do suporte físico- morfologia do terreno 438
- Aglomerados rurais e sua envolvente- aproximação à evolução morfológica 444
- Zambujal- Aspectos da análise comparativa 449
- Uso do solo / Actividades 449
- Acessos / ligações 450
- Formas da expansão urbana 451
- Mosaico cadastral- a persistência da matriz geométrica 452
- Tires- Aspectos da análise comparativa 459

- Uso do solo / Actividades 459
- Acessos / ligações 460
- Formas da expansão urbana 462
- Mosaico cadastral- a persistência da matriz geométrica 463
- Conclusões 463
II.3.4- Ensaio de análise cartográfica - aglomerados rurais - Zambujal e Tires - Morfologia e Arquitectura 473
3.4.1- Categorias de espaços e tipologias: análise e conclusões 474
- Relação dialéctica entre espaços públicos, semi-públicos e privados 474
- Tipologia da Edificação 485
II.3.5- Conclusões 485
- Notas a II.3 497
- Referências Bibliográficas 505

III- CONCLUSÕES
-Introdução 511
1- Caminhos possiveis e determinismos históricos 511
2- Conclusões e propostas 513
2.1- Traços de uma identidade cultural em extinção 513
2.2- A História: um percurso de continuidades e descontinuidades 514
2.3- Morfologia e modo de vida 517
- Os aglomerados e o seu contexto 517
- Elementos da tipologia edificada 518
2.4- Conclusões e prática 519

BIBLIOGRAFIA 523

ANEXOS
- Anexo A – Alguns Círios da Estremadura mais importantes 569
- Anexo B – Feiras da região saloia 571
- Anexo C – Entrevistas 575

INDÍCE DE FIGURAS

II.1.1- *Saloio*: etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores

II.1.1.a- Saloios: território e raízes 65
II.1.1.b- Os saloios em Lisboa 73

II.1.2- Delimitações geográficas: etnia e território

II.1.2.a- Santuários de Peregrinação e Giro Saloio 85
II.1.2.b- Os Círios: entre o sagrado e o profano, testemunho de raízes pagãs 89
II.1.2.c- O território saloio segundo Alberto Pimentel 97
II.1.2.d- A terra dos saloios de José Leite de Vasconcellos 99
II.1.2.e- O Território Saloio de Gustavo de Matos Sequeira 101
II.1.2.f- A Cartografia recente 103
II.1.2.g- Os limites da Terra Saloia 105

II.1.3.2- Os Saloios: vida espiritual

II.1.3.2.a- Religiosidades populares 117
II.1.3.2.b- Manifestações religiosas, assinalando uma continuidade de tradições 121
II.1.3.2.c- Círios, Peregrinações e culto da Virgem 125
II.1.3.2.d-Vínculo da religião às forma de vida 127
II.1.3.2.e- O pão como oferta sagrada 131
II.1.3.2.f- O culto do Divino Espírito Santo 133
II.1.3.2.g- Um território: uma incidência de modelos 137
II.1.3.2.h- As feiras: de saloias a vulgares 141
II.1.3.2.i - A dinâmica dos Santos Populares 145

II.1.3.3- Vida material e vida activa

II.1.3.3.a- Cenas da vida quotidiana dos saloios 149
II.1.3.3.b- A debulha do trigo: da tracção animal à mecanização 153
II.1.3.3.c- Agricultura: os resquícios do passado 155
II.1.3.3.d- Noras e aquedutos 159
II.1.3.3.e- O vinho de Carcavelos, da abundância à extinção 163
II.1.3.3.f- Paisagens de Moinhos e Azenhas 167
II.1.3.3.g- Moinhos de ventos passados 169
II.1.3.3.h- A indústria local 175

II.1.3.4- Habitação – Arquitectura: o ponto de vista etnográfico

II.1.3.4.a- Habitação: etnografia e passado 179
II.1.3.4.b- Uma casa saloia, uma casa de museu 183
II.1.3.4.c- Interiores saloios. Zambujal, casa torreada 187

II.2.1- O Território: Elementos de Geografia Física
II.2.1.a- O relevo na área metropolitana de Lisboa e na área submersa adjacente 225
II.2.1.b- Mapa Geológico 229
II.2.1.c- Relevo 233
II.2.1.d- Paisagem e flora 237

II.2.2.1- Da pré-história à ocupação romana
II.2.2.1.a- Carta Arqueológica do Concelho de Cascais 245
II.2.2.1.b- Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras 247
II.2.2.1.c- O Ocidente peninsular antes dos romanos 253
II.2.2.1.d- O Ocidente peninsular durante e depois da Época romana 257
II.2.2.1.e- As vias romanas principais 261
II.2.2.1.f- A Villa Romana de Freiria 265
II.2.2.1.g- Portugal na Época romana: as estradas e as actividades litorais 269
II.2.2.1.h- Traçado proposto de vias romanas no Ager Olisiponensis 271
II.2.2.1.i- Sobreposição de vias e cadastro romano 273
II.2.2.1.j- Cadastro Romano e Estrutura Viária Local 275

II.2.2.3- O Período Muçulmano
II.2.2.3.a- Os reinos de taifa no século XI 281

II.2.2.4- A Reconquista- Organização territorial e continuidade medieval
II.2.2.4.a- A "Reconquista" cristã em suas principais fases 291
II.2.2.4.b- Antigos mosteiros e mourarias 295

II.2.2.6- Cascais entre o século XVI e o século XVIII: uma existência atribulada
II.2.2.6.a- A Igreja de S.Domingos de Rana num contexto territorial 297
II.2.2.6.b- O povoamento a ocidente de Lisboa 301
II.2.2.6.c- Lisboa, o terramoto e a imagem dos arredores como refúgio 305

II.2.2.7- O século XIX – as crises e a nova era
II.2.2.7.a- Quadros demográficos 309
II.2.2.7.b- Paisagens antigas, novos usos 313
II.2.2.7.c- Evolução da Estrutura Viária Local (Folha 1) 317
II.2.2.7.c- Evolução da Estrutura Viária Local (Folha 2) 319
II.2.2.7.d- Sol e acessibilidades 323

II.2.2.7.e- O Estoril de hoje- utopia do passado 327
II.2.2.7.f- Um espaço de liberdade e imaginação 329

II.2.2.8- O interior- uma realidade esquecida, mas culturalmente autónoma
II.2.2.8.a- Sequência Cartográfica de 1843/55 a 1992 (Folha 1) 333
II.2.2.8.a- Sequência Cartográfica de 1843/55 a 1992 (Folha 2) 335

II.2.2.9- Da economia de subsistência ao anúncio da dependência suburbana
II.2.2.9.a- Cascais e S. Domingos de Rana: indicadores quanto à evolução das actividades profissionais 339
II.2.2.9.b- Elementos de avaliação da produção agrícola 345
II.2.2.9.c- Evolução da população nos concelhos a Oeste de Lisboa 349
II.2.2.9.d- Evolução da naturalidade das populações dos concelhos de Cascais e Oeiras 353
II.2.2.9.e- A Ocupação clandestina do território 363

II.3.2.2- A morfologia urbana- influências muçulmanas e *tecido urbano*
II.3.2.2.a- Muros, Portais e Portas: os espaços de transição do público ao privado 413
II.3.2.2.b- Os Pormenores: Telhados 417
II.3.2.2.c- A obsessão do forno 421
II.3.2.2.d- A casa torreada 425
II.3.2.2.e- A casa torreada com escada exterior. Casa de dois pisos corridos 427
II.3.2.2.f- Raízes muçulmanas 431
II.3.2.2.g- Torres e Casas com torres 433
II.3.2.2.h - Ensaio de Análise do processo tipológico (Folha 1) 439
II.3.2.2.h - Ensaio de Análise do processo tipológico (Folha 2) 441

II.3.3- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- evolução morfológica
II.3.3.a- Estrutura Ecológica Metropolitana 445
II.3.3.b- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais - Morfologia do terreno 447
II.3.3.c- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Zambujal (Folha1) 453
II.3.3.c- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Zambujal (Folha2) 455
II.3.3.c- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Zambujal (Folha3) 457
II.3.3.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Tires (Folha1) 465

II.3.3.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Tires (Folha2) 467
II.3.3.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Tires (Folha3) 469
II.3.3.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais – Evolução Morfológica - Tires (Folha4) 471
II.3.3.e- Tires e Zambujal - As paisagens perdidas 475

II.3.4- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- morfologia e arquitectura

II.3.4.a- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais - Morfologia e Arquitectura – Zambujal 477
II.3.4.b- Tires: do quotidiano à devoção 479
II.3.4.c- Tires e a vida comunitária: cenas das festas da colectividade 481
II.3.4.d- Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais - Morfologia e Arquitectura – Tires 483
II.3.4.e- Quadro síntese de metodologia operativa proposta..... 491

J'ai vu parfois, au fond d'un théatre banal
Q'enflammait l' orchestre sonore, une fée allumer dans un ciel infernal
Une miraculeuse aurore;
J'ai vu parfois, au fond d'un théatre banal

Un être qui n' était que lumière, or et gaze,
Terrasser l' énorme Satan;
Mais mon coeur, que jamais ne visite l' extase,
Est un théatre où l' on attend
Toujours, toujours en vain, l' Être aux ailes de gaze!

BAUDELAIRE, Charles- Les Fleurs du Mal. Paris: Aux Quaies de Paris, 1957, p. 66. Do poema L'Irreparable

Território e Identidade: Aspectos morfológicos da construção do território e a Identidade Cultural Saloia no concelho de Cascais

PARTE I- **Tema e Problemática**

I- Tema e problemática

"*Não estamos evidentemente no fim da história. Pelo contrário, vivemos a irrupção tumultuosa de uma história em que perdemos a promessa do Progresso garantido e a fé no Futuro radioso. É nesta perda do futuro que eclodem as forças do passado (religiosas, étnicas, nacionais) e que se acentua um tipo de vida, de ideias e de pensamento ao sabor do dia a dia, enquanto se acelera vertiginosamente um devir tecno-electrónico*" (1).

I. 1- Introdução

I. 1. 1- Tema e Motivações

A relação que se pode estabelecer entre *Território* e *Identidade* é do âmbito de muitas disciplinas, da antropologia e etnologia à história e à sociologia e pode ser objecto de estudos e reflexões que convoquem praticamente todas as áreas do saber.

Não é pretensão deste pequeno estudo abarcar qualquer dimensão significativa desta relação, mas simplesmente particularizá-la numa situação concreta e numa pesquisa que se insere no âmbito da arquitectura.

A identidade que se investiga é a *saloia*, de carácter rural e que se relaciona com a cidade de Lisboa, ocorrendo em território na sua dependência histórica; o território é o interior do concelho de Cascais; a pretensão é perceber, no que respeita a origens e carácter, quais as manifestações culturais que influenciaram a construção do território e aproximar a sua morfologia, descodificando sinais e procurando constantes.

Quando se procuram as origens só pode lidar-se com um *tempo longo*: por isso, para alguns capítulos a pesquisa remonta à Pré-história; quando se parte das constatações do presente, também as respectivas realidades têm de se explicitar: a análise cartográfica abrange um período que vai até 2007. No decorrer do trabalho surgiu como redutor não incluir elementos que podem fazer a ponte para estudos subsequentes, o que resultou numa assimetria entre os subtemas no que à cronologia se refere. Nomeadamente, enquanto no capítulo II.2, as referências cronológicas não ultrapassam a década de 1970 (ainda assim de forma um pouco difusa), a análise morfológica dos pequenos aglomerados inclui a situação actual. Prende-se assim com as *motivações*, aqui expressas, *fechando* circularmente a estrutura temática.

Constitui motivação directa para este trabalho de pesquisa, a dificuldade de leitura ou descodificação de uma realidade que afecta a Área Metropolitana de Lisboa, de crescimento caracterizado pelo *continuum* urbanizado compulsivo, apoiado e induzido por uma rede implacável e progressiva de vias de comunicação motorizadas.
Nos concelhos de Cascais e Oeiras, o *horror ao vazio* é de difícil entendimento, uma vez que o volume de construção já não corresponde às necessidades habitacionais e se faz, sobretudo no último, para uma expansão terciária e tecnológica, em solos considerados de aptidão agrícola excepcional (2).

São ainda ignoradas as recomendações quanto à necessidade de planeamento dos espaços naturais, não artificializados, não urbanizados nem urbanizáveis, capazes, pela sua dimensão, continuidade e localização, de manter o equilíbrio ecológico do ambiente, providenciando ainda a recuperação ou manutenção de estruturas sócio culturais identitárias.
A simples constatação destas realidades não constituiria motivação suficiente, se não fosse a questão que dela emerge: o que está a acontecer é inelutável e não existia uma forma melhor de definir e controlar o crescimento urbano e suburbano?

Outra motivação importante, foi o conjunto de trabalhos realizados no Curso de Mestrado em Arquitectura- Cultura Arquitectónica Contemporânea, no ano lectivo de 2004-2005, nomeadamente nas disciplinas de Tradição e Contemporaneidade na Arquitectura, Arquitectura da Paisagem e sobretudo o estudo desenvolvido para a disciplina de Teoria do Desenho Urbano Contemporâneo.
Este estudo, intitulado *O Fenómeno do crescimento suburbano no século XX: raízes e motivações*, abordava a história da cidade do ponto de vista dos seus subúrbios, com os factores sociais, económicos e culturais inerentes. Foi suscitado então o interesse por desenvolver e particularizar o tema, consubstanciando um estudo de caso, centrado no fenómeno específico da expansão da construção clandestina no concelho de Cascais. No entanto, do ponto de vista cultural e da ocupação do território, punha-se a questão prévia quanto às características do povoamento e ao carácter das populações autóctones, testemunhados localmente por pré-existências importantes e por uma maneira de ser ainda subsistente nas comunidades locais.
A pesquisa resulta, num primeiro momento, desta questão prévia; e uma vez colocada a hipótese da insersão da área que se pretendia estudar no território mais alargado da designada

região saloia, tomou-se a caracterização étnica-cultural como ponto de partida e elemento fulcral da abordagem do tema.

Constatou-se também que os aspectos culturais, presentes em discursos de muitas índoles, raramente são especificados. Inserida numa forma pouco esclarecida de tratar as questões do património, passando pela abrangência e classificação do mesmo (3), esta falha indicia, no mínimo, a falta da adequada divulgação destes temas e da sua conexão com a cultura local.

E porque ainda é possível o *reencontro do tempo* na memória dos espaços, das coisas, das pessoas, dos acontecimentos, é que se percorre o território, na decifração dos traços que a história gravou— parte incindível de uma identidade cultural— definindo uma geografia humana, onde é possível destacar elementos invariantes, aproximando regras territoriais.

I. 1. 2- Objectivos, formulação do problema- hipóteses

- Objectivos e objecto

Constituem objectivos da pesquisa:
- Conhecer e contextualizar uma identidade, dita saloia, do ponto de vista da cultura/ modos de vida.
- Investigar, na evolução histórica, os elementos seminais da mesma identidade, através da fixação de constantes, integrando a percepção de continuidades e descontinuidades.
- Identificar factores e tipologias de povoamento, morfologias e arquitectura vinculados a um território, como expressão de cultura.
- Aproximar uma metodologia de análise territorial de pormenor da morfologia dos pequenos aglomerados do interior e sua envolvente, na perspectiva do estabelecimento de algumas regras de construção do território.

O objecto da pesquisa é o conjunto de fenómenos que se apresentam como significativos na ocupação de um território, cartograficamente delimitado— na área de influência de S. Domingos de Rana—, mas tomado sempre como parte integrante de um território maior, o qual é convocado na abordagem de alguns sub-temas.

- As questões de partida

- Como caracterizar uma realidade—a da identidade saloia, cultural e territorial—que se vai tornando *invisível*? Quais as origens e o processo de formação dessa identidade?
- Que marcas imprimiu no território? Que vestígios, pré-existências e *rastos* culturais, físicos e materiais nos restam?
- O interior do concelho de Cascais pode considerar-se de herança saloia? Como prová-lo?
- Que lógica, que estrutura de continuidade, que *regras* é possível identificar no terreno como elementos de efectiva construção do território? Quais os factores em presença?
- Quais os mecanismos gerais que levam à desarticulação em curso desta construção? Têm a ver com os fenómenos do suburbanismo?

-Formulação do problema

- Caracterizar um fenómeno— a especificidade da cultura saloia— e verificar a sua aplicabilidade num espaço— território— e tempo determinados.
- Identificar nesse território as manifestações concretas no âmbito da arquitectura e urbanismo e a sua evolução histórica.
- Investigar possíveis padrões e regras na modelação do território, sua aplicabilidade e extensão.

- Hipóteses

As hipóteses que conduzem a pesquisa são as seguintes:
- Uma vez dada a possibilidade de caracterizar uma identidade cultural, dita *saloia*, muito relacionada com a cidade de Lisboa (conclusão a que se chegou em investigações exploratórias), não é de comprovação imediata que a zona objecto de estudo possa ser considerada como parte do território de influência *saloia*, já que faltam referências expressas e actualizadas quanto a essa caracterização.
- A estruturação da paisagem humanizada e da arquitectura dos pequenos aglomerados do interior do concelho de Cascais revelam uma especificidade que se relaciona com uma continuidade do povoamento desde a Pré-história, tendo fixado mormente o carácter que a civilização muçulmana imprimiu, sobretudo no sul do país.

- Admite-se a possibilidade de *descodificar* e tipificar os padrões de povoamento e uso do território, para que possam integrar uma metodologia operativa de planeamento, acrescentando a variável *identidade cultural*.

I. 1. 3- Contexto e oportunidade

- O planeamento e a relação cidade-campo

"*Na década de 90, pressionadas pela ameaça da não obtenção de fundos comunitários, as Câmaras Municipais apressaram-se a aprovar Planos Directores Municipais (na maioria dos casos, sem o menor envolvimento das populações interessadas), frequentemente elaborados sobre cartografia e estudos deficientes e convencidas de que as regras neles estabelecidas seriam facilmente ultrapassáveis*" (4). Se, por um lado, afinal o diploma em causa implicava uma responsabilidade relativamente ao seu cumprimento que a imaturidade cívica das edilidades depois não pôde ignorar, o certo é que as alterações aos Planos não deixaram de acontecer, sendo que a sua implementação não foi normalmente objecto de esclarecimento público (5).

Herdeiro, assim, de uma conjuntura política particular, o Plano Director Municipal de Cascais (6) enferma dos problemas comuns aos diplomas da mesma geração em Portugal: "*na sua maior parte são apenas policiais, planos-zonamento com índices quantitativos. Poucas vezes explicitam objectivos (a não ser de forma genérica) e, ainda menos, estratégias e políticas sectoriais*"(7).

Jorge Carvalho põe também em destaque alguns aspectos que influenciaram o deficiente crescimento das cidades portuguesas:

-Excessiva dependência da administração municipal relativamente ao licenciamento de iniciativa privada e ausência ou insuficiência de uma política de solos por parte dos municípios;

- O papel do *mercado* imobiliário, que, pela sua imperfeição e falta de transparência, "*não origina a desejada racionalidade económica"* (8), para além de que "*o mercado não conduz ao ordenamento da cidade*" (9).

Uma constatação interessante é a de que o cidadão-consumidor português, cujas vistas parecem não ir para além do edifício onde vive, também não se mobiliza, escasseando "*organizações colectivas, defensoras da qualidade de vida urbana*"(10).

O autor defende um reforço do papel e da responsabilidade do Estado na defesa do interesse público e da "*qualidade de vida das populações*" (11) e preconiza que "*a cidade actual, fragmentada, dispersa e poliforme, necessita de um novo modelo de organização territorial que a assuma e ordene como um todo, com respeito por cada uma das suas partes. O pragmatismo, hoje tão apreciado, não é suficiente; há que retomar a utopia*" (12).

Utopia que não está concerteza presente nos resultados do actual planeamento e dificilmente estará nos futuros planos, a mãos com uma realidade que desafia a imaginação classificativa: a que *modelo* de cidade, ou de assentamento populacional corresponde a actual situação? No que concerne o interior do concelho de Cascais, a leitura feita em dois momentos, aponta, em primeiro lugar, para uma perspectiva de formação *urbano-campestre* (13), agregada aos núcleos antigos, até à década de 1990, devida sobretudo ao crescimento de baixa densidade garantida pelo avanço, tão estigmatizado, dos bairros clandestinos.

A partir de finais de 1990, novas acessibilidades e infraestruturas aceleram a expansão, que se faz de forma casuística; a dimensão e estrutura das urbanizações sucessivas depende da área e contornos das propriedades fundiárias e o critério quanto à definição das densidades e demais parâmetros urbanísticos, é um imponderável (14), implicando uma clara preponderância de habitação colectiva em edifícios de quatro e mais pisos.

Pode então falar-se em *cidade alargada*, modelo proposto por Jorge Carvalho: "*A falta de forma, a ausência de estrutura, a difícil identificação das partes*" (15), são problemas com que se deparam os projectistas do planeamento.

O Plano Director Municipal de Cascais, caracteriza-se, concretamente, por ser um instrumento de planeamento esquemático e desgarrado das realidades e necessidades do interior do concelho, ainda que tenha passado pela inventariação sumária do existente— fazendo com que a paisagem se pareça cada vez mais com uma preconizada *manta de retalhos*, sem uma aparente estruturação espacial. Se o simples *zonamento* já se poderia considerar insuficiente, a ausência de qualquer *ideia* de planeamento poderá indiciar uma deficiente análise e interpretação da morfologia do território e dos diferentes factores em presença. Falha esta que impossibilitou um desenvolvimento equilibrado, mas permite que o mesmo território seja impunemente hipotecado aos interesses políticos particulares e económicos privados. O Plano ignora também a especificidade patrimonial e a necessidade de definir estratégias de classificação e reabilitação, quer de elementos singulares (alguns monumentais, como a igreja de S. Domingos de Rana), quer dos núcleos históricos, aos quais, quando se encontram assinalados, corresponde uma secção do Regulamento do Plano Director que autoriza as operações de demolição (16).

- O Plano Verde de Lisboa como inspiração

Na introdução da publicação *Plano Verde de Lisboa*, parte integrante do Plano Director da cidade e elaborado sob a coordenação de Gonçalo Ribeiro Telles, diz-se que se pretendia, com a "*ampla informação sobre os sistemas humanizados e naturais, as propostas de defesa específica dos valores culturais e naturais, ainda existentes, o respeito pela vocação própria dos espaços vazios de edificação do território concelhio*" (17), fornecer uma base de decisão mais esclarecida, de forma a "*impedir a ruptura com o meio biofísico, a degradação da cultura e destruição do património*". De entre os objectivos, referem os autores a consideração da "*recriação de alguns troços da paisagem tradicional*" (18), no âmbito das condições que possibilitassem, da parte do habitante da cidade, o retomar do contacto com a *Natureza*.

Entende-se a componente cultural como conjunto de valores sedimentados pela tradição, que têm a ver com a matriz eminentemente rural da paisagem humanizada do aro citadino (19).

Os conceitos básicos do Plano são o "*continuum naturale*" (20); o "*contínuo cultural*", consubstanciado nas manifestações culturais— que nesta abordagem contemplam os "*elementos e conjuntos arquitectónicos, quer estes se traduzam por volumes edificados ou espaços abertos*" (21).

De entre os problemas da cidade, os autores referem o destino inapropriado que está a ser dado à zona rural da Área Metropolitana de Lisboa, a qual constituía o "*hinterland*" saloio de que a cidade dependia (22) e onde os espaços livres são ocupados por "*barracas, bairros clandestinos e parques de sucata*" (23). Do ponto de vista do planeamento da cidade é importante recuperar a ligação dessa estrutura histórica, de que fazem parte elementos de grande valor patrimonial, como conventos, quintas, casais, integrados numa paisagem característica e que também importa recuperar (24).

O crescimento casuístico da cidade, para além de pôr em causa aspectos sociais e económicos, criando desequilíbrios vivenciais, é agressivo quanto ao património construído, nomeadamente algumas quintas de recreio que ficaram englobadas no perímetro urbano (25).

Por seu lado, "*a urbanização que cresce em mancha de óleo sobre os solos da periferia de Lisboa tende a envolver a cidade por uma cintura de betão, asfalto, bairros clandestinos, barracas, parques de sucata e vazadouros de lixo e entulho. Lisboa será asfixiada porque foi destruída a sua ligação física, ecológica e cultural com a Natureza e a paisagem rural envolvente*" (26). As consequências desta ocupação (pelos processos vários de

impermeabilização do solo), para além de todos os inconvenientes, estão na origem das condições propícias à ocorrência de cheias, que "*serão cada vez mais catastróficas se o actual processo de crescimento continuar em curso*" (27).

Quer dizer que, num contexto territorial mais alargado, em que todos os factores se implicam mutuamente nos sistemas ecológicos à escala desse território, Lisboa e os concelhos limítrofes, nomeadamente Cascais e Oeiras, são inter-dependentes e este facto devia estar mais presente na consciência colectiva.

A origem da ideia para a solução geral preconizada—a implementação de uma *Estrutura Verde*, (organizada em *corredores*) contínua e descontínua, mas sempre integrada num conjunto, vão os autores buscá-la, nomeadamente, às propostas da *cidade-jardim* de Ebenezer Howard, com a inclusão das *green belt* na composição urbana, tendo como objectivo "*promover a descentralização urbana e reduzir os contrastes cidade-campo*" (28).

Tal como preconizado por Howard e depois confirmado pela prática e pelos seus seguidores, a cidade que segue esta *utopia* de uma *cidade-região*, vai consubstanciar-se em cidades suburbanas das grandes metrópoles, mas cada vez mais longe do modelo inicial... (29).

A proposta quanto à implementação da Estrutura Verde inclui também a zona periurbana de Lisboa: "*a primeira impressão que obtemos das franjas da cidade é a de grande degradação e de verdadeiro caos urbanístico que se sobrepõe a situações de ruralidade decadente, sem que haja uma delimitação nítida entre a área urbanizada e um espaço exterior que deveria ser estruturado e construído de modo a cumprir as funções de integração paisagística, recreio e protecção, desejáveis nesta zona*" (30).

As soluções preconizadas e que contam com a preservação das áreas consideradas de RAN e REN (regra que é sistematicamente infringida), incluem a possibilidade de aproveitamento agrícola e de recreio dos *sistemas húmidos*; possibilidade de urbanização nas áreas de *sistema seco* (encostas não abrangidas por RAN ou REN) e manutenção dos sistemas de protecção—genericamente, áreas definidas como importantes para o equilíbrio ecológico, nomeadamente zonas sensíveis das bacias hidrográficas, pendentes sujeitas a erosão e "*áreas classificadas por apresentarem interesse cultural*" (31).

Tal como noutros textos e intervenções (32), também neste documento Gonçalo Ribeiro Telles defende a viabilidade (mas não explica os mecanismos económicos a implementar) e as vantagens da recuperação da agricultura na Área Metropolitana de Lisboa, "*como fonte de alimentos, de água potável e de ar fresco e ainda contributo importante para a beleza e diversidade das paisagens e sua utilização recreativa*" (33).

Articular o urbano e o rural, com as suas especificidades próprias e distintas funções, passa pelo reconhecimento de que a cidade não vive sem "*a presença do campo, da ruralidade e do mar e com eles deve constituir um todo*" (34).
"*A ruralidade e a cidade são, na realidade, indispensáveis à própria existência de Portugal como entidade política independente com cultura própria e com um projecto específico de contribuição para o desenvolvimento da Humanidade*" (35).

Os documentos citados, Plano Director Municipal de Cascais e Plano Verde de Lisboa, como parte do respectivo Plano Director, têm em comum o facto de serem instrumentos de planeamento do território, com defeitos, qualidades e dificuldades de implementação, mesmo que a diferentes níveis de intervenção e operacionalidade.
Mas enquanto o primeiro prescreve sobretudo regras e define parâmetros urbanísticos, acrescentando muito pouco do ponto de vista das ideias, das estratégias e da cultura, o segundo, para além do valor técnico e operativo próprio, constitui uma referência na cultura do planeamento.
As situações urbanas criadas ou favorecidas pelo Plano Director de Cascais, ajudam a contextualizar o presente estudo, enquanto é no conjunto de opções de Gonçalo Ribeiro Telles e seus colaboradores que se encontram as bases que justificam e dão oportunidade prática à pesquisa.

1.4- O contributo da pesquisa

A modesta contribuição da presente pesquisa pode ser considerada em duas vertentes:
A primeira tem a ver com o reconhecimento da vinculação de um território rural a uma cultura específica, expressão de um *modo de vida* (36) e cujas manifestações, geradoras da morfologia da paisagem e da arquitectura, se inscrevem numa matriz identitária mais abrangente que o território em apreço.
Dessa matriz participam sempre elementos de permanência e factores de mudança. Da tensão que se estabelece entre eles depende a sobrevivência de uma cultura, de uma identidade. Ao introduzir factores de mudança que se sobrepõem às forças de coesão da cultura existente, esta torna-se inviável e a ruptura acontece. (37).

A denúncia implícita e a chamada de atenção para a necessidade de aprofundar o conhecimento dos sítios e da identidade local, pode ajudar a moldar um novo e mais adequado modelo de desenvolvimento.

A segunda vertente é mais operativa: decorre da aproximação a uma metodologia de análise territorial de descodificação das regras de ocupação do território, a contribuição para uma leitura da paisagem rural como património e expressão— comunicação— de cultura, resultado da acção continuada de gerações, a quem o rasto de tradições conduziu os gestos.
A identificação de elementos decorrentes da lógica implícita nas marcas inscritas no território, sejam elas resultantes do racional aproveitamento de recursos ou expressas na força e adequação das tipologias arquitecónicas e da organização dos espaços urbanos, podia integrar, de forma consequente, a prática do planeamento, principalmente à escala do município, contribuindo para a diversificação dos espaços públicos, manutenção e melhoria das condições ambientais.

I. 2- Pressupostos teóricos e conceitos temáticos

2. 1- Filosofia: Pensamento e ciência

"*Aquele que confunde a informação das ciências com o conhecimento do próprio ser na sua totalidade está dominado pela superstição científica. Quem não se surpreende deixou de interrogar. Quem não vê o mistério, não procura*" (38).
Karl Jaspers diz que o conhecimento cessa passadas as fronteiras do saber, onde se revela o incognoscível e se dá passo ao pensamento, definido em função do *não-saber*, que "*possibilita uma acção interior, pela qual me transfiguro*" (39).
Para o autor, o aprofundamento do conhecimento, numa área científica, é obrigação do filósofo; "*o sentido oculto desse conhecimento científico no mundo parece consistir na demanda, por meio da investigação, do limite em que, para o mais claro saber se abre o espaço do não-saber*" (40). Adiantando ainda a noção de que o conhecimento se faz pela via da *interpretação* (41), dá um relevo especial à História, pois "*nenhuma realidade é mais essencial para a nossa autocertificação do que a história. Mostra-nos o mais largo horizonte da humanidade, oferece-nos os conteúdos tradicionais que fundamentam a nossa vida,* [...]. *O que a história nos transmite vivifica-se à luz da nossa época. A nossa vida processa-se no esclarecimento recíproco do passado e do presente*" (42).

Destaca-se assim, como pressupostos filosóficos, as ideias de que aprofundar o conhecimento científico, que se processa pela interpretação e se baseia na História, implica a sua superação num questionamento interior que configura uma atitude pessoal face a realidades imprescrutáveis.

- Filosofia e Arquitectura

A arquitectura, considerada uma Arte com características específicas, já na tradição clássica, definiu-se também nas relações que, ao longo da História, se foram estabelecendo, não só com as disciplinas da ciência e da técnica, mas também com as do humanismo.

A crítica da arquitectura no século XX, seguindo um percurso sem regularidade face "*à produção arquitectónica e à valorização que dela se faz culturalmente*" (43), assumiu-se, nas primeiras décadas, como defesa das *vanguardas* (44), na tarefa de "*convencer, a uma cultura impreparada, da novidade, bondade, adequação, das novas descobertas*" (45).

No entanto, uma nova situação emerge no período pós-guerra, a partir de 1945, face à necessidade de reconstrução maciça da Europa e no clima ideológico do "*Existencialismo como pensamento individualista e descentrado*" (46).
No exercício de interpretação de uma actualidade (1995) cujos contornos se tornaram difíceis de definir, resultado de "*uma situação intelectual em que não há sistemas gerais de valores nem de princípios políticos a partir dos quais se possa julgar a arquitectura*" (47), Ignasi de Solà-Morales faz uma aproximação comparativa metodológica, procurando analogias entre "*a situação actual e a arquitectura ocidental depois da Segunda Guerra Mundial*" (48).

É nesta aproximação que se encontra a justificação epistemológica para considerar, do ponto de vista filosófico- teórico e no presente contexto, a mesma época como referência a partir da qual se podem *descrever* e *entender* as novas combinações e sínteses que assinalam a época pós-moderna, bem como os desenvolvimentos subsequentes (49).

Num enquadramento mais geral de *modernidade superada*, tal como Josep Maria Montaner apresenta (50), verifica-se que, pela história e crítica da arquitectura, passam sempre os movimentos das ideias: correntes filosóficas novas e antigas; as ideologias e a sua negação...

Algumas vezes terá a arquitectura contribuído em primeira-mão para o avanço das ideias, para a evolução da arte.

2. 2- Conceitos: das teorias às definições

A presente pesquisa, exercício que se faz no *domínio* da *arquitectura*, resulta sobretudo do encontro de várias disciplinas, ensaiando o olhar do *arquitecto* e a sua capacidade de colher novas sínteses de ideias e pensamentos, quantas vezes divergentes.
Sem recusar os contributos particulares dessas disciplinas, é também no *domínio* da arquitectura que se faz a demanda das ideias e das bases teóricas e conceptuais.

Destacam-se, para o desenvolvimento dos temas, os contributos das seguintes disciplinas:
- Etnologia; Etnografia.
- Antropologia
- Geografia física
- Geografia Humana
- Arqueologia
- História
- Urbanismo e Planeamento
- Arquitectura Paisagista
- Literatura

Os conceitos temáticos de base, estruturantes dos propósitos da pesquisa, do texto e parte gráfica que lhe dão corpo, funcionam neste capítulo como *entradas* ou *pretextos*; abrem-se assim à discussão e assumem-se como indutores da fundamentação teórica a propósito convocada.
Finalmente, a metodologia utilizada, para além dos instrumentos e processos, surge como corolário dos pressupostos e fundamentos teóricos, suporte do trabalho científico.

As definições resultantes da fundamentação teórica dizem respeito apenas aos conceitos temáticos não explicitados nos textos dos capítulos (caso da *identidade cultural*, abordada no capítulo II.1.2). São também objecto preferencial, aquelas definições cuja implicação teórica e metodológica justifica a sua insersão neste capítulo. Procurou-se que as definições de pormenor ou subsidiárias fossem feitas à medida que surgem no texto, muitas vezes em *notas*.

Entretanto, conceitos abrangentes, valorativos, com origem no campo da filosofia, não só conduzem e informam os conteúdos de outros conceitos mais específicos e estão presentes, por vezes de forma oculta, nas opções tomadas, mas também alimentam o questionamento que mantém a dinâmica gerada pela dúvida e pela incerteza.

- Aspectos de um estruturalismo temático

Analisando as dificuldades epistemológicas próprias das ciências do homem, Jean Piaget nota que "*uma estrutura só é compreensível se conseguirmos apreender como ela se constituiu*" (51), consideradando, em relação à psicologia, que uma maneira de eludir a influência do observador nos resultados é "*o estudo dos estádios de desenvolvimento* [que] *fornece um conjunto de referências objectivas difíceis de dobrar* [...] *às exigências de teorias subjectivas*" (52).

Daqui se releva a importância, para a pesquisa, dos percursos históricos, em busca das origens e da causalidade dos factos observados, considerados como parte de uma estrutura maior, mas organizando-se eles mesmos de forma estruturada, na medida em que se possa conferir a esta noção "*as três características seguintes: uma estrutura comporta, primeiro que tudo, leis de totalidade distintas das dos seus elementos, permitindo até abstraí-los completamente; em segundo lugar, estas propriedades de conjunto são leis de transformação, em oposição a toda e qualquer lei formal; em terceiro lugar, qualquer estrutura comporta uma auto-regulação no duplo sentido de que as suas composições não conduzem para além das suas fronteiras e não fazem apelo a nada de exterior a estas*" (53). De salientar que uma estrutura só é considerada um sistema fechado no estado de acabamento e portanto, pode considerar-se aberto, quando ainda em formação; nada impede que, por um lado, se formem subestruturas com algumas das propriedades da estrutura considerada e que esta, por sua vez se integre em estruturas novas e maiores (54).

A metodologia adoptada no desenvolvimento da pesquisa, é no sentido de colher, no recurso à história, por um lado, a corrente de *constantes*, organizadas de forma *contínua* ou *descontínua*; por outro, descodificar *invariantes*. Quer dizer, de acordo com Lévi Strauss, (55), "*traduzir o que está expresso numa linguagem— ou num código, se se preferir, mas linguagem é suficiente— numa expressão de uma linguagem diferente*" (56), passando pela descoberta daquilo que é comum, "*propriedade invariante de um variado e complexo conjunto de códigos*" (57).

Procedimento este que se torna operativo quando se pretende descobrir, no âmbito do presente estudo, a *ordem* implícita no que se consideram as manifestações de uma *identidade cultural*, mormente nas suas expressões físicas, do moldar da paisagem à disposição e funcionalidade dos compartimentos da casa rural.

A *ordem* de que se trata é apresentada como decorrente da definição de *significado*, que "*significa a possibilidade de qualquer tipo de informação ser traduzida numa linguagem diferente*" (58), o que implica uma *tradução* (na linguística serão palavras isomórficas) e a necessidade de haver regras (para não cair na arbitrariedade). Para o autor, falar de regras e falar de significado é falar da mesma coisa. Considera ainda que o denominador comum a todas as realizações humanas "*é sempre a introdução de alguma espécie de ordem*" (59).

Mas as operações enunciadas vêm informadas por outras considerações. Uma delas diz respeito à abordagem da *antropologia ambiental*, a ter em conta sobretudo quando se é tentado a interpretar as formas e a sua disposição, ou morfologia, seja dos espaços rurais, urbanos ou das construções, até à intimidade do quarto de casal, de acordo com critérios que ignoram os contextos *outros*—sobretudo culturais—em que os mesmos foram *produzidos* e *vividos*.

O método histórico comparativo e o estudo das permanências (60), fornecem contextos objectivos, mas é igualmente necessário ter em conta que elementos de *organização fixa humana*, como os edifícios, "*o seu modo de agrupamento, bem como o seu modo de partição interna, correspondem também a estruturas características dterminadas pela cultura. A organização das aldeias, das pequenas e das grandes cidades e do campo que as rodeia não é efeito do acaso, mas resultante de um plano deliberado que varia com a história e a cultura*" (61).

Edward T. Hall pretende demonstrar que "*o homem não pode escapar à preensão da sua própria cultura, a qual mergulha até às raízes do seu sistema nervoso, modelando a sua percepção do mundo. A cultura é, na sua maior parte, um realidade oculta, que escapa ao nosso controlo e constitui a trama da existência humana*" (62). Tendo criado, para seu próprio uso, uma dimensão nova— a dimensão cultural— torna-se impossível qualquer comportamento significativo sem passar pela mediação da cultura (63). Indo mais longe, o autor considera que o homem e as *extensões* do humano—a habitação, a cidade, a tecnologia, a linguagem— constituem um único sistema.

Acresce considerar, por último, que "*a cultura se define como um sistema (ou mais propriamente um conjunto de sistemas) de comunicação*" (64), admitindo que "*todos os fenómenos culturais são sistemas de signos*" (65).

Destacam-se, no presente estudo, dois momentos de aplicação possível de uma leitura semiológica (66): o primeiro refere-se à interpretação de conteúdos da cultura popular, nomeadamente os que dizem respeito à religião e superstições e o segundo diz respeito ao âmbito da arquitectura, aglomerados e paisagem.

Em relação ao primeiro momento, embora apenas se tenha aflorado as questões hermenêuticas (67), considera-se o respectivo interesse para ulteriores desenvolvimentos destes temas.

Admite-se, relativamente ao segundo momento, "*a arquitectura como comunicação*" (68). Umberto Eco considera que tal se processa através de um "*modelo abstracto*", e portanto *codificado*, que passa a comunicar uma possível função (69).

Para delimitar o campo teórico da abordagem semiológica da arquitectura, o autor assume que "*a caracterização de um signo baseia-se somente num significado codificado que um determinado contexto cultural atribui a um significante*" (70), sendo que "*os códigos se constroem como modelos estruturais, se postulam como hipóteses teóricas, ainda que fundadas em constantes deduzidas por meio da observação dos usos comunicativos*" (71). A comunicação de uma possível função a partir de um significante é um "*dado cultural*" (72).

Estabele-se que a *denotação* (denominada função *primária*) arquitectónica é a *função* e embora se possa distinguir as funções *estética*, *emotiva*, *imperativa*, *fáctica* e *metalinguística*, a arquitectura é o *referente* de si mesma. A *conotação*, (denominada *função secundária*) por seu lado, considera-se sobretudo vinculada a valores simbólicos (73).

No presente contexto, interessa avaliar a evolução dos significados na história, já que os objectos arquitectónicos em causa se revelam, face à experiência, não só afastados da sua função primária, (exemplo de anexos agrícolas de que se desconhece a utilidade) mas também difíceis de captar quanto ao seu significado, à sua função simbólica (por exemplo, a hierarquização dos espaços na casa saloia).

Para avaliar estas situações, Eco elucida que "*no decorrer da história, as funções primárias e secundárias estão sujeitas a perdas, recuperações e substituições de todas as classes*", as quais, embora constituindo a norma de leitura das obras de arte propriamente ditas, "*resultam mais evidentes (e paradoxais) no âmbito das formas arquitectónicas, para as quais a opinião comum crê tratarem-se de objectos funcionais com indicações inequívocas*" (74).

O autor indica as combinações de leituras (entre as perdas e permanências das funções primárias e secundárias) que um objecto pode sofrer no decorrer da história, ou quando passa de um grupo a outro.

Um exemplo interessante é o que aconteceu no caso das Pirâmides: perdendo a função primária, perdem quase todas as funções secundárias e substituem-se estas por subcódigos de enriquecimento. Assim: já não se reconhecem como túmulos reais; perderam os códigos simbólicos, o astrológico e o geométrico; ganharam conotações literárias e outras (75), (mas que nada têm a ver com as originais).

O consumo actual das formas, com o esquecimento dos seus valores estéticos, baseia-se num mecanismo que se apoia naquele jogo de oscilações entre as formas e a história, entre estruturas e acontecimentos, "*entre configurações fisicamente estáveis (que podem ser descritas objectivamente como formas significantes) e o jogo variável dos acontecimentos que lhes conferem significados novos*" (76), o que acarreta, num tempo de alterações constantes, conquistas tecnológicas e mobilidade social, uma mudança profunda e frequente dos *códigos* (77).

O que se verifica, de acordo com Umberto Eco, é um aparente paradoxo: num tempo em que o consumo das formas parece acelerado, "*na realidade é um dos períodos históricos em que as formas se recuperam com maior rapidez e se conservam apesar da sua aparente preterição*" (78).

O autor interpreta com esta base a facilidade com que se recuperam na arquitectura estilos do passado. Com um problema: quem utiliza as mensagens de um tempo que não é o seu, aprende a redescobrir os significados, mas nem sempre da melhor maneira, utilizando "*chaves livres e aberrantes*" (79) e uma agilidade de recuperação que actua como "*ruído semântico*" (80).

Mas o desenvolvimento actual dos sistemas comunicativos implica, em cada *redescobrimento* dos códigos e ideologias recuperados, um *acréscimo* (dir-se-ia uma mais-valia) enriquecedor, de "*códigos e perspectivas ideológicas específicas dos nossos dias*" (81), o que nos permite disfrutar de um objecto, não só tendo em conta o que ele significava no passado, mas também "*utilizá-lo pelas conotações que podemos atribuir-lhe com o nosso léxico actual*" (82).

O autor nota ainda que, também no passado, se produziram fenómenos de recuperação idênticos, mas que, pela sua lentidão, implicavam uma mudança das bases culturais, o que não acontece hoje, face ao ritmo acelerado de recuperação e repúdio, por um lado e à complexidade e sobreposição de códigos actuais aos originais (83).

Uma solução interessante de design (seja de objectos utilitários, seja aplicado à cidade) é a de "*projectar funções primárias variáveis e funções secundárias 'abertas'*" (84).
Poder-se-ia, em conclusão, preconizar uma forma de recuperação da arquitectura doméstica do passado mais equilibrada, que conjugasse este factor psicológico da relação entre função e significado, com uma intervenção baseada na evolução tipológica e não nos pressupostos da modernização total.

2. 3- Território, *locus* e Memória

O termo *território*, utilizado por áreas científicas como a história, a antropologia e a geografia, pode designar toda e qualquer porção considerada de superfície terrestre, ou, por analogia, referir-se a um *domínio*, um campo delimitado, caracterizado como o lugar onde os fenómenos acontecem (e se manifestam). O território considerado no âmbito deste estudo é definido como o suporte físico— terrestre— do *locus*, do *lugar*, que, vinculado a esse suporte geográfico, se define, no presente contexto ideológico, nas abordagens seleccionadas de autores como Christian Norberg Schulz e Aldo Rossi.

"*As obras do homem devem manter com a natureza uma relação significativa, quer se trate de unidades independentes ou de uma rede de centros interdependentes. Em ambos os casos a intenção é integrar o homem na terra por ele habitada*" (85). Norberg- Schulz considera que, para ultrapassar o "*caos visual*" que o ambiente já acusava em finais de 1960, é necessário retomar o modo pelo qual a paisagem e a obra humana "*podem juntas exprimir a sua unidade funcional*" (86). Integrando na sua metodologia de análise os conceitos estruturalistas de significado (87), considera esses dois "*mundos formais*" decomponíveis em "*elementos*" com um grau de abstracção geométrica abrangente, portadores de significados em si mesmos e quando agregados ou estruturados segundo regras estabelecidas, configurando assim uma linguagem: torna-se então possível, não só ler a paisagem e a arquitectura, como também conduzir intervenções na paisagem natural de forma *ordenada*.
Para Norberg-Schulz as construções, tomadas como "*massas*" e assumindo um significado primário, tendem a prevalecer sobre a paisagem, de significado secundário, que funciona como "*fundo*", numa relação topológica unificadora que configura "*um problema arquitectónico"*. (88), uma vez que a arquitectura só se integra na paisagem "*quando possui uma forma forte e autorizada*" (89), não arbitrária, mas "*correspondente ao carácter do fundo*". Estas leituras *estruturalistas* da paisagem, são apresentadas num quadro didático, de

onde ressalta um grande pragmatismo— enquanto a arquitectura, que se impõe à paisagem por possuir "*um grau de estruturação maior*" (90), deve ser resolvida correspondendo às *funções* do programa, os conjuntos a edificar devem manter a relação topológica *forma-fundo*, acautelando as estruturas de carácter mais difuso, pois " [hoje], o *habitat estende-se de modo arbitrário e as débeis relações topológicas ainda hoje presentes não conseguem unificar os vários elementos*" (91).

"*A forma arquitectónica depende de uma ordem em que o edifício individual deve ser subordinado. Esta ordem poderia e deveria exprimir um sistema social*" (92). O autor considera então que as soluções de cidade vertical propostas por Le Corbusier conjuguam uma maior densidade do habitat sem destruir a paisagem; têm em conta a relação dos habitantes com a natureza, providenciando "*luz, ar e verde*" (93) e por outro lado nota que "*não é necessário usar exclusivamente grandes arranha-céus*" (94).

Assim, para Norberg- Schulz, a paisagem humanizada, como expressão de uma *ordem*, associada a um sistema social e que deve ser interpretada no registo visual forma-fundo, encontra uma maneira de escapar ao *caos visual* contemporâneo, (década de 1960, para o autor), através das soluções de habitat concentrado preconizadas por Le Corbusier. Podendo essas soluções contribuir, "*criando uma nova estrutura urbana*", para a formação da "*nova ordem que possa estabelecer uma interacção significativa com a natureza* " (95).

Norberg-Schulz foi um crítico da arquitectura e um pensador capaz de integrar, de forma gradual e equilibrada, nas suas obras e intervenções, os contributos sucessivos da sua época (96), revelando a capacidade de realizar novas sínteses, a qual perpassa nas correntes de pensamento que reveêm, a partir dos anos de 1950, o Movimento Moderno (97).

Assim, se o texto anteriormente citado se inscrevia na concepção de espaço, "*entendido como espaço existencial*" (98), uma "*complexidade interpretativa*" (99) cada vez mais densa estrutura a obra *Genius Loci*, de 1976 (100), contributo essencial do pensamento actual à noção de *lugar*.

Quando o mesmo tema é retomado por Aldo Rossi (101), o autor refere a noção de *locus* à sua origem: "*a escolha do lugar para uma certa construção, como para uma cidade, tinha valor proeminente no mundo clássico; a situação, o sítio, era governado pelo genius loci, pela divindade local, precisamente uma divindade de tipo intermédio que presidia a tudo o que acontecia nesse lugar*" (102).

Schulz diz também que o *genius loci* "*é uma concepção romana; segundo uma antiga crença, cada ser independente tem o seu genius, o seu espírito guardião. Este espírito dá vida a populações e lugares, acompanha-os do nascimento à morte e determina o seu carácter e essência*" (103). O que se revela importante é que os antigos experienciavam o seu ambiente como constituído por caracteres definidos. A relação com o lugar é ilustrada pelo costume, no antigo Egipto, de utilizar como modelo, na implantação dos edifícios públicos, a estrutura da paisagem agrícola, providenciando assim a sensação de segurança, "*como símbolo da ordem imutável da natureza na qual viviam*" (104).
Lawrence Durrel, citado por Schulz, diz que "*Quando comecei a conhecer a Europa, agradando-me do vinho, do queijo e do carácter dos diversos países, comecei a compreender que o factor dominante de uma cultura é o espírito do lugar*" (105).

Por seu lado, o turismo moderno demonstra que o conhecimento de diferentes lugares é um dos maiores interesses do homem, "*se bem que, mesmo estes valores tenham hoje tendência a perder-se*" (106), face à atitude predominante de confiança na ciência e na técnica, meios que lhe permitiriam, supostamente, libertar-se das condicionantes do ambiente (107).

- *Genius loci* como experência existencial

Norberg-Schulz conta que "*em particular, gosto de recordar uma noite em Jerash, quando o genius loci do deserto se manifestou*" (108)
O viajante, em busca dos lugares definidos como espaços únicos, irrepetíveis— uma réplica de Veneza em Macau entra na categoria das caricaturas irrelevantes— apercebe-se de que deles fazem parte a topografia, a arquitectura; mas também o clima, a constituição do solo e os outros elementos da geografia física; a história, a etnografia e a sociologia... Petra, na Jordânia actual, por exemplo, não existiria sem a especial constituição da rocha em que é esculpida; sem a existência de água, estrategicamente aproveitada; foram as circunstâncias históricas de uma civilização as geradoras das condições que presidiram à sua construção...E foi a topografia, suporte de um topologia própria, que escondeu as ruínas da possível destruição após o abandono e o fim da civilização nabateia. Mas o que causa impacte no visitante é alguma coisa que está para além da simples admiração quanto a valores descritíveis, como a grandiosidade, a topologia, a extensão, o valor arqueológico, etc. O que impressiona tem a ver com a *estranheza*; o visitante sente que entrou num mundo *outro*, assim que começa a percorrer o desfiladeiro de acesso à antiga cidade (ou centro administrativo de

um território alargado); tem talvez pontos em comum com a percepção do espaço sagrado; tem a ver com as emoções (109); mas o que realmente acontece nesta incursão, é do domínio da experiência *existencial*.

Aponta-se como exemplo uma situação quase extrema em relação ao que se pretende demonstrar, mas a mesma abordagem sensorial e emotiva pode esperar alguém que, de repente, se vê rodeado pelos menires do *cromelec* dos Almendres, em Évora; ou, na cidade, num dia de calor, pela solidão da praça, se aproxime das ruínas do templo dito de Diana... O *Espírito do Lugar*, presente nos locais arqueológicos, dependeu, até ao momento histórico da deserção humana, da sua acção e da vida que as civilizações lhes imprimiam— o Templo do Céu, em Pequim, por exemplo, parece imbuído ainda das orações do imperador em favor da abundância das colheitas, porque era *o lugar* da oração.

Assinala-se, assim, a persistência da *memória colectiva* que confere significados à arquitectura, a qual, estabelecendo com a sua envolvente física uma relação única, constitui, em conjunto com a mesma envolvente, um *lugar*.

Pode invocar-se esta interpretação do *genius loci* a propósito da indiferenciação do espaço moderno, da tendência para a simplificação, da dispensa do sentido e da ausência do simbólico.

No entanto, será lícito interpretar como uma tentativa de recuperação destes valores, a promoção, desde os anos de 1980, da arquitectura de carga simbólica, identificativa e marcante de lugares, de cidades, como Paris, Londres, Bilbao, Barcelona, ou mesmo Lisboa?

- O conceito de *locus* em Norberg-Schulz

Norberg-Schulz acusa a evolução de atitude e de método na aproximação que faz, na sua obra, à análise da arquitectura, tendo progredido de um registo principalmente *científico*, a uma maior abertura a outros aspectos, depois de ter introduzido o conceito de " *'espaço existencial', que não é um termo lógico-matemático, mas compreende as relações fundamentais entre o homem e o ambiente*" (110). Este conceito subdivide-se nos termos complementares de "*espaço*" e "*carácter*", de acordo com as funções psíquicas de "*orientação*" e "*identificação*" (111). A "*concretização do espaço existencial*", a arquitectura em si mesma, explica-se pelos conceitos de "*recinto*" e de "*coisa*"— os quais se implicam mutuamente na filosofia de Heidegger (112).

O autor considera que *habitar* é o objectivo da arquitectura. "*O homem habita quando arrisca a orientar-se num ambiente e a identificar-se com ele, ou mais simplesmente, quando experimenta o significado de um ambiente*" (113).

Quanto ao *genius loci*, desde a antiguidade foi considerado como aquela realidade que o homem afronta na vida quotidiana. Fazer arquitectura é visualizar o genius loci: o desafio do arquitecto é o de criar lugares significativos para ajudar o homem a habitar (114).

O livro é também considerado um primeiro passo para o estabelecimento de "*uma fenomenologia da arquitectura*" (115), no sentido de uma concepção fenomenológica, qualitativa, da disciplina, radicando na estrutura heideggeriana de *ser-no-mundo* (116).

Os contributos de autores como Kevin Lynch (117), Paolo Portoghesi (118) e Robert Venturi (119), são utilizados para estabelecer os conceitos de pormenor que permitem a interpretação dos vários lugares objectos de análise.

- Aldo Rossi, o "*locus*"

Rossi faz notar que o conceito de *locus* sempre esteve presente na tratadística clássica. Em Palladio começa já a incidir mais sobre os aspectos topográficos e funcionais, embora ainda esteja "*vivo o frémito do mundo antigo*" (120).

Um aspecto importante, assinalado por Rossi, tem a ver com uma abordagem do tema do *lugar* num contexto territorial feito no âmbito da geografia e da antropologia e que refere a "*possibilidade da existência de 'pontos singulares'*" (121), remetendo para a pontuação de um vasto espaço (dando como exemplo a abrangência, por definição, da universalidade da Igreja Católica) por elementos como os santuários de peregrinação (122).

Uma arquitectura que tende a identificar-se com o facto que lhe deu origem, tornando-se, portanto simbólica, propõe de forma recorrente a arquitectura da Antiguidade, "*mas de cada vez se repropõe com uma diferente individualidade*". Significa que, se o "*pensamento de uma mesma arquitectura se manifesta em lugares diferentes*" (123), é por contornos que se aproximam da experência existencial que, uma vez mais, é possível pôr em evidência os aspectos singulares e que individualizam o lugar.

Esses contornos, que dizem respeito à individualidade dos factos urbanos, referem-se também "*aos seus limites, onde começa e onde acaba; referem-se à relação local da arquitectura, ao lugar de uma arte e, portanto, às relações e à própria precisão do locus como um facto singular, determinado pelo espaço e pelo tempo, pela sua dimensão topográfica e pela sua forma, por ser sede de vicissitudes antigas e novas, pela sua memória*" (124).

Resume-se assim, pelas palavras de Rossi, quase tudo o que se pretendeu colher quanto a uma definição de *locus*, *lugar*, acrescida, no que se refere ao território, da possibilidade de um *território como lugar*, acepção que o tratamento do tema vai utilizar em vários pontos.

- Memória Colectiva e Tradição

Para Rossi, a *memória colectiva* vive no mais profundo da complexa estrutura dos factos urbanos, é o seu fio condutor: "*direi que a própria cidade é a memória colectiva dos povos; e, tal como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é o locus da memória colectiva. Esta relação entre o locus e os cidadãos torna-se, pois, a imagem proeminente, a arquitectura, a paisagem; e como os factos estão contidos na memória, à cidade acrescem novos factos*" (125). A dinâmica que se estabelece é entre memória e transformação, porque "*as grandes ideias perpassam a história da cidade e dão-lhe forma*", por obra da colectividade (126). Rossi admite ainda que o valor da história, entendida como *memória colectiva*, possa ajudar a perceber o significado da estrutura urbana também na sua *individualidade* (127).

Kevin Lynch, por seu lado, analisa a questão da memória colectiva do ponto de vista da percepção do tempo, ligada portanto à outra, de fundo— "*De que tempo é este lugar?"* (128). Começa por reconhecer a dimensão social da própria memória individual: "*As recordações, as expectativas e a consciência do presente não são simplesmente propriedade pessoal*" (129). Trata-se de um conjunto de estruturas temporais, inerentes ao sentido do *eu*, mas que têm sempre uma base social.

A memória colectiva nasce da vivência de certos acontecimentos em grupo e da partilha constante, mediante a comunicação e a solidariedade, dessa vivência, a qual, tomando forma num *passado colectivo* passa a ser suporte de um *futuro colectivo* (130). A memória surge assim como o elemento de génese e coesão do espírito de comunidade, pode adiantar-se, da construção da própria *identidade cultural*.

No entanto, esta *memória colectiva* apoia-se em aspectos estáveis da envolvente física, que se transformam assim em *monumentos*, como "*emblema espacial do tempo*" (131) e prevalece através dos *ritos*: "*Surgem então modos comuns de marcar e estruturar o tempo, histórias e mitos comuns, rituais comuns*" (132).

A estrutura temporal, de acordo com Mircea Eliade (133), é concebida pelas sociedades primitivas com base, por um lado, na diferença essencial que separa o profano do sagrado

(seja o tempo ou o espaço) e por outro, na ideia do "*presente eterno*" (134), em que "*o tempo irreversível é abolido e se preserva o universo mediante uma recriação perpétua*" (135). Objectivos contemplados pela formação dos *mitos* (como reproduções reais de arquétipos, geralmente ligados à ideia de heroicidade) (136) e pela realização de *rituais*— que asseguram a reposição cíclica temporal dos factos enunciados, marcando um tempo sagrado que se distingue do profano, onde tudo é "*episódico, experimental e essencialmente falho de significação*" (137). Por tudo isto, diz Mircea Eliade que "*a memória colectiva é a-histórica*"— a mentalidade arcaica não pode aceitar o *individual* e só conserva o *exemplar* (138). De acordo com o autor, a mentalidade popular geradora destas estruturas subsistiu na Europa até pelo menos 1945 (data da obra). Poder-se-á perguntar de que forma se terá dado a passagem deste conceito de memória colectiva para o enunciado por Rossi, essencialmente *histórico*. Ou será que velhos *mitos* subsistem no mais profundo da *memória*?

A um tempo concreto, que nas sociedades "*mais velhas*", se estruturava em função das *descontinuidades* que marcam o ritmo na natureza, as mudanças de estação, as fases da lua, os dias (identificados pelos momentos de *nascer e pôr do sol*...) (139), correspondia também um ritmo da vida social e individual marcado pelo descontínuo de certos momentos, acontecimentos cíclicos, como o dia de mercado, as festas religiosas, etc.

A duração não se concebia de forma absoluta, relacionando-se com factos (por exemplo, medir a distância pelo tempo que se leva a percorrer a pé) (140).

Pelo contrário, nas sociedades industrializadas, a grande revolução que veio por intermédio do relógio (não pela máquina a vapor), significou uma mudança essencial nas relações sociais: o controle do tempo— assumido como entidade, que até se ganha, poupa ou perde— tornou-se num instrumento da classe dominante sobre a produção e sobre a conduta social (141). No entanto, os "*grandes ciclos do dia, o ano, a família, a vida e a morte, foram invariantes do nosso devir*" (142) e ligam-nos, assim, ao passado.

Quando se referem *rituais*, evoca-se o colectivo, a repetição, eventualmente cíclica, de acordo com fórmulas, preservadas através do tempo, por mandatados da comunidade. Julga-se que está assim estabelecida a articulação com o conceito de tradição, tão referido na pesquisa.

A tradição, que Chueca Goitia considera viva, "*que se alimenta do que acontece e vai ficando para sustento das coisas que irão acontecer* [...], [constituindo] *uma plataforma para o futuro*" (143), está sobretudo ligada "*à tendência natural para a reprodução de caracteres atávicos, de atitudes ancestrais, de crenças e de valores*" (144), dentro de cada comunidade, caracterizada pela sua identidade étnica e cultural e pela organização social, política, técnica e

económica que lhe é própria. Implica a transmissão oral e geracional, num processo antropológico que garante a selecção qualitativa do que é transmitido "*e a síntese dinâmica de tradição e de renovação*" (145).

2. 5- Morfologia e dimensão urbana

"A *cidade e a região, a terra agrícola e os bosques tornam-se a coisa humana porque são um imenso depósito de fadigas, são obra das nossas mãos; mas enquanto pátria artificial e coisa construída elas são também testemunho de valores, são permanência e memória*" (146).
A cidade é, nas palavras de Aldo Rossi, "*não só o lugar da condição humana, como até uma própria parte desta condição, que se representa na cidade e nos seus monumentos, nos bairros, nas residências, em todos os factos urbanos que emergem do espaço habitado. A partir desta cena, os teóricos penetraram na estrutura urbana, procurando sempre perceber quais eram os pontos fixos, os verdadeiros nós estruturais da cidade, aqueles pontos onde se processava a acção da razão*" (147).

Rossi aproxima deste modo o conceito de *regras territoriais*, que se definem como as regras que determinam os elementos físicos da forma urbana (148), mas que também se aplicam, no presente contexto, ao território humanizado.

O termo *Morfologia Urbana*, aplicado a inúmeros tipos diferentes de investigação, designa em geral o estudo focalizado nas formas físicas das áreas urbanas (149).
Mas a *Morfologia Urbana,* de acordo com Anne Vernez Moudon, é "*o estudo da cidade como habitat humano*" (150). Tal como a autora refere, Lévy Strauss, depois de comparar a cidade a um poema ou sinfonia, diz: "*A cidade, mais preciosa ainda, situa-se na confluência da natureza e do artifício* [...], *a cidade provém, simultaneamente, da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É ao mesmo tempo objecto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo, vivida e sonhada; a coisa humana por excelência*" (151).
Analisando a evolução da cidade e as suas transformações, desde as origens, "*identificando e dissecando os vários componentes* [...], *os morfologistas urbanos incidem nos resultados da acção das forças sociais e económicas*" e de todos os factores que moldam as cidades. Os estudos incidem sobre elementos, como edifícios, jardins, ruas, parques e monumentos, "*considerados como organismos que são constantemente usados e consequentemente*

transformados através do tempo". Os elementos da cidade mantêm entre si um estado de tensão e de inter-relações dinâmicas (152).

O objecto desta pesquisa não é a *cidade*, mas *aglomerados* rurais no seu contexto territorial, (designados, nos textos da pesquisa, também como *assentamentos* e *aglomerações*, com o significado aqui conferido). Considera-se, no entanto, a utilidade dos fundamentos teóricos aqui enunciados, uma vez que os assentamentos humanos, (que *tendem* sempre para o *urbano* e que o são cada vez mais), seja qual for a sua dimensão, comungam de características comuns, que têm a ver com os aspectos sociais e com o território, o *lugar*, a paisagem, o ambiente natural no qual se inserem, que modificam, mas com o qual passam a formar uma unidade. São sempre *obra humana*, acontecem na História e fazem com que esta aconteça.
Rossi defende que "*não só não existem diferentes escalas de estudo, como também é inconcebível pensar que os factos urbanos possam mudar por causa da sua dimensão*" (153).
E citando outro autor, acrescenta: "*Podemos observar* [os mesmos] *problemas, em diferente escala, nas aldeias, nas pequenas cidades, nas metrópoles, pois que as forças dinâmicas do urbanismo são vitais onde quer que os homens e as coisas se encontrem aglomerados e o organismo urbano fica sujeito às mesmas leis naturais e sociais independentemente da dimensão*" (154).
Tal como a cidade, também os pequenos aglomerados sofrem mudanças, evoluem: não seriam as grandes cidades do presente, nomeadamente Lisboa, nas suas remotas origens, idênticas a um pequeno povoado como os dos seus arredores?

- Morfologia urbana- metodologias por aproximação

A história da morfologia urbana, de Bernard Gauthiez, num artigo da publicação periódica *Urban Morphology* (155), transmite a ideia de que se trata de uma área de investigação ainda com um longo caminho a percorrer, o que resulta, em parte, de algumas descontinuidades de percurso.
Como tema partilhado por "*arquitectos, projectistas de planeamento, geógrafos, historiadores, ou mesmo arqueólogos e antropólogos sociais, os autores escrevem a partir dos diferentes pontos de vista, e a sua forma de tratar o tema varia de acordo com a respectiva disciplina*" (156). Dificuldades acrescidas são o facto de esta produção ser feita em diferentes línguas e a tendência que cada um tem para atender somente às informações que

concernem a respectiva área científica. Uma equivalência de termos diferentes que designam as mesmas realidades também torna o intercâmbio científico difícil (157).

Um primeiro facto importante a assinalar, diz respeito à elaboração e difusão, a partir do século XVIII, de mapas topográficos e plantas, indicando elementos entretanto desaparecidos e tornando-se, por isso, auxiliares importantes da arqueologia.

Durante o século XIX surge um grande interesse, por parte de historiadores de arte, nos levantamentos das cidades medievais.

É baseado em mapas destes, que, em 1832, Quatremère de Quincy, referido por Aldo Rossi propósito da definição tipológica (158), "*identificou a utilidade do estudo da planta de uma cidade para um melhor entendimento da história*" (159).

Mas Quatremère de Quincy foi mais longe na sua análise da cartografia, nas asserções que produziu e no legado que transmitiu, tais como a observação dos elementos da estrutura espacial da cidade, que permitem perceber o padrão (160) e o tipo de crescimento da mesma. Por outro lado, "*a regularidade urbana é um sinal seguro de uma autoridade activa de planeamento da cidade, particularmente quando as condições são apropriadas, como por exemplo a implantação dos assentamentos coloniais*" (161).

Na Alemanha, depois de 1870, há a destacar o trabalho de Stübben: para além da análise tipológica dos edifícios, a dinâmica territorial é parte integrante da compreensão do espaço urbano e da sua evolução, nomeadamente quanto à rede de transportes, abertura de novas vias e desenvolvimento imobiliário especulativo (162).

Também a identificação de pré-existências, como o traçado de ruas que coincidem com muralhas desaparecidas, já é objecto de observação no início do século XX (163).

No entanto, quem mais contribuiu para o avanço das pesquisas através da metodologia mais apropriada, foi Fritz, "*um professor do liceu de Estrasburgo, em 1894*" (164). O primeiro contributo é a importância que Fritz atribui às plantas e mapas (decerto mais difíceis de encontrar e compilar do que hoje), para o estudo das cidades; estudo este que é considerado de primacial importância para a investigação histórica. Pelas suas pesquisas, mais de 300 cidades apresentavam uma malha ortogonal, o que o leva a identificar constantes e pré-existências. Oferece, ainda "*uma classificação das cidades de acordo com a sua planta*" (165).

É no rasto da sua influência que, sobretudo na Alemanha, se produzem atlas, plantas de cidades e monografias regionais. Alguns avanços, (Straham, 1958), vão incidir, nomeadamente, sobre o seguinte: utilização do método comparativo; admissão do mapa como documento, na ausência de fontes escritas; estudo da evolução da propriedade; separação da

cidade em "*partes morfologicamente homogéneas*" (166), método que se irá tornar recorrente nos investigadores posteriores.

A influência das ideias de Fritz incide também na Geografia, com a proposta de Schlüter da criação de uma nova ciência, a "*antropo-geografia*", fundada nos próprios fenómenos urbanos... (167). Na sequência, Whitehand, geógrafo actual, vai dar conta do desenvolvimento das pesquisas urbanas no âmbito da geografia (168).

Em França, é Pierre Lavedan o principal eco da influência de Fritz, propondo avanços metodológicos no seguimento das ideias deste e ensaiando também uma classificação de tipos de plantas (169).

Marcel Poète, em 1933, após um percurso de partilha de muitas ideias de Lavedan, vai adoptar uma posição diferente, introduzindo um factor novo na origem da forma: a função dos espaços (170).

Apesar do declínio e estagnação dos estudos em França a partir desta altura e até 1960, é de referir as pesquisas de Sauvaget, com o objectivo de identificar, nas plantas actuais das cidades de Damasco e Alepo, na Síria, o padrão clássico de matriz grega, das ruas (171).

O mesmo espírito esteve presente em estudos conducentes a identificar nas formas actuais da paisagem rural, a centuriação romana clássica. O método consiste em fixar as características actuais do espaço e, depois de seleccionar os primitivs limites do lote, identificar as formas do passado que permanecem (172).

É no pós-guerra, no entanto, que, na sequência dos citados estudos e de outros, igualmente importantes (173), surgem as escolas que vão marcar a evolução, até à actualidade, da área da investigação que é a morfologia urbana (174), e cujas características se pretendem aqui relevar, em função do pensamento e tendências que veiculam e das metodologias que desenvolvem.

"*A primeira escola, representada por Muratori e o seu discípulo Aymonino, desenvolveu-se à volta do ensino universitário da arquitectura, particularmente em Veneza*" (175).

Uma vez mais, é no quadro da *rejeição* dos princípios do Movimento Moderno (176), que é desenvolvido um trabalho que se refere "*essencialmente à sistematização da aproximação histórica aos tipos arquitectónicos*" (177).

Muratori baseia-se no uso de tipos, considerados um instrumento de análise do tecido urbano (178), introduzindo uma noção interessante, que parece retirada ba biologia: a de tipo dominante, relacionada, não só com as incidências económicas e sociais sobre a produção da

arquitectura, mas também com o fenómeno da importação de modelos. A ideia da adaptação dos tipos e suas variantes às diferentes circunstâncias da malha urbana, também remete para uma certa organicidade (179).

Cannigia, outro membro influente da escola italiana, desenvolve as ideias de Muratori e, num estudo sobre Firenze, "*propõe um modelo diacrónico da formação da cidade, de acordo com a evolução dos tipos e os tecidos urbanos que estes tipos geram*" (180), o que configura um instrumento de análise relevante.

No entanto, de acordo com o autor do artigo, o facto da pesquisa tipo-morfológica de Cannigia (181), fazer pouco uso dos documentos escritos e se processar sobretudo em ordem ao projecto, num contexto de ensino de arquitectura, prejudicou os resultados e a contribuição dos estudos para a história e arqueologia, sendo que outros, entre os quais Guidoni, historiador, leva a cabo um trabalho que supera o de Cannigia no que se refere à pesquisa arquivística, propondo interpretações da evolução da cidade melhor fundamentadas. Uma hipótese interessante, na linha da tradição alemã, é a de que decisões de planeamento complexas e conscientes terão estado na origem da localização e forma de espaços públicos, nomeadamente da implantação de edifícios significativos na cidade, no século XIII (182).

No contexto inglês, é um geógrafo, Conzen, ligado ao planeamento urbano, que vai contribuir para a elaboração de um sistema teórico conducente à interpretação das formas urbanas, baseado no reconhecimento de *unidades de plano*, com características diferentes das áreas circundantes.

Ao basear-se na tradição alemã (183), Conzen, um alemão a viver em Inglaterra (184), confirma o interesse das origens, também nesta área de pesquisa, acabando, inclusivamente, por explicitar noções, como a citada *unidade de plano* (formada pela combinação de ruas, edifícios e padrões de lotes), que investigadores alemães já haviam proposto (185).

Um aspecto importante que também já estava presente nos estudos germânicos é o da hipótese do palimpsesto, designação do processo pelo qual construções sucessivas vão anulando, parcial ou totalmente, as anteriores, mas sempre com a mesma localização (186).

A influência dos estudos de sistematização de formas urbanas de Conzen (durante a década de 1960), vêm a ter maior impacte depois de 1990, nomeadamente com o geógrafo Jeremy Whitehand, que aprofundou a pesquisa do tecido urbano a partir do legado de Conzen, no âmbito da denominada escola de Birmingham (187).

O interesse francês, no mesmo período, vem da parte de historiadores como Marc Bloch (188) e consubstancia-se na produção de *atlas*, sobretudo das cidades medievais (ca.1955). Investigações no domínio do lote são ainda de assinalar, numa escola inspirada pela italiana e envolvendo sobretudo historiadores e geógrafos.
Um contributo importante é o método de utilizar os registos de propriedade para estudar a implantação de parcelas antigas. Nos estudos subsequentes, o *lote* funciona como o tipo arquitectónico, formando unidades de tecido urbano (189).
Entretanto, a necessidade de representar as realidades urbanas e a sua evolução, levam ao desenvolvimento das técnicas cartográficas.

Validar a evidência física da análise morfológica com fontes escritas, surge como essencial nas conclusões quanto a este percurso disciplinar. Porém, "*quando a planta é a única fonte de informação, só hipóteses podem ser avançadas, dependendo as probabilidades da quantidade de informação disponível, da sua qualidade e separação temporal de outro tipo de fonte*" (190); no entanto, assim como a história é muitas vezes escrita exclusivamente baseada nas fontes escritas e arqueológicas, também se poderá avançar que seja escrita sobre a evidência exclusiva dos factos morfológicos e físicos, mesmo que seja impossível uma datação precisa (191).

Deste resumido percurso da Morfologia Urbana, alguns elementos, úteis ao estabelecimento de uma metodologia de análise, se podem destacar desde já:
- O tema da investigação na área da morfologia urbana, sendo objecto de diferentes áreas científicas, poderá desenvolver-se num quadro de interdisciplinaridade e de partilha de saberes.
- A cartografia, que passa a ser admitida como documento, beneficia do desenvolvimento de técnicas integradas de levantamento, tornando-se num instrumento cada vez mais importante nos processos de análise.
- A dinâmica territorial é factor de compreensão do espaço urbano.
- A identificação de *constantes* e *pré-existências* pelo *método comparativo*.
- O estudo da evolução da propriedade, também pelos respectivos registos, como parte das metodologias de investigação.
- Separação da cidade em *partes morfologicamente homogéneas*, para efeitos de estudo. Consideração de *unidades de tecido urbano* constituídas pela unidade mínima: o *lote*.

- Caracterização geral das duas escolas mais influentes: a italiana, constituída por arquitectos, que trabalha com base nas *tipologias*, fazendo pouco uso de documentos escritos; a inglesa, fundada e desenvolvida sobretudo por geógrafos e que se apoia nas *unidades de plano* para abordar os estudos urbanos.
- Hipótese do *palimpsesto*, que pode ajudar na interpretação de alguns factos urbanos.
- A ideia de que, face ao desconhecido, na ausência de fontes escritas, só *hipóteses* podem ser avançadas, embora a evidência exclusiva dos factos morfológicos possa *fazer* história.

Na sequência do percurso descrito, assinala-se que a emergência da *Morfologia Urbana*, como campo interdisciplinar, tem um marco importante na constituição do ISUF – *International Seminar on Urban Form* (192) que juntou um grupo oriundo de diferentes disciplinas e países, a partir de 1996.

Anne Vernez Moudon, depois de traçar as características essenciais das duas escolas, a inglesa, iniciada por Conzen e a italiana, por Muratori, diz que, apesar do isolamento intelecual a que ambos se viram votados pelos colegas, adeptos do modernismo, os continuadores que depois não lhes faltaram, "*viram a importância de capturar o que os mestres tinham chamado o 'genius loci' da cidade*" (193).

J. W. R. Whitehand, também geógrafo, no seguimento de Conzen, alarga o âmbito da Morfologia Urbana e forma o *Urban Morphology Research Group* na Universidade de Birmingham, desenvolvendo também estudos na área da expansão suburbana (194).

Em Itália, Gianfranco Cannigia vai dar continuação à tradição de Muratori, a que chamou *processo tipológico*, "*devido à incidência nos tipos de edifícios como as raízes elementares da forma urbana*" (195). A correspondência da teoria e da prática, com pesquisas em cidades de Itália e do Norte de África, é uma característica da escola italiana que a segunda geração não desdenha (196).

Aquela que é considerada a terceira escola, emergiu em França em finais de 1960, em Versalhes, fundada por Philippe Panerai, Jean Castex e Jean-Charles DePaule, na sequência da "*reacção contra a arquitectura modernista e a sua rejeição da história*", beneficiando do ambiente de debate intelectual da época e que ultrapassava a arquitectura (197).

A construção de uma metodologia própria passa pela influência da escola italiana, mas é certo que os primeiros escritos de Castex e Panerai exerceram uma grande influência nos arquitectos europeus (198).

A posterior multiplicação dos intercâmbios científicos provocou a adesão de investigadores e grupos ligados aos temas da *Morfologia Urbana*, provenientes de muitos países,

nomeadamente os Estados Unidos, com a participação da autora, sobretudo através da escola de Versalhes (199).

De assinalar que a influência italiana está sempre presente, sobretudo através dos arquitectos e na sequência do êxito e difusão do trabalho de Aldo Rossi (200), o qual "*promoveu, com sucesso, o retorno aos tipos de edifício 'tradicional', provocando um renovado interesse na cidade histórica e promovendo o seu significado na arquitectura*" (201).

Os escritos de Aymonino estimularam também um acrescido interesse no design da cidade.

Apesar de ambos se terem demarcado subsequentemente da *morfologia urbana*, "*a qual viam como promotora de soluções ultrapassadas para os problemas urbanos actuais e impotente para resolver as produções da arquitectura moderna*" (202), a coesão das três escolas (e a configuração do ISUF) estava assegurada retrospectivamente pela contribuição instrumental italiana constituída pelo programa de reabilitação do centro histórico de Bolonha (203).

Da recensão das bases teóricas resultantes do confronto de pesquisas em diferentes áreas, mas num mesmo domínio, destaca-se o que se considera importante, não só no âmbito da presente pesquisa, mas também em função de ulteriores desenvolvimentos:

- Existe acordo quanto ao facto de a cidade poder ser *lida* e analisada por intermédio da sua forma física (204).

- Reconhecem-se três princípios como base do nível mais elementar da análise morfológica: a forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais, que são os edifícios e os espaços livres com eles relacionados, os lotes e as ruas; a forma urbana pode ser entendida a diferentes níveis de resolução, correspondentes a edifício/lote, rua/quarteirão, cidade e região (205).O terceiro princípio é que "*a forma urbana só pode ser entendida historicamente desde que os elementos que a compõem sofram transformação e reposição continuadas*" (206).

- Reconhece-se que a célula mínima da cidade é a combinação de dois elementos: a parcela individual de terreno em conjunto com o seu edifício ou edifícios e os espaços livres, a qual define a forma urbana e a sua densidade, bem como as potencialidades de uso ao longo do tempo.

- "*Os estudos mostram que os atributos da célula e os seus elementos reflectem, não só um período histórico, mas as condições sócio-económicas presentes na altura do loteamento e da construção*" (207). Com o decorrer do tempo, esses elementos acabam por ser usados de formas diferentes, fisicamente transformados, eliminados ou substituídos por novas formas, variando o *ratio* das mudanças com a cidade, mas coincidindo com ciclos ligados à economia e à cultura (208).

- O que os estudos identificam como "*unidade de plano*" (Conzen) ou "*tecido*" (italianos), são grupos de edifícios, espaços livres, lotes e ruas, que formam um conjunto coerente, ou porque foram construídos na mesma época, ou de acordo com as mesmas condicionantes, ou ainda porque sofreram um processo comum de transformação (209).

2.6- Conceito de *tipologia* na escola italiana

Para Aymonino, discípulo de Muratori, "*a análise dos fenómenos urbanos— considerados como factores determinantes não só das decisões como também dos problemas que enfrenta a disciplina arquitectónica— deslocou, nas investigações e debates culturais, as análises centradas na identificação dos distintos episódios que configuraram o 'nascimento' da arquitectura moderna*" (210). Com esse deslocamento, fica de parte qualquer contributo para a história da arquitectura " *baseada nos 'grandes exemplos'*" (211).
Faz-se assim ressaltar a dimensão colectiva da arquitectura e da cidade, como fenómenos que ultrapassam o somatório das intervenções individuais e emergem com uma especificidade própria, onde se espelham a história e "*as forças produtivas, sociais e políticas— tanto no que respeita aos aspectos quantitativos como às suas relações recíprocas*" (212).
O objectivo dos estudos no âmbito da arquitectura tem a ver com o estabelecimento de uma conexão entre a tipologia arquitectónica e a morfologia urbana, entendida esta como a análise "*das estruturas urbanas entendidas como estruturas de relações, com uma relativa estabilidade ao longo do tempo*" (213).
Trata-se então de "*estudar— através de uma série de análises históricas específicas capazes de definir as transformações registadas no decurso do tempo e, em especial, a partir da conformação da cidade burguesa— os condicionamentos materiais (como a estrutura da propriedade, os modos de produção, as decisões políticas, etc) que subjazem nas formas arquitectónicas e estas expressam como testemunho físico*" (214).

Aymonino desenvolve o conceito de *tipologia edificatória*, útil ao estudo da cidade contemporânea, ligado inicialmente à emergência de novas necessidades, a partir de finais do século XVIII, no quadro da cidade burguesa, relacionando as respostas com a autonomização da arquitectura civil, o surgimento de *prototipos* de influência iluminista (maioritariamente em projecto) e com a construção de uma nova imagem de cidade, onde a *tipologia edificatória* vai adoptar uma cada vez maior especialização: "*A tipologia edificatória, como esquema de referência para o projecto de novas construções e, frequentemente, como quadro*

de classificação de modelos susceptíveis de sucessivas imitações, é já, portanto, uma concretização, um instrumento operativo" com o qual se pretende oferecer respostas concretas a novas necessidades (215).

Aldo Rossi (216) vê, inclusivamente, na tratadística, nomeadamente em Milizia (217), um apontamento seguro quanto ao uso do conceito de *tipo*, mesmo que o autor não o explicite: "*A comodidade de qualquer edifício compreende três atributos principais, que são: a sua situação, a sua forma, a distribuição das suas partes*" (218).

Por sua vez, a relação da *tipologia edificatória* com a cidade, parte da vinculação directa dos edifícios à morfologia urbana, considerados como elementos componentes da mesma (219). Os edifícios públicos civis, tomados como referências, fazem da representação municipal o principal interveniente na construção da cidade da era industrial (220).

É este o contexto em que Aymonino refere Quatremère de Quincy, como "*o primeiro tratadista que tentou formular teoricamente os conceitos de 'tipo' e 'modelo'*" (221): "*A palavra 'tipo' não representa tanto a imagem de uma coisa que deve ser imitada na perfeição como a ideia de um elemento que deve servir, por si mesmo, de regra de um determinado modelo*" (222). Enquanto o *modelo* se destina a ser repetido de forma exacta, o *tipo* é o objecto a partir do qual é possível conceber obras completamente diferentes entre si, servindo também "*de regra ao modelo*" (223). À perfeita definição de elementos e composição do *modelo*, contrapõe-se a *imprecisão* do *tipo*, levando à ausência de obstáculos intelectuais relativamente à sua *imitação* (224).

Defende Quatremère de Quincy, de acordo com as citações em que Aymonino e Rossi coincidem (225), que tudo requer um antecedente, não surgindo do *nada*. A arte de edificar, à semelhança de qualquer criação humana, terá surgido em cada país de um *germen preexistente*. Pode observar-se então que todas essas criações conservaram, apesar das sucessivas transformações que se possam ter registado, os seus elementos principais. Sendo que, para Quatremère de Quincy, este facto é *manifesto*, tanto à sensibilidade como à razão (226).

O *tipo*, na sua relação com a arquitectura (tomada no sentido da produção de modelos?), não surge como *algo* a que esta se conforme, mas como *algo* que está presente no *modelo*, como regra, como modo constitutivo da arquitectura: "*pode-se dizer que este algo é uma constante*" (227). De acordo com Rossi, esta afirmação implica considerar o facto arquitectónico como uma estrutura, referida ao próprio facto. Se o *tipo* é uma constante, revelar-se-á em todos os factos arquitectónicos, decorrendo daqui que, sendo um *elemento cultural*, "*torna-se assim em grande parte o momento analítico da arquitectura, mais individualizável ainda ao nível dos*

factos urbanos" (228). O conceito de *tipo* entra assim como operativo no domínio da pesquisa morfológica, na medida em que a tipologia se apresenta como "*o estudo dos tipos não ulteriormente redutíveis dos elementos urbanos, de uma cidade como de uma arquitectura*" (229). Rossi considera que esta é uma operação lógica necessária, concluindo que qualquer tratado de arquitectura é também um tratado de tipologia, adiantando que igualmente no campo do projecto, ou da "*projectação*" (230), estarão presentes as operações que conduzem à determinação dos tipos, já que "*todas as formas arquitectónicas são reconduzíveis a tipos*" (231) e à sua posterior utilização (232).

Do exposto, relevam-se alguns pontos importantes para o que possa ser a síntese de uma definição de *tipo*:

- A *tipologia edificatória* identifica-se com o estabelecimento, *descrição* e *prescrição* de *modelos*.
- *Tipo* como *regra de modelo*, subjacente ao mesmo.
- *Tipo* como *regra*, como *constante*, aplicável tanto à arquitectura como à cidade.
- O estudo dos *tipos* é uma operação lógica, presente na análise e também no projecto.

- Tipologia da Edificação- conceitos e metodologia

Continuadores de Muratori, Cannigia e Maffei (233) definem as suas posições num quadro pedagógico, do ensino da arquitectura, mas também de uma prática projectual, comprovando o que ficou registado quanto ao carácter pragmático da *escola italiana*.

Partem da definição de crise, que se produz quando "*uma estrutura qualquer resulta ineficaz, tal como estava formulada anteriormente, para adequar-se a uma situação nova e diferente: essa crise é positiva, enquanto esforço de adequação e reequilíbrio correspondente a uma realidade mutável*" (234) e da crítica às repercussões, na prática arquitectónica, dos postulados do movimento moderno. Este, de acordo com os autores, na senda da preocupação em contestar o academismo, não chegou a buscar, nem propor, outro tipo de codificação que substituísse as formulações académicas (235) (na linha da *Beaux Arts*), mas constituindo afinal um outro tipo de academismo, ao fixar da anterior estrutura a definição do papel do arquitecto "*como autor de produtos excepcionais*". O resultado foi, e julga-se que perdura na mentalidade da classe dos arquitectos, a promoção de uma arquitectura "*personalista, com o fim de favorecer a variedade de produtos, a inventiva caprichosa e estetizante*", ao serviço sobretudo da encomenda pública e privada, "*proporcionando-lhe um produto consumista,*

deliberadamente oposto a qualquer contexto, a qualquer edificação existente, a qualquer continuidade cultural" (236).

A arquitectura de objectos excepcionais continua a existir; nem tudo é *Arquitectura*, mas o maior e mais importante protagonista do *ambiente antrópico* e da sua história cultural é a *edificação*, definida como "*o contexto geral do construído"*, onde se inserem as obras pontuais de arquitectura, normalmente ligadas às classes dominantes.

Evita-se fazer uma "*história do singular*" (237), uma vez que "*as nossas cidades não estão condicionadas pelas poucas obras aceites como 'arquitectura', mas antes pelas muitíssimas, condenadas ao anonimato, da edificação, cuja história e devir são desdenhados por muitos cultivadores da 'história da arquitectura', sujeitos aos mesmos condicionamentos que fazem agora do ensino da história, em geral, a história dos personagens, dos acontecimentos, das guerras, desligando-se da maioria da humanidade,* [...], *a autêntica protagonista da história do homem, na sua variada e contínua produção do próprio ambiente*" (238).

Face à formação de aglomerados urbanos integrados por objectos fortemente personalizados, com escassa correlação entre eles, a edificação actual caracteriza-se, segundo os autores, pela "*descontinuidade de produtos e intenções*" (239).

A proposta de *superação da crise* passa então pela construção de uma "*consciência actuante*", com o "*entendimento das razões históricas*" daquela e "*provém de uma continuidade, comum aos produtos da edificação passados e actuais, ignorados pelos agentes e usuários e que, contudo, existe e é vital, e é a profunda e constante 'continuidade dos processos tipológicos"*" (240).

A metodologia quanto à identificação da crise, entendida como "*crise da linguagem da edificação*", na acepção mais ampla do termo, pressupõe a *leitura* da edificação ligada ao *fazer* da mesma, "*integrados ambos num sistema de convenções espontâneas, comuns ao usuário e ao construtor, dentro de uma mesma área cultural*" (241), sendo que, à imagem da linguística, também a crise na linguagem da edificação se pode considerar "*uma crise de contacto entre áreas linguísticas diferentes*" (242).

A aplicação da *consciência crítica*, numa visão eminentemente estruturalista, postula que "*'estrutura' e 'história' coincidem, no sentido de que todo o momento estrutural é explicável como consequência do anterior, e matriz do posterior*" (243). O ambiente antrópico deverá ainda ser lido como unitário, homogéneo e orgânico, tendo adquirido os seus caracteres por um mecanismo de auto-correcção: produto de uma colectividade agindo no espaço e no

tempo, as intervenções individuais integram-se num conjunto, cuja coerência se identifica como estruturação do ambiente e "*planificação espontânea*" (244).

O *processo tipológico* é considerado indispensável para a compreensão dos *tipos*, na medida em que estes estão ligados entre si e que cada *tipo* se explica pelo anterior e pelo que se lhe segue.

"*O processo tipológico leva, com o tempo, a uma reprodução progressiva de estruturas, mais complexas, obtidas por sucessivas especializações das anteriores. Na remota base do processo encontramos estruturas de evidente carácter elementar, que chamamos, por isso, 'matrizes elementares'. Estas, e as estruturas posteriores, ficam compreendidas no nível das componentes dos tipos mais complexos: daí a necessidade da contemplação crítica do processo tipológico para compreender as estruturas actuais desmontando a sua complexidade*" (245).

Quatro fases, a percorrer gradualmente, equivalentes a escalas dimensionais, são preconizadas pelos autores, para a compreensão da evolução dos tipos: edifícios como determinação de tipos de edificação; aglomerações como determinação de tecidos típicos; organismo de assentamento e urbano como determinação de conexões típicas entre aglomerações; organismo territorial como determinação de conexões de organismos de assentamento e urbanos concorrentes com organismos viários e produtivos (246).

Neste percurso, em primeiro lugar surge o tipo, derivado estatísticamente da edificação *a posteriori*, definido como conceito (síntese *a priori*) e afirma-se a necessidade de referir os tipos especializados à *edificação de base*. Aglomeração é definida como sistema numérico de edifícios, dos quais "*se examina o sistema de relações formadas durante a génese e posterior expansão, mediante os diferentes traçados dos sistemas de trajectos e a progressiva formação das subdivisões do tecido*" (247).

Área de pertença, definida como o espaço ocupado no território pelo edifício, será o equivalente ao *lote*.

O território é "*o espaço do homem ocupado globalmente pelo conjunto das suas actividades (deslocação, assentamento, produção, troca), segundo categorias de formação progressiva, referentes ao progressivo domínio do ambiente*" (248) e apropriação do território.

A recapitulação dos "*comportamentos antrópicos nas diferentes escalas*" (249) permite a identificação de *constantes*, no que respeita à organicidade de cada *tipo*.

A definição de *tipo* tem, no contexto desta metodologia, um carácter que importa definir, pelas suas implicações semânticas.

Relaciona-se com outras definições, sobretudo as de *consciência espontânea* e *consciência crítica*.

A primeira refere-se à "*aptidão de um sujeito para adaptar-se, na sua actuação, à essência cultural herdada*". Há uma compreensão imediata e sintética do que convém na execução do edificado: "*os homens sempre construiram as suas casa por si mesmos, sem a intervenção do arquitecto, guiados pelo património de noções correlativas próprias de cada uma das áreas culturais, em cada momento histórico, segundo a determinada 'cultura da edificação' que espontaneamentecontribuiram para transmitir e desenvolver*" (250).

Quanto à *consciência crítica*, é quase o contrário: surgida em períodos de crise, obriga a escolhas, que se fazem por dúvida, pois não há um modo próprio ou enraizado no saber fazer. Preconiza-se ainda um exercício da consciência crítica que passa pela adaptação ao mundo da consciência espontânea, "*recuperando o que se faria tendo continuado a actuar de acordo com ela*" (251). O que, embora possa constituir um exercício aliciante, dá lugar a questionar os resultados, sobretudo quando Cataldi, Maffei e Vaccaro põem uma outra hipótese (em1997): "*percebe-se que a 'salvação da crise' não está na continuidade das tradições de construção locais piamente preservadas na memória cultural popular, tal como proposto por Cannigia, mas a capacidade da visão contemporânea para reconhecer novos significados naquelas tradições e dar-lhes uma nova vida*" (252). Hipótese esta consentânea com o que Umberto Eco também sugere, tal como referido a propósito de arquitectura e comunicação.

A definição de *tipo*, que Cannigia relaciona com a de *consciência espontânea*, devolve um objecto produzido no seio de uma cultura, num momento da sua evolução, jogando com os dados herdados dessa cultura, mas de forma inconsciente (253). O *tipo* identifica-se aqui com o *projecto mental*, *antecipação da realização física*, *conceito de casa*, cuja vinculação cultural lhe confere o carácter final de *tipo de edificação* (254).

Reforça-se, assim, a componente cultural ligada à produção da edificação nas anteriores definições de *tipo*.

2.7- Estrutura da dissertação e metodologias

Embora um conjunto de métodos gerais seja comum a todos os capítulos da pesquisa, bem como muitos pressupostos teóricos, acontece que, pela sua natureza, para cada um deles, individualmente ou em conjuntos, foram convocadas diferentes metodologias, optando-se, nesta exposição, por fazê-las coincidir com os respectivos capítulos.

- Estruturação geral e metodologias

A presente dissertação estrutura-se em três partes, de acordo com o seguinte esquema:

I- Tema e problemática

A primeira parte comporta os capítulos referentes à introdução e fundamentos teóricos e metodológicos, com os seguintes capítulos:

I. 1- Introdução

I. 2- Pressupostos teóricos e conceitos temáticos

II- Identidade saloia e Território

A segunda parte é constituída pelo corpo da dissertação e é composta por três capítulos:

II. 1- Saloios e Região Saloia

O primeiro diz respeito à caracterização da etnia saloia, suas supostas origens e território e caracterização cultural.

É composto pelos sub-capítulos:

II. 1. 1- Saloio: etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores

II. 1. 2- Delimitações geográficas: etnia e território

II. 1. 3- Identidade cultural saloia- síntese de traços essenciais

II. 2- Território e Povoamento

No segundo capítulo, caracteriza-se fisicamente a área abrangida pelos concelhos de Cascais e Oeiras, particularizando depois a pesquisa histórica quanto à evolução do povoamento, para Cascais e interior do seu concelho.

É constituído pelos seguintes sub-capítulos:

II. 2. 1- O Território: Elementos de Geografia Física

II. 2. 2- O povoamento do interior do concelho de Cascais- modelos e evolução da ocupação do território

II. 2. 3- Conclusões

II. 3- Pequenos núcleos históricos do interior: morfologia e arquitectura

O objecto do terceiro capítulo é a morfologia e arquitectura de duas povoações da freguesia de S. Domingos de Rana e território envolvente, como exemplo de aproximação a uma análise teórica e gráfica que tenha em conta os elementos da identidade cultural entretanto delineados e elencados.

Comporta sub-capítulos mais curtos e tematicamente mais unidos:

II. 3. 1- Algumas definições e uma metodologia

II. 3. 2- Povoamento e arquitectura: contributos para uma interpretação

II. 3. 3- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- evolução morfológica

II. 3. 4- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- morfologia e arquitectura

II. 3. 5- Conclusões

III- Conclusões

A terceira e última parte diz respeito às conclusões.

Bibliografia e anexos completam o conjunto.

No que respeita a metodologias, teremos:

- Em relação ao capítulo **II.1: Saloios e Região Saloia**

A presente pesquisa, no pressuposto da prevalência da *mediação da cultura* na produção do ambiente edificado e sobre a construção do território, estrutura-se de forma a dar resposta, num primeiro momento, à caracterização social, cultural e identitária dos protagonistas da acção— os saloios. O que se faz sobretudo através de uma bibliografia temática, proveniente das áreas da etnologia, etnografia, linguística, geografia humana, mas também da iconologia e antropologia das religiões, utilizando métodos comparativos (de informações, peças descritivas, opiniões), dedutivos e também indutivos, para constituir um conjunto lógico, ainda que incompleto, de caracterização cultural de uma etnia, num território, também ele delimitável.

Tem também como pressuposto que tudo decorre num território em construção que se constitui como suporte e parte integrante na definição de um *lugar*, no sentido de *locus*.

- Em relação ao capítulo **II.2: Território e Povoamento**

A caracterização física— geral e sintética— do território, é feita passando de uma escala que abrangia o equivalente à Área Metropolitana de Lisboa, para outra, confinada aos concelhos de Cascais e Oeiras. Os elementos são recolhidos em análises geográficas locais, sem a pretensão de utilizar métodos próprios das respectivas disciplinas e áreas científicas, mas apenas com a finalidade de fornecer o enquadramento físico mínimo à pesquisa. O método utilizado é descritivo e dedutivo.

A História, utilizada em larga escala no segundo sub-capítulo, começa por ser a história de um contexto alargado, para se vir concentrando gradualmente numa história local, na medida em que muda a escala dos protagonismos. Para o período Pré-histórico o recurso é a Arqueologia, mas trata-se sempre de uma história da evolução do povoamento, com as implicações quanto

à apropriação e uso do solo— com a evolução da propriedade e a economia, de onde não estão ausentes os aspectos culturais e os relativos à organização social nas várias épocas.
Os métodos gerais utilizados são o histórico *comparativo*, a par do dedutivo. A finalidade é a *identificação diacrónica de constantes* e a integração de *invariantes* no processo de análise e conclusões.

-Em relação ao capítulo **II.3: Pequenos núcleos históricos do interior: morfologia e arquitectura**
Os modelos teóricos para o desenvolvimento do capítulo, chegam pela via da geografia humana e da arquitectura vernacular saloia.
O percurso da pesquisa, iniciado com uma caracterização cultural referida a um território alargado, depois limitado ao concelho de Cascais, concentra-se, neste capítulo, numa pequena parcela de território do interior do concelho, culminando uma análise que vai do geral ao particular, mas cuja sequência poderá recomeçar, partindo das novas hipóteses surgidas e fazendo um percurso inverso.
A metodologia utilizada quanto à análise do suporte físico e morfologia do terreno foi deduzida da que se encontra expressa nos trabalhos desenvolvidos para a Área Metropolitana de Lisboa e Plano Verde de Lisboa, pelas equipas de especialistas, bem como de elementos de interpretação recolhidos noutros autores referidos no próprio capítulo. Os métodos gerais de análise cartográfica passam pela separação de níveis diferentes de informação— o relevo ou a hidrografia, por exemplo— para aplicação de outros métodos, sobretudo o *comparativo*, seja *diacrónico* ou *sincrónico*.
Constantes e *pré-existências* constituem os pontos fixos que articulam a análise, consubstanciada em interpretações gráficas, sobretudo no que se refere aos pequenos núcleos rurais no seu contexto próximo, incluindo ainda um quadro de *itens* de caracterização da evolução própria e de relações viárias com outros aglomerados e centros.
Já no que respeita à análise morfológica dos aglomerados, considerados como *unidades* coerentes, na metodologia utilizada conjugaram-se elementos decorrentes das abordagens da escola inglesa e da escola italiana.
Uma vez que a *Morfologia Urbana*, muito vinculada à cidade, dificilmente fornecia um modelo teórico de análise, julgou-se positivamente da utilidade da metodologia italiana, mais propriamente, a que se refere à análise do *processo tipológico*, (em que o *tipo* é a *constante* a considerar), utilizando, no entanto, os princípios de determinação (quanto possível) da evolução da célula mínima, o *lote*, em conjugação com a evolução e caracterização dos

espaços públicos, numa adaptação que tem em conta as particularidades do objecto em causa, algo entre o rural e o urbano, mas, de qualquer forma, um *assentamento humano*.
De assinalar que o método de determinação da evolução tipológica se baseia no facto de que cada *tipo* depende do que o antecedeu, condiciona e está presente no *tipo* seguinte.

A estrutura geral da análise segue um caminho inverso do preconizado por Cannigia na investigação sobre o ambiente antrópico: percurso que começa no território e acaba no aglomerado urbano-rural e na arquitectura. Em parte devido a esta inversão, o *processo tipológico*, tal como descrito, surge como modelo de interpretação dos resultados da análise morfológica, com incidências na arquitectura vernacular e levantando a hipótese de recolocar as teorias existentes quanto a tipologias da arquitectura doméstica saloia actualmente aceites.
Os meios empíricos e indutivos de pesquisa, utilizados pela *Morfologia Urbana*, apesar de criticados pelo positivismo, parecem ser os mais indicados para o campo do comportamento humano (255).
No pressuposto da função comunicativa das expressões culturais em presença, o exercício da *consciência crítica* na interpretação dos fenómenos é feita tendo em conta, não só o contexto histórico e social, mas também o quadro de denotações— aspectos funcionais— e conotações— significados— eventualmente simbólicos, a elas inerentes.

- Tratamento das imagens

O texto e os elementos de análise cartográfica são complementados por imagens, agrupadas por títulos, dentro de cada sub-capítulo.
As imagens referem-se, obviamente, aos assuntos tratados nos textos. No entanto, o objectivo da maior parte é, para além de ilustrar a narrativa, servir de complemento e reforço às ideias, fundamentos ou conclusões a ela inerentes, acrescentando, de forma indutiva, informações complementares, podendo adiantar elementos que vêm a ser retomados nos textos.

-Fontes

- A bibliografia forneceu a maior parte das fontes escritas. Baseou-se a selecção bibliográfica na respectiva pesquisa, mas outros critérios foram utilizados, nomeadamente as recomendações da orientadora e de especialistas em alguns assuntos— por exemplo, nas áreas da etnografia, da arqueologia, da história local. Outro critério seguro foi a *bibliografia das bibliografias*, que se recolhe em cada publicação temática.

Sempre que possível, consultaram-se as obras na língua em que foram escritas ou uma boa tradução. No entanto, principalmente para os temas ligados à arquitectura e urbanismo, escasseiam as boas traduções e proliferam as edições brasileiras e castelhanas.

De referir que, nas transcrições para citação de textos em línguas diferentes do português, a tradução é da inteira responsabilidade da autora.

- Indagações, observações e pesquisas locais, abrangendo áreas mais extensas que as seleccionadas no estudo.
- Levantamento fotográfico de elementos relevantes.
- Utilização de documentos fotográficos cedidos por particulares.
- A cartografia sequencial, de várias épocas e proveniências, com destaque para a cartografia antiga, demonstrou potencialidades, não totalmente exploradas, para o reconhecimento e análise diacrónica dos fenómenos à escala do território, tendo-se revelado mais difíceis de interpretar a escalas mais minuciosas, por falta de detalhe e rigor.
- Recolha de documentos, pertencentes a particulares, relativos à paróquia de S. Domingos de Rana.
- Entrevistas, das quais se seleccionaram as que se apresentam em anexo.
- As fases exploratórias incluíram muitas conversas informais, com especialistas, informantes, conhecidos e desconhecidos; em encontros combinados, mas também muitas conversas de café e encontros fortuitos. Foram testemunhos não registados, mas que constituíram bases de reflexão e decisões; resultaram por vezes em descobertas importantes: tudo isso, sem dúvida, está implícito no que se pôde produzir. Tudo isso, porque profundamente humano, é que constitui a *alma* da pesquisa, se, porventura, em justiça, ela puder ser reconhecida.

Notas a I- Tema e Problemática

1- MORIN, Edgar; BOCCHI, Gianluca; CERUTTI, Mauro – **Os Problemas do Fim de Século.** 3ª Ed., Lisboa: Editorial Notícias, 1990, p. 6
2- MAGALHÃES, Manuela Raposo *et al.*- Morfologia da Paisagem. **Complexidade da paisagem metropolitana**. In TENEDÓRIO, José António (Dir.) **– Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**. Lisboa: AML, 2003, p. 77
3- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito - **Património Arquitectónico e Arqueológico (Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais).** 1ª Ed., Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 23-39
4- CROFT, Vasco - **Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal**. 1ª Ed. Lisboa: Terramar Editores, 2001, p. 71
5- CROFT, ref 4, p.159: acerca das negociações da C.M.C. com A. Santo para implementação do Programa PER.
- Na sequência dessas negociações, a freguesia de S. Domingos de Rana foi invadida por edificação de densidades muito superiores ao previsto no PDM e construções em áreas com outros destinos.
6- Resolução do Conselho de Ministros nº 96/97: Ratifica o Plano Director Municipal de Cascais. REPÚBLICA PORTUGUESA. Diário da República, 19 de Junho 1997, Série I-B, Nº 139, p. 2970-2999
7- CARVALHO, Jorge – **Ordenar a Cidade.** 1ª Ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, p. 18
8- CARVALHO, ref 7, p. 19
9- CARVALHO, ref 7, p. 19
10- CARVALHO, ref 7, p. 19
11- CARVALHO, ref 7, p. 19
12- CARVALHO, ref 7, p. 20
13- CARVALHO, ref 7, p. 197
14- CARVALHO, ref 7, p. 134: o autor refere o aumento exponencial da percentagem de edifícios habitacionais de grande dimensão (10 e mais fogos) nas cidades portuguesas, a partir de 1981
15- CARVALHO, ref 7, p. 248
16- Regulamento do PDM, Secção IV, artº nº 78 nº 79
17- TELLES, Gonçalo Ribeiro (Coord.)- **Plano Verde de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 11
18- TELLES, ref 17, p.12
19- TELLES, ref 17, p.20-21
20- TELLES, ref 17, p.19: o conceito de "continuum naturale", definido e descrito na Lei de Bases do Ambiente, foi difundido em Portugal pelo Prof. Francisco Caldeira Cabral, a partir de 1940. É o "*sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio estabelecido do território*"
21- TELLES, ref 17, p. 21
22- TELLES, ref 17, p. 48
23- TELLES, ref 17, p. 48
24- TELLES, ref 17, p. 48
25- TELLES, ref 17, p. 49
26- TELLES, ref 17, p. 51
27- TELLES, ref 17, p. 52
28- TELLES, ref 17, p. 57
- TELLES, ref 17, p. 61: é referida a prática do planeamento que, nas cidades europeias, inclui a defesa da continuidade das estruturas verdes ecológicas, também em ambiente urbano e que tende a evoluir em sentidos contraditórios.
29- ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita- **O Fenómeno do Crescimento Suburbano no século XX: Raízes e motivações**. Lisboa, 2005. Trabalho apresentado na disciplina de Teoria do Desenho Urbano Contemporâneo, p. 68
30- TELLES, ref 17, p. 145
31- TELLES, ref 17, p. 156
32- TELLES, Gonçalo Ribeiro - **A Integração Campo/Cidade**. Povos e Culturas, A Cidade em Portugal: Onde se Vive, 1987, nº2, p. 421-444
33- TELLES, ref 17, p. 157
34- TELLES, ref 32, p. 443
35- TELLES, ref 32, p. 443
36- DERRUAU, Max - **Geografia Humana**. 1ª Ed. Vol. II Trad. Arlindo Mota, Lisboa: Editorial Presença, 1973, p.169: definição de modo de vida, como o conjunto de hábitos pelos quais a colectividade ou grupo que os

pratica assegura a sua subsistência, pela caça, pesca, agricultura, etc. Integra os meios materiais e processos de trabalho e também o conjunto de regras sociais que asseguram a coesão do grupo.
37- O que se passou no século XX no interior rural teve efeitos idênticos aos de uma colonização, com a destruição de uma cultura autóctone.
38- JASPERS, Karl – **Iniciação Filosófica.** 9ª Ed., Lisboa: Guimarães Editores, 1998, p.125
39- JASPERS, ref 38, p. 125
40- JASPERS, ref 38, p. 78
41- JASPERS, ref 38, p. 78
42- JASPERS, ref 38, p. 95: no contexto da vida de Karl Jaspers, expulso de Heidelberg pelo nazismo nos anos de 1930, a leitura da história também se fazia pela contemplação nostálgica de um passado de magnificências "*conservando viva essa recordação e, ao mesmo tempo, contemplando as calamidades em que tudo se subverteu*"
43-SOLÀ-MORALES, Ignasi – **Diferencias. Topografia e la arquitectura contemporânea**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1998, p. 11
44- SOLÀ-MORALES, ref 43, p.11: Siegfried Giedion como figura paradigmática do militantismo das vanguardas e da necessidade de convencer uma sociedade não preparada para as novas propostas.
- Facto que, em Portugal, só virá a ganhar alguma expressão pública a partir de 1940
45- SOLÀ-MORALES, ref 43, p. 13
46- SOLÀ-MORALES, ref 43, p. 12
47- SOLÀ-MORALES, ref 43, p. 13: Arquitectura que, por seu lado, se revela incapaz de defender e justificar as suas propostas...
48- SOLÀ-MORALES, ref 43, p. 15
49- Incluindo a recuperação mais recente de valores do Movimento Moderno, num contexto que não integra esta pesquisa.
50- MONTANER, Josep Maria – **A Modernidade Superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX**. Trad. Esther Pereira da Silva e Carlos Muñoz Gallego. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1997
- MONTANER, Josep Maria – **Arquitectura y Crítica**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002
51- PIAGET, Jean - **A situação das ciências do homem no sistema das ciências**. Trad. Isabel Cardigos do Reis, 1ª Ed., Amadora: Livraria Bertrand, 1970, p. 68
52- PIAGET, ref 51, p. 68
53- PIAGET, ref 51, p. 11
- MORIN, Edgar – **Introdução ao Pensamento Complexo.** 4ª Ed., Lisboa: Instituto Piaget, 2003, p.8-10: o autor desenvolve a ideia da necessidade de incluir o conceito de complexidade na ciência e no pensamento, em primeiro lugar, porque a própria natureza e a vida não se compadecem com os ditames do racionalismo, da análise por partes e da simplificação forçada. Reconhecendo o princípio da incompletude e da incerteza, "*o pensamento complexo é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não parcelar, não fechado, não redutor e o reconhecimento do inacabamento, da incompletude de todo o conhecimento*".
- Longe de contradizer o estruturalismo, o autor admite os seus princípios e metodologias, pois, em relação a Piaget, diz o autor: "*parece subestimado nos meus livros quando na verdade se trata de um autor crucial. Encontra-se na encruzilhada das ciências humanas, da biologia, da psicologia e da epistemologia*" (p. 166). Sendo partidário do construtivismo de Piaget, diz que este falha por não admitir a existência de forças complexas inatas organizadoras para que haja aptidões para conhecer e aprender. Pode dizer-se que a introdução do *pensamento complexo* vem dar uma nova dimensão, de realismo, humanidade e fecundidade, ao estruturalismo.
54- PIAGET, ref 51, p. 12
55- LÉVI-STRAUSS, Claude - **Mito e Significado**. 1ª Ed., Lisboa: Edições 70, 1979, p. 20
56- LÉVI-STRAUSS, ref 55, p.21
57- LÉVI-STRAUSS, ref 55, p.21
58- LÉVI-STRAUSS, ref 55, p.24
59- LÉVI-STRAUSS, ref 55, p.24
60- ROSSI, Aldo - **A Arquitectura da Cidade**. 1ª Ed., Lisboa: Edições Cosmos, 2001, p. 34
61- HALL, Edward T. – **A Dimensão Oculta**. Trad. Miguel Serras Pereira, 1ª Ed., Lisboa: Relógio d´Água, 1986, p.121-123: o autor adianta que "*até ao século XVIII, as divisões não tinham funções fixas nas casa europeias. Os membros da família não podiam isolar-se como hoje fazem. Não existiam espaços privados ou especializados. as pessoas estranhas à casa entravam e saíam à vontade, enquanto as camas e as mesas se armavam ou desarmavam segundo o humor ou apetite dos ocupantes. As crianças eram vestidas e tratadas como pequenos adultos*" A própria estrutura familiar evolui, a partir do século XVIII, com a especialização progressiva e organização dos espaços domésticos.
62- HALL, ref 61, p.213
63- HALL, ref 61, p.213
64- GUIRAUD, Pierre – **A Semiologia.** Trad. Filipe C. M. Silva, 1ª Ed., Lisboa: Editorial Presença, 1973, p.33

65- ECO, Humberto **– La Estructura Ausente.** 1ª Ed. Barcelona: Lumen, 1975, p. 323
66- GUIRAUD, ref 64, p. 7: a semiologia é a ciência que estuda os sistemas de signos: linguagens, códigos, sinalizações, etc. A semiologia foi concebida por Ferdinand de Saussure como "*a ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social*".
67- GUIRAUD, ref 64, p. 59
68- ECO, ref 65, p. 324
69- ECO, ref 65, p. 326
70- ECO, ref 65, p. 333
71- ECO, ref 65, p. 333
72- ECO, ref 65, p. 334
73- ECO, ref 65, p. 341: o autor considera, por um lado, tanto as *denotações* como as *conotações* igualmente *funcionais* e por outro, *primário e secundário* não correspondem a diferentes graus de importância.
74- ECO, ref 65, p. 347
- É generalizado o conhecimento das experiências de dificuldades de adaptação de migrantes rurais ou nómadas às condições das habitações modernas, por exemplo, no uso das peças sanitárias.
75- ECO, ref 65, p. 348
76- ECO, ref 65, p. 349
77- ECO, ref 65, p. 350
78- ECO, ref 65, p. 350
79- ECO, ref 65, p. 350
80- ECO, ref 65, p. 350
81- ECO, ref 65, p. 351
82- ECO, ref 65, p. 351: o autor relaciona ainda este fenómeno com o da *Pop-Art* e *ready made surrealista*, que implicam a descontextualização dos signos, dando-lhes novos significados.
83- ECO, ref 65, p. 353
84- ECO, ref 65, p. 355
85- NORBERG-SHULZ, Christian – **A Paisagem e a obra do homem**. Arquitectura, 1968, nº 102, p. 52
86- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 52
87- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 72
88- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 56
89- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 56
90- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 56
91- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
92- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
93- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
- CORBUSIER, Le – **Maneira de Pensar o Urbanismo**. 2ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977
94- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
95- NORBERG-SHULZ, ref 85, p. 58
96- MONTANER, Josep Maria – **Arquitectura y Crítica**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, p. 63
97- MONTANER, ref 96, p.63
98- NORBERG-SHULZ, Christian - **Genius Loci: Paesaggio, Ambiente, Architettura**. Trad. de Anna Maria Norberg-Schulz. 2ª Ed., Milão: Gruppo Editoriale Electa, 1992, p.5
99- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 63
100- NORBERG-SHULZ, ref 98: trata-se da data indicada no prefácio.
101- ROSSI, ref 60
102- ROSSI, ref 60, p. 151
103- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
104- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
105- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
106- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
107- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 18
108- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 6
109- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 6: Le Corbusier admite o papel da emoção na avaliação da arquitectura, em *Vers une architecture,* 1926: "*a emoção arquitectónica verifica-se quando a obra ressoa dentro de nós em harmonia com um universo a cujas leis tributamos obediência, fé e respeito*" (o autor não indica elementos bibliográficos).
110- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5
111- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5

112- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5: o pensamento de Heidegger funcionou para o autor como catalizador, que tornou possível o livro, nomeadamente a obra:
-HEIDEGGER, Martin- **Que é uma coisa?: Doutrina de Kant dos princípios transcendentais**. Trad. Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992
113- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5
114- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5
115- NORBERG-SHULZ, ref 98, p. 5
116- HEIDEGGER, Martin – **Ser e Tempo**. Parte I. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. 4ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1993, p. 90-98
117- LYNCH, Kevin – **A Imagem da Cidade**. 1ª Ed., Lisboa: Edições 70, 2003
118- PORTOGHESI, Paolo – **Después de la Arquitectura Moderna**. 1ª Ed., Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1981
119- VENTURI, Robert – **Complejidad y Contradicción en la Arquitectura**. 1ª Ed., Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1972
120- ROSSI; ref 60, p.151
121- ROSSI; ref 60, p.151
122- ROSSI; ref 60, p.151
123- ROSSI; ref 60, p.156
124- ROSSI; ref 60, p.157
125- ROSSI; ref 60, p.192: o autor baseia-se também na obra:
- HALBWACHS, Maurice- **On collective memory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992
126- ROSSI; ref 60, p.192
127- ROSSI; ref 60, p.193
128- LYNCH, Kevin- **De qué tiempo es este lugar?** Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1975
129- LYNCH, ref 128, p.148
130- LYNCH, ref 128, p.148
131- LYNCH, ref 128, p.148
132- LYNCH, ref 128, p.149
133- ELIADE, Mircea – **O Mito do Eterno Retorno**. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2000
134- LYNCH, ref 128, p.153
135- LYNCH, ref 128, p.153
136- ELIADE, ref 133, p. 56-57
137- LYNCH, ref 128, p.153
138- ELIADE, ref 133, p. 59
139- LYNCH, ref 128, p.149
140- LYNCH, ref 128, p.149
141- LYNCH, ref 128, p.152
142- LYNCH, ref 128, p.153
143- GOITIA, Fernando Chueca- **Invariantes castizos de la Arquitectura Española**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Dossat, S. A., 1947, p. 12
144- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL. P-V Apêndices. Dir. de Carlos Moreira Azevedo Lisboa: Círculo de Leitores; Lisboa: UCP, 2001, p. 297
145- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL, ref 144, p. 298
146- ROSSI; ref 60, p. 49
147- ROSSI; ref 60, p. 50
148- MARAT-MENDES, Teresa – **The Sustainable Urban Form: A Comparative Study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona**. Thesis submitted to the University of Nottingham for the degree of Doctor of Philosophy. Nottingham, Fevereiro de 2002, p.8
149- WHITEHAND, J. W. R. - **British urban morphology: the Conzenian tradition**. Urban Morphology. Journal of the International Seminar on Urban Form, 2001, nº 5, vol. 2, p. 103
150- MOUDON, Anne Vernez- **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. Urban Morphology. Journal of the International Seminar on Urban Form, 1997, nº 1, p. 3
151- LÉVI-STRAUSS, Claude – **Tristes Trópicos**. 1ª Ed., Lisboa: Edições 70, 1993, p.113
152- MOUDON, ref 150, p. 3
153- ROSSI; ref 60, p. 61
154- RATCLIF, Richard U. -**The dinamicy of efficiency in the locational distribution of urban activities**. Reading in Urban Geography, 1959, p. 299. Cit. por ROSSI, ref 60, p. 62
155- GAUTHIEZ, Bernard- **The history of urban morphology**. Urban Morphology. Journal of the International Seminar on Urban Form, 2004, nº 8, vol. 2, p. 71-89
156- GAUTHIEZ, ref 155, p. 71

157- GAUTHIEZ, ref 155, p. 72
158- ROSSI; ref 60, p. 53
159- GAUTHIEZ, ref 155, p. 72
160- GAUTHIEZ, ref 155, p. 72: regular, correspondendo à existência de um plano e irregular, fruto da iniciativa individual.
161- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
162- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
163- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
164- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
165- GAUTHIEZ, ref 155, p. 73
166- GAUTHIEZ, ref 155, p. 74
167- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
168- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
169- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
170- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
171- GAUTHIEZ, ref 155, p. 75
172- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
173- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
174- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76: Em Itália distingue-se Giovannoni; no período entre as duas guerras continuam os estudos na linha de influência de Fritz; a Alemanha do pós-guerra continua a tradição, dando origem a duas escolas, independentes das italiana e inglesa.
175- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76: escola que surge na sequência de novas ideias, desenvolvidas entre arquitectos empenhados na reabilitação de centros históricos. Entre eles, é de referir a influência de Piccinato, através do ensino nas universidades de Nápoles, Veneza e Roma, bem como de Giovannoni e Trincanato.
176- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
177- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
178- GAUTHIEZ, ref 155, p. 76
179- GAUTHIEZ, ref 155, p. 77
180- GAUTHIEZ, ref 155, p. 77
181- GAUTHIEZ, ref 155, p. 77
182- GAUTHIEZ, ref 155, p. 77
183- GAUTHIEZ, ref 155, p. 78: sobretudo Stübben.
184- GAUTHIEZ, ref 155, p. 80
185- GAUTHIEZ, ref 155, p. 78
186- GAUTHIEZ, ref 155, p. 78
187- GAUTHIEZ, ref 155, p. 78
188- BLOCH, Marc- **Introdução à História**. Ed. revista por Étienne Bloch. Trad. de Maria Manuel, Rui Grácio e Vítor Romaneiro. 1ª Ed. (crítica). Mem Martins: Publicações Europa América, 1997
189- GAUTHIEZ, ref 155, p. 79
190- GAUTHIEZ, ref 155, p. 82
191- GAUTHIEZ, ref 155, p. 82
192- MOUDON, ref 150, p. 4
193- MOUDON, ref 150, p. 4
194- MOUDON, ref 150, p. 4
-WHITEHAND, J.W.R.; CARR, C.M.H.- **Twentieth-century suburbs: A morphological approach**. Oxford: Alexandrine Press, 2001
195- MOUDON, ref 150, p. 4
196- MOUDON, ref 150, p. 4: Entre eles contam-se Giancarlo Cataldi, Gian Luigi Maffei, Maria Grazia Corsini, Paolo Maretto, Giuseppe Strappa e outros.
197- MOUDON, ref 150, p. 5
198- MOUDON, ref 150, p. 5
199- MOUDON, ref 150, p. 6
200- MOUDON, ref 150, p. 5: a autora diz que Rossi não refere a influência de Muratori no seu trabalho, o que, de facto, aconteceu.
201- MOUDON, ref 150, p. 5
202- MOUDON, ref 150, p. 6
203- MOUDON, ref 150, p. 6
204- MOUDON, ref 150, p. 7
205- MOUDON, ref 150, p. 7
206- MOUDON, ref 150, p. 7

207- MOUDON, ref 150, p. 7
208- MOUDON, ref 150, p. 7
209- MOUDON, ref 150, p. 7
210- AYMONINO, Carlo – **El Significado de las Ciudades**. 1ª Ed. Madrid: H. Blume Ediciones, 1981, p.17
211- AYMONINO, ref 210, p. 18
212- AYMONINO, ref 210, p. 18
213- AYMONINO, ref 210, p. 17
214- AYMONINO, ref 210, p. 18
215- AYMONINO, ref 210, p. 113: exemplo de Durand, cuja teoria combinatória (trata-se de lições de arquitectura) se desenvolve combinando entre si, de todos os modos possíveis, os elementos de edificação dados. Este desenvolvimento realiza-se de forma abstracta primeiro, para depos passar a combinações que têm em conta os usos.
- BENEVOLO, Leonardo – **Historia de la Arquitectura Moderna**. 8ª Ed., Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, p. 39-40: exemplos de plantas e fachadas obtidas pelo método descrito
- **Théorie de l´Architecture: de la Renaissence à nos jours**. Prefácio de Bernd Evers. 1ª Ed. Colónia: Taschen, 2006, p. 200-205: descrição e ilustração do método de projecto de Jean-Nicolas-Lois Durand (1760-1835).
216- ROSSI; ref 60, p. 53
217- Théorie **de l´Architecture: de la Renaissence à nos jours**, ref 215, p. 98-103
218- ROSSI; ref 60, p. 53
- Théorie **de l´Architecture: de la Renaissence à nos jours**, ref 215, p. 98-103: identificando funcionalidade e beleza (dir-se-ia um Corbusier do século XVII), Milizia preconiza que a arquitectura seja: racionalista; funcionalista; "*falante*", quer dizer, significativa; filosófica...
219- AYMONINO, ref 210, p. 114
220- AYMONINO, ref 210, p. 114: os edifícios que são descritos, entre a segunda metade de 1800 e princípios de 1900, como realizações positivas, são escolas, hospícios, cárceres e banhos públicos...trata-se, sobretudo, de dar um aspecto *civil* à fealdade da cidade industrial.
221- AYMONINO, ref 210, p. 104
222- QUINCY, Quatremère de- Architecture, Encyclopedie méthodique. 3 Vol. Paris, 1788-1825. Cit. por AYMONINO, ref 210, p. 104, (sem indicações bibliográficas completas)

- ARGAN, Giulio Carlo- **Project et destin: art, architecture, urbanisme**. 1ª Ed. Trad. Elsa Bonan. Châtillon: Les Editions de la Passion, 1993. Cit por ROSSI; ref 60, p. 54: Argan retoma, de acordo com Rossi, a teoria de Quatremère de Quincy de forma interessante.
223- ROSSI; ref 60, p. 53
224- AYMONINO, ref 210, p. 105
225- ROSSI; ref 60, p. 53
- AYMONINO, ref 210, p. 105
226- AYMONINO, ref 210, p. 105
227- ROSSI; ref 60, p. 54
228- ROSSI; ref 60, p. 54
229- ROSSI; ref 60, p. 54
230- Tradução um pouco literal do italiano, possivelmente com o acordo do autor, mas que julgamos não ser corrente em português.
231- ROSSI; ref 60, p. 54
232- ROSSI; ref 60, p. 54: interpretam-se assim os dois momentos de que fala o texto, sendo o segundo aquele em que o tipo, como constante, reage "*dialecticamente com a técnica, com as funções, com o estilo, com o carácter colectivo e o momento individual do facto arquitectónico*"
- ROSSI; ref 60, p. 55
- Mas Rossi parece ir mais longe na reflexão quanto ao carácter a atribuir ao conceito de *tipo*: este constituiria "*a própria ideia de arquitectura, o que está mais perto da sua essência*". Embora reconhecendo as profundas diferenças e a variedade de soluções presentes, por exemplo, na habitação, Rossi parece ceder a uma grande intuição, quando diz: "*Inclino-me a crer que os tipos da casa de habitação não tenham mudado da antiguidade até hoje*".
233- CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi – **Tipologia de La Edificacion**. 1ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1995
234- CANIGGIA, ref 233, p. 11
235- CANIGGIA, ref 233, p. 11-12
236- CANIGGIA, ref 233, p. 12
237- CANIGGIA, ref 233, p. 13
238- CANIGGIA, ref 233, p. 13

239- CANIGGIA, ref 233, p. 13: a situação actual passa por um individualismo em que cada um ignora o que faz o vizinho, com uma falta absoluta de consciência de estar a contribuir para a construção de um ambiente global; os arquitectos preocupam-se unicamente em afirmar a singularidade da sua obra entre outras mil, num panorama que é um amontoado indefinido de "*objectos aparentemente distintos*".
240- CANIGGIA, ref 233, p. 14: o interesse pela edificação surgiu, como excepção, em 1954, com Muratori, nos cursos de Veneza e nos estudos sobre a mesma cidade.
241- CANIGGIA, ref 233, p. 14: os autores tomam noções da área da linguística, nomeadamente o que respeita à formação da língua, que, no caso italiano, é o resultado da aceitação, no latim generalizado, da sobrevivência linguística dos dialectos; os momentos de crise identificam-se com momentos de expansão ou de localização, de incremento ou perda.
242- CANIGGIA, ref 233, p. 15: a história da arquitectura mostra exemplos de crises deste tipo, nomeadamente quando na Europa mediterrânea o gótico do norte, associado às estruturas de madeira, se vem sobrepôr ao românico, cuja matriz são as paredes-mestras. A crise virá a agudizar-se com a adopção dos exotismos, a partir do século XVIII, criando a confusão de linguagens que atingem o paroxismo, no século XIX com os neo- gótico, neo-românico, etc.
243- CANIGGIA, ref 233, p. 18
244- CANIGGIA, ref 233, p. 18-19
245- CANIGGIA, ref 233, p. 20
246- CANIGGIA, ref 233, p. 21
247- CANIGGIA, ref 233, p. 21
248- CANIGGIA, ref 233, p. 21
249- CANIGGIA, ref 233, p. 21
250- CANIGGIA, ref 233, p. 24
- RUDOFSKY, Bernard- **Architecture without architects: a short introdution to non-pedigreed architecture**. 8ª Ed. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2003: o livro corresponde a uma exposiçao no MOMA de Nova Iorque entre Novembro de 1964 e Fevereiro de 1965. O autor (da organização da exposição e do livro), diz que a arquitectura "*non- pedigreed*" é tão pouco familiar que nem têm nome para ela. Objectiva a filosofia e saber dos construtores anónimos e releva a arte de construir como um fenómeno universal, que começa, de forma simbólica, na Bíblia, com Henoc—o primeiro homem que constrói uma cidade.
"*Fruto da actividade espontânea e continuada de um grupo com uma herança comum, agindo no contexto da experiência da comunidade*", a arquitectura é reconhecida como produto da inteligência humana aplicada a "*modos de vida*".
251- CANIGGIA, ref 233, p. 26
252- CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo- **The Italian school of process typology.** Urban Morphology. International Seminar on Urban Form, 1997, nº1, p. 52
253- CANIGGIA, ref 233, p. 28: neste ponto os autores referem o mesmo significado já mencionado por Aymonino em relação à *tipologia de edificação* do século XIX.
254- CANIGGIA, ref 233, p. 29
255- MOUDON, ref 150, p. 9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita- **O Fenómeno do Crescimento Suburbano no século XX: Raízes e motivações**. Lisboa, 2005. Trabalho apresentado na disciplina de Teoria do Desenho Urbano Contemporâneo, sob a orientação da Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes, Professora Auxiliar, ISCTE

ARGAN, Giulio Carlo- **Project et destin: art, architecture, urbanisme**. 1ª Ed. Trad. Elsa Bonan. Châtillon: Les Editions de la Passion, 1993, 280 p. ISBN 2-906229-18-0

AYMONINO, Carlo- **El Significado de las Ciudades**. Trad. Francisco Pol Mendez. 1ª Ed. Madrid: H. Blume Ediciones, 1981, 364 p. (Col. Biblioteca Basica de Arquitectura) ISBN 84-7214-231-0

BENEVOLO, Leonardo- **Historia de la Arquitectura Moderna**. 8ª Ed.Trad. Mariuccia Galfetti et al., Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, 1196 p. ISBN 84-252-1793-8

BLOCH, Marc- **Introdução à História**. Ed. revista por Étienne Bloch. Trad. de Maria Manuel, Rui Grácio e Vítor Romaneiro. 1ª Ed. (crítica). Mem Martins: Publicações Europa América, 1997, 289 p.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi – **Tipologia de La Edificacion**. 1ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1995, 192 p. ISBN: 84-8211-000-4

CARVALHO, Jorge – **Ordenar a Cidade.** 1ª Ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, 566 p. ISBN: 972-8717-60-1

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo- **The Italian school of process typology.**
Urban Morphology. International Seminar on Urban Form, 1997, nº1, p. 49-63. ISSN 1027-4278

CORBUSIER, Le – **Maneira de Pensar o Urbanismo**. Francisco Lyon de Castro (Ed.) 2ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977, 211 p. (Colecção Saber)

CROFT, Vasco - **Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal**. 1ª Ed. Lisboa: Terramar Editores, 2001, 321 p. ISBN: 972-710-294-8

DERRUAU, Max - **Geografia Humana**. Trad. Helena A. Lopes; Carlos D'Almeida Sampaio 1ª Ed. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 502 p.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL. P-V Apêndices. Carlos Moreira Azevedo (Dir.). Lisboa: Círculo de Leitores; Lisboa: UCP, 2001.632 p. ISBN 972-42-2459-7

ECO, Humberto **– La Estructura Ausente.** 1ª Ed. Barcelona: Lumen, 1975, 479 p.

ELIADE, Mircea – **O Mito do Eterno Retorno**. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2000, 174 p. ISBN: 972-44-0482-X

GAUTHIEZ, Bernard- **The history of urban morphology**. Urban Morphology, 2004, nº 8, vol. 2, p. 71-89. ISSN 1027-4278

GOITIA, Fernando Chueca- **Invariantes castizos de la Arquitectura Española**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Dossat, S. A., 1947, 103 p.

GUIRAUD, Pierre – **A Semiologia.** Trad. Filipe C. M. Silva, 1ª Ed., Lisboa: Editorial Presença, 1973, 147 p.

HALL, Edward T. – **A Dimensão Oculta**. Trad. Miguel Serras Pereira. 1ª Ed., Lisboa: Relógio d´Água, 1986, 230 p.

HEIDEGGER, Martin- **Que é uma coisa?: Doutrina de Kant dos princípios transcendentais**. Trad. Carlos Morujão. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1992, 237 p. ISBN 972-44-0749-7

HEIDEGGER, Martin – **Ser e Tempo**. Parte I. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993, 325 p. (Colecção Pensamento Humano) ISBN: 85-326-0947.3

JASPERS, Karl – **Iniciação Filosófica.** Trad. Manuela Pinto dos Santos. 9ª Ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1998, 171 p. ISBN: 972-665-168-9

LÉVI-STRAUSS, Claude - **Mito e Significado**. Trad. António Marques Bessa.1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1979, 93 p. (Colecção Perspectivas do Homem).

LÉVI-STRAUSS, Claude – **Tristes Trópicos**. Trad. Gabinete Literário de Edições 70. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1993, 399 p. ISBN: 972-44-0887-6

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito - **Património Arquitectónico e Arqueológico (Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais).** 1ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, 319 p. ISBN: 972-24-1307-4

LYNCH, Kevin - **A Imagem da Cidade**. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso.1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2003, 205 p. (Colecção Arte e Comunicação) ISBN: 972-44-0379-3

LYNCH, Kevin - **De qué tiempo es este lugar?** Trad. Justo G. Baramendi. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975, 285 p. (Colección Arquitectura y Crítica). ISBN 84-252-0853-X.

MAGALHÃES, Manuela Raposo *et al.*- Morfologia da Paisagem. **Complexidade da paisagem metropolitana**. In TENEDÓRIO, José António (Dir)- **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**. Lisboa: AML, 2003, p. 69 - 89

MARAT-MENDES, Teresa - **The Sustainable Urban Form: A Comparative Study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona**. Thesis submitted to the University of Nottingham for the degree of Doctor of Philosophy. Nottingham, Fevereiro de 2002, 436 p.

MONTANER, Josep Maria- 1ª Ed. **A Modernidade Superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX**. Trad. Esther Pereira da Silva e Carlos Muñoz Gallego. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1997, 220 p. ISBN: 84-252-1895-0

MONTANER, Josep Maria – **Arquitectura y Crítica**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, 109 p. (G.G. Básicos) ISBN 84-252-1768-7

MORIN, Edgar; BOCCHI, Gianluca; CERUTTI, Mauro - **Os Problemas do Fim de Século.** Trad. Cascais Franco. 3ª Ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1990, 219 p. ISBN: 972-46-0552-3

MORIN, Edgar- **Introdução ao Pensamento Complexo.** Trad. Dulce Matos. 4ª Ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003, 177 p. ISBN: 972-771-630-X

MOUDON, Anne Vernez- **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. Urban Morphology, 1997, nº 1, p. 3-10. ISSN 1027-4278

NORBERG-SHULZ, Christian – **A Paisagem e a obra do homem**. Arquitectura, 1968, Nº 102, p. 52-58

NORBERG-SHULZ, Christian - **Genius Loci: Paesaggio, Ambiente, Architettura**. Trad. de Anna Maria Norberg-Schulz. 2ª Ed., Milão: Gruppo Editoriale Electa, 1992, 214 p.

PIAGET, Jean - **A situação das ciências do homem no sistema das ciências**. Trad. Isabel Cardigos do Reis, 1ª Ed., Amadora: Livraria Bertrand, 1970, 146 p.

PORTOGHESI, Paolo – **Después de la Arquitectura Moderna**. Trad. Mª Pilar Servitje de Llorens. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1981, 311 p. ISBN: 84-252-1079-8

RATCLIF, Richard U. -**The dinamicy of efficiency in the locational distribution of urban activities**. Reading in Urban Geography, 1959, p. 299

REPÚBLICA PORTUGUESA. Diário da República, 19 de Junho 1997, Série I-B, Nº 139, p. 2970-2999

ROSSI, Aldo - **A Arquitectura da Cidade**. 1ª Ed., Lisboa: Edições Cosmos, 2001, 258 p. ISBN: 972-762-126-0

SOLÀ-MORALES, Ignasi de– **Diferencias. Topografia e la arquitectura contemporânea**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1998, 185 p. ISBN: 84-252-1663-X

TELLES, Gonçalo Ribeiro - **A Integração Campo/Cidade**. Povos e Culturas, A Cidade em Portugal: Onde se Vive, 1987, nº2, p. 421-444

TELLES, Gonçalo Ribeiro (Coord.)- **Plano Verde de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri, 1997. 197 p. Componente do Plano Director Municipal de Lisboa. ISBN 972-8288-74-3

Théorie de l´Architecture: de la Renaissence à nos jours. Prefácio de Bernd Evers. 1ª Ed. Colónia: Taschen, 2006, 575 p. ISBN: 3-8228-5084-5

VENTURI, Robert - **Complejidad y Contradicción en la Arquitectura**. Introd. Vicent Scully; trad. Antón Aguirregoitia e Eduardo de Filipe. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1972, 234 p.

WHITEHAND, J. W. R.- **British urban morphology: the Conzenian tradition**. Urban Morphology, 2001, nº 5, vol. 2, p. 103-109

WHITEHAND,J.W.R.;CARR,C.M.H.- **Twentieth-century suburbs: A morphological approach**. Oxford: Alexandrine Press, 2001, 214 p. ISBN 0- 415- 25770-0

De Cascais até Oeiras,
De Sintra, Mafra até Loures,
Foi a região saloia
Manancial de valores.

O saloio foi calceteiro
Das calçadas de Lisboa,
Até da pedra mais má
Ele fazia a pedra boa.

Foi por ele abastecida
A velha Praça da Figueira,
Ele foi chuva no nabal
Ele foi sol em toda a eira.

Foi canteiro, quase escultor
Das estátuas da capital,
E passou despercebido
Foi simples e natural.

Ele foi o rei das azenhas
E dos moinhos de vento
E do pão alvo da esperança
Foi farinha e foi fermento

Foi o às da água-pé,
Queijadas e pera parda,
E cobrou pela factura
Um pouco mais do que nada.

O chiar das suas noras,
Em manhãs de calmaria,
Fazia das suas hortas
Um convite à poesia.

Ó meu saloio do passado,
Tenho saudades de ti,
Recordo emocionado
Um tempo que mal vivi.

Tires, Agosto de 1990
O SALOIO (1)

PARTE II- **Identidade Saloia e Território**

II. 1- Saloios e Região Saloia

-Introdução

A designação de *saloio* surge cada vez mais associada a um sentido depreciativo e associa-se, para o vulgo, a uma região que, sendo de limites incertos, ainda terá o seu centro imaginário algures, entre Mafra e Sintra, num interior que, aos olhos do citadino e do habitante urbanizado, se resume a invariáveis circuitos turísticos de fim-de-semana. O caminhante menos avisado, saindo desses circuitos automóveis, por caminhos antigos e veredas incertas, é surpreendido, nesse mesmo interior, pela existência de casais e pequenos aglomerados ainda de carácter rural; por campos, cuja geometria é rigorosamente marcada pelos alinhamentos de muros de pedra seca a perder de vista, lavrados ou de sementeiras a despontar; pequenos rebanhos ainda pontuam as pastagens e as galinhas debicam nos pátios; velhotes apanham sol nas soleiras de portas e algumas casas ostentam uma caiação recente alegremente bordejada de azul.

Os cimos dos montes ostentam velhos moinhos em ruínas e pelos vales das ribeiras, onde raramente se adivinha algum amanho de horta, vai-se deparando com as antigas estruturas, praticamente irreconhecíveis, das azenhas e sistemas de retenção e condução de água associadas. De vez em quando, há que dar passagem a um tractor, mas percebe-se que o abandono dos campos brevemente será definitivo, mesmo que alguns povoados aparentemente se renovem com o estabelecimento de novos moradores, também eles suburbanos e que interpretam à sua maneira a arquitectura vernácula das casas que adaptam a outras exigências (quando não procedem à sua demolição, substituindo-as por construções novas).

Tomando como exemplo os resquícios de vida rural assim encontrados, pode traçar-se um quadro completo, ainda que imaginário, de uma vasta região, cujos limites iniciais são hoje difíceis de estabelecer, face ao apagamento de vestígios e à rarefacção dos testemunhos.

Para investigar os contornos destas realidades em extinção— os *saloios* e a sua *região*, recorreu-se sobretudo a alguma da bibliografia disponível, utilizando a mais citada (e recomendada) por autores actuais e de reconhecido valor, nomeadamente, Jorge Gaspar e Maria Micaela Soares, sendo o primeiro geógrafo interessado na investigação dos recantos da *Terra Saloia*, mas sempre actualizado e com um agudo espírito crítico e Maria Micaela

Soares, com formação na área da linguística, uma entusiasta da descoberta de aspectos sempre novos relacionados com os saloios, da linguagem à arquitectura, passando pelo estudo etnográfico de usos e costumes. Impressiona e encoraja, a lucidez desta senhora de oitenta anos, que continua a dar o seu melhor contributo nas áreas que domina como poucos.

Embora se tenha respeitado a autoria inicial de muitas citações, na sua maior parte as mesmas foram confirmadas directamente na bibliografia citada; situações houveram em que foi possível confrontar as mesmas citações em autores diferentes.

De assinalar as dificuldades inerentes a uma leitura mais crítica dos contributos dos vários autores: em primeiro lugar, parece haver uma tendência para se repetirem sucessivamente. Sobretudo os do século XVIII, do grupo dos enciclopedistas, poucas ideias iam acrescentando aos que os precediam. Justamente porque outra das dificuldades se prende, não só com a linguagem utilizada por cada autor (mesmo os dos anos de 1930- 1940), mas com o facto de expressarem sobretudo as suas opiniões pessoais sobre os assuntos. Efectivamente, uma abordagem mais científica só é assinalada em 1917, com David Lopes (2), reconhecido *arabista,* que, para além de elencar alguns atributos dos saloios, já referidos por autores que o haviam precedido, descobre outras etimologias interessantes que parecem colher o acordo de todos os que depois trataram o tema. Tema que tinha surgido durante o século XIX, mas sem nada acrescentar de novo; voltando a aparecer em crónicas mundanas do princípio do século XX, torna-se recorrente para os etnógrafos durante as décadas de 1930-1940.

É sob a forma de artigos em publicações periódicas, actas de encontros e colóquios que vamos encontrar a maior parte da bibliografia actual sobre a temática da Região Saloia (ou o que dela resta) (3).

Pretendia-se, portanto, colhendo ideias e resultados de investigações, responder às perguntas de base:

- Qual a etimologia de *saloio* e, na prática, quais as suas origens, que possam explicar alguma diferenciação da população também rural do sul do país?
- Que delimitações geográficas se podem atribuir a uma etnia saloia e quais os seus factores?

II. 1. 1- *Saloio*: etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores

Os autores (4) que, desde o século XVIII, se referem aos *saloios*, ou estudam o tema, fazem-no tendo em conta três vertentes principais, mesmo não as considerando todas: a etimologia da palavra e o sentido da designação relacionando-os com as origens históricas das gentes; a possível definição de um tipo étnico e mesmo físico; a sua delimitação territorial.

Na perspectiva de um possível aprofundamento do tema, é de salientar que a recensão que aqui se ensaia diz respeito a uma parte muito pequena da extensa bibliografia disponível, nomeadamente, na biblioteca da Assembleia Distrital de Lisboa, na Sociedade de Geografia de Lisboa, na Biblioteca do Gabinete de Estudos Olisiponenses e, sobretudo, na Biblioteca Nacional. Algumas publicações mais recentes, em Boletins Municipais ou resultado de comunicações em encontros e colóquios, estão disponíveis nos municípios promotores, tais como Loures, Mafra, Oeiras, Cascais e Sintra, bem como no Museu de S. Miguel de Odrinhas.

Numa compilação de Donzília Mana (5), são referidos alguns dos autores mais recorrentemente citados a propósito do tema dos *saloios*:

a)- **Rafael Bluteau** (6), para quem, em 1720, a designação de *saloio* é a memória e o testemunho que resta do facto de ter D. Afonso Henriques, após a reconquista de Lisboa, permitido aos mouros do termo de Lisboa que permanecessem nas "*suas fazendas e lugares, com obrigação de pagar o mesmo que aos Reis Mouros*" (7). Para Bluteau o termo *saloio* ou *çaloyo* corresponde a uma *seita*, "*gente de Çalaa*" (8), *mouros*, oposto a *cristãos,* cuja *barbárie* original foi depois desaparecendo sob a influência do cristianismo.

b)- **Fr. João de Sousa** (9), que vai explorar o significado da palavra árabe da qual presume derivar o termo *saloio*:*"Çala- Salah. Oração, deprecação. Deriva-se do verbo sálla, orar, rezar, deprecar. Cinco vezes frequentam os Maometanos no dia este acto de Religião*" (10).

Assim se relaciona a origem da palavra *saloio* com a designação árabe para o acto de rezar. Mas também com o nome próprio *Çalá Ben Çala*, o qual significa *o justo filho do justo*, e com "*Çaloyo – Çalauio, natural de Çalé, cidade marítima da Mauritânia, donde creio que se deriva o dito nome em razão de alguns dos seus habitantes terem vindo talvez povoar os subúrbios de Lisboa."* (11).

c)- **David Lopes** (12) diz que nos " *dicionários portugueses não escasseiam afirmações categóricas da sua origem árabe*" (13). No entanto, ele entende que, mais do que derivar da palavra árabe *çalá* ou *salah*, a qual significa oração, e também *seita de mouros,* é mais provável que tenha a ver com " o *vocábulo çalaio, tributo que se pagava do pão cozido na cidade e patriarcado de Lisboa*" (14), o que é reforçado pelo facto de ser a cidade abastecida de pão saloio "*trazida a ela em burros e dentro de alforges*" (15).

Apesar de, para o autor, não estar ainda explicado, o vocábulo *saloio* "*é, de facto, de origem árabe e significa habitante do campo, em oposição ao da cidade; apelidação, pois, de desdém com que a gente polida da cidade designava a população inculta dos campos, campónio, enfim. Na boca de um lisbonense, um saloio quer dizer um indivíduo de maneiras grosseiras* " (16)

O autor vai no entanto bucar a etimologia da palavra ao adjectivo *çahroí,* romanizado *çahroío,* derivado do substantivo que serve em árabe para designar o grande deserto africano, " *a Sahará,* […] *significando não só planície deserta, mas também campo fora da povoação*" (17).

d)- **Gustavo de Matos Sequeira** (18) diz que "*O reino saloio fica às abas de Lisboa. Uma corografia de carácter étnico teria de lhe marcar os limites, tanto a sua população de estranho particularismo a distingue, estendendo até ao seu 'facies' característico, ao campo que cultiva, às casas que habita, às povoações em que se concentra."* (19)

Embora este autor também situe a origem desta especial *etnia* nas populações mouriscas consentidas no Termo de Lisboa após a reconquista, as quais pagariam o já citado tributo do pão, o *çalaio* (de onde lhe proviria o nome?), refere o núcleo franco dos povoadores nórdicos, vindos na época do povoamento (séculos XII e XIII, colonos francos e flamengos), de cujo cruzamento com os anteriores diz o autor provir " *sobre o seu trigueiro rude, a mescla loira, mais nobre e pura que tão amiúde os distingue*" (20).

e)- **José Leite de Vasconcellos** (21) critica "*certos autores, como Alberto Pimentel*" (22), quanto a afirmações de origem garantida e exclusividade de caracteres da população dita saloia, considerando antes como comuns a outras zonas do país, no quadro da vida rural, usos, costumes, trajes e vocábulos que aqueles atribuem só aos saloios.

Por outro lado, admitindo a etimologia descoberta e justificada por David Lopes, conclui que o vocábulo *saloio* "*não passa, originariamente, de alcunha, imposta, primeiro pelos árabes, e depois adoptada pelos cristãos, e continuada na linguagem até hoje*" (23), a qual considera designação étnico-geográfica, aplicando-se a "*uma área tradicional, determinada e não vaga, que data de tempos muito remotos, e com a qual os respectivos indivíduos não se ofendem, quando empregada a sério*." (24)

Compulsando a própria fonte, quer dizer, o 3º volume da obra de José Leite de Vasconcellos, Etnografia Portuguesa, onde, no capítulo VIII, trata da Província da Estremadura, e nesta, do Território dos Saloios, tem-se um texto estruturado em três pontos:



1



2



3



4 *Alcabideche, 1958.*
Fotografia de César Cardoso.

1 أيا عامر القبذاق لا تخل من زرع
ومن بصل نزر وشيء من القرع
2 وإن كنت ذا عزم فلا بد من رحى
سحابية لا تستمد من النبع
3 فما أرض قبذاق وإن جاد عامها
بموفية عشرين من حزم الزرع
4 وإن أنجبت شيئا وزانت تواترت
إليها خنازير المفاوز في جمع

5 بها قلة من كل خير ونفعة
كقلة ما تدري لدي من السمع
6 تركت الملوك الخالعين برودهم
علي وسيري في المواكب والنقع
7 وأصبحت في قبذاق أحصد شوكها
بمزبرة رعشاء نابية القطع
8 فإن قيل تهجوها وأنت تحبها
فقل إن حب الخل من شرف الطبع
9 وحب أبي بكر المظفر قادني
وإحسانه حتى انصرفت إلى ربعي

Poema nº 6, de Alcabideche

1.–*Ó tu que habitas Acabideche,*
não te faltará o grão nem terás
escassez de cebolas, nem de abóboras!
2.–*Se és homem enérgico não te faltará a nora das nuvens,*
sem necessidade de manaciais,
3.– *pois a terra de Alcabideche, quando o ano é bom,*
não produz mais que vinte cargas de cereais,
4.– *e se der alguma coisa mais,*
chegam as manadas de javalis reiteradamente.
5. –*Há pouca coisa útil nesta terra,*
como em mim próprio que sou duro de ouvido.
6.–*Deixei os reis cobertos com os seus mantos,*
deixei de ir em seus cortejos.
7.–*Converti-me em Alcabideche em colhedor de espinhos*
com uma foice guarnecida e afiada.
8.–*E se me perguntam: Gostas? Respondo-lhes:*
"O amor à liberdade faz parte do carácter nobre".
9.–*O apreço e os benefícios de Abŭ Bakr al- Muzaffar*
conduziram-me até aqui, à minha morada.

5

II.1.1.a – Saloios: território e raízes. 1-Localização de Portugal relativamente ao Mediterrâneo: Google Maps. Mediterrâneo na Internet [em linha]. Mountain View: Google Inc. [citado em 5 de Julho de 2007 – 15:25]. Disponível em URL: http://maps.google.com . 2- Delimitação geográfica da Área Metropolitana de Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa. Atlas da Área Metropolitana de Lisboa [em linha]. Lisboa [citado em 22 de Fevereiro de 2008 – 11:45]. Disponível em URL: http://www.aml.pt 3- Paisagem rural de carácter mediterrâneo: Julián Cuéllar Reynolds. A vinha na internet [em linha]. Arronches. Juliá Cuéllar Reynolds Lda [citado em 5 de Julho de 2007] Disponível em URL: http://www.gloriareynolds.com/images/Vinha1.jpg 4- Alcabideche, 1958. Fotografia de César Cardoso, in MATA, Maria de Jesus Rubiera- Ibn Muqana de Alcabideche. Testemunhando a actividade agrícola em condições muito semelhantes às herdadas das práticas muçulmanas, numa paisagem que nos anos 1950 ainda mantinha algum do bucolismo rude que o poeta andaluz cantava (5)

I – O que são os saloios;

II – Área própria dos saloios;

III – Alguns caracteres e costumes dos saloios.

O saloio é então "*o agricultor que traz a vender os frutos e pão à cidade*" (25); provém dos mouros, como todos, ou quase todos, dizem, e como o provam os termos do Foral dos Mouros Forros de Lisboa (*Leges et Consuetudines*, *1179*). Mas, justamente porque este documento também refere escravos mouros, e porque uma boa parte da população era constituída por moçárabes, (26) "*a proveniência dos saloios é mista de mouros e cristãos*" (27). O autor considera que " *o elemento cristão, no decurso do tempo, absorveu em si o mourisco*" (28).

Concluindo o primeiro ponto, diz que "*saloios é agora mais que alcunha, é designação étnico- geográfica* [...] *Ouve-se a cada passo: morar nos saloios, ou lá para os saloios, ir aos saloios, ou para os saloios, vir dos saloios*." (29)

Mas já no século XVIII significava *rústico*, tal como é atestado por Frei Lucas de Santa Catarina: "*Romances feitos às saloyas filhas da Serra da Estrella*" (30).

O vocábulo não escapa assim a resvalar para o sentido depreciativo e mesmo pejorativo que muitas vezes assume, derivado do significado de "*grosseiro, tosco, incivil*" (31), atribuído ao homem do campo, ideia esta originariamente contida na palavra *saloio.*

Raul Proença, no Guia de Portugal, naquela que terá sido uma das primeiras obras nacionais de divulgação turística, diz do saloio: *" Quando Afonso Henriques tomou posse de Lisboa, consentiu-se ao mouro que refluísse para os subúrbios da cidade, e ele aí se estabeleceu, entregue ao cultivo das hortas, com a água a escorrer da nora gemedora. É desta população consentida, mourisca e subalterna, que deriva o mais da gente que habita os contornos de Lisboa—o saloio de tez morena, pele tisnada, olhos e cabelos negros ou castanhos, membros secos, tipo sem finura de raça e beleza plástica de linhas , (...)Psicologicamente, caracteriza-o o espírito de rotina, a curteza de vistas, a avareza levada à sordidez, e essa atitude de desconfiança que, sob o nome de esperteza saloia, tomou foros de proverbial, e foi filão aproveitado por muita veia cómica nos teatros de Lisboa."* (32)

Também **Pedro Falcão**, no seu livro de memórias de Cascais " *Cascais Menino*", inclui um capítulo sobre " *Saloios, saloias e histórias saloias*" (33).

Começa por lhes situar a origem como " *descendentes de Berbéres, Beduínos, Tuaregues, e outras raças colonizadas que os Árabes trouxeram consigo como soldados, escravos e trabalhadores, quando invadiram a Península Ibérica*", aos quais D. Afonso Henriques terá

posto o nome de *saloios*, quando, uma vez conquistada Lisboa, "*os proibiu de entrarem na cidade*" (34). De acordo com este autor, "*saloios*" são " *gente de fora dos muros*".

Abreviando conclui então que " *As aldeias de Cascais e Sintra são pois terra de saloios*." (35)

Distinguindo claramente a população da vila da dos seus arredores, tenta provar de seguida com uma pequena recolha de anedotário que " *os saloios têm uma maneira muito especial de ser e de se comportar: São desconfiados, curiosos, vaidosos, avessos à cultura, mal dizentes, piadistas, doidos por partidas e cheios da chamada "esperteza saloia. Usam uma maneira de se exprimir que é a que eles acham certa e que consiste em falar uma espécie de português, cheio de erros e muito trapalhão,..."* (36)

No entanto, algumas das histórias que o autor conta podem também ilustrar o contrário, quer dizer, a medida em que eram afinal essas populações verdadeiramente autóctones (já que a de Cascais era, na sua maioria, de estabelecimento recente) que se demarcavam da vida urbana, da vila, da cidade, com tudo o que estas significavam em termos de poder e de influência. E esta sim, pode considerar-se uma característica importante do *saloio* a registar. A registar também, como exemplo, o desdém e a sobranceria com que os urbanos tratavam os *saloios.*

A este propósito, conta José Leite de Vasconcellos (37) que no seu tempo, em Sintra, era costume da gente da vila criticar os saloios que iam à vila vestidos com os seus trajes de trabalho, eventualmente sujos e pouco arranjados.

Torna-se claro, a partir destas histórias, que no confronto próximo do campo e da cidade os saloios optam claramente pelo primeiro, como forma de vida, preservando uma grande independência espiritual, que lhes permite, durante séculos, desenvolver uma cultura própria, uma identidade.

E é também na medida em que se vão deixando *contaminar* pela influência urbana que esta cultura se transforma ou desaparece.

Maria Micaela Soares distingue o Saloio na multiplicidade cultural do povo português, "*ainda hoje e apesar de tudo*", face ao esbatimento das culturas tradicionais, "*neste alisar de arestas do mundo actual*" (38), para de seguida chamar a atenção para a figura do *moçárabe*— Godos que adoptaram os costumes árabes— como elemento de ligação no longo convívio, "*íntimos contactos e mútuas influências*", entre Cristãos e Maometanos, "*provada, como está, a recíproca tolerância entre as duas etnias*" (39).

Porque "*a linguagem é o elemento mais persistente de uma cultura*" (40), é que ainda hoje subsiste mais de meio milhar de palavras de proveniência árabe, e, entre elas, o vocábulo *saloio*.

Diz a autora que a abonação do termo recua ao século XVI, tendo-se "*o vocábulo fixado com segurança na Literatura dos séculos XVI e XVII, inundada de abonações*" (41), referindo depois, para além de elementos literários, os dicionários, poemas, contos e sobretudo peças – Autos e, já no século XVIII, a literatura de cordel, de carácter urbano e popular, que "*usou o Saloio ao modo exemplar do Teatro satírico dos séculos precedentes, com outros figurinos*" (42).

Significa portanto que a utilização satírica da figura do saloio (e da saloia) se tornava num *ícone*, elemento portador de todo o repertório simbólico a ela associado pela tradição urbana, à maneira do que sucedeu mais tarde com o *Zé-povinho* (43).

Refere igualmente D. Francisco Manuel de Melo, que, no "*Apólogo Dialogal— Relógios falantes"*, põe "*o sino da Igreja das Chagas, polido e burguês, a apodar de saloio o seu congénere de Belas, no qual reconhece " a malícia do saloio, de quem gracejam os doutores*" (44).

No que à etimologia diz respeito, e uma vez reconhecido o "*porfiado*" interesse que o étimo *saloio* tem despertado em "*etimologistas, historiadores e analistas*", desde "*o começo do segundo quartel de seiscentos até aos nossos dias*" (45), Maria Micaela Soares diz que todos perfilham a origem arábica da palavra, seja de uma reza, de um porto marroquino, de uma saudação muçulmana, ou do já citado tributo do pão no Termo de Lisboa (46).

A partir do início do século XX, "*com raras excepções, os autores limitaram-se prudentemente a rememorar os vários pontos de vista dos teorizadores precedentes sobre a questão da etimologia,* [...] *Até que, em 1917, David Lopes, no estudo " Coisas Arábico – Portuguesas", ao confirmar a origem árabe da palavra, lhe revela e justifica o étimo*" (47).

De acordo com Maria Micaela Soares, é na esteira deste autor que seguem todos os que psteriormente se têm referido à etimologia de *saloio,* nomeadamente um dos que mais denodadamente defenderam a honra do mesmo— João Paulo Freire (Mário), na obra *O Saloio, sua origem e seu carácter* (48)*,* de 1948— escrita com o objectivo de esclarecer mal-entendidos acumulados por vários autores (incluindo José Leite de Vasconcellos) e um pouco como desagravo das ofensas de um folheto "*de 1858, publicado anónimo mas reconhecido da autoria de A. da Cunha de Sotto Mayor*" (49), *Physiologia do Saloio*, no qual se patenteia uma enorme "*sanha* [...] *contra este grupo étnico*" (50).

Guilherme Felgueiras, por seu lado, começa por caracterizar o saloio como "*campónio tostado de árabe*", ligado à produtividade da terra, no amanho da qual põe em evidência "*a sua laboriosidade e as suas virtudes rácicas."* (51). E embora recorrendo a práticas rotineiras, faz do produto das hortas, do gado e demais actividades agrícolas a sua fonte de riqueza, " *contribuindo para a farta provisão dos mercados de Lisboa, Sintra, Cascais e tantos outros de áreas urbanas mais povoadas*." (52).

" *Embora nas veias do saloio circule sangue cristão, o cerne rácico de moçárabe está evidente não só na pigmentação morena, mas ainda na seiva vital, na psicologia própria, nas manifestações da sua vida íntima, moral e material. Esta variedade humana, de feições ásperas e atrigueiradas, cabelos negros, olhos escuros e estatura mediana, apreciada no seu aspecto fisiológico, não alcançou ainda classificação antropológica elucidativa. Os sangues dos grandes troncos brancos e moreno-queimado, amalgamam-se no grande cadinho que abrange os aldeamentos saloios*." (53).

O autor considera ainda a evidência de vestígios moçarábicos na influência da pronúncia árabe de alguns termos românicos, a par com a fixação " *na memória dos naturais*, [de] *nomes manifestamente arcaicos, como alface, alfazema, almeirão, alfavaca, alfobre, almece, albarda, azerve*..." (54) Lista esta a que podemos acrescentar tantos outros vocábulos: alguns que se mantêm; outros que se vão perdendo na voragem do tempo e do desuso...

Depois de caracterizar o ambiente saloio nos seus vários aspectos, diz o autor:

" *A ligação e entendimento entre o rincão mais inculto e Lisboa; o contacto dia a dia mais constante com as classes burguesas; a vida perturbante e tumultuosa com transportes acelerados; todo este conjunto de factores, permitiram que a castiça imagem popular fosse, pouco a pouco, esbatendo os seus tons mais realçantes. O saloio foi evolucionando, modernizou-se, perdeu as arestas mais duras, o seu clã fechado, melhorou as condições económicas, abandonou o barrete e as antiquadas roupas, tomou consciência como pessoa humana, e passou a acomodar-se ao xadrez dos meios citadinos.* [...] *As gerações que se têm sucedido neste incessante pulsar da vida, fizeram-no perder os traços físicos e morais que o individualizavam*." (55)

Antes da listagem relativa ao " *Índice- Roteiro da Bibliografia sobre o Saloio*", adverte o autor que "*sendo o saloio uma figura marcante no Termo de Lisboa,* [...] *nunca empolgou sublimadamente literatos, artistas, etnólogos, sociólogos, os intelectuais, em uma palavra*."(56).

" *Escasseiam* [por isso] *obras de informação e de consultas*." E apesar de os " *nossos pintores raríssimas vezes escolherem o Saloio para modelo*" (57), são referidas algumas obras de arte

da geração oitocentista; Ilustrações em "*magazines, livros e revistas*"; o extraordinário contributo de desenhadores estrangeiros, cujos legados, da última década do século XVIII e primeiro quartel do século XIX, constituem preciosos documentários iconográficos (58); refere-se ainda, a escola de Roque Gameiro e o caricaturista Leal da Câmara.

Guilherme Felgueiras, autor interessado na investigação e divulgação da etnologia da Região Saloia, insiste que "*está ainda por escrever em toda a amplitude a história do Saloio*." (59) E pensa que seria útil incentivar jovens etnólogos " *a um estudo judicioso e claro acerca de uma casta humana que pouco a pouco vai sendo assimilada por descendentes transfigurados, representantes de uma nova civilização*." (60).

Fernando Castelo Branco, no seu contributo para a *Etnografia da Região Saloia,* começa por aceitar como estabelecido o significado da palavra *saloio* expresso por David Lopes, "*sábio arabista*, *em sessão da Academia das Ciências de Lisboa de 23 de Dezembro de 1915*" (61). Considera que o termo "*surgiu antes da reconquista definitiva de Lisboa pelos cristãos, em 1147, e, obviamente é posterior à invasão islâmica*." (62)

As questões que o autor a seguir se coloca são extremamente pertinentes, e às mesmas tenta adiante dar resposta. Trata-se do seguinte: se *saloio* é o camponês, por oposição ao citadino, porquê a fixação da designação, ou antes, do conceito, apenas para os arredores setentrionais de Lisboa (a circunscrição territorial da Região Saloia para o autor não inclui a margem sul), sem que a mesma se aplique a outras cidades com um modelo histórico e urbano idêntico?

O que está em causa, para F. Castelo Branco, é mais do que uma simples etimologia; é o *conceito* de *saloio.*

E para defender a ideia de que este conceito contém mais que a simples antinomia homem do campo – citadino, refere uma outra designação, também de origem árabe, com o mesmo significado de *saloio*, "*o nome que os moradores de Santarém dão à gente de fora da cidade: eles chamam-lhes barrões*." (63). Esta designação não teve " *a mesma repercussão e impacto que a palavra saloio. Mas também não contém as antinomias, os contrastes, os factores de choque existentes entre o lisboeta e o saloio"* (64). É portanto na expressão desta tensão Lisboa cidade – arredores rurais levada ao extremo que o autor encontra o essencial na definição do *conceito de saloio.*

As origens deste conceito poderão ser encontradas, " *no contraste entre a população de Lisboa e a dos seus arredores no período muçulmano*" (65), desde logo marcado por aspectos relevantes de vida social e económica e em termos de mentalidade e cultura.

Estes são factores que persistem, tendendo a acentuar-se, no período pós reconquista (1147). O autor sugere, muito concretamente, um reforço da "*islamização*" dos arredores, quanto a costumes e mentalidades, com a testemunhada expulsão dos muçulmanos da capital e sua fixação fora de portas (66).

- Conclusões

Em conclusão, e no que diz respeito à *etimologia* da palavra *saloio*, prevalece a ideia da derivação árabe, seja de termos que significam *oração*, *cidade da Mauritânia*, *seita de mouros*, *tributo do pão*, *habitante do campo*... Ao qual, desde cedo, em oposição aos modos urbanos, mais civilizados, facilmente se associa a ideia de *grosseiro e incivil*, sentido depreciativo que actualmente se mantém. Tudo indica que se trate, na origem, de uma designação exclusiva dos habitantes dos arredores de Lisboa, sendo possível que a designação de *saloio* seja anterior à chegada de Afonso Henriques, limitando-se os novos ocupantes da cidade a dar continuidade a um costume muçulmano.

No que se refere às *origens* dos *saloios*, há unanimidade quanto às raízes mouriscas de uma população que após a reconquista juntou nos arredores da cidade os que já os povoavam— sobretudo berberes e outras etnias trazidas pelos árabes, bem como moçárabes e aqueles que, expulsos ou fugidos da Lisboa conquistada pelos cristãos, neles se estabeleceram, consentidos por Afonso Henriques, mediante o pagamento de certos tributos. Estas raízes muçulmanas fixaram-se no vocabulário corrente e na toponímia e, segundo algumas opiniões, nos próprios traços físicos.

O carácter dos saloios, fazem-no os diferentes autores decorrer directamente das suas origens— há um estigma associado de segregação em relação à cidade, pelo choque e contraste com os citadinos, que se traduz num apego quase compulsivo à terra e uma clara demarcação de tudo o que é urbano, patente no tradicionalismo do modo de vida, na continuidade de processos no trabalho do campo herdados dos ancestrais avoengos, na linguagem, no trajo, nos costumes e até na psicologia, com tendência para a desconfiança e para um certo fechamento num mundo muito próprio. Ao saloio corresponde, face aos habitantes de Lisboa, uma situação de inferioridade social, patente na literatura (onde surgem referências desde o século XVI), no aproveitamento anedótico e no teatro satírico que dele se fazia na capital.



1



2



Saloia vendendo fruta A.P.D.G., *Sketches of Portugal Life*,Londres, 1826 Gravura colorida LISBOA Museu da Cidade

3



4



5



6

II.1.1.b- Os saloios em Lisboa: 1- Saloio vendendo pelas ruas de Lisboa. Colecção MACPHAIL. Lisboa. BN, 1842. lit. colorida. In SOARES, Maria Micaela- Saloios. Lisboa: ADL,1990. 2- Queijadas de Sintra? Colecção Ruas de Lisboa. 1ª série,1802-1806. Gravura aguarelada. In SOARES, Maria Micaela. ref 1
3- Saloia vendendo fruta: A.P.D.G. Sketches of Portugal life.Londres: 1836. Gravura colorida. Lisboa. Museu da Cidade. In SOARES, Maria Micaela. ref 1. 4-Saloios no Rossio. BENOLIEL, Joshua. Arquivo Municipal da CML,1907.Código de ref.: PT/AMLIS/AF/JBN/000163. 5- Saloias lavadeiras. A partida. Arquivo Pitoresco. vol I. 1858. Gravura. In SOARES, Maria Micaela. ref 1.
6-Cena do filme *Aldeia da Roupa Branca* Realização de Chianca de Garcia, 1938. Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense.Aldeia da Roupa Branca na Internet [em linha]. Alverca [consulta a 5 de Julho de 2007]. Disponível em URL: http://www.sfra.pt/historia/aldeiadaroupabranca.jpg

Fornecedores de produtos agrícolas das vilas e sobretudo da cidade, onde muitos se deslocavam diariamente, mantinham com a mesma uma relação de interdependência especial. De tal forma que a designação de *saloio* se alargou ao próprio território. Apesar do que tinham em comum com as populações rurais do país, os saloios distinguiam-se assim dos outros camponeses e constituíam-se como uma *etnia*—no sentido de grupo humano unido pela mesma língua e vinculado a uma cultura específica.

O influxo de populações exteriores ao território e a modernização dos modos de vida provocaram, ao longo de poucas gerações, a perda progressiva de traços característicos que alguns artistas portugueses, como Leal da Câmara, se preocuparam em fixar nas suas obras, sendo sobretudo desenhadores estrangeiros, nos séculos XVIII e XIX, os que melhores testemunhos iconográficos dos saloios deixaram.

Uma questão emerge do atrás exposto: poder-se-á deduzir que os *saloios* já não existem?

Os saloios e saloias que todos os dias se deslocavam à cidade, vendendo os seus produtos agrícolas (e manufacturados), tão apreciados pelos citadinos (67), nos mercados, pelas ruas, de porta em porta, ou, no caso das lavadeiras, fazendo pequenos negócios entre uma entrega e uma recolha de roupa às freguezas (68), eram parte integrante da imagem humana da cidade.

Alguns acreditavam mesmo que a Lisboa dos pregões nunca poderia desaparecer, sob pena de a cidade deixar de ser o que era (69). Não faltam os testemunhos fotográficos e iconográficos desta realidade que a memória colectiva já não alimenta, numa cidade que é cada vez mais igual, não a si mesma, mas a todas as cidades europeias, quiçá, em breve, a qualquer outra cidade do mundo.

De acordo com aqueles testemunhos, os *saloios*, com os seus trajos e maneiras próprias, calcorreando com as suas botifarras as ruas da cidade, passeando vacas e perus, tocando burricos pelas calçadas, eram uma parte da alma de Lisboa. E a mesma maré da história que varreu essas figuras típicas das praças, avenidas, ruas e becos, foi também levando dos arredores da cidade hortas, noras, arvoredo, quintas, casais, regatos com pegos; caminhos pedregosos, muros de pedra solta, arados e carros de bois, carroças e burros, porcos e galináceos. O que distinguia as gentes dilui-se em poucas gerações, uma vez acolhidos, em levas sucessivas, migrantes de todo o país...

Quem poderão ser hoje os novos *saloios*? Aqueles que, embora sendo já daqui naturais, já não estão ligados à terra, não se reconhecem em nada do que caracteriza, ou caracterizava uma cultura, são, apesar de tudo, *saloios*?

Notas a II.1.1 – *Saloio*: Etimologia da palavra, origens e carácter das gentes. Recensão de autores

1- COSTA, Celestino- **A minha terra e eu**. **Poemas**. 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1995, p. 65-66
2- LOPES, David- **Cousas Arábico- Portuguesas: Algumas Etimologias**.In Boletim de 2ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa, 1917, v.10. p. 22-25
3- FELGUEIRAS, Guilherme- **Ensaio para um índice-roteiro da bibliografia sobre o saloio**. In Etnografia da Região Saloia. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p. 345-359
- Algumas iniciativas e publicações mais recentes, que, na sua maior parte incidem sobre os problemas da possível *museificação* do tema:
Câmara Municipal de Loures - **Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1996, 198 p. COTA A. 104 JOR Cul (ISCTE)
Câmara Municipal de Loures – **II Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1998, 223 p. COTA ETN 224-P CMLEO
Câmara Municipal de Loures – **III Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações.
Loures: Câmara Municipal de Loures, 2000, 238 p. COTA S.C. 96756 V.
Câmara Municipal de Loures – **IV Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2002, 174 p.
4- Não sendo possível referir todos os autores que trataram o tema dos saloios, optou-se pela recensão de alguns, considerados mais representativos, de acordo com as alíneas seguintes.
5- MANA, Donzília – **Algumas teses sobre a origem do saloio**. In Boletim Cultural. Câmara Municipal de Mafra, 1994, p.352-359
6-BLUTEAU, Rafael- **Vocabulario Portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico [...].** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de jesus, 1712-1728. Lisboa: 1720, t., p.450. Cit. por MANA, ref 5, p. 352. A autora refere a página 459, mas, confrontado o livro, verificou-se que a página era a 450.
7- BLUTEAU, ref 6, p. 450
8- BLUTEAU, ref 6, p. 450
9- SOUSA, Fr. João de- **Vestigios da Lingua Arabica em Portugal: ou Lexicon Etymologico das palavras e nomes portuguezes que tem origem arabica. [...] augmentada e annotado por Fr. Joze de Santo Antonio Moura**. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1830Lisboa: 1830. p. 110 - 111. Cit. por MANA, ref 5, p. 353
10- SOUSA, ref 9, p. 110-111
11- SOUSA, ref 9, p. 110-111
12- LOPES, ref 2, p. 22-25. Cit. por MANA, ref 5, p.353- 355. Citado por muitos autores posteriores, parece reunir consenso em torno das suas conclusões.
13- LOPES, ref 2, p. 22
14- LOPES, ref 2, p. 23
15- LOPES, ref 2, p. 23
16- LOPES, ref 2, p. 24
17- LOPES, ref 2, p. 24
18 - SEQUEIRA, Gustavo de Matos- **Os Saloios**. O Concelho de Mafra. 1958. Cit. por MANA, ref 5, p.355-357
- Não foi possível localizar esta publicação
19- SEQUEIRA, ref 18
20- SEQUEIRA, ref 18
21-VASCONCELLOS, José Leite de- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização.** Lisboa: INCM, 1980. vol.III. p. 430-432. Cit. por MANA, ref 5, p. 358-359
22- VASCONCELLOS, ref 21, p. 430
23- VASCONCELLOS, ref 21, p. 432
24- VASCONCELLOS, ref 21, p. 432
25- VASCONCELLOS, ref 21, p. 428
26- VASCONCELLOS, ref 21, p. 428: Leite de Vasconcellos diz que se sabe da existência do Bispado de Olixibona, no século VII, e "*de um bispo em Lisboa no tempo dos árabes, bispo manifestamente Moçarábico, que, depois da tomada da cidade, e no momento do saque, foi degolado pelos Flamengos e Colonenses*"
-MATTOSO, josé- **D. Afonso Henriques.** Lisboa: Círculo de Leitores; Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006. p. 178: De acordo com o autor, o documento narrativo mais completo da tomada de Lisboa é uma carta escrita por um personagem, R., que poderá ser o presbítero Raul, fundador de um Eremitério em Lisboa, a Osberto de Bawdsey. Apesar de o relato se revelar tendencioso na exaltação da heroicidade e bom comportamento dos contigentes de cruzados ingleses e normandos, é considerado

historicamente válido. Nele se descreve então o episódio em que " *os cavaleiros alemães, com grande escândalo,* [...] *entregaram-se a toda a espécie de abusos e violências, incluindo o assassinato de um vellho 'bispo', que normalmente se admite ser o bispo da comunidade moçárabe ainda existente em Lisboa*.".
- OLIVEIRA, josé Augusto- **Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco**. 2ª Ed. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936. Complemento ao volume II da "Lisboa Antiga" de Júlio de Castilho.
27- VASCONCELLOS, ref 21, p. 428
28- VASCONCELLOS, ref 21, p. 430
29- VASCONCELLOS, ref 21, p. 432
30- SANTA CATARINA, Frei Lucas de – **Seram Politico, abuso emendado, dividido em tres Noytes para divertimento dos curiosos [...]**. Lisboa Occidental: Na Officina de Bernardo da Costa, 1723. Cit. por VASCONCELLOS, ref 21 p. 432, referindo uma edição de 1704.
-SOARES, Maria Micaela- **Saloios**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1989-1990, I Série Nº 91. p. 7: citando igualmente Fr. Lucas de Santa Catarina, a autora indica a mesma frase situada na página 126 da edição de 1704. Assinala ainda outra obra do mesmo autor, *Anatómico Jocoso*, onde é descrita com muita graça a indumentária da "*Saloia dos queijos, cara de laranja, olhos de morcego* [...]"
31-DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Porto: Porto Editora, 2006.
32- PROENÇA, Raul- **Guia de Portugal.** Edição de texto integral da 1ª edição de 1924. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. 1º Volume. p 464.
33-FALCÃO, Pedro- **Cascais Menino**. Reedição. Cascais: Academia de Artes e Letras, 2005. p. 377
34- FALCÃO, ref 33, p. 377
35- FALCÃO, ref 33, p. 377
36- FALCÃO, ref 33, p. 377- 386: Das histórias, ou antes, anedotas, que o autor recolhe, deduz-se por um lado que a figura do saloio era um pouco bode expiatório da sociedade urbana; mas por outro, é possível nalgumas identificar com muita acutilância uma forma de ver o mundo muito própria. É o caso de uma delas, cujo resumo é o seguinte: um ministro foi a uma aldeia saloia e propôs ao povo construir um tanque coberto, para melhorar as condições de trabalho das mulheres. A resposta do povo foi que não estavam interessados.
Perplexo, o ministro quis saber porquê. A resposta foi a seguinte: " *o pobo só quer o que bomecê nan quiser*".
37- VASCONCELLOS, ref 21, p. 436: os habitantes das vilas, tanto Sintra, aqui referida, como Cascais, não se consideravam *saloios.* Saloios eram os camponeses dos arredores.
38- SOARES, ref 30, p. 3
39- SOARES, ref 30, p. 3
40- SOARES, ref 30, p. 4
41- SOARES, ref 30, p. 7
42- SOARES, ref 30, 8: destes figurinos fazem então parte o saloio, e sobretudo a saloia, figura portadora de ingenuidade, mas também de malícia, contraponto muitas vezes inteligente às figuras da cidade. Os títulos dassas obras populares eram do seguinte teor: *Novo, e gracioso Entremez, intitulado A Formidável Briga, e Escaramuça que tiveram na feira duas adelas e huma saloia sobre as anquinhas de arame [...]* (anónimo de 1757)
43- COUTO, Matilde Tomaz do- Figuras da cultura portuguesa. Rafael Bordalo Pinheiro. In Centro Virtual Camões. Cultura portuguesa [em linha]. Lisboa, Instituto Camões, 2008 [citado em 30 de Abril de 2008] http://www.instituto-camoes.pt/cvc/figuras/rbpinheiro.html : "Data de 1875 a iniciativa então de maior alcance, com a criação do primeiro jornal dedicado à crítica social: "A Lanterna Mágica". São companheiros de Bordalo neste empreendimento Guilherme de Azevedo (1840-1882) e Guerra Junqueiro (1850-1923), um projecto que faz a crónica dos factos sociais, enquanto tece a crítica às políticas e às instituições. Neste contexto, nasce a figura do Zé Povinho, tão acertada no seu conteúdo, que permanece no imaginário português com uma reforçada carga simbólica"
44- MELO, Francisco Manuel de- **Relógios falantes: Apólogo Dialogal**. Cit. por SOARES, Ref 30, p.7. Sem indicação da edição consultada.
- MELO, Francisco Manuel de- **Apólogos Dialogais. Relógios Falantes. A visita das Fontes**. Vol. 1. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora, 1959. (Colecção Clássicos Sá da Costa), p. 21: Diz o relógio da cidade para o relógio de Belas: "*Ó saloio, por bom modo me desonrais de mentiroso*!"
45- SOARES, ref 30, p. 9
46- SOARES, ref 30, p. 9
47- SOARES, ref 30, p. 11
48- FREIRE, João Paulo – **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes.** Porto: Emp. Diário do Porto, 1948
49- NETO, Vitor Hugo- **O Saloio num texto etnológico (João Paulo Freire) e numa obra plástica (Leal da Câmara).** In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p.331

50- NETO, ref 48, p. 331
- A propósito, tem interesse assinalar que J. Leite de Vasconcellos, no já citado capítulo da *Etnografia Portuguesa* sobre a região saloia, recorre ao escrito de A. da Cunha de Sotto Mayor, *Physiologia do Saloio*, o que leva a pensar que durante 90 anos a mesma foi referência generalizada.
51- FELGUEIRAS, Guilherme- **Ensaio para um índice- roteiro da bibliografia sobre o saloio.** in Etnografia da Região Saloia. A terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p.345
52- FELGUEIRAS, ref 52, p. 345
53- FELGUEIRAS, ref 52, p. 345
54- FELGUEIRAS, ref 52, p. 345
55- FELGUEIRAS, ref 52, p. 348- 349
56- FELGUEIRAS, ref 52, p. 349
57- FELGUEIRAS, ref 52, p. 349
58- FELGUEIRAS, ref 52, p. 349: Obras que contêm o trabalho inestimável de artistas estrangeiros que retrataram tipos sociais, usos, costumes e trajes.
- Ver Bibliografia
59- FELGUEIRAS, ref 52, p. 349- 359: o autor apresenta listagem de obras que considera importantes para o estudo ainda por fazer.
60- FELGUEIRAS, ref 52, p. 350
61- CASTELO BRANCO, Fernando- **A problemática do conceito de saloio.** In Etnografia da Região Saloia. A terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.19
- A data apontada pelo autor – 1915 – dirá respeito à data da conferência, uma vez que a publicação citada é de 1917, conforme se verificou no documento.
62- CASTELO BRANCO, ref 61, p. 19
63- LOPES, ref 2, p. 25. Cit. por CASTELO BRANCO, Ref 61, p. 29
64- CASTELO BRANCO, ref 60, p. 29
65 - CASTELO BRANCO, ref 60, p. 29
66- **Chronica da Fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henriquez I Rei de Portugal e como tomou a dita çidade aos mouros** (citação sem indicação de edição e página): " [...] *ficarom huns poucos de mouros, e erão caualeiros, e pidirom por mercê a elrey que os nom mandasse matar, e que lhes desse hum logar apartado em que pudessem laurar...e criar, e que ficassem por seus seruos pera sempre* [...]*"*.Cit. por CASTELO BRANCO, ref 61, p.26
67- CASTELO BRANCO, ref 60, p. 22p. 25: De acordo com o autor, a designação de saloio aplica-se àqueles "*que viviam do cultivo da terra e que vinham a Lisboa para vender os seus produtos, aliás de um modo geral apreciados*.". Acrescenta em nota, com carácter pessoal, que a adjectivação de saloio "*tem um sentido valorizativo, sendo indicativo de uma melhor qualidade*.".
- GASPAR, Jorge- **Território dos Saloios.** In Etnografia da Região Saloia. A terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p.13: "*A visão que o citadino tem do saloio, embora aparentemente depreciativa, no fundo é valorativa*". Porque os seus produtos têm qualidade, reconhecida já nas descrições do século XVII de Lisboa feitas por Luís Mendes de Vasconcelos e frei Nicolau de Oliveira.
68- SOARES, ref 30, p. 84: fazendo a descrição detalhada do trabalho e da agenda das lavadeiras saloias que iam a Lisboa receber roupa para lavar e entregar a lavada, jornadeando na madrugada de 2ª feira para a cidade, nos diferentes meios transporte. Ficavam nas estalagens da sua preferência: "*Aí se hospedavam as lavadeiras durante segunda e terça- feira, com as carroças, as trouxas de roupa lavada e suja [...], com os queijinhos frescos e os ovos que haviam trazido, para, no entretanto, irem vendendo*."
69- MESQUITA, Alfredo- **Os Saloios**. Ilustração Portuguesa, 9 de Julho de 1906, II série, p 630-637. Cit. por SOARES, ref 30, p.16: " [...] Porque se um dia desaparecessem para sempre [...] os ranchos de saloias e saloios [...] vindos de Terruge e de Montelavar, de Almargem e Alcabideche, de Caneças e de Frielas, de Unhos e de Camarate, para sempre quebrar-se-ia o encanto deste pedaço de terra portuguesa, cuja expressão, por assim dizer, eles completam [...]".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUTEAU, Rafael – **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico,economico, florifero, forense, frutifero...autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos...** Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. COTA F.6813

CASTELO BRANCO, Fernando - **A problemática do conceito de saloio**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 19- 29

COSTA, Celestino – **A minha terra e eu: poemas**. 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais; S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 1995, 123 p. ISBN 972-9406-02-2

COUTO, Matilde Tomaz do- Figuras da cultura portuguesa. Rafael Bordalo Pinheiro. In Centro Virtual Camões. Cultura portuguesa [em linha]. Lisboa, Instituto Camões, 2008 [citado em 30 de Abril de 2008]
http://www.instituto-camoes.pt/cvc/figuras/rbpinheiro.html

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA 2006. Porto: Porto Editora, 2005

FALCÃO, Pedro - **Cascais Menino**. Cascais: Academia de Letras e Artes, 2005, 538 p. ISBN: 972-988 22- 2-3

FELGUEIRAS, Guilherme - **Ensaio para um índice - roteiro da bibliografia sobre o saloio**. in Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993. p. 345-359

FONSECA, Fernando V. Peixoto da – **Crónica da tomada de Lisboa: Chronica da Fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henriquez I Rei de Portugal e como tomou a dita çidade aos mouros**. Ed. fac-similada. Lisboa: Tip. Da Assoc. Dos Deficientes das Forças Armadas, 1995, 109 p. COTA H.G. 42244 V.

FREIRE, João Paulo – **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes.** Porto: Emp. Diário do Porto, 1948. 364 p. COTA H.G. 27924 P.

GASPAR, Jorge - **Território dos Saloios**. In Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 2 -18

Câmara Municipal de Loures - **Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1996, 198 p. COTA A. 104 JOR Cul (ISCTE)

Câmara Municipal de Loures – **II Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1998, 223 p. COTA ETN 224-P CMLEO

Câmara Municipal de Loures – **III Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2000, 238 p. COTA S.C. 96756 V.

Câmara Municipal de Loures – **IV Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2002, 174 p.

LOPES, David- **Cousas Arábico- Portuguesas: Algumas Etimologias**. In Boletim de 2ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, 1917, v.10, p-22-25 COTA L.5542//10 A.

MANA, Donzília - **Algumas teses sobre a origem do saloio.** Boletim Cultural. Câmara Municipal de Mafra, 1994, p. 352-359

MATTOSO, José - **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 1 2006, 318 p. (Colecção Reis de Portugal) ISBN: 972-42-3867-9

MELO, Francisco Manuel de - **Apólogos Dialogais. Relógios Falantes. Visita das Fontes**. 1ª Ed. Vol. I, Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed. 1959, 233 p. (Colecção Clássicos Sá da Costa)

MESQUITA, Alfredo - **Os Saloios.** Ilustração Portuguesa. 9 de Julho de 1906, II Série, p. 630-635

NETO, Vitor Hugo - **O Saloio num texto etnológico (João Paulo Freire) e numa obra plástica (Leal da Câmara)**. In Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 331-333

OLIVEIRA, José Augusto de – **Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco.** 2ª Ed., Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936, 88 p. Complemento ao volume II da "Lisboa Antiga", de Júlio de Castilho

PROENÇA, Raul- **Guia de Portugal**. Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, 696 p. Edição de texto integral da 1ª edição de 1924.

SANTA CATARINA, (Frei) Lucas de – **Seram politico, abuso emendado, dividido em tres Noytes para divertimentos dos curiosos...** Lisboa: Na officina de Bernardo da Costa, 1723. 330 p. COTA L. 1271 A.

SOARES, Maria Micaela - **Saloios**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1989-1990, I Série, nº 91, 95 p.

SOUSA, Fr. João de - **Vestigios da Lingua Arabica em Portugal: ou Lexicon Etymologico das palavras e nomes portuguezes que tem origem arabica. [...] augmentada e annotado por Fr. Joze de Santo Antonio Moura.** Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias. 1830, 204 p. COTA: 11703 V

VASCONCELLOS, José Leite – **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol III. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1980, 794 p.

II. 1. 2- Delimitações geográficas: etnia e território

Uma das preocupações dos autores, referidos neste capítulo, que tratam os temas relacionados com os saloios, é a delimitação do respectivo território, o qual tem variado com as épocas e com as diferentes opiniões, dado o empirismo com que o assunto é normalmente tratado.

- A terra saloia: opiniões e argumentos

De acordo com Jorge Gaspar, "*nunca foi feito um estudo sistemático sobre a delimitação do território dos saloios*" (1). Embora tratando-o do ponto de vista científico, o autor apresenta-se sempre como testemunha, enriquecendo a sua contribuição com a experiência pessoal do convívio frequente com as gentes e a terra saloias.

Considera que por um lado, "*o topónimo Saloios, se é que se pode considerar como tal, nunca teve uma consagração administrativa*", e por outro, "*nem existe a consagração da designação em nomes de lugares (ao contrário do que seria de esperar), nem se verificou qualquer fenómeno de polarização interna nesse território*" (2). O que acontece é justamente o contrário: a atracção e dependência sócio - económica de Lisboa; as tradições de peregrinação "*para os santuários excêntricos das Senhoras do Cabo Espichel, da Nazaré ou da Atalaia*" (3).

Aceitando a explicação de David Lopes (4) quanto à origem e desenvolvimento do termo, Jorge Gaspar propõe aquele que considera o método directo mais aconselhável para delimitar o território saloio: inquirir da "*percepção*" do mesmo, tanto aos lisboetas (que lhes terão dado e fixado a tradição do nome), como aos próprios visados.

Desta inquirição surgiria, segundo o autor, um mapa do tipo preconizado por Gustavo de Matos Sequeira, embora discorde de alguns limites por este estabelecidos, dando como exemplo a fronteira nascente que não devia excluir o Vale de S. Gião. Gustavo de Matos Sequeira considera, em relação aos *Saloios*, que os assaltos dos "*influxos civilizadores*", apesar da resistência das gentes, lhe têm diminuido o território, primeiro absorvendo o tipo (*saloio*) e descaracterizando-o depois, fazendo com que se atenuem progressivamente as características da periferia da região para uma linha interior, onde se manteria ainda o "*centro étnico*" (5). Este centro estaria confinado entre Carriche e Mafra, na direcção norte, e entre as

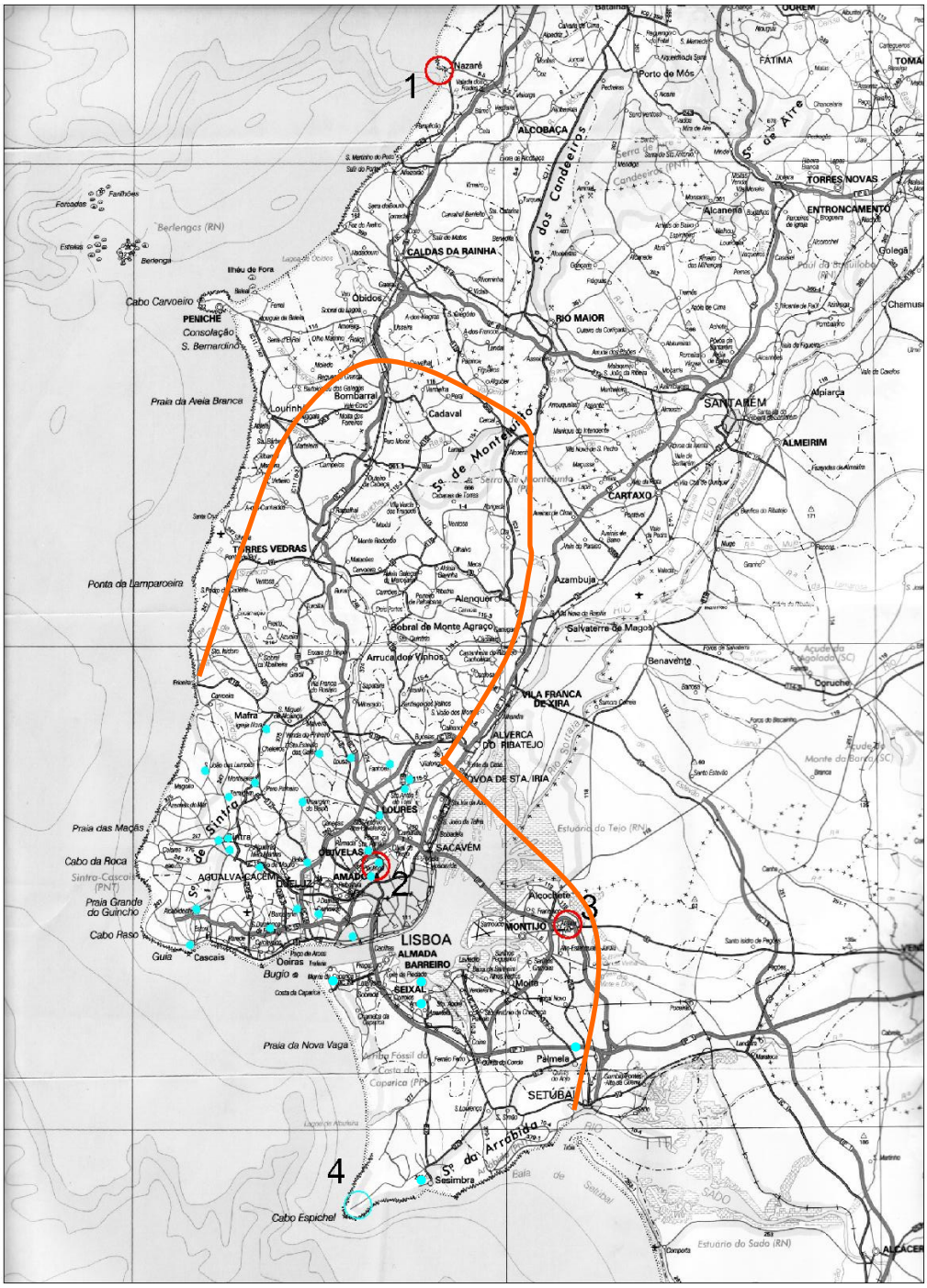
povoações a ocidente de Mafra e o Vale de S. Gião no termo de Bucelas, sendo que, "*para lá destas linhas o saloio já está inquinado, já não é puro*" (6).

Para Gustavo de Matos Sequeira, Vila Franca, Alenquer e Torres Vedras seriam as povoações limites da região considerada, onde se estabeleceram os colonos nórdicos no século XII, fundando as vilas francas do arrabalde; mas a influência da faina piscatória e da recolha do sal, ou a dedicação ao gado na estrema do Ribatejo, afastando as populações ribeirinhas dos campos, bem como a maior frequência dos contactos com o exterior, fizeram com que, tanto o saloio marítimo como o das Lezírias do Tejo se afastassem de usos, trajes e costumes típicos de uma região— o reino saloio— que o autor delimita da seguinte forma: "*diminuído das duas orlas que o deixam apenas chegar até Oeiras, pelo Sul; até à Portela de Sacavém ao Vale de S. Gião e S. Tiago dos Velhos pelo nascente; alastrando por todo o vale de Cheleiros, entre Mafra e Colares, e pela baixa da ribeira do Jamor, entre Sintra e Oeiras, pelo Oriente*;" (7) a norte incluiria Torres Vedras, com o Bombarral e Cadaval, até à Serra da Carregueira, "*passando pelos relevos de Sobral de Monte Agraço, Montachique, Serves e Atalaia*" (8).

De acordo com Jorge Gaspar, de entre os métodos indirectos para delimitar o território, destacam-se os que utilizam como indicadores, "*a toponímia, as relações funcionais campo-cidade, a utilização do solo e a expressão territorial do fenómeno religioso*" (9).

No que respeita a toponímia, abundam na região de Lisboa— considerada pelo autor a norte e a sul do Tejo, na qual estabelece uma certa simetria— os topónimos de origem árabe, sugerindo, pela sua densidade, "*a existência de um fenómeno de povoamento de raíz muçulmana, que se desenvolve em torno de Lisboa, de um a outro lado do Tejo*." (10).

Quanto às *relações funcionais campo-cidade*, as quais incluem já o factor *utilização do solo*, e numa perspectiva que se pode considerar de caracterização suburbana, "*são marcadas fundamentalmente pela acessibilidade a Lisbo***a.** *Nesta abordagem é necessário analisar a organização do espaço a partir da capital como um sistema cuja força dinamizadora é Lisboa, o mercado, que vai pulsando ao longo do tempo: porque se alarga, porque se alteram as suas procuras quantitativas; procuras que são de produtos, mas também de serviços, a que a partir de determinado momento— mais recente— se junta a migração pendular diária de mão-de-obra*" (11). Baseando-se numa simetria histórica, funcional e cultural das duas margens do Tejo, o mapa do território saloio proposto por Jorge Gaspar incluiria uma área alargada comparativamante a outros autores (12).



II.1.2.a- Santuários de Peregrinação e Giro Saloio. 1-Nª Sª da Nazaré; 2-NªSª da Luz; 3-NªSª da Atalaia; 4-NªSªdo Cabo- Jorge Gaspar defende a "simetria" desta distribuição geográfica, englobando a margem sul na Região Saloia. Maria Micaela Soares acrescenta a estes destinos de pregrinação NªSªdos Remédios de Peniche e o Senhor Jesus do Carvalhal, em Óbidos.

- Localização das freguesias associadas no Círio dos Saloios. As localidades a sul do Tejo organizam também os seus círios, mas de forma independente, como Monte da Caparica, Seixal, Arrentela, Almada, Palmela, Azeitão e Sesimbra

- Linha que delimita (como hipótese) o território saloio tal como Jorge Gaspar o propõe.

E é justamente a propósito da *expressão territorial do fenómeno religioso*, que a sua tese da unidade saloia das duas margens toma forma. Unidade esta sugerida desde os autores clássicos, com a referência do Cabo Espichel, o *Promontório Bárbaro*, mas ganhando consistência a partir do período muçulmano: "*Senhora da Atalaia e a Senhora da Luz, em Carnide, mais afastada; em paralelismo com o Espichel* [Sª do Cabo] *(até no milagre), a Senhora da Nazaré, também da devoção das populações rurais da periferia norte, mas mais afastada*", sendo que as três primeiras "*têm influência significativa dos dois lados do rio*" (13).

Dos círios (14) da Senhora da Luz dão testemunho as Memórias Paroquiais de 1758: "*vêm círios dos dois lados do Rio, da Aldeia Galega, da Moita, de Alverca..."* (15).

Quanto à Senhora da Atalaia, corresponde a uma ermida situada "*num cabeço do lugar da Atalaia, a nascente da actual vila do Montijo, anteriormente designada por Aldeia Galega do Ribatejo*" (16).

Tal como nos outros casos, a organização dos círios teve origem em promessas colectivas. "*Um dos mais antigos era o dos oficiais da Alfândega de Lisboa, cujo compromisso reza ter-se ficado a dever à peste violenta, em Lisboa, no ano de 1507*" (17).

Para este santuário convergiam sobretudo freguesias de Lisboa e o *círio dos Varinos*. Mas para além das povoações, na sua maioria da margem sul, indicadas por Maria Micaela Soares, da região adstrita à Sª do Cabo, "*só na freguesia de Oeiras se regista a organização do círio e até de confraria com esta intenção. E aqui o culto de Nª Sª da Atalaia ganhou influência e peso no cômputo das actividades religiosas locais*." (18).

Para Jorge Gaspar, "*a área de atracção à Senhora do Cabo é* [...] *a que melhor recobre no passado um fenómeno que podemos designar por realidade saloia*" (19). Correspondendo a uma continuidade de tradição local e de culto que remonta, através de sucessivas reconversões, provavelmente a um período pré - romano, do paganismo ao cristianismo passando pelo islamismo (20), estabeleceu-se, a partir de 1430, para a Senhora do Cabo, um "*giro saloio*" (21) que continua a cumprir-se com a maior solenidade em cada um dos vinte e cinco círios que ainda o compõem.

Para Jorge Gaspar "*os saloios*" constituem-se em "*facto geográfico*", portanto uma "*realidade em permanente evolução, na globalidade do seu espaço, incluindo os contornos territoriais*" (22). Na senda deste autor, também José Manuel Fernandes, quando se refere à "*área de implantação*" (23) da arquitectura vernácula da região saloia, acrescenta aos concelhos dos arredores a norte e poente de Lisboa definidos como saloios por José Leite de Vasconcellos (24), os concelhos da margem sul do Tejo: Almada, Sesimbra e Setúbal.

A estes acrescenta ainda Guilherme Cardoso, Mafra, Torres Vedras, Arruda dos Vinhos, Lourinhã e mesmo Vila Franca de Xira, porque em relação à casa torreada, "*ainda é possível observar* [ali] *pontualmente, exemplares*" (25).

Fernando Castelo Branco, depois de ponderar as propostas de José Leite de Vasconcellos, da *Physiologia do Saloio* e de Alberto Pimentel, conclui que nenhum destes autores inclui a margem sul do Tejo, e a razão por si aduzida para em definitivo a excluir, é o critério da relação com a cidade: sendo todo este território envolvente de carácter marcadamente rural, a verdade é que "*separados de Lisboa pelo amplo estuário, não abasteciam a capital com os produtos agrícolas que produziam*" (26).
Para o autor, uma vez que o epíteto de saloio resulta do choque, do confronto directo dos citadinos com os camponeses que se apresentam na cidade para vender os seus produtos, só os que por tradição o faziam merecem a designação.
Como fica patente, a delimitação do território em causa depende essencialmente dos critérios utilizados por cada autor.

Também para a delimitação do território dos saloios, incluindo o problema da definição do que possa ser o *Termo de Lisboa*, encontramos em quase todos os autores mais recentes as mesmas referências a outros que trataram do tema em épocas precedentes, sobretudo a partir do século XVII, e com uma grande incidência no século XIX e princípios do século XX.
Alguns, como já ficou explícito, são recorrentes, como se fossem obrigatórios. São citados e analisados, por vezes com uma intenção marcadamente crítica. Acontece por exemplo com José Leite de Vasconcellos e Fernando Castelo Branco em relação a Alberto Pimentel; com João Paulo Freire em reacção à obra *Physiologia do Saloio* (27).
Para Maria Micaela Soares "*têm sido apresentados os Saloios como habitando tradicionalmente os arredores da capital, na zona mais ou menos coincidente com o Termo de Lisboa*" (28).
Mas quando se fala em *Termo* as opiniões dividem-se; torna-se difícil fixar a época a que cada um se refere, ou sequer qual seja o critério para definir o conceito respectivo.

Gustavo de Matos Sequeira, diz que é "*designação que hoje quase só se mantém no ouvido pelo prestígio do vinho, o carregado e saboroso vinho do termo que o Colares e o Bucelas não conseguiram destronar"* (29), enquanto Alberto Pimentel afirma: "*o que é certo é que a antiga expressão Termo de Lisboa se relaciona unicamente com o habitat dos saloios e não*



1



2



3



4



5

II.1.2.b- Os Círios: entre o sagrado e o profano, testemunho de raízes pagãs. 1-Capela do Sítio, Nazaré Arquitectura Popular em Portugal. 2ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p.446. 2- Cabo Espichel: Ermida da Memória: sendo do século XVII, a sua forma é a da "cuba" muçulmana, e o local deve corresponder à instalação de um "ribat"ou"morabito"da mesma época e, provavelmente, os cultos locais remontam a tempos pré-romanos.
3- Círio de Nª Sª da Atalaia (PEREIRA, Paulo- Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal. vol 4.p.108).
4-Grupo de anjos (vestidos de soldados romanos, de acordo com a tradição) com a Sª do Cabo, à porta da igreja de S. Domingos de Rana, durante os festejos do Círio de 1972-1973 (fotografia anónima, cedida pelo Sr. Cristino). 5- Andor da Nª Sª do Cabo na igreja de S. Domingos de Rana, Círio de 1997-1998 (foto Sr. José Iglésias, folheto de promoção do evento. Paróquia de S. Domingos de Rana, 1998).

em geral com os arredores de Lisboa, porque apenas abrangia os habitantes da margem direita do Tejo e não os da margem esquerda" (30).

Se, no entanto, nos fixarmos no significado de *Termo* como circunscrição territorial na dependência de uma vila ou cidade, formando com esta, uma unidade administrativa— desde cedo identificável com o *município* ou *concelho*, e apesar das ambiguidades e dúvidas quanto a delimitações geográficas (31), em virtude das alterações de organização ao longo do tempo, alguns factos deverão ser tomados como certos em relação a Lisboa e seus arredores a ocidente:

- A Vila de Sintra e o seu *Termo*, que incluía o actual concelho de Cascais, são reconhecidos por Carta de Foral de 1154, outorgada por D. Afonso I.
- Cascais é desanexada, com o seu *Termo*, da Vila de Sintra, em 1364, por determinação de D. Pedro I (embora só em 1370 se tenha efectivado a autonomia da povoação, a qual, de aldeia na dependência de Sintra, ganhava importância de vila, após doação da mesma a Gomes Lourenço, pelo rei D. Fernando). No entanto, continuou a reger-se pelo Foral de Sintra até que, em 1514, lhe foi outorgado foral próprio por D. Manuel (32).
- Por seu lado, Oeiras só é desanexada do *Termo* de Lisboa em 1759 (33).

Portanto, se associarmos a designação de *Termo* ao municipalismo, num contexto histórico pós- reconquista, podemos afirmar, em relação ao território em causa, que a partir de 1370 Sintra e Cascais, com os respectivos *Termos*, tinham condições para ser autónomas como vilas em relação a Lisboa.

No entanto, é em 1385, de acordo com o olisipógrafo Augusto Vieira da Silva (34), que surgem os "*mais antigos documentos de que temos conhecimento em que se faz referência ao Termo de Lisboa*" (35). Trata-se do conjunto das quatro cartas das doações feitas por D.João I à cidade de Lisboa, em reconhecimento dos serviços de auxílio por esta prestados nas lutas de libertação em relação à ameaça castelhana e do apoio na elevação à realeza (36). Do teor dessas cartas, relativas às doações das vilas de Sintra, Torres Vedras, Alenquer e o conjunto formado por Vila- Verde, Colares, Ericeira e Mafra, bem como todos os *Termos* das mesmas e "*todos os outros lugares que são desde o Termo de Alenquer até à dita Cidade de Lisboa, assim como vai o Rio do Tejo, e que são desde o Termo de Torres Vedras até à dita Cidade, e desde Sintra até essa mesma Cidade, assim como vai à beira do mar*" (37) deduz-se a inclusão de Cascais no *Termo* de Lisboa, a partir de 1385.

No entanto, Cascais já tinha sido separada do *Termo* de Sintra e nada de substancial se terá alterado no regime de doação anteriormente estabelecido, até porque é nesta altura que o

mesmo D. João I faz mercê da mesma Vila (acrescida do Reguengo de Oeiras), ao Doutor João das Regras, também em pagamento dos favores prestados (38).

Na opinião de Augusto Vieira da Silva, as vilas incluídas neste território alargado do *Termo* de Lisboa e que já possuíam, por direito, as suas prerrogativas, "*naturalmente trataram de invocá-las, para lhes ser restituída a autonomia, como aconteceu, desconhecendo nós os diplomas que, até ao ano de 1527, desligaram do Termo de Lisboa as Vilas mencionadas nas cartas de doação referidas*" (39).

Apesar destas ressalvas, parte-se do princípio de que, quando os diferentes autores se referem ao *Termo de Lisboa*, nesta acepção administrativa, não deverão estar incluídos os municípios de Sintra e Cascais; o mesmo se dirá de Oeiras a partir de 1769.

De um modo geral, uma certa mobilidade ao longo do tempo está sempre presente: ou é o traçado de fronteiras entre municípios que varia; ou a relação de povoações de cada um; muitas vezes são os limites das freguesias que não coincidem com os do município respectivo. Foi só com a reorganização administrativa do país a partir de 1833 que se atingiu alguma estabilização ao nível municipal. É nessa altura, em 1852, que é extinto o *Termo de Lisboa* (40).

Maria Micaela Soares diz que, em relação à sua extensão territorial, "*variou conforme as divisões administrativas e judiciais decretadas em várias épocas, e consoante as correntes políticas dos governantes*". Houve períodos em que algumas vilas e seus respectivos termos "*ora se encravavam (1385) ora se desencravavam do de Lisboa (1527)*" como é o caso de Sintra, Torres Vedras, Alenquer e Mafra, referindo-se à circunstância acima descrita (41).

Do *Termo* de Lisboa sempre fez parte o território correspondente ao actual concelho de Loures, até à sua desanexação definitiva em 1886, "*bem como algumas freguesias até há pouco rurais e que hoje pertencem ao aro citadino: Ameixoeira, Benfica (de que fazia parte a Porcalhota e actual Amadora), Carnide, Charneca, Lumiar, Olivais*." (42).

Já Luís Mendes de Vasconcelos, na sua apologia de Lisboa, no capítulo em que faz o enaltecimento do seu *Termo*, diz que os seus limites seriam " *de Torres até Cascais, pelo mais comprido, dez léguas e pelo mais largo, cinco*" (43). Ao tentar calcular o número de habitações do Termo, situa-o " *de Peniche e Sacavém até Cascais e Sintra*" (44). Mas o facto de assim o delimitar, não impede o autor de considerar as origens extra- termo de produtos afamados como o vinho, dizendo que "*poucos se avantajam aos de Carcavelos, Oeiras e Camarate, poucos chegam aos da Labrugeira, Ourém, Alcochete e Caparica, e a todos avantajam os de Peramanca, Beja, Vila de Frades, Cuba e Vera Cruz*"(45).

Alarga ainda o elogio às terras contíguas ao mesmo *Termo*, dizendo que "*também, saindo fora dele, que cousa há que se compare com os lugares de seus campos, que do mesmo modo são honrados e férteis, e tantos, que de Sacavém à Castanheira, que são quatro léguas, se veêm doze lugares postos no caminho, ou junto dele, e alguns grandes e lustrosos* [...]*"* (46).

Alberto Pimentel, em 1908, empenhou-se em definir o que designou por "*Região dos Saloios e suas zonas*" (47), classificando-as da seguinte forma:
- "*Zona de instalação*", correspondendo à área geográfica inicialmente ocupada pelo "*mouro foragido de Lisboa após a tomada da cidade pelo Conquistador*" (48) e que se compunha do arrabalde da mesma e do espaço confinado pelo mar, pelo Tejo e pelas vilas de Oeiras, Cascais e Mafra, coincidindo assim com o antigo Termo de Lisboa.
- "*Zona de penetração ou irradiação*": ocupada progressivamente pela expansão setentrional dos ocupantes da primeira zona, estender-se-ia até Óbidos, incluindo Mafra, Torres Vedras, Lourinhã e Cadaval, bem como Arruda e Sobral de Monte Agraço, "*libertando apenas a faixa marginada pelo Tejo e pela orla oceânica*" (49).

José Leite de Vasconcellos, contrariando, também neste ponto, Alberto Pimentel, por demasiado expansionista, traça para o território dos saloios o seguinte itinerário (50):
"*1-Algumas freguesias rurais do concelho de Lisboa* [...]*: Ameixoeira, Benfica, Carnide, Charneca, Lumiar, Olivais.* [...] *A Benfica pertencia ainda a Porcalhota em 1894* [...]*, terra de saloios, hoje denominada Amadora, que é propriamente a parte moderna, habitada por pessoas de Lisboa e onde está uma estação ferro-viária*"
"2-*O concelho de Oeiras.*
As povoações do interior, situadas nas freguesias de Barcarena e Carnaxide (nesta fica Linda-a-Pastora e Linda - a-Velha), são confessadamente saloias"
"3-*O concelho de Cascais. Neste concelho temos de distinguir o seguinte:*

> *a) A população das aldeias do interior (umas* vinte *e tantas) que aí mora e veio de tempos antigos de família em família, com rara infiltração estranha, é genuinamente saloia.*
>
> *b) Há povoações antigas da beira-mar que eram saloias, cuja população mudou por infiltração de gente vinda, por assim dizer, com o comboio, ou procurou as praias (há uns oitenta anos para cá), atraídas pela corte, que se fixava muito em Cascais. A fora Cascais, aconteceu o mesmo a outras povoações do interior* [...]".

O autor considera Galiza, Parede, Carcavelos, como tradicionalmente saloias e que "*vão perdendo os seus primitivos caracteres*" (51).

"*4-O concelho de Loures. Exceptuando a freguesia de Sacavém* [...]
5- O concelho de Sintra. A capital, porém, diferença-se das freguesias rurais em ser pouco saloia, em ainda querer ser menos, e em desdenhar o qualificativo. [...].
6- O concelho de Mafra." Com excepção da Ericeira, já que "*os da Ericeira muito menos se consideram saloios, e chamam assim, com desprêzo, aos de Mafra*" (52).
Deduz-se que um dos critérios utilizados por Leite de Vasconcellos foi o grau de auto - consciência e auto - denominação da população relativamente à designação de "*saloio*", tal como o fez Maria Micaela Soares, com base em inquéritos linguísticos, "*os quais tiveram como objectivo tentar perceber o grau de consciência de cada inquirido sobre a região em que se situa e o grupo em que se integra*" (53). Como resultado, apresenta um mapa em que "*a alcunha Saloio parece alargar-se a uma área que se situa mais para norte e mais para leste das zonas consagradas, aparentando serem agora pouco definidos os contornos que a tradição impôs. Só em reduzida percentagem os inquiridos se mostraram indecisos*." (54).

- Conclusões

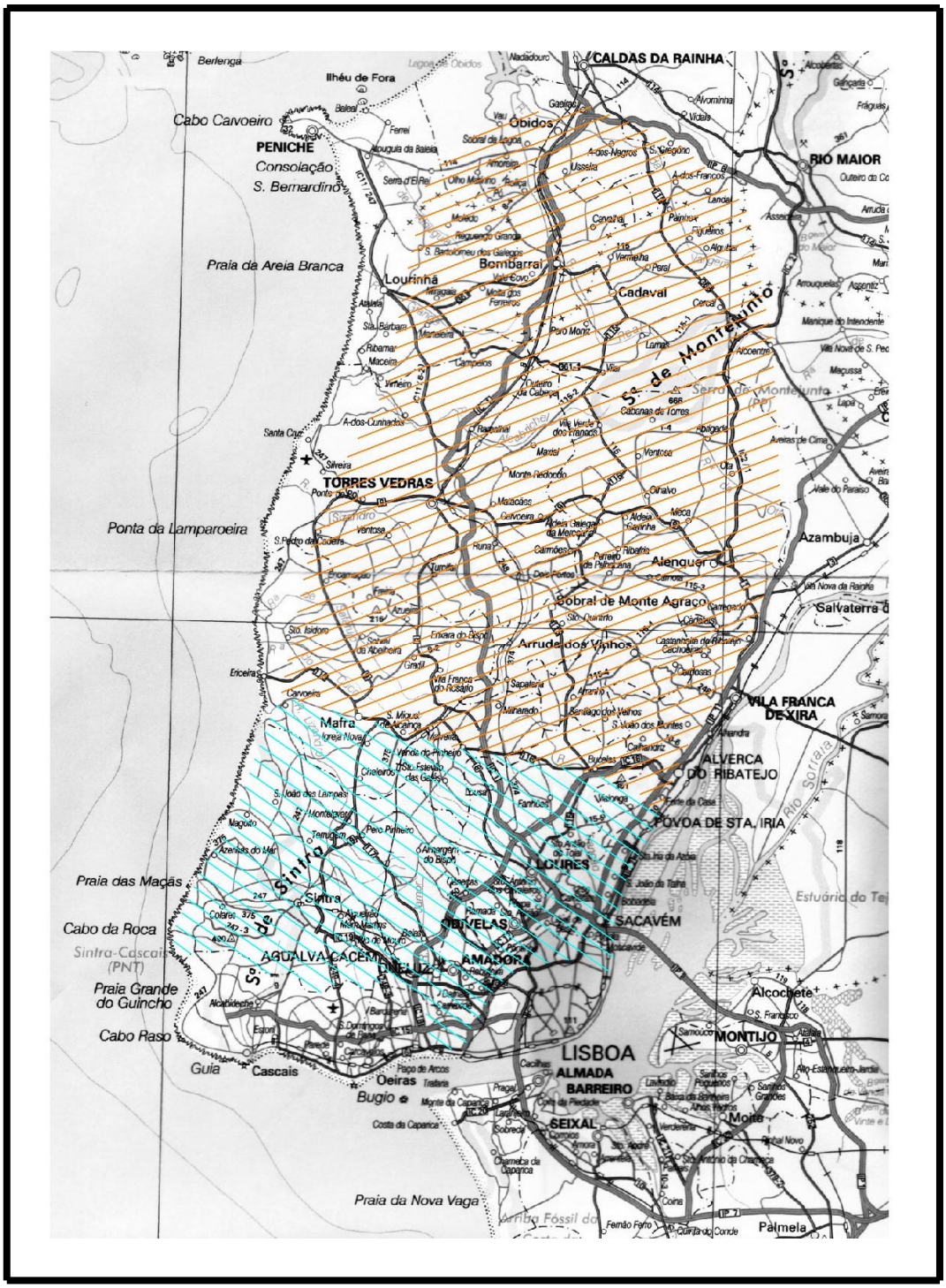
Etnia saloia e o respectivo território surgem assim como indissociáveis, apesar de todas as variações encontradas.
Como fica patente, a delimitação do território em causa depende essencialmente dos critérios utilizados por cada autor e a abordagem do tema não tem sido sistemática.
Da compilação de opiniões apresentada ressaltam os seguintes critérios, que se poderão revelar úteis no contexto do presente estudo:
- A percepção do território como saloio, através da inquirição quanto à auto-consciência da população relativamente à integração numa região e num grupo (designado e identificado como *dos saloios*).
- A teoria do *centro étnico*, que situa geograficamente uma área dos arredores de Lisboa, eventualmente identificável com o antigo Termo, área onde se terão concentrado as populações muçulmanas saídas da cidade em 1147. A etnia saloia teria irradiado a partir deste centro, expandindo o respectivo território, com maior ou menor amplitude, segundo os autores, no cruzamento com os outros critérios. É praticamente excluída a beira-mar, bem como as margens do Tejo. A área do território assim demarcado terá tendência para *encolher* sob a pressão da expansão urbana.
- A manutenção de características originais, pela preservação de *infiltração estranha* nas famílias antigas.

- A incidência da toponímia de origem árabe.
- A relação com a cidade, de abastecimento directo e pessoal de produtos agrícolas.
- A relação com a cidade do ponto de vista mais geral do *mercado*, o que incluiria a adaptação ao mesmo ao longo do tempo, do fornecimento directo de víveres ao fenómeno mais recente das deslocações pendulares para a cidade das massas trabalhadoras.
- A percentagem de utilização agrária do solo.
- A expressão territorial do fenómeno religioso, vinculado às rotas das romarias e peregrinações a santuários cuja localização radica em origens remotas e pagãs, atestando por um lado a antiguidade da ocupação do território, a evolução, mas também a força das tradições e por outro, a possibilidade de considerar o alargamento do território dito saloio para a margem sul do Tejo, dada sobretudo a importância do Santuário da Sª do Cabo no Cabo Espichel. A organização em *círios*, envolvendo várias localidades, pode considerar-se um sinal de unidade (em certos aspectos simétrica) das duas margens do Tejo na zona de Lisboa.
- A existência de tipologias arquitectónicas, identificadas como próprias dos saloios, mormente a *casa torreada*.

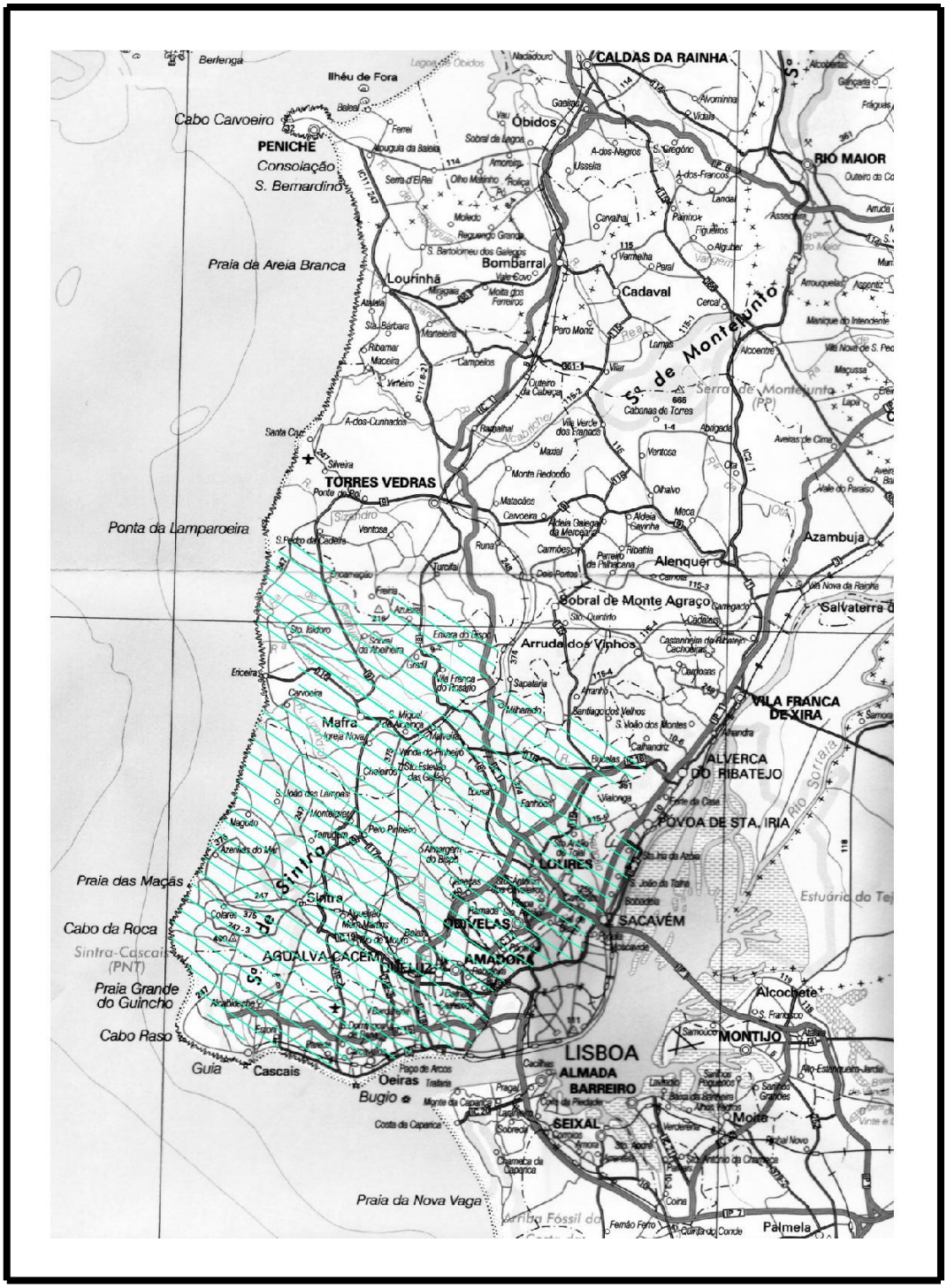
De salientar que a delimitação do *território* é, na maior parte dos autores, acompanhada, ou precedida, de uma caracterização étnica, a qual se considera contributo essencial para a definição da *identidade cultural da Região Saloia*.

O ensaio de delimitação territorial cartográfica que se apresenta, por ordem cronológica, baseia-se no conjunto de informações pouco precisas que foi possível colher nalguns autores citados e pretende somente ajudar a visualizar o território objecto de tantas conjecturas, permitindo traçar um esquema comparativo: percebe-se que as variações dependem das opiniões dos autores, de acordo com critérios que se podem considerar parciais e pouco actualizados, para os mais recentes. Por exemplo, quando Jorge Gaspar fala da tradição dos Círios, não refere que já só consta o da Nª Sª do Cabo (que as novas gerações já não entendem); se José Manuel Fernandes e Guilherme Cardoso, com base na extensão da arquitectura saloia, consideram um alargamento da zona de carácter saloio, parecem não dar valor ao facto de essa arquitectura estar numa fase de desaparecimento progressivo e inelutável; para Maria Micaela Soares é cada vez mais difícil encontrar, mesmo nas zonas mais recônditas e esquecidas do possível núcleo saloio, pessoas que ainda mantenham a linguagem, os costumes, as memórias...

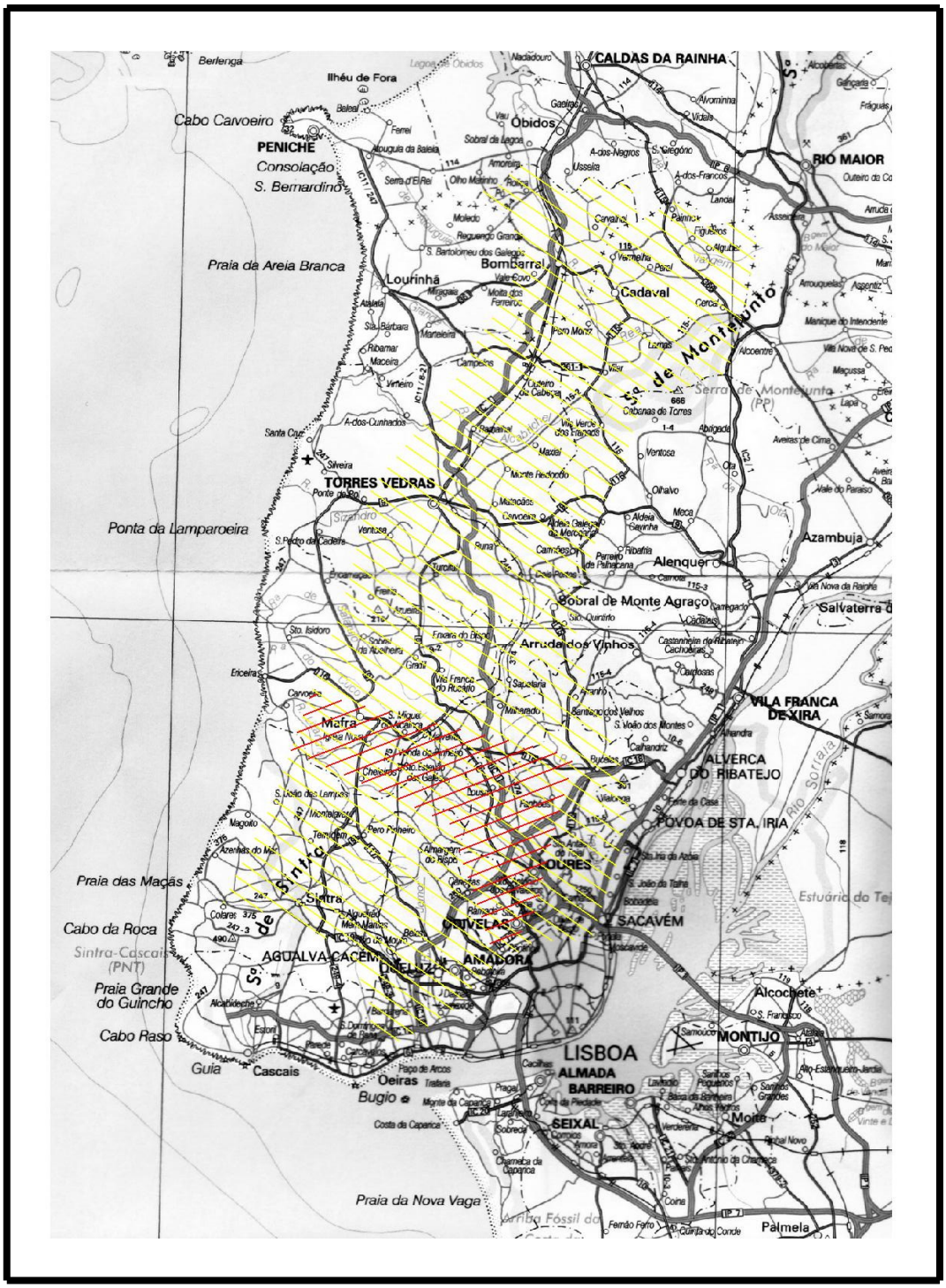
Foi acrescentado o que respeita às delimitações actualmente consideradas no âmbito das Unidades de Paisagem da Área Metropolitana de Lisboa, conforme referenciado na figura.
Considera-se que as mesmas correspondem à imagem mais realista do que é actualmente o território *saloio*. Denota a tendência para o mesmo *encolher* progressivamente: resta uma espécie de *coração*, o qual, por mau funcionamento dos organismos envolventes, acabará por sufocar...



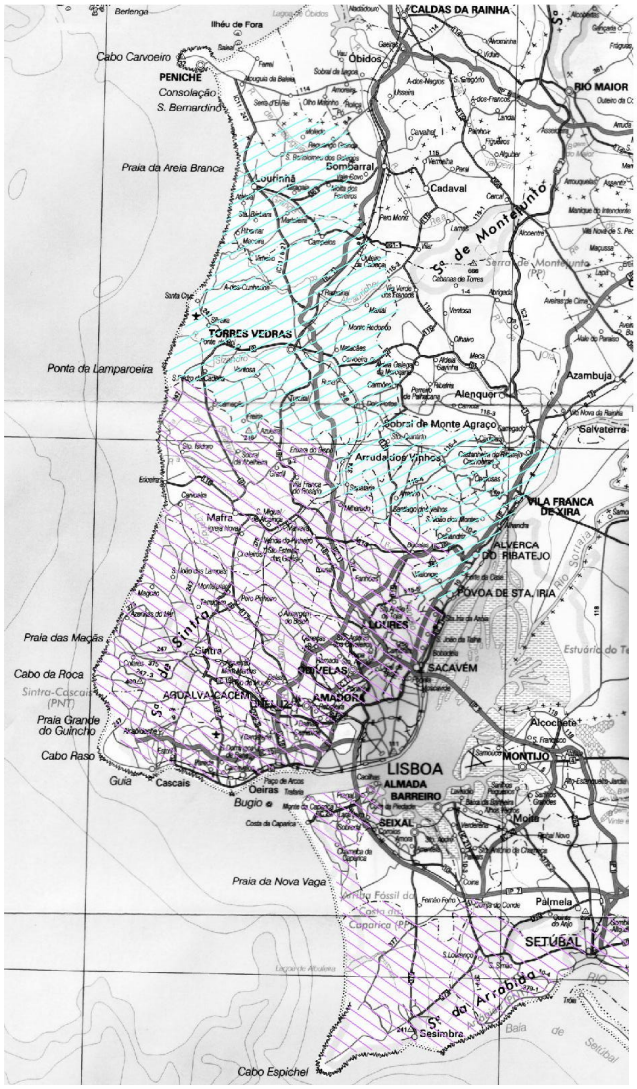
II.1.2.c - **O território saloio segundo Alberto Pimentel** (1908), com a zona de instalação a azul, e a de expansão a laranja



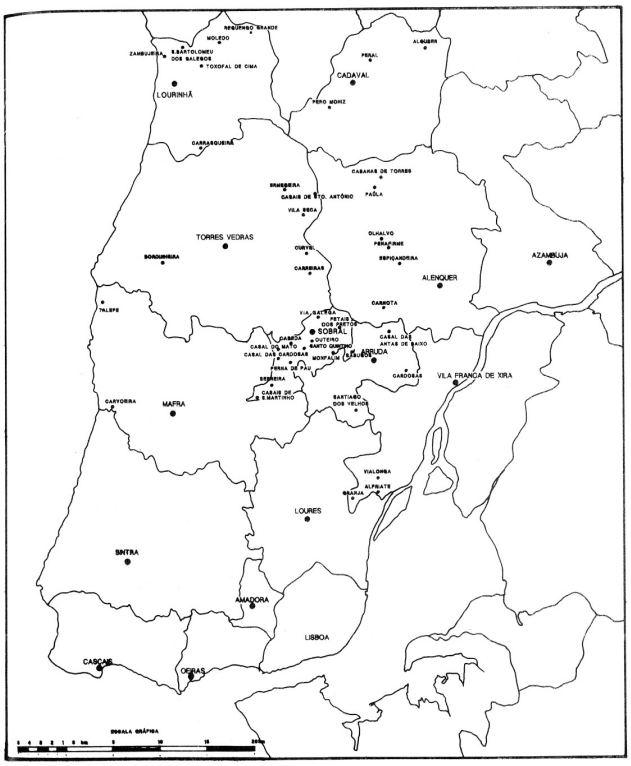
II.1.2.d - **A terra dos saloios de José Leite de Vasconcellos** (1942)



II.1.2.e – O Território Saloio de Gustavo de Matos Sequeira, em 1958: o autor admite um núcleo (a vermelho) de autenticidade saloia e uma área em fase de contracção (a amarelo), onde as características vão desaparecendo



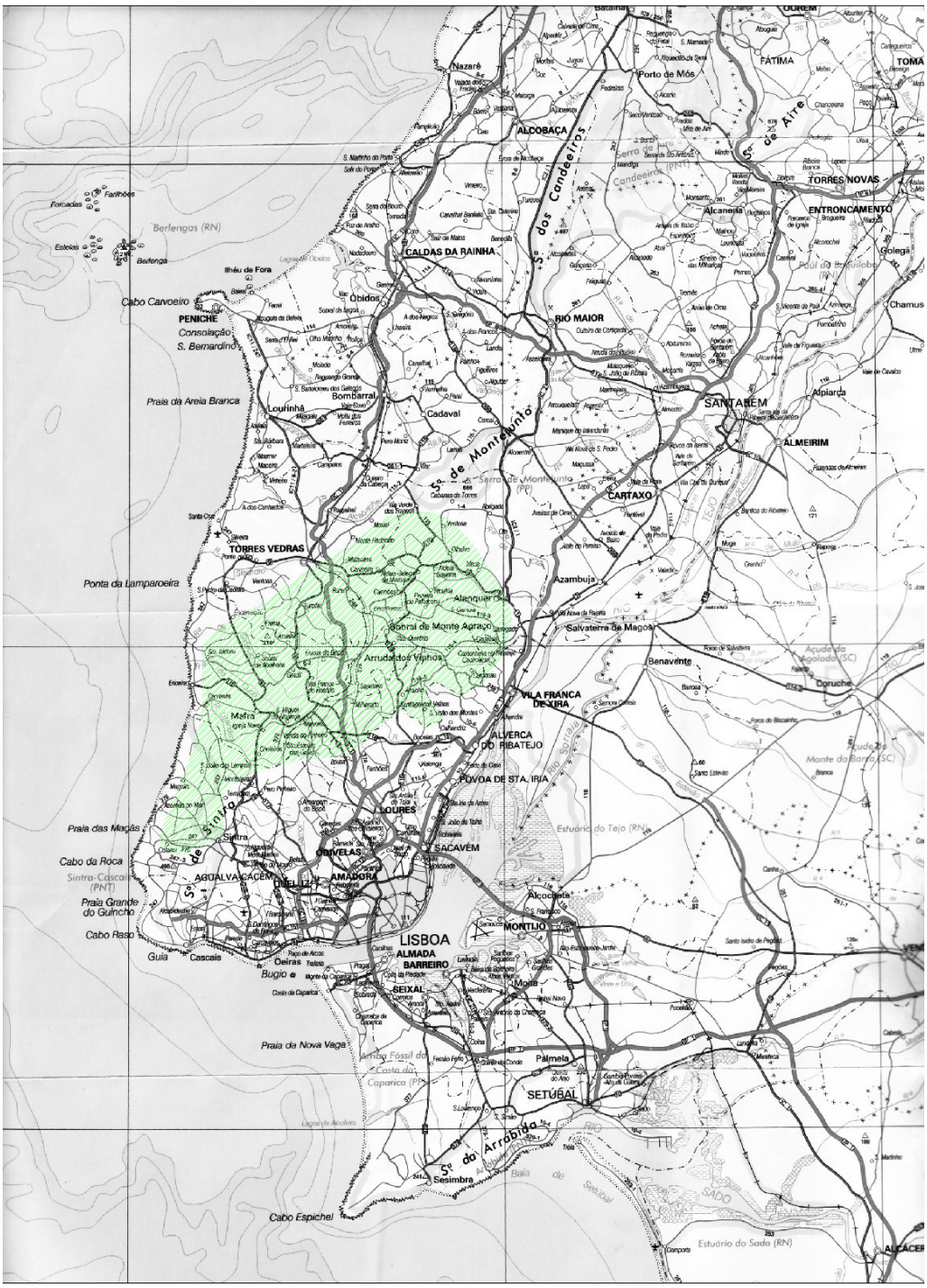
1



Distribuição provisória da alcunha saloio *no distrito de Lisboa*

2

II.1.2.f- A Cartografia recente: 1- À zona preconizada por José Leite de Vasconcellos, junta José Manuel Fernandes os concelhos assinalados da Margem Sul. Guilherme Cardoso acrescenta ainda os concelhos assinalados a verde. 2- Da pesquisa feita por Maria Micaela Soares resultou um mapa provisório da distribuição da alcunha de saloio (e aceitação da mesma pelos visados)



II.1.2.g- Os limites da Terra Saloia: ABREU, Alexandre Cancela de; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário - Grupos de Unidades de Paisagem: K (Maciços calcários da Estremadura) a Q (Terras do Sado). In Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Lisboa: DGOTDU; Lisboa: Universidade de Évora, 2004, Vol. IV

- Para os autores o território que se pode considerar *Terra Saloia*, está cada vez mais condicionado pelo avanço caótico de infraestruturas de comunicação e urbanizações.

Notas a II.1.2- Delimitações geográficas: etnia e território

1- GASPAR, Jorge- **Território dos Saloios**.In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.9: O autor considera que se confrontam duas teses, a de Alberto Pimentel (1908) e a de Leite de Vasconcellos (1942). Para ele, ambos erraram e ambos têm alguma razão, não adiantando muito mais do que a classificação de dinamismo para um e purismo para o outro.
2- GASPAR, ref 1, p.9
3- GASPAR, ref 1, p.9
4- De acordo com a teoria de David Lopes sobre a origem do saloio abordada no ponto I.1.1
5- SEQUEIRA, Gustavo de Matos; GAMEIRO, Roque- **Portugal de algum dia: cenas, costumes e usos de outros tempos**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1931. Cit. por GASPAR, ref 1, p.10
- **Os Saloios**. In O Concelho de Mafra, 1958. In MANA, Donzília – **Algumas teses sobre a origem do Saloio.** In Boletim Cultural. Câmara Municipal de Mafra, 1995. P.355 (sem mais informações bibliográficas).
6- MANA, ref 5, p.356
7- MANA, ref 5, p.357
8- MANA, ref 5, p.357
9- GASPAR, ref 1, p.11
10- GASPAR, ref 1, p.11-12: destaque, no que respeita a toponímia, para o vocábulo *Azoia*, presente no Cabo Espichel, no Cabo da Roca e em Santa Iria, marcando arcos de incidência da toponímia de origem árabe. *Azoia*, palavra derivada do árabe *Zauía*, túmulo de um homem santo, local de peregrinação de fiéis. A ideia da simetria norte-sul do Tejo, seria então reforçada, não só pela idêntica densidade toponímica, como também pelo sistema de organização de espaço: primeiro os reguengos das duas margens; os vinhos; a implantação das quintas de prazer e rendimento, renascentistas e depois românticas.
11- GASPAR, ref 1, p.11
12- Ver figura II.1.2 a
13- GASPAR, ref 1, p.16 e Fig. I.1.2.a
14- PEREIRA, Paulo- **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal**. 1ª Ed. Vol 4. Lisboa: Público, 2006, p. 106-107: "*O Círio, em termos populares, designa a romaria de uma comunidade ou população a um santuário de destino*, *como paga de* uma *promessa colectiva ou de uma promessa antiga*". Cumpre-se como uma obrigação sazonal, religiosa (devoção Mariana em geral) mas de raiz laica, a que se associa a Igreja Católica. Toma geralmente a forma de peregrinação, organizada como festa popular por Confrarias. A sua origem remonta eventualmente a cultos pagãos depois cristianizados, e o nome deriva, por metonímia, das grandes velas ou círios, que eram transportados pelos romeiros, e guardados em caixas próprias.
15- GASPAR, ref 1, p.16
16- SOARES, Maria Micaela- **Saloios.** Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. 1989-1990, I Série, Nº 91, p. 37
17- SOARES, ref 16, p.37: " *Ocorre ainda hoje o dos marítimos solteiros e o dos casados de Alcochete, entre a última sexta feira de Agosto e a segunda-feira seguinte*". Tal como noutros santuários, também aqui os peregrinos procedem à ablução de mãos e rosto na água da nascente milagrosa, e põem ao peito as *medalhas* artesanais em cartão, "*enfeitadas com fitas e lantejoulas, tendo ao centro um registozinho da Virgem*"
18- TEIXEIRA, Carlos A. CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge – **Registo Fotográfico da Freguesia de S. Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico- Administrativos**. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia, 2003, p.199: Descrição a propósito da participação de S. Domingos de Rana, associada a Oeiras, no Círio da Sª da Atalaia. Não se indica, porém, quando cessou esta celebração, sendo certo realizar-se desde o século XVI.
19- GASPAR, ref 1, p.16
20- GASPAR, ref 1, p.17: Esta devoção – peregrinação teria a ver, segundo o autor, com a peregrinação do período muçulmano à *Zauía* do Cabo Espichel. A sua área de influência já configuraria a actual, incluindo a margem sul, e fazendo assim remontar a origem da própria Região Saloia a este período.
-ENCARNAÇÃO, José d'- **Recantos de Cascais: Uma devoção secular.** Jornal da Região, 2 de Abril de 2003, p5 : Apesar desta remota origem, uma lenda popular que poderá ter surgido por volta de 1410, assegura o carácter cristão do culto. Envolve um velho de Albabideche, o qual, durante várias noites, avista uma luz para os lados do Cabo Espichel, como uma estrela especial que atraía a atenção. O velho pôs-se a caminho, depois de em sonhos ter sido avisado de que a luz irradiava de uma imagem perdida de Nossa Senhora que devia ser recuperada e venerada. Pernoitando na Caparica, "*contou à hospedeira ao que vinha. Impressionada, a mulher sentiu também ela, durante a noite, uma força irresistível que a impeliu, manhã cedo, para as bandas do Cabo e aí a foi encontrar, horas depois, o velhote de Alcabideche, prostrada diante da imagem, que, no século XIII, pertencera (rezam os livros) a Hildebrando, frade eremita de S. Agostinho, viajante rumo a Lisboa, numa embarcação ali naufragada"*

-PEREIRA, Paulo-**Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal**.1ª Ed. Vol. 13. Lisboa: Público, 2006, p. 118-130:
De acordo com Paulo Pereira, outra variante da lenda combina esta história com a de um naufrágio, ao largo do Cabo, no meio de uma grande tempestade, do qual todos se salvam "*pela intercessão de uma imagem da Virgem, a quem os marinheiros oravam na capela de bordo*". Quando veio a bonança, uma grande luz indicava, pela falésia acima, a subida da imagem montada numa mula (cujas pegadas teriam ficado impressas na rocha) o que explicaria também o primitivo nome do lugar: Pedra da Mua; e duma assentada dava também uma razão de existir ao trilho de dinossauros que pontuam de forma inexplicável para a época, o flanco da falésia.
- Por outro lado, poderá tornar-se interessante verificar os pontos que esta história fundacional tem em comum com uma outra: a do Convento de Nª Sª da Arrábida.
21- SOARES, ref 16, p.31. É a seguinte a lista de povoações que faziam parte do giro dos saloios em 1989: Alcabideche, Carnaxide, S. Julião do Tojal, S. Pedro de Penaferrim, Belas, Loures, Carnide, Barcarena, Lousa, S. Antão do Tojal, Benfica, S. Domingos de Rana, S. João das Lampas, Montelavar, Rio de Mouro, Nª Sª da Ajuda de Belém, Cascais, Odivelas, S. Martinho de Sintra, Almargem do Bispo, Stº. Estêvão das Galés, Igreja Nova, Terrugem, Fanhões, Stª Maria e S. Miguel de Sintra (associadas).
-ENCARNAÇÃO, ref 20, p. 5: Este autor indica a data de 1606 para a criação da "*confraria com a finalidade de promover a peregrinação da imagem pelas 30 (depois 26, e agora 25) freguesias da região saloia*", por iniciativa de uma mulher de Alcabideche e um mancebo de Carnaxide. No entanto, não indica a fonte.
22- GASPAR, ref 1, p.17
23- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes- **Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica**. Lisboa: ICLP, 1991. p. 47
24- Ver Fig. II.1.2.d
25- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, joão Pedro- **Povoamento e Arquitectura Popular na Freguesia de Cascais**. Cascais: Junta de Freguesia, 2004, p.32
-Ver Fig. II.1.2.f
- FERNANDES, ref 23, p. 28: os autores partem do pressuposto de que há um *tipo* de casa saloia; abstraindo dos subtipos, distinguem a mais exemplar, a que chamam *torreada,* por analogia com as torres medievais e cujas origens procuram sobretudo nas influências da época muçulmana. Por seu lado, o mesmo carácter fortemente geometrizado, apoiado na forma quadrangular e com proporções aproximadamente constantes, terá inflenciado a construção erudita, em solares e igrejas, na mesma região.
26- SOUSA, João de- **Caderno de todos os barcos do Tejo tanto de carga e transporte como de pesca.** Lisboa: Na Loja de joze de França, 1785. Cit. por CASTELO BRANCO, Fernando- **A problemática do conceito de saloio.** In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.24-25: Testemunha os produtos que, através do rio chegavam a Lisboa, da outra margem e das regiões tanto a nascente como a poente, no século XVIII: madeira vinha na Barca de Aldeia Galega; lenha na fragata de Alcochete; pedra na bateira de Porto Brandão; já os barcos do Ribatejo, assim como os "*Bateis d'Agoa a'ssima*" traziam abastecimentos a Lisboa. Os barcos dos moinhos traziam farinhas da outra margem.
27- VASCONCELLOS, José Leite – **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol III. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980, p. 430
- CASTELO BRANCO, ref 26, p. 23-24
- FREIRE, João Paulo – **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes.** Porto: Emp. Diário do Porto, 1948, p. 59: o autor faz um contraponto de todas as afirmações da *Physiologia*, mas a verdade é que acaba por concordar com algumas, dando-lhes a sua própria interpretação (exemplo da explicação para o horror à árvore e à água).
- SOTTO MAYOR, A. da Cunha - **Physiologia do saloio**. Lisboa: Livraria Central, 1858
28- SOARES, ref 16, p.13
29- SEQUEIRA, ref 5. Cit. por MANA, Donzília, ref 5, p. 356
30- PIMENTEL, ref 30, p. 6. Cit. por CASTELO BRANCO, ref 26, p. 24
31- SOARES, ref 16, p15
32- REDONDO, Belo- **Murtal Aldeia das Murtas. Com o foral da vila de Cascais e seu têrmo.** Cascais: Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1943, p.22-50
33- SOARES, ref 16, p.15
34- SILVA, A. Vieira da – **Dispers**os. 1ª Ed.Vol. I.Lisboa: Oficinas Gráficas da C.M.L., 1954 p. 35-54
35- SILVA, ref 34, p.37
36- SILVA, ref 34, p.37
37- SILVA, ref 34, p.37
38- ANDRADE, Ferreira- **Monografia de Cascais**. Cascais: C.M.C., 1969, p. 35: O senhorio de Cascais passa para a posse de João das Regras depois da morte de Sancho Gomes de Avelar, filho do primeiro donatário, a quem foi concedido o senhorio, depois de D. Henrique Manuel de Vilhena, senhor de Cascais durante a crise de

1383-1385, ter traído os interesses do país, servindo Castela. O autor diz que existem três documentos que o designam como donatário, datados de 1386, 1387 e 1397. Quanto à inclusão do Reguengo de Oeiras, esclarece que o mesmo sempre pertenceu ao senhor de Cascais, desde 1370 até 1760.
39- SILVA, ref 34, p.38
40- SILVA, ref 34, p. 50-51
41- SOARES, ref 16, p.15
- A interpretação da autora refere-se às circunstâncias detalhadas por Augusto Vieira da Silva, na obra citada
42- SOARES, ref 16, p.15
43- VASCONCELOS, Luís Mendes de- **Do Sítio de Lisboa**: **Diálogos**. Organiz. José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.120.
- SOARES, ref 16, p.15: Edições referidas da obra em 1608 (1ª edição) e 1736 (2ª edição).
44- VASCONCELOS, ref 43, p.118
45- VASCONCELOS, ref 43, p.119
46- VASCONCELOS, ref 43, p.120
47- PIMENTEL, ref 30, p. 5. Cit. por SOARES, ref 16, p. 17
48- PIMENTEL, ref 30, p. 5. Cit. por SOARES, ref 16, p. 17
49- PIMENTEL, ref 30, p. 5. Cit. por SOARES, ref 16, p. 17
50- VASCONCELLOS, ref 27, p. 433-435: no ponto 3, II - Território dos saloios, área própria dos saloios.
51- VASCONCELLOS, ref 27, p. 434: o autor considera mesmo que "*Os indígenas quase desapareceram. Em rigor, a terra já não é saloia*".
52- VASCONCELLOS, ref 27, p.437
-Ver Fig. II.1.2.d
53- SOARES, Maria Micaela- **Literatura Saloia**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.33-34
54- SOARES, ref 53, p.34
- Ver Fig. II.1.2.f

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Ferreira de - **Monografia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: CMC, 1969. 277 p.

CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro - **Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004, 144 p. ISBN: 972-99239-0-6

ENCARNAÇÃO, José d'- **Recantos de Cascais: Uma devoção secular**. Jornal da Região, 2 de Abril de 2003, p.5

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – **Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica**. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, 78 p.

FREIRE, João Paulo – **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes.** Porto: Emp. Diário do Porto, 1948. 364 p. COTA H.G. 27924 P.

GASPAR, Jorge - **Território dos Saloios**. In Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 2 -18

MANA, Donzília - **Algumas teses sobre a origem do saloio.** Boletim Cultural. Câmara Municipal de Mafra, 1994, p. 352-359

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol 4. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol 13. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5

PIMENTEL, Alberto - **A Extremadura Portugueza**. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1908.

REDONDO, Belo - **Murtal Aldeia das Murtas Com o foral da vila de Cascais e seu têrmo**. 1ª Ed. Cascais: Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1943, 68 p.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos; GAMEIRO, Roque - **Portugal de algum dia: cenas, costumes e usos de outros tempos**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1931.

SILVA, A. Vieira da – **Dispers**os. 1ª Ed., Vol. I. Lisboa: Oficinas Gráficas da C.M.L., 1954, 160 p. COTA C.G. 7099 P.

SOARES, Maria Micaela - **Saloios**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1989-1990, I Série, nº 91, 95 p.

SOARES, Maria Micaela - **Literatura Saloia**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 33-100

SOUSA, João de - **Caderno de todos os barcos do Tejo tanto de carga e transporte como de pesca**. Lisboa: Na Loja de joze de França, 1785 COTA RDe 4-39

TEIXEIRA, Carlos A. CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge – **Registo Fotográfico da Freguesia de S. Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico- Administrativos**. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2003, 286 p.

VASCONCELLOS, José Leite – **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1980, 794 p.

VASCONCELOS, Luís Mendes de - **Do Sítio de Lisboa: Diálogos**. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, 169 p. ISBN: 972-24-0798-8

II.1.3- Identidade cultural saloia- síntese de traços essenciais

1.3.1- Cultura e identidade cultural

Compulsados os vários autores assinalados, procurou-se definir os contornos, quanto a origens e carácter, de um grupo étnico (1) – *os saloios*.

Mostrou-se esta definição indissociável da História e de um território, de delimitação incerta, mas que tem sempre como referência a cidade de Lisboa.

Os aspectos culturais mais relevantes, capazes de dar corpo a uma *identidade* própria dos saloios terão a ver com características fixadas no tempo, marcadas por traços originais para os quais contribuirá a especial relação com a cidade.

Relação que se revela, neste ponto do estudo, de antinomia no que respeita aos aspectos culturais, uma vez denunciado o paradoxo de uma proximidade e contacto que, em vez de diluir as diferenças parece ter ajudado a acentuá-las.

As características que se destacam, nomeadamente as decorrentes do carácter principalmente rural da população e as suas raízes muçulmanas, terão necessariamente em conta os factores da geografia física e as condições naturais do território, ou parcela deste considerada.

Para abordar o tema da cultura, parte-se da definição do conceito de cultura adoptada por Manuel Antunes quando se refere ao significado etnológico - etnográfico da palavra: "*um conjunto de atributos e de produtos das sociedades humanas e, por conseguinte, do género humano, extrassomáticos e transmissíveis por meios diferentes da hereditariedade biológica e que faltam essencialmente nas espécies subhumanas tanto quanto são características da espécie humana enquanto esta se agrega em sociedades*" (2).

De entre os referentes possíveis será dado destaque ao *popular*, face ao carácter marcadamente rural dos *saloios*, tendo no entanto em conta os contextos urbano-rurais próprios da *cultura saloia*.

Numa aproximação à metodologia dialéctica, ter-se-á em conta que " [...] *o modo de produção na vida material determina o carácter dos processos sociais, políticos e espirituais da vida. Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas é a sua existência que determina a sua consciência. Com a mudança da base económica toda a imensa super-*

estrutura se vê, mais ou menos rapidamente, modificada" (3). Trata-se de uma ideia que não se toma por determinista, mas que está subjacente no desenvolvimento de análises e interpretações de *factos culturais*, entendidos como designação geral dos objectos do estudo, sobretudo a "*cultura construída*" (4).

Do ponto de vista fenomenológico, considera-se que "*cultura e civilização são um produto ou manifestação da Consciência Colectiva*", sendo que a principal característica desta é ser "*algo de imaterial, de irredutível às consciências individuais e a elas transcendente* [...] *que, projectando o seu pensar, querer e sentir nas consciências individuais, produz as diversas formas de cultura e civilização*" (5).

Mas as culturas são também "'se*res vivos no mais alto grau' que nascem, crescem, envelhecem e desaparecem na civilização por eles próprios criada.*" (6).

Por *identidade* toma-se o conjunto de características que, como unidade original, formam o retrato de uma entidade e a podem representar.

A *identidade cultural*, como conceito, portanto tomado abstractamente, "*não é directamente observável, mas tão-só as suas manifestações*" (7), sob a forma de expressões materiais, factuais, tangíveis e intangíveis (8), capazes, pelo seu carácter e originalidade, de ser reconhecidas como próprias e representativas de um grupo social específico.

1.3.2- Os Saloios: vida espiritual

De acordo com Maria Micaela Soares, são os vários aspectos e manifestações da vida espiritual dos saloios que constituem o cerne e a matriz da sua identidade cultural (9).

1.3.2.1- A linguagem

São numerosos os exemplos assinalados na literatura que testemunham uma forma de falar, de se exprimir muito própria dos saloios (partilhando no entanto características comuns do sul do país). Mas dificilmente se encontram, pelo menos no concelho de Cascais, testemunhos vivos dessa forma de falar (10).

De acordo com Maria Micaela Soares, houve um largo aproveitamento da "linguagem saloia" feito especialmente pela Literatura de Cordel e pelos autores teatrais a partir do século XVIII

para obter efeitos cómicos, "*com a intenção de algo reproduzir da linguagem destas populações, mas carecendo tudo de valor científico*." (11).

Para Maria Teresa Caetano, o "*estudo de tradições populares é fundamental para que se entenda o povo, seus temores e anseios; o modo como encara a Natureza e o Mundo do Sobrenatural. Permite a detecção de formas arcaicas de linguagem e sua evolução. E possibilita o conhecimento do passado: na maioria, as tradições são antigas e, em muitos casos, são detectados vestígios de mitos primitivos, de cultos pagãos e cristãos*." (12).

" *'É-lé Graviel', disse este* [o sacristão]*, por fim, com um sorriso. 'Você hoje campou. o patrão é festeiro; fica o moinho a dormir! Hem? Galdere; não é assim? Mas c'os diabos! Não sei como não vieste cá dormir. Botas os olhos acolá para o arraial. Vês? Duas bolacheiras e a Tia Sezila com queijadas*'" (13).

"*O Pároco da Aldeia*" é um conto que terá sido escrito em 1844, reportando-se a narrativa a 1825, uma vez que é a data que figura no frontespício. Já José Leite de Vasconcellos o toma como retrato dos saloios (14), e tornou-se numa referência importante para a caracterização destes (15).

Poder-se-ia pensar que Alexandre Herculano era, ele próprio, de origem saloia. Mas não. O autor nasceu em Lisboa, em 1810. Numa primeira aproximação, um *pároco de aldeia* remete, em imaginação, para alguma zona de remota província, de preferência no norte do país. No entanto, correspondendo com uma exactidão, dir-se-ia milimétrica, às características até agora registadas das gentes saloias e da sua terra, incluindo a relação com a cidade, a acção decorre algures nos arredores de Lisboa. E se estes arredores, por mais próximos que lhe fossem, mantinham um cariz arreigadamente rural e provinciano, então poderá ser certo que para Herculano e para os *alfacinhas* de um modo geral, a província (também ao serviço do procurado bucolismo romântico) estava às portas da cidade.

É notável a força e o rigor que o autor imprime às personagens; mas também o carinho e humanidade com que as trata. São provavelmente inspiradas em figuras que conheceu, justamente no âmbito das relações que os citadinos mantinham com aqueles que desde tempos imemoriais teriam eles próprios apelidado de *saloios.*

Um exemplo mais recente é-nos dado por José Rodrigues Miguéis, na sua obra *A Escola do Paraíso*. Inspirado em recordações de infância, descreve o mundo visto a partir de dois bairros de Lisboa, cujos horizontes são o Tejo e justamente os arredores da cidade. Aqui a saloia é a

Maria dos Laparotos, a qual, para justificar perante a patroa certos aspectos de uma história pouco edificante que ela se empenha em contar com todos os pormenores, diz:

" *A minha senhora desculpe, mas isto a gente semos saloias, temos cá outros modos*..." (16).

Para além da caracterização das figuras, interessa neste passo sobretudo o que à linguagem diz respeito. A opinião de Leite de Vasconcellos é que não existe especificidade de fala saloia, mas apenas "*falar estremenho*" (17). Maria Micaela Soares chega à mesma conclusão, uma vez que a maior parte das alterações fonéticas, a modificação do timbre, bem como os aspectos morfológico e sintáctico são comuns a diversas áreas regionais. No entanto, é de considerar a "*notória originalidade e diversidade de múltiplos falares locais, do maior interesse para o estudo da linguagem meridional da nossa terra*." (18).

Um aspecto importante prende-se com a fixação de anacronismos, o que permite detectar a presença das origens muçulmanas (moçárabes) de alguns termos. Um deles é a palavra "*almácega, almáciga* ou *almaça*" que significa "*pequeno tanque*", e que é, segundo a autora, "*como se fosse um monumento mudéjar na fala dita saloia*" (19).

1.3.2.2- A literatura

É a tradição oral, em vias de extinção, que fornece os elementos coligidos, do *Romanceiro* de Almeida Garrett a recolhas mais recentes (20).

Maria Micaela Soares considera que não existe uma "*Literatura com características exclusivamente saloias*", não revelando as peças dos vários géneros qualquer originalidade, pois "*são meramente populares e algumas povoam os quatro cantos do país, vindas do fundo dos tempos*" (21).

No entanto, as peças por si recolhidas, bem como as de outros autores (22), apesar de serem versões de *romances, cantigas* e *orações* comuns a outras regiões, podem ainda assim, fornecer informações sobre costumes, crenças e mentalidades muito próprios dos saloios. O mesmo se verifica com os textos de "*cegadas*" (23) e "*natalendas*" (24).

Estes temas têm sido objecto de pouca atenção em vista da sua importância e extensão, talvez porque são vítimas do fenómeno da proximidade: quanto mais alheios, longínquos (no espaço e no tempo) e exóticos são os assuntos, mais atraentes se tornam. Para os intelectuais de Lisboa, os arredores da cidade parecem estar demasiado presentes, não criam distanciamento, para lhes darem a devida atenção. Continua portanto a haver um trabalho de recolha e tratamento de dados por fazer de um património em "*completa decadência*" (25).



Fig. 47 - Freiria. Ara ao deus Triborunis. 1


2



3


4


5


6


7

II.1.3.2.a- Religiosidades populares. 1-Ara votiva (sec. I d.C.), encontrada na villa romana de Freiria. Venerando uma divindade indígena, trata-se "*duma oferta, destinada, muito provavelmente, ao local de culto*". In ENCARNAÇÃO, José d'-Roteiro Epigráfico romano de Cascais. Cascais: CMC,2001.p.26

2- Capela da Nª Sª da Conceição da Abóboda:Ex-voto.Pintura sobre madeira, século XVIII. Assinala uma promessa e o agradecimento pelo favor concedido.(Foto Amélia Cabrita).3- Ex-voto Nª Sª da Conceição. Trata-se também de uma cura, considerada milagrosa. Séc. XIX. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa. 4- Presença de estandarte e andor de Nª Sª de Fátima: Procissão do Padroeiro, S. Domingos de Rana, Agosto de 2007.(Foto Amélia Cabrita). 5- Procissão em louvor de Nª Sª da Peninha. In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999. Capa. Também aqui pontua a Nª Sª de Fátima.6- Nª Sª do Ó, Museu de Lamego, séc.XIV. "*O culto da Sª do Ó recobre cultos ancestrais da Deusa-Mãe e tem o seu equivalente no resto da Europa, nas Virgens Negras*". In PEREIRA, Paulo- Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores,2004.p.71.7-Imagem em pedra pintada.Capela da Conceição da Abóboda, datável séc.XIV.(Foto Amélia Cabrita)

Decadência que se deve sobretudo ao *desuso*, face à invasão de elementos novos e estranhos a uma cultura considerada pelas gerações mais novas *ultrapassada*; é também a omnipresença da televisão, *os poderes da imagem*, a força de atracção das ilusoriamente sempre novas histórias que as *telenovelas* veiculam.

Outros *entretimentos* se impuseram então, e ao serão já não se contam histórias passadas; já não se canta no trabalho – não há bois para "*aboiar*" (26) nem se lava a roupa no "*rio*". Também já não há "*bailos*" onde se cante "*uma moda*" a servir de música (27):

O bailarico saloio/ Não tem nada que saber/ É andar com um pé no ar/ E outro no chão a bater (28)

Assim, as recolhas feitas permitem concluir que são muito variadas as formas pelas quais se expressa a literatura popular saloia: *ditos*, *adágios*, *romances*, *contos*, *cantigas*, *lengalengas* – celebrando a vida, o vinho, sentimentos como o amor, a alegria – mas também o medo e a tristeza, a maior parte das vezes em quadras e poemas onde perpassa uma sabedoria antiga e profundamente humana. Uma das formas que se destaca é a das *orações*. Porque o que Maria Teresa Caetano refere relativamente à recolha que fez na região de Colares pode considerar-se aplicável aos *saloios* em geral: "*As orações recolhidas ajudam a compreender a mentalidade religiosa do habitante da região de Colares: onde está patente uma certa confusão entre religião, crenças e superstições que, por vezes, surgem amalgamadas, complementando-se numa interdisciplinaridade sem limites palpáveis*." (29).

A literatura surge assim como expressão de uma cultura em que a religião se cruza com a medicina caseira, as crendices e as superstições. Mas também com o lazer e a diversão...

1.3.2.3- Religião e superstições

"*O sentimento religioso da gente saloia, tal o de qualquer outra da zona meridional do país, não se apresenta em manifestações tão excessivas como nas regiões do Norte, se bem que as suas formas de culto sejam ruidosas, sociáveis e comunitárias*." (30).

Sobre a religiosidade dos saloios dividem-se as opiniões.

Atende-se às manifestações; mas podem também ter-se em conta os testemunhos.

O que ressalta pode talvez interpretar-se integrado no contexto mais alargado, não só da história do cristianismo (e da Igreja Católica em particular), mas também da dicotomia religião canónica – religiosidade popular, tendo presente a relação cultural estreita que esta

última mantém com origens pagãs (31) e a colagem, recorrente ainda hoje, de práticas religiosas a superstições e crendices.

Dois momentos históricos no país, de ruptura relativamente à religião, merecem ser assinalados, mesmo que não seja possível traçar com exactidão os contornos das suas consequências: o que corresponde, a partir de 1820, à nova ordem monárquico-constitucional revolucionária, culminando na reestruturação política que extingue as ordens religiosas, em 1834 (32); o período que se segue à implantação da República, com implicações profundas na cultura religiosa, do abandono das igrejas e delapidação do seu património à decadência de práticas e celebrações tradicionais (33).

"*Os desmandos então cometidos, ou mesmo durante as lutas liberais, não impediram que alguns ecos da piedade popular tivessem chegado até nós, quer através de documentação escrita, quer pela criação de muitas e caridosas irmandades e confrarias*." (34) A estes testemunhos acrescente-se todo o conjunto de celebrações, sob a forma de festas populares de motivação religiosa, de romarias nas festas dos *oragos*, procissões e "*sobre todas, os círios*" (35), de grande riqueza etnográfica e factores de identidade cultural; acrescentem-se igualmente os elementos literários de orações e responsos e o facto de a religião, a fé e a crendice (todos presentes de forma sincrética nas manifestações populares em geral) serem transversais à cultura popular, à própria maneira de estar e de viver do povo.

É possível que a relação do mundo rural com o transcendente decorra, tradicionalmente, do contacto mais directo com a natureza e da dependência dos seus elementos.

É de notar que, superados estes condicionalismos, pela urbanização progressiva do território e pela alteração dos *modos de vida*, transformam-se as manifestações, mas há raízes que se mantêm. Basta o exemplo actual de Fátima: fenómeno de massas originado de forma controversa e nas circunstâncias decorrentes ainda da "*questão religiosa*" (36) do regime republicano, transporta até hoje, com uma vivacidade acutilante, os ancestrais anseios, comuns a toda a humanidade, relativamente à esfera do transcendente, além de apresentar as mesmas características dos *Lugares Sagrados* (37). Fátima, no quadro que aqui se tenta delinear, vem substituir gradualmente, para uma população cada vez mais urbanizada, a fé na Nª Srª do Cabo, da Nazaré, da Saúde, da Luz, da Atalaia e dos vários santuários da Região Saloia em apreciação, para além de, eventualmente, muitos outros pelo país, dado o seu impacte nacional e internacional. Contudo, devendo esta extensão de raio de influência também às facilidades de comunicações e transportes, é de notar o facto de se tratar, uma vez mais, de um *Santuário Mariano*, à imagem dos anteriores; são também as velas de cera, os



1



2



3



4

II.1.3.2.b- Manifestações religiosas, assinalando uma continuidade de tradições. 1- Procissão em honra da Nª Sª da Conceição, Abóboda, 8 de Dezembro de 2006 (Foto Amélia Cabrita). 2- Procissão em S. Domingos de Rana: Festa do Padroeiro e inauguração de carrilhão, 5 de Agosto de 2001 (Foto Amélia Cabrita). 3- Procissão do Corpo de Deus ou da Coca, em Monção. In BARROS, Jorge; COSTA, Maria da Soledade Martinho- Festas e Tradições Portuguesas. Junho. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p.27.4- A luta de S. Jorge com a Coca. In PEREIRA, Paulo- Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Público, 2oo6. Vol.4, p.130. Com origem no século XIV, esta luta simbólica entre o bem, S. Jorge e o mal, representado pelo dragão, Serpe ou Coca, aparece associada à procissão do Corpo de Deus e vem até hoje apesar das proibições (nota nº91), associando a diversão à religião. 5- Nem de propósito, a presença do *assustador dragão* num carroussel de feira presente em quase todas as festas populares. Tires, Festas da Rã, Junho de 2006 (foto Amélia Cabrita)



5

círios, os ex-votos e as ofertas que medeiam a *transacção* com o divino, no *pagamento de promessas* (38); subsiste a ideia de *peregrinação* a um local sagrado— tornado sagrado pela manifestação divina (*hierofania*), através de acontecimentos sobrenaturais em elementos materiais conhecidos (39).

Poderá Fátima, como fenómeno religioso, interpretar-se como o elemento de continuidade de uma tradição portuguesa de devoção à Virgem— a qual por sua vez pode ter resultado de cultos à *Deusa Mãe* anteriores ao cristianismo? (40)

É no contexto desta tradição que se situam algumas estruturas de devoção organizada que contribuem para a caracterização da identidade cultural da Região Saloia; incluem-se nos factores de unidade da mesma e constituem uma medida da relação com o exterior. Sobretudo, tornaram-se elementos importantes para delimitar o *território dos saloios,* nomeadamente a tradição dos *Círios da Nª Sª do Cabo* (41).

As manifestações religiosas saloias distribuem-se por festas, romarias e círios, ligados, como por todo o país, aos ciclos agrícolas, a tradições de raízes mediterrâneas (42), islâmicas ou mesmo pré-históricas. Têm um carácter religioso, mas também profano; a origem e a responsabilidade de algumas dessas manifestações são laicas, associando-se a Igreja às celebrações (43). Geralmente, às festas e romarias aparecem associadas formas de devoção como Missas, pregações e procissões; mas também as imprescindíveis *feiras*, locais tradicionais de mercado, de diversões, convívio e encontro.

Quanto aos *Círios* (44), distinguem-se por envolverem uma organização mais apurada; por ligarem povoações distantes, em longas peregrinações de ir e voltar, eventualmente de acordo com uma lógica territorial cuja origem e sentido não se encontram esclarecidos; por exigirem, para além da organização, gastos que as comissões formadas, nem sempre conseguiam suprir. Uma imagem *milagrosa* da Virgem, surgida sempre em circunstâncias misteriosas lendárias, é transportada para a povoação a quem cabe o *Círio* anual, e fica à guarda do *Juiz* durante um ano, até que a comunidade seguinte retome o ciclo, após "*o transporte em romaria da imagem até ao santuário*." (45)

Em todos os casos são relevantes os aspectos sociais envolvidos— oportunidade que não se perdia para vestir a melhor fatiota, ou estrear a nova; oportunidade para brilhar como *juiz*, *festeiro*, *mordomo* (46); participando na procissão, transportando andores, pendões ou o Pálio; e ainda rematando por bom preço *cargos* e outros objectos de leilões, com os quais as comissões faziam face às despesas (47).

Embora actualmente ainda subsistam algumas festas tradicionais nas quais é possível identificar uma continuidade do culto ao Espírito Santo, o certo é que, para além dos Açores, é na povoação do Penedo, freguesia de Colares, que se tem notícia de celebrações cujos rituais se identificam em muitos aspectos com uma tradição iniciada no século XIII (48). Trata-se de uma festa, designada do *Império do Divino Espírito Santo*, a decorrer normalmente pelo Pentecostes, que se celebrava em muitas localidades do país, principalmente a partir do século XIV, nomeadamente na Estremadura e na Região Saloia. A lista dessas povoações (49), dá conta de uma geografia de difícil interpretação. Correspondendo talvez aos objectivos de "*dimensão nacional e alcance universal*" (50) da respectiva institucionalização por intercessão da Rainha Santa Isabel, nela encontramos povoações de dimensões e importância tão díspares como Sintra, Cascais, Torres Vedras, Torres Novas, Guimarães e outras, com dimensão concelhia e aldeias quase isoladas, como é o caso de Alte, no concelho de Loulé; Bordeira, Odeceixe e Bensafrim no concelho de Lagos (51).

Como "*especialmente na Estremadura e nos Açores o culto do Divino atingiu vastas proporções, sendo muito popular*" (52), quando, em virtude do seu carácter acentuadamente profano, "*a partir de meados do século XVI, as festas são reprimidas, perdendo a sua importância a nível nacional*" (53), compreende-se que sejam aquelas regiões os últimos redutos da tradição.

Tradição que, de forma adaptada, se mantém nomeadamente na Festas dos Tabuleiros em Tomar e Torres Novas, se tornou incontornável nos Açores e se manifestava com alguma da sua pujança primeva na *Festa do Império do Divino Espírito Santo* na aldeia do Penedo, antes de ter sido eliminado dos festejos o ritual da morte do boi (54).

Evoluindo a partir das suas origens, (tendo em conta que a expansão do culto se faz a partir do século XIV), a festa do Penedo surge "*como uma festividade popular, embora interrompida por diversas vezes. Realizou-se com significativo aparato até 1987, data em que sofreu novo interregno para voltar a efectuar-se em 1999 e 2000.*" (55) A forma das celebrações parece ter sofrido algumas transformações ao longo do tempo, embora se mantenham os elementos essenciais com excepção da morte do boi na praça pública. Inclui, obedecendo a cerimoniais estabelecidos, a coroação do "*Imperador*" (56), a corrida à corda de um touro ou boi pelas ruas da aldeia e o *bodo*, confeccionado com a carne do mesmo animal (que é entretanto morto no matadouro). O *bodo*, "*destinado outrora aos pobres do Penedo e das localidades em redor e a quem cumpria promessas*" (57), é actualmente uma refeição colectiva, oferecida aos



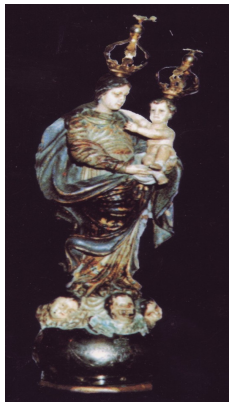
1



2



3



4



5

II.1.3.2.c- Círios, Peregrinações e culto da Virgem.1-Santuário de Nª Sª da Nazaré: Cartografia que atesta uma unidade excêntrica à Região Saloia. In PEREIRA, Paulo- Lugares Mágicos de Portugal.Cabos do Mundo e Finisterras.Lisboa:Círculo de Leitores, 2004, p.87.2- Imagem de Nª Sª da Nazaré, séc. XIV-XV, expressão iconográfica dos atributos de Virgem do Leite, Virgem em Majestade e Virgem Negra, esta de forte tradição oriental, vigente na Europa a partir do séc.XIII. In Ref.1, p.85.3- Constança, Festa das Flores, Imagem de Virgem Negra. In PEREIRA, Paulo- Lugares Mágicos de Portugal. Espírito da Terra, p.151.4- Imagem (peregrina) de Nª Sr.ª do Cabo, em madeira pintada, séc XVIII, atribuída a Machado de Castro. Folheto do círio de S. Domingos de Rana, 1997/98.5- Antigo registo de Nª Sª da Peninha.In CAETANO, MªTeresa- Contributos para o estudo das lendas de Nª Sª da Peninha. In Etnografia da Região Saloia. Sintra: Instituto de Sintra,1999, p.43. Para diferentes situações, destacam-se os elementos iconográficoas que estas imagens têm em comum.



1



2



3



5



4

II.1.3.2.d-Vínculo da religião às formas de vida. 1- Mangualde, capela de S. Cosmado: Festas de Stº António como protector do gado, circum-ambulação ritual.In PEREIRA, Paulo-Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.41.2-Stª Quitéria de Meca, Alenquer: benção do gado. Culto com prováveis raízes fenícias cristianizado. In PEREIRA, Paulo - Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores,2004, p.119.3 e 4- Capela de S. Mamede, Janas, Sintra. Dia da festa, 15 de Agosto de 2007. Alpendrada e exterior, onde uma incipiente *feira* aguarda os visitantes e eventuais devotos para a benção do gado, uma vez que durante a manhã a chuva arrefeceu os ânimos. O gado vai desaparecendo e é substituído por cães de luxo e avestruzes.(Foto Amélia Cabrita). Também esta capela, do séc.XVI, se distingue, não só pela sua forma típica de igreja de peregrinação, mas pelos antecedentes propiciatórios do local pelo menos desde a ocupação romana, em que um templo de estrutura circular terá dado lugar a um templo moçárabe de forma quadrangular. S. Mamede é um santo que a lenda popular relaciona com a protecção dos animais, mas cujo nome tem a ver com *Maomé*. PEREIRA, Paulo- Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores,2006, p.43. 5-Murches, Cascais: Festas de S. Mamede, benção do gado. In Exposição Patrimónios de Cascais. Cascais: CMC, 2003.p.131.

habitantes do Penedo e aos seus visitantes, servida em mesas corridas junto ao adro da capela de Santo António, sendo tradicionalmente confeccionada só por homens, na via pública.

Maria Micaela Soares considera que, num contexto de gradual desaparecimento de festas populares— resultante também da repressão da Igreja, já desde o século XV e principalmente no período pós-Concílio de Trento— sobretudo as que estão mais ligadas a tradições de raiz pagã— é de assinalar a sobrevivência de algumas, como é o caso dos *Impérios Populares* (58).

Depois de assinalar diferentes formas que as *Festas do Divino Espírito Santo* tomam (ou tomavam), nomeadamente no que respeita a um elemento essencial, que é o *bodo*, em localidades do país como Tomar, Aldegalega, Leiria, Portalegre, Marvão, Niza, Marmelete, Alcabideche, Mercês, Eiras, Santiago do Cacém, Aljezur, a autora descreve as festas do Penedo. A cada um dos três momentos dos festejos— a morte do boi, a coroação do *imperador* e o *bodo*— correspondem rituais próprios, que se repetiram ciclicamente durante séculos, o que lhes confere um valor que a actualidade já não reconhece: "*Da dicotomia religião oficial-religião popular, é esta que sai vencida. Considerados por alguns como fenómenos religiosos inferiores, as manifestações populares de fé são por eles aceites como fatalidade resultante da impreparação do povo para o conhecimento da verdade oficial, tornando-se imperioso 'catequisá-lo'*" (59).

Em Cascais celebram-se ainda hoje festas principalmente relacionadas com o mar. É o caso da Nª Sª da Guia, num quadro geral de devoção mariana, assinalado por outras situações, como a de Nª Sª da Conceição dos Inocentes e Nª Sª da Conceição de Porto Seguro (60). Igualmente importante é a referência a *imagens milagrosas* encontradas no mar de Cascais, sendo uma delas de Nª Sª da Graça, entregue, segundo a tradição, aos Frades Agostinhos de Lisboa, que "*fundaram a capela da sua invocação*" (61). Mas apesar de tudo isto, diz Ferreira de Andrade: "*A principal festa de Cascais, cujo início deve ter sido igualmente anterior à própria elevação a vila, era a do Espírito Santo que começou a realizar-se em Portugal no reinado de D. Dinis*." (62) A descrição que o autor faz das festas coincide com a prática, em muitos pontos ainda actual, das celebrações no Penedo (63).

Se a medicina popular recorria a rezas como complemento de *mezinhas* (64) e se com os *responsos* (65) se procurava a protecção e auxílio face ao desconhecido, também para a

exorcização de medos de superstição se invocavam elementos de religião, naturalmente alheios ao seu contexto canónico.

José Leite de Vasconcellos, a propósito deste tema e com base num artigo noticioso do Diário de Notícias de 16 de Fevereiro de 1920, refere o "*caso das pedras misteriosas que caíam sobre um telhado e o tenebroso fantasma que aparecia entre Alcabideche e o Zambujeiro. Agora, há coisa de três meses, anda a população novamente alarmada com a história de espíritos maus, que se diz terem entrado no corpo de duas criaturas daquela povoação* [...] *Como de costume em tais casos, houve promessas a vários santos, mézinhas de toda a casta, e por fim a inevitável 'mulher de virtude'— uma varina qualquer, que não tardou a descobrir coisas mirabolantes*" (66).

No quadro do sincretismo popular torna-se difícil distinguir entre "*mulher de virtude*" e "*bruxa*". Sendo a bruxa ou "*feitecêra*" preferencialmente vocacionada para obter o mal de alguém (geralmente por encomenda), do qual as pessoas eram aconselhadas a proteger-se com *figas* e r*ezas* (67), a elas igualmente se recorria para exorcizar o mesmo mal (68).

Também nestes aspectos em nada se distingue o saloio "*da generalidade da população portuguesa*" (69).

No que se refere ainda a *crendices* parece necessário fazer uma especial referência a "*lobisomens*" ou "*labisongos*" (70), os quais, sendo pessoas normais, se acreditava transformarem-se "*nas noites de lua cheia,* [quando] *ninguém saía à rua, tudo com medo dele*" (71). Apareciam nas encruzilhadas, que assombravam (72).

Se, por superstições, entendermos "*preconceitos ingénuos e tradicionais*" (73), tem interesse referir algumas que influenciam o quotidiano, fornecendo indicações para determinados procedimentos: a preferência pelos números ímpares (74); a influência das fases da lua; a previsão da meteorologia anual (75). Estas a par de outras cujo sentido nem os próprios sabem justificar: "*mais vale prevenir do que remediar, se os nossos antepassados nos transmitiram este conhecimento, é porque ele tem razão de ser*." (76).

Podemos dizer que, sendo a superstição o objecto da Etnologia "*mais difícil de coordenar e sistematizar*" (77), é talvez aquele que, paradoxalmente, fixa nas sociedades tradições mais recuadas e pulsões mais primárias. Se assim não fosse, como explicar a sobrevivência, na actualidade, de crenças como a astrologia, para só referir uma das "*superstições protegidas e oficialmente reconhecidas*" (78)?



1



3



4



2



5

II.1.3.2.e- O pão como oferta sagrada. 1- Tomar: Festa dos Tabuleiros ou do Espírito Santo: os tabuleiros são compostos de fiadas verticais de pão e flores naturais e são sempre oferecidos em cumprimento de promessas.In BARROS,Jorge; COSTA, Soledade Martinho- Festas e Tradições Potuguesas.Lisboa: Círculo de Leitores,2002, p.225. A forma e o objectivo dos tabuleiros são os mesmos dos *cargos*, típicos das festas da Região Saloia, estes compostos por *fogaças* em vez de pão.2- Batalha: Festas da Santíssima Trindade. Bolos de *ferradura* são oferecidos em cestos encimados por grandes armações em forma de coroa, com a pomba do Espírito Santo por remate. In ref 1, p.231-233. 3-4-5- Conceição da Abóboda: Como possível evocação da lenda da fundação da capela, em que Nª Sª aparece a uma pastora, fazendo multiplicar-se o pão por milagre, eram os bolos confeccionados neste forno para a festa da Padroeira.Actualmente os mesmos são fabricados industrialmente e vendidos, assinalando-se igualmente a venda ambulante de ferraduras, modernamente *plastificadas*. Dezembro de 2007. (Foto Amélia Cabrita)



1



2



3



4



5

II.1.3.2.f- O culto do Divino Espírito Santo.

1- Tomar: Festa dos Tabuleiros, como forma de celebração do Divino, dada a ênfase do pão das promessas, disposto nos *tabuleiros*. Registe-se a presença da simbologia das três coroas e a realização do bodo. In PEREIRA, Paulo-Lugares Mágicos de Portugal. Paraísos Perdidos e Terras Prometidas.Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.59. 2- Procissão (Festas do Penedo, Sintra). In SOARES, Maria Micaela- Mulheres da Estremadura. In Boletim Cultural. Lisboa, ADL,1977.fig.III. 3- Penedo, Colares, Sintra. Festa da Santíssima Trindade, culto ao Divino Espírito Santo. Desfile da coroação do "*menino imperador*".In BARROS,Jorge; COSTA, Soledade Martinho - Festas e Tradições portuguesas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p.188. 4- A refeição comunitária distribuída na aldeia do Penedo - o *bodo*, confeccionado ao ar livre, com a carne do boi que, corrido na véspera, era morto em público. In ref. 3, p.193. 5- Angra do Heroísmo, Terceira, Açores: Transportada para as ilhas, a Festa mantém aspectos de origem eoutros de tradição própria: Os Impérios, capelas de arquitectura peculiar. http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/fotos/acores/angra38.htm [consulta: 4 de Janeiro de 2007]

Voltando à questão da religiosidade do saloio, depois de atender principalmente às manifestações, há ainda a assinalar o especial testemunho que os relatórios patentes nos "*Livros das visitações*" das paróquias de cada diocese providenciam ao longo de séculos. Relatórios estes cujo conteúdo, rico em informações locais, parece estar ainda em grande parte por investigar (79).

"*Queixavam-se, por vezes, os visitadores do incumprimento de algumas normas pias, principalmente da inobservância da interrupção do trabalho aos domingos e dias santos ou santificados ('pescando, joeirando, peneirando, escolhendo trigo ou matando porcos'), da ausência de alguns paroquianos à missa diária (em especial os homens do mar, ou seja, do Tejo), da falta de decência e respeito pelo adro da igreja (que servia para passagem dos carros ou de estendal das redes e até para terreno de jogos), da negligência das irmandades e dos desmandos de algum clero*" (80). O resumo feito assim por Maria Micaela Soares das infracções mais correntes colhidas nos livros das visitas pastorais à igreja de Unhos, aplica-se genericamente a "*qualquer lado do país inteiro*" (81) Acresce que as infracções cometidas podiam ser objecto de duras sanções, já que em Portugal se verificava "*a natureza judicial da devassa*", podendo as penas "*atingir o degredo ou a prisão*" (82). No entanto, ao cumprir as penalidades pecuniárias que lhe eram atribuídas, sentia-se o saloio tranquilizado em relação às obrigações divinas, facto que ajuda a caracterizar a sua religiosidade (83).

1.3.2.4- Diversões

De volta a *O Pároco da Aldeia*, vamos encontrar a gente nova da aldeia, reunida, nos domingos à noite, "*na casa da brincadeira*", onde "*havia dança e viola*" (84).

Eram o *bailarico saloio, o bailharito, o verdigaros e o vira saloios,* as danças mais escolhidas pelos saloios, ao som do canto, do realejo ou do instrumento de um tocador contratado (85). Mas dançava-se também o *verde-gaio*, a *caninha-verde* e o *fandango*, ao som dos mais variados instrumentos, "*harmónio, gaita-de-beiços e até da gaita-de-foles*." (86).

O "*Enterro do Bacalhau, cerimónia com sabor pagão que, acabadas a penitência e abstinência pascais, chamava aos lugares grande quantidade de chorosos foliões*" (87); as *cegadas*, peças teatrais populares, versando temas comuns, algumas de crítica social, e que se representavam em lugares públicos nas povoações (88); as *pulhas*, forma de que há notícia desde o século XV, *lançavam-se* pelo carnaval, e eram ditos entre o crítico, o jocoso e o ofensivo (89); jogos como o *chinquilho* ou um jogo de cartas na taberna, divertimentos

populares saloios referidos por Maria Micaela Soares, ocupavam o ócio do saloio, para além da caça, "*de que colhia proveito, vendendo as peças capturadas nos mercados lisboetas*" (90). Já foi referido a propósito de *romarias* e *círios* a forma como a devoção anda associada à alegria, ao convívio, ao divertimento, à exibição social.

Pode causar hoje alguma estranheza a descrição da participação popular nas procissões (91), como é o caso das danças das Frieleiras na procissão de *Corpus Christi*: "*Concorriam numerosas danças de saloios, como a dos Foliões da Arruda, a das mulheres de Frielas, de Vialonga, etc. Os Foliões da Arruda levavam um pandeiro, que iam tocando com muito estrondo e faziam muitas macaquices. As frieleiras dançavam uma dança mourisca, a que chamavam chacóina, dança antiga e até usada nas salas, em tempos mais remotos*." (92). Foram estes aspectos objecto de reparos e proibições, na perspectiva da progressiva cristianização e dignificação do culto católico. Mas são justamente as sucessivas proibições de muitas formas desta participação— que transformava a procissão num misto de devoção e divertimento— que atestam a sua autenticidade e força. Mesmo no período pós-Concílio de Trento prevalecem manifestações que dir-se-ia ignorarem as normas. É assim que "*Filipe I escreve a suas filhas, em 25 de Junho de 1582, comparando os festejos na procissão de Lisboa e de Madrid, ressalvando a grandeza da de Lisboa* [...] *'Também fui ver as danças do Corpus Christi. Se o vosso irmão tem medo daquelas coisas [os gigantones, a Serpe] procurai que não o tenha* [...]. *Aqui não houve foliões mas antes muitas danças de mulheres e algumas que cantavam bem'*" (93).

Também na "*Lisboa setecentista vista por estrangeiros*" avultam as procissões: "*De facto, 'os portugueses gostam muito de procissões. Os dias em que estas se realizam são dias de festa e todos ocorrem a assistir. Para as mulheres, sobretudo, constituem uma ocasião de saída que não deixam escapar. Elas querem apresentar-se o melhor possível e os arranjos demoram vários dias. Janelas e balcões estão cheios de gente* [...]*, as procissões são desordenadas e os monges que vão nelas pensam mais em olhar para as mulheres nos balcões do que propriamente em rezar...'*" (94) A festa de *Corpus Christi* é citada como a mais famosa e concorrida. Beckford relata-a como uma solene e faustosa representação teatral congregando os esforços e a atenção de todas as classes sociais e que decorre nos espaços da cidade transfigurados em cenários majestosos. (95)

São no entanto os chamados *santos populares*, *Santo António, S. João e S. Pedro*, com festas que ainda prevalecem, que surgem, sobretudo os dois primeiros, como o exemplo da síntese



1



2



5



6



3



7



4

II.1.3.2.g- Um território: uma incidência de modelos.

1-Ermida de Nª Sª da Conceição da Abóboda (Foto Amélia Cabrita, 2006), cuja fundação se julga remontar ao século XVI – exterior, com a galilé interceptada pela construção posteriormente adossada. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município. Cascais, CMC, 1980. Nº1, p.12.2- Interior da mesma ermida (Foto Amélia Cabrita). 3- Serreira, Sobral de Monte Agraço.Capela de Nª Sª da Luz (anteriormente Nª Sª da Guia),séc.XVI. In SOARES, Maria Micaela- As Ermidas de Nossa Senhora da Guia, no lugar da Serreira. In Boletim Cultural. Assembleia Distrital de Lisboa. Lisboa: ADL,1999. Fig. nº4. 4-Ermida de Nª Sª da Guia,séc.XVI, Cascais. In Exposição Patrimónios de Cascais. Cascais, CMC, 2003, p.77. Estas ermidas são exemplo de outras da mesma época e região que obedecem a um mesmo modelo, com idênticas plantas, dimensões, tecto de maceira, arco triunfal e galilé ou nártex. 5- Imagem de Nª Sª da Conceição da Abóboda, séc.XVII.6-Composição azulejar na fachada da capela da Fortaleza S. Julião da Barra. (Foto Amélia Cabrita). De salientar que Nª Sª da Conceição é também da invocação dos mareantes. 7- Igreja Nova, Mafra: Azulejos em fachada, séc.XVIII, representação de Nª Sª da Conceição. (Foto Amélia Cabrita).

entre devoção, crença, religião e diversão e cujas raízes se devem procurar na cristianização de antigos cultos pagãos.

Quando se fala de Santo António de Lisboa, é preciso referir que se trata "*do mais conhecido santo português e um dos mais populares— senão o mais popular— do calendário cristão português. A sua devoção estende-se a todo o território português sem qualquer descontinuidade. É o santo patrono de Lisboa, substituindo-se ao anterior patrono, São Vicente, tal é a dimensão da veneração popular nesta cidade*." (96)

"*Entre as personalidades da Igreja que mais se prendem às teias da lenda, destaca-se a figura de Santo António. Há um halo de mistério, de fantástico, de maravilhoso, que recobre muitas facetas da sua vida e confere contornos lendários à sua memória*." (97) É então no domínio da lenda que Cascais, na área de influência de Lisboa, aparece associada ao Santo, uma vez que se conta ter sido nesta vila que ele chegou, vindo de Pádua (onde ao mesmo tempo permanecia a pregar), para salvar o pai da forca, acusado injustamente de homicídio, ressuscitando a vítima que contou toda a verdade (98).

Presentes de início no Convento do Estoril, cujo templo foi consagrado a Santo António, encontram-se referências iconográficas em Cascais, na Capela de Nª Sª de Porto Seguro (painel de azulejos); nas igrejas de Nª Sª da Assunção (imagem em barro, do século XVIII), da Misericórdia e dos Navegantes (madeira pintada, talvez de século XIX). Mais recente é a imagem do santo, em barro, da autoria de Jorge Barradas, na igreja da Parede, na continuidade de uma tradição que traz até à actualidade esta figura para o centro do imaginário popular, uma vez que "*a presença tutelar e votiva do santo não se restringe ao interior dos templos*" (99). Vamos encontrá-la "*em registos e painéis de azulejos adossados às paredes exteriores ou interiores de alguns edifícios, numa evocação que apela à sua intercessão, quanto à salvaguarda do imóvel e dos seus moradores, contra os desastres naturais e as malfeitorias dos homens."* (100). Esta invocação do santo como protector das casas, que se terá generalizado sobretudo após o terramoto de 1755, remete para uma possível raiz no culto das *divindades tutelares* de lares e famílias, "*por um fenómeno de assimilação, de apropriação. Daí que Santo António esteja ligado, em muitos aspectos, a práticas pagãs cristianizadas*" (101), o que se encontra patente no imaginário e nas festas populares. Pode dizer-se que a apropriação que o vulgo fez do Santo lhe criou como que uma dupla personalidade: o franciscano, nascido em Lisboa, em 1195, que estudou em Coimbra depois de ter professado nos cónegos regrantes de Santo Agostinho, se dedicou à pregação em Itália já como franciscano e companheiro de S. Francisco, "*construindo um sermonário célebre*" (102) e

onde acaba por morrer a 13 de Junho de 1231, sendo canonizado logo após um ano da sua morte, declarado Doutor da Igreja, não coincide propriamente com o santo que já foi chamado "*Zé-povinho dos altares*" (103). Tornou-se conhecido pelos milagres e "*o largo espectro das intercessões* [...] *que o tornam uma figura* [...] *motivadora* [...] *de atributos de deuses pagãos*" (104), aproximam-no do S. João e do S. Pedro na motivação *solsticial* desta tríade de festas: "*A data que celebra a morte de Santo António— 13 de Junho— é imediatamente anterior ao solstício de Verão e à festa de S. João Baptista, que coincide com esta celebração universal e antiquíssima*." Em comum com esta tem também a celebração com fogueiras rituais, alimentadas por "*plantas de consagrado valor propiciatório e purificador (alecrim, rosmaninho, alfazema e pinhas)*" (105). Outro aspecto importante é o carácter comunitário da festa: "*realizava-se no espaço público: na rua, no largo, no terreiro, no pátio. Era de e para todos os moradores do sítio, indistintamente. E a comunidade reforçava os seus laços de coesão e de identidade, num tonificante espírito de unidade e de equipa, com grupos formados para o desempenho de funções específicas*." (106).

"*A festa de S. João representa, como se sabe, a festa do Sol. Temos razões para supor que nas nossas festas populares de S. João há vestígios de cultos fálicos*" (107). José Leite de Vasconcellos lembra a este propósito o "*Facho de S. João*", costume da Beira Alta, que é uma fogueira com um pinheiro erguido, cercado de lenha, ao qual se deita fogo. Isto porque "*decorre de todas as festas joaninas uma poderosa evocação de todas as forças da natureza*": o que está na realidade em jogo, sob a aparência de alguma licenciosidade consentida, é a fecundidade do gado e a fertilidade da terra (108).

Celebrada a 24 de Junho, coincide a festa de S. João com o solstício de Verão, o que só por si permite considerá-la "*a festa solsticial por excelência*", festa em que se celebravam ritos ligados ao sol, ritos do fogo (109), e que encontra o seu equivalente nas fogueiras colectivas ateadas em locais públicos, na noite de S. João, fogueiras onde se queimam plantas propiciatórias, que os jovens saltam e onde chamuscam a premonitória alcachofra; na queima-sacrifício ritual de uma árvore ou a erecção de um mastro, eventual símbolo fálico, com a função ineludível de marcar um *centro*, como se de um *axis mundi* temporário mas cíclico, e portanto renovado, se tratasse. É então assim que a festa de S. João, embora com variantes locais, "*herda todos os sinais e símbolos característicos de uma celebração pagã*" (110). Acontece também que "*quase todos os lugares de culto joanino foram precedidos por santuários pagãos; ou a sua instituição ex novo adoptou os rituais pagãos sem dificuldade,*



1



2



Fig. 2 — «*Gente de Matos*»: *Roque Gameiro e Matos Sequeira*, Portugal de Algum Dia. Cenas, costumes e usos de outros tempos, *Lisboa, 1931*

3



4



5



6

II.1.3.2.h - As feiras: de saloias a vulgares. 1 e 2- *O muro do derrete* e o bombo na festa, cenas saloias retratadas por Leal da Câmara, Casa Museu Leal da Câmara, Sintra. http://www.cm-sintra.ptArtigo.asp?xID=3469 [consulta: 10 de Janeiro de 2008]. 3-"*Gente de Matos*": GAMEIRO, Roque; SEQUEIRA, Gustavo de Matos- *Portugal de Algum Dia.Cenas, costumes e usos de outros tempos*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1931. In VARGAS, José Manuel- *As Feiras Saloias. Notícia histórica e propostas de reanimação*. In Etnografia da Região Saloia. a Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p.249. Trata-se do retrato de um ambiente de feira marcadamente saloio.4-*Aspecto da Feira do Campo Grande*. Arquivo Municipal de Lisboa. Ref. AML-AF. A 74640. A feira era também um local de convívio social, fosse em Mafra ou às portas da cidade. 5 e 6- Aspectos da feira em Tires, no âmbito das *Festas da Rã*, Junho de 2006. Os elementos que compõem as feiras actuais são cada vez mais esterotipados e idênticos de norte a sul. (Foto Amélia Cabrita)

estando a maior parte das vezes ligados ao culto de fenómenos da natureza ou à topografia local (designadamente montes, rios e fontes)." (111).

Se "*Janus era o deus romano das passagens, das portas e das janelas (janua), isto é, o deus dos começos, representado com duas faces, uma barbada e outra imberbe*" (112), simbolizando as duas faces de uma mesma realidade, a cristianização do deus (também pela assonância dos nomes) e da respectiva celebração, de acordo com Paulo Pereira, incluirá S. João Baptista, representando o solstício de Verão; e S. João Evangelista, com festa a 27 de Dezembro, assumindo o solstício de Inverno.

A propósito das festas dos *Santos Populares*, é de assinalar a incidência de foguetes, acompanhados de salvas de morteiros, que ainda hoje atroam os céus dos arredores, não só assinalando momentos marcantes das festas, e de manhã bem cedo, anunciando em cada povoação o início dos festejos locais, mas também a propósito de comemorações que só os autores conhecem. Há uma tradição muito arreigada ligada à pirotecnia, que não se pretende aprofundar. No entanto, à imagem do resto do país, também na região saloia os foguetes estão sempre à mão para as festas, para além de terem funcionado como alarme em caso de assalto ou aflição, nos casais perdidos pelos montes, de onde podiam ser lançados através da chaminé, tal como descrito por Joaquim Fontes: "*No travejamento, à vista, estão pendurados dois ou três foguetes. É sinal de alarme, pela noite alta, quando perigo grave ameaça seus haveres ou da vizinhança*." (113).

Com origem, na sua maioria, no século XVIII (114), são as feiras saloias geralmente promovidas a pretexto de festividades do calendário cristão, associadas igualmente a qualquer outra festa religiosa, seja a do *orago* ou a romaria, apontadas como a melhor representação do que era a maneira de ser e de viver saloia: "*Nada mais espectacular, imaginoso e pictórico que uma feira no Termo de Lisboa. Centros modelares de convívio e confraternização que eram, afora a sua vocação primeira— abastecimento e escoamento de produtos regionais— as feiras foram o grande sucesso saloio, onde tudo se destinava a exibição— mercadorias, gados; e até as pessoas se expunham, com seus fatos vistosos, seus adereços reluzentes, sua alegria festiva*." Eram as feiras o palco também dos extremos, de "*profusas libações báquicas*", onde se fechavam negócios e se discutia até à eclosão de rixas que "*envolviam a feira toda*" (115). Para além de mercado imprescindível de produtos, local preferencial de encontro, convívio, trocas de ideias e diversão, e onde não faltava o petisco tradicional, exerciam também as feiras uma função de catarse colectiva.

"*Tudo ali era autêntico e natural, até o burburinho. Comparado com isto, as feiras de hoje são uma lástima, fatal, sem dúvida, mas deprimente*." (116).

No entanto, ainda em 1947 as feiras saloias mantinham o seu carácter:"*O saloio desta região nunca falta ao mercado. Se a necessidade caseira não impõe a visita, vai por ir. Encontra sempre conhecidos de outras terras, e bebe o seu copo em companhia agradável à 'sua pessoa'. Se é novo, e o coração está devoluto, o mercado presta-se a encontros cujas consequências terminam, às vezes, no 'arrecebimento'. No entanto o sexo fraco vai em maior número à Feira das Mercês*." (117).

Assinalada como "*uma das mais pitorescas feiras arrabaldinas, 'pelo variegado dos trajos, pelo estranho das figuras, pela balbúrdia e pela singularidade dos tipos'*" (118), é a Feira de Loures: "*A ela concorriam as populações vizinhas, mas também os lavradores de fora, para trocarem seus gados, comercializarem as colheitas e proverem-se de utensilagem agrícola*." (119). São ainda referidas por Maria Micaela Soares as feiras de Odivelas, Sacavém (denominada do Espírito Santo), Lumiar (coincidente com a Festa de Santa Brígida e a bênção dos gados), da Luz, de Sintra, da Malveira e das Mercês, de entre muitas outras do restante Termo.

Apontadas ainda por Joaquim Fontes como exemplares para a recolha etnográfica são a Feira das Mercês (anual) e a de S. Pedro de Penaferrim (bi-mensal), sendo que a primeira tinha sido em épocas anteriores "*a bolsa agrícola da saloiama*" (120), função que "*lhe fugiu para a de S. Martinho, na Malveira dos Bois*" (121).

Outras feiras citadas por este autor são as de Nossa Senhora dos Enfermos (Camarões), S. Mamede de Janas, S. João das Lampas e Assafora.

"*Actualmente, resta um escasso número dessas reuniões periódicas, algumas em evidente decadência, outras teimando em resistir, todas adulteradas na sua identidade saloia*" (122).

1.3.3- Vida material e vida activa

As transformações sofridas pela vida material do saloio "*deixaram-na quase irreconhecível*" (123). Da maior parte dos aspectos a abordar, já poucos vestígios existem e poucas são as localidades da região saloia onde prevalece sequer a vontade de conhecer, divulgar e manter alguma memória dos aspectos da vida quotidiana daqueles que nos precederam neste território, até meados do século passado, quer dizer, apenas duas gerações atrás. Acontece então que as pessoas de oitenta anos com quem falamos e que viveram ainda o último período



1



3



4



2



5



6

II.1.3.2.i - A dinâmica dos Santos Populares. 1- Santo António de Lisboa: devoção e homenagem populares com carácter igualmente católico e civil. Nas festas da cidade coincidem manifestações populares com cortejos, animação oficial, celebrações litúrgicas e procissão em honra do patrono da cidade. In PEREIRA, Paulo-Lugares Mágicos de Portugal. Espírito da Terra.Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p.126. 2-Tires:imagem de Santo António existente na colectividade *Grupo Musical Recreativo 1º de Maio da Solidariedade Operária*. Trata-se de uma tradição de origem indeterminada que relaciona o Santo com as festas laicas e populares locais. A paróquia criada em 1986 e a capela do século XVII são da invocação de Nª Sª da Graça. (Foto Amélia Cabrita, 2007). 3- Folheto das *Festas da Rã*, 2006, promovidas pela Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, mas realizadas em Tires, na data dedicada às festas de Santo António e ainda com algumas referências ao mesmo. 4- Aspecto do arraial de S.João no Porto. In BARROS, Jorge; COSTA, Soledade Martinho - Festas e Tradições Portuguesas. Lisboa: Círculo de Leitores, p.143.As fogueiras comunitárias pontuam desde sempre as festas dos Santos Populares, sobretudo o S.João, pela iconografia a ele associada. 5 e 6- A Fonte de S.João, na Rebelva, com nicho do século XVIII, centro de tradicional festa, a qual, até pelo menos a década de 1970, suscitava a realização de fogueiras em diferentes locais, incluindo o *saltar a fogueira* e queimar alcachofras. Em tempos mais recuados faziam-se romarias de foliões e enamorados à fonte, na madrugada do dia de S. João. Também neste caso as festas são de carácter exclusivamente laico. (Foto Amélia Cabrita, 2007).

da vida rural na região, transmitem uma mundivivência do território e dos modos de vida difícil de captar na actualidade: é que as transformações têm *deformado*, *desestruturado*, *desvalorizado*, um património cultural construído e paisagístico consolidado e coerente, de tal forma que o retrato que essas pessoas tentam transmitir já não se reconhece na realidade presente, cada vez mais fragmentada. É no entanto muito importante referir que esse pode ter sido o preço a pagar pela grande melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral, mas que é especialmente apreciada pelas pessoas que ainda sofreram problemas de carências e passaram por sofrimentos de vária índole, das epidemias à fome, sem esquecer as inevitáveis dificuldades do árduo trabalho no campo.

1.3.3.1- A família, o quotidiano

Uma vez já tratados, a propósito da *vida espiritual* os aspectos relacionados com a religiosidade e as festas, como expressão cultural da organização da vida comunitária, trata-se neste ponto de entrar um pouco na caracterização da vida individual e sobretudo familiar.
Eram as festas priódicas, e também os *bailaricos*, os locais de encontro, onde de preferência se iniciavam os namoros e se lhes dava continuidade, muitas vezes até ao feliz desenlace... No entanto, se o casamento era motivo de festa, com foguetes e uma mesa melhorada, à volta da qual se juntavam parentes, amigos e vizinhos (124), as perspectivas da nova família, na continuidade geracional, seriam pautadas pela rotina dos ciclos agrários e sobretudo pela precaridade económica da vida no campo.

O exemplo da família da Murteira, povoação do concelho de Loures, onde Maria Rosa Lila Dias Costa fez um levantamento etnográfico e linguístico em 1957 (125), atesta uma rudeza que a autora atribui em grande parte à falta de instrução e de fé (126).”*O marido não é, em geral, avesso ao trabalho, mas limita a sua actividade às horas de sol dos dias de semana. Ao sol-posto, quando larga das hortas, passa pela taberna onde bebe alguns copos de vinho e, se ‘calha a ficar resinado’ entra em casa disposto a implicar com os filhos e com a mulher*.” (127). Na sequência do ambiente criado, Os filhos rapazes não demonstravam nem respeito nem carinho pelos pais. Impressiona sobretudo a condição da mulher, face a uma preponderância masculina socialmente promovida e incentivada, que a colocava numa situação de dependência sem qualquer saída, uma vez casada. Não lhe era permitido participar das decisões familiares, nem podia dispor de qualquer dinheiro. E isto trabalhando de sol a

sol, no campo ou como lavadeira, sem deixar de cuidar e criar os filhos, tratando sozinha da casa, da roupa e da preparação das refeições (128). Por outro lado, "*o casamento sequestra a mulher saloia, até que haja poucas probabilidades de desvarios. Então falam-se sem rebuço"*, porque *"a falácia a 'duo' em público, entre indivíduos de sexos diferentes só se dá quando o amor tece as suas malhas ou, então, quando cabelos brancos e rugas justificam pureza de intenções. Entre um e outro extremo, homens e mulheres dão os bons dias de passagem ou trocam lacónicas palavras*." (129).

Da abordagem do tema da família no quadro da unidade espiritual e também territorial dos *saloios* e na sequência de algumas pesquisas (130), resulta o reconhecimento de que a prática do casamento exogâmico (131) "*não alteraria o facto social total, em virtude de se efectuar entre indivíduos do mesmo nível, oriundos de sociedades rurais em que se mantêm organicamente ligados os aspectos económicos, técnicos, religiosos, lúdicos e, até, simbólicos*." (132). O que, assumido como componente da cultura saloia, explicaria, não só o facto de ter acompanhado "*sempre a evolução dos tempos, sem desvios culturais ou decadência*", mas também "*o alargamento que se pretende dar à Região Saloia actualmente considerada, dentro de um território em que jazem as suas raízes históricas e étnicas*." (133). Assim, independentemente da continuidade de uma linha antropológica pura, constituiria o casamento "*o meio de transmissão dos valores culturais próprios",* mantendo a *fácies* característica dos saloios por "*força psíquica e tradição*" (134).

Das discussões sobre os saloios, com destaque para a que opôs, com um intervalo de noventa anos, João Paulo Freire (Mário) às ideias expressas na *Physiologia do Saloio* (135), ressaltam as que dizem respeito a dois aspectos, designados por "*horror à água e desprezo pela árvore*" (136). Apesar das explicações e atenuantes, o próprio João Paulo Freire os admite, como os maiores defeitos dos saloios, que ficariam a dever "*ao sangue que lhes corre nas veias*" (137). Mas o certo é que ainda hoje a paisagem da região surge, em muitas áreas, nomeadamente a do interior dos concelhos de Cascais e Oeiras, marcada pela escassez de árvores, as quais, como se compreende, eram incompatíveis com a conveniente extensão da cultura de cereais e vinha, próprias da região. Quanto à falta de higiene, descrita na *Physiologia*, como expressão de muita miséria e indigência que o autor terá observado, convém notar que a mesma situação seria observável em todo o mundo rural, já que "*os hábitos higiénicos dos agricultores de todos os campos de Portugal e do povo em geral alteraram-se muito nas últimas décadas*" (138).



1



2



3



4



5

II.1.3.3.a- Cenas da vida quotidiana dos saloios.
1-2-3- Momentos do dia das mulheres, entre a casa, o campo e a lavagem da roupa no rio. 4- Cena da vida diária do camponês. 5- Traje tipíco do saloio. In MONTOITO, Eugénio (Dir.)- Sintra... e suas gentes. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2001, p.21; p.105; p.49; p.40; p. 25.

Testemunho de herança de costumes muçulmanos poderão eventualmente reconhecer-se na arreigada separação funcional e social de grupos masculinos e femininos (139) e também no uso do lenço, considerado peça indispensável na indumentária feminina. Embora Joaquim Fontes considere que na sua época "*a rapariga dos arredores já não usa este tapiço no seu povoado*", afirma também que "*velhas sem lenço a emoldurar-lhes a carantonha, é cousa que nunca vi*." (140).

Das descrições do vestuário saloio ressalta a sua evolução no tempo, a adaptação ás condições do trabalho e a garridice das mulheres, uma vez que, do lenço (e também a extinta carapuça) às saias e aventais, tudo tinha cores vivas e diferentes, ramagens, orlas e barras (141). O trajo surje influenciado pelas "*condições climatéricas, profissionais, cerimoniais, a própria variação das modas aristocráticas, cujo trajo e adereços exerceram sempre forte atracção sobre as classes populares, onde chegavam com algum atraso, mas onde ficavam de forma mais duradoura*" (142). As mulheres usavam quase sempre botas de cano alto, e surgem nas descrições e gravuras (143) muitas vezes montadas num jumento, com o lado esquerdo virado à cabeçada do animal, estando este carregado com os produtos a vender, como alforges com pão, fruta ou bilhas de leite. A carapuça, (de forma cónica, em veludo preto, debruada a cor, usada com o lenço e revirada para a frente) e a "*saia de cima arregaçada e tombada atrás em canudos*" (144), são outros aspectos comuns às descrições das saloias, embora a maior parte dos testemunhos se refiram ao século XIX (145). Da mesma forma o trajo masculino apresenta alguns elementos que permitem distinguir o saloio dos outros camponeses. Admitindo variantes relacionadas com as ocupações e a natural evolução no tempo, estes usavam, em vez de chapéu, barretes de lã pontiagudos de diferentes cores, embora surjam também com "*chapéu de grandes abas reviradas à periferia*" (146), provavemente em ocasões especiais. As calças ou calções são curtos, deixando as ceroulas a descoberto (147). Apareciam sempre de colete, por cima da camisa de riscado, armados de grosso cajado (148) ou varapau, não dispensando, de acordo com Joaquim Fontes, para as ameaças de borrasca, um enorme guarda-chuva, capaz de abrigar toda a família (149).

Pela descrição feita por Maria Rosa Costa do vestuário dos habitantes da Murteira, conclui-se que em 1957 ainda se mantinham ali alguns elementos característicos, como o lenço, as saias rodadas e sobrepostas, a algibeira solta, as botas, na indumentária feminina; na masculina, eram o colete (usado de forma original), as botas e um barrete preto. Trajos de trabalho que usavam durante toda a semana, só vestindo de lavado ao domingo. "*Quando surge a festa da Murteira, o caso é diferente. Todos têm que estrear um fato novo, e se não têm dinheiro*

disponível para o fazer, vendem as galinhas ou o carneiro, ou, o que é mais frequente, compram a 'créto'" (150).

Quanto a *gastronomia*, nem a palavra parece adequada à situação a descrever, de tal modo se revelam frugais as refeições diárias dos saloios, em número de quatro: café, almoço, jantar e ceia; no Verão acrescentavam uma merenda a meio da tarde (151). À parte os assados de carne, criação e principalmente borrego ou cabrito em dias especiais e o arroz doce ou as filhoses, estas sobretudo no Carnaval, doces idênticos aos que se fazem em todo o país (152), a mesa do saloio assemelhava-se em quase tudo à das outras gentes do campo, principalmente do sul: serviam-lhe de base os produtos sazonais da horta; da salgadeira tirava bocados de toucinho; e, embora produtor de leite, preferia vendê-lo a utilizá-lo para consumo próprio (153). Porém, para além do azeite, dois elementos, o pão e o vinho, estão sempre presentes, como sinal, ainda hoje, do cariz das raízes e influências mediterrâneas, não só da cultura saloia, como de todo o país (154).

Retalhada de grandes áreas de solo próprio para a cultura cerealífera, o trigo era o cereal preferido para a confecção do pão (155). Confecção esta, semanal, em tudo idêntica à que se praticava no sul do país: os mesmos utensílios (os alqueires, as peneiras, a amassadeira, o tendal a separar os pães já tendidos...); os mesmos processos de amassadura, a confecção do fermento; a massa a levedar: "*faz-se, com a mão, uma cruz no meio da massa, polvilha-se com farinha e tapa-se com um 'tindal' ou 'bragal'*. [...] *Uma hora ou duas depois,* [...] *se a cruz feita com a mão tiver desaparecido, a massa, que está 'lêva', pode ir para o forno*" (156). A principal característica do forno saloio reside no facto de se situar normalmente na cozinha (157), portanto com acesso pelo interior, fazendo parte integrante da casa.

1.3.3.2- O trabalho-aspectos económicos

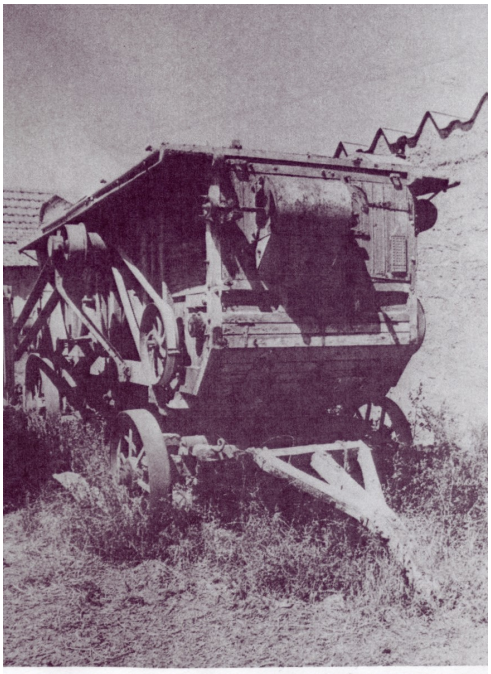
"*Sapateiros não são homes / Alfaiates também não/ Homes são os lavradores/ Que enchem uma casa de pão*". (158).

É esta quadra bastante expressiva para avaliar a importância que o produto da terra tinha para o saloio, tendo como paradigma *o pão*.

Tem-se vindo a documentar a ligação constitutiva do saloio à *terra*, na qual, trabalhando "*geralmente de sol a sol, descansava ao domingo, para assistir à missa e não perder a 'brincadeira'*" (159), embora houvesse a tendência para não respeitar inteiramente o que se



1



Debulhadora oitocentista doada por o Sr. Dário Canas à Câmara Municipal de Cascais

2



3



4

II.1.3.3.b – A debulha do trigo: da tracção animal à mecanização. 1- Debulha com bois na eira da Rebelva (princípios do século XX). In In MIRANDA, Jorge; CARDOSO, Guilherme; TEIXEIRA, Carlos A. - Registo Fotográfico de Carcavelos e alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. 2ª Ed. Cascais: C.M.C., 1988, p.22. 2- Debulhadora oitocentista doada pelo Sr. Dário Canas à Câmara Municipal de Cascais. In CABRAL, João Pedro - Algumas notas sobre a vivência rural do concelho de Cascais. In Um Olhar sobre Cascais através do seu Património. Cascais: C.M.C.; Cascais: A.C.C., 1989,VoI. I, p.146. 3-4- Restos da mesma debulhadora (?) fotografados em 2003 junto ao Casal do Canas. (Fotos Amélia Cabrita)



1



2



3



4



5

II.1.3.3.c- Agricultura: os resquícios do passado. 1- Pátio com galinhas e estrumeira, Igreja Nova, Mafra, 2007. 2- Rebanho em Manique, 2003. 3- Natural de Albarraque, Sintra, junto às pipas de vinho novo, na prova da água-pé, Novembro de 2007. 4- Curral de ovelhas em Albarraque, 2007. 5- Aeromotor em ruínas, Casal dos Grilos, São Domingos de Rana. (Fotos Amélia Cabrita)

constituía como obrigação consignada pela Igreja Católica, não só doutrinariamente, mas como regra social imposta (160).

"*Recebendo dos Árabes o empenho e a arte de amanhar o chão e ocupando terrenos de grande fertilidade e abundantes de água, o Saloio do Termo soube bem explorar todos esses dons*". (161). A prodigalidade do Termo de Lisboa foi enaltecida, sobretudo no século XVII, por alguns autores que pretendiam demonstrar as qualidades da cidade como candidata a cabeça de um grande império (162). Mas mesmo tendo isso em atenção e face a outros testemunhos (163), é-se levado a reflectir sobre a importância do contributo efectivo destes férteis arredores, trabalhados por gente laboriosa, para a valorização da cidade, seu crescimento e manutenção.

Estes *arredores*, que começavam onde hoje é zona urbana consolidada (164) tinham, às portas da cidade, características inteiramente rurais até meados do século XX, de que ainda se descobrem vestígios (Benfica, Amoreira), e existiam hortas na própria cidade (165). Nomeadamente, a zona de Sacavém a Frielas, comportava actividades completamente desaparecidas, como as ligadas às extensas e produtivas salinas, à intensa pesca na Ribeira de Frielas, que era também um porto muito frequentado (166).

Entende-se portanto que o crescimento e a transformação da cidade foram, naturalmente, *empurrando* as áreas cultivadas ou de actividades ligadas ao sector primário no sentido de uma periferia cada vez mais afastada do centro.

No entanto, uma das características da condição saloia é a manutenção, mesmo em confronto permanente com a cidade, e ao longo de gerações, de *anacronismos*, alguns mais depressa ultrapassados por regiões mais afastadas dos centros urbanos (167). É assim que vamos encontrar processos de rega e de lavoura herdados de antepassados romanos e moçárabes, a que corresponde a "*plangência de algumas das suas canções*" (168).

- A produção agrícola

A actividade agrícola dos saloios divide-se, tradicionalmente, entre a cultura de sequeiro, cereais, vinha, o regadio hortícola, os pequenos pomares e a criação de algum gado.

Os solos, sobretudo de composição calcárea e margosa, incluindo, nos concelhos de Cascais e Oeiras algumas manchas de férteis *barros vermelhos* de origem vulcânica (169) na zona de influência do complexo vulcânico de Lisboa, são propícios ao cultivo de cereais— sobretudo trigo, *feno*, mas também milho (170) — e da vinha. Com alguns vales férteis, irrigados por

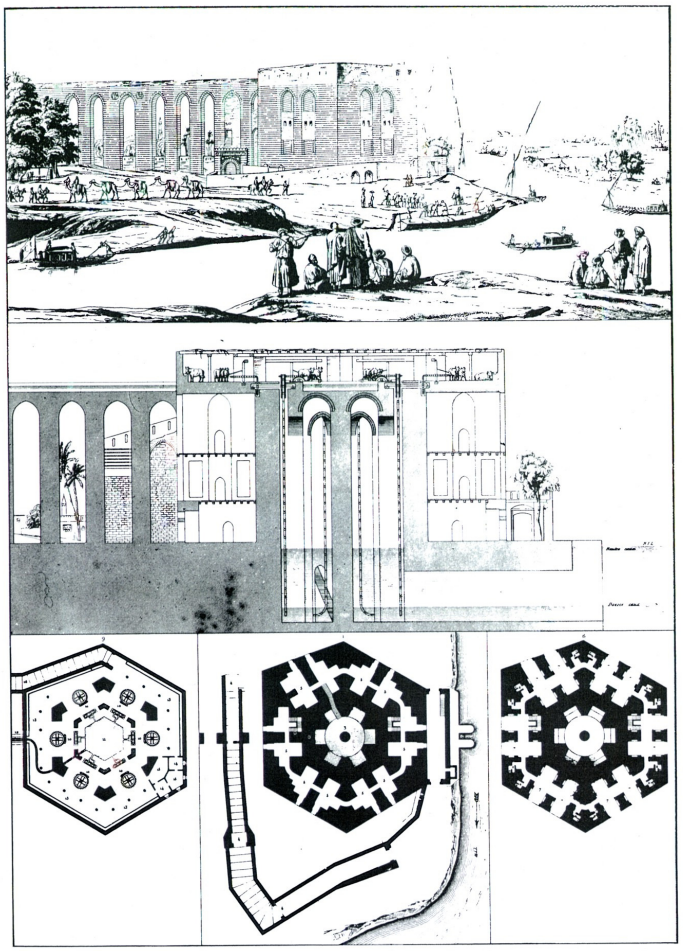
linhas de água, "*Chelas, Unhos, Frielas, Loures, Camarate, Oeiras, Colares e Cascais eram as zonas de maior produção frutícola da região saloia*." (171) Os já aludidos autores do século XVII, da *Relação* anónima a Frei Nicolau de Oliveira, preocupam-se em chamar a atenção para a qualidade e quantidade da fruta chegada cada dia do *Termo* e que sobretudo as mulheres vendiam pelas ruas ou na "*praça quinhentista da Ribeira de Lisboa*" (172).
É possível que os métodos e alfaias agrícolas utilizados pelos agricultores, não só os saloios mas de todo o país, antes da mecanização, fossem ainda os herdeiros directos de romanos e muçumanos, não excluindo a influência de épocas anteriores, se tivermos em consideração os testemunhos arqueológicos (173).

- As hortas e as noras

"*Mas é a horta o tipo de exploração por excelência da área saloia meridional, o mais mimoso aspecto da actividade dos saloios ao qual o rural arrabaldino devotamente se consagra ainda hoje.*" (174). A descrição de procedimentos e trabalhos de cultivo e amanho de produtos hortícolas mais comuns, da cava aos cuidados a ter com cada espécie, passando pela cuidadosa execução das *lêras,* feita por Maria Rosa Lila Dias Costa no seu trabalho sobre a Murteira, é comum a qualquer horta meridional (175). São os diferentes processos de irrigação que permitem a existência da "*arabizada almuinha e a romanizada horta* [que] *conviveram, durante o período moçarábico, com equivalência semântica*" (176). Dos processos mais elementares que permitem elevar a água dos níveis inferiores a que geralmente se encontra, normalmente poços, (177) chega-se à progressivamente mais elaborada *nora*: "*Com frágeis alcatruzes de barro— as primitivas— ou de zinco— as mais modernas—, encadeados uns nos outros e levantados por meio de uma roda de madeira, accionada pela mão do homem ou, mais comummente, posta em movimento por um animal— boi, macho, jumento— fazia lançar a água para a calha ou masseira, mas também para a almácega (almaça e almáciga), pequeno tanque receptor dessa água do engenho*" (178).

- A vinha e o vinho

A vinha era uma cultura que se dispersava por quase toda a região saloia, tal como ainda acontece hoje em zonas mais afastadas ou preservadas dos efeitos da urbanização. Tratava-se de um recurso económico importante, bastando, para o avaliar, ter em conta o renome de



L'aqueduc de Saladin au Caire et les ouvrages destinés à l'élévation des eaux du Nil (de COSTE).

1



2



3



4



5



6

II.1.3.3.d- Noras e aquedutos. 1- Aqueduto de Saladino no Cairo e construções destinadas à elevação da água do Nilo. In PETRUCCIOLI, Attilio - Dar-al-Islam. Liège: Pierre Mardaga, 1990, p.125. 2-3- Quinta de Rana. Nora hexagonal de dois pisos e aqueduto. 4- Quinta da Torre da Aguilha. Nora hexagonal de dois pisos e rampa de acesso ao piso superior, para os animais, geralmente bois. 5- Nora do Zambujal, antes das adulterações recentes. 6- Nora no centro de Aljezur - monumento? (Fotos Amélia Cabrita).

Existiram e ainda existem algumas noras hexagonais na zona, nomeadamente: Quinta do Junqueiro e Quinta do Lameiro. Sugere-se a comparação com as noras monumentais do Nilo, porque têm em comum o sistema de elevação da água a uma cota superior, com o mecanismo a funcionar num nível superior, bem como a condução da água através de aquedutos.

vinhos como os de "*Bucelas, Colares, Carcavelos, Torres*" (179), vinhos que já eram citados de entre os melhores de que a cidade era abastecida no século XVII (180). De características bem diferenciadas, corresponde cada um deles a uma *região vinícola*. Todos terão em comum uma história de promoção, produção e fama que a partir do século XVIII os leva, com o novo paradigma civilizacional, aos mercados europeus e coloniais. Na sequência da procura, à falta de produção responde a tentação da falsificação, a qual por sua vez vai provocar a quebra nas vendas (181). E adiantados no século XIX, eis que as pragas da filoxera, do míldio e do oídio, que assolaram o país e a Europa, provocam uma diminuição drástica na produção (182). Em fases posteriores de recuperação, nomeadamente com a introdução de novas castas, não são as agremiações entretanto criadas, nem os sistemas de fiscalização, que impedem a diminuição progressiva das áreas de vinha e a tendência para a respectiva extinção (183).

No caso dos vinhos de Carcavelos, provenientes da cultura da vinha numa pequena zona demarcada entre as ribeiras da Laje e Caparide (184), abrangendo as freguesias de Carcavelos, S. Domingos de Rana e uma parte de Oeiras, onde se conjugam condições favoráveis como o clima, a orografia, a exposição solar e a formação calcárea dos solos, "*tiveram a sua época áurea no século XVIII, graças ao impulso do Marquês de Pombal*" (185). No processo de expansão da respectiva comercialização é interessante assinalar o facto de ser conhecido (e denominado) como o "*Lisbon wine*" (186) resultado provavelmente de campanhas que hoje apelidaríamos de *marketing*.

O cultivo da vinha, ainda que em parcelas por vezes dispersas, em virtude da estrutura fundiária predominante, e a produção, não só do vinho generoso, mas também dos outros tipos correntes, foram-se concentrando, como parte do património de algumas quintas mais importantes e respectivas famílias proprietárias (187).

Sucede então que estas grandes unidades, identificadas com as *Quintas de Recreio* dos arredores de Lisboa, são nesta zona especialmente dedicadas à produção vinícola, compensando algumas do interior sobretudo com a produção de cereais a menor incidência da vinha (188). Cabe perguntar que parte têm os saloios neste aspecto da ocupação do território, quando se percebe que a maior parte dos donos das quintas, ao longo de gerações, embora controlassem a gestão dos seus bens, estavam quase sempre longe (189). É de calcular que os saloios trabalhassem nos campos, nas habitações e nas instalações agrícolas das quintas, especialmente os que eram serviçais ou trabalhavam *à jorna.* Também é possível que outros

fossem rendeiros ou pagassem *foro* da exploração de parcelas das grandes propriedades, conseguindo assim alguma autonomia.

- A criação de animais

No que respeita aos animais, para além da criação de aves de capoeira, para consumo familiar e para venda, os saloios tinham, como auxiliares no trabalho dos campos e no transporte de cargas e pessoal, bois, burros, machos e mulas. No entanto, eram os rebanhos, de cabras e ovelhas, bem como a criação de vacas leiteiras a principal fonte de rendimento das famílias. De tal forma que em alguns aglomerados rurais ainda é possível reconhecer as instalações de antigas vacarias, pela sua tipologia e também porque se mantiveram em actividade pelo menos até à década de 1970. Quanto aos rebanhos, vão desaparecendo muito rapidamente da paisagem, embora ainda persistam alguns no interior, mesmo de concelhos como Cascais e Oeiras, os quais têm visto as suas áreas rurais desaparecerem sem deixarem sequer memória.
"*A venda de leite em Lisboa podia fazer-se utilizando vacas ou cabras a deambular pelas ruas, uso que terminou em 1920, com proibição imposta por lei*." (190) Isto mesmo é testemunhado por Guilherme Felgueiras, quando revê, em 1943, a cena de "*há quarenta anos: a esbatida silhueta do vaqueiro lapuz percorrendo as ruas a tanger as dóceis turinas leiteiras que olhavam com ternura os bezerros mamões, que as seguiam*" e "*o leite branco e espumoso, ordenhado e vendido pelas ruas*" (191). Muitos saloios faziam portanto a venda directa do leite, já que o mesmo também era transportado por leiteiras em cima dos seus burros percorrendo a cidade juntamente com todos os outros vendedores especializados.

- As lavadeiras

A actividade *servil* das *lavadeiras* do Termo, que recolhiam, junto dos fregueses da cidade, a roupa (em rol) que lavavam e secavam na sua aldeia para depois a devolverem, surge sempre associada à caracterização da Região Saloia. Cabe perguntar se, por um lado, não havia em Lisboa quem lavasse a roupa e, por outro, se esta actividade e deslocações só se faziam em função da capital. De acordo com Maria Micaela Soares, lavadeiras ou *lavandeiras* públicas, sempre existiram por todo o país, "no apuro da roupa pessoal e doméstica dos cidadãos" (192), e houve-as, pelo menos desde a Idade Média (193), mas só a saloia recolheu a fama, a qual lhe permitiu resistir, em parte, à era dos electrodomésticos, uma vez que a autora ainda



1



2



3



4



5



6

II.1.3.3.e- O vinho de Carcavelos, da abundância à extinção. 1- Quinta do Barão, complexo de lagares e adegas. In MIRANDA, Jorge; CARDOSO, Guilherme; TEIXEIRA, Carlos A. - Registo Fotográfico de Carcavelos e alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. 2ª Ed. Cascais: C.M.C., 1988,p.111. 2- Vinha da Estação Agronómica, Oeiras, 2007. 3- Regiões Vinícolas de Portugal , desenho de Mário Costa, Ed. Junta Nacional do Vinho. Col Almarjão AHMC. 4- Vindimadoras (Cliché Benoliel). 5-6- Rótulos do vinho de Carcavelos, também como *Lisbon Wine*. In EXPOSIÇÃO - A Vinha e o Vinho em Carcavelos. Cascais: C.M.C., 2007. p.46; p.47; p49; p.50.

conhecia, nos anos de 1980 algumas lavadeiras saloias em actividade. A preferência dos alfacinhas por estas explicava-se porque as da própria cidade, cujo número alguns calculavam em 3.500 (194), não eram pessoas de bom feitio e a água em que lavavam também não era recomendável (195). Pelo contrário, a roupa lavada nos arredores, longe dos miasmas da cidade, trazia até ela, ao menos supostamente, os ares do campo, cheirava a natureza, a sol. A confiança pessoal que permitia esta actividade é invocada por Joaquim Fontes, para defender *a causa* dos saloios, tidos por fatalistas, manhosos e desconfiados, para além de outros defeitos: "O *mau gosto é saloio, o embasbacamento é saloio, a esperteza manhosa é a esperteza saloia*." Contrapõe o autor várias razões e diz: "*já pensou o leitor na honradez saloia? [...]. Conhece a Srª Estrudes ou a Srª Estina? Não se lembra delas, mas juro à fé de quem sou, que são pessoas utilíssimas e muito da intimidade das senhoras da capital. Vêm periodicamente a nossa casa todas risonhas, e levam-nos o bragal. E...até 'à viaje'. Fica o rol como título de dívida*." (196) Reconhece e identifica a especial relação que os citadinos mantinham com as *suas* lavadeiras e, afinal, com os saloios de um modo geral.

Também é de assinalar que a arquitectura das habitações lisboetas tinham a sua influência, uma vez que "*a distribuição das casas interiores de Lisboa, não permitindo que aí se faça a barrela, como se pratica nas de Londres, obrigou a que se enviasse a roupa para o campo, para aí ser lavada*" (197).

As lavadeiras que serviam Lisboa vinham naturalmente dos arredores mais chegados à cidade e dos concelhos de Loures e Mafra. No entanto, a lavagem da roupa fazia-se, em toda a região, tal como em qualquer outro lado, antes das inovações contemporâneas, nos rios, em tanques ou represas, ao ar livre. À imagem de Lisboa, também as vilas mais importantes e, a partir do século XIX, na costa de Lisboa, as povoações ribeirinhas que se desenvolveram na sequência da moda balnear, solicitavam o serviço das lavadeiras. Mulheres de Tires, tal como muitas de todas as povoações do interior dos concelhos de Cascais e Oeiras, eram lavadeiras, ou criadas de servir e mais recentemante, mulheres-a-dias das zonas urbanas mais abastadas de Paço de Arcos a Cascais, passando por Oeiras, Carcavelos, Parede, Estoril, etc. Eram as "*patroas da Linha*" e para elas, lavavam nos *rios* de Caparide, das Varandas, da sua localidade ou nos tanques "*entretanto mandados construir pela Câmara*" (198) e partilhavam com as suas congéneres de outras zonas os mesmos modos e costumes, até no vestuário (199).

- **As actividades transformadoras: a moagem**

As mais importantes actividades transformadoras foram, tradicionalmente, as moagens, quer de cereais, na produção de farinhas, para abastecimento local mas também para servir a cidade, quer de azeitona, no fabrico de azeites. É significativa a descoberta da existência, na *villa* romana de Freiria— freguesia de S. Domingos de Rana— de um complexo agrícola que incluía um grande celeiro para cereais e instalações com lagares para a produção de vinho e de azeite (200).

À abundância de cereais correspondia, não só a organização quanto à debulha, geralmente em eiras partilhadas e ao eventual armazenamento, mas sobretudo o grande número de moinhos e azenhas, pontuando os primeiros os cimos de montes, ou situados em campo aberto, e situando-se as segundas em locais estratégicos junto dos leitos das ribeiras mais competentes. À imagem da Murteira (201), muitas povoações ou pequenas aldeias, eram caracterizadas por uma estrutura de auto-subsistência, da qual fazia parte pelo menos o moinho de vento, uma vez que as azenhas, em menor número, dependentes da abundância ou escassez da água, parecem ter tido um raio de influência maior (202). Tratava-se de uma actividade rentável, fosse exercida pelo dono do engenho ou cedida mediante renda (203). A profissão de moleiro exigia uma presença quase constante e por isso a habitação do mesmo está sempre próxima no caso do moinho, ou anexa às instalações, no caso da azenha.

A construção em pedra dos moinhos da região saloia data do século XVIII e épocas posteriores, obedecendo a um mesmo modelo com pequenas variantes (204). Torna-se por isso difícil determinar a tipologia, tanto do edificado como do engenho, correspondente ao moinho da época muçulmana, parecendo certo que a energia eólica ganhou nessa altura preponderância em relação à hidráulica, a avaliar pelo conhecido poema do celebrado poeta andaluz Ibn Muqãna (205). Poderão ter sido os romanos os introdutores na Península dos sistemas de moagem, da tecnologia primária das moendas manuais ou movidas por animais, de dimensão doméstica, às "*atafonas*" (206), aos barcos-moinhos e aos mais ou menos complexos engenhos movidos a água (207).

Quanto aos moinhos de vento da Estremadura, designados "*fixos de torre*" (208), são basicamete constituídos por uma construção circular, normalmente em pedra, dentro da qual é instalado um sistema de tracção por meio de um *sarilho* que funciona com a rotação do mastro, "*solidário, no exterior, com as velas, e que atravessa o tecto do moinho, com uma*



1

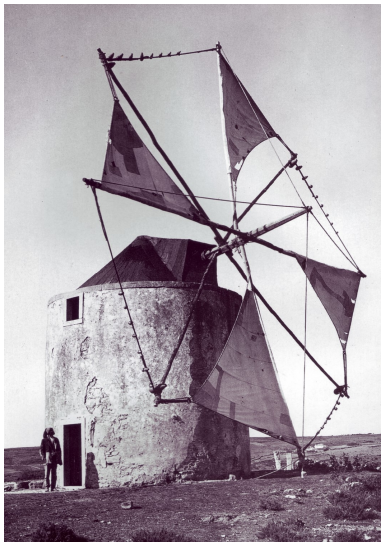


2



3

II.1.3.3.f- Paisagens de Moinhos e Azenhas. 1- Campos e Moinhos: Almorquim, Sintra, 1988. 2- Azenha (desativada): Armés, Sintra, 1989. 3- Interior de Azenha (desativada), Tojeira, Sintra, 1990. (Fotos Carlos Namorado)



1



2



3



4

II.1.3.3.g- Moinhos de ventos passados. 1– Moinho em Sintra, ainda activo em meados do século XX. In MONTOITO, Eugénio (Dir.) - Sintra... e suas gentes. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2001, p.117. 2- Ruínas do moinho do Zambujal (1980). In TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge - Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.286. 3-4- Moinho desactivado em Albarraque, Sintra. Exterior e interior com o que resta da armação. (Fotos Amélia Cabrita)

inclinação de, aproximadamente, 30^0, e vai embutir no engenho" (209), rodando por acção do vento nas *velas* (210). "*O moinho possui, além do andar térreo, mais dois pisos, os sobrados, para onde se sobe por uma escada que contorna, internamente, a parede. No primeiro piso, encontram-se as mós, em pedra grossa, rija, para farinarem o milho e a fava. A engrenagem que as faz girar é a mesma que, no andar superior, faz mover as mós que se destinam a moer o trigo*." (211).

Tendo subsistido, nalguns casos em plena actividade, até à segunda metade do século XX, provaram estes sistemas de moagem a sua eficácia, tanto na forma de moinhos de vento como de moinhos de água ou azenhas.

As azenhas, normalmente constituídas por uma construção que incluía o piso onde se situavam as mós, um par para milho e outro para trigo e centeio, além de outro equipamento, tinham um engenho movido pela força da água, que, conduzida em *levadas*, caía através de caleira de madeira sobre a *roda copeira*, colocada no exterior, lateralmente à construção. Era esta roda dupla, também em madeira, que através do veio punha em movimento o chamado "*inferno*" (212), alojado no piso abaixo do térreo, junto ao leito da ribeira na margem da qual se instalavam as azenhas. Algumas surgem-nos hoje como ruínas inesperadas envoltas em silvados e já difíceis de interpretar, com poucos vestígios do que terá sido um longo e prestimoso serviço.

- A construção civil e actividades co-relativas

Outras actividades importantes (213), para além da olaria, que parece ter sido de maior atractivo para as gentes da região de Mafra, assumindo-se aí como artesanato, são as que têm a ver com a exploração de pedreiras, abundantes na região saloia, e os ofícios co-relacionados, incluindo o fabrico da cal. Esta só sofre maior incremento com a urbanização do litoral no século XIX, embora se tenha tornado essencial já nos tempos da romanização, com os processos construtivos então divulgados e tenha havido um aumento da produção no século XVII com a construção das fortalezas na costa (214), bem como no pós-terramoto, para a reconstrução da cidade (215). É também a mudança operada nos processos construtivos e o advento dos novos materiais, sobretudo o cimento, que dita o fim desta indústria, pelo menos na forma artesanal que revestia (216).

"*A região saloia, mercê da sua riqueza geológica pétrea e da sua relativa proximidade de Lisboa, tornou-se ao longo dos séculos e em especial no século XIX, área por excelência de*

extracção e transformação de pedra para abastecimento da capital. Constituiu uma autêntica cintura de exploração calcária, envolvendo Lisboa desde Runa, por Fanhões, Casaínhos, Montemor, até à região de mármores de Montelavar— Pêro Pinheiro, à Várzea e a Tires— S. Domingos de Rana." (217). Não era apenas Lisboa que se revestia ao longo do tempo dos tons suaves das pedras destes arredores saloios, em igrejas, palácios, escadarias e as típicas calçadas: "*Com a afamada pedra lioz dos arredores de Sintra se construiram os principais monumentos da zona estremenha, incluindo o Paço da Vila e o convento de Mafra*" (218). Lisboa deve então a estes arredores o aspecto que tem, na solidez luminosa dos seus monumentos, revendo-se no revérbero do empedrado polido pelo uso das calçadas. Para alimentar este luxo, esta vaidade, especializou-se o saloio no afeiçoamento da pedra, arrancada a duras penas das covas nas pedreiras (219), tornando-se canteiro e deslocando-se também, em grupos de dezenas e centenas para as obras de Lisboa, principalmente em épocas de surto na construção, como foi o caso dos anos de 1930 e 1940, incluindo as obras da marginal (220).

Em S. Domingos de Rana, a actividade de exploração de pedreiras é atestada pela referência feita na resposta ao inquérito pós- terramoto: "*Já em 1758, o pároco da freguesia declarava que 'os mayores lucros deste povo procedem da abundancia de pedra de cantaria'*"(221). Mas também pelo facto de serem de "*mármore róseo de S. Domingos de Rana*" (222) quase todos os artefactos romanos encontrados no concelho de Cascais. É de supor que a exploração de bancos de melhor qualidade e maior quantidade na região de Pêro – Pinheiro e outros locais do concelho de Sintra e Mafra, a partir do século XIX, tenham arruinado gradualmente as pedreiras da freguesia de S. Domingos de Rana. Quando, na segunda metade de 1950, tem início o processo de urbanização clandestina, ela vem ocupar áreas de antigas extracções e desse labor só subsiste a actividade de canteiro, em pequenas e médias serrações e oficinas, que são mais a memória que a continuidade de um recurso humano e económico em vias de extinção. Nesse lento agonizar, embora algumas pedreiras tenham continuado em laboração, a partir da década de 1940 começaram os canteiros a deslocar-ser para outras mais recentes e em expansão, como eram as de Cascais (Barraca de Pau, Birre, Alvide), Oeiras (Goilão, na Quinta do Marquês), Caxias e outras mais afastadas como é o caso de Sesimbra. Os canteiros de Tires deslocavam-se também para Lisboa, onde trabalhavam nas várias oficinas de cantaria que ali se haviam instalado (223).

- O advento da industrialização: as transformações emergentes

No pressuposto, tomado até este ponto como válido, de uma vinculação constitutiva do saloio à *terra,* ao trabalho agrícola, em moldes tradicionais, condicionantes de um *modo de vida,* herdados de gerações que o ligam culturalmente a romanos e muçulmanos, dever-se-á avaliar com cuidado os efeitos da modernização progressiva dos meios de produção na ancestral cultura saloia. No caso da actividade agrícola, a mecanização que, desde finais do século XIX, veio transformar, mesmo que de forma desigual, a lavoura, com especial relevo para as debulhadoras primeiro e mais tarde os tractores, não trouxe desenvolvimento continuado nem constituiu a longo prazo factor de actualização e progresso na actividade agrícola. Aos poucos e da periferia para o interior, foi a região saloia perdendo o direito à *terra: "Então o habitante (saloio), que mantinha mentalidade e hábitos ancestrais, ia pouco e pouco sendo tocado pela extensão dos tentáculos da capital e da pequena indústria que, a partir dos últimos anos da década de cinquenta, não cessam de crescer. O deplorável é que uma e outra se fizeram a expensas de boas terras agrícolas, naturalmente em consequência da proximidade da cidade e da facilidade de transportes, mas sacrificando uma agricultura intensiva e importante para o desenvolvimento populacional do grande centro urbano"* (224).

A região saloia não se distingue no contexto económico do Portugal de oitocentos. Longe de poder contar-se a curto prazo entre os países em vias de industrialização, o país debatia-se, a partir de 1820, exaurido pelas consequências das invasões francesas, com os problemas internos, no contexto da difícil transição do regime monárquico para o constitucional e deste para a República, o que vem a acontecer após os acontecimentos de Outubro de 1910 (225). Portugal continuava a ser um país rural, sem os recursos do carvão ou do aço, essenciais ao arranque da nova era. Existia, mesmo assim, um mundo pré-industrial, no qual Filomena Mónica situa a importante *classe* dos "*artesãos, artistas ou artífices*" (226), os quais, no início da industrialização se demarcavam claramente dos *operários*. Enquanto os primeiros tinham aprendido uma *arte* e se encontravam unidos em associações e corporações, os segundos eram apenas trabalhadores desqualificados, vindos na sua maioria do campo, fugindo da miséria, para quem a indústria, rejeitada pelos artesãos, significava a esperança de uma nova vida (227).

O conceito estrito e arcaico de *classe* só mais tarde evoluirá para o significado de *classe social*.

Esta parece ser uma chave de leitura para o papel assinalável desempenhado pelos *canteiros de Tires*, pois tratando-se de *artesãos*, vivendo numa localidade esquecida do concelho de Cascais (228), desde cedo se uniram e aderiram a organizações de classe e sindicais (229).

A progressiva modernização do país foi-se fazendo, sem o ritmo, mas também sem as consequências sociais e urbanas decorrentes da revolução industrial, na sequência dos interesses estrangeiros, sobretudo ingleses; acompanhada de perto pela expansão das vias-férreas e tendo como pólos principais as cidades do Porto e de Lisboa, com os respectivos portos e a capacidade de atracção de mão-de-obra. A região de Lisboa a sul do Tejo revelou-se desde cedo uma localização preferencial para algumas indústrias pesadas (230). Nos concelhos de Oeiras e Cascais, para além das actividades tradicionais (algumas de carácter pré-industrial) ligadas à construção e à agricultura (sendo de considerar autêntica indústria a produção de vinho de Carcavelos na época de plena produção) e das instalações de oficinas para a manipulação da pólvora em Barcarena, cuja fundação já remontava ao século XVI (231) passando a funcionar a vapor em 1879, estabelecem-se, no século XIX, algumas indústrias. A destacar, a Real Fábrica de Lanifícios de Cascais, que teve o seu início ainda no século XVIII, no âmbito do impulso que o Marquês de Pombal deu à indústria têxtil nacional, tendo laborado de forma irregular entre 1774 e 1827 (232) e, em Oeiras, a Fábrica de Lanifícios José Diogo da Silva. Esta unidade por seu lado, já surge na sequência do esforço de modernização do país no período da Regeneração, a partir de 1850 (233). Também em Tires laborou uma Fábrica de Estamparia (234) e uma indústria doméstica de fabrico de sapatos de trança, cuja tradição entretanto se perdeu (235).

De referir o relevo que o próprio Marquês de Pombal terá tentado dar ao tema da indústria no concelho de Oeiras, quando promoveu uma *Exposição Agrícola e Industrial*, no Verão de 1770 (236).

"*Em 1871, Oeiras deixara já de ser a bucólica e plácida vila que, durante séculos, vivera a pendular cadência da natureza, mercê da quase exclusiva dependência da exploração do agro*" (237). Entre o século XIX e 1940, "*como consequência da construção e expansão do caminho de ferro, instalam-se no concelho um conjunto de unidades industriais, nomeadamente a Fábrica de Papel, Fundição de Oeiras, Luzalite e os Fermentos Holandeses*" (238). Em Cascais, embora não restem delas quaisquer vestígios, pontuaram as fábricas conserveiras, ligadas à actividade piscatória (239). A Moagem de Carcavelos, fundada na década de 1940 e que laborou até 1980, património de arqueologia industrial insubstituível, foi ingloriamente demolida em 2000.



1



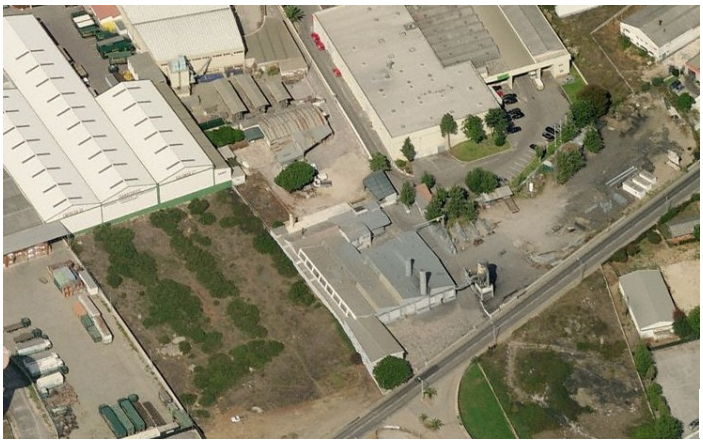
2



3



4



5

II.1.3.3.h- A indústria local. 1- Oeiras: o que resta da fábrica de lanifícios José Diogo da Silva (século XIX). 2- Cascais. Horta de Santa Clara: o que resta da Real Fábrica de Lanifícios de Cascais(séculos XVIII-XIX). CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS. Biblioteca Municipal de Cascais - Casa da Horta da Quinta de Santa Clara na internet [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 13 de Fevereiro de 2008 - 10:20]. Disponível em URL: http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Cascais/Patrimonio/Bibliotecas/Biblioteca_Municipal.htm 3- Moagem de Carcavelos (demolida em 2000). JUNTA DE FREGUESIA DE CARCAVELOS. A antiga Fábrica da Moagem em Carcavelos na internet [em linha]. Carcavelos: Junta de Freguesia de Carcavelos [citado em 14 de Fevereiro de 2008 - 11.14]. Disponível em URL: http://www.jf-carcavelos.pt/boletins/bol14/page5.htm. 4- Carcavelos, Fábrica de chocolates Excelcior (desativada). 5- Eixo industrial Abóboda-Trajouce. INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. Microsoft Virtual Earth [em linha]. Redmond: Microsoft [citado em 28 de Março de 2008 - 16:35]. Disponível em URL: http://live.maps.com. (Fotos Amélia Cabrita)

"*Actualmente a freguesia de S. Domingos de Rana constitui a principal cintura industrial do concelho, com diversas instalações fabris, em especial, na Abóboda, Tires, Trajouce e Talaíde, sendo o que resta das fábricas, de carnes, móveis, cerâmica, confecções de roupa, meias, perfumes e artigos de higiene, malhas, chocolates, massas alimentares,* [...] *etc, outrora disseminadas um pouco por todo o concelho*" (240).

Não dispicienda é a instalação e prosperidade, até à década de 1980, de algumas serrações de pedra e oficinas de cantaria, as quais empregavam uma parte da mão-de-obra especializada tradicional, proveniente sobretudo dos canteiros de Tires (241). Mas se esta era uma vocação culturalmente identitária da região saloia, o mesmo não se poderá dizer das novas actividades laborais que atraíram, não só as populações migrantes que vieram povoar o território destes concelhos, mas também os autóctones, quer dizer, os saloios, que assim trocam o trabalho no campo, de proventos incertos, pela situação de empregados ou operários (242). Tal como em Oeiras, também em Cascais, "*a industrialização avassalara, efectivamente, a urbe, alterando o quadro do seu viver tradicional quotidiano*" (243), trazendo consigo a explosão demográfica com o afluxo de outras populações, a expansão urbana e o aumento do custo de vida. Já no século XIX, "*a população activa empregue no sector secundário crescia e aproximava-se da utilizada no sector primário*" (244).

- Planeamento: causa ou (in) consequência?

Quando, em 1938, Duarte Pacheco aponta a expansão futura de Lisboa para ocidente (245), toma uma atitude fundacional relativamente ao *desenho*, urbano, paisagístico, económico e social do território abrangido pelos concelhos de Oeiras e Cascais. Nos anos de vigência do Plano de Urbanização da Costa do Sol (P.U.C.S.) (246) e nas áreas por ele abrangidas, a par das urbanizações clandestinas, muitas instalações industriais delas contemporâneas terão também surgido de forma ilegal. Eixos de implantação industrial importantes, como os definidos ao longo das vias que ligam, no concelho de Cascais, Tires e S. Domingos de Rana à Abóboda e esta a Trajouce por um lado e a Talaíde por outro, serão de génese espontânea, aproveitando a oferta de terrenos a baixo custo e a ligação rodoviária a Lisboa, tanto a norte, por Sintra, como a Sul pela Marginal. Trata-se de uma vocação agrícola tradicional traída, ou de um advento, tão compulsivo como mal aceite, dos novos tempos? Compulsivo, porque decorrente de uma dinâmica económica e social nova, potenciada pela expansão das vias de comunicação. Mal aceite pelos poderes, já que o desenvolvimento esperado se faria sobretudo

ao longo da costa com base na alta e média burguesia... (247). É que a vocação prevista da *Costa do Sol* era sobretudo (ou exclusivamente?) turística e habitacional. Para ela se construiu a Marginal (uma estrada panorâmica) e se electrificou a linha-férrea.

É assim que o advento e implantação em definitivo da era industrial, a partir de finais do século XVIII, com maior incidência nos dois séculos seguintes, acompanhados da ruína, progressiva mas inexorável, das actividades agrícolas e tradicionais, inaugura uma época de transformações sociais e culturais profundas na região saloia, dando, eventualmente, origem a uma nova realidade, cujos contornos estão ainda por definir.

1.3.4- Habitação – Arquitectura: o ponto de vista etnográfico

Caracterizar e interpretar alguns factores da cultura saloia, recorrendo sobretudo ao domínio da etnografia, é importante no presente contexto porque se tem como pressuposto que a arquitectura e a *cultura construída* (248) de um modo geral, são parte integrante de uma geografia humana e surgem sempre como expressões, mas também como condicionantes, de *modos de vida*, evoluindo no tempo. O território objecto de estudo é um *mundo longamente habitado*, marcado ainda hoje, e apesar da predação desabrida do *progresso*, por diferentes ocupações humanas em grandes ciclos temporais, que permitiram a fixação de factores de cultura comuns a um grupo alargado de sociedades locais.

Enquanto os estudos específicos da arte e da arquitectura (e muitas vezes também a história) analisam os seus objectos muito desligados do factor humano, a etnografia (e a ficção literária) *veêm o interior* das casas, muitas vezes pelos olhos dos próprios utilizadores/ manufactores: na lareira acende-se o lume; os escaparates com tachos e panelas fazem parte do espaço; os cântaros são de barro e já acusam o uso; as arcas para o bragal, a mesa das festas, os enfeites em papel colorido recortado e a bonecagem adquirida nas feiras povoam a casa de fora... Por isso se considera importante fixar o registo em que a etnografia analisa a arquitectura— sobretudo *a casa*, a habitação e seus anexos, uma vez que habitar e viver, coincidem em grande medida para os nossos saloios: "*Em todo o mundo rural, a casa é o elemento de mais tarda alteração com a evolução económica. Estão nela sepultados hábitos e sentimentos muito profundos; é algo mais que simples lugar de abrigo. A casa rústica foi em geral concebida para albergar não só o locatário como as colheitas, o gado e as alfaias*." (249).



1



2



3



5



4



6

II.1.3.4.a- Habitação: etnografia e passado. 1- A casa no seu contexto. In Associação dos Arquitectos Portugueses (Ed.) - Arquitectura Popular em Portugal. 2ª Ed., Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 435. 2- *"... raça oprimida onde o sangue árabe não é estranho*". In BRITO, Nogueira de - Os Saloios. Raça tradicionalista e trabalhadora. Boletim da Junta de Província da Estremadura, Julho - Agosto - Setembro de 1943. Série II, Nº 3, p. 316. 3- Desenho da casa torreada (casal saloio) do Sr. Henrique Nicolau de Mem Martins. 4-5-6- Espólio do interior de uma casa torreada no Zambujal. Os objectos falam de memórias de um passado antigo e recente. (Fotos Amélia Cabrita, 2007)

- Pequeno aglomerado: uma descrição modelar

A Murteira, uma povoação do concelho de Loures já referida neste capítulo a propósito de alguns aspectos da caracterização da identidade cultural saloia, em finais de 1950, pelas suas condições de relativo isolamento em relação às influências citadinas, quando Maria Rosa Lila Dias Costa aí fez um levantamento etnográfico e linguístico, apresentava ainda preservadas muitas características próprias da região saloia e portanto comuns a muitas outras povoações da mesma região. Embora no decurso do seu trabalho a autora se tenha apercebido, como é natural, de algumas especificidades próprias das gentes da terra, o conjunto de elementos que caracterizam a sua identidade cultural enquadram-se na matriz da identidade saloia que se tem vindo a delinear (250), sobretudo no que respeita aos pequenos núcleos rurais, nomeadamente os do interior do concelho de Cascais: paisagem humanizada em equilíbrio com os elementos naturais; humanização que não introduz modificações profundas, antes aproveita, potencia e tira partido, seja do relevo, dos tipos de solo, da exposição solar, do regime de ventos e da existência de água e em que o papel desempenhado por estradas e caminhos não parece ter a mesma relevância: "*O casario branco e pardo corre pela pequena encosta que desce suavemente em anfiteatro até um pouco profundo vale, onde, vindo do alto, o minúsculo rio da Verdelha— gigante durante as chuvas— serpenteia e saltita por entre a pedraria. Os tons dos tabuleiros verdes das hortas que orlam o rio e se estendem pelo pequeno vale, contrastam com o castanho-negro das terras de pastoreio manchadas por pedras cinzentas e enormes, e com o oiro suave e precioso das searas de trigo que ondulam brandamente à viração. Tal como a cor, também o som nos surpreende. Ao longe, como música de fundo,* [...], *o cantar fantástico do moinho; mais próximo,* [...], *a voz do abegão incitando com estranha melodia, os animais, seus companheiros, à tarefa rude de romper a terra; dum outro lado,* [...], *o taque-taque das noras ou o ruído característico e compassado da lavadeira que bate, na pedra, a sua roupa*." (251).

- Arquitectura do trabalho

É a área construída principalmente constituída pelas habitações dos moradores e pelos anexos agrícolas: "*As casas da Murteira estão quase sempre de acordo com a situação económica dos seus moradores. Nunca são ricas, nem mesmo as da classe mais abastada da região— a do pequeno proprietário que trabalha as suas próprias terras— e as casa dos mais pobres*

vão ao ponto de serem miseráveis tugúrios." (252). Na generalidade do território saloio, inserido na *Zona 4* do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (253), tal como na Murteira, a diferenciação entre as habitações é mais funcional que representativa: "*As casas* [...] *possuem ou só a habitação propriamente dita— se o morador trabalha fora, 'à jorna' e não tem animais— ou, se o morador é de lida, possuem, além da habitação, dois 'palhêros' anexos onde alojam o gado e guardam a comida para a alimentação dos animais; estas casas têm ainda, por vezes, um 'telhêro' ou 'coberto' para guardarem as grades, os 'cabazes' e a carroça ou galera, se a houver*" (254). Quanto a tipologias, prevalece a casa de piso térreo, com um, dois ou mais compartimentos, praticados no interior com tijolo ou simplesmente madeira, "*questanêra ou tauba de solho*" (255). A casa de dois pisos, menos comum, é designada "*casa de sobrado; é nela que reside 'a gente que veve milhor'*" (256). É constituída por um corpo de habitação com rés-do-chão e primeiro andar, ao qual se acede "*por uma escada interior em madeira e sem patamares*" e por duas outras construções anexas, térreas, servindo de palheiros e "*casa de gado*" (257). Algumas incluem ainda o barracão para a carroça, galera ou "*camineta da venda*"; os telheiros, construídos nos limites da propriedade, servem para "*abrigar a verdura dos animais, no Verão, e o arado, a charrua, a grade, etc*" (258). A autora inclui na tipologia da casa de sobrado, *o casal*, descrito como conjunto de habitação e anexos de gado e lavoura, "*um tanto distantes do centro da aldeia. Pertencem quase sempre a gente abastada— 'casalêros de lida'— e são em geral construções antigas de aspecto afidalgado com uma ou duas moradias de sobrado, algumas casas térreas anexas e alguns telheiros*". A casa do gado possui, para além da porta, "*uma janela pequena, dando para a 'asnaga' ou 'prusinha'* [...] *que se utiliza para dar saída ao adubo orgânico— esterco."* (259) Ainda dentro do "*'paito' que rodeia a casa, podem situar-se a corte do porco e o curral das ovelhas*". Parece poder assimilar-se esta descrição à *casa torreada* (260), designação que não se encontra nos autores que tratam o tema dos saloios do ponto de vista etnográfico, identificada entre as casas de *sobrado*.

- Materiais e modos de construção

No que respeita aos materiais e modos de construção, salienta-se o processo primitivo, mas resistente, da construção com pedra seca que apresenta hoje as paredes de pedra negra empilhada, uma vez perdido o reboco inicial de terra amassada e areia do rio (261). É interessante verificar que na época em que foi feita a pesquisa, ainda se mantinham muitos



1



2



3



4

II.1.3.4.b- Uma casa saloia, uma casa de museu. 1- A casa e os respectivos anexos (casal). 2- *A casa de fora,* que era simultaneamente celeiro. 3- A cozinha, com o forno e os seus arranjos interiores. 4- O quarto e a exibição dos trabalhos de mão. In MONTOITO, Eugénio (Dir.) - Sintra... e suas gentes. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2001, p.98; p.113; p.116.

aspectos dos processos tradicionais de construção: a pedra para as paredes, com argamassas que já admitiam "*o cemento e a cal indroco*" (262). Mesmo na construção em tijolo, "*os caboucos e as paredes-mestras até à altura de um metro, aproximadamente, continuam a ser construídas com pedra abundante na região*" (263). Exteriormente é referida a caiação do reboco e "l*evando algumas, como enfeite, uma barra em 'oca', azul ou 'almagre'*" (264). Correspondendo a outras descrições (265), os pavimentos térreos das casas da Murteira eram maioritariamente em terra batida. As coberturas, em telha de canudo, estavam a ser substituídas por "*telha murselha*" (266), sendo os telhados construídos com ripas que apoiam em barrotes, os quais descarregam numa viga mestra. Os tectos não eram, em geral, forrados, o que permitia ter uma visão directa do estado da cobertura.
As portas exteriores apresentam de um modo geral um aspecto sólido, "*muitas vezes rasgadas por um postigo que, durante o dia fica sempre encostado*" (267).

- O interior das casas: o quarto, a casa de fora e a cozinha

Especial atenção é dada pela autora à descrição do interior das casas, cujo recheio e tratamento, variando com as posses dos proprietários, teria muitos aspectos comuns: "*O quarto de dormir é, para o murteirense, a casa de maior importância e, como tal, a que deve andar mais bem arranjada— 'uma coisinha milhor é qu'a gente gordemos pro quarto'*" (268). No mobiliário, referência à "*cómoda ou banca de abas tapada com uma coberta de folho*", bem como o "*caxão*" para os fatos, a "*corcha*" dos domingos e dias de festa, as camas de ferro ou, com maior desafogo, a "*movila*" completa e cama "*à francesa*" (269). A importância do quarto para o saloio em geral é também atestada por Joaquim Fontes, descrevendo a visita efectuada à casa da Srª Josefa Maria, em Odrinhas: "*Subo ao sobrado, pela escada interior, e entro no quarto do casal onde sobressai larga cama de alto espaldar e excelente madeira;* [...]. *E, posso afirmar, que camas semelhantes predominam na região que do Cacém termina à beira mar e se estende para norte, para lá de Mafra*. [...] *Colcha de croché resguarda-a e enfeita-a. As almofadas têm fronhas com rendas, feitas em noites de seroadas*" (270). Na cómoda, coberta com pano branco, "*tudo o que a fantasia permite juncalhe o tampo: copos de vidro* [...]*, bonecada de barro de Mafra ou de Caldas da Rainha, etc*." (271). Destaca-se o emprego do papel de seda colorido recortado e o gosto pelas rendas e crochés feitos "*em noites de invernia*" (272). Os coloridos são sempre de contrastes violentos,

também nos sacos de vários tamanhos e usos, bem como nos aventais das romarias e tapetes bordados, produtos da "*habilidade da agulha saloia*" (273).

Também Alexandre Herculano, n' *O Pároco da Aldeia*, ao fazer a descrição detalhada do quarto do moleiro, o Bartolomeu da Ventosa, fala de "*um leito de casados de pau- santo, de pés torneados e cabeceira redonda,* [...] *um bufete, e sobre o bufete, um oratório forrado de damasco amarelo, com sanefa encarnada. Sete santos povoavam o larário* [...] *Uma arca da Índia, com ferrolho de correr e pregaria de grandes cabeças chatas*" (274), para além do contador, quatro cadeiras de estofo de couro e "*uma lâmina da Senhora da Conceição e dois registos, um de Santa Bárbara e outro de Santa Rita*" (275) nas paredes, completavam a guarnição do quarto.

A "*casa de fora*" era o compartimento central da casa saloia e, tal como a descreve Joaquim Fontes, cumpria várias funções, atestadas pelo mobiliário: "*Lá está a arca, com boas ferragens e pregos de grande cabeça, para o bragal*, [...]. *Mesa robusta, junto à parede, é móvel indispensável. Só serve em dias de festança, porque a comezaina de todos os dias faz-se na cozinha*" Não faltam um escano para a costura e uma cantareira "*aonde põem nota alegre, pratos e terrinas de louça vidrada ou bonecagem adquirida em rifas de quermesse ou a vendilhões de feiras vizinhas"*, enquanto *"outra grande arca guarda o 'pão' para todo o ano e serve de cama ao 'Manel da Zefa'*" (276). Nas paredes, "*pendurados aqui e acolá, registos das romarias que os componentes da família frequentam*" (277) e as medalhas a que tiveram direito como festeiros e mordomos, motivos maiores do orgulho saloio.

Na Murteira, a *casa de fora* apresentava-se mobilado com cómoda, armários para a loiça melhor, servindo também de dormitório, para além de depósito de cereais, os quais eram guardados num caixão ou baú com coberturas de folho. "*É nesta casa que se costura e se come nos dias de grande festa*" (278). Peça referida pelos dois autores é a "*cantarêra*" (279), *cantareira* na linguagem actualizada de Joaquim Fontes, a qual consta de uma ou várias prateleiras construídas em pedra ou alvenaria (na casa da Murteira a forma é semi-circular e dispõem-se em escada até ao tecto) e que tem na parte inferior, com a altura de um metro, escavada na parede, o que se pode considerar um nicho, chamado "*buraca*" (280) de forma cilíndrica. Cortinas com folhos refecham estes recantos e as prateleiras são normalmente debruadas com remates em papel recortado.

A cozinha era o espaço mais familiar da casa, onde se cozinhava, se fabricava o pão e se tomava as refeições em comum.



1



2



3



4



5



6

II.1.3.4.c- Interiores saloios. Zambujal, casa torreada. 1- A casa de fora e a mobilia de casa de jantar. 2- Vista da cozinha amputada do forno. 3- A boa mobilia do quarto (no piso superior) e a colcha de crochet. 4- As namoradeiras típicas junto à janela. 5- A *arca do bragal*. 6- A indispensável *bonecagem das feiras*. (Fotos Amélia Cabrita, 2007).

"*O lar é semi-circular, cortado a meio pela bocarra do forno de cozer pão. Dum lado e outro estão as fornalhas, donde saem os pitéus*" (281). Completam-na "*piais*", "*cantarêras*", "*cantonêras*" (282), loiça de esmalte e de arame pendurada, mesa de cobertura de oleado, lavatório em ferro pintado. Na Murteira, em 1957, ainda se cozinhava com fogo de lenha, aceso entre dois tijolos, sobre os quais se colocavam os recipientes de ir ao lume.

Refere a autora que o interior das casas mais abastadas (geralmente de dois pisos), não diferia substancialmente do das mais pobres, a não ser pela mobília geralmente completa dos quartos e pela existência de mobília de casa de jantar na *casa de fora* (283).

A iluminação, não havendo ainda electrificação, era feita com candeeiros a petróleo, de vidro ou *de bico* (em *folha-de-Flandres*) no interior; e de mão, em chapa e vidro protegido, no exterior. A autora descobriu ainda, em funcionamento numa casa da aldeia, uma candeia rudimentar de azeite, em *folha-de-Flandres* (283), herdeira directa da *lucerna* romana, testemunho de um modo de vida com uma longa história.

- Conclusões

Em conclusão dos vários pontos, pode dizer-se que as marcas da identidade cultural saloia terão necessariamente a ver com as origens das gentes, com destaque para a filiação muçulmana; com o carácter rural da sua forma de vida; com os factores geográficos e condições exteriores, sobretudo as que decorrem da especial relação que, desde cedo, se estabeleceu com a cidade de Lisboa.

A identidade cultural, exclusiva das socidades humanas, retrato e representação de uma entidade, não é directamente observável, mas tão-só as suas manifestações, que se revelam no quadro de uma civilização. Aquelas são consideradas como representativas de um *modo de vida* e o seu contributo para a caracterização da mesma identidade avaliado pelo significado etnológico - etnográfico próprio, tendo como cenário a preponderância dos aspectos económicos na evolução social e o carácter orgânico - ecológico das sociedades.

A vida espiritual, que inclui aspectos relacionados com a linguagem, a literatura, a religião e superstições e as diversões, revela-se como a expressão da essência da identidade cultural.

Através do discernimento e análise das várias vertentes, conclui-se, em primeiro lugar, que os *saloios comungam* do mesmo fundo cultural do povo português, sobretudo do sul do país; depois, se a linguagem e a literatura denotam raízes muçulmanas, a religião e as suas manifestações, revelam elementos de origens pagãs difíceis de determinar, anteriores ao

islamismo, muito arreigadas, numa síntese consentida com o cristianismo. Para além disso, religião e superstições, confundidas no espírito das gentes e configurando uma religiosidade popular reconhecida, são transversais a todos os aspectos da vida, tanto espiritual como material, marcando igualmente uma apropriação do território, percorrido por peregrinações que, muitas vezes, feitas em associações geradoras de tradição, contribuíram para a unidade da região saloia, ainda que de forma centrífuga. As próprias feiras e diversões aparecem indissociáveis das celebrações religiosas, que marcam o calendário rural e o ritmo das actividades agrícolas.

A vida material e vida activa, incluindo o carácter da vida familiar, a situação social da mulher e os aspectos do quotidiano, mostram uma família vinculada ao trabalho duro nos campos em difíceis condições económicas. A frugalidade é a tónica no vestuário e na alimentação, baseada esta na trilogia mediterrânea do *pão*, *vinho* e *azeite*. Rituais associados à confecção do pão, de preferência de *farinha triga,* que também está sempre presente nas festas religiosas como oferta divina e propiciatória, são comuns às gentes do sul.

Não se tratando de uma sociedade de tipo patriarcal, a vida é marcada pela preponderância masculina e a mulher, cedo arredada do convívio social livre, com o casamento é também remetida para um ritmo de trabalho compatível com as necessidades da família, participando activamente no amanho da terra e servindo como lavadeira, tratando também da casa e dos filhos.

Os aspectos económicos ligados ao trabalho levam, com o passar do tempo, a uma diversificação das actividades. Enquanto a relação servil com a cidade continua a ser representada pelas vendas directas pelas ruas, dos mais variados produtos, incluindo o leite, mas sobretudo pela continuidade do serviço invariável das lavadeiras, o trabalho nos campos, mais nobre e varonil, permite, literalmente, *encher a casa de pão* e manter o abastecimento da capital a partir de um fértil e celebrado *Termo*, no qual ganham especial relevo os vinhos de Carcavelos, principalmente sob o impulso do Marquês de Pombal a partir de 1760. O território povoa-se de *Quintas*, de recreio e produção, que contribuem para manter um nível económico estável na região, até, pelo menos, ao primeiro quartel do século XX.

Mas o desempenho agrícola saloio, com processos essencialmente invariáveis, filiados em tradições herdadas sobretudo dos muçulmanos, revela anacronismos que uma mentalidade fechada só a custo permite ultrapassar, numa época de progressiva mecanização dos meios de produção, a partir de finais do século XIX. A economia baseada nas actividades agrícolas e criação de animais, suporte de um *modo de vida* e fundamento de cultura identitária, porque

deixa de ser competitiva, terá tendência para ser substituída por outras actividades económicas: numa primeira fase, mantendo ainda alguma coesão na estrutura social existente e em simultâneo com a agricultura, são ainda actividades do sector primário e transformadoras tradicionais que prevalecem, como é o caso da exploração de pedreiras e produções relacionadas com a construção civil. A actividade moageira, de moinhos, azenhas e lagares, tendo constituído, ao longo de séculos, uma base económica essencial à sobrevivência, vai desaparecer progressivamente, substituída pelos meios mecânicos e pela deslocalização, desaparecendo também a sua marca na paisagem.

Os finais do século XIX assinalam uma incipiente industrialização que começa a marcar a vida das populações de Cascais e Oeiras, com sectores em desenvolvimento no país, com destaque para os têxteis.

Mais tarde, com a expansão de Lisboa para poente, preconizada pelas iniciativas de Duarte Pacheco, os novos meios de transporte e comunicação e a ambígua vigência do P.U.C.S., a partir de 1948, vai assistir-se a uma explosão demográfica nos concelhos abrangidos— Oeiras e Cascais— a par dos outros, também limítrofes de Lisboa, acarretando a implantação de eixos industriais espontâneos, mas que contribuíram para a economia e o emprego das populações acrescentadas, sobretudo as do interior.

A habitação saloia, expressão integrante de uma identidade, constituinte essencial de uma *cultura construída*, arquitectura do trabalho, reveladora e suporte de um *modo de vida*, integrante de uma paisagem humanizada, em equilíbrio, modelada pela adaptação aos elementos naturais, quando vista através do olhar da Etnografia, revela um cariz vivencial e humano que as outras disciplinas dificilmente alcançam. Demonstra ao mesmo tempo facetas importantes, como a inter-relação com todos os outros aspectos da vida rural e da cultura e ainda a sua quase estrita funcionalidade, a par de uma representação social que se revela mais nas tipologias que nos interiores e nos hábitos, comuns a ricos e pobres, numa unidade que uma mesma preocupação, a da produtividade da terra, garante.

A descrição do interior das casas remete para uma frugalidade austera, mas tambem indicia o gosto pela novidade, pela cor, pela nota alegre no ambiente; pela actividade artesanal. Estas são casas de gente, não propriamente endinheirada; mais contida, no entanto, que pobre. Sobretudo trabalhadora e também crente, à sua maneira. Uma beleza ingénua, mas forte, desprende-se destas paredes caiadas, destas portas baixas e janelas pequenas, destes espaços povoados de mobília decorada com bonecos de feira, baús e camas de ferro; cantareiras e tachos pendurados...

II. 1. 4- Conclusões

A etimologia da palavra *saloio* e as considerações quanto às origens das gentes, surgem muito inter-relacionados, a partir do momento em que a designação, por certo de uso comum na linguagem, para referir o habitante camponês dos arredores de Lisboa que calcorreava cada dia as ruas da cidade para vender os seus produtos, já se encontrava consignada na literatura e no teatro popular e passa a ser objecto de definição em corografias, enciclopédias e dicionários, a partir do século XVIII.

Quer dizer, os autores referenciados conjugam a origem da palavra e as deduções a partir da história e descrições da *conquista de Lisboa aos mouros*, para concluir que o *saloio* deve o seu especial carácter, vocação rural, forma de vida, qualidades e defeitos, à ascendência muçulmana, que assim teria prevalecido, em populações que já eram *resultante* da continuada ocupação do território.

Os *saloios*, ocupando-se do amanho da terra de forma idêntica e comum às populações rurais do país, sobretudo do sul e não se distinguindo no essencial das suas manifestações culturais, destacam-se como *etnia* em virtude, não só da especial relação que estabelecem, eventualmente por tradição herdada da época muçulmana, com a cidade, que abastecem, muitos directamente, de produtos de consumo diário, mas também por formas culturais próprias, que marcaram um território. Essas formas, ou manifestações, são testemunho e resultado de uma notável capacidade de síntese de diferentes influências. Independentemente das variações de delimitação geográfica que cada autor defende para o *território dos saloios*, *é* de aceitação geral que ela tem a ver com a toponímia, com as tradições das peregrinações religiosas— muitas organizadas em Círios— para santuários cuja origem poderá recuar a tempos pré-islâmicos. Aliadas ao anacronismo associado ao *modo de vida*, processos agrícolas e demais estruturas, como noras, moinhos e azenhas, surgem formas específicas da arquitectura popular, sobretudo na habitação, que se impõem, na sua força impressiva, fortemente vinculadas a uma paisagem rural, marcada pela cultura extensiva de cereais e vinha e pelo aproveitamento das hortas em vales férteis.

A superação, já no século XX, das condições difíceis da vida, associadas à economia agrícola, que no entanto havia moldado uma identidade cultural sedimentada por tradições transportadas por gerações, vai fazer-se à custa do *apagamento* dessa mesma cultura, uma vez

erodido e gradualmente modificado o *modo de vida* que dava suporte e, inclusivamente, justificava as suas manifestações.

Os factores económicos desta evolução histórica, não sendo determinantes, têm, no entanto, um papel decisivo: as leis de mercado, associadas a novas estruturas produtivas às quais a região saloia não soube responder; as mudanças decorrentes da expansão da cidade de Lisboa, com o processo de suburbanização progressiva dos arredores cada vez mais afastados dos centros, vai implicar, necessariamente, transformações importantes, não só na ocupação do território, mas também no tecido social existente.

Essas transformações, ainda em curso, revelar-se-ão inclusivas ou exclusivas em relação à identidade saloia? Tal como aconteceu no passado, novas sínteses culturais são ainda possíveis?

Notas a II. 1. 3- Identidade cultural saloia- síntese de traços essenciais

1- DICIONÁRIO da LÍNGUA PORTUGUESA. Porto: Porto Editora, 2005. Etnia: conjunto de indivíduos que, podendo pertencer a raças e a nações diferentes, estão unidos por uma cultura e, particularmente, por uma língua comuns. (Do grego *éthnos*, *raça*, *povo*)

2- ANTUNES, Manuel – **Teoria da Cultura**. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p.41.
- P.39: a origem da palavra é latina, com a mesma raiz que *cultus*, do verbo cultivar, aplicado desde logo a diferentes domínios: cultivo dos campos, literatura, amizade. O autor considera que o significado de *cultura animi* utilizado já por Cícero e Horácio, no sentido da valorização humanista, só se universaliza a partir da segunda metade do século XIX.
3 - MARX, Karl- **Contribuição para a crítica da economia política.** Lisboa: Estampa, 1977. Cit. por ANTUNES, ref 2 : com indicação de data, 1859; sem indicação de edição ou página.
4- FERNANDES, José Manuel- **Cidades e Casas da Macaronésia**. Porto: FAUP, 1996, p. 81.
- Por *cultura construída* entende-se, no âmbito do presente trabalho, todo o conjunto da intervenção humana materializada— das vias de comunicação ao *habitat*, do povoamento insipiente à cidade— ao serviço dos modos de vida próprios de uma determinada sociedade no seio de uma civilização. Traduz-se sempre na alteração da paisagem natural; passa pela utilização dos recursos disponíveis; evolui no tempo em função de factores sobretudo de carácter económico.
5- ANTUNES, ref 2, p.54: O autor refere Émile Durkheim como "*um dos representantes mais típicos*" da corrente fenomenologista- sociologista.
- ANTUNES, ref 2, p. 62: no presente contexto torna-se igualmente importante distinguir *cultura* e *civilização*: de acordo com Manuel Antunes, os conceitos de cultura e civilização andam unidos porque partem do mesmo sujeito, o homem, ser social. Referem-se também aos mesmos objectos, os quais, vistos pelo conteúdo, sâo objectos culturais; vistos pelo modo como foram realizados, são objectos civilizacionais. Cultura vai mais no sentido da "*transcendência*" e civilização no da "*imanência*".
6- ANTUNES, ref 2, p.51: a propósito do método das analogias de Oswald Spengler. Igualmente interessante a ideia de que é o "símbolo primário" que torna uma cultura absolutamente irrepetível e intransmissível; radicalmente incompreensível às outras culturas. Funciona como matriz, alma e *vínculo substancial*— identificado para Spengler com a *mónada dominante ou especial* de Leibniz.
- GOITIA, Fernando Chueca- **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 2003, p.17: No capítulo em que o autor fala dos tipos fundamentais de cidade, evoca também Spengler, na obra La Decadência de Ocidente (tradução espanhola, vol III, p.131). Destaca-se a importância que ele dá ao conceito de *Geist*, espírito, alma, para identificar a *cidade*, para a distinguir de um simples aglomerado populacional, por maior que seja. " *Subitamente, sobre a espiritualidade geral da cultura, destaca-se a alma da cidade como uma alma colectiva de nova espécie...*".
- Também aqui ressalta a ideia de organismo vivo, cujas regras de evolução escapam ao controle humano. Quer dizer, a cidade como facto cultural, acontece, não se fabrica.
7- SOARES, Maria Micaela – **A mudança na Cultura Rural Portuguesa**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1982, III Série, Nº 88, 2º tomo, p.7
8- Cultura como património: relaciona-se com os conceitos que tomam forma a partir da concepção linear do tempo: passado, presente e futuro só fazem sentido depois do século XVIII. Novas palavras como civilização, cultura (que não a dos campos), progresso, etc e a evolução dos conceitos a elas associados, levaram a que hoje se classifique os objectos de um património substancialmente alargado para além da ideia de monumento, também como "*património imaterial*" (2000). (Paulo Pereira, conferência sobre o tema "*A concepção do tempo e a ideologia do património*", Oeiras, Livraria Verney, organização da C.M.O. assinalando o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, 18 de Abril de 2007).
9- SOARES, Maria Micaela- **Saloios**. Separata do Boletim Cultural da assembleia Distrital de Lisboa. 1989-1990 I Série-Nº 91, p. 20: a autora considera apreciar no seu estudo, para além da etnografia, preferentemente estudada por outros autores, os quais se dedicaram a fixar usos, costumes, vestuário, outros aspectos da cultura saloia agrupados na epígrafe "vida espiritual", seguida de "*vida material*" e "*vida activa*". Estrutura que aqui se retoma, com ligeiras divergências, e que servirá os desenvolvimentos posteriores do tema, neste capítulo.
10- Por encomenda da Câmara Municipal de Cascais está Maria Micaela Soares a desenvolver um estudo cujos resultados poderão enriquecer o conhecimento das características saloias do interior do concelho. A autora tem recolhido, em locais como Areia e Rana, aqueles que podem ser os últimos testemunhos vivos da cultura e da linguagem saloias da região (informações do Pelouro da Cultura da C.M.C.).

11- SOARES, ref 9, p.20
12- CAETANO, Maria Teresa – **Literatura oral na Região de Colares**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993.p.169
13- HERCULANO, Alexandre- **O Pároco da Aldeia, Lendas e Narrativas II.** 2ª Ed. Sintra: Publicações Europa- América, 1987, p.144- 145: SOARES, ref 9, p.21 e 25 chama a atenção para os vários termos presentes neste discurso e ainda o hábito de praguejar: " Dianho!...Safa, alimária! Forte doido!..."
14- VASCONCELLOS, José Leite de – **Etnografia Portuguesa**. Tentame de Sistematização. Lisboa: INCM, 1980. Vol III, p.458
15- SOARES, ref 9, p.21
16- MIGUÉIS, José Rodrigues – A Escola do Paraíso. 9ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.166
17- VASCONCELLOS, ref 14, p.459
18- SOARES, ref 9, p.23
19- SOARES, ref 9, p.25
- COSTA, Maria Rosa Lila Dias- Murteira: **Uma povoação do concelho de Loures**. **Etnografia. Linguagem. Folclore**. Edição Fac-símile da edição de 1961. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1993. Trata-se de um registo exemplar de caracterização de uma população e da sua cultura, com relevo para a linguagem.
20- GARRETT, Almeida- **Romanceiro**. 2ª Edição. Lisboa: Estampa, 1988
21- SOARES, ref 9, p.33-99: o elenco apresenta-se distribuído do seguinte modo: Poesia profana; Poesia religiosa; Lendas pias; Loas para o Círio a Nossa senhora dos Remédios; Rezas; Fábulas. Histórias. Contos.
22- MARQUES, J.J. Dias- **Romances tradicionais do concelho de Loures.** In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.133-184: o autor começa por colocar a hipótese de que o conjunto dos primeiros elementos presentes no Romanceiro de Garrett tenham origem saloia, uma vez que foram recolhidos em Lisboa por uma jovem anónima colaboradora, entre 1823 e 1824, tendo como informantes "*amas-secas e lavadeiras e saloias velhas*", as quais eram criadas da casa ou vinham bater à porta todas as semanas.
23- SARAIVA, Maria Isabel- **As Cegadas no Concelho de Sintra**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.185-197
- CAMACHO, João Carlos- **Cegadas no Concelho de Cascais**. Cascais: CMC, 1997.
24- ENCARNAÇÃO, José d'- **Quando o Natal era...Natal!** Recantos de Cascais. Jornal da Região, 4 de Janeiro de 2001, p. 9: depois de confrontar em síntese o Natal que a globalização impõe e aquele que a tradição mediterrânea faz renascer sempre que ao desafio da uniformização responde a necessidade da afirmação de "*identidades, a marcar diferenças*", " *por esse país além, mormente no interior, onde se vive ainda como família*", o autor conclui que "*por Cascais, não*". No entanto, os cantares de um antigo ritual designado de "Natalendas", que se realizava nos dias festivos do Natal, Ano Novo e Reis, ainda em 1940 eram objecto de um concurso, lançado pela Junta de Turismo, organizado pela Sociedade Propaganda de Cascais e cujo registo se encontra num opúsculo publicado pela mesma época.
- ENCARNAÇÃO, José d'- **O Caminho dos Reis Magos.** Recantos de Cascais. Jornal da Região, 10 de Janeiro de 2001, p.9: Na sequência do artigo anterior o autor dedica este às quadras que eram cantadas nos Reis Grandes (vigília de 5 de Janeiro); a tradição remonta provavelmente ao século XVII; correspondem à descrição de um itinerário imaginado de uns Reis que, transportados numa "Armada Real", entrassem no Tejo em demanda de Belém, local onde depois iriam encontrar o Menino. O percurso é pontuado, sucessivamente, pelas formalidades de entrada na Baía de Cascais; pelos marcos da navegação da costa, o farol da Guia, as igrejas, conventos e fortalezas.
- SOARES, ref 7, p.93: texto completo, recolhido por Armando Leça (LEÇA, Armando- **Do Cancioneiro Músico- Estremenho**. Estremadura. Boletim da Junta de Província. II série. nº8. Lisboa: JPE, 1945, p. 155-156): A autora chama a atenção para a finalidade dos cantares, Reis, grandes e pequenos, bem como as Janeiras, expressa no final dos mesmos:
" *Seja louvado e adorado*
Nosso Senhor Jesus Cristo,
Para comer é que se fez isto."
25- MARQUES, ref 22, p. 138: " *É urgente, portanto, que, enquanto é tempo, a Tradição Oral saloia (e a de todo o país) seja explorada do modo que merece. As câmaras municipais, as juntas de freguesia, as agremiações, a imprensa local, os professores [...], todas as pessoas interessadas pela defesa do património cultural das suas terras podem e devem colaborar na recolha e publicação destes textos e destas músicas, antes que eles se percam para sempre, como se nunca tivessem existido*".
26- "*Aboiar*" é o termo utilizado para designar as falas de incitamento dos bois nas lides dos campos, sobretudo na lavra das terras. Muitas vezes correspondiam a cantares cuja toada pode ter raízes muçulmanas. (Maria Micaela Soares, conversa registada na ADL, a 26/09/07).

27- MARQUES, ref 22, p. 137-138: Um dos motivos da persistência das orações, como por exemplo o "*Padre Nosso Pequenino*", era o hábito de o balbuciarem durante a Missa quando esta era celebrada em latim e, embora houvesse missais bilingues, a maioria das pessoas, ou não os tinha, ou não sabia ler.
28- MIGUEL, Anabela S.; ROIS, Luísa M.V.-**Uma pequena Comunidade Rural Saloia-O Carvalhal**.In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p.81: a propósito dos "*bailaricos*", onde se começavam os namoros, com o assentimento dos mais velhos hoje substituídos pela discoteca.
- Cabe aqui, como devida, uma referência ao que talvez se possa considerar como a continuidade da tradição popular poética dos saloios. Toma-se como exemplo Celestino Costa, natural de Abóboda, onde nasceu em 1933 e a quem José d'Encarnação encorajou, tendo sido publicados alguns livros de poesia de sua autoria, nomeadamente:
COSTA, Celestino –**A minha terra e eu: poemas.** 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais; Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 1995.
- **Filosofia Saloia**. Cascais: Associação Cultural de Cascais; Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 1998.
29- CAETANO, ref 12, p.176
- FONTES, Joaquim- **Etnografia Saloia: Subsídios para o seu estudo**. In Boletim da Junta de Província da Estremadura, 1947, II série, Nº15, p.274-275: O autor, que era médico, apresenta algumas "receitas" que recolheu, assinalando que "*fórmulas semelhantes são usadas em vários outros pontos do país. Isto prova que o saloio não as desconhece*.": Reza para curar a *erisipela*; Reza contra o *quebranto*; Reza contra o Bicho (Zona?); Reza para tirar a lua aos meninos de mama; Reza contra a *íngua*; Trata-se de *esconjuros*, em verso, que o autor faz acompanhar com as instruções aos mesmos necessárias. Estão presentes ingredientes como a farinha, o azeite, a água, alecrim, penas de galinha e outros. O agente principal do esconjuro parece ser o sinal da cruz. Os elementos foram recolhidos em Mem Martins e S. João das Lampas.
- CAETANO, ref 12, p.180: de Colares: "*Oração para o mau olhado*"; "*Oração para tirar a Erisipela (faces vermelhas com vergões e inchadas)"; "Para tirar o Bicho ('pessonha')"; "Quebranto (mau-olhado);"Tirar os soluços"; "Curar os torcidos"*. Além das rezas, são referidos responsos a Santo António, a Santa Bárbara e Santo Onofre.
- SOARES, Maria Micaela- **Literatura Saloia**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 66-68 e 80-81: "*Oração a Sº António*"(2 versões); "*Responso a Sº António*".Ibid. p.80-81: Rezas: "*Contra o Quebranto*"; "*Para tirar o sol*"; " *Para tirar a inzipela*". São respectivamente de: Zambujeira do Mar; Fetais dos Pretos; Moledo; Fetais dos Pretos (as três rezas)
- COSTA, ref 19, p.33-36: "*Os habitantes da Murteira, quando estão doentes, raramente procuram fora do lugar o alívio para os seus males. Só recorrem ao médico, à bruxa ou à cigana quando a doença é grave e se mostra renitente a ceder aos remédios caseiros que são sempre pouco complicados: uma vassourada de arrepio, um chá, uns fumos ou umas rezas onde os Santos são invocados prara expulsarem o mal do paciente*."Os remédios, acompanhados da respectiva reza, são os seguintes: contra o "*quebrante*"; contra o "*quebranto da Lua*"; "*izípela ou inzepela ou inzeplão*" (esta idêntica à de Mem Martins); "*bicho, pessonha*" (idem).
30- SOARES, ref 9, p. 25
31- PEREIRA, Paulo- **Espírito da Terra**. 1ª Ed. Vol VII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. Colecção Lugares Mágicos de Portugal, p. 12-13: No capítulo introdutório deste volume, *Mitos da Terra*, o autor faz uma síntese das abordagens dos temas do território e da cultura popular do ponto de vista do *mistério*, com uma metodologia sobretudo fenomenológica, convocando, de forma por vezes audaciosa, os contributos de disciplinas pouco *ortodoxas*, como a *geomancia*, o *ocultismo*, a *astronomia antiga*, a *astrologia*, o *folclore*, a *mitologia*, etc. No que respeita a religião, admite que o cristianismo "*impôs-se em todo o território português, e fê-lo mediante o que considero ser a mais assombrosa e perfeita das adaptações, convertendo os rituais pagãos e adaptando as divindades de panteões indígenas ou importados, que passam a ser representados pelos santos de devoção popular, o que reforça o papel da religião cristã em vez de a enfraquecer*". Os autores cujas leituras evoca são Paul Devereux, Manuel J. Gandra e Moisés Espírito Santo, sobretudo na obra *Religião Popular Portuguesa*, de 1984. Ernesto Veiga de Oliveira é uma referência mais "*ortodoxa*".
O tema das origens pagãs e da sobrevivência de vestígios das suas práticas na etnografia portuguesa surge noutros autores, é de supor, desde que José Leite de Vasconcellos (*As Religiões da Lusitânia*) começou a identificar divindades e ritos anteriores ao cristianismo cuja continuidade era patente sobretudo em celebrações populares, religiosas ou mistas de profanas.
- VASCONCELLOS, José Leite- **Etnografia Portuguesa**. Tentame de Sistematização. 1ª Ed. Vol. VII. Lisboa: INCM, 1980, p. 61: " *Necessidade da Igreja cristianizar as Encruzilhadas*". A superstição popular em relação às encruzilhadas, consideradas locais de convocação de espíritos malignos e bruxarias, viria pelo menos do tempo dos romanos, que nelas erguiam monumentos (altares, santuários, *aedicula*) de dedicação a Mercúrio. Também ao longo dos caminhos, e igualmente dedicado aos deuses protectores, dispunham os romanos pedras em

"*montões*". A estes elementos sobrepôs o cristianismo cruzes, "*para expiação*"; e em substituição dos monumentos surgem as "alminhas".

32- MARQUES, A. H. de Oliveira- **História de Portugal.** 2ª Ed. Vol. II. Lisboa: Palas Editores, 1976., p.34-39: os aspectos culturais relacionados com a religião foram afectados pelo desenrolar dos acontecimentos que opuseram o governo ao clero regular, extinguindo as ordens religiosas e o levaram, através de uma reforma, a submeter civilmente o clero secular, que se caracterizava, ainda assim, pela decadência gradual.

33-MARQUES, ref 32, p. 221-226: apesar da influência e do poder da Igreja Católica à data da implantação da República, lenta mas seguramente reconstituídos finda a turbulência liberal, crassava no país um anti-clericalismo que se instalava no seio dos mais de noventa por cento de portugueses que se declarava católico, mesmo que não-praticante na sua maioria.

"*Contra a Igreja, o Partido Republicano organizou uma ofensiva formidável*" sob a forma de propaganda de correntes alternativas e denúncia de aspectos menos favoráveis, de ingerência da Igreja na vida pública agravada com a colagem à Monarquia e classes dominantes. Logo em 1910 foram expulsas todas as ordens religiosas, afectando-se também o clero secular, de acordo com o modelo das leis francesas de 1905. Com a separação da Igreja do Estado, este apropria-se de todos os bens daquela, incluindo igrejas e capelas, e entra em vigor um conjunto de medidas que provocam uma "*questão religiosa*", envolvendo a Santa Sé. É importante assinalar a reacção popular, porque a política anti-religiosa será sobretudo uma conquista urbana, muito de Lisboa, frente à inércia das massas rurais, economicamente subdesenvolvidas e analfabetas. Cabe aqui perguntar qual possa ter sido o resultado geral desta situação nos arredores de Lisboa, para os saloios, para além dos testemunhos pontuais.

- COSTA, ref 19, p. 61-62: "*Com a implantação da República, assistiu-se a uma série de desmandos que tiveram como principal objectivo a profanação e a destruição de templos religiosos. Tal como aconteceu a muitas igrejas da região e à própria Matriz de Loures, que viu os seus bens arrolados e ficou fechada ao culto de 1912 a 1931, a capelinha da Murteira [...] foi assaltada, saqueada e, por fim, queimada juntamente com todas as imagens dos seus santos*." Importante para a autora é assinalar que à ruína do templo correspondeu a "*ruína espiritual"* e também cívica, dos habitantes da aldeia: "*tornaram-se um povo rude e ignorante*" e chegaram ao extremo de não registar os filhos em Loures, para além de não os baptizarem. Um aspecto interessante e que diz muito sobre o carácter da gente saloia, é a boa vontade, esforço e união com que todos depois contribuíram, em 1952, para reconstruir a capela e a vida religiosa da comunidade.

34-SOARES, ref 9, p. 25-26

35- SOARES, ref 9, p. 26

36- MARQUES, ref 32, p. 225: Para o autor as "*aparições*" de 1917 na Cova da Iria surgem, possivelmente organizadas, e sem dúvida exploradas pela Igreja, como preparação para "*um ressurgimento da devoção popular*", tendo a última aparição surgido "*no momento em que os anti-clericais desencadeavam nova vaga de perseguições e castigos*".

37- ELIADE, Mircea- **O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões.** Lisboa: Edições Livros do Brasil: 2002, p. 35-42: é próprio das religiões o estabelecimento de rituais— ofertas ao deus, também na forma de sacrifícios— em que o objectivo é a comunicação com a divindade: a marcação física do espaço sagrado, onde aconteceu a *hierofania*, a arquitectura sagrada, têm em comum, nas diferentes religiões, a fixação das coordenadas onde é possível ao humano entrar de algum modo em contacto com o *Transcendente*. Diferentes formas servem para fixar o *Centro*; delimitar o espaço, muitas vezes com zonas de transição, onde o sagrado "*emerge*", distinguindo-se, de maneira radical, do *"profano"*

-PEREIRA, ref 31, p. 83-84: o autor defende a existência de uma antiga sacralização do lugar—na forma de uma capela dedicada a Santa Iria, pondo em destaque também o nome da povoação próxima— Fátima— indiciando uma possível sacralização muçulmana. Por outro lado, "*os acontecimentos obedecem como que a um arquétipo que se detecta nas aparições modernas da Virgem*": a árvore suporte da aparição é da família das *árvores sagradas*, etc.

-Tudo parece indicar que Fátima é apenas mais um santuário, surgido no decurso da história, correspondendo a novos contextos sociais e culturais, mas identificando-se no essencial com os tradicionais, que por sua vez vão caindo no esquecimento.

38- RELIGIÕES DA LUSITÂNIA – Catálogo da Exposição- Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa: MNA, 2002, p. 14: tendo como uma das referências principais José Leite de Vasconcellos, inclusivamente ao retomar o título de uma das suas obras (*Religiões da Lusitânia*), este roteiro da exposição tem algumas citações que serão daquela obra, embora não se encontrem devidamente referenciadas. A propósito das peças relativas ao deus Endovélico, cujo complexo cultual de S. Miguel da Mota (Alandroal) parece ter sido muito importante durante pelo menos os séculos I e II, dos quais se encontraram numerosos elementos, diz Leite de Vasconcellos: "*Todas as classes de pessoas concorriam ao santuário de Endovélico a levar ex-votos: ricos e pobres, nobres, plebeus e escravos*".

- ENCARNAÇÃO, José d': **Roteiro Epigráfico Romano de Cascais**. 2ª Edição. Cascais: C.M.C., 2001, p. 19-29: Itens nºs 1, 2 e 3: aras votivas romanas do século I, sendo as duas primeiras, encontradas em Manique (S. Paulo) e *villa* romana de Freiria, dedicadas a possíveis divindades indígenas (Áraco *Aranto Niceu* e *Triborunni)* e a terceira indiciando a existência de um culto organizado (possível santuário) em Talaíde.

39- ELIADE, ref 37, p. 25: "*Este termo* [hierofania] *é cómodo,* [...] *exprime apenas que algo de sagrado se nos mostra* [...]. *Poderia dizer-se que a história das religiões* [...] *é constituída por um número considerável de hierofanias* [...], *a manifestação do sagrado num objecto qualquer, uma pedra ou uma árvore*."

40- PEREIRA, ref 31, p. 84 -153: a propósito de Fátima, o autor refere a possibilidade de um "*lugar outrora marcado por cultos à deusa-mãe, entretanto islamizado e, depois, já muito tardiamente, cristianizado*". O tema das *Virgens Negras* remete para cultos antigos "*de raízes pré-históricas, à Deusa-Mãe ou Magna Mater*". De referir que o autor acredita que "*a Virgem Negra foi eventualmente substituída pela imagem da Virgem do Ó, ou da Expectação— rapidamente caída em desuso por razões de ortodoxia, já nos finais do século XV*".

- Acontece que uma das imagens mais notáveis existente na Capela de Nª Sª da Conceição da Abóboda, S. Domingos de Rana, é justamente uma Sª do Ó em calcário pintado.

41- Tal como ficou exposto em II.1.2- Delimitações geográficas: etnia e território

42- MATOS, Albano Mendes de- **Subsídios para o Estudo da Literatura Popular na Região Saloia**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1991, p. 110: "*Podemos afirmar que o culto da Virgem Maria se inscreve no culto ancestral da Mãe, como símbolo de fertilidade e elemento primordial da continuidade da espécie humana, próprio das civilizações mediterrânicas*".

43- PEREIRA, Paulo- **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal**. 1ª Ed. Vol. 4. Lisboa: Público, 2006, p. 106: "*Em geral, o círio é organizado 'à margem' da Igreja Católica, que se associa, porém, à romaria e aos festejos. Trata-se portanto de de uma iniciativa integralmente laica, de origem religiosa, bem entendido, mas em que a hierarquia católica participa em regime de associação*."

44- PEREIRA, ref 43, p. 106: como faziam parte das ofertas dos romeiros grandes velas de cera, designados círios (ou *ciro*, no falar popular de raiz medieval, de acordo com SOARES, ref 9, p.30), a palavra passou, por metonímia, a designar a própria romagem.

- SOARES, ref 9, p. 30: Grandes caixas,"*de que existem alguns exemplos decorados na igreja de Santa Quitéria de Meca e na capela de Santa Cristina (Azueira)*", destinadas ao transporte e guarda das ditas velas, chamadas justamente *Caixas dos Círios*, atestam, de acordo com a autora, a origem da designação, mesmo que se tenha depois perdido a tradição.

45- PEREIRA, ref 43, p. 106

46- HERCULANO, ref 13, p. 160: A este propósito podemos voltar às personagens do *Pároco da Aldeia*, na descrição do episódio da festa do *orago*, para a qual Manuel e Bernardina preparam indumentárias especiais: "*No princípio de Julho* [Manuel] *ajustara contas com os compradores das maquias da azenha, e recebera algumas moedas: a festa da aldeia estava próxima: Bernardina morria por tafularia: o moço moleiro também não lhe era avesso*."...

- FELGUEIRAS, Guilherme- **Ensaio para um índice - roteiro da bibliografia sobre o saloio**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 346: "*O saloio sente-se pessoalmente considerado e envaidecido quando alcança o cargo de festeiro, de juíz do 'círio', ou de mordomo*."

- FELGUEIRAS, Guilherme- **Os círios estremenhos**. In Boletim da Junta de Província da Estremadura. 1943, II Série, nº1, p.77-86. "*À frente de cada 'círio', caminha o juiz, empunhando com sobranceria o bastão e a seu lado o tesoureiro, ambos de andainas novas, todos ufanos pelo prestígio que a festança lhes empresta*."

47- *Cargo*: elemento de *oferta*, constituído por uma estrutura vertical em madeira, com um eixo, em forma piramidal, profusamente decorado com papel recortado colorido, suporte de andares de fogaças (bolo próprio para o efeito) ou iguarias diversas, rematado por uma coroa ou peça de fruta simulando uma coroa (ananás ou maçã decorada com hastes) e destinado a leilão durante a festa.

- FONTES, Joaquim- **Mem Martins. Notas Históricas e Etnográficas: A propósito da maneira de ser saloia**. In Boletim da Junta de Província da Estremadura. 1943, II série. Nº3, p. 308: os *cargos*, feitos de fogaças, "*representam vestígios de um culto pré-histórico, há muito perdido*".

- COSTA, ref 19, p. 62-72: a festa da padroeira da Murteira, Santa Petronillha, é descrita pela autora. Inclui o foguetório matinal, a Missa, a procissão e mais tarde, cavalhadas e baile. Ressalta, nos preparativos, a preocupação dos organizadores com os gastos: "*esti ano é que vamos ficar im díveda*". Mas depois das vendas de rifas que acabam por animar, "*durante a noite, a música é frequentemente interrompida para se proceder ao sorteio ou ao leilão dos cargos, dos segredos e dos açafates com fruta que também costumam oferecer*."

48- SOARES, Maria Micaela- **Os Impérios Populares**. Boletim Cultural Assembleia Distrital de Lisboa. 1982, III Série, Nº 88, I tomo, p .251-347

- PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol 6. Lisboa: Público, 2006, p.139-142: diz o autor que o culto do Espírito Santo terá sido introduzido em Portugal pelos Franciscanos *espirituais*, e sob a influência de movimentos seguidores da Doutrina das Três Idades, de Joaquim de Flora,

"*tendo depois sido objecto de particular interesse por parte da rainha Santa Isabel, mulher de D. Dinis"* Têm como precedente as festas das confrarias do Espírito Santo de Aragão (e naturalidade da rainha), bem como da Catalunha, Provença e Suiça. As celebrações tinham lugar no Pentecostes, seguindo contornos "*providencialistas e proféticos*": tinham como finalidade realizar um " *bodo ou refeição em comum que aliviasse as necessidades dos pobres e realizasse uma assembleia de carácter comunitário, que abrangesse todas as ordens da sociedade, indistintamente*."O autor assinala ainda o carácter de projecto político de um culto de âmbito nacional correspondente a um ideal praticável da "*materialização da Terceira Idade do Espírito Santo*". A liturgia correspondente inclui uma tripla coroação—uma coroa imperial e duas coroas reais. Um menino (ou, em versões mais antigas um homem do povo) coroado imperador, a quem são prestadas todas as honras é acompanhado por dois homens, um adulto e outro idoso, coroados como reis, simbolizando as *três idades* e "*a realização, aqui e já, desse império novo*".

- QUADROS, António- **Portugal- Razão e Mistério**. Lisboa: Guimarães Editores, 1986-1987. In PEREIRA, ref 31, p. 60

- CARVALHO, António Carlos- **O Triângulo Místico Português: Fátima Tomar Ladeira**. Viseu: Liber, 1980, p. 44-54: "*O Culto do Espírito Santo*"

- CORTESÃO, Jaime- **O sentido da cultura em Portugal no século XIV**. Lisboa: Seara Nova, 1956. Separata de Seara Nova, nº 1311 a 1316, 1956. Cit. por CARVALHO, ref 48, p. 52-53

- KEIL, Luís- **O Império do Penedo**. Separata da Revista *Águia*. 1917. Cit. por CARVALHO, ref 48, p. 50 (sem elementos bibliográficos completos)

- MENDANHA, Victor- **História Misteriosa de Portugal**. 6ª Edição.Lisboa: Editora Pergaminho, 2001.p.325-336: "*Fogo do Espírito Santo*".

49- PEREIRA, ref 48, p. 142: Lista das Povoações apresentada pelo autor: "*Alenquer, Sintra (no Paço Real e no Penedo), Almoçageme, São João das Lampas, Cascais, Alcabideche, Arruda dos Vinhos, Sardoal, Azinhaga do Ribatejo, Mercês, Marmelete, Barão de S. João, Aldeia Galega, Torres Vedras, Torres Novas, Atalaia, Santiago do Cacém, Paul, Monsanto da Beira, Vale de Prazeres, Alpedrinha, Benquerença, Zebreira, Fradelos, Eiras, Leiria, Porto de Mós, Óbidos, Trofa, Guimarães, Potalegre, Marvão, Nisa, Alte, Aljezur, Bordeira, Odeceixe, Bensafrim e Monchique*."

50- PEREIRA, ref 48, p.140

51- PEREIRA, ref 48, p.142: o autor não especifica a origem das informações quanto à lista apresentada e a bibliografia da entrada também não permite situá-la. No entanto, é possível que houvesse mais povoações onde se celebrava a festa do Divino: encontrava-se (2007) no pequeno museu particular de Tercena uma coroa identificada para o efeito.

-COSTA, Soledade Martinho; BARROS, Jorge- **Festas e Tradições Portuguesas**. 1ª Ed. Vol. 5. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p. 187-237: Nesta listagem incluem os autores: Penedo; Soure; Açores; Torres Novas; Tomar; Batalha.

- CHAVES, Luís- **Folclore Religioso**. 1ª Ed. Porto: Portucalense Editora, 1944: Listagem de povoações (coincidente com a de Paulo Pereira). Cit. por CARVALHO, ref 48, p. 49-50

52- PEREIRA, ref 48, p. 142

53- PEREIRA, ref 48, p. 142

- Um outro motivo que se pode apontar para o gradual e talvez definitivo desaparecimento das manifestações populares religiosas é a perda de sentido de símbolos que foram durante séculos naturalmente transportados pela tradição de geração em geração e que sobretudo a partir do início do século XX começam a ser questionados, acabando muitas vezes na estigmatização.

- SOARES, ref 9, p. 35: já em 1888, "*um diário lisboeta noticiava, em tom sarcástico, a chegada do Real Círio a Loures*". O jornalista dá conta de bandeiras e colchas às janelas; saloias de saias azuis e lenços encarnados montadas em burros indolentes; marialvas a cavalo; trens cobertos de pó e peregrinos com medalhas da Senhora ao peito.

54- "*No tempo da Edite Estrela proibiu-se, e acabaram com a morte do boi no local da festa. Era um momento ritual importante a que assisti: fazia-se na multidão um silêncio profundo..."* (Maria Micaela Soares, conversa registada na Assembleia Distrital de Lisboa, a 26/09/07).

55- COSTA, ref 51, p.192

- COSTA, ref 51, p.192: "*A celebração organizada pela Tuna Euterpe União Penedense, tinha a duração de três a cinco dias, [incluía], além da coroação do imperador, da missa e da corrida à corda com um arraial, quermesse, a actuação da banda filarmónica, a típica 'barraca das iscas à moda da terra', jogos tradicionais, bailes, sorteios, etc*."

56- COSTA, ref 51, p. 192

57- COSTA, ref 51, p. 192

58-SOARES, ref 48, p. 251- 284

59- SOARES, ref 48, p. 323- 341

60- GODINHO, Helena Campos; MACEDO, Silvana Costa; PEREIRA, Teresa Marçal- **Levantamento do Património do Concelho de Cascais. 1975- Herança do Património Arquitectónico Europeu**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município. 1990, Nº 9, p. 116 – 123.
61-ANDRADE, Ferreira de- **Monografia de Cascais**. Cascais: CMC, 1969, p. 156
- RODRIGUES, Maria João Madeira *et al.* - **Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa**. Lisboa: ADL, 1973, p. 114-120: "*Igreja e Convento de Nossa Senhora da Graça*". A descrição dos edifícios é acompanhada por um resumo do percurso dos fundadores do convento. Trata-se dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, os quais começaram por se estabelecer em 1147 em modesto cenóbio nas Olarias, estacionando por algum tempo no eremitério do Monte de S. Gens, até se estabelecerem, em 1291 no local onde vinte anos antes havia sido lançada a primeira pedra de "*um dos mais vastos e notáveis conjuntos arquitectónicos de Lisboa*". Não se encontra qualquer referência à origem da imagem de Nossa Senhora da Graça colocada num nicho envidraçado sobre a fachada.
62- ANDRADE, ref 61, p.164
63- ANDRADE, ref 61, p.165
64- DICIONÁRIO da LÍNGUA PORTUGUESA. 2006. Porto: Porto Editora, 2005: *Mezinha*: remédio caseiro.
-FONTES, ref 47, p. 274: "*Se a procissão e, principalmente, o círio são as manifestações máximas da sua* [do saloio] *religiosidade outras há mais apoucadas que vale a pena registar. Refiro-me aos esconjuros em que ideias místicas intervem, em casos de medicina popular*"
- PAIVA, Maria Cesaltina Nabais- **Loures: crenças e mezinhas. Tentativa de explicação antropológica**. In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 46-47: "*Para o saloio e para o povo em geral, existem dois tipos de doenças: as de carácter natural e as de crácter sobrenatural. Na mente do saloio, muitas das doenças do corpo são tanto internas quanto externas, tratando-se em muitos casos de entidades que habitam o corpo, daí que seja frequente afirmarem 'estar possuído de espírito (s)', pelo que estas doenças requerem um tratamento com base na magia*." A autora diz que, apesar das mudanças de estilo de vida e ambiente, a mentalidade em relação à eficácia das receitas de mezinhas se mantinha à data da pesquisa. A maior dificuldade prende-se com o desaparecimento progressivo das ervas do campo.
65- DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA 2006. Porto: Porto Editora, 2005: *Responso*: oração a determinados santos para que apareçam coisas perdidas ou não sucedam males que se receiam.
66- VASCONCELLOS, ref 31, p. 50-51
67- PAIVA, ref 64, p. 51-54: Embora se considere que algumas doenças têm origem em "*feitiços*" ou "*mau-olhado ou quebranto* ", lançados "*voluntária ou involuntariamente sobre pessoa, animal ou objecto*", não se esclarece aqui se as rezas, com o seu ritual próprio, serão ditas por alguém especialmente designado, ou por qualquer pessoa que conheça os termos da mesma.
- PAIVA, ref 64, p. 55: Quanto às figas, descritas como "*gesto mágico que se obtém com a mão fechada de maneira que o dedo polegar sobressaía d' entre o indicador e o médio*", sendo um gesto universal e antigo, "*ocupa um papel assaz importante na crendice saloia*" contra feitiços como o mau olhado.
- CAETANO, ref 12, p. 175: "*Os indivíduos para se protegerem de uma bruxa, quando passam por ela fazem uma figa (que impede o mau olhado)"* e dizem uma reza, da qual a autora apresenta 4 versões, das quais uma é idêntica a outra recolhida por Leite de Vasconcellos em Trás-os-Montes (Etnografia Portuguesa. Vol. IX, p. 24)
68- COSTA, ref 19, p. 63: O povo da Murteira considerava "*bruxas e curandêras [...] uma espécie de médico ideal, capaz de curar tanto uma doença do corpo como um mal de espírito.*"No entanto, acrescenta em nota: "*Algumas pessoas no lugar fazem distinção entre bruxa, que será a mulher que faz os males ou bruxedos, e curandeira, que por meio de benzeduras vê e cura o mal que as bruxas fizeram*."
69- SOARES, ref 9, p. 40
70- COSTA, ref 19, p.65: "*Outra crendice existente na Murteira é a dos labisongos. [...] uma das minhas informadoras, a Ilda, ainda conheceu um homem que era lobisomem. Era, segundo ela, um homem 'munto pucador' que não era 'crente qu'hovesse Deus'. Em vida, levantava-se à meia-noite 'abalava e fazia-s'im bicho;...*"
71- PAIVA, ref 64, cit.p.56. "*Virar a roupa*", à meia-noite, ao lobisomem, na sua ausência, acabava-lhe com o "*fadário*".
72- VASCONCELLOS, ref 31, p. 61
73- COSTA, ref 19, p. 66
74- COSTA, ref 19, p. 66-67
75- COSTA, ref 19, p.66: "*De 3 a 14 de Dezembro costumam os homens mais idosos e crédulos reparar no estado do tempo, pois, segundo dizem, as condições meteorológicas de cada um dos doze dias corresponderá ao estado do tempo de cada mês do ano seguinte."*
76- PAIVA, ref 64, p. 55
77- PAIVA, ref 64, p.54
78- SOARES, ref 9, p. 40

79- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL. Direcção de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores; Lisboa: UCP, 2001, p. 365-370: Visitações: "*As visitações, ou visitas pastorais, são um mecanismo de fiscalização dos bispos ao estado das paróquias sob a sua jurisdição*." Dado o seu carácter jurisdicional foram origem de conflitos, quer com leigos, quer com clérigos. As visitas pastorais foram exercidas por cabidos das dioceses, colegiadas, mosteiros e ordens militares. São consideradas fontes privilegiadas de história religiosa. Data de 516 o mais antigo decreto específico sobre visitas pastorais, culminando o seu reforço e burocratização na Idade Média. Depois de um período de decadência institucional, novo alento é dado ao tema no Concílio de Trento. "*Não são abundantes em Portugal os vestígios documentais de visitas pastorais para o período anterior à segunda metade do século XVI*". A preocupação nesta fase é sobretudo com os bens da Igreja e estado dos edifícios e só mais tarde surgirão as notificações sobre os costumes e moralidade dos paroquianos. A partir da segunda metade de quinhentos surge literatura orientadora das visitas, que se tornaram mais frequentes e regulamentadas, abrangendo muitos aspectos da vida pessoal e comunitária, até se extinguirem por volta de 1830. Do rico espólio resultante, foi entretanto perdida boa parte. O existente está, em muitos casos, por tratar devidamente.

80- SOARES, ref 9, p. 26

- CASTRO, Maria da Conceição Cyrne de- **Os Moleiros e o Preceito Dominical**. In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História, Espaço e Património Rural. Actas. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 85-90: a autora, responsável pela organização do Arquivo Histórico da Paróquia de Nª Sª da Purificação de Oeiras, descreve um pleito que opôs os moleiros daquela paróquia ao Vigário Geral e ao próprio pároco, na sequência de uma visita efectuada a 18 de Maio de 1735 pelo prior encomendado da paroquial igreja de S. Mamede de Lisboa Ocidental. Dos "*15 capítulos que deixa exarados no respectivo livro*" dois dizem respeito à fraca assistência à missa conventual e às medidas exigidas para garantir que, em cada domingo estivesse presente pelo menos uma pessoa de cada casa de um lugar designado no domingo anterior. "*Num outro capítulo trata do 'escândalo' com que, na freguesia, 'lavradores, moleiros, almocreves e mais trabalhadores' trabalhavam nos domingos e dias santos, mandando aplicar a multa de 200 reis por cada vez que o fizessem*." Fica então registada a reacção apenas dos moleiros, eventualmente mais afectados por estes rigores, porque "*tinham de satisfazer não só as necessidades locais mas também as da cidade de Lisboa, onde eram obrigados a ir 3 vezes por semana levar as suas farinhas*", dependendo de energias que não controlavam, do vento e sobretudo da água, e também por já pagarem anualmente à igreja 240 reis, valor que julgavam pagar justamente para moer alguns domingos e dias santos. Apelos feitos contra os "*meirinhos dos clérigos*" em 1736 são indeferidos, bem como os recursos que se seguem, já depois de 1747. No entanto, "*em capítulos de outras visitas, vemos que aos vendedores e taberneiros, embora com certas limitações (só depois da missa conventual para evitar que os fregueses se fossem 'meter nas ditas casas' e deixassem de ouvir missa), o trabalho era permitido naqueles dias*."

81- SOARES, ref 9, p. 26

82- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL, ref 79, p.369: "*Assinar um termo de confissão livra os acusados das despesas e inconvenientes do processo no tribunal episcopal, a troco de uma pena pecuniária. Mas os delitos mais graves e os reincidentes passam sempre por um julgamento cujas penas podem atingir o degredo ou a prisão*."

83- SOARES, ref 9, p. 26

- SOARES, ref 9, p. 27: Os leilões de cargos eram um processo comum de angariação de fundos para cobrir as despesas de festas e romarias, tão caras aos saloios. No entanto, por vezes, as licitações eram feitas dentro da própria igreja, com grande escândalo dos visitadores. Assim se expressa o de Unhos, no ano de 1781: "*vi a igreja convertida em figura de praça pública, para se rematarem umas fogaças de Nossa Senhora, andando estas à cabeça de umas mulheres que passeavam pela igreja, fazendo mesuras*"

84- HERCULANO, ref 13, p. 97

- HERCULANO, ref 13, p. 97: Encontramos ainda, em nota de rodapé, a propósito da designação *casa da brincadeira*: "*Assim se denominava, ainda há poucos anos, uma casa, na proximidade de cada uma das aldeias vizinhas de Lisboa, emprestada por algum ricaço ou alugada, onde se ajuntava, nas noites de domingo para brincar (dançar), a mocidade aldeã*."

85- SOARES, ref 9, p. 44

86- SOARES, ref 9, p.42

87- SOARES, ref 9, p.45

88- Ver Nota nº 23

89- SOARES, ref 9, p. 45

90- SOARES, ref 9, p. 46

91-DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL, ref 79, p. 67-72. "*Procissões. Uma procissão é uma forma pública, mais ou menos solene, de louvor, súplica, penitência ou agradecimento, dirigida a deus directamente através de cristo, ou indirectamente através da Virgem Maria ou dos santos*."Já no Antigo Testamento se referem procissões. Historicamente na Península, distinguem-se 3 períodos: o correspondente à

fixação do cristianismo, em torno de relíquias e ermidas dispersas, a que se seguem as pregrinações até à integração urbana das devoções. À indisciplina litúrgica de finais da Idade Média segue-se a afirmação Tridentina (Concílio de Trento, 1545-1563), com a consolidação da manifestação processional que vem até hoje. O 3º momento é situado já no mundo contemporâneo, em que, após a desaceleração liberal e republicana, as procissões tenderam para a valorização da interioridade, afastando-se também do poder civil. O II Concílio do Vaticano (1962-1965) apenas as considera, procurando actualizá-las. Sendo as procissões aproveitadas também pelo poder civil, ao qual dá visibilidade pública e social, é aqui dado especial relevo ao problema das precedências na organização dos préstitos, no que respeita às hierarquias, tanto eclesiásticas como civis, e ainda a diferenciação entre sexos e a forma como foram sendo ordenados desde a Idade Média. As ordens e proibições constantes das *Constituições* das dioceses incidem sobre o que seriam os excessos cometidos, no que respeita a: comer, beber, fazer jogos e outros divertimentos, cantar canções profanas, dançar, brigar, usar armas, durante as procissões; surgem preocupações também com o asseio e dignidade da paramentaria; com a decência de representação de santas por mulheres e apresentação de figuras lascivas nas janelas, optando-se pela proibição. Também a autoridade régia intervinha, proibindo as representações teatrais nas procissões, as quais tinham o seu momento forte durante a Semana Santa. Há também o acentuar da procissão como evento urbano, proibindo-se os percursos não-urbanos. Distinguem-se ainda diferentes *tipos* de procissões. Especial atenção é entretanto dada à Procissão de *Corpus Christi*, dita modelar de todas as outras, de carácter concelhio-religioso, atingida também pelas proibições. Nela se faziam representar as diferentes corporações de mesteres e ofícios do concelho, acabando por ter incidências na distribuição do poder local. As proibições atingiam sobretudo os elementos festivaleiros: o S. Jorge, o seu alferes, cavalo e sela; o Dragão, Serpe ou Conca, além das danças e folias variadas.

92- COSTA, Mário- **Danças e dançarinos em Lisboa**. Lisboa, 1962, p. 49-50. Cit. por SOARES, ref 9, p. 42:
Trata-se de reescrita de um texto de 1872 (GUIMARÃES, J. Ribeiro- **Sumário de Vária História**. Lisboa. Vol. IV, p.18. Não é indicada portanto a época a que corresponde o tipo de actuação referida).

- SOARES, ref 9, p. 42: "*A chacóina ou chacona das Frieleiras, dança coreada com estrépito, seria, porventura, a sobrevivência da Chacota antiga*". Vocábulos com um étimo comum, do italiano *cieconna*, de *ciego*, cego.

- *Chacóina*, dança de cegos, portanto. De assinalar o ritmo *chaconne,* que identifica, na música barroca, certos andamentos de danças.

- Uma aproximação possível poderá ser feita às populares *chácaras* ou *cantigas de cegos*? (GALHOZ, Maria Aliete- separata de Antologia da Música Regional Portuguesa I- Trás-os-Montes. In EXPOSIÇÃO - **Michel Giacometti: caminho para um museu**. **Catálogo de Exposição.** Museu da Música Casa Verdades de Faria. Cascais: C.M.C., 2004, 265 p. 80.)

93- ÁLVAREZ, Fernando Bouza (Ed.) - **Cartas para duas infantas meninas: Portugal na correspondência de D.Filipe I a suas filhas (1581-1583).** Lisboa: D. Quixote, 1999, p. 154. Cit. em DICIONÁRIO DA HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL, ref 79, p. 70

94- COSTIGAN, A. William- Cartas de Portugal, 1778-1779. Lisboa: Edições Ática. Cit. por SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; SÁ NOGUEIRA, Margarida- **Lisboa Setecentista vista por estrangeiros**. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1996, p.81: comentário com citação (sem indicação de página)

95- BECKFORD, William- **Diário de William Beckford**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957. Cit. por SANTOS, ref 94, p. 82-83: comentário com citação (sem indicação de página)

96- PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol 13. Lisboa: Público, 2006, p. 83-84

97- MIRANDA, Jorge- **A presença de Santo António no concelho de Cascais**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município. 2005, Nº13, p. 24

98-ANDRADE, ref 61. Cit. por MIRANDA, ref 97, p. 24 (sem indicação de página).

99- MIRANDA, ref 97, p. 24-27

- MIRANDA, ref 97, p.28-32: o Santo está ainda presente em Cascais no seguinte: Tutela das Quintas (exemplo da Quinta Nova de Santo António, em Carcavelos, actual dos Ingleses); Toponímia; Fortificações: Forte de Santo António da Barra, mandado construir por Filipe I; Fortes de Santo António e Santo António da Cruz (no Estoril, onde é hoje o Tamariz e onde se encontra o Chalet Barros, respectivamente). Referência especial é feita ao Regimento de Cascais, identificado em 1806 com o nº19, cujo patrono era Santo António, objecto de grande devoção e confiança dos soldados. Durante as campanhas da Guerra Peninsular (1810-1814) a sua imagem viajou à frente das hostes sobre uma burra branca, por montes e vales, de Cascais a Bordéus, incutindo coragem aos combatentes, chegando a cair nas mãos dos franceses.

100- MIRANDA, ref 97, p.27

101- MIRANDA, ref 97, p.27

102- PEREIRA, ref 31, p. 121

103- MIRANDA, ref 97, p. 24
104- PEREIRA, ref 31, p. 122-123: Além de protector dos casamentos, das moças nubentes, dos comerciantes e contra os ladrões, "*advoga nas causas relativas a objectos perdidos*", o que poderá relacionar-se com a reminiscência de um culto pagão, corrente entre os lusitanos e que atribuía poderes especiais para o mesmo efeito a uma dividade denominada *Ataecina*. O autor referencia José Anes e António Macedo como fonte desta ideia, mas não indica localização na bibliografia.O mesmo se passa com a referência a Teófilo Braga, que terá sugerido uma conotação entre os nomes: *Ataecina* e *António.* Pelos seus atributos, aproxima-se, segundo o autor, dos deuses *Hermes* e *Adónis*, não sendo "*dispicienda a aproximação do nome de António com o de Adónis, o que remete o culto antoniano para a categoria dos cultos e rituais solares*."
105- PEREIRA, ref 31, p. 124
- MIRANDA, ref 97, p.34-36: "*As fogueiras que então se faziam no espaço da festa, com tanto agrado, têm, na sua origem, a ver com ritos de purificação, estando em relação com mágicas profilácticas e também com práticas divinatórias ligadas ao casamento e à felicidade amorosa. A esta encontra-se associada a alcachofra, cujo uso está documentado num texto datado de 1729. A alcachofra era queimada ou chamuscada na fogueira e se, no dia seguinte florisse, o presságio confirmar-se-ia."*
De assinalar que em Cascais a fogueira era feita com "*ramadas de árvores e carradas de cardos secos*".
106- MIRANDA, ref 97, p.34. O autor descreve neste passo o *Santo António* da sua infância e juventude, em Cascais. Recorda o peditório feito principalmente por crianças; os manjericos; os *tronos*, peças artesanais e provisórias, de carácter marcadamente popular, remetendo também elas para os cultos "*às antigas divindades romanas tutelares de cidades e de famílias, a quem se erguiam altares*."
107- VASCONCELLOS, ref 31, p. 531
108- PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol. 14. Lisboa: Público, 2006, p. 33
109- PEREIRA, ref 108, p.29: Festas solsticiais coincidentes com 24 de Junho eram celebradas, "*entre outros, pelos primitivos arianos*". Quanto ao *Facho*, serão "*decerto sobrevivências dos fachos do Beltaine céltico ou das festas cíclicas neolíticas*", as quais se celebravam e celebram ainda na Grã- Bretanha, França e noutros países da Europa ocidental.
110- PEREIRA, ref 108, p.27
111- PEREIRA, ref 108, p.28
- De assinalar a existência e o relevo dado à fonte de S. João na Rebelva (freguesia de Carcavelos, paróquia de S. Domingos de Rana), com arranjo arquitectónico e nicho com imagem do Santo, datados de 1725.
112- PEREIRA, ref 108, p.28
113- FONTES, ref 29, p. 256
114- VARGAS, José Manuel- **As feiras saloias. Notícia histórica e proposta de reanimação**. In Etnografia da Região Saloia: A diversidade do quotidiano. Sintra, Instituto de Sintra, 1999, p. 229: "*Escassas são as notícias de feiras saloias na Idade Média. A primeira terá sido a de Torres Vedras, instituída por D. Dinis, em 1293. Depois, em 1460 surge a feira de Sintra. e só voltamos a ter documentada existência de outra feira, em 1669, com a criação da Feira do Turcifal. Será no século XVIII que aparecerá a grande maioria das feiras da região saloia.*" Isto porque o maior escoamento dos produtos dos arredores se fazia na própria cidade de Lisboa, com mercados fixos e permanentes, desde a época muçulmana. Embora muitas feiras já existissem de forma espontânea, ou esporádica, relacionadas com festas e romarias, é sobretudo no decorrer da segunda metade de setecentos que são instituídas cerca de duas dezenas de feiras, por vezes em lugares muito pouco povoados, as quais perduraram até às primeiras décadas do século XX.
115- SOARES, ref 9, p. 47-48
116- SOARES, ref 9, p.48
117- FONTES, ref 29, p. 266
- PIMENTEL, Alberto- **A Extremadura Portugueza**. 1ª Ed. Parte II Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1908, p. 131-132. In VARGAS, ref 114, p.238: "*Dois costumes populares dão carácter especial à Feira das Mercês: são as afamadas frituras de carne de porco, petisqueira tradicional por coincidir com a epoca das chacinas; e o 'muro do derrete', prática amorosa em que as gorduras suínas, antes ingeridas, se evaporam na fornalha chamejante que deus Cupido acende. O 'muro do derrete' tem de extensão uns 500 metros. Sobre elle, das duas às cinco horas da tarde, vêm sentar-se as raparigas solteiras desta e outras freguesias do concelho. Às vezes não são menos de 200. É uma exposição de noivas, um bazar mahometano de mulheres, arreadas com todo o seu melhor oiro – cordões, broches, brincos, afagadores, medalhas, pulseiras e anneis. Os rapazes também entrajados ao garrido, e encostados às escoras (varapaus) contentam-se com catrapiscar de longe as suas escolhidas, se nesse anno as começam a namorar, ou logram aproximar-se dellas e conversa-las se já no anno anterior, nesta mesma feira, se tinham declarado pelo olhar*".
118- SOARES, ref 9, p.47. Inclui citação de Ilustração Portuguesa. 1904, II série. (Sem indicação de autor ou página).

119- SOARES, ref 9, p. 48
120- FONTES, ref 29, p. 265: " *Dois costumes populares dão carácter especial à Feira das Mercês: são as afamadas frituras de carne de porco, petisqueira tradicional por coincidir com a epoca das chacinas; e o 'muro do derrete', prática amorosa em que as gorduras suínas, antes ingeridas, se evaporam na fornalha chamejante que deus Cupido acende.*
O 'muro do derrete' tem de extensão uns 500 metros. Sobre elle, das duas às cinco horas da tarde, vêm sentar-se as raparigas solteiras desta e outras freguesias do concelho. Às vezes não são menos de 200. É uma exposição de noivas, um bazar mahometano de mulheres, arreadas com todo o seu melhor oiro – cordões, broches, brincos, afagadores, medalhas, pulseiras e anneis.
Os rapazes também entrajados ao garrido, e encostados às escoras (varapaus) contentam-se com catrapiscar de longe as suas escolhidas, se nesse anno as começam a namorar, ou logram aproximar-se dellas e conversa-las se já no anno anterior, nesta mesma feira, se tinham declarado pelo olhar".
121- FONTES, ref 29, p. 265
122- VARGAS, ref 114, p. 227: o autor preconiza que a melhor forma de renovar o património cultural passa em primeiro lugar pelo seu conhecimento. No caso das feiras saloias, que perderam todo o seu carácter, a solução para a respectiva reabilitação passaria por reanimar feiras extintas e promover actividades passíveis de actualização, como é o caso da gastronomia
123- SOARES, ref 9, p.48
124 - SOARES, ref 9, p.50-51
- COSTA, ref 19, p. 28-30
125- COSTA, ref 19, p.23-24
126- COSTA, ref 19, p.12: "*São espíritos que nunca foram iluminados pela instrução ou pela fé, pois tanto a escola como aigreja existem no lugar há uns escassos dezoito anos*"
127- COSTA, ref 19, p.23-24
128- COSTA, ref 19, p.23-24: esta era provavelmente uma condição feminina partilhada pelo mundo rural de todo o país. No entanto, a Murteira situa-se somente a 12 Km da capital.
- VASCONCELLOS, ref 14, p. 430: O autor defende, contra Alberto Pimentel, que não são elementos comuns à vida agrária portuguesa que definem o saloio, ou o autonomizam. Em relação ao trabalho da mulher, diz que "*já os romanos testemunhavam a participação da mulher na vida agrária"*.
129- FONTES, ref 29, p. 270
130- RIBEIRO, Margarida- **Nota sobre a fixação de saloios em Lisboa**.Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 280
131- RIBEIRO, ref 130, p. 280: "*Cremos ser fundamental saber se a família saloia, dada a sua cultura específica, pertenceu à classe da família extensa de tipo patriarcal, de que existem vestígios no Nordeste Transmontano, ou se pertenceu à categoria da família patrilinear, fortemente unida, constituindo um sólido corpo apoiado no parentesco de cinco ou mais gerações, com base no casamento endogâmico, e frequentemente consanguíneo*".
- SOARES, ref 9, p. 50. "*Os enlaces eram, de ordinário, endogâmicos, não se desviando, portanto, dos padrões vulgares noutras comunidades campesinas e ainda hoje de algum modo vigentes em certos grupos sociais*."
132- RIBEIRO, ref 130, p. 280
133- RIBEIRO, ref 130, p. 280
134- RIBEIRO, ref 130, p. 281: a autora refere como elementos específicos da fácies saloia, o gosto pelas romarias e o teatro de improvisação popular.
135- SOTTO MAYOR, A. da Cunha- **Physiologia do saloio**. Lisboa: Livraria Central, 1858
136- SOARES, ref 9, p. 49
137- FREIRE, João Paulo – **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes.** 1ª Ed. Porto: Emp. Diário do Porto, 1948, p. 17. Cit. por SOARES, ref 9, p. 49
138- MARQUES, A. H.de Oliveira- **A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana**. 1ª Ed. Lisboa, 1974, p. 88. Cit. por SOARES, ref 9, p. 49: "*Conquanto, decorrendo os séculos, o rico-homem dum solar minhoto se fosse permeabilizando às práticas de asseio que osseus bárbaros antepassados desconheciam, da mesma forma que o rural mourisco de uma horta de Lisboa ia esquecendo os costumes higiénicos dos seus civilizados avós*"
139-FONTES, ref 29, p. 271: Na feira da Mercês, depois do petisco em família, cada membro vai juntar-se ao grupo correspondente ao respectivo sexo e idade e condição, dirigindo-se as raparigas solteiras para o *muro do derrete.*
140- FONTES, ref 29, p. 269-270
- COSTA, ref 19, p. 32: um conjunto de fotografias mostra sete "*maneiras usuais de ajeitar o lenço*"

- CHAVES, Luís - **O lenço na cabeça.** Boletim da Junta de Província da Estremadura. 1943, II série, Nº4, p. 407-413
: O autor vai encontrar a origem do lenço no final da evolução da ponta de manto (de origem greco-romana) que, colocado na cabeça, em forma de capuz, se automomiza, dando lugar à carapuça e ao barrete.
141- MESQUITA, Alfredo- **Os Saloios**. Illustração Portuguesa. 9 de Julho de 1906, II série, p. 630-635. Cit. por SOARES, ref 9, p. 65
142- SOARES, ref 9, p. 54
143- SOARES, ref 9, p. 61-63
144- SOARES, ref 9, p. 63
145- SOARES, ref 9, p. 54-66
146- FONTES, ref 29, p. 269: o autor refere que na época, já só o usavam alguns velhos com matacões.
147- SOARES, Maria Micaela.op.cit.p.60
148- SOARES, re 9, p. 60
149- FONTES, ref 29, p. 269
150- COSTA, ref 19, p. 43
151- COSTA, ref 19, p. 41
152- VASCONCELLOS, ref 31, p. 364: reconhece-se na receita de "*filhós*" apresentada pelo autor a base da maior parte das receitas das que se fazem pelo país. "*Comem-se frias ou quentes e usam-se principalmente na véspera de Natal*".
- COSTA, ref 19, p. 58: pelo *Entrudo* na Murteira também se fazem as filhós—para oferecer.
- COSTA, ref 19, p.46: pelo Ano Bom há também "*brôa casêra*" além de "*fulhoses*" e "*roz doce*".
- Os doces próprios de algumas zonas, famosos como as queijadas de Sintra, não são aqui elencados, visto não figurarem nas dietas populares compulsadas, nem na iconografia cultual religiosa. Porque se trata de bolos fabricados para venda e que não fazem parte da dieta saloia comum?
153- COSTA, ref 19, p. 44
154- RIBEIRO, Orlando - **Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico**. 7ª Ed. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1998, p. 59
155- SILVA, Margarida Sousa e; COUTINHO, Maria Teresa- **Subsídios para o levantamento das estruturas ligadas ao fabrico do pão**. In Um Olhar sobre Cascais através do seu Património. Cascais: C.M.C; Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1989, Volume I, p. 123
156- COSTA, ref 19, p.106
157- COSTA, ref 19, p.106: "*Os fornos são habitualmente construídos nas cozinhas; todavia, visitei uma habitação em que o forno foi construído numa casa separada, de modo a que pudesse ser utilizado pelo proprietário e pelos seus 'rendêros. "*'
158- MACHADO, Joé Júlio- **Literatura Oral de Armés (Sintra)**. Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.165
- SOARES, Maria Micaela- ref 7, p.128: a autora trancreve duas quadras, de Cadafais e de Penafiel, em que sapateiros e alfaiates são apelidados de ladrões; uma outra, de Coruche, idêntica à apresentada, termina com o verso: "*Quando chega treme o chão*". (O que põe também em destaque a situação social do *lavrador* face às profissões).
159- SOARES, ref 9, p. 66
160- Ver Nota nº 80
161- SOARES, ref 9, p. 67
162- VASCONCELOS, Luís Mendes- **Do Sítio de Lisboa: Diálogos**. José da Felicidade Alves, org. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. A edição referida por Maria Micaela Soares é a 2ª edição, de 1736, assinalando a autora em nota que a 1ª edição é de 1608. O livro foi composto com o objectivo de enaltecer as qualidades da cidade de Lisboa aos olhos do monarca espanhol reinante também em Portugal, com a finalidade de o mesmo considerar transformá-la na cidade capital do seu império. Objectivo idêntico é prossegido por OLIVEIRA, Frey Nicolao de- **Livro das Grandezas de Lisboa**. Lisboa: Na Impressão Régia, 1804, onde o autor, dirigindo-se a D. Pedro de Alcaçova, começa por assinalar a necessidade que teve de explicar a naturais de Sevilha o quanto Lisboa, cidade deles desconhecida, era superior à mesma, e digna, com os seus férteis arredores, de ser a capital do reino.
- Encarnação, José d'- **Sadia a terra, inspirada a evocação...** Recantos de Cascais. Jornal da Região, 22 de Janeiro de 2003, p.5: O autor refere que a publicação do livro de Frei Nicolau de Oliveira será de 1620, integrando-se "*no conjunto de livros que, mormente no primeiro quartel do século XVII, se dão à estampa entre nós com uma finalidade precisa: a de enaltecer de tal modo a cidade de Lisboa que el-rei Filipe IV (III de Portugal) ficasse suficientemente motivado a mudar para a foz do Tejo a capital da Península*".
163- **Relação em que se trata e faz uma breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa e seus arrabaldes...** Lisboa: 1625. Cit. por SOARES, ref 9, p.67

- BRANDÃO, João (De Buarcos) - **Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, 2ª metade do século XVI (Estatística de 1552).** Anselmo Braamcamp Freire, ed. Lisboa: Livraria Ferin, 1923. Cit. por SOARES, ref 9, p.67

164- SOARES, ref 9, p.15: referindo o território de Loures, e localidades que faziam parte do Termo de Lisboa, "*como algumas freguesias até há pouco rurais e que hoje pertencem ao aro citadino: Ameixoeira, Benfica (de que fazia parte a Porcalhota, actual Amadora), Carnide, Charneca, Lumiar, Olivais*."

165- MIGUÉIS, ref 16, p.171-172: " *[...] a mãe manda agora o Gabriel com o saco de rede à horta da Serafina para comprar as verduras. Não custa nada, dá-se avolta à esquina, é um pulo ao Monte, depois desce-se a Calçada a correr. Já está tudo encomendado da varanda da cozinha*."

166- SOARES, ref 9, p. 68

167- GASPAR, Jorge- **Território dos Saloios**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 14: enquanto "*às portas de Lisboa um número elevado de famílias continua a cozer o seu pão e em muitos casos a produzir o trigo, trigo que é moído numa ou noutra aldeia em moinhos de vento; isto quando em recônditas povoações do interior (meridional, central ou setentrional) já se perderam essas práticas*."

168- BRITO, Nogueira de- Os Saloios. **Raça tradicionalista e trabalhadora.** Boletim da Junta de Província da Estremadura. 1943, Série II, Nº3, p. 313-317

169- PEREIRA, Ana Ramos- **Traços Gerais da Geografia Física do Concelho de Oeiras.** In 1º Ciclo de estudos oeirenses: Oeiras- A terra e os Homens. Oeiras: C. M. O., 1997. p. 23

- CARDOSO, João Luís- **Do Paleolítico Inferior à Idade do ferro no concelho de Oeiras: Percursos da presença humana**. In 1º Ciclo de estudos oeirenses: Oeiras- A Terra e os Homens. Oeiras: C. M. O., 1997, p. 33

- ENCARNAÇÃO, José d'- **História e Geografia de Cascais**. 2ª Edição. Cascais: Edição do Autor, 1976, p. 9

170- COSTA, ref 19, p. 77-81: *Feno* é o termo para designar as gramíneas que se cultivam para alimentar o gado. A autora aponta também o cultivo da fava fora das hortas, por não requerer grandes cuidados e ser rentável.

- CABRAL, João Pedro- **Algumas notas sobre a vivência rural do concelho de Cascais**. In Um Olhar sobre Cascais através do seu Património. Cascais: C.M.C., 1989, Vol. I, p.133: referindo a exploração do Casal do Clérigo pela família Canas, originária de Porto Salvo, o autor diz que as culturas, já abandonadas na época, eram "*na sua maioria trigo, existindo a cultura do milho, fava, grão branco e preto, tremoço, etc*". O feno era cultivado alternando com o trigo no pousio anual.

171- SOARES, ref 9, p. 75

172- SOARES, ref 9, p.75: "*Na praça quinhentista da Ribeira de Lisboa, onde tudo se vendia, o poeta da Relação anónima reparou que nas cabanas das fruteiras, 'Mil milhares de maçãs/ Aqui vendem colarejas/ A rubicunda chainha/ Pêro de rei, camoesas/ Laranjas, limas, limões/ As mais das limas azedas/ No tempo, muitos melões/ [...]"*

173- FABIÃO, Carlos- **O Passado Proto-Histórico e Romano**. In História de Portugal. Direcção de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. Volume I, p.102-104: A região correspondente à Estremadura portuguesa, na época designada *Bronze Final* (primeiro milénio a.C.), parece ter assumido especial importância pela sua privilegiada localização geográfica, caracterizando-se por uma grande riqueza e variedade na sua cultura material, como pólo de articulação entre a zona de influência atlântica e as regiões da periferia mediterrânica. O sítio da Tapada da Ajuda forneceu testemunhos arqueológicos nos quais se inclui um numeroso conjunto de pequenas lascas de sílex de bordo serrilhado, utilizadas como elementos de foice. Acresce que o único molde de de fundição para foices encontrado no território nacional proveio do Casal de Rocanes no Cacém, o que atesta a importância da actividade agrícola na região.

- CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d'- **Um casal medieval em Miroiços (Malveira da Serra, Alcabideche, Cascais).** Al-madan. Centro de Arqueologia de Almada. Outubro de 1996, II série, Nº5, p. 198: de entre os vestígios materiais encontrados no casal medieval de Miroiços, avultam as alfaias agrícolas em ferro, um espigão de ferro para encaixe em grade de lavoura e uma lâmina da pá, com alvado, duma aguilhada.

- CARDOSO, Guilherme *et al*.- **Sondagens de emergência no sítio de Vilares (Cascais).** In EXPOSIÇÃO DE ARQUEOLOGIA. Concelhos: Cadaval, Cascais e Torres Vedras. Lisboa. 2002, p.3-7: do período islâmico foram descobertas alfaias agrícolas em ferro, relha de arado, raspadeira de aguilhada e dois martelos.

174- SOARES, ref 9, p. 71

175- COSTA, ref 19, p. 81-85

176- SOARES, ref 9, p. 71

177- COSTA, ref 19, p. 89-92 e figuras nºs 47-52.

- SOARES, ref 9, p. 72: "*Poderosos e indispensáveis auxiliares deste tipo de agricultura eram os engenhos para elevação da água— o poço, a picota, que também é designada por cegonha, engenho ou cambão e a nora*".

178- SOARES, ref 9, p. 73

179- SOARES, ref 9, p.77

180- VASCONCELOS, ref 162, p.119
181- EXPOSIÇÃO- Carcavelos, a vinha e o vinho. Colecção Almarjão.Cascais: C.M.C., 2005, p.13: "*Porém, devido à fraca fiscalização proliferaram os vinhos falsificados*". Reporta-se esta situação a 1931, quando já se havia formado a "*Comissão de Viticultura de Carcavelos*".
- CAETANO, Maria Teresa – **Colares**. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2000.p.146: de entre os factores de declínio do vinho *Colares*, contam-se "*as sistemáticas adulterações causadas pela introdução de castas alheias ao 'ramisco'*". No entanto, já haviam sido as falsificações invocadas para a necessidade da criação de sistemas de protecção e garantia das características próprias do vinho. Neste caso, é em 1908, por Carta de Lei que é determinada a origem do *Colares*.
182- EXPOSIÇÃO, ref 181, 2005.p. 13
- CAETANO, ref 181, p.146: É indicada a data de 1865, a partir da qual a região de Lisboa é devastada pelo surto de filoxera.
183- CAETANO, ref 181, p.144-146: Face a vários factores, também de ordem económica, aliados à impreparação associativa, às falsificações e à pressão urbanística, a Adega Regional de Colares, criada em 1931, "*foi incapaz de reverter o processo depredativo do Vinho de Colares*".
184- EXPOSIÇÃO, ref 181, p. 7: A Carta de Lei de 18 de Setembro de 1908 estabelece a demarcação da região do Vinho *Carcavelos*. Diplomas posteriores introduziram alterações, mas o Decreto- Lei nº 212/2004 de 23 de Agosto, revogando o diploma nº246/94, adequa o estatuto da Região Vinícola de Carcavelos à regulamentação da União Europeia.
185- EXPOSIÇÃO, ref 181, p.10
186- EXPOSIÇÃO, ref 181, p.16: Documentado para os anos vinte do século XIX.
187- EXPOSIÇÃO, ref 181, p.17: A Quinta do Barão foi vendida na década de quarenta do século XX a Raul Ferreira que adquiriu também as Quintas Das Palmeiras, da Serra e do Marquês, para rentabilizar a produção.
- Ibid.p.14: Uma notícia de "*Arrematação*" do Diário Illustrado de 1885 sugere a eventualidade de as *Quintas da Alagoa* e *Ranna* pertencerem a um mesmo proprietário.
- MIRANDA, Jorge; CARDOSO, Guilherme; TEIXEIRA, Carlos A. – **Registo fotográfico de Carcavelos e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos**. 2ª Ed. Cascais: C.M.C., 1988, p. 83-130
188- A área preferencial de cultivo da vinha, sobretudo a do vinho de Carcavelos, embora incluindo a freguesia de S. Domingos de Rana, situava-se na zona mais a sul, começando a rarear para o interior. Hoje é difícil, face à ausência de registos (acessíveis, quando existam) e porque a cartografia não assinala áreas de vinha para além do paralelo da Torre da Aguilha, dizer qual era a incidência do cultivo da vinha no interior. Não existem estruturas que indiquem volume de produção, ou estão por estudar. Há alguns indícios na toponímica— Bacelo Grande, Além das Vinhas— mas pode acontecer que se tratasse de pequenas áreas, cuja produção era depois recolhida pelas grandes quintas, como a do Barão, ou Bela Vista. De assinalar, por exemplo, que a Quinta da Encosta, a poente de Sassoeiros, não seria produtora de vinho tão importante como a da Bela Vista, a nascente da mesma localidade, numa área onde ainda hoje existem vinhedos para produção de vinho de Carcavelos, propriedade do convento beneditino de Stª Maria do Mar. A tradição atribui à Quinta da Torre da Aguilha a maior produção local de trigo, de onde lhe derivaria o nome; junto à Quinta dos Gafanhotos, pode ter havido a terra de vinha de onde derivam os topónimos, mas o mais provável era a incidência da economia centrar-se nos cereais. Na freguesia, junto à Ribeira da Laje, para norte, no vale, existem mais algumas quintas e casais, mas a policultura seria a base da produção. De assinalar que Trajouce é o centro de uma vasta região de *grandes lavradores*, sendo alguns donos de *casais*, como o do Patacão, ou famílias urbanizadas, como os *Bento Pedroso,* e a cultura do trigo era a fonte da principal riqueza. Informações principalmente colhidas localmente, fazem parte de uma história por completar, com os documentos e testemunhos que começam a rarear. (Ver Anexos: Entrevista Sr. Caracol)
189- EXPOSIÇÃO, ref 181, p.15
190- SOARES, ref 9, p.73
191- FELGUEIRAS, Guilherme – **Lisboa dos Líricos Pregões**. Boletim da Junta de Província da Estremadura. Julho, Agosto e Setembro de 1943, Série II, Nº3, p. 282-283: o autor refere ainda, entre as cenas passadas, "*A voz clara das saloias, com seus carapuços de veludo escuro, montadas em burricos e apregoando o pão de meleças, a manteiga crua, o queijinho fresco de ovelha, o leite, as natas, os requeijões...as queijadas*". A propósito da liberalidade com que os animais eram admitidos a circular na cidade, é de assinalar a descrição que o autor faz dos "*bandos movediços de perus*" que pelo Natal saloios exuberantes de Mafra e da Malveira conduziam pelas ruas.
192- SOARES, ref 9, p. 79
193- MARQUES, ref 32, p.89-90. In SOARES, Maria Micaela.op.cit.p.79
194- SOARES, ref 9, p. 79
195- SOARES, ref 9, p. 80
196- FONTES, ref 29, p. 252
197- SOARES, ref 9, p.81

- SOARES, ref 9, p. 82-85: a autora faz a descrição da lavagem da roupa, com a *barrela* e todo o processo até à entrega.
- COSTA, ref 19, p. 101-104: descrição do processo de lavagem das lavadeiras da Murteira, em número de 33, que trabalhavam para Lisboa, em finais de 1950.
198- SABIDO, José Luís Tomé-**Tires quando eu era pequenino**. Cascais: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana; Cascais: Associação Cultural de Cascais, 2005, p. 33-34
199-Ver Anexos: Entrevistas Sr Caracol e Sr Madureira
200- CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d' – **Certezas e Incertezas no estudo da Villa Romana de Freiria**. In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município. 1992, nº10, p.15-26: para além da identificação inequívoca de uma das estruturas como lagar de azeite, os autores sugerem que a identificação, por Cardim Ribeiro, de numerosos pesos de sarilho, confundidos durante muito tempo com secções de colunas (S. Miguel de Odrinhas, Sintra), alarga substancialmente a área presumível de olival e a produção de azeite, cuja tradição se encontra documentada ainda na Idade Média, apontando para a existência de olivais nas terras da Abóboda.
Também o celeiro, pelo seu tamanho, constitui prova de farta actividade agrícola, centrada nas culturas cerealíferas".
De assinalar, igualmente, os vestígios de lagar para a produção de vinho.
201- COSTA, ref 19, p.107-110: O moinho ainda funcionava em pleno em 1957, constituindo um factor económico importante da economia um tanto fechada da aldeia.
202- EXPOSIÇÃO- Patrimónios de Cascais. Cascais: C.M.C., 2003, p. 110: "As azenhas funcionavam em complemento com os moinhos de vento". Para 21 azenhas existiam no concelho de Cascais 32 moinhos de vento de város tipos catalogados até 1998.
203- FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro de- **História de Oeiras: Uma Monografia (1147-2003).** Lisboa: Roma Editora; Oeiras: CMO, 2003, p.137-138: analisando os proventos do arrendamento de moinhos e azenhas na primeira metade do século XVIII em Oeiras, o autor chega à conclusão que "*valia bem a pena possuir um moinho ou uma azenha em boa actividade para dar de arrendamento*"
204- SILVA, ref 155, p.116:"*Desconhece-se ao certo qual a origem dos moinhos de vento, mas pensa-se que terão aparecido no Próximo Oriente Mediterrâneo, difundindo-se posteriormente para a Pérsia e Europa*"
205- MATA, María Jesús Rubiera- **Ibn Muqãna de Alcabideche**. 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1996, p. 28-29
206- VASCONCELLOS, José Leite de- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização.** 1ª Ed. Volume VI. Lisboa: INCM, p.8: "*A diferença que vai de atafona para moinho e azenha: atafona é um engenho simples, montado dentro de um casebre e movido por tracção animal, como se usa para tirar água das noras nas hortas*".
- EXPOSIÇÃO**-** Desenho Etnográfico de Fernando Galhano, I-Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica- Centro de Estudos de Etnologia, 1985: Catálogo de exposição, sem numeração de páginas, mas incluindo desenhos explicativos de sistemas de moagem, nomeadamente as *atafonas.*
207- EXPOSIÇÃO, ref 206
208- SILVA, ref 155, p. 116
209- COSTA, ref 19, p. 107
210- SILVA, ref 155, p. 116: Classificação sucinta dos moinhos de vento existentes em Portugal: "*Fixos de Torre*" (rotação do tejadilho); "*Giratórios*" (rotação de todo o edifício); Moinhos de vento de "*Armação*".
211- SILVA, ref 155, p. 107-109
212- EXPOSIÇÃO, ref 202, p. 110
- VASCONCELLOS, ref 31, p. 18-24: o autor descreve em pormenor e com desenhos exemplificativos, as azenhas, seus componentes, tipos e funcionamento.
213- SOARES, ref 9, p. 77-79: A autora refere a pequena indústria tradicional: "*a cerâmica, a cestaria, a produção de telha, tijolo, adobe e cal, ofícios de carácter artesanal e familiar, cujas técnicas eram aprendidas por tradição*."
- Dá-se aqui destaque, na senda de Maria Micaela Soares, às actividades que revestiam um carácter de pequena indústria, com algum peso na economia da região. No entanto, mais ou menos disseminadas, estavam sempre presentes profissões ligadas ao trabalho agrícola, como o de ferrador, ferreiro, tanoeiro e carpintaria em geral, bem como sapateiros, alfaiates, etc.
214- EXPOSIÇÃO, ref 202, p.114
- CALLIXTO, Carlos Pereira- **Fortificações marítimas do concelho de Oeiras**. Reedição. Oeiras: CMO, 1998, p.13: a maior parte das fortificações que viriam a constituir a *Linha Fortificada de Defesa da Barra do Tejo*, distribuídas pela Praça de Guerra de Cascais, Praça de Guerra de S. Julião da Barra, Praça de Guerra da Cidade de Lisboa ou da Corte, foram construídas durante, ou logo após a Restauração.
215- EXPOSIÇÃO, ref 202, p. 114

216- SOARES, ref 9, p. 78: "*Para que o calor se mantivesse uniforme durante o tempo conveniente, laborava em permanência, sob a vigilância do mestre forneiro. Após a cozedura, dsenfornava-se e as mulheres iam vender as 'pedras de cal' pelas ruas dos lugares*"
217- XAVIER, Isabel Maria Mendes; Lopes, José Valente- **Cantaria grossa ornamentada na sub-área saloia da região de mármores de Montelavar-Pero Pinheiro (concelho de Sintra)**. In Etnografia da Região Saloia: A diversidade do quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p.194
218- SOARES, ref 9, p.78
219- SABIDO, ref 198, p. 10-14
220- XAVIER, ref 217, p. 195
- SABIDO, ref 198, p. 9-10: "*As pedreiras de Caxias, exploradas na altura por industriais italianos ('A Italiana') foram as principais fornecedoras do lancil e das guardas existentes ao longo da Avenida Marginal*"
221- ANDRADE, ref 61, p. 272
222- ENCARNAÇÃO, ref 37
223- SABIDO, ref 219, p.15-16
- SABIDO, ref 198, p.19
224- BRITO, Raquel Soeiro de- **Lisboa: Esboço Geográfico**. In Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. 1976, III série, nº 82, p. 168-169. Cit. por SOARES, ref 9, p. 79
225- MARQUES, ref 32, p. 84-116.
226- MÓNICA, Maria Filomena- **Artesãos e Operários**. 1ª Ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, p. 9
227- MÓNICA, ref 226, p. 9-11
228- SABIDO, ref 198, p.15: " *Esquecido e quase abandonado pelas autoridades competentes, o lugar foi, durante muito tempo, uma povoação entregue a si mesma*."
229- TEIXEIRA, Carlos A. Teixeira; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- **Registo fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos**. 1ª Ed. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2003, p. 31: "*Assim, encontramos referência ao centro federal dos canteiros e cabouqueiros de Tires, que se integrava na Federação das Associações de Classe de Lisboa e que, em 1894, contribuía para a criação da Confederação Nacional das Associações de Classe*."
- Este é um tema de interesse, por explorar, com poucos registos e os testemunhos pessoais a desaparecerem, cujo esclarecimento implicaria alguma atenção e estudo especializado.
230- MARQUES, ref 32, p. 195: "*As grandes concentrações industriais localizavam-se na área do Porto, Douro Litoral e Minho, na margem sul do Tejo e em alguns pontos isolados do País, como por exemplo em Maceira (rio Lis) Três nomes de grandes industriais ficaram associados a essas áreas, [...], Alfredo da Silva a partir de 1906, iniciando o grande conjunto do Barreiro em 1908 (indústrias químicas)"*
231**- Fábrica da Pólvora de Barcarena. Museu da Pólvora Negra**. Oeiras: C.M.O.: " *D. João II (1481-1495) instituiu umas ferrarias para o fabrico exclusivo de armas, em Barcarena, denominadas Ferrarias d'el-rei que se revestiam de enorme significado e terão laborado até ao final do século XVII*". Mais tarde D. Manuel, por alvará de 1517 "*ordena seja dado andamemto à empreitada da Casa de Armaria de Barcarena, para a qual terá mandado vir hábeis ferreiros e metalúrgicos*". O estabelecimento da fábrica de pólvora no mesmo local data de 1618/19, na época de Filipe II, sob projecto de Leonardo Turriano, engenheiro-mor do reino. Em 1879 dispõe de oficinas a vapor e só em 1988 encerra definitivamente, depois de um longo período ao serviço do Estado.
232**-** GOES, Maria das Dores Jorge de- **A Real Fábrica de Lanifícios de Cascais. VI centenário da vila de Cascais**. Cascais: CMC, 1964, p. 11
- A fábrica foi fundada por Francisco Maihol, cidadão de origem francesa, que terá vindo para Portugal na leva de artífices especializados que o Marquês de Pombal atraiu ao país. Tendo trabalhado inicialmente na Covilhã, resolve utilizar as inovações que traz e as suas capacidades profissionais na criação de uma unidade de raiz, que pretende montar em Barcarena. Obtidas as autorizações em 1773, não tendo conseguido reunir as condições necessárias em Barcarena, acaba por optar por Cascais, onde as instalações da fábrica vão ocupar uma propriedade agrícola, a Horta de Santa Clara, junto à Ribeira das Vinhas. Tendo como sócio Manuel Pereira Guimarães, apesar da aparente justeza dos investimentos e da reconhecida qualidade dos lanifícios produzidos, logo no final do primeiro ano de laboração declara-se uma situação financeira difícil, tornando-se necessário recorrer o empréstimo do Estado. Empregando mais de 300 pessoas e incluindo uma Escola de Fiação, nunca a fábrica atingiu uma situação de equlíbrio financeiro. De tal forma que, na sequência das invasões francesas, a fábrica fecha em 1809, para voltar a laborar, mas de forma muito deficiente e deficitária até 1827, gerida pelos irmãos Nunes Vizeu, após a morte de Manuel Pereira Guimarães.
233- GASPAR, Ana Teixeira- **A Greve dos Tecelões de Oeiras. 1871**. Oeiras: CMO, 199, p. 15
- A Fábrica de Lanifícios José Diogo da Silva, situada em Oeiras, no Areeiro, foi fundada em 1864 e empregava 450 operários. O tema da monografia é a greve levada a cabo pelos tecelões da fábrica, em 1871, quando o

patrão resolveu baixar o valor dos salários com o pretexto de reequilibrar as contas, já que a situação comercial era difícil. A greve durou um mês e seis dias, provocando a paralização da fábrica. A greve, já organizada e com repercussões no mundo laboral português, inseria-se num movimento mais abrangente, pois se faziam sentir "os *ecos da emergente internacional socialista, da experiência da Comuna de Paris e das lutas operárias e a radicação de uma consciência de classe*", sob os auspícios de José Fontana e do grupo Geração de Setenta, liderado por Antero de Quental.
234- TEIXEIRA, ref 229, p. 234-235
235- TEIXEIRA, ref 229, p. 242-249
236- RIBEIRO, Aquilino – **Oeiras**. 3ª Edição. Queluz: Câmara Municipal de Oeiras, 1993, p. 35-36: "*Graças a ele*, [Marquês de Pombal] *ufana-se Oeiras de ter sido a primeira terra em Portugal e, dizem os patriotas de acrisolado orgulho, porventura na Europa, em que se efectuou uma exposição agrícola e industrial*." Concebida, segundo o autor, para proporcionar mais uma diversão para "*el-rei e a corte*" convidados do Marquês durante o Verão de 1770, mas também para mostrar os progressos da nação sob os seus auspícios. A feira saldou-se num êxito. "*Estava feita a prova dos esforços do ministro no sentido de criar em Portugal indústria própria, montando fábricas, reformando fábricas antigas, mandando vir do estrangeiro técnicos e mestres adequados, erguendo em favor do produto indígena uma razoável barreira pautal*."
237- GASPAR, ref 233, p. 7
238- FERNANDES, António *et al.* - **A Geografia de Oeiras. Atlas Municipal. O registo do fim do século**. Oeiras: C.M.O., 1997, p.24
239- EXPOSIÇÃO Patrimónios de Cascais. Cascais: CMC, 2003.p.107
240- Ibid.p.107: Destaca-se, de entre outras actividades referidas, a que diz respeito ao aproveitamento de águas minerais: a fábrica de Água de Vale de Cavalos, fundada em 1899 e a de Águas de S. José, na Parede, a partir de 1940.
241- SABIDO, ref 198
242- GASPAR, ref 233, p. 45
243- GASPAR, ref 233, p.7
244- GASPAR, ref 233, p.7-8
245- FERREIRA, Vitor Matias- **Uma Nova Ordem Urbana para a Capital do Império- a "modernidade" da urbanização e o "autoritarismo" do Plano Director de Lisboa, 1938-1948**. In O Estado Novo. Das origens ao fim da Autarcia. 1926-1959. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987,vol.II, p.371: O autor considera que o parque de Monsanto e o Plano de Urbanização da Costa do Sol "*sublinham exactamente aquele vector de expansão para ocidente do ordenamento do espaço polarizado pela capital do império*", quando a expansão de Lisboa se tinha sobretudo desenvolvido no sentido sul-norte, com a insistência da Câmara numa estrutura urbana baseada no prolongamento da Avenida da Liberdade.
- GONÇALVES, Fernando- **Urbanística à Duarte Pacheco**. In Revista Arquitectura. 1981, IIIsérie, Nº 142, p.20-37
246-GONÇALVES, ref 245, p. 28-29: Correspondendo ao acentuado aumento populacional a partir de 1930 na área geográfica sul da Península de Lisboa e com a intenção de regular o crescimento urbano, apontando para a criação de uma zona de eleição, do ponto de vista social e paisagístico, é criada a designação *Costa do Sol* (Lei nº1909 de 22 de Maio de 1935) e promovida a execução de um plano de urbanização sem precedentes no país, o Plano de Urbanização da Costa do Sol— P.U.C.S. (aprovado pelo Decreto-lei nº 37254 de 28 de Dezembro de 1948)
247- GONÇALVES, ref 245, p. 28
248- Ver Nota Nº 4
249- DERRUAU, Max- **Geografia Humana**.1ª Ed. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 479. Cit. por SOARES, ref 7, p.13
250- Outras monografias de interesse, também consultadas:
-SOARES, Maria Micaela- **Saloios da Granja de Alpriate**. Separata de Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993.
- MIGUEL, ref 28
251- COSTA, ref 19, p. 10
252- COSTA, ref 19, p.17
253- Associação dos Arquitectos Portugueses (Ed.)- **Arquitectura Popular em Portugal.** 2ª Edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 435
254- COSTA, ref 19, p. 17
255- COSTA, ref 19, p.17
256- COSTA, ref 19, p.18
257- COSTA, ref 19, p.18
258- COSTA, ref 19, p.18

259- COSTA, ref 19, p.19
260- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – **Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 45-47
261- COSTA, ref 19, p. 19
262- COSTA, ref 19, p.19
263- COSTA, ref 19, p.19
264- COSTA, ref 19, p.18
265- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro- **Povoamento e Arquitectura Popular na Freguesia de Cascais**. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004, p. 21-22: o revestimento do pavimento térreo mais comum era a terra batida e "*a forrá-la colocavam-se juncos no chão, costume arcaico, que levou ao dito popular 'encontra-se juncado de...*'".
- CARDOSO, ref 265, p.25: "*A pedra para construção era de feição irregular, enquanto a aparelhada se utilizava nas cantarias que bordejavam portas, janelas e chão dos pisos térros*". O pavimento lajeado surge em paralelo com o de terra batida.
- CARDOSO, ref 265, p.11: Os testemunhos arqueológicos apontam igualmente para a existência de pavimentos em lajes de pedra: Povoado Calcolítico de Parede; Freiria, Idade do Ferro, estruturas habitacionais com pisos em terra batida ou lajeados.
266- COSTA, ref 19, p.19
267- COSTA, ref 19, p.20
268- COSTA, ref 19, p.20
269- COSTA, ref 19, p.20
270- FONTES, ref 29, p. 258
271- FONTES, ref 29, p.258
272- FONTES, ref 29, p.261
273- FONTES, ref 29, p.262
274- HERCULANO, ref 13, p.150
275- HERCULANO, ref 13, p.150
276- FONTES, ref 29, p. 256
277- FONTES, ref 29, p. 257
278- COSTA, ref 19, p. 22
279- COSTA, ref 19, p. 21
280- COSTA, ref 19, p. 21
- FONTES, ref 29, p. 257
281- FONTES, ref 29, p. 261
282- COSTA, ref 19, p. 21
283- COSTA, ref 19, p.22
284- COSTA, ref 19, p.23

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Fernando Bouza, Ed- **Cartas para duas infantas meninas: Portugal na correspondência de D.Filipe I a suas filhas (1581-1583)**. Lisboa: D. Quixote, 1999, 222 p. (Colecção [Anais]) ISBN 972-20-1529-X COTA L. 60919 V.

ANDRADE, Ferreira de- **Monografia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1969. 277 p.

ANTUNES, Manuel- **Teoria da Cultura**. Maria Ivone de Ornellas Andrade (coord.). 1ª Ed. Lisboa: Edições Colibri, 1999, 119 p. ISBN 972-772-110-9

Associação dos Arquitectos Portugueses (Ed.)- **Arquitectura Popular em Portugal**. 2ª Ed., Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, 760 p.

BECKFORD, William- **Diário de William Beckford em Portugal e em Espanha**. Trad. João Gaspar Simões. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957, 315 p. COTA L47639P

BRANDÃO, João (De Buarcos) - **Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, 2ª metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552**. Anselmo Braamcamp Freire (dir.). Lisboa: Livraria Ferin, 1923, 278 p. COTA F. 3672

BRITO, Raquel Soeiro- **Lisboa: Esboço Geográfico**. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1976, III série, Nº82, 198 p.

BRITO, Nogueira de - **Os Saloios. Raça tradicionalista e trabalhadora**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, Julho - Agosto - Setembro de 1943. Série II, Nº 3, p. 313-317

CABRAL, João Pedro - **Algumas notas sobre a vivência rural do concelho de Cascais**. In Um Olhar sobre Cascais através do seu Património. Cascais: C.M.C.; Cascais: A.C.C., 1989, VoI. I, p.131-144

CAETANO, Maria Teresa- **Colares**. 1ª Ed. Sintra: C.M.S., 2000, 163 p. ISBN: 972-8209-75-4

CAETANO, Maria Teresa – **Literatura oral na Região de Colares**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 169-184

CALLIXTO, Carlos Pereira - **Fortificações marítimas do concelho de Oeiras**. Reedição. Oeiras: CMO, 1998, 113 p. ISBN 972-8508-689

CAMACHO, João Carlos - **Cegadas no Concelho de Cascais**.1ª Ed. Cascais: CMC, 1997, 80 p. ISBN: 972-637-041-8

CARDOSO, Guilherme *et al.* – **Sondagens de emergência no sítio de Vilares (Cascais).** In EXPOSIÇÃO DE ARQUEOLOGIA. Concelhos: Cadaval, Cascais e Torres Vedras. Lisboa, 2002, p.3-6

CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro - **Povoamento e Arquitectura Popular na Freguesia de Cascais**. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004, 144 p. ISBN 972-99239-0-6

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d'- **Certezas e Incertezas no estudo da Villa Romana de Freiria**. In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1992, nº10, 1992

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d'- **Um casal medieval em Miroiços (Malveira da Serra, Alcabideche, Cascais)**. Al-madan. Centro de Arqueologia de Almada. Outubro de 1996, II série. Nº5, p.198

CARDOSO, João Luís - **Do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro no Concelho de Oeiras: Percursos da presença humana**. In 1º Ciclo de Estudos Oeirenses: Oeiras - A Terra e os Homens. Oeiras: C.M.O., 1997, p. 31-71

CARVALHO, António Carlos - **O Triângulo Místico Português: Fátima Tomar Ladeira**. 1ª Ed. Viseu: Liber, 1980, 136 p.

CASTRO, Maria da Conceição Cyrne de - **Os Moleiros e o Preceito Dominical**. In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História, Espaço e Património Rural. Actas. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 85-90

CHAVES, Luís - **Folclore Religioso**. 1ª Ed. Porto: Portucalense Editora, 1944, 189 p.

CHAVES, Luís - **O lenço na cabeça.** Boletim da Junta de Província da Estremadura, 1943. II Série, Nº 4, p. 407-413

COSTA, Celestino – **A minha terra e eu: poemas**. 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais; Cascais: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 1995, 123 p. ISBN 972-9406-02-2

COSTA, Celestino- **Filosofia Saloia**. Cascais: Associação Cultural de Cascais; Cascais: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 1998, 111 p. ISBN: 972-9406-15-4

COSTA, Maria Rosa Lila Dias - **Murteira: Uma povoação do concelho de Loures**. **Etnografia. Linguagem. Folclore**. Edição Fac-símile da edição de 1961. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1993, 338 p. ISBN 972-9107-22-X

COSTA, Mário- **Danças e dançarinos em Lisboa**. Lisboa, 1962, 344 p. COTA S.C. 21469 V.

COSTA, Soledade Martinho; BARROS, Jorge- **Festas e Tradições Portuguesas: Maio**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, 259 p. ISBN 972-42-2870-3

COSTIGAN, William- **Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal.** 1ª Ed., Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, 235 p. COTA H.G. 40510 V.

CORTESÃO, Jaime- **O sentido da cultura em Portugal no século XIV**. Separata de Seara Nova, 1956, Nºs 1311-1316

DERRUAU, Max- **Geografia Humana**. 1ª Ed. Vol. 1. Trad. Helena A. Lopes; Carlos D'Almeida Sampaio. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 502 p.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL. Direcção de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores; Lisboa: UCP, 2001

ELIADE, Mircea - **O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões**. 1ª Ed. Lisboa: Edições Livros do Brasil: 2002, 234 p.

ESPÍRITO SANTO, Moisés- **A Religião Popular Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, ca. 1982, 247 p. Colecção Estudos 2

ENCARNAÇÃO, José d'- Quando **o Natal era...Natal!** Recanto de Cascais. Jornal da Região, 4 de Janeiro de 2001, p. 9

ENCARNAÇÃO, José d'- **História e Geografia de Cascais**. 2ª Edição. Cascais: Edição do Autor, 1976, 59 p.

ENCARNAÇÃO, José d'- **O Caminho dos Reis Magos.** Recantos de Cascais. Jornal da Região, 10 de Janeiro de 2001, p.9

ENCARNAÇÃO, José d' - **Roteiro Epigráfico Romano de Cascais**. 2ª Edição. Cascais: C.M.C., 2001, 142 p. ISBN 972-637-088-4

ENCARNAÇÃO, José d- **Sadia a terra, inspirada a evocação...** Recantos de Cascais. Jornal da Região, 22 de Janeiro de 2003, p. 5

EXPOSIÇÃO CARCAVELOS, A VINHA E O VINHO. Catálogo de Exposição.Colecção Almarjão. Cascais: C.M.C., 2005

EXPOSIÇÃO Desenho Etnográfico de Fernando Galhano, I- Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica- Centrode Estudos de Etnologia, 1985.

EXPOSIÇÃO Michel Giacometti: caminho para um museu. Catálogo de Exposição Museu da Música Casa Verdades de Faria. Cascais: C.M.C., 2004, 265 p.

EXPOSIÇÃO PATRIMÓNIOS DE CASCAIS. Catálogo de Exposição. Cascais: C.M.C., 2003, 180 p. ISBN: 972-637- 117-1

EXPOSIÇÃO Religiões da Lusitânia. Coordenação Científica: José Cardim Ribeiro. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2002. 48 p. ISBN 972-776-146-1

FABIÃO, Carlos - **O Passado Proto-Histórico e Romano**. In História de Portugal. Direcção de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. Volume I. p. 79-299

Fábrica da Pólvora de Barcarena. Museu da Pólvora Negra. Oeiras: C.M.O. (folheto exposição)

FELGUEIRAS, Guilherme – **Lisboa dos Líricos Pregões**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, Julho-Agosto- Setembro 1943, Série II, Nº 3, p. 281-284

FELGUEIRAS, Guilherme - **Ensaio para um índice - roteiro da bibliografia sobre o saloio**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 345-359

FELGUEIRAS, Guilherme- **Os Círios estremenhos**. Boletim da Junta de Província da Estremadura. 1943, II Série. Nº1, p. 77-86.

FERNANDES, António, *et al.*- **A Geografia de Oeiras.** Atlas Municipal. O registo do fim do século. Oeiras: CMO, 1997. 383 p. ISBN 972-9145-91-1418

FERNANDES, José Manuel - **Cidades e Casas da Macaronésia**. 1ª Ed. Porto: FAUP, 1996. ISBN 972-9483-20-5

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes- **Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica**. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, 78 p.

FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro de- **História de Oeiras, Uma Monografia (1147 - 2003)**. Lisboa: Roma Editora; Oeiras: C.M.O., 2003, 672 p. ISBN: 972-8490-30-5

FERREIRA, Vitor Matias - **Uma Nova Ordem Urbana para a Capital do Império- a "modernidade" da urbanização e o "autoritarismo" do Plano Director de Lisboa, 1938-1948**. In O Estado Novo. Das origens ao fim da Autarcia. 1926-1959. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, Vol.II., p. 405

FONTES, Joaquim - **Etnografia Saloia: Subsídios para o seu estudo**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, 1947, II série, Nº15, p. 251-284

FONTES, Joaquim - **Mem Martins. Notas históricas e Etnográficas: A propósito da maneira de ser saloia**. Boletim da Junta de Província da Estremadura. 1943, II série. Nº3.

FREIRE, João Paulo – **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes.** 1ª Ed. Porto: Emp. Diário do Porto, 1948. 364 p. COTA H.G. 27924 P.

GARRETT, Almeida- **Romanceiro**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1984, 412 p. (Colecção Obras Completas de A. Garrett) COTA 33968.

GASPAR, Ana - **A Greve dos Tecelões de Oeiras. 1871**. Oeiras: C.M.O., 1991, 61 p. ISBN: 972- 9145-14-8

GASPAR, Jorge - **Território dos Saloios**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 2 -18

GODINHO, Helena Campos; MACEDO, Silvana Costa; PEREIRA, Teresa Marçal- **Levantamento do património do concelho de Cascais**. **1975- Herança do Património Arquitectónico Europeu**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1990, nº 9, p. 142-150

GOES, Maria das Dores Jorge de - **A Real Fábrica de Lanifícios de Cascai**s. **VI Centenário da Vila de Cascais**. Cascais: C.M.C., 1964. 155 p.

GOITIA, Fernando Chueca - **Breve história do urbanismo**. 5ª Ed. Trad. de Emílio Campos, Lisboa: Editorial Presença, 209 p.

GONÇALVES, Fernando - **Urbanística à Duarte Pacheco**. Revista Arquitectura, 1981, III Série, Nº 142, p. 20- 37

GUIMARÃES, J. Ribeiro - **Summario de varia historia : narrativas, lendas, biographias, descripções de templos e monumentos...** Vol. 4, Lisboa: Rolland & Semiond, 1872-1875, 658 p. COTA F. 2948

HERCULANO, Alexandre - **O Pároco da Aldeia, Lendas e Narrativas II.** 2ª Ed. Sintra: Publicações Europa-América, 1987, 204 p.

KEIL, Luís- **O Império do Penedo**. Separata da Revista *Aguia*, 1917

LEÇA, Armando- **Do Cancioneiro Músico - Estremenho**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, II Série, Nº 8, 1945, p.155-156

MACHADO, José Júlio- **Literatura Oral de Armés (Sintra)**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 149 -168

MARQUES, A.H. de Oliveira – **A sociedade medieval portuguesa: aspectos da vida quotidiana**. 5ª Ed., Lisboa: Sá da Costa, 1987, 269 p.

MARQUES, A. H. de Oliveira- **História de Portugal**. 2ª Ed. Vol. I. Lisboa: Palas Editores, 1976, 697 p.

MARQUES, A. H. de Oliveira- **História de Portugal**. 2ª Ed. Vol II. Lisboa: Palas Editores, 1976, 460 p.

MARQUES, J.J. Dias- **Romances tradicionais do concelho de Loures**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e os Homens. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 133-148

MARX, Karl - **Contribuição para a crítica da economia política**, Trad. Maria Helena Barreiro Alves, 5ª Ed., Lisboa: Estampa, 1977, 365 p. COTA: S.C. 28143 P

MATA, María Jesús Rubiera - **Ibn Muqãna de Alcabideche**. 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1996. 35 p. ISBN 972-9406-07-3

MATOS, Albano Mendes de- **Subsídios para o Estudo da Literatura Popular na Região Saloia**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1991, p.101-131

MENDANHA, Victor - **História Misteriosa de Portugal**. 6ª Ed. Lisboa: Editora Pergaminho, 2001, 352 p. ISBN 972-711-062-2

MESQUITA, Alfredo - **Os Saloios.** Ilustração Portuguesa, 9 de Julho de 1906, II Série, p. 630-635

MIGUÉIS, José Rodrigues - **A Escola do Paraíso**. 9ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, 399 p. ISBN 972-33-0797-9

MIGUEL, Anabela S.; ROIS, Luísa M.V.- **Uma pequena comunidade rural saloia—O Carvalhal**. In Etnografia da Região Saloia. A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 57-122

MIRANDA, Jorge- **A presença de Santo António no Concelho de Cascais**. ARQUIVO DE CASCAIS. Boletim Cultural do Município, 2005, nº13, p. 23-37

MIRANDA, Jorge; CARDOSO, Guilherme; TEIXEIRA, Carlos A- **Registo Fotográfico de Carcavelos e alguns Apontamentos Histórico-Administrativos**. 2ª Ed. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2001, 208 p. ISBN 972-637-080-9

MÓNICA, Maria Filomena- **Artesãos e Operários**. 1ª Ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, 228 p.

OLIVEIRA, Frey Nicolao de- **Livro das grandezas de Lisboa**. Lisboa: Na impressão régia, 1804, 349 p.

PAIVA, Maria Cesaltina Nabais - **Loures: crenças e mezinhas. Tentativa de explicação antropológica**. In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 45-36

PEREIRA, Ana Ramos- **Traços Gerais da Geografia Física do Concelho de Oeiras**. In 1º Ciclo de Estudos Oeirenses. A Terra e os Homens. Oeiras: C.M.O., 1997, p. 23-30

PEREIRA, Paulo- **Espírito da Terra**. 1ª Ed. Vol VII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, 223 p. (Colecção Lugares Mágicos de Portugal). ISBN: 972-42-3213-1

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol. 4. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol. 6. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol. 13. Lisboa: Público, 2006, 157 p. ISBN: 989-619-075-5

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol. 14. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5

PIMENTEL, Alberto- **A Extremadura Portuguesa**. 1ª Ed. Parte II. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1908

QUADROS, António – **Portugal - Razão e Mistério**. 1ª Ed. Vol. II. Lisboa: Guimarães Editores, 1986-1987, 294 p. COTA: C.G. 13982 V.

Relaçam, em que se trata, e faz hua breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa e seus arrebaldes [...]. 1ª Ed. fac-símile do original. Lisboa: C.M.L., 1970, 20 p. Nota explicativa de A. Vieira da Silva. Original anónimo do século XVII. COTA L. 20939 V.

RIBEIRO, Aquilino – **Oeiras**. 3ª Edição. Queluz: C.M.O., 1993, 99 p.

RIBEIRO, Margarida- **Nota sobre a fixação de saloios em Lisboa**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 279-290

RIBEIRO, Orlando- **Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico**. 7ª Ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1998, 189 p. Colecção Nova Universidade. ISBN 972-569-320-7

RODRIGUES, Maria João Madeira *et al.* - **Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa**. 1ª Ed. Segundo Tomo. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1973, 196 p.

SABIDO, José Luís Tomé- **Tires, terra de canteiros**. 1ª Ed. Cascais: Associação Cultural de Cascais: S.Domingos de Rana, 2003. 63 p. ISBN 972-9406-29-4

SABIDO, José Luís Tomé- **Tires quando eu era pequenino**. 1ª Ed. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana; Cascais: Associação Cultural de Cascais, 2005, 102 p. ISBN: 972-9406-39-1

SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; SÁ NOGUEIRA, Margarida- **Lisboa Setecentista vista por estrangeiros**. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1996, 102 p. ISBN 972-24-0991-3

SARAIVA, Maria Isabel - **As Cegadas no Concelho de Sintra**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 185-197

SILVA, Margarida Sousa e; COUTINHO, Maria Teresa - **Subsídios para o levantamento das estruturas ligadas ao fabrico do pão**. In Um Olhar sobre Cascais através do seu Património. Cascais: C.M.C.; Cascais: A.C.C., 1989.Vol. I, p. 114-125

SOARES, Maria Micaela- **A mudança na Cultura Rural Portuguesa**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. 1982, III Série, Nº 88, 2º Tomo, 159 p.

SOARES, Maria Micaela- **Literatura Saloia**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 33-100

SOARES, Maria Micaela- **Os Impérios Populares**. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1982, III série, Nº 88, I tomo, p. 251-347

SOARES, Maria Micaela- **Saloios da Granja de Alpriate** In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 199-252

SOTTO MAYOR, A. da Cunha- **Physiologia do saloio**. Lisboa: Livraria Central, 1858, 64 p. COTA l. 8461 // 3P

TEIXEIRA, Carlos A. Teixeira; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- **Registo fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos**. 1ª Ed. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2003, 286 p. ISBN 972-9406-27-8

VARGAS, José Manuel- **As feiras saloias. Notícia histórica e proposta de reanimação.** In Etnografia da Região Saloia: A diversidade do quotidiano. Sintra, Instituto de Sintra, 1999, p. 227-250

VASCONCELLOS, José Leite- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol. III, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980, 794 p.

VASCONCELLOS, José Leite- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol. VI, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980

VASCONCELLOS, José Leite de- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização** Vol.VII, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980.

VASCONCELOS, Luís Mendes de- **Do Sítio de Lisboa: Diálogos**. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, 169 p. ISBN: 972-24-0798-8

XAVIER, Isabel Maria Mendes; LOPES, José Valente - **Cantaria grossa ornamentada na sub-área saloia da região de mármores de Montelavar-Pero Pinheiro (concelho de Sintra).** In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 193-215

II.2- Território e Povoamento

Introdução

"*Uma nação é apenas um produto da História. Um grupo de homens, unidos pela tradição comum, estabelecida, mantida e reforçada durante um longo passado de convivência, pela igualdança no falar, pela expressão dominante que entre eles tomam ideias e afectos, vive, ligado embora por estes laços morais, sobre um pedaço de solo. A configuração e a natureza do território, o ritmo consabido do clima, a vegetação, que reveste as planuras e as serras, as culturas que, no decurso do ano, fazem mudar, segundo uma rotina consagrada, a fisionamis dos lugares, o modo como a população se junta ou se dispersa, se adensa ou rarefaz, as maneiras de viver, a animação dos caminhos e dos sítios de convívio, constituem, para um país, larga parte da sua expressão nacional. A terra de um povo já não é um simples dado da natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado pelas gerações onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação, original e fecunda, de dois elementos: território e civilizações*." (1)

Deste texto inspirador de Orlando Ribeiro, ressaltam alguns elementos que se tornam relevantes no presente contexto: a ideia de que diferentes factores, uns de ordem física, outros decorrentes, sobretudo das relações que se estabelecem entre as pessoas que partilham um mesmo território e as mesmas condições de vida, comungando preocupações e anseios, concorrem para o desenvolvimento dos estabelecimentos humanos e, inclusivamente, para a sua constituição como nação. Não existem, portanto, factores determinantes, mas um conjunto de factores que se conjugam para o surgimento e evolução, na História, dos assentamentos (2) humanos.

Julga-se terem ficado delineados, nos capítulos anteriores, os contornos da *Identidade Saloia*, a qual, vinculada, como ficou demonstrado, a um *modo de vida*, revelou aspectos comuns ao mundo rural, sobretudo do sul do país, mas também um carácter próprio, cujas manifestações apontam para uma determinação relativamente a factores, tanto geográficos e físicos como históricos.

São esses factores que se investigam no presente capítulo, procurando discernir e pôr em destaque os diferentes aspectos que influenciaram, directa, ou indirectamente, variando ao longo da História, o povoamento e consequentemente a modelação da paisagem humanizada,

ao mesmo tempo que se tenta delinear um quadro geral das origens e evolução da mesma ocupação humana, procurando sobretudo caracterizar os elementos que se prendem directamente com a acção sobre o território, nomeadamente, o uso do solo e os sistemas produtivos; o regime da propriedade e os aspectos administrativos; o papel estruturante dos traçados de vias e comunicações.

Assim, atravessou-se, diacronicamente, um longo período histórico, que tem o seu início no Paleolítico e se prolonga até 1970, assinalando invariantes, continuidades e descontinuidades com incidências possíveis ou provadas na construção de um território delimitado, tomado sempre como parte de uma realidade maior. Realidade que é física, material, condicionada, que evolui com a História, mas que tem um carácter essencialmente humano e civilizacional; quer dizer, é uma realidade *cultural*.

O capítulo encontra-se estruturado em dois sub-capítulos, de forma a dar resposta aos objectivos da pesquisa:

- No primeiro sub-capítulo— Elementos de Geografia Física— fez-se a caracterização física do território alargado dos concelhos de Cascais e Oeiras, tendo em conta a abrangência da zona em estudo.

- O segundo sub-capítulo— O povoamento do interior do concelho de Cascais- modelos e evolução da ocupação do território— consta de um longo percurso através da história, para o qual foram sendo convocados os autores que pareceram mais adequados aos objectivos:

- Para o período da pré-história à ocupação romana, recorreu-se, na primeira parte, à Carta Arqueológica de Cascais, de Guilherme Cardoso e a textos de João Luís Cardoso para Oeiras, bem como à Carta Arqueológica de Oeiras, dos mesmos autores. José d'Encarnação e Guilherme Cardoso são os melhores especialistas da arqueologia romana do concelho de Cascais e, em parte, de Oeiras, por terem eles próprios feito muitas das descobertas, com relevo para Freiria, na Freguesia de S. Domingos de Rana. Algumas vezes, durante as escavações, foi possível observá-los em acção.

- O período muçulmano foi objecto de tratamento mais aprofundado, uma vez provada, nos capítulos anteriores, uma influência muçulmana que se revela inequivocamente na toponímia e na origem do termo *saloio*, bem como em instrumentos, técnicas e processos de exploração agrícola. Pretende-se determinar, na medida do possível e face à escassez de informação, até onde se poderá levar a comprovação da hipótese de um alargamento desta influência à caracterização dos *modos de vida*, ao carácter das gentes, à arquitectura e à estruturação do

próprio território. Sendo os aspectos culturais de difícil abordagem, o que fica corroborado por António Borges Coelho, no que respeita à história, contou-se com a contribuição do historiador Oliveira Marques, autor escolhido para o percurso medieval, porque sendo especialista em Idade Média, escreveu especificamente sobre Cascais e o seu concelho, onde residia.

- É a partir da Idade Média, época na qual se pode ter feito a articulação de continuidades que sedimentam uma cultura, que se passa a incidir mais sobre Cascais e o seu interior, uma vez que a História passa a contemplar a vila, com a sua autonomia administrativa.

- Entre o século XVI e o século XVIII o protagonista é a vila, posto que, em relação ao interior, poucas informações existem. Recorre-se, para este período, a vários autores e publicações periódicas da Câmara Municipal de Cascais.

- A partir do século XIX, apesar de algumas reservas, foi Ferreira de Andrade largamente consultado e citado, pois continua a ser, para a história detalhada da vila de Cascais, referência obrigatória.

As *Memórias da Linha de Cascais*, de Maria Archer e Branca de Gonta Colaço, sob a capa de alguma superficialidade, são afinal uma referência importante e, em muitos aspectos, rigorosa, para além do carácter vivencial das descrições.

As informações de Borges Barruncho surgem muitas vezes citadas, mas nada sibstitui a consulta directa da bibliografia. Também aqui o principal interesse reside no facto de o autor descrever, com um cunho pessoal, a realidade da sua época.

Jorge Miranda é um historiador rigoroso, mas com quem se dialoga: ele próprio facultou o seu trabalho não publicado sobre o impacte do caminho-de-ferro da linha de Cascais, o qual acrescenta visões importantes sobre o território.

- Chegados ao século XX é o trabalho de geografia humana de Carminda Cavaco sobre a linha do Estoril que vai servir de base à análise, incluindo outras contribuições.

Neste desfiar da história do concelho de Cascais, para além dos objectivos gerais expressos, uma preocupação estava sempre subjacente e tinha a ver, por um lado, com a constatação prévia (mas que devia ser confirmada) de que, ao invés do litoral, o interior mantinha-se inalterado, com as características rurais próprias da Região Saloia, até à década de 1950 e, por outro, discernir os motivos e buscar as consequências desta realidade, já na fase de expansão suburbana.

2.1- O Território: Elementos de Geografia Física

Em muitos textos e cartografia de análise, disponíveis para consulta, aparecem, por comodidade de apresentação ou por razões de origem administrativa, os concelhos em geral, e neste caso em particular os de de Oeiras e Cascais, separados, como *ilhas* num território do qual, na realidade, são inseparáveis.

Acresce que a divisão administrativa actual não coincide normalmente com qualquer outra circunscrição, seja ela do âmbito da geografia física, ou da geografia humana, o que se encontra patente na avaliação feita quanto à delimitação das Unidades de Paisagem (1) da região.

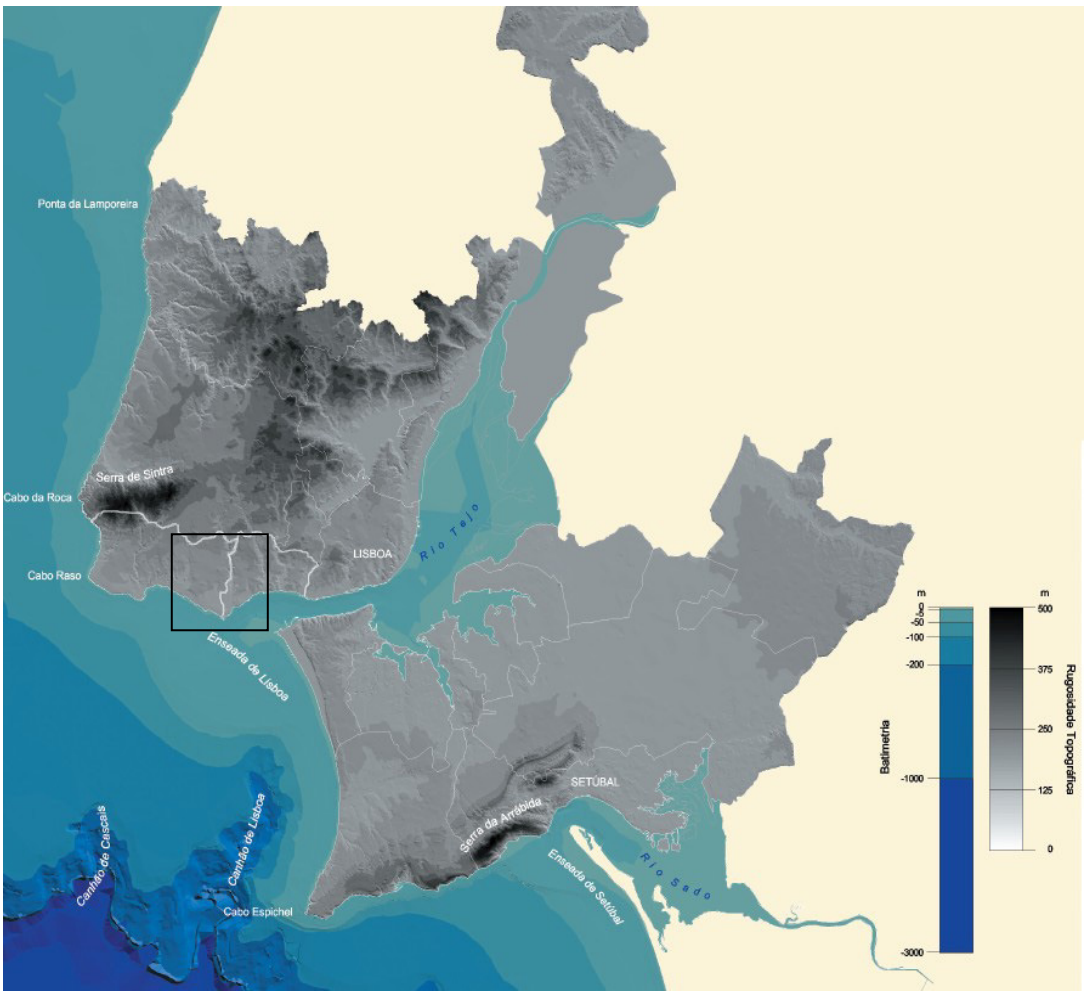
A área em estudo situa-se na freguesia de S. Domingos de Rana, a qual, apesar de pertencer ao Concelho de Cascais, tem com Oeiras, não só uma fronteira extensa, materializada em grande parte pela ribeira da Laje, mas também um passado de dependência administrativa (2).

Afigura-se assim importante, ao abordar os vários aspectos em análise, considerar, pelo menos em relação a algumas rubricas, face sobretudo a esta condição de fronteira, a partilha de dados assinalando a existência de continuidades que os mapas parciais e particulares de cada concelho escamoteiam.

Trata-se na realidade de um *território* cuja caracterização não depende, em muitos aspectos, de delimitações administrativas, ainda que estas, no que se refere aos *concelhos* se tenham *grosso modo* definido durante a Idade Média, com origem no municipalismo romano (3) com a participação das populações— e uma possível génese anterior, podendo então relacionar-se com alguns elementos de identificação sócio territorial e económica.

Face ao já exposto, no entanto, parece poder dizer-se que, do ponto de vista dos *modos de vida e cultura*, não se reconhecem *identidades concelhias*, mas uma *identidade*, ou mesmo *unidade cultural*, identificada como *saloia*, que não conhece outras fronteiras senão aquelas que os *modos de vida* vão imprimindo, de forma variável no tempo, no *território* (4).

No presente contexto, os aspectos naturais do mesmo, como se apresentam, o que oferecem, as suas condições e recursos, são factores e condicionantes importantes dos assentamentos humanos e dos *modos de vida*. Mas estes, por sua vez, tornam-se também eles condicionantes daqueles. E isto até ao paroxismo da actualidade, em que avulta, para além das resultantes de todas as pressões, uma forma irracional de utilização dos próprios recursos naturais (5).



II.2.1.a – O relevo na área metropolitana de Lisboa e na área submersa adjacente. PEREIRA, Ana Ramos – Diversidade do meio físico e recursos naturais. In TENEDÓRIO, José António (Dir.) – Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa: AML, 2003, p.48

- Situação da zona em estudo no território da Área Metropolitana de Lisboa

2.1.1- Condicionantes naturais

- Clima

Marcado pelos elementos geográficos constituídos pelo Oceano, a sul e poente e pela serra de Sintra a norte, o clima do concelho de Cascais é temperado, de características mediterrâneas. Com uma precipitação anual baixa, concentrada sobretudo nos meses de Novembro a Março e uma temperatura média anual de 17^0C, é de assinalar uma diferenciação do interior em relação à orla ocidental, com uma atmosfera mais húmida. Um regime de ventos, influenciados pela presença do Oceano e da serra de Sintra e que variam com as estações do ano, determina alguns aspectos vegetativos, mormente no litoral. Embora se possam evidenciar quatro zonas climáticas (costa oeste; faixa costeira meridional; zona norte-noroeste, de influência da Serra e interior, mais continental), "*globalmente o concelho tem um clima caracterizado por temperaturas amenas no Verão e dois períodos perfeitamente demarcados quanto à precipitação. Um chuvoso (Outono, Inverno) e outro seco (Primavera, Verão)*" (6).

De acordo com Ana Ramos Pereira (7), no território de Oeiras existe por sua vez um contraste N-S, na quantidade de precipitação caída no concelho, e nas amplitudes térmicas, com uma faixa litoral de maior amenidade. As temperaturas são também mais elevadas no Verão – 1/3 dos dias do ano têm temperaturas máximas superiores a 25^0C— e o Inverno é tépido, não descendo a temperatura abaixo dos 6^0C. No entanto, a diferenciação morfológica do relevo, de profundos vales entalhados, contribui para a ocorrência de fenómenos de instabilidade térmica no fundo dos vales e na faixa litoral.

As especiais condições climáticas parecem ter infuenciado o povoamento desde as mais primitivas ocupações identificadas no território (8).

- Relevo

É o relevo subsidiário de outras realidades, como a geológica - litológica e as características da rede hidrográfica, estando esta directamente relacionada com o regime pluvial, elemento do clima. Mas como também este se faz depender em parte das condições do relevo, o que temos sempre é um conjunto cuja dinâmica resulta de interdependências daqueles factores.

Na sua maior parte, pode dizer-se do território do concelho de Cascais o mesmo que do concelho de Oeiras, "*o qual forma um vasto anfiteatro aberto a sul. Este anfiteatro é constituído por um conjunto de elementos planálticos, isto é, um conjunto de retalhos planos*

separados pelo entalhe da rede hidrográfica" (9), que atingem, em Oeiras cerca de 160m de altitude no extremo norte do concelho, com um máximo de 219m na Serra de Carnaxide, "*descendo suavemente até próximo da linha de costa*" (10). No caso de Cascais, "*apenas a zona sob a influência da serra de Sintra é mais elevada (100 a 400m)*" (11).

- Aspectos Geológicos

São os elementos morfológicos do relevo suportados pela natureza das rochas que constituem o subsolo, as quais se formaram e interagiram em diferentes épocas, influenciadas por fenómenos de origem sedimentar, tectónica e vulcânica.

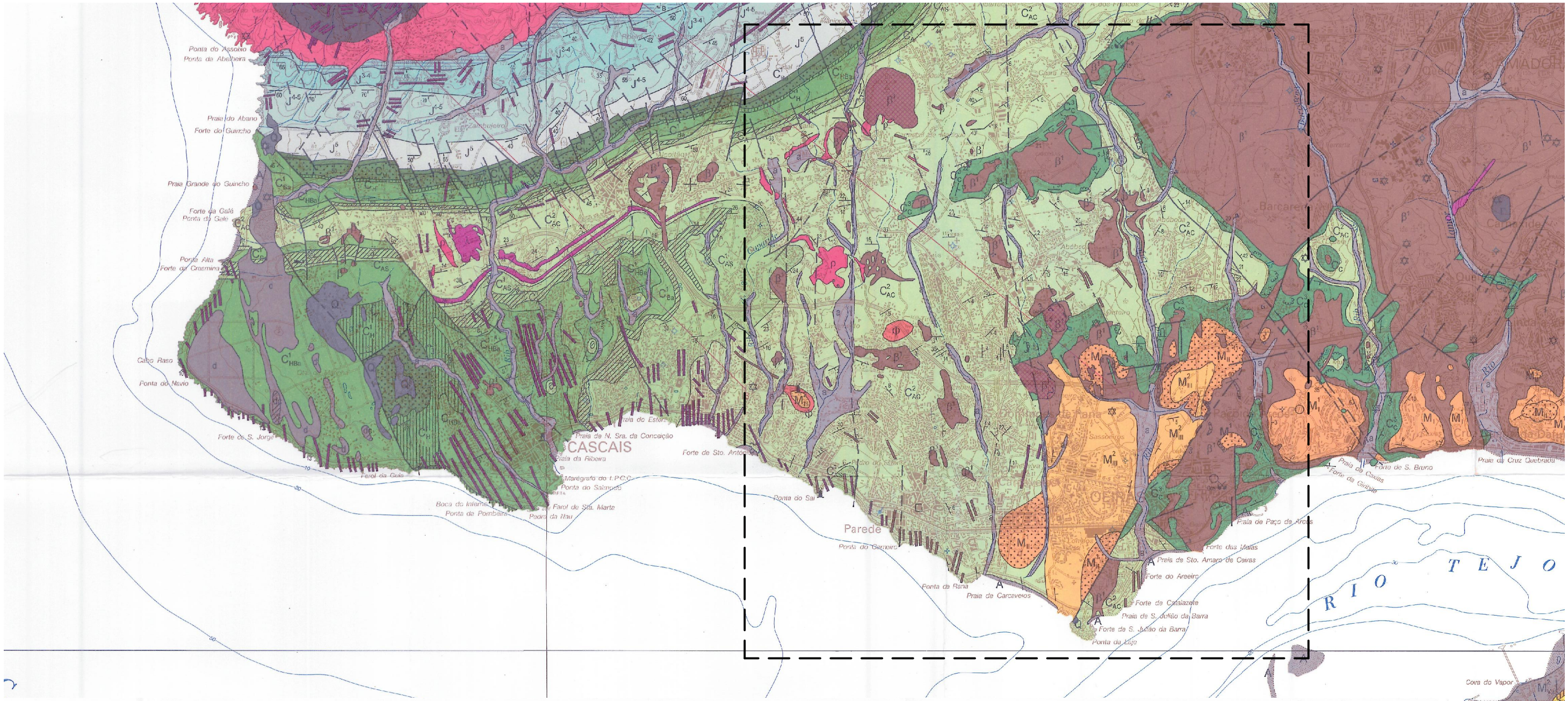
No território de Oeiras, os elementos morfológicos são suportados por rochas de natureza vulcânica (Complexo Vulcânico de Lisboa) – basalto, tufos e cinzas vulcânicas e por rochas carbonatadas (essencialm calcários e margas), mais antigas, formadas em condições de domínio litoral tropical, há cerca de 100 a 70 MA (12).

E se em Oeiras predominam os materiais resultantes da convulsão tectónica correspondente a uma maior incidência dos fenómenos magmáticos e tectónicos associados ao Complexo Vulcânico de Lisboa (13), no território de Cascais e nomeadamente na freguesia de S. Domingos de Rana, com excepção de algumas manchas, (14), o subsolo é predominantemente calcário, "*de origem secundária, do Jurássico Superior e do Cretácico, formado em fundos marinhos profundos*" (15).

A norte, o batólito de granito da serra de Sintra (16) resultou de erupção magmática, ocorrida entre 72 e 95 + - 8 Ma, durante o Cretácico Superior, "*tendo subido na crusta continental através do sistema de fracturas relacionado com o campo de tensões que levou à abertura e expansão do Oceano Atlântico*" (17).

A complexidade dos fenómenos magmáticos produziu, nas etapas em que ocorreram, uma grande variedade de rochas, dos gabros, dioritos e sienitos, aos granitos (18). Da sua acção intrusiva nas camadas mais antigas, correspondentes ao Cenozóico e Mesozóico, resultaram também fenómenos de metamorfismo, dando origem, nomeadamente, a ocorrência de mármores e xistos (19).

O nível do mar, por sua vez, não esteve sempre à mesma cota. Enquanto no Terciário toda a área em causa se encontrava submersa e se originavam nos fundos marinhos novos tipos de rochas sedimentares (20), as diferentes épocas do Quaternário são assinaladas por vários vestígios de praias, resultantes do abaixamento sucessivo do nível do mar: 150m (Calabriano);



Filões e massas		Plutonitos	MESOZÓICO											CENOZÓICO								
			Jurássico superior				Cretácico									Terciário					Quaternário	
		Senoniano	Oxfordiano sup	Oxfordiano sup / Kimerid. inf.	Kimeridgiano - Titoniano	Titoniano	Berriasiano	Valanginiano	Hauteriviano inf.	Hauteriviano - Barrem. inf.	Barremiano sup.	Aptiano inf.	Aptiano sup.	Albiano a Cenom. inf. /méd.	Cenomaniano superior	Senoniano	Eocénico/Oligocénico	Aquitaniano	Burdigaliano	Langhiano	Serravaliano	Plistocénico	Holocénico
ρ	Riolito (filão/chaminé)	γ	C^3_{LB}	J^{3-4}	J^{4-5}	J^5	C^1_{Bb}	C^1_{Vc}	C^1_{Hb}	C^1_{HBa}	C^1_{Ba}	C^1_{Ba}	C^1_{AS}	C^2_{AC}	C^3_c	β^1	Φ	M^1_I	M^2_{III}	M^2_{IVa}	M^3_{Vb}	M^3_{Vc}	M^3_{VIa}	Q	ab	ad	d	A	a
β^1	Traquibasalto, lamprófiro Filão camada (*)															*												
λ	Basalto, doleríto Cheminé basáltica (*)																											
	Filão alterado e/ou não identificado	Gabros (Malveira e Carnaxide)	Calcários compactos metamorfizados ("Calcários de S. Pedro")	Calcoxistos com intercalações margosas e níveis conglomeráticos ("Lusitaniano", "Xistos do Ra - malhão")	Calcários margosos, margas e calcários com cc - rais e oncólitos ("Calcários de Mem Martins", "Margo-calcários xistosos" incluindo os "Calcários coralíticos" e os "Calcários com oncólitos")	Calcários nodulares e compactos com algumas intercalações margosas ("Calcários nodulares de Farta Pão", "Pteroceriano sup." e "Freixialiano")	Calcários e margas com *A. lusitanica, M.purbeckensis* e *Trocholinas* incluindo os níveis de "Calcários amarelo-nanquim" ("Infravalanginiano")	Calcários, margas e arenitos	Margas e calcários margosos com *Toxaster*	Calcários recifais e calcários com Cholatielées e Dasicladáceas	Calcários margosos, margas e calcários com *Paleorbitolina lenticularis* ("Calcários com *Orbitolina*")	Arenitos, argilas e dolomitos ("Grés Inferiores")	Arenitos e argilas ("Grés Superiores")	Calcários e margas ("Beziasiano")	Calcários com Rudistas e "Camadas com *Neolobites vibrayeanus*"	"Complexo vulcânico de Lisboa" com intercalações vulcano - sedimentares Rochas piroclásticas (*)	"Formação de Benfica"	"Argilas dos Prazeres"	"Areolas da Estefânea"	"Calcários de Entre - Campos" ("Banco Real")	"Calcários e areias de Musgueira e de Casal Vistoso"	"Areias do Vale de Chelas"	"Calcários da Quinta das Conchas com *Anomia choffati*"	"Argilas de Xabregas"	Areias e cascalheiras de praias antigas	Dunas consolidadas	Areias de dunas	Dunas	Areias de praia	Aluviões

"Camadas de Almargem"

— — — — **Limite da Zona em estudo**

II.2.1.b - Mapa Geológico

Ministério da Economia. Instituto Geológico e Mineiro. Departamento de Geologia [Carta Geológica de Portugal, Folha 34-C, Cascais]. [Material Cartográfico]. Escala [1:50.000]. 1999. 1 carta: color, 69 x 90 cm. INETI, Lisboa, Portugal

100m e 60m (Siciliano I e II) e 4 a 15m (Tirreniano), sendo os três últimos estratos bem visíveis junto ao litoral (21).

Entretanto, surgem vestígios de praias do Calabriano na jazida do Alto de Leião, "*no topo de uma plataforma detrítica, hoje quase totalmente desaparecida, [...] desenvolvendo-se à altitude aproximada de 140-150m acima do nível do mar actual*" (22). Idêntico testemunho se encontrou na jazida do Serigado, a norte de Talaíde, já na área de Cascais, à mesma cota (150m). Ambas se caracterizam, quanto á presença humana, pelo mesmo tipo de materiais— "*entre os materiais mais antigos, contam-se alguns seixos muito frustes, talhados apenas por escassos levantamentos, cujas superfícies de lascagem se mostram roladas pelo mar após o talhe, indício de que serão contemporâneos do referido nível marinho, cerca de 150m acima do nível do mar actual*" (23).

Quanto à embocadura do actual Tejo, que ainda não tinha aberto o seu estuário em forma de gargalo, espraiava-se em extenso e complexo delta, tendo existido "*uma drenagem proveniente da serra de Sintra e da região de Mafra e que se estendia até à Lagoa de Albufeira, na Península de Setúbal*" (24).

- Rede hidrográfica

"*A abertura do Gargalo do Tejo é correlativa de uma nova convulsão tectónica, tendo o rio aproveitado uma grande falha para se instalar e atingir o mar*" (25).

Quanto à rede hidrográfica, "*instalada há cerca de 2 MA, e acompanhando o entalhe do Tejo e as variações do nível do mar, ela foi aprofundando os seus leitos, muitas vezes aproveitando áreas de fraqueza estrutural [...] onde as rochas foram sujeitas a esforços tectónicos e partiram*" (26), advindo deste facto a sua orientação geral N-S.

Os vales entalhados pelas ribeiras existentes, apesar da dificuldade que a densa urbanização e encanamento de linhas de água apresenta para o seu estudo, mostram bem a sua antiga competência, " *capaz de escavar vales com 50 m de profundidade, por vezes cortando bancadas de calcário*." (27).

Estas formas são também testemunho de condições climáticas distintas das actuais, com um maior índice de pluviosidade, permitindo a maior competência das linhas de água quanto a erosão e transporte de sedimentos.

"*O último grande período pluvioso terá ocorrido há cerca de 18000 BP (before present, i.e., por convenção, antes de 1950), altura em que houve um grande arrefecimento do planeta,*

conduzindo à retenção na forma de gelo de parte da água do oceano nos pólos, fazendo assim baixar o nível do mar até cerca de120 m de profundidade" (28).

Como os cursos de água se estabelecem em função do nível do mar, os mais competentes tiveram de aprofundar muito os seus leitos e os menos importantes ficaram suspensos.

A este período seguiu-se uma melhoria das condições climáticas com aquecimento que permitiu o degelo parcial das calotes polares, e a subida do nível do mar, que terá estabilizado à cota actual há cerca de 4000- 5000 anos.

Como consequências desta subida, dá-se "*o assoreamento progressivo dos estuários anteriormente escavados, originando fundos planos ainda observáveis, apesar das modificações antrópicas a que foram sujeitos*" (29) e a formação de praias junto à foz, alimentadas pelos sedimentos que não se depositavam nos vales dos cursos de água. A morfologia da linha de costa daqui decorrente— praias junto às desembocaduras das principais linhas de água entrecortadas por zonas escarpadas, encontra-se documentada em cartografia antiga, anterior à artificialização com construções de estruturas de protecção, nomeadamente diques e esporões, "*parte dos quais contemporâneos da construção da marginal*" (30).

- Solos, tipos de utilização do solo e aspectos ecológicos

" *Resultando, em grande medida, das características litológicas apresentadas, os tipos de solos que vamos encontrar no concelho* [de Cascais], *são, na sua maior parte, solos calcários pardos e vermelhos. Encontramos ainda, apesar de minoritários, solos basálticos (barros castanhos) que denotam uma excelente aptidão para a cerealicultura e a produção forrageira— são os melhores solos do país. Existem também, nos vales dos principais cursos de água, solos de aluvião que foram intensamente aproveitados para culturas de regadio*" (31)

No território de Oeiras, "*os solos basálticos, de aparência escura, compacta e pesada, de grande aptidão agrícola, foram até à actualidade intensamente agricultados, especialmente por culturas cerealíferas, que constituíram um dos aspectos mais marcantes da paisagem e da economia concelhias, até época recente*" (32).

Quanto ao uso do solo, verifica-se, desde os anos de 1960, o crescimento acelerado e em grande medida caótico, da área urbana, que, começando no litoral induzida pelo comboio e depois pela marginal, avançou para o interior. Veio a urbanização contribuir para o processo de regressão, até à previsível extinção, das actividades agrícolas—"*uma agricultura que se*

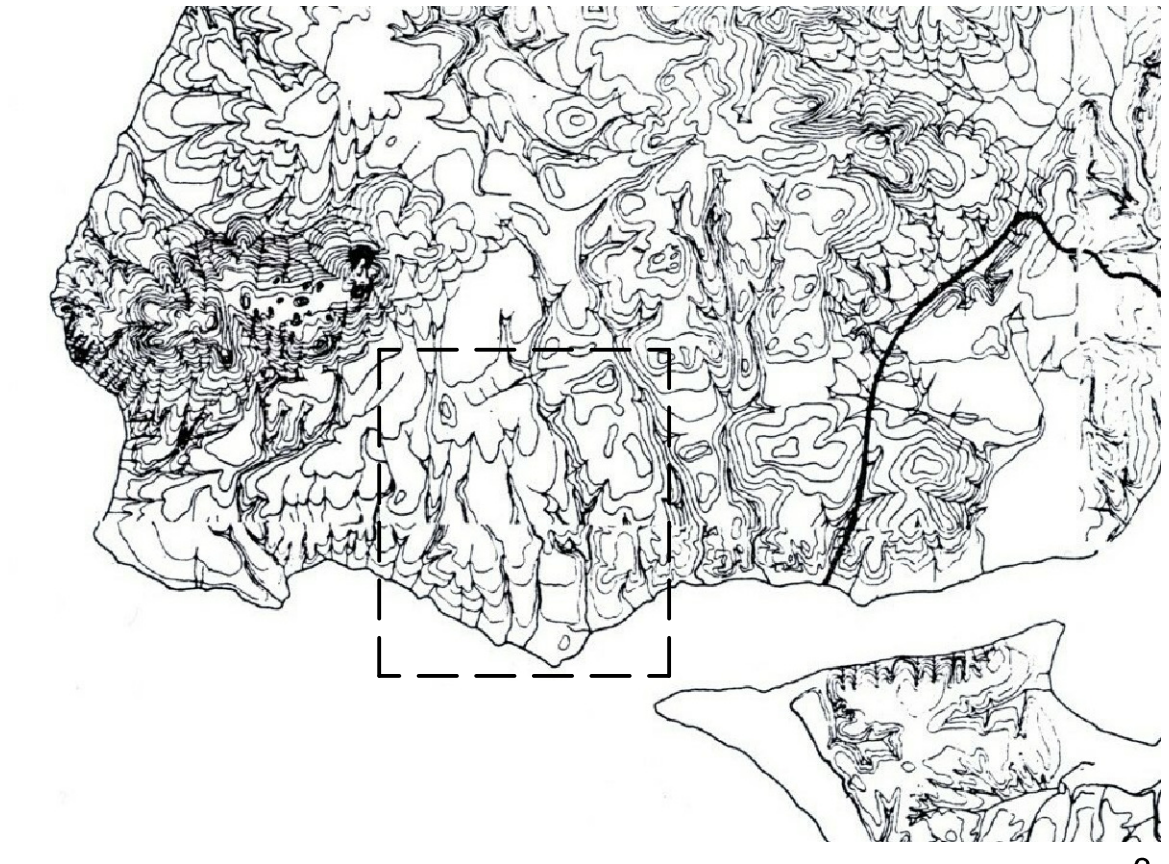


1

— — — — Limite da Zona em estudo



2



3

II.2.1.c - Relevo

1- LAMOTTE, Guerin de - [Carta Corográfica dos Arredores de Lisboa]. Escala [ca. 1:80000]. 1821. 1 carta: color, 102 x 74 cm. Acessível no IGP, Lisboa, Portugal

2- Pormenor de 1

3- Região de Lisboa, Margem Norte do Tejo - Hipsometria (do mapa hipsométrico a 1/200000, do Centro de Estudos Geográficos das Universidades de Lisboa). In BRITO, Raquel Soeiro de, Lisboa. Esboço Geográfico. Boletim ADL. 1976, nº82, p.10

apaga" (33) — atingidas também pela desvalorização económica que outros sistemas de produção-distribuição lhe causaram.

Em relação a Cascais e de forma esquemática, pode dizer-se que "*os incultos (formações arbustivas) estão localizados basicamente junto dos limites do concelho, que o tipo de cultura dominante é, como já vimos, a cultura arvense e abrange grande parte do interior e, finalmente, que existe um importante povoamento de resinosas— o pinhal, tanto na base da serra como na zona arenosa*" (34).

"*No elenco florístico da área do concelho é notável a abundância de espécies mediterrâneas, cerca de 62% incluindo as que existem apenas na parte ocidental da Região Mediterrânea*" (35).

O que resta de coberto vegetal natural, indicia a existência de bosques primitivos de carvalhos, "*a mata climácica*" (36), de que algumas espécies, como a *Quercus Coccifera*, constituintes dos *carrascais* actuais, são os herdeiros afastados. Entre as espécies arbustivas autóctones ainda existentes, podem contar-se, entre muitas outras, o zambujeiro (*olea Europaea var. silvestris*), a madressilva (*lonicera etrusca*), a silva... (37). Vestígios de nomes como estes, testemunhos de uma paisagem rural antiga mas em transformação acelerada, possivelmente no futuro, só permanecerão na toponímia.

Não está no âmbito deste trabalho a merecida referência a elementos importantes da fauna e flora da região, que se caracterizam pela diversidade e pelo contributo para o equilíbrio dos sistemas ecológicos. Sistemas estes que deviam ser defendidos, mas a cuja destruição progressiva assistimos, culposamente impotentes.

De assinalar, porque gravoso, o desleixo, o abandono, a falta de atenção e o desprezo que atingem as linhas e cursos de água, cuja importância foi estruturante para a economia agrária e para o povoamento, na história do país e na história local. Para mais, "*a vegetação ripícola desempenha um papel extremamente importante na regularização e estabilização dos caudais de cheia. A destruição desta vegetação e a falta de limpeza dos leitos contribuíram para agravar o desastre provocado pelas últimas cheias (1983)"*. Será eventualmente oportuno perguntar como serão as próximas? (38).



1



4



5



2



6



3



7

II.2.1.d – Paisagem e flora. 1- Sintra: bosque de carvalhos. Imagem da floresta primitiva? 2- Miroiço, Manique: paisagem junto à ribeira de Caparide. (Foto Amélia Cabrita, 2008). 3- Ribeira das Marianas, junto ao Zambujal. (Foto Amélia Cabrita, 2003). 4- Miroiço: *Satírio Menor.* (Foto Amélia Cabrita, 2008). 5- *Campaínhas do monte*. (Foto Carlos Namorado). 6- *Lírios do campo*. (Foto Carlos Namorado). 7- Miroiço: *madressilva.* (Foto Amélia Cabrita, 2008).

Notas a II.2- Povoamento e Arquitectura

1- RIBEIRO, Orlando- **Introduções geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico.** 1ª Ed. Lisboa: INCM, 1977.p.19: Palavras da introdução que o autor retira da portada da sua *Geografia de Portugal*, *tomo V* da *Geografia de España e Portugal*, dirigida por Manuel de Téran, editada em Barcelona em 1955.
2- O termo *assentamento* (humano) vai tornar-se recorrente no texto da pesquisa. Por *assentamento* entende-se toda e qualquer forma material construída no terreno, visando a permanência humana, independentemente da sua dimensão e condições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

RIBEIRO, Orlando - **Introduções geográficas à História de Portugal: Estudo crítico.** 1ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977. 230 p. (Colecção Estudos Portugueses).

Notas a II.2.1 - O Território: Elementos de Geografia Física

1-ABREU, Alexandre Cancela de; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário- **Grupos de Unidades de Paisagem: K (Maciços calcários da Estremadura) a Q (Terras do Sado).** In Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Lisboa: DGOTDU; Lisboa: Universidade de Évora, 2004. Vol.IV
2- FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro de- **História de Oeiras**: **Uma Monografia (1147-2003)**. Oeiras: Roma Editora; Oeiras: CMO, 2003, p. 242: Em 1764, por morte da última donatária de Cascais e da Vila de Carcavelos (a cujo termo pertencia S. Domingos de Rana), voltaram estes territórios à posse da Coroa. Por Alvará régio de 9 de Abril de 1764, "*o termo da vila de Oeiras ficou a incluir não só o território da antiquíssima freguesia de Oeiras na sua totalidade, mas ainda as de Carcavelos, S. Domingos de Rana, ou sejam os lugares importantes ou da vintena de Carcavelos, S. Domingos de Rana, Sassoeiros (e Arneiro). Trata-se do primeiro alargamento do termo de Oeiras, que havia de durar, todavia, mais de um século*."
3- FERREIRA, Manuel dos Santos- **O desenvolvimento comunitário de Lisboa**. Boletim do gabinete Técnico da habitação da Câmara Municipal de Lisboa- G.T.H., 1966, Vol.2, nº11, p. 91
- BARROS, Gama- **História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV**. 1ª Ed. Vol. IV. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954
- CASTELO-BRANCO, Fernando- **Cascais nos inícios do seu municipalismo e na crise de 1383**. Cascais: CMC, 1972, p.9: Cascais pertenceu ao termo de Sintra até 1364, data em que lhe é concedida a autonomia administrativa e judicial.
- Quanto a Oeiras, fez parte do Termo de Lisboa até à sua elevação a Vila em 1759.
4- ABREU, ref 1, p. 63-65: A delimitação e caracterização das Unidades e Sub- Unidades de Paisagem feita pelos autores não coincide com qualquer circunscrição administrativa. Cascais e Oeiras fazem parte da Área Metropolitana de Lisboa-Norte, que incluem as Unidades: Terra Saloia; Serra de Sintra- Cabo da Roca; Linha de Sintra; Lisboa; Costa do Sol-Guincho. É nesta última que se incluem a quase totalidade dos territórios dos ditos concelhos. Os autores consideram a diversidade humana e paisagística como uma das principais características desta área, muito ligada a Lisboa.
- Ao defender a unidade territorial de Cascais e Oeiras, pode pôr-se a questão também em relação a Sintra, tendo em conta, por um lado, que também com Sintra, e por um período alargado (1147- 1364), manteve Cascais uma posição de dependência administrativa e por outro, de acordo com a delimitação do território dos saloios, tem-se considerado, para o estudo do período em apreço (1955-1985), que dele participam Sintra e o interior dos concelhos de Cascais e Oeiras. Não alargando o estudo ao concelho de Sintra, tem-se no entanto em consideração o atrás exposto; e o recurso a exemplos pontuais, tanto de Sintra como de outros concelhos da Estremadura, faz-se muitas vezes porque se consideram participantes de uma mesma realidade.
5- ABREU, ref 1, p.73
6- PENA, António; GOMES, Luís- **Cascais. Um Olhar sobre a Natureza**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1992.p.10-11
7- PEREIRA, Ana Ramos- **Traços Gerais da Geografia Física de Oeiras**. In I Ciclo de Estudos Oeirenses. A Terra e os Homens. Oeiras, CMO, 1998, p.29-30

8- PAÇO, Afonso do; FIGUEIREDO, J. A. Fausto de – **Esboço Arquelógico do Concelho de Cascais**. Separata do Boletim do Museu Condes de Castro Guimarães. Cascais: Junta de Turismo de Cascais, 1943.p.15 : os autores citam o texto de OLIVEIRA, Frey Nicolao de- **Livro das Grandezas de Lisboa**. Lisboa: Na Impressão Régia, 1804.p.145, onde o autor enaltece o clima de Cascais.
- Fazem-no com a intenção de demonstrar as capacidades de acolhimento da vila (não se fala no seu termo...), com um clima tão convidativo que já era referido no século XVII!
9- PEREIRA, ref 7, p.23
10- PEREIRA, ref 7, p.23
11- PENA, ref 6, p. 12
12- PEREIRA, ref 7, p.23
- PEREIRA, ref 7, p.24: A intensa actividade sísmica começou por fracturar as rochas calcárias existentes, provocando também a sua elevação, ficando então emersas. Depois as fracturas abriram mais, e por elas se iniciaram os derrames lávicos, entrecortados por projecções de tufos, piroclastos e cinzas vulcânicas, que constituem 2/3 do concelho de Oeiras. Não se reconhecem no concelho formas de relevo em cone vulcânico, pois terão sido desmanteladas pela erosão posterior. Portanto, deste período só restam as rochas, não as formas de relevo. Estas são só indirectamente condicionadas pela natureza das rochas, importando no entanto salientar os diferentes tipos litológicos, condicionantes da actual dinâmica do relevo.
13- RIBEIRO, M.L.; RAMALHO, M.M.- **Nota explicativa da Carta geológica simplificada. Parque Natural de Sintra-Cascais**. Lisboa: PNSC. Instituto de Conservação da Natureza, 1997. (sem paginação)
- RAMALHO, M. M. [et.al.] - **Notícia explicativa da folha 34-C Cascais**. Lisboa: Departamento de Geologia Instituto Geológico e Mineiro, 2001.p.34-43
14-Ver Figura II.2.2.b
15- CARDOSO, Guilherme- **Carta Arqueológica do Concelho de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: CMC, 1991.p.15
16- RIBEIRO, ref 13
17- RIBEIRO, ref 13: Embora diferenciável e ocorrendo com um espaçamento de pelo menos uma dezena de milhões de anos, os episódios magmáticos associados ao Complexo Vulcânico de Lisboa são também considerados relacionados "*com o mesmo fenómeno de distensão crustal, correspondente a uma das fases ligadas à abertura e desenvolvimento do Oceano Atlântico*".
18- RIBEIRO, ref 13: Formação do magma granítico por fusão e cristalização do encaixante metassedimentar.
19- RIBEIRO, ref 13
20- CARDOSO, ref 15, p. 15: Os materiais que se depositavam nos fundos marinhos "*deram origem às chamadas areolas de Estefânia, durante o Aquitaniano, e aos calcários de Entrecampos, durante o Burdigaliano. Foi em rochas deste último período que os povos do Neolítico Final talharam as grutas artificiais de Alapraia*"
21- CARDOSO, ref 15, p. 15
- RIBEIRO, ref 13.: Fot. 7: Terraço marinho do Quaternário a norte da praia do Abano; Fot. 8: Duna consolidada do Magoito.
22- CARDOSO, João Luís- **Do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro no concelho de Oeiras: percursos da presença humana**. In I Ciclo de Estudos Oeirenses. A Terra e os Homens. Oeiras, CMO, 1998, p.35
23- CARDOSO, ref 22, p. 35
- CARDOSO, ref 13, p. 16: Na jazida do Serigado, que corresponde à Época Calabriana foi identificada a mesma tipologia de materiais, incluindo a cor de impregnação de óxidos de ferro dos seixos rolados.
- CARDOSO, ref 22, p. 35: Idênticos vestígios, de há mais de 1,5Ma, se encontram em depósitos de artefactos, tanto a norte da serra de Sintra, como na Península de Setúbal, na margem sul do Tejo.
24- PEREIRA, ref 7, p. 25: Como testemunho ter-se-á a arriba fóssil da Caparica, com seixos provenientes da serra de Sintra e basalto do Complexo Vulcânico de Lisboa.
25- PEREIRA, ref 7, p. 25
26- PEREIRA, ref 7, p. 25
27- PEREIRA, ref 7, p. 27
28- PEREIRA, ref 7, p. 27
29- PEREIRA, ref 7, p. 27
30- PEREIRA, ref 7, p. 27
31- PENA, ref 6, p.11
32- CARDOSO, ref 22, p. 33
33- CAVACO, Carminda- **A Costa do Estoril: Esboço geográfico**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, SARL, 1983, p. 48
34- PENA, ref 6, p. 34
35- VASCONCELLOS, João de Carvalho e- **Vegetação Natural do Concelho de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1964, p. 9
36- VASCONCELOS, ref 35, p. 9.

- VASCONCELOS, ref 35, p. 9: O autor faz uma descrição científica muito pormenorizada das espécies conhecidas, componentes da vegetação natural, por zonas, existentes (na época) no concelho de Cascais. Pretende contribuir para que se mantenha a diversidade da paisagem, protegendo os aspectos particulares de cada região, "*o mais próximo possível do natural*". De notar que o interesse turístico é uma das razões da publicação, a qual faz parte de um conjunto de obras editadas pela Câmara em 1964, no âmbito das comemorações do 1º centenário da vila de Cascais.

37- VASCONCELOS, ref 35, p. 10

38- ABREU, ref 1, p.64-65: Os autores traçam um quadro bastante negro da situação actual em toda a Área Metropolitana de Lisboa Norte.

- As razões por eles aduzidas confirmam todos os receios quanto aos perigos decorrentes de uma situação de catástrofe natural, cheias centenárias ou sismos de grau elevado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alexandre Cancela de; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário - **Grupos de Unidades de Paisagem: K (Maciços calcários da Estremadura) a Q (Terras do Sado)**. In Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Lisboa: DGOTDU; Lisboa: Universidade de Évora, 2004. Vol. IV

BARROS, Gama - **História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV**. 1ª Ed. Vol. IV. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954, 510 p. COTA H.G. 26376 V

CARDOSO, Guilherme- **Carta Arqueológica do Concelho de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1991, 111 p.

CARDOSO, João Luís - **Do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro no Concelho de Oeiras: Percursos da presença humana**. In 1º Ciclo de estudos oeirenses: Oeiras - A Terra e os Homens. Oeiras: C.M.O., 1997, p. 31-71

CASTELO-BRANCO, Fernando - **Cascais nos inícios do seu municipalismo e na crise de 1383**. Cascais: C.M.C., 1972, 38 p

CAVACO, Carminda - **A Costa do Estoril: Esboço geográfico**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, SARL, 1983, 263 p.

FERREIRA, Manuel dos Santos - **O desenvolvimento comunitário de Lisboa**. Boletim do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa. 1966, Vol.2, nº11, p. 91-101

FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro de - **História de Oeiras, Uma Monografia (1147 - 2003)**. 1ª Ed. Lisboa: Roma Editora; Oeiras: C.M.O., 2003, 672 p. ISBN: 972-8490-30-5

OLIVEIRA, Frey Nicolao de - **Livro das grandezas de Lisboa**. Lisboa: Na Impressão Régia, 1804, 349 p.

PAÇO, Afonso do; FIGUEIREDO, J. A. Fausto de - **Esboço Arquelógico do Concelho de Cascais**. Separata do Boletim do Museu Condes de Castro Guimarães. Cascais: Junta de Turismo de Cascais, 1943, 27p.

PENA, António; GOMES, Luís - **Cascais. Um Olhar sobre a Natureza**. 1ª Ed.Cascais: C.M.C., 1992, 52 p.

PEREIRA, Ana Ramos - **Traços Gerais da Geografia Física do Concelho de Oeiras**. In 1º Ciclo de estudos Oeirenses. A Terra e os Homens. Oeiras: C.M.O., 1997, p. 23-30.

RAMALHO, M. M.; RIBEIRO, M.L. - **Notícia explicativa da folha 34-C Cascais**. Lisboa: Departamento de Geologia Instituto Geológico e Mineiro, 2001, 104 p. ISBN: 972-31-0544-6

RIBEIRO, M.L.; RAMALHO, M.M.- **Nota explicativa da Carta geológica simplificada. Parque Natural de Sintra-Cascais**. Lisboa: PNSC. Instituto de Conservação da Natureza, 1997. (Sem numeração de páginas)

VASCONCELLOS, João de Carvalho e - **Vegetação Natural do Concelho de Cascais**. Cascais: CMC, 1964, 61 p. COTA: 581.9 CAS VAS FL

II.2.2- O povoamento do interior do concelho de Cascais - modelos e evolução da ocupação do território

A uma ocupação de centros urbanos criteriosamente distribuídos em função de aptidões agrícolas e condições biofísicas, intercalando vastos espaços rurais em plena produção, pontuados pela presença de importante património edificado e natural, segue-se "*uma ocupação indiscriminada e irracional do território, por edifícios e infraestruturas*" (1)
Assume-se um *antes* e um *depois*: *grosso modo*, *antes de 1950* e *depois de 1950*...
Enquanto os *invasores* do litoral, na senda da moda balnear, a partir de meados de oitocentos, em busca de praia, calor, convívio, cura para doenças ou simplesmente prestígio social, encontraram um terreno *virgem*, maioritriamente despovoado, o avanço posterior para o interior do território, sobretudo a partir de 1955, encontra um ambiente natural e humanizado de autêntica província. "*Pior que província*", dirão os migrantes dos anos 1950-1960.
Aquilo que chocava e desiludia, num primeiro contacto, quem procurava, e não encontrava, nos arredores de Lisboa, as facilidades do meio urbano que não conhecia no campo de onde vinha, correspondia àquela paulatina ocupação rural que caracterizava, desde gerações sem conta, o *território saloio*.
Era esta ocupação humana caracterizada por formas de povoamento que, evoluindo no tempo, corporizavam não só adaptações ao meio e aproveitamento de recursos, como também aspectos sociais correlativos, expressando no seu conjunto, no esquema de articulação das partes entre si e no pormenor da própria vivência individual, *modos de vida* (2).

O que se pretende destacar na história do povoamento, são as raízes destes *modos de vida*, os quais se procuraram caracterizar anteriormente, vinculados a uma *identidade*—a *saloia*.
Justifica-se assim um longo percurso, ainda que sintetizado e parcial, desde os tempos pré-históricos até uma presumida *estabilização*, quer das formas de povoamento, quer dos *modos de vida* correspondentes.

2.2.1- Da pré-história à ocupação romana

Mais do que repetir informação científica da arqueologia, a qual trata exaustivamente todos os aspectos que se prendem com a sua actividade específica, o que aqui se pretende fazer é simplesmente destacar alguns elementos dos estudos consultados que possam contribuir para

compôr a perspectiva temática que se prossegue, a saber, a caracterização possível do povoamento no interior dos concelhos de Cascais e Oeiras e a sua evolução no tempo. Num momento seguinte, o estudo passará a incidir apenas sobre alguns exemplos de núcleos urbano - rurais da área de influência de S. Domingos de Rana, cuja contextualização se terá entretanto feito no decurso deste ponto.

Tal como para a caracterização biofísica, também aqui se procura ter em conta a importância da contiguidade territorial e cultural de Cascais e Oeiras.
Para a sequência dos períodos pré-históricos considerou-se a utilizada por Guilherme Cardoso (3), embora se possam intercalar referências mais detalhadas, provenientes do esquema utilizado por João Luís Cardoso (4).

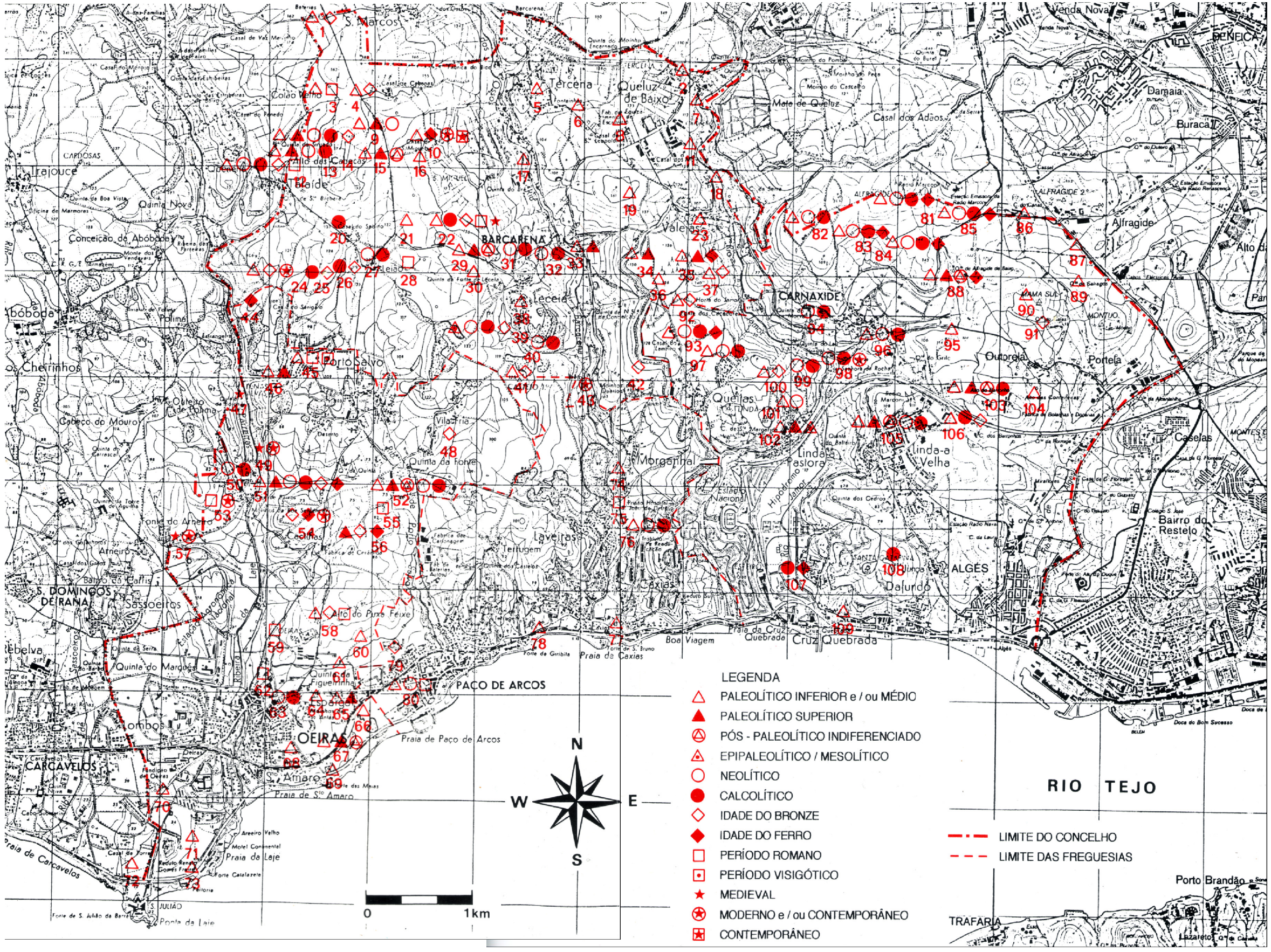
- Paleolítico

A esta época correspondem os mais antigos vestígios de permanência humana nos dois concelhos, sob a forma de bandos de *caçadores-recolectores*. De acordo com José Luís Cardoso, "*As descobertas* [...] *fazem recuar, por critérios geológicos, a presença humana no território português para cerca de 1,5 Ma, encontrando-se consubstanciada por artefactos situados entre os mais antigos e não menos polémicos, testemunhos humanos até ao presente identificados em solo europeu*". Para além das jazidas do Alto de Leião e Serigado, é de referir a do Cabecinho, situada a norte de Tires, com importante espólio do Paleolítico Inferior (5).
Neste recuado período já é possível assinalar que "*a sucessão tecno-industrial e cultural é coerente, desde as estações mais ocidentais, no concelho de Cascais, até às mais orientais, situadas já no concelho de Loures, passando pelo núcleo de maior densidade de vestígios, na região da Amadora. Deste modo é lícita a designação de tal conjunto de estações— que constituem uma das manchas paleolíticas mais importantes da Europa— por 'Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa', expressão detentora de significado cronológico e cultural bem definido*" (6).
Ao Paleolítico Superior corresponde a época de maior degradação climática da última glaciação, com ocupação humana de grutas naturais, com vestígios identificados culturalmente com o *Solutrense* de matriz mediterrânea e levantina (7).

- Paleolítico Antigo
- Paleolítico Superior
- Epipaleolítico/Mesolítico
- Neolítico
- Calcolítico
- Idade do Bronze
- Idade do Ferro
- Época Romana
- Período Visigótico
- Dominação Árabe
- Baixa Idade Média
- Moderno
- Contemporâneo

II.2.2.1.a - Carta Arqueológica do Concelho de Cascais

CARDOSO, Guilherme - Carta Arqueológica do Concelho de Cascais. Cascais: CMC, 1991, 111 p. ISBN 972-637-018-3


S. Marcos
Tercena
Queluz de Baixo
Venda Nova
BENFICA
Damaia
Buraca
Casal dos Adaos
Mata de Queluz
Colão Velho
Olaria
Trajouce
CARDOSAS
Quinta Nova
Conceição da Abóboda
Olaria
Valeia
BARCARENA
Alfragide
Alto
CARNAXIDE
Outorela
Portela
Caselas
Linda-a-Velha
Bairro do Restelo
ALGÉS
Cruz Quebrada
Dafundo
Boa Viagem
Praia de Caxias
Forte de Caxias
Forte de Giribita
Forte de S. Bruno
Praia de Cruz Quebrada
Abóboda
Cherrinhos
Polima
Forte Salvo
Leceia
Outeiro de Polima
Cabeço do Mouro
Vila Fria
Quinta da Fonte
Quinta da Fonte de Leceia
Quinta do Conde
Quinta do Cardoso
Quinta do Lago
Quinta do Rochedo
Quinta do Cedro
Quinta dos Cedros
Quinta do Bom Retiro
Quinta do Belo Retiro
Quinta do Barroncho
Quinta do Monge
Quinta do Moinho Encarnado
Quinta do Moinho da Pombal
Quinta do Moinho do Castelo
Quinta do Buraco

- Epipaleolítico/ Mesolítico

Trata-se de uma época em que as mudanças climáticas e da morfologia do solo, com o aquecimento da terra e a subida do nível do mar, provocam uma adaptação dos grupos humanos a novas condições, através da aquisição de novos hábitos.
Desaparecem muitos dos animais de caça e a sucessão de verões e invernos é muito bem marcada, levando à migração de animais em busca de condições de adaptação. Assiste-se então a um princípio de sedentarização (8).

- Neolítico

Embora no concelho de Cascais não se encontre bem definida a transição das comunidades de caçadores-recolectores para as de pastores-agricultores, há indícios de uma continuidade na ocupação esporádica do litoral, para pesca e apanha de moluscos, testemunhada desde o Paleolítico tanto em Cascais como em Oeiras (9) em conjunto com "*a ocupação junto a ribeiras, para uma agricultura muito incipiente*" (10).
No Neolítico Final, "*no decurso da segunda metade do IV Milénio a.C., assiste-se, na Estremadura, à ocupação progressiva de sítios de altura, com boas condições de defesa*" (11). É desta altura o estabelecimento do povoado de Leceia— ainda sem muralhas defensivas— estrategicamente situado num esporão de formação calcária, sobre um vale fértil da ribeira de Barcarena. E dada a possibilidade de o nível médio das águas do mar se situar nesta época a cerca de 5m acima da cota actual, estariam criadas condições favoráveis, não só à recolecção de recursos aquáticos, mas também "*à navegabilidade da ribeira de Barcarena até à zona do antigo povoado pré-histórico*" (12).
Não existem, de acordo com os autores citados, estruturas defensivas em nenhum povoado deste período. No entanto, "*a evidente preferência pela ocupação de sítios em altura pressagia a existência de situações potenciais de conflito, arqueologicamente não detectáveis até então*" (13). E adianta josé Luís Cardoso que os bens a defender seriam o resultante da acumulação de excedentes de uma produção que beneficiava dos avanços tecnológicos entretanto adquiridos, designadamente a introdução do arado, do carro, da tracção animal (14). É interessante considerar que são justamente os excedentes, potenciadores de lucros, de mais-valias económicas (se esta linguagem for aplicável à época em apreço), que provocam "*instabilidade e tensão social intergrupos*" (15).

Outros povoados como o de Carnaxide, em Oeiras e os de Cascais, como Branqueiras, Louceira, Montrigo, Polima II e Parede, encontram-se normalmente "*a meia encosta, virados a sul, perto de linhas de água*" (16), confirmando a incidência de um "*padrão de povoamento característico no Neolítico Final regional*" (17).

Põe-se aqui a hipótese de uma coincidência, ou recorrência, eventualmente cíclica, deste padrão relativamente a muitos pequenos núcleos do interior dos concelhos, que será retomada na análise morfológica dos aglomerados. Tratar-se-á de uma origem comum nestes tempos recuados, ou a aplicação de uma racionalidade funcional ditada pelo instinto de sobrevivência?

As grutas, que em épocas anteriores terão funcionado como abrigos, servem no Neolítico final de necrópole colectiva. Algumas são escavadas para o efeito, como as de Alapraia e S. Pedro do Estoril, e os vestígios encontrados remetem para a existência de cultos ligados a "*crenças mágico-religiosas ligadas ao 'mundo dos mortos'*" (18). A sua existência relaciona-se com povoados próximos, o que remete para uma organização social e cultural próprias.

O povoado da Parede, cuja descoberta se deve a E. Prescott Vicente e E. da Cunha Serrão, em 1953, "*numa zona que o casario moderno quase ocupa por completo*" (19), foi escavado por Afonso do Paço em 1957, após uma campanha de reconhecimento em 1955, com os signatários da descoberta.

Da descrição dos trabalhos e do espólio, ressaltam alguns elementos de interesse para o tema do povoamento: Aos arqueólogos deparou-se-lhes um conjunto de vários estratos, correspondentes a diferentes épocas, mas muito misturados. Significa que, à imagem de Leceia e outros povoados, houve alguma continuidade de ocupação por diferentes grupos, do Neolítico ao Calcolítico. O autor aproxima, inclusivamente, este povoado de "*Liceia*", face ao espólio identificado, bem como da estação eneolítica do Estoril e de outros da região de Lisboa, da Estremadura e do Alto Alentejo (antas).

"*Estas populações alimentavam-se da caça e da pesca, além de animais que criavam, e da agricultura, sendo prova de tudo isto os restos encontrados nas escavações arqueológicas*" (20).

Corroborando a hipótese da ausência de conflitos, diz o autor: "*Estas populações de Cascais deviam ser gentes pacíficas, pois os seus povoados parecem estar desprovidos de muralhas e é, como dissemos, muito reduzida a utensilagem bélica*" (21).

Por outro lado, embora assinale, de entre os materiais de sílex algumas "*foicinhas e serrinhas*" que serviriam para engastar em cabos de osso ou madeira, o autor considera que "*a escassez de foicinhas de sílex leva-nos a admitir uma fraca cultura cerealífera, cuja*

existência está contudo assinalada pela presença de algumas mós de granito destinadas a farinar ou triturar" (22).

- Calcolítico

Num registo de continuidade dos povoados já existentes, as primeiras culturas metalúrgicas surgem num ambiente de conflitos, assinalado pela construção de fortificações como a de Leceia, cujas estruturas construtivas denunciam "*características proto-urbanas*" (23), com uma concepção prévia de conjunto.

Enquanto para Cascais Guilherme Cardoso assinala a posição de domínio visual e estratégico dos povoados desta época, complementados por vigias temporárias em pontos altos, José Luís Cardoso faz a descrição dos ciclos de povoamento de Leceia, com o pormenor que o apurado e assíduo trabalho de escavação, estudo e identificação, desde 1983, lhe permite (24).

Já o período correspondente ao Calcolítico Final, com o aparecimento da cultura do vaso campaniforme, define "*um período áureo da Pré- História do concelho* [de Cascais]. *Por todo o território existem vestígios desta época. São, no entanto, significativos os povoados de Talaíde e Freiria*" (25).

Em Leceia, sucessivas gerações asseguraram a continuidade do povoado durante o período do Cacolítico Inicial, seguindo-se uma fase de decadência, precisamente quando o cobre faz a sua aparição. É assim que "*a construção da imponente fortificação de Leceia se efectuou logo nos primórdios do Calcolítico Inicial, cerca de 2800 a. C*." (26). O complexo dispositivo defensivo incluía, no espaço entre as três ordens de muralhas, "*estruturas comunitárias como currais, eiras, casas e grandes superfícies lajeadas*" (27). Sede de uma comunidade sedentária, circunscrita a um determinado território, que evolui ao longo de mais de mil anos, "*explorando de forma cada vez mais aperfeiçoada os recursos naturais disponíveis*" (28), testemunha também uma franca abertura aos contactos económicos exteriores, incluindo o comércio de excedentes agro-pastoris e as trocas de matérias-primas, e "*que viabilizam a introdução de novas tecnologias como a do cobre, bem como a adopção de novas práticas religiosas, de origem ou influência mediterrânea*" (29). A actividade agrícola encontra-se testemunhada por eiras e mós manuais, destinadas à produção de cereais; a horticultura pela presença de sachos de pedra polida; e a criação de animais, com rebanhos de ovinos, caprinos e bovinos era já uma realidade, pela "*plena manipulação de todas as espécies domésticas que actualmente são a base da nossa própria alimentação*" (30).

- Idade do Bronze

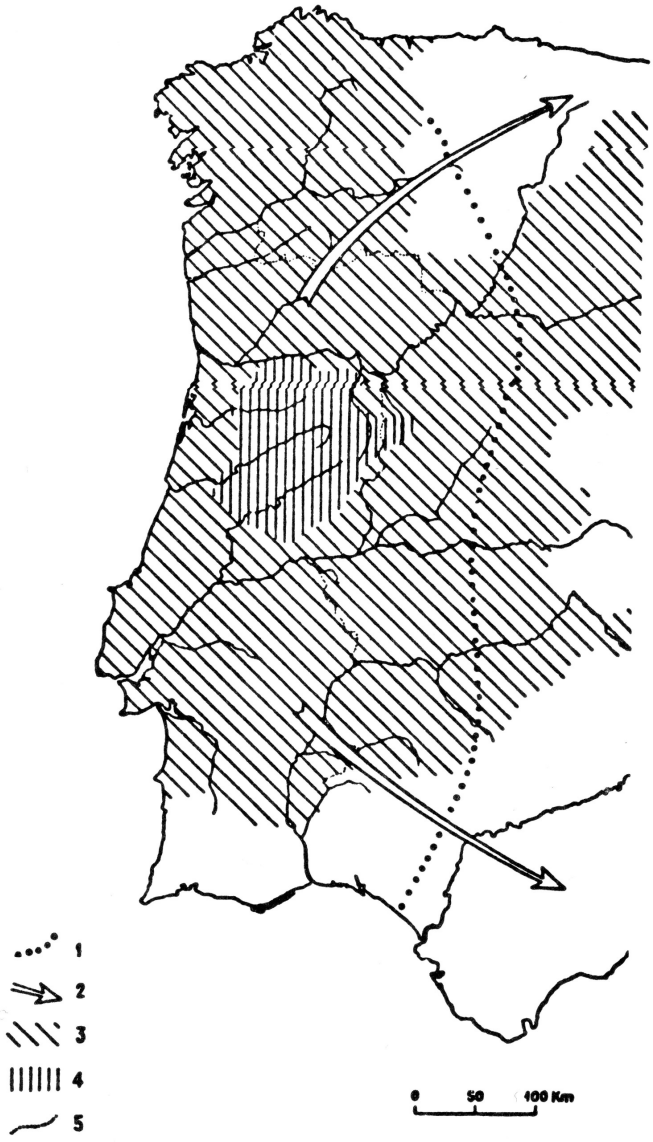
O que se salienta para este período no concelho de Cascais é o grande número de pequenas jazidas, onde avultam as cerâmicas carenadas, ainda de produção com técnicas rudimentares; começm a rarear os objectos de sílex, mas continuam a destacar-se os elementos de foice denticulados, indício da continuidade da produção cerealífera (31).

Foi descoberta uma importante jazida desta época "*no Alto do Cabeço de Mouro, a sul da Abóboda, destruída em 1974-75 por uma pedreira. A sua localização, que permitia um domínio visual sobre uma grande extensão, leva a supor que este povoado possa ter servido de atalaia*" (32).

Em Outubro de 2003 foram realizados trabalhos de escavação arqueológica, dirigidos por João Luís Cardoso, na encosta voltada a nascente e situada na adjacência do referido povoado, na sequência da intenção de urbanização do local. As conclusões basearam-se em materiais muito dispersos, tanto em superfície como em profundidade, recolhidos em extensão e provenientes de um *silo*, escavado na rocha calcária, o qual remete também para a produção de cereais: "*A ocorrência deste silo em área agrícola, sugere a existência de uma pequena unidade doméstica especializada na cerealicultura efectuada no próprio local, em estreita dependência do importante povoado de altura do Cabeço do Mouro, centro populacional que administraria a região envolvente, provavelmente até o litoral oceânico, situado a cerca de 4,5 Km para sul, de onde provieram os moluscos identificados*." (33). Com esta hipótese, alguns aspectos se podem desde já ter presentes.

Cabeço de Mouro, no interior do concelho de Cascais, na área de influência de S. Domingos de Rana, sobranceiro ao vale de Freiria, que até 1980 era sobretudo um grande morro escalvado, com um embrião de bairro clandestino no sopé, afinal fazia jus à toponímia, pois os locais assim baptizados pelo povo correspondem geralmente à presença de vestígios importantes de épocas passadas. De assinalar que, nestes casos, a ignorância andava acompanhada por um saudável respeito, que por vezes redundava no medo e gerava superstições, mas preservava os *sítios*.

O facto de ali se ter situado um importante povoado com eventual preponderância regional, na Idade do Bronze, época em que parecem ter começado a definir-se com alguma segurança características próprias de um território mais alargado (abrangendo a actual Estremadura), pode significar uma solução de continuidade no processo do povoamento, facto a ter em conta, face a outros exemplos, como Leceia, numa época anterior. Por um lado, é esta descontinuidade, consubstanciada pelo abandono definitivo das estruturas que possibilita a



O Ocidente peninsular antes dos romanos.

Legenda: **1. Limite oriental da área da civilização megalítica; 2. Expansão dos seus elementos culturais; 3. Área de domínio dos celtas; 4. Solar dos lusitanos; 5. Fronteira actual de Portugal.**

II.2.2.1.c- O Ocidente peninsular antes dos romanos – In RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - Geografia de Portugal III. O Povo Português. 1ª Ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, p. 649.

operação de descoberta arqueológica. Por outro, a mesma descontinuidade significa sempre uma *mudança*, às vezes radical, por motivos nem sempre claros, mas que se considera, no âmbito deste estudo, corresponderem a uma nova fase na evolução dos *modos de vida*, sem que estes sofram uma alteração substancial quanto ao seu carácter agro-pastoril, já herdado de gerações anteriores.

Durante o período do Bronze Final, verifica-se a consolidação da riqueza da Baixa Estremadura, baseada nos mesmos factores naturais e humanos que já vinham do Calcolítico: a fertilidade do solo, as condições climáticas, a proximidade do rio e do mar, como vias de comunicação preferenciais. É assim que se desenvolve uma sociedade que aproveita os excedentes da sua produção para fomento das trocas comerciais que se fazem com produtos de regiões longínquas e se torna "*capaz de assegurar a articulação do comércio atlântico com o mediterrâneo*" (34).

É desta altura a substituição progressiva das foices em lascas de sílix de bordo denteado engastadas em suportes de madeira, por peças inteiras em bronze. Testemunho disto é o "*molde de foices de Rocanes, Cacém, junto ao limite do concelho de Oeiras, usado para a produção em série de tais artefactos*" (35)

O povoamento aparece marcado pelo desenvolvimento de "*numerosas estruturas rurais, em geral de raiz familiar, que raramente atingiam a expressão da aldeia*" (36), assinaladas no concelho de Oeiras, mas cuja implantação seria extensiva a uma região mais alargada, "*expressivamente designadas por 'casais agrícolas'*" (37). Os vestígios—"*elementos de foice e fragmentos de grandes recipientes* [surgem] *dispersos à superfície do solo, ao longo de encostas suaves e perto de pequenos córregos*" (38). Não é difícil identificar estas características em muitos *casais saloios* dispersos ainda existentes, ou mesmo considerar que alguns pequenos núcleos urbano-rurais do interior possam ter nestes *casais* a sua origem mais remota, por agregação sucessiva de outros aos iniciais.

- Idade do Ferro

A Idade do Ferro é marcada pela continuidade do povoamento com base na dispersão dos casais agrícolas do Bronze Final, com a assimilação das inovações tecnológicas trazidas pelos artefactos de ferro, o aparecimento e divulgação da escrita e a produção em série e padronizada dos recipientes cerâmicos, pelo recurso ao torno rápido.

Importante também é a presença do comércio fenício— incluindo a possível fundação de estabelecimentos comerciais, identificados na época como *lugares centrais*, bem como do

comércio púnico e mais tarde itálico, acentuando, pela manutenção de estreitos laços económicos, a relação com o mundo mediterrâneo e a sua influência (39).

A incidência de achados deste período na freguesia de S. Domingos de Rana, em Abóboda, Cabeço de Mouro e Freiria (40), mais tarde florescente *villa* romana, faz supor uma continuidade de ocupação de alguns locais, com aproveitamento, ao menos parcial, de estruturas anteriores.

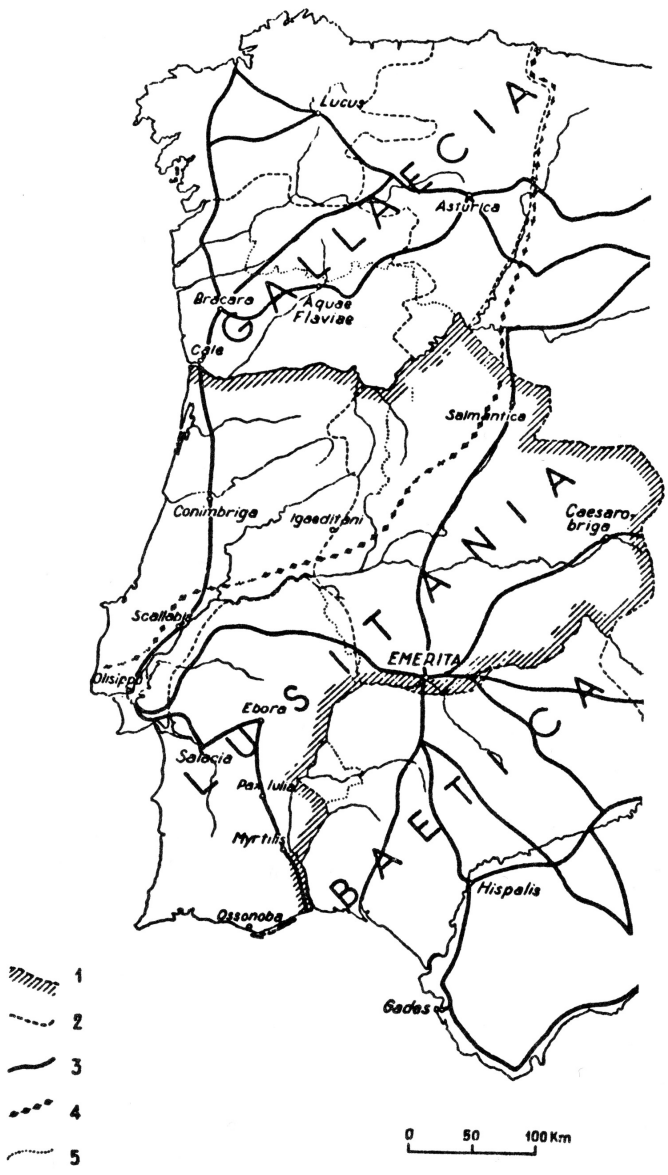
- Época Romana

Iniciada a conquista romana da Península Ibérica em 218 a. C. (41), só após muitas campanhas e vicissitudes, em que se incluem a resistência que o grupo dos *lusitanos* opôs aos exércitos romanos, é que, em 27 a. C, "*concluídas as operações militares no Noroeste, Augusto entendeu estarem criadas as condições para uma reforma político-administrativa da zona mais ocidental da Península*" (42), incluindo "*a criação da província da Lusitânia, a instituição e delimitação de 'civitates' e a urbanização das cidades capitais*" (43). *Felicitas Iulia Olisipo* recebeu de César ou Augusto o título de *municipium*: "*O mar e o Tejo claramente a delimitavam por três lados. A norte vinha até Torres Vedras, porque até aí* [...] *encontramos lápides funerárias de cidadãos da tribo Galéria, que era a sua*" (44).

A romanização dos territórios dos concelhos em apreciação obedeceu, tal como acontecia em geral, a algumas regras dimanadas de Roma e aplicáveis a todo o Império – constituindo factor de unidade do mesmo, ainda que essas regras houvessem que sofrer adaptações locais e tivessem sofrido alterações de acordo com diferentes políticas. Por outro lado, a instalação do novo poder contava com a mais valia decorrente dos processos de *aculturação* (45), da parte dos autóctones que se integravam nos hábitos, leis e aspectos religiosos romanos, enquanto os colonos e respectivas famílias se adaptavam a alguns costumes locais, associando, por exemplo, divindades indígenas aos cultos próprios da sua cidadania (46).

A instalação dos romanos em qualquer território fazia-se sobretudo com base na racionalidade do aproveitamento dos recursos naturais de cada zona (47), para além de considerandos de ordem política e estratégica.

Segundo Jorge de Alarcão, a exploração agrícola extensiva, de cariz latifundiário, encontrou a sua expressão máxima nas *villae* do Alentejo, como Torre de Palma e S. Cucufate. O autor considera insuficientes os dados arqueológicos no sentido de definir com alguma exactidão as diferentes tipologias das *villae* já descobertas e que foram objecto de escavações, bem como as respectivas transformações no tempo.



O Ocidente peninsular durante e depois da Época romana.

Legenda: 1. Limite da Lusitânia romana; 2. Limite dos *conventi*; 3. Vias principais; 4. Limite aproximado do reino suevo; 5. Fronteira actual de Portugal.

II.2.2.1.d- O Ocidente peninsular durante e depois da Época romana – In RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - Geografia de Portugal III. O Povo Português. 1ª Ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, p. 655.

Importante afigura-se também a falta de cálculos relativos à área provável do *fundus*, permitindo ajuizar da evolução histórica da propriedade, a qual corresponde, em muitas zonas, a *centuriações* do território (48).

Freiria e as demais *villae* dos actuais concelhos de Cascais e Oeiras, parecem constituir, do ponto de vista territorial, um *micro-sistema* (49) dentro da tipologia da *villa* latifundiária. No entanto, à escala do território em causa, as villae existentes parecem ter centralizado áreas agrícolas de tamanho razoável (50) e, embora não se conheça ainda a arquitectura de todas as componentes dos exemplares descobertos em Portugal (51), as *villae* organizavam-se como complexos agro-pecuários e/ou industriais, seguramente segundo o esquema mais generalizado que incluía a *pars rustica* (alojamentos de criados de lavoura, lagares, etc), a *pars urbana* (residência senhorial e termas) e a *pars frumentaria ou fructuaria*, destinada ao armazenamento das produções (52). No caso destas serem também, ou exclusivamente, de origem industrial, como é o caso da produção de *garum* (junto ao litoral) ou terem a ver com actividades como a tinturaria ou curtumes (Casais Velhos, Cascais), as adaptações arquitectónicas às várias funcionalidades encontram-se patentes nos elementos postos a descoberto (53).

José d'Encarnação, para introduzir o tema da implantação romana no território do concelho de Cascais considera três factores importantes na caracterização do mesmo.

Um dos factores é a fertilidade do solo:

"*Podemos dizer que a área hoje pertencente ao concelho se distribui por duas zonas distintas tanto do ponto de vista orográfico como do da fertilidade do solo: a metade nascente vem no seguimento dos excelentes terrenos de cultivo de qualidade A, do vizinho concelho de Oeiras, bem adaptados às culturas cerealíferas; a metade poente estende-se por uma sucessão de colinas onde os terrenos de cultura alternam com encostas revestidas de mato, cujo elemento dominante é sem dúvida o carrasco*" (54).

A situação estratégica do território "*como sentinela do estuário doTejo*" (55) é outro dos factores.

A proximidade de Olisipo, "*porto de mar e centro de consumo*" (56) surge também como determinante de uma ocupação que doravante vai começar a definir-se e a reconhecer-se na especial relação com a cidade cuja proeminência e enriquecimento contribui para o desenvolvimento dos territórios adjacentes, mas que também depende destes em termos estratégicos (muito concretamente, a sua defesa) e de sobrevivência, num quadro que começa a delinear-se de relação suburbana.

Os factores naturais já estavam presentes em épocas anteriores, dando origem a determinados tipos de povoamento, adaptados a condições e recursos, como ficou expresso. Não é de estranhar portanto, que a ocupação romana, a qual não encontrou resistência por parte dos autóctones, tenha mantido os povoados antigos, a par da construção das villae (e mesmo estas, como Freiria, aproveitando localizações já anteriormente ocupadas (57) e de elementos estruturantes, tais como redes de estradas e caminhos, pontes, obras hidráulicas (em que se incluem as barragens) e a própria divisão da propriedade, desenvolvendo, sempre que possível, culturas e explorações de recursos existentes ou potenciais.

É assim que, para além dos cereais, na cultura extensiva, surgem a plantação da vinha e da oliveira, reforçando deste modo a influência e o carácter mediterrâneo já instalado (58).

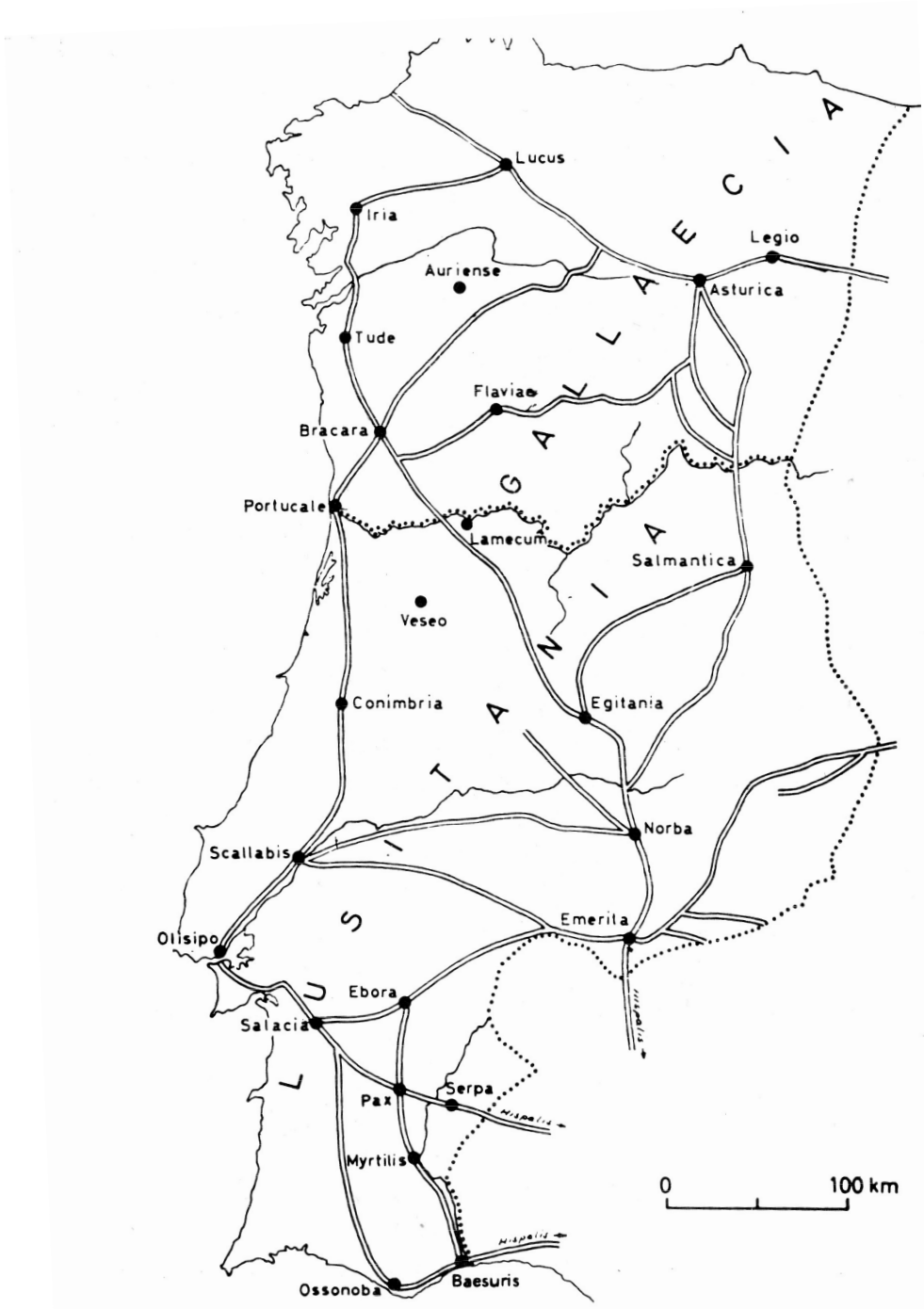
A já aludida continuidade dos territórios de Oeiras e Sintra é aqui reforçada pelo parecer de José d'Encarnação que, remetendo para os trabalhos desenvolvidos nos concelhos vizinhos, considera que "*o panorama que vamos traçar poderá aplicar-se 'mutatis mutandis' aos vizinhos territórios* [de Sintra e Oeiras]" (59).

A distribuição das *villae* obedece a localizações que, de acordo com as regras de *Columela* (60), se situam preferencialmente nas cotas entre 50m e 100m, "*em plataformas planálticas sobranceiras ao terreno envolvente, designadamente encostadas a ribeiras*" (61), longe do mar (porque o ar do mar não é saudável), afastadas umas das outras um mínimo de meia milha e um máximo de duas milhas, numa distribuição que tem a ver "*com as condições agrícolas do solo, mormente com a presença de cursos de água ou de mananciais abundantes. Vemo-lo, por exemplo, nos Casais Velhos a que a água chegava da colina vizinha por meio dum aqueduto ainda hoje visível no terreno; conhecemo-lo através da tradição, em relação ao Alto do Cidreira; está sobejamente documentado em relação a Freiria* " (62).

Um terceiro factor, de acordo com o autor, prende-se com "*a necessidade de defesa e vigilância*" (63). Verifica-se a posição estratégica de abrangência visual de algumas *villae*, o que permitiria não só detectar aproximações por terra ou mar, mas também uma comunicação entre elas, em caso de necessidade.

Neste sentido, será de admitir a hipótese de o Cabeço de Mouro, contíguo a Freiria, e referido como possível povoado *atalaia* do período do Bronze Final, ter funcionado para aquela *villa* com a mesma finalidade?

Da descrição feita de "*sítios de ocupação romana*" (64), com destaque para Freiria, deduz-se que, para além da peocupação com a salubridade do sítio, se tentava a recriação, quanto



Principais vias romanas da Lusitania e da Gallaecia
(segundo Hübner, simplificado)

II.2.2.1.e- As vias romanas principais. In MARQUES, A. H. de Oliveira - História de Portugal 2ª Ed., Vol. I, Lisboa: Palas Editores, 1976, p. 36.

possível, das condições funcionais e de conforto da habitação do senhor a partir do modelo romano da *domus* (65).

Em Freiria, a *pars urbana* aparece constituída pela *domus*, organizada à volta de um peristilo de colunata e "*dotado de pequenos tanques de caprichoso recorte*". Os diferentes compartimentos organizavam-se também à volta de um pequeno átrio, tendo sido identificado num deles um revestimento a mosaico polícromo (de desenho geométrico). A zona termal, apesar de muito destruída, sugere uma boa dimensão e alguma complexidade, com sistema de abastecimento de água e saneamento.

Tratava-se, efectivamente, de uma residência de campo, em que, a par de uma adequada sobriedade, elementos e pormenores como capitéis coríntios e lintéis decorados, levam os arqueólogos a comentar que por eles "*poderemos ajuizar do ambiente requintado em que o proprietário desejaria movimentar-se diariamente*" (66).

A *pars rustica* incluiria por certo os alojamentos dos trabalhadores (67). Os lagares, de azeite, o que foi perfeitamente identificado; eventualmente de vinho, um outro, "*também de consideráveis dimensões*" (68) e a extensão da *pars fructuaria*, com celeiro de grandes dimensões, construído de acordo com "*os modelos clássicos preconizados pelos agrónomos"* (69), remete, não só para grande volume de produção própria, mas também para um modelo de funcionamento capaz de centralizar a produção da vizinhança (70).

A produção cerealífera, aproveitando a excelente qualidade dos solos, é atestada não só pelo celeiro de Freiria mas também pela "*grande quantidade de mós achadas em praticamente todas as villae*" (71). Outra actividade económica importante seria a olivicultura, aliada ao achamento de vários pesos de lagar romanos, bem como a vitivinicultura, segundo José d'Encarnação e Guilherme Cardoso (72).

Ainda de acordo com os autores, a criação de gado, que surge sempre associada à actividade agrícola, incluiria gado vacum, caprino e ovino, que forneceriam alimento, mas também matérias-primas para indústrias de curtumes, fiação e tecelagem (para além dos aludidos pesos de tear, foram recolhidas, nos vários sítios arqueológicos, muitas agulhas, de diversas formas e materiais).

Outro facto interessante que se torna patente na descrição dos *sítios*, é a variedade de actividades, nomeadamente de carácter industrial, como a possível tinturaria de Casais Velhos (73) e a salga de peixe e derivados em Cascais. A presença de um número razoável de pesos de tear (74), por seu lado, faz pensar em indústria de tecelagem, mas também na necessidade

que estes complexos habitacionais e agro-pastoris teriam, de ser em grande medida auto-suficientes (75).

A construção, com produção de materiais como a cal e a base para *opus signinum* poderia contar também com a extracção de ocre vermelho e amarelo (76) e não é de estranhar que elementos cerâmicos essenciais na construção, como "*as telhas, planas e largas (tegulae) e as telhas de canudo (imbrices) que as complementavam para cobrir os telhados; os tijolos— paralelepipédicos (para as paredes), de quadrante (para as colunas), refractários (para revestimento do hipocausto)*" (77), fossem também de produção local.
Apesar do volume de importação de objectos de cerâmica atestados pelos estudos das peças encontradas (78), é natural que os objectos de uso comum, populares e mais grosseiros, fossem produzidos localmente (79), dando origem, ou continuando, uma produção sobretudo artesanal que se prolongou na História.

Eram exploradas pedreiras, recurso abundante na região, nomeadamente *mármore* de Porto Covo e Torre da Aguilha, em S. Domingos de Rana (80).

Quando se procura indagar do *carácter das gentes* que, na época, viviam neste território, completando o que os restantes vestígios informam acerca dos *modos de vida*, recorre-se aos poucos elementos escritos locais, sob a forma de monumentos epigráficos: epitáfios, dedicações a divindades, em estelas, em cupas, em aras...O aturado, paciente e competente estudo destes *escritos*, permitem a José d'Encarnação apontar "*para uma precoce aculturação onomástica. Persistem alguns cognomes etimologicamente pré-romanos mas, a par da pertença à tribo Galéria (de Olisipo), os gentilícios representados, ou são 'Iulius' ou trazem ecos doutras paragens que não peninsulares*" (81), testemunhando igualmente o encontro de influências variadas.
O mesmo se verifica quanto ao culto, prestado a divindades indígenas, "*às quais eventualmente erigem santuários ou destinam um local sagrado para celebração dos seus mistérios*" (82).
No que se refere ao povoamento, "*fora das áreas urbanas, os romanos viviam em pequenos aglomerados populacionais— os vici— e a exploração agrária de maior vulto centrava-se na villa, residência senhorial equiparável ao 'monte' alentejano. Ainda não se identificaram vici no território do concelho de Cascais*" (83), o que remete novamente para a hipótese de continuidade de povoados e casais existentes.



Vista aérea da villa *(Agosto de 1990): a* - lagar sul; *b* - bebedouros; *c* - celeiro; *d* - zona termal; *e* - lagar de azeite; *f) - domus.*

1



3



2

II.2.2.1.f – A Villa Romana de Freiria. 1- Vista aérea da villa (Agosto de 1990). In CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d' – Certezas e Incertezas no estudo da Villa Romana de Freiria. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1991, nº10, foto nº9. 2- Freiria: José d'Encarnação e Guilherme Cardoso nas escavações. (Foto Amélia Cabrita, 2000). 3- Caminho rural de acesso à villa de Miroiço, Manique, modelo dos caminhos romanos secundários. (Foto Amélia Cabrita, 2008).

Não despicienda no presente contexto é a observação feita por Jorge de Alarcão relativamente aos "*grandes progressos na agricultura, pela introdução de novas espécies, novas tecnologias, novos métodos de gestão*" (84), introduzidos pelos colonos que se instalaram nos fins da República e nos inícios do Império, ainda que pouco se saiba deste assunto.

Também na construção, na arquitectura e na engenharia a contribuição romana foi decisiva, ainda que se torne difícil, neste entrelaçar de histórias de muitas gerações, numa continuidade humana que não distingue origens e não separa saberes e culturas, perceber quem trouxe a novidade e quem deu os passos seguintes. Modelos e tecnologias que o devir histórico e cultural transportou até ao presente, já não têm autores: transformaram-se em *objectos de cultura*.

- **O Cadastro romano e a estrutura viária local**

"*A imposição de uma malha cadastral de centuriação correspondia à prática usual dos romanos, que, aquando da ocupação rural de um dado território, dividiam-no em parcelas iguais, de modo a maximizar a exploração dos campos agrícolas*" (85).

Tratava-se do cumprimento de exigências organizativas para os novos assentamentos rurais e urbanos, com a aplicação da "m*ais simples das regras, a de uma planta uniformemente quadriculada,* [...] *tanto no traçado das cidades como na divisão dos campos e se repete com desconcertante indiferença em todas as regiões do império*" (86), contrastando com a preocupação política que os romanos demonstraram, de respeitar as prerrogativas mais importantes e os usos locais (87) mas correspondendo a um objectivo claro de vinculação rígida de alguns aspectos da vida social, "*conseguindo justamente uma grande variedade e elasticidade nos outros aspectos*" (88).

Fazendo coincidir a estrutura viária local com esta divisão *fundiária*, "*as vias percorriam o espaço entre propriedades, ao mesmo tempo ligando e dividindo os diversos terrenos agricultados*" (89).

No sudoeste do *Ager olisiponensis* (90), afastado das vias principais que ligavam *Olisipo* a *Scallabis* ou *Eburobrittium*, nenhum motivo de ordem estratégica militar determinava que os caminhos tivessem outro tratamento que não o de simples caminhos rurais, com 2,5m de largura, de construção simples, em terra batida, aproveitando, de onde em onde, afloramentos rochosos naturais (91).

Guilherme Cardoso logrou construir uma hipótese, apresentada em 2002 e 2003 (92), de um traçado viário ainda reconhecível no terreno, muitas vezes identificado com formas *fósseis*

(93) de antigos percursos, coincidindo em boa parte com o traçado da *centuriação* romana (94). Esta seria constituída por "*duas séries de lineações ortogonais, orientadas respectivamente na direcção NNW - SSE e ENE - WSW, correspondentes a malha quadrangular, com 1420m de lado, extensiva a todo o sector sul - ocidental do Ager olisiponense*" (95). Hipótese que, apesar das dificuldades face às transformações já ocorridas no terreno e à precaridade das vias estruturantes da dita malha, é corroborada pela articulação com a localização das villae e sítios romanos, tanto no território de Oeiras como no de Cascais (96). O atravessamento de linhas de água, comum a toda a zona rural de Cascais, Oeiras e Sintra, seria feito principalmente através de pontes construídas com *lajões* de pedra calcária, colocados paralelamente, assentes sobre elementos verticais, de alvenaria de pedra, apresentando alguns, talha-mares. A ponte da Laje é um exemplo, apresentado na figura II.2.2.1.

O ensaio que se ousa aqui propôr, diz respeito a uma zona delimitada da freguesia de S. Domingos de Rana, objecto do estudo e corresponde à figura **II.2.2.1.j- Cadastro Romano e Estrutura Viária Local**.

A Carta escolhida foi a que apresentava ainda (1954) a indicação de caminhos e veredas antigas. Outras da mesma época ou mesmo anteriores não se mostraram tão propícias. É de salientar o pormenor com que são assinaladas as áreas de pedreiras, em exploração ou desactivadas na época do levantamento cartográfico, as quais podem ter sido também objecto de exploração durante o período romano.

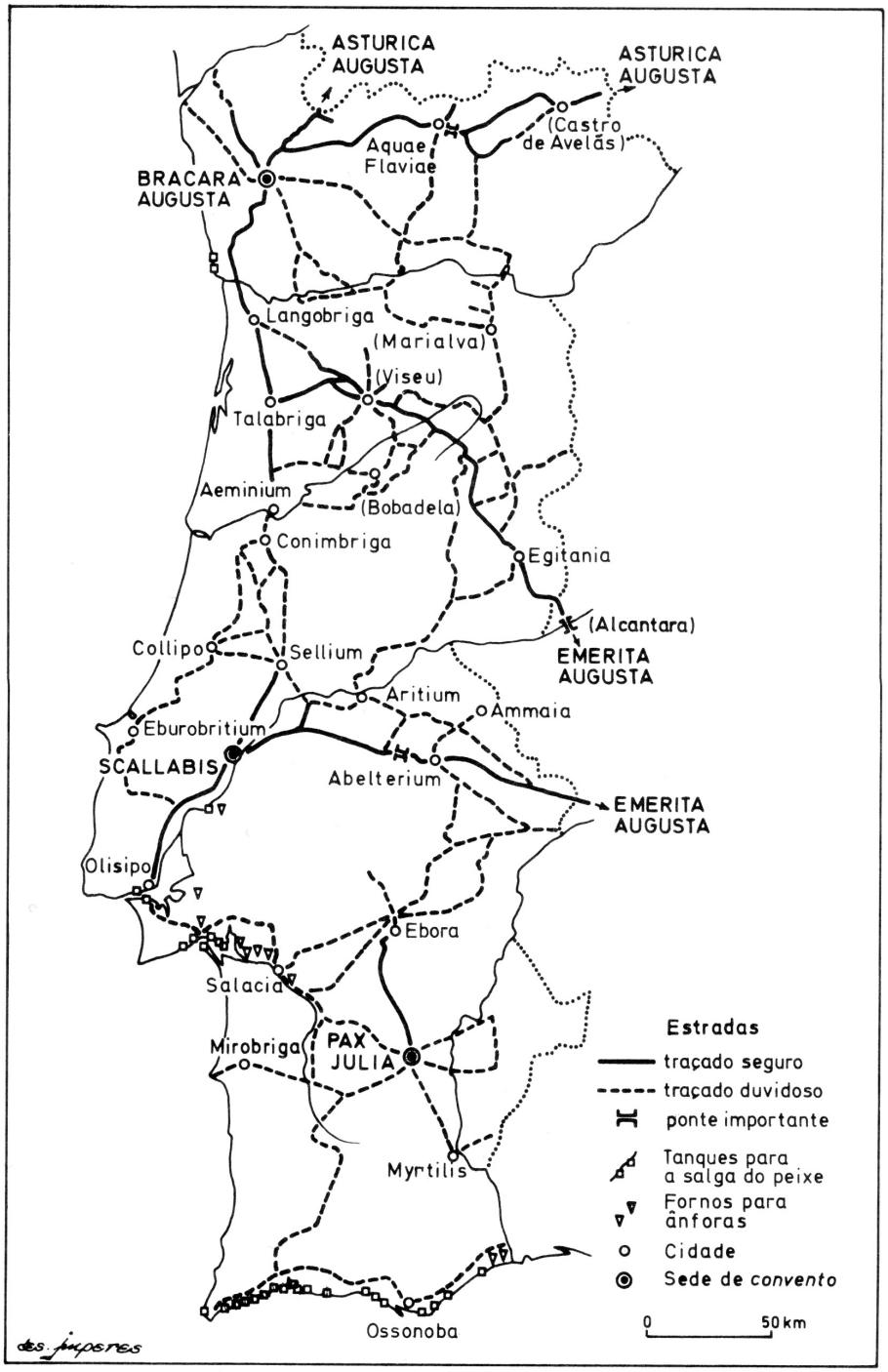
Assinalam-se:

- A parte do traçado viário proposto por Guilherme Cardoso aplicável à zona.
- A localização dos vestígios de sítios romanos e outros considerados relevantes.

Da análise ressaltam alguns elementos:

- A geometria incerta da *malha*, que se sobrepõe a um território acidentado, coincidindo a custo com a geometria do cadastro: É de notar a forma como a mesma se torna sinuosa e se duplica, adaptando-se à topografia, quando se trata de atravessar vales profundos como o da ribeira da Laje, ou junto a Miroiço, para dar acesso à *villa*, localizada num espigão de terreno orientado a sul, dominando o vale da ribeira de Caparide.
- A subsistência parcial da estrutura viária romana em várias épocas, presente ainda hoje, face a todas as modificações do território, directamente reconhecível, actualizada ou abandonada e ainda presente através de alguns traçados *fósseis*.

Como conclusão, pode dizer-se que, a verificar-se a hipótese em causa, esta malha, como um padrão geométrico oculto, quase críptico, foi em parte estruturante da rede viária posterior.



Portugal na Época romana: as estradas e as actividades litorais.

II.2.2.1.g- Portugal na Época romana: as estradas e as actividades litorais. In RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - Geografia de Portugal III. O Povo Português. 1ª Ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, p.685



Traçados propostos de vias e localização de sítios com vestígios romanos. 1, Moinhos da Torre; 2, Abóbadas; 3, Cabanas de S. Marcos; 4, Leião; 5, Talaíde; 6, Freiria; 7, Oeiras; 8, Casal do Clérigo; 9, Alto do Moinho Velho; 10, Caparide; 11, Alapraia; 12, Miroiço (Manique); 13, S. Paulo; 14, Casal Lobeira; 15, Zabrizes; 16, Alcoitão; 17, Alcabideche; 18, Alto do Cidreira; 19, Vilares; 20, Casais Velhos; 21, Miroiços (Malveira).

II.2.2.1.h- Traçado proposto de vias romanas no *Ager Olisiponensis.* In CARDOSO, Guilherme - Acerca das comunicações no sudoeste do Ager Olisiponensis. In V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitânia Romana. Madrid: Secretaria General Técnica, 2004, p. 141.



Sobreposição das propostas de vias e de cadastro.

II.2.2.1.i- Sobreposição de vias e cadastro romano. In CARDOSO, Guilherme - Acerca das comunicações no sudoeste do Ager Olisiponensis. In V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitânia Romana. Madrid: Secretaria General Técnica, 2004, p. 142.



SERVIÇOS CARTOGRAFICOS DO EXÉRCITO - [CARTA MILITAR DE PORTUGAL, FOLHA 430, OEIRAS]. [Material Cartográfico] .Escala [1:25.000]. 1954. 1 carta: Color.; 740x540 mm. IGEO, Lisboa, Portugal.

Villae e Sítios Romanos relevantes

In: (1) CARDOSO, Guilherme - Carta Arqueológica do Concelho de Cascais. Cascais: CMC, 1991
- (2) CARDOSO, João Luís; CARDOSO, Guilherme - Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. Oeiras: CMO, 1993

1- Miroiço - nº133, p.75-76 (1)
- Vestígios de villa romana; Indicios de sepulturas de inumação.
- Vestígios de Paleolítico, Calcolítico, Bronze, Ferro, Romano e Idade Média

2- Caparide - nº151, p.82 (1)
- Vestígios de villa romana
- Nº 152, p.82-83: no centro da povoação, 4 silos com vestígios época árabe

3- Casal do Clérigo - nº125, p.74 (1)
- Vestígios de villa romana
- Vestígios do Calcolítico e Bronze

4- Talaíde - nºs116 a 120, p.71-72 (1)
- Vestígios de intensa ocupação romana: Ara; Necrópole...
- Vestígios romanos ou visigóticos
- Vestígios Calcolítico

5- Tires - nº149, p.81 (1)
- Vestígios de villa romana
- Vestígios do Calcolítico, Ferro e Romano

6- Freiria - nº137, p.76-78 (1)
- Vestígios de villa romana com as componentes de domus; termas; área agrícola com celeiro, lagar e tanques; ara; quadrante de relógio solar, carranca, capitéis toscanos e coríntios, etc.
- Vestígios de povoados do Calcolítico, Bronze e Ferro.

7- Outeiro - nº146, p.81 (1)
- Vestígios de villa romana
- Vestígios do Paleolítico, Bronze e Romano

8- Rana - nº160, p.84 (1)
- Vestígios romanos e medievais

9- Quinta da Boavista - nº99, p.63-64 (1)
- Vestígios do Paleolítico e Romano: lápide romana inscrita

13- Oeiras - nº62, p.82 (2)
- Vestígios de Villa Romana

Outros vestígios relevantes

(In: CARDOSO, Guilherme - Carta Arqueológica do Concelho de Cascais. Cascais: CMC, 1991)

10- Necrópole do Arneiro - nº 167, p.86
- Necrópole árabe
- Vestígios do Calcolítico e Árabe
- Nº168 - Quinta de Sta. Maria: vestígios romanos e medievais

11- Alto do Moinho Velho - nº 150, p.82
- Vestígios de ocupação e necrópole romana: lápides tumulares mármore de São Domingos de Rana

12- S.Paulo - nº27, p.37-38
- Ara romana
- Vestígios de Paleolitico, Romano e Moderno

14- Cabeço de Mouro - nº141 a 144, p.79-81
- Vestígios de: Idade do Bronze, Idade do Ferro, Neolítico ou Calcolítico; Paleolítico e Bronze



a - Caminho antigo abandonado (ver A)



b - Muro limite de propriedade da Quinta da Bela Vista (ver A)



c - Ponte da Laje, talvez de origem romana, com talha-mares



d - Recanto fechado junto a um portão da Estação Agronómica (Oeiras), onde tinha início o caminho romano



e - Ponte sobre a Ribeira das Marianas que que substitui uma idêntica à da Laje, levada pelas cheias de 1967



f - Uma ligação secundária a Rana a partir da ponte e) coincide com a malha romana



g - Vista do local onde estaria implantada a villa assinalada em ①, sobre o vale de Caparide, virada a sul



h - Caminho precário coincidente com a via de fundo de vale junto à villa①



A - O traçado da rede romana coincide com caminhos desactivados, vias actuais e traçado fóssil (muro de propriedade)



B - O traçado romano coincide com vias actuais e traçado fóssil (traços de vereda)

"Traçado Fóssil": vestígios de estruturas desaparecidas que ficaram assinaladas materialmente no terreno de forma indirecta (um alinhamento vegetal, os limites de propriedade, por exemplo)



C - O cruzamento actual em Matos-Cheirinhos coincide com o Romano



D - Junto ao Alto do Moinho Velho (cemitério romano)



E - Coincidência das vias actuais e romana junto a Caparide (villa romana associada à fertilidade do vale)



F - Junto a Rana já é difícil discernir qual a rua que coincide com a romana

II.2.2.1.j - Cadastro Romano e Estrutura Viária Local

Os novos traçados surgem como *rompimento* dessa malha, eventualmente por atravessamentos de propriedades logo na Idade Média. Por estudar estará a relação desses atravessamentos com novos parcelamentos e destes com contextos sócio - políticos e fundiários da época.

Verifica-se também a eventual persistência dos locais povoados, sendo alguns reforçados pela proximidade de *villae*, como é o caso de Tires ou Polima. O mesmo não se poderá dizer de Freiria e Miroiço, cujas localizações se mantiveram após o abandono, sem que houvesse, aparentemente, ocupações ou expansão de construções. Subsistiram assim como testemunho de *valores de paisagem*, estabelecendo com a envolvente natural uma relação cuja lógica foi aproveitada durante muitas e diferentes gerações; cujas características entretanto se perderam, tornando difícil o entendimento das lições para o presente, se tivermos em conta as iniciativas de planeamento para Freiria (97).

2.2.2- Período Suevo e Visigótico

Os Suevos invadiram a Espanha nos começos do século V (98). E, embora o seu declínio tenha sido tão rápido quanto o domínio que exerceram, dando depois lugar às dinastias visigóticas com as quais passaram a alternar e a partilhar o poder, tiveram um importante papel, tanto na continuidade do *elemento romano* (99), como na inovação que depois prevaleceu na Idade Média quanto à organização e criação de dioceses, gerando nova unidade política (100).

Localmente, o desmembrar do Império romano leva, de acordo com as sondagens arqueológicas, "*ao empobrecimento das villae e, posteriormente, ao seu abandono ou remodelação*" (101). Apesar da citada continuidade, a decadência foi gradual e encontra-se expressa na perda do *saber fazer* – adulteram-se as técnicas, os resultados tornam-se mais toscos e simplificados, quer seja na construção quer na cerâmica (102).

O clima de instabilidade social leva ao abandono do celeiro de Freiria e ao recurso à escavação de *silos*, funcionando como cofres do bem precioso que os víveres constituíam.

É de supor, portanto, que a economia tenha deixado de contar com os excedentes, para se fixar mais como economia de subsistência.

Quanto ao povoamento, "*multiplicam-se os pequenos casais rurais à volta das villae*", mas na sua maior parte "*os únicos vestígios visíveis são alguns fragmentos de telha e de vasilhas de pasta vermelha, grosseira*" (103).

2.2.3- O Período Muçulmano

"*A erosão do tempo corroeu muito do espólio da civilização árabe entre nós, principalmente porque o povoamento dos agregados urbanos fundamentais não sofreu falhas de continuidade: os dominadores não deixavam vazios os lugares dos dominados, coexistiam com eles e usaram, no curso da vida, os materiais que as gerações carrearam. Mas não nos iludamos. O fatal espírito de cruzada não poupou, durante séculos— os da Reconquista e os posteriores da competição Além-Mar— muitos vestígios, particularmente os escritos, que se referiam à civilização árabe no Garbe do Andaluz. E o silêncio foi invadindo a velha casa. Sobrevivências deste espírito e por vezes tão-só a simples ignorância de muitos, têm atribuído a outras civilizações o que à de língua árabe, com verdade, pertence.*" (104).

- Esboço de sequência histórica

"*Os Muçulmanos desembarcaram na Espanha, com objectivos de conquista, em 711. Dois anos mais tarde, praticamente toda a Península se achava subjugada ao Islam*" (105).
Os séculos de dominação árabe são marcados em grande parte do território por lutas levadas a cabo, ora por cristãos, ora por muçulmanos, no afã da conquista e reconquista de cidades e territórios, criando, sobretudo na Galiza, nos séculos VIII e IX, um clima de insegurança pouco propício a tarefas de repovoamento ou desenvolvimento económico (106).
A aparente estabilização conseguida pelas investidas cristãs até ao Mondego, no século IX, rapidamente é posta em causa pelos novos ataques muçulmanos. Uma campanha sistemática de "*al Mansur volta a colocar a fronteira permanente no Douro, embora tivesse devastado toda a Galiza*" (107).
Apesar da situação periférica em relação ao Islão peninsular (108), o século IX marca, para o território do al - Garb al - Andaluz, que entretanto se tinha fixado a sul do Mondego e incluía mais de uma circunscrição administrativa (*kura*) e várias grandes cidades, um período florescente. É a partir de *Marida* que se gera um movimento de revolta (109) contra o emir de Córdova. Na sequência das vitórias e reveses destas lutas, durante quatro décadas, "*o ocidente escapava ao domínio de Córdova*" (110).
Mas é só "*após a queda do califado que surgem e se impõem pequenos reinos independentes em Silves, Faro e Mértola e cidades-Estado como Tavira, Santarém e Lisboa*" (111), correspondendo à primeira época dos *reinos de taifa* (112).

Pese embora a precaridade destes *reinos*, que pouco duraram, sendo absorvidos por dois deles mais poderosos— *Isbiliya* (Sevilha) e *Batalyaws* (Badajoz) — a sua existência contribuiu para que se acentuassem localismos (113) e para que, no decorrer das rivalidades entre os soberanos muçulmanos, se abrissem acessos que facilitaram as investidas da *Reconquista*... (114).

É neste contexto que surgem os *Almorávidas*, a quem foi pedido auxílio contra o avanço cristão. O que se revelou espada de dois gumes, uma vez que, reconquistadas posições, os senhores de grande império que eram os *Almorávidas*, passaram a constituir uma ameaça para a independência dos *reinos de taifa*, impondo-se na realidade: entre 1094 (recuperação de *al-Usbuna*) e 1103 (*Santarin*), a fronteira muçulmana atingia de novo a bacia do Mondego (115). "*Al - Andaluz estava, uma vez mais, governado por mãos fortes, senão por emires tolerantes e intelectualmente dotados*" (116).

No entanto, a partir da queda de Saraqusta (Zaragoza) às mãos de Afonso I de Aragão, (1118), novas conquistas cristãs e revoltas internas, com a difusão de um movimento de cariz fundamentalista — o dos *Almohadas* — vêm contribuir para o fim do domínio almorávida e para a eclosão do segundo período *taifa*. Coincide esta fase com uma forte influência e intervenção do movimento religioso *sufi* (117), com êxito sobretudo entre o povo e nos mesteres, do século X ao século XII (118).

É precisamente aproveitando a confusão entretanto lançada no mundo muçulmano, com focos de revolta contra o poder central (Almorávida), liderados por governadores de três *kuwar* (119), que Afonso Henriques conquista Santarin (Março de 1147). "*Quando, três meses mais tarde, com o valioso auxílio de uma frota de cruzados que se dirigiam para a Palestina (2ª cruzada), Afonso Henriques se atreveu a cercar al - Usbuna, a cidade não conseguiu reforços e rendeu-se após um cerco de três meses*" (120).

Cumpria-se assim para a população muçulmana de *al - Usbuna*, a ameaça que "*o pérfido galego Afonso Henriques, senhor de Coimbra— o maldito de Deus*!" (121) constituía.

"*Era o dia 25 de Outubro de 1147. Nesse mesmo dia, sábado, os mouros começaram a abandonar a cidade, e foram saindo aos poucos até a deixarem livre na quarta-feira seguinte. Passados alguns anos, um judeu que provavelmente partilhou a sua sorte, o rabi Abraão Ibn Ezra, recordava amargamente o sofrimento dos vencidos*:

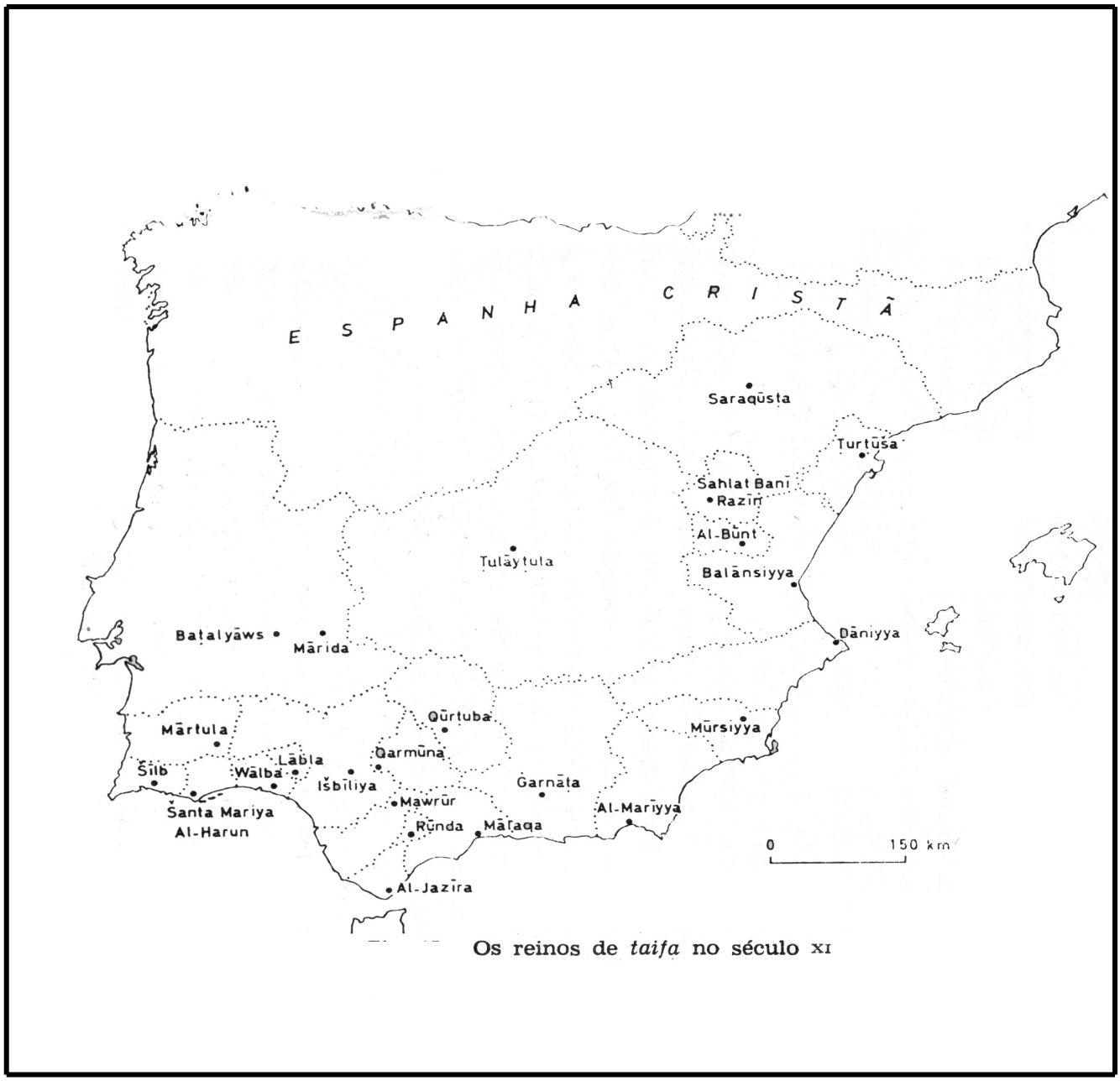
Ai de mim! Abateu-se sobre Sefarad a maldição do Céu
Grande é o luto que desabou sobre o Ocidente.

Eis por que as minhas mãos caíram e de meus olhos, de meus olhos brota água
Como fontes choram os meus olhos pela cidade de Ulissana
Um dia ficou como viúva.
Houve assassinatos e gente esfomeada a gemer por todas as partes
A casa das orações e louvores foi vilmente profanada
E gente estranha, hoste feroz, rasgou de Deus a lei verdadeira.
Eis por que choro, abato as mãos, e a minha boca brada lamentações,
Pois não há ninguém tão aflito, que, como eu, grite:
Quem me dera que a minha cabeça se desfaça em água" (122).

Lisboa e Santarém constituíam marcos importantes da *Reconquista*, já num contexto de decadência da dominação muçulmana, a qual no entanto vai ainda perdurar na faixa sul do cobiçado território do ocidente ibérico...

- Factores de civilização e desenvolvimento

Do ponto de vista da organização administrativa, "*a conquista árabe respeitou e manteve por toda a parte as unidades administrativas existentes.* [...]. *Tal aconteceu também na Península Ibérica. Só as denominações é que mudaram*"(123).
É assim que o emirato corresponde a uma província ou grupo de províncias; as *kuwar* (singular *kura*), ou distritos, coincidiam com os antigos conventos ou dioceses cristãs. As unidades menores, comunidades locais dentro das *kuwar*, designavam-se *quran* (124).
Assiste-se desta forma a uma continuidade da estrutura territorial administrativa de origem romana.
Outro elemento importante foi a rede de estradas que os Romanos, "*no seu esforço para centralizar e pacificar as tribos indígenas*" (125), estenderam por todo o Império, em muitos casos quebrando pela primeira vez um isolamento ancestral de povos e regiões.
A destacar, "*a existência de duas áreas desenvolvidas, uma a norte do Douro, outra a sul da baía do Tejo (incluindo portanto a margem norte do rio)*" (126) e o estabelecimento de um eixo sul-norte, pondo, por um lado, essas duas áreas em comunicação, e por outro, o que se afigura importante como factor do povoamento: fora algumas excepções, "*não há dúvida de que todas as cidades com significado político e económico em tempos visigodos e muçulmanos se localizavam ao longo das estradas romanas: as capitais de província, todas*



Os reinos de *taifa* no século XI

II.2.2.3.a- Os reinos de *taifa* no século XI. In MARQUES, A. H. de Oliveira - História de Portugal 2ª Ed., Vol. I, Lisboa: Palas Editores, 1976, p.53.

as sedes de conventus, kura e unidades judiciais, todas as cidades episcopais e até núcleos urbanos e centros rurais menores" (127).

Embora no Sul a base da economia fosse agrária tal como no Norte, o sul do actual território de Portugal— que para os muçulmanos fazia parte do *al- Garb al - Andaluz*, "*correspondendo aproximadamente à Lusitania romana e visigoda*" (128), beneficiava da integração numa vasta rede comercial e de trocas no sentido oriente- ocidente (129). Superando rivalidades, o comércio também se fazia a partir de sul para os reinos cristãos: "*O comércio cruza a fronteira e entra pelo Norte cristão. Aqui as armas, os cavalos e os artigos de luxo são a perdição*" (130), talvez porque a vaidade e o gosto do consumo não reconhecem fronteiras.

- As cidades e o campo

"*Olha o campo semeado onde as searas parecem / ao inclinar-se ante o vento/ esquadrões de cavalaria que foram derrotados/ sangrando pelas feridas das papoilas*" (131).

A maior parte dos poetas andaluzes cantam as maravilhas do campo e dos jardins, mas "*olham a vida de cima, dos palácios como o das varandas de Silves, das alcáçovas, das casas de campo com seus vergéis e jardins*" (132).

Poemas como o de *Alcabideche*, onde se fala da rudeza da vida rural, mas também da nobreza da liberdade, que Ibn Muqãna (133) dedicou à sua terra natal, para onde se terá retirado no fim da vida, depois de muitos senhores ter em vão servido, parecem mais uma excepção à generalidade dos poemas árabes, em que não há referência ao trabalho camponês, embora não faltem os que "*exaltam as laranjeiras, as peras, as maçãs, a beringela, a alcachofra*" (134), para além do fascínio da água e dos jardins (135).

No entanto, no mundo de cidade que é o muçulmano, palpitante de vida, "*onde não falta o ouro e a prata*" (136), a cujas portas "*chegavam as caravanas, carregadas de mercadorias e de notícias*" (137), era o trabalho camponês que "*alimentava os palácios, as mesquitas, os exércitos, corria no vinho das orgias. Pão, vinho, azeite, marcavam então, como hoje, o nosso espaço mediterrânico*" (138).

As muitas referências literárias ao consumo do vinho parece indiciar um regime que se demarcava dos preceitos da religião (139):

"*O vinho decantava nas pipas, nos odres, nas garrafas e brilhava nas taças passadas de mão em mão à roda da lareira*" (140).

As fontes escritas árabes só referem, para o nosso território, as cidades "*que mantinham um certo estatuto de capitalidade*" (141). A conquista islâmica ou, em muitos casos, a ocupação pacífica e posterior partilha de espaços, urbanos e rurais (142), incidiu sobre as cidades que, em plena decadência romano/visigótica, ainda mantinham estatuto de centros, ou eram antigas capitais de diocese (143).

A ocupação continuada de construções, infraestruturas e áreas funcionais urbanas (144), dificulta a tarefa de identificação da arqueologia quanto às construções de raiz, as quais se referem sobretudo a sistemas defensivos e alcáçovas. Só em fases posteriores, a partir do século IX, se procede à renovação de áreas degradadas e ocupação de espaços devolutos de antigas urbes, ou à sua substituição por núcleos de defesa e se fundam novas cidades, como Badajoz (145).

"*A cidade tripartida começa, então, a impor-se, com a sua alcáçova/ alcácer que representa o centro do poder, com a almedina, por onde se estende o casario, em múltiplos bairros defendidos por muralhas urbanas; e com os arrabaldes, onde se desenvolvem as diferentes actividades económicas, nomeadamente as indústrias poluentes*" (146).

Para uma civilização de carácter urbano como a árabe, o *al - Garb*, todo o território a sul do Tejo, sem condições naturais para uma grande demografia, ao contrário do Norte, constituía a base para um tipo de ocupação que funcionava com "*a existência de algumas grandes cidades e aldeias, desconhecidas do Norte. Aí residiam, tanto os ricos proprietários de campos de trigo, pomares e rebanhos, como os trabalhadores que os faziam produtivos. Aí viviam mercadores, artífices, marinheiros e pescadores também. O Sul mostrava-se urbano em carácter, embora exigisse pouco povoamento humano entre essas cidades*" (147).

Entre os núcleos mais importantes, estavam *al - Usbuna* e *Santarin*, *Sintara*, *al - Ma' din* e as restantes cidades e povoações do sul, de Alcácer a Cacela, passando por Elvas, Évora, Beja, Mértola, Juromenha, Silves, Santa Maria de Faro... Numa geografia humana que depois permaneceu durante muitos séculos. "*Al-Usbuna era uma grande cidade para o ocidente de al - Andalus*" (148) e assim irá ser assumida pelos novos senhores da época cristã.

O que permaneceu foi também a matriz económica, baseada na agricultura, com destaque para a produção de cereais, sobretudo o trigo. Era famosa a região de *Balata* (a actual Valada do Ribatejo), pela sua alta produtividade (149). Fruta e azeite vinham logo a seguir ou detinham mesmo o primeiro lugar. "*Em redor de cada cidade pomares, acompanhados de férteis e verdes hortas, alimentavam a população local, permitindo algumas exportações também*" (150).

Os historiadores atribuem aos muçulmanos a introdução ou aperfeiçoamento de engenhos que contribuíram grandemente para o desenvolvimento da produção agrícola, principalmente no sul, mormente a *na'ura* (nora) e a *saniya* (azenha).“*Trouxeram ou difundiram uma variedade botânica do trigo (trigo mourisco), o arroz, a laranja e o açafrão, só para mencionar uns poucos exemplos*” (151).

Atingiram relevância económica a produção de sal e a pesca, bem como a exploração de minas de cobre e prata no Alentejo; de estanho no Algarve (152) e, de acordo com as descrições, o ouro na foz do Tejo e o âmbar, no contexto mais alargado do *Andalus*, comparado, pelos autores árabes da época, ao paraíso (153). Quanto à produção artesanal, os mesmos autores referem-se sobretudo à actual Espanha, citando a produção de armas e armaduras; azulejos; arreios; papel; vidros; olaria; estofos e tecidos de prata e ouro... “*O Andalus é igualmente rico em mármores e pedras para a construção*” (154).

- As aldeias, a propriedade e o regime feudal

Revela-se de interesse para a aproximação à evolução do uso do território uma referência ao regime da propriedade em domínio muçulmano e à fixação da palavra *aldeia*.

Embora a estrutura social, no que se refere à distribuição da propriedade, não fosse muito diferente do norte cristão, com uma classe de proprietários rurais que detinham a maior parte do solo (155), no *al - Garb al - Andalus*, “*esses latifundiários habitavam geralmente nas cidades ou nas grandes aldeias, onde recebiam as rendas das suas herdades que, de tempos a tempos visitavam por curtos períodos*” (156). Também os senhores romanos das *villae* da circunscrição de *Olisipone* faziam o mesmo, residindo muito provavelmente na cidade a maior parte do ano (157); mais tarde, em contexto cristão, o regime feudal vem dar continuidade a isto mesmo: em relação a Cascais na Idade Média, diz Oliveira Marques: “*Pode perguntar-se se os donatários alguma vez viveram em Cascais ou se o feudo não passava de fonte apreciada de rendimentos para senhores absentistas*” (158).

A partir do século XVIII e até às primeiras décadas do século XX, são as Quintas de Recreio dos arredores de Lisboa que dão a versão moderna desta forma de usufruto do território, pois para além da função social e recreativa, estas quintas centralizavam também a gestão de um complexo agrícola (159).

A vida nas *cortes*, muito associada a este tipo de propriedades rurais, revelou-se sempre um atractivo em todos os tempos, e as várias *itinerâncias* sempre contribuíram para o movimento

e brilho de cidades e povoações, quando não para o próprio desenvolvimento ou decadência (160).

O tipo de propriedade que no sul muçulmano se chamava "*dai'a (plural diya*'), *donde o português tirou a palavra aldeia*" (161) era constituída por um "*núcleo, onde se localizava a casa senhorial, rodeada pelas habitações dos clientes e por outras dependências*" e tranformou-se, em tempos cristãos, na *aldeia*, tal como a concebemos (162).

Ora a exploração rural das áreas de cultivo e pastagens da grande propriedade que era a *dai'a*, era entregue a camponeses livres (*muzari'*), mediante o pagamento de uma renda "*a qual podia ascender a metade da produção*" (163).

Num Estado vinculado à religião como o islâmico, a propriedade era teoricamente sua, tendo as parcelas de território sido concedidas "*perpetuamente a um guerreiro e seus herdeiros*" (164) e o pagamento da respectiva dízima relacionava-se com a obrigação religiosa da *esmola* (um dos cinco pilares da religião islâmica).

Não parece demais ver neste esquema uma antecipação do regime feudal, que depois vigorou, com outros protagonistas, para o mesmo território depois de apropriado pela *Reconquista*.

Quanto à evolução da propriedade, parece ter-se feito em parte à custa de aquisições de terras que mercadores e altos funcionários (equivalente ao que mais tarde se apelidará de burguesia?) faziam no campo, transformando-se, eles próprios, em proprietários absentistas, "*vivendo de rendas fundiárias permanentes*" (165).

Antecipando a situação posterior da Igreja Católica, também as mesquitas detinham rendas importantes e a administração das terras correspondentes (166).

Por outro lado, a par da manutenção por parte do Estado, não só de grande parte do território, mas também dos meios de produção— moinhos, fornos, lagares, etc— (situação depois reproduzida pelo poder real), ia-se revelando a tendência, por parte dos grandes proprietários e dirigentes, para manter os direitos à sucessão hereditária, tal como virá a suceder depois, no regime feudal, nomeadamente em Cascais (167).

Pode talvez concluir-se que a administração muçulmana, dando continuidade à organização geral do território que vinha da vigência romana, manteve, de início, um regime de propriedade idêntico, baseado nas grandes parcelas (sob a forma de latifúndios a sul do Tejo, tal como os romanos). Enquanto os romanos, como ficou explícito, não fundaram povoações nas imediações de Lisboa, tendo dado, provavelmente, continuidade às existentes, os

muçulmanos, para além de fazerem o mesmo, poderão ter fundado *aldeias*, ao congregarem populações à volta de casas senhoriais de grandes proprietários (capacidade que as *villae* romanas não demonstraram, na sua maior parte, talvez porque se assumiam como unidades familiares autónomas).

Já o regime da propriedade, na sua forma de concessão, sistema retributivo e evolução, aponta para uma organização de tipo feudal que vai vigorar após a *Reconquista.* É mesmo possível que as mesmas propriedades, com as respectivas delimitações, se tenham mantido, mesmo que agregadas a outras, ao mudarem de proprietário, nas levas sucessivas de redistribuição da terra nas transições de um domínio para outro.

Uma paisagem que se fixa no tempo?

Assistimos, desde os tempos pré-históricos, ao lento moldar de uma paisagem que, começando por acusar principalmente a acção da natureza, se vai *humanizando* no decorrer dos séculos, ao sabor de fluxos e refluxos, senão de autênticas civilizações, pelo menos de grupos humanos com um grau suficiente de organização para se auto sustentar e evoluir, no aproveitamento de recursos e no contacto com as novidades que a navegabilidade do Tejo e seus afluentes lhes trazem de longe.

A vocação agrícola está presente desde cedo, com o recurso ao cultivo de cereais e a criação de animais é um complemento sempre presente. O povoamento acusa já a escolha das localizações mais propícias, em função, quer seja da subsistência, da salubridade, das comunicações ou da defesa.

A civilização romana vem encontrar, nesta *finisterra* (168), povos apenas saídos da Idade do Ferro e a sua ocupação é vinculada pela primeira intervenção ao nível de um *território*, em presença de uma clara consciência do mesmo, através da especialização *geométrica* aplicada à *geomancia* (169). É assim que nos surge a hipótese local das marcações da *centuriação* no *Ager Olisiponense*.

O traçado de vias, de uma *rede* de estradas, à escala, não só de uma *província*, mas do próprio império, dá conta da sua justeza pela continuidade estruturante e acção civilizacional de que a mesma *rede* foi depois suporte.

De referir que esta abrangência territorial deve ter assentado também na *micro-escala* das mais pequenas unidades, num esquema adequadamente hierarquizado, o que nos permite, ainda hoje, por exemplo, ponderar como de origem romana pontes e caminhos rurais que

sobreviveram porque nunca deixaram de ser utilizados por gerações e gerações de utilizadores cujo *modo de vida* é o melhor testemunho das origens.

Origens estas caldeadas depois dos romanos sobretudo pela presença da civilização árabe, transportada, no que nos diz respeito, sobretudo por *berberes* (170), que constituiriam a maioria da população que se fixou na sequência da ocupação, a qual se revela, com o tempo, *inclusiva*, em grande medida *tolerante*, sem deixar de introduzir inovações e transmitir um novo paradigma cultural e civilizacional.

A paisagem herdada, só pontualmente se poderá identificar com a poética descrição do *Andalus*:

"*Os seus lugares que brilham entre as árvores/ parecem pérolas desirmanadas/ engastadas em leito de esmeraldas*" (171).

Mas cinco séculos de uma realidade política, social e económica, se bem que pontuada por períodos de grande instabilidade, não podiam deixar de imprimir marcas importantes e duradouras na paisagem.

Faltam documentos que informem quanto ao que se passava no interior dos actuais concelhos de Cascais e Oeiras.

A arqueologia tem contribuído com elementos importantes, mas escassos, que atestam a ocupação muçulmana, nomeadamente em Cascais, Caparide, Murches e Arneiro— sendo de necrópoles as duas últimas (172). De grande interesse para o tema da arquitectura e povoamento são as descobertas, posteriores à publicação da *Carta Arqueológica*, de "*uma habitação do período islâmico, de planta quadrada definida ao nível dos alicerces, em Zabrizes, Pau Gordo, na freguesia de Alcabideche*" (173). Um outro casal, na Malveira da Serra, coloca inclusivamente a hipótese de o modelo de "*casa torreada*" (174) ter influências mais arcaicas (175). Também o *sítio de Vilares*, perto de Murches, na freguesia de Alcabideche, tem fornecido à pesquisa arqueológica elementos que atestam a utilização e adaptação de instalações da época romana em período muçulmano (176).

Na tentativa de fixação da *identidade saloia*, os testemunhos recolhidos, nomeadamente literários e etnográficos (177), dão-nos conta de características culturais intuídas como próximas de uma longínqua origem de matriz árabe, berbere, moçárabe. Como ficou patente, o debate gira sobretudo à volta de conjecturas e opiniões e as provas aduzidas pelos diversos autores são, muitas vezes, tão frágeis quanto as suas teorias. Talvez porque se trata de uma cultura material vulnerável à erosão da actualidade, porque obsoleta e transmitida oralmente,

sem outro suporte que não seja a tão esforçada quanto incompleta recolha de especialistas e curiosos.

Também a paisagem surge aqui, ela própria, como testemunha: descrições impressivas de vistas imutáveis, de hortas com noras gemedoras, ribeiras com azenhas e pomares em vales férteis; de pequenos povoados brancos derramados pelas encostas e cabeços animados por moinhos de vento... Paisagem suspensa de um profundo anacronismo, às portas da cidade capital, e que nos transporta, precisamente, ao século XII!

Em homenagem àquela que é, para a maioria, "*a civilização do silêncio*" (178), registam-se aqui, pelo sentido que transportam para o tema da *identidade saloia*, as interpelações de António Borges Coelho:

"*Quanto do seu sangue navega nas nossas veias? Quanto do seu erotismo se integrou na nossa mentalidade, herdeiros que somos, por outra banda e em boa parte, das suas técnicas artesanais e dos processos com que até aos nossos dias fomos arroteando os campos e os pomares? A grandeza e o patético deste drama colectivo estão bem presentes no Romanceiro Português e Castelhano, estão bem presentes na alma popular para quem são de mouros todos os mortos ou vestígios do remoto passado*." (179).

2.2.4- A Reconquista- Organização territorial e continuidade medieval

Na organização administrativa do Reino das Astúrias, ou de Leão, "*continuava-se* [...] *e reforçava-se a antiga tradição romana e visigoda*" (180).

A província de Portugal, governada por *duces* mantém-se como *feudo*, dentro de uma mesma família, até meados do século XI (181), estabelecendo um princípio de coesão e autonomia face ao Reino de Leão, importante para a futura conformação territorial e política.

Na continuação desta tradição (182), vai desenvolver-se com o tempo, e apesar das vicissitudes e localismos, um regime de *tipo feudal*, que acompanha o evoluir da expansão (como resultado de conquista), apropriação e povoamento do território por Afonso Henriques, o qual é legado aos seus sucessores, marcando toda a primeira dinastia e projectando-se nas seguintes, na medida, pelo menos, das implicações que a fixação de direitos sobre a propriedade supõe.

Oliveira Marques diz que "*as estruturas feudais derivaram essencialmente das estruturas económicas e sociais romanas e que, onde quer que o império romano existiu ou exerceu influência, o feudalismo resultou como sua consequência lógica*" (183), o que nos leva ainda

mais longe no traçar de continuidades estruturantes, que implicam a organização administrativa, a política, mas também a divisão da propriedade, e portanto a *conformação do território* e ainda, a evolução das mentalidades e a cultura.

Poder-se-á dizer, neste ponto da história, que Portugal, antes de o ser, já era o resultado de um cadinho de culturas e de gerações de diferentes proveniências que antecipava a possibilidade de uma unidade, nomeadamente por via da linha de continuidades até este ponto assinaladas, com destaque para o uso do solo e para a matriz social da propriedade.

O processo que leva o *Condado Portucalense* e territórios entretanto anexados por Afonso Henriques, a transformar-se em reino, tem, de acordo com Oliveira Marques, um contexto claramente feudal (184).

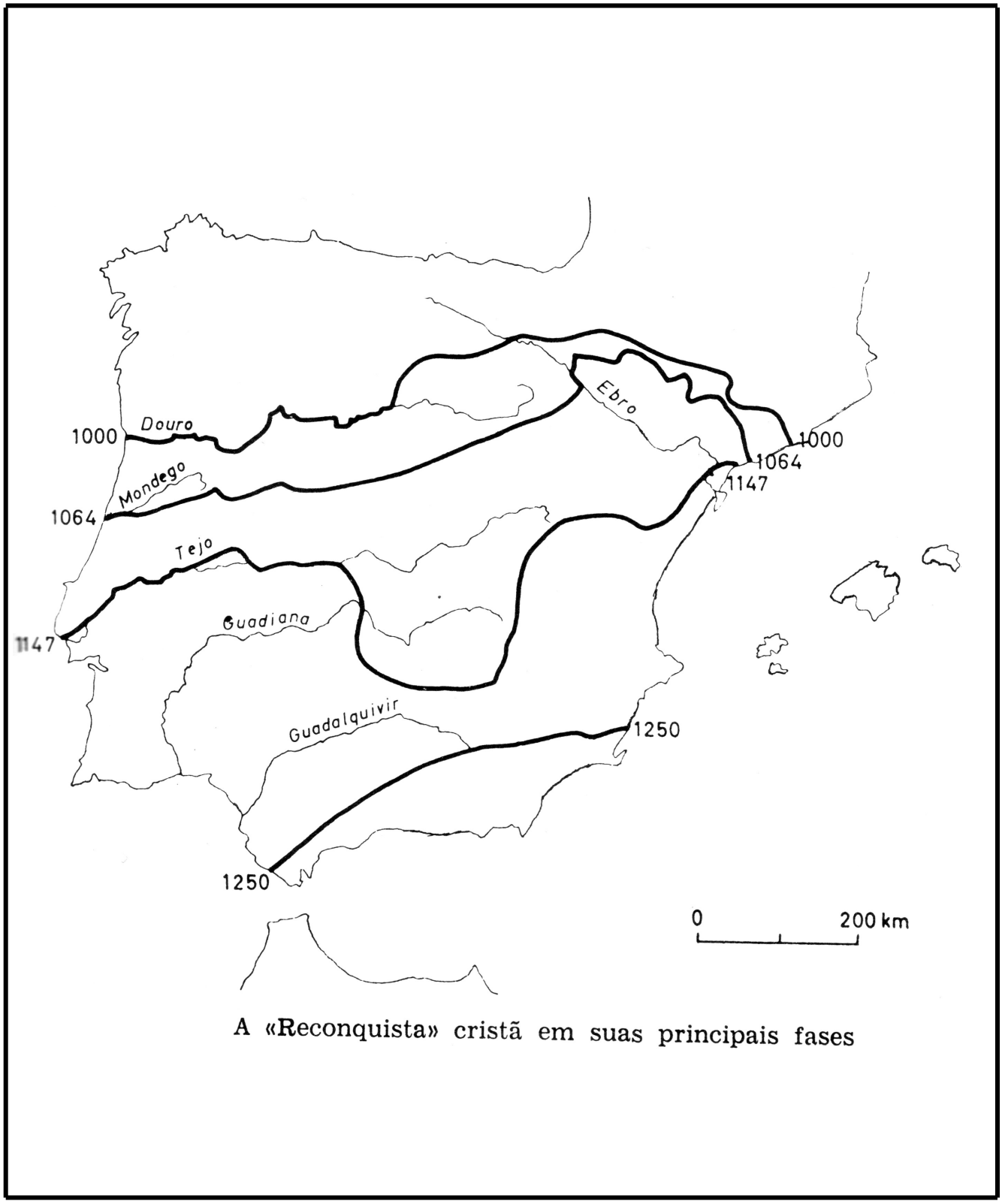
Afonso Henriques, herdeiro de uma situação política que vinculava um território (Portugal e Coimbra) e uma relação feudal à maneira francesa face a Afonso VII de Leão, aspirava ao título de *rex* e acabou por obtê-lo, sem que tal facto implicasse por si mesmo a independência, "*no sentido da quebra completa dos laços feudais*" (185). No quadro da *cristandade*, face à importância das relações com a Santa Sé (186), foi junto do papado que, em 1179, Afonso Henriques obteve, por fim, o reconhecimento como rei, e do seu estado como reino (187).

No que ao povoamento diz respeito, ao contrário da estabilização e crescimento populacional do norte, que se verificava desde o século IX, o sul já conquistado, no qual se incluía a península de Lisboa, era terra de fronteira, mais fracamente colonizada.

Ao povoamento disperso das áreas de condições geográficas mais propícias, contrapunham-se regiões como Trás-os-Montes, de escassa ocupação. No entanto, a "*revolução demográfica dos séculos XI, XII e XIII chegou provavelmente a Portugal*" (188), o que se encontra atestado, de acordo com o autor, pelo crescente número de novos forais e pela designação toponímica de "*Vila Nova*" (189).

No contexto da *Reconquista*, no que se refere à população, parece nunca ter havido vazios demográficos, assegurada como estava a sua continuidade pelo elemento moçárabe e pelos muçulmanos e judeus que nunca chegaram a abandonar as suas casas.

Nas cidades, no entanto, a regra geral obrigava a população muçulmana "*a deixar o recinto amuralhado dentro do prazo de um ano e a ir habitar nos subúrbios*" (190), onde a sua situação fiscal se agravava muito, sendo pior que a dos moçárabes sob domínio muçulmano.



A «Reconquista» cristã em suas principais fases

II.2.2.4.a- A "Reconquista" cristã em suas principais fases. In MARQUES, A. H. de Oliveira - História de Portugal 2ª Ed., Vol. I, Lisboa: Palas Editores, 1976, p.109.

Foi encorajada a migração de colonos do norte para o sul e a população muçulmana que permaneceu não teve peso social na emergência de uma nova sociedade durante os séculos XII e XIII (191).

Quanto à propriedade, no caso de territórios conquistados, a prática da *presúria* (192), praticada em larga escala acima do Mondego, foi desencorajada no sul. As propriedades régias detinham a parte essencial das novas conquistas: as cidades e os grandes povoados, que depois foram organizados em concelhos; "*mas o sistema de impostos e a administração superior, bem como vasta proporção de casas, fornos e lagares e outros meios de produção pertenciam ao monarca*" (193), situação que se manteve depois (194).

Para além das compensações em áreas territoriais importantes às Ordens Militares, ordens religiosas não militares e igreja secular, reforçou-se, com as concessões régias a nobres e validos, em forma de *benefícios*, como parte de um sistema que se prolongou pelos séculos XIII, XIV e XV, uma estrutura feudal própria, forjada no encontro das várias influências: da tradição romano/ visigótica da Europa Ocidental; da tradição muçulmana local; da tendência feudal do mundo islâmico.

O surto e expansão da organização municipal, consignada por *forais* (durante os séculos XII e XIII), tem como base grupos de representação das comunidades já existentes (aproveitou-se a orgânica funcional e a própria designação dos cargos, como *alvasi* e *almotacé*) e, em muitos casos, manteve-se o regulamento tradicional de auto-governo, sem inovações (195).

2.2.5- Cascais na Idade Média - O povoamento

É neste contexto que se pode incluir o surgimento de Cascais como vila, em 1364-1370, numa altura em que, fazendo parte do *termo* de Sintra, vila à qual Afonso Henriques tinha outorgado foral logo em 1154 (196), começa a ter alguma importância.

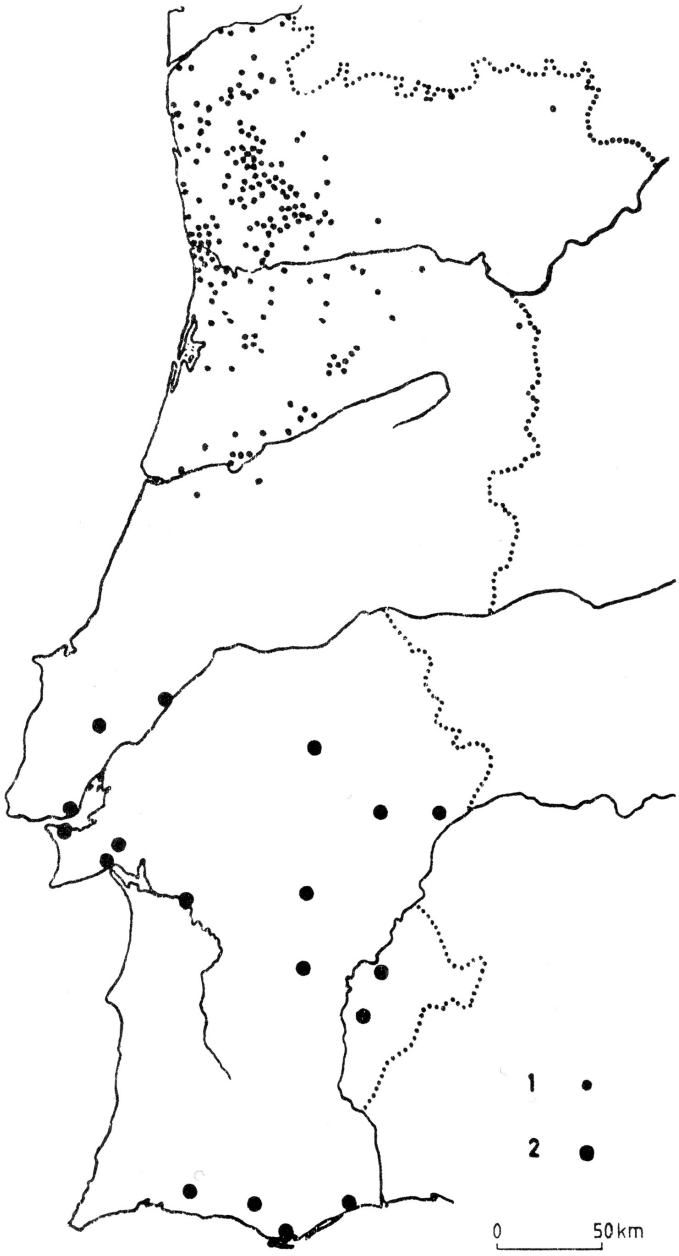
No entanto, como ficou demonstrado, os vestígios arqueológicos provam a existência de povoamento no território do concelho desde o Paleolítico.

"*Os quase quatro séculos e meio de domínio muçulmano foram muito importantes para a região. A toponímia de raíz árabe atesta uma colonização abundante, sobretudo nas freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana, quer com estabelecimentos novos, quer com o robustecimento dos antigos: Abuxarda, Adruana, Alcabideche, Alcoitão, Alcorvim, Aljafamim, Alvide, Birre, Quenena, Zambujal, Zambujeiro, talvez Bicesse, Murches, Sassoeiros, Talaíde, Trajouce*" (197).

Ao dinamismo económico "*na zona saloia do concelho*" (198), consubstanciado sobretudo nas produções agrárias de longa tradição, desenvolvidas pela influência de diferentes civilizações, correspondia um extenso litoral praticamente despovoado, pontuado pelo pequeno núcleo de Paço de Arcos com o seu ancoradouro.
Litoral em cujo extremo ocidental começava a avultar uma povoação: aquela que primeiro avistavam os navegantes que demandavam— e eram cada vez em maior número— a barra do Tejo, com destino à cidade de Lisboa (199).

Cascais, com a qual Frei Nicolau de Oliveira havia de iniciar, no século XVII, a sua descrição das *Grandezas de Lisboa* (200), começava, em meados do século XIV, a mostrar alguma relevância e perspectivas de crescimento, quando, a instâncias dos "*homens bons*" do lugar, D. Pedro I, em 7 de Junho de 1364, concede "*seja isento da sugeiçon de sintra cuja aldea era e que seia vila de per si e que aia jurdiçom do ciuel e do crime como ham as outras villas do meu senhorio*" (201).
No entanto, só em 1370, por via de uma doação (em regime de *feudo*) feita por D. Fernando a Gomes Lourenço de Avelar (202), se efectivou a autonomia.
É possível que esta iniciativa antecipasse e preparasse, por um lado, o tempo da aventura atlântica e por outro, consignava, com a cidade de Lisboa, uma relação cuja dinâmica estava na razão directa do aumento do comércio marítimo, do movimento no porto da capital e da sua expansão urbana.

Cascais vai assim desenvolver-se e crescer em função de actividades económicas que, não sendo propriamente novas— a pesca e a actividade portuária— nunca tinham tido especial relevo económico (203).
A própria zona urbana inicial da vila se encontrava afastada da orla marítima: os ataques da pirataria (204) eram uma ameaça a ter em conta e o receio do "*mar tenebroso*" (205) talvez não fosse despiciendo. Além disso, "*o vento e o ar marítimo tolhiam as colheitas, faziam vergar as árvores, inundavam de areia as terras*" (206).
A pesca não seria normalmente uma actividade que não tivesse de ser complementada pelo trabalho nos campos, em função da sobrevivência (207); como porto, Cascais tinha servido



Antigos mosteiros e mourarias.

Legenda: 1. Mosteiros do Norte, anteriores ao século XIII; 2. Mourarias.

II.2.2.4.b- Antigos mosteiros e mourarias. In RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - Geografia de Portugal III. O Povo Português. 1ª Ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, p.659.



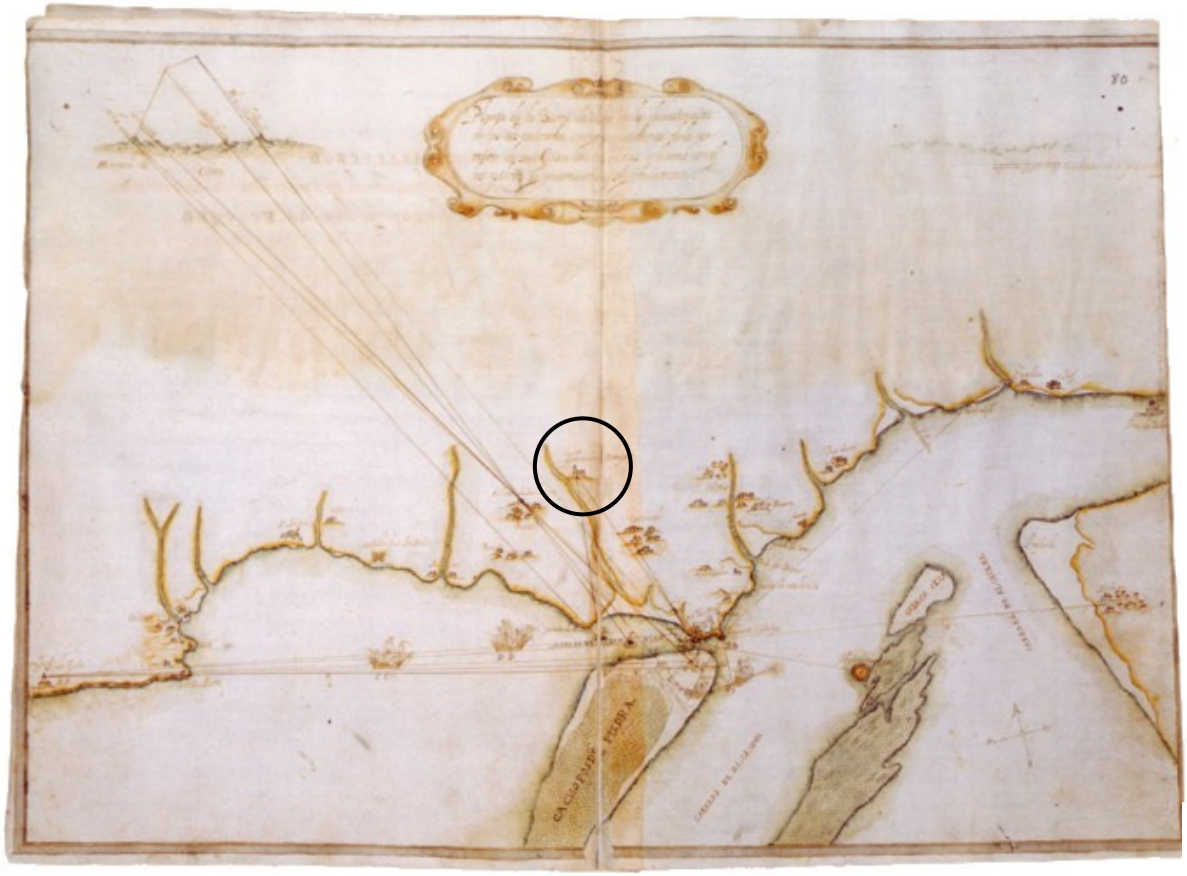
3



2



1



4

II.2.2.6.a- A Igreja de S.Domingos de Rana num contexto territorial.
1- Igreja de Oeiras, século XVIII (Foto Amélia Cabrita). 2-3- Igreja de S.Domingos de Rana, Século XVIII, exterior e interior (Foto cedida Paula Maurício; Foto Guilherme Cardoso). 4- *Planta de la barra de Lisboa (...)* Leonardo Turriano, 1607. Escala de 600 braças. In Discurso de Leonardo Turriano sobre *limpiar la Barra del Taxo y otras barras de otros rios.* (1622?). Ms., aguarelado, 270x370 mm. Lisboa, BN, COD. 12892, Fol.80. In Cartografia de Oeiras: 4 Séculos de Representação do Território (do século XVI ao século XX). Coord. Joaquim Manuel Ferreira Boiça. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2003, p.16. 5- A igreja ainda se avista, por entre os prédios, a partir da barra do Tejo, junto a S. Julião da Barra, tal como era indicado no mapa de navegação de Leonardo Turriano. (Foto Vasco Oliveira).



5

sempre para o escoamento dos produtos agrícolas de Sintra e Colares, depois que a Ribeira das Maçãs ficou assoreada (208).
A exploração de pedreiras, outra actividade tradicional e *terrestre*, vinha até aos limites da pequena povoação (209).
Cascais, a partir da sua elevação a vila, vai emergir por via dos aspectos relacionados com o mar e na directa dependência do monarca, portanto do poder central, que Lisboa tendencialmente representa (210). Aspectos cuja evolução lhe vai marcar o futuro, a sua história, também de *Praça de Armas* (211), como local de ora avante estratégico na aproximação à cidade.

É assim que as épocas de crise geral vão afectar a vila (com reflexos sobre o território do *Termo*?), dando logo os primeiroa passos no rescaldo da Peste Negra e, em 1373, no decurso da segunda guerra com Castela, Cascais é conquistada pelo inimigo, saqueada e talvez incendiada, embora já na altura se abrigasse dentro de muralhas (212).
Consequentemente, a grave crise demográfica de finais de trezentos tem aqui os seus reflexos inevitáveis (213).
Mais tarde, assumindo o seu papel de posto avançado na defesa do acesso à barra do Tejo, sofrerá vários contratempos de ordem militar e política (214), que não podem ter deixado de afectar a população civil.
"*Antecâmara de Lisboa, atalaia da barra do Tejo, porto de pesca e de comércio marítimo, Cascais, apesar de pequena, tornara-se uma importante vila do Reino*" (215), durante os séculos XIV e XV.

2.2.6- Cascais entre o século XVI e o século XVIII: uma existência atribulada

Embora o século XVII seja apontado como o tempo do maior florescimento de Cascais (216), é durante o século XVI que lhe é outorgada a Carta de Foral por D. Manuel (217) e que a vila se expande e recupera o fôlego demográfico.

Em relação ao *termo*, são igualmente atribuídas a esta época as construções de capelas ou *ermidas*, de entre as quais se contam, obedecendo a um mesmo modelo, as ermidas de Nª Sª da Conceição da Abóboda (218) e de Nª Sª das Neves (Manique), correspondendo, em Cascais, à de Nª Sª da Guia (219).

É também possível que, no local onde depois se implantou a igreja de S. Domingos de Rana, já na altura houvesse uma pequena igreja (220).

A implantação destas ermidas, marcando pela primeira vez ou renovando a marcação do território com o signo do sagrado, têm a ver com uma apropriação psicológica do mesmo pelas comunidades locais, expressa e alargada pelo acto itinerante e colectivo das peregrinações cíclicas, pelas festas dos oragos de cada um dos locais sagrados (221). Poderá significar também um reforço do povoamento em curso, pois quem pagava, pelo menos em parte, as obras e a manutenção, eram as comunidades próximas, por cuja vontade ou desejo as mesmas se realizavam.

No que toca ao regime da propriedade (222) a situação no interior, em finais da Idade Média e que se deve ter mantido nas épocas posteriores, estaria relacionada com o próprio povoamento: os casais, que salpicavam a paisagem, correspondiam a uma "*região* de *pequena propriedade vilã*", a qual se dividia "*em courelas de herdades de cereais, vinhas, pomares, hortas, pastagens e matos, com gado de todas as espécies pastando aqui e além*" (223). Os proprietários eram, não só lavradores mas também pescadores e mesteirais. É assim que parte da terra se achava (já nesta época), na posse de proprietários absentistas, residentes no *Termo*, mas também em Lisboa ou Sintra. A propriedade já estava tão dividida que se verificavam tentativas de emparcelamento (224).

Tinha ficado, da descrição das épocas anteriores, a ideia de que, no território envolvente de Lisboa, predominava a grande propriedade, o que se toma como certo. No entanto, é possível que uma divisão funcional da terra, distribuída por vários rendeiros (quando os proprietários não tomavam a seu cargo o grande empreendimento da gestão das propriedades por inteiro, como os latifundiários do sul), tenha dado origem, com o tempo, à divisão efectiva da propriedade, em parcelas que passariam a pertencer aos antigos rendeiros, por compra ou doação do senhor, ou outros meios de apropriação. A partir desse momento, as mesmas parcelas puderam ser transaccionadas, vindo a parar às mãos dos citados pequenos proprietários absentistas (que por vezes podem ter feito reiniciar o ciclo de redistribuição, quando surgiam oportunidades de o novo rendeiro se apossar da terra).

Os aspectos demográficos têm, no século XVI, tratamento censitário conhecido, com um documento de 1527, o qual permitiu determinar as povoações existentes no concelho e o estudo demográfico do mesmo (225).



1



2

II.2.2.6.b – O povoamento a ocidente de Lisboa. 1- Lisboa e a imagen despovoada do interior. In Panorâmica de Lisboa e da costa de Belém até Cascais, gravura em cobre, de 1572 (In *Civitates Orbis Terrarum*, de George Braun e Francisco Hogenberg). Museu da Cidade, Lisboa. In BELLO, Mónica- Enigmas: A Costa dos Tesouros. 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 87. 2- Cascais e o seu termo em 1527. Densidades de povoamento. In MARQUES, A.H. de Oliveira - Para a História de Cascais na Idade Média. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1987, Nº 6.

Enquanto na vila, que se tinha entretanto expandido para nascente, ocupando o contorno da baía, virando-se, definitivamente, para o mar, a população já atingia 600 a 1000 habitantes, o termo "*mostrava-se, na mesma época, vasto e povoado*" (226), atendendo aos padrões do país, na mesma altura.
O termo era mais extenso porque incluía parte da freguesia de Rio de Mouro, e o concelho ocupava, "*ao todo, uma área de cerca de 10 000 ha, com 482 vizinhos (incluindo os da vila), correspondendo a uma densidade de 4,8 fogos por Km^2, uns 16 a 20 habitantes por Km^2".*
O maior número de povoações distribuía-se pelo interior e lá se situavam as mais populosas (227). Estes números significam, por outra parte, uma melhoria significativa em relação à Idade Média, em que a densidade seria apenas de 10 habitantes por Km^2 (228).

O ano de 1580 fica na História de Portugal também com a inscrição do que aconteceu em Cascais: foi na sequência de um desembarque ardiloso na costa, seguido da tomada da vila, que o Duque de Alba logrou entrar no país e chegar a Lisboa (229).
Em 1589, ainda na sequência da crise sucessória e já na vigência do reinado filipino, Cascais é alvo de saque e destruição por tropas inglesas sob as ordens de D. António, Prior do Crato, em retirada do país (230).

Grande e duradouro prejuízo para a vila, terá igualmente advindo da publicação do *Foral e Regimento da Alfândega de Lisboa*, no qual Filipe I "*manda fechar o porto de Cascais ao comércio e navegação estrangeira e nacional com mercadorias estrangeiras*" (231).
Alguns edifícios, como o convento da Piedade e o palácio dos Donatários, construídos no decurso do século XVII, beneficiaram a vila. Destacam-se, no entanto, as construções de fortificações ao longo da costa, integradas no projecto mais abrangente da nova linha defensiva promovido por Filipe I de Portugal e mais tarde ampliado por D. João IV, o qual incluía a fortaleza de Nª Sª da Luz (em torno da antiga torre), o forte de Sᵗᵒ António da Barra e a Cidadela, cujas obras terminaram em 1645 (232). Ferreira de Andrade considera que "*durante mais de um século bem poucos foram os melhoramentos que beneficiaram o burgo cascalense*". Um certo marasmo, também social, terá tomado conta da vila... (233). É natural que o *Termo* também se tenha ressentido da crise.

- O terramoto de 1755 – a devastação da vila

"*Quem em Cascais buscar quem foi Cascais/ Na mesma terra a terra não divisa*" (234).

O que marca o século XVIII é a ocorrência do terramoto de 1755, na manhã de 1 de Novembro:

"*Em poucos minutos quase toda a vila foi destruída pelo abalo de terra, pelo fogo, pela impetuosidade do Oceano*" (235).

A destruição de grande parte dos edifícios e construções da vila, não poupou mesmo os mais imponentes, palácios, conventos e igrejas, entre as quais as paroquiais. A própria Paróquia da Ressurreição de Cristo deixa de existir depois da posterior tentativa gorada de reconstrução do templo.

O impacte demográfico, económico e social do terramoto em Cascais, fica patente na forma e lentidão com que a área urbana foi depois sendo reconstruída: Ferreira de Andrade, em 1964, diz que "*as improvisadas barracas foram, pouco a pouco, vagarosamente, substituídas por moradias que até há alguns anos se erguiam no centro da vila, num labirinto de ruelas e pequenos largos*" (236).

As ruínas do Convento da Piedade, só substituído em 1873 pelas Casas da Gandarinha; as ruínas do Palácio dos Donatários (sobre o qual se ergueu depois o palacete dos condes de Monte Real) e o seu castelo (muralha) frente à baía; outros vestígios arruinados, entre os quais a reconstrução frustrada da Igreja da Ressurreição de Cristo, marcaram a paisagem urbana de Cascais até, pelo menos, finais de oitocentos (237).

"*Mais de trezentas pessoas morreram no cataclismo*", escreve Pinho Leal em 1874, no *Portugal Antigo e Moderno*. Diz ainda que a população, sendo em 1754 de 760 fogos na vila, "e*m um século tem diminuído a sua população quasi metade*" (238). À desolação urbana correspondeu também uma paralização económica.

No interior do concelho, sofreram estragos e vítimas as freguesias de Alcabideche, onde a igreja ficou arruinada e morreram duas pessoas; de Carcavelos, com sete mortes a registar, tendo ocorrido algumas delas na derrocada da igreja, que ficou arruinada. "*Embora os efeitos do terramoto se tenham feito sentir violentamente em S. Domingos de Rana, faleceram, segundo o testamento do cura Luís Tomás de Azevedo, somente quatro pesssoas, uma delas nas ruínas do próprio templo*" (239).

2.2.7- O século XIX – as crises e a nova era

O século XIX em Portugal é atravessado por conflitos e suas consequências. Alguns vieram de fora: no dealbar do século, em 1807, têm início efectivo as invasões francesas, cujo desenrolar vai trazer outros intervenientes estrangeiros ao território nacional (240).



1



2

II.2.2.6.c – Lisboa, o terramoto e a imagem dos arredores como refúgio. 1-2- *LISSABON, de Hooftstad van PORTUGAL, door een Aardbeving verwoest den 1. Nov. 1755; LISBONE capitale de PORTUGAL*, *détruite par un tremblement de Terre le 1.er Novembre 1755* (pormenores), autoria desconhecida, Museu da Cidade de Lisboa. In BOIÇA, Manuel F.; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de- 1755. A Terra tremeu. O Mar transbordou. Catálogo de Exposição. 1ª Ed., Oeiras: C.M.O. 2005, p.52; p. 58.

A partir de 1820, novos, internos e fratricidas são os conflitos vividos na sequência das lutas (liberais) pelo poder, de vazios políticos, de crises económicas graves.
Uma vez ultrapassado o conflito, ao governo liberal, a partir de 1834 e mais tarde com Fontes Pereira de Melo, depara-se um país estruturalmente atrasado, que urge modernizar, face a uma Europa em fase avançada de industrialização e palco de transformações sociais importantes.
Modernização que deverá ainda esperar pelo clima de acalmia política que tarda em surgir e será feita sob a égide da inconstância, sujeita a todas as vicissitudes circunstanciais (241).
Grandes transformações, sociais, culturais, mas também físicas, vão inscrever no território a possibilidade de outras leituras.
As novas vias e meios de comunicação, cortam o território, ferem a paisagem, assinalam novos sentidos e direcções, focalizam núcleos até aí ignorados: surgem protagonistas da paisagem que arrebatam os papéis principais...
A economia começa a depender mais da capacidade das trocas comerciais, num mercado alargado e em mutação (242).

- A demografia e o intercalar das crises

A partir de Cascais, o Regimento de *Infantaria 19*, já havia participado, notabilizando-se, em campanhas da Guerra Peninsular, de 1810 a 1814 (243).
Mas o desenrolar das guerras napoleónicas trouxe o *teatro de guerra* até Portugal.
Em 30 de Novembro de 1807, Junot entra em Lisboa. "*Nesse mesmo dia à noite, famintos e em desordenada formação, entram na vila* [de Cascais] *400 franceses*" (244), os quais são aquartelados pelo Juíz de Fora às ordens dos oficiais franceses.
No dia seguinte, os soldados que os substituiram "*iniciaram desde logo toda a espécie de pilhagem e malfeitorias... os Generais ainda heram mais Ladroens que os soldados... São mais Vandalos que os saracenos... huns Barbaros*" (245), de acordo com o mesmo Juíz de Fora.

As crises são transversais à história de Cascais (sendo-o também à história do país): elas são quase sempre decorrentes de acontecimentos que lhe chegam do exterior e de escolhas que não foram suas. As causas, muitas vezes de ordem militar como ficou patente, têm no terramoto, catástrofe natural e de âmbito nacional, uma das suas expressões máximas.
A demografia surge como um dos principais indicadores das crises. Embora já no século XIV a Peste Negra tenha provocado gravíssimos problemas de despovoamento geral no país e falta

de mão-de-obra, que disposições régias tentam solucionar (246), em pleno século XIX, uma actividade censitária muito mais apurada e frequente, dá conta de números que, referidos por Borges Barruncho como Administrador do Concelho, lhe forneciam o apoio estatístico para mostrar que a evolução (na vigência do seu mandato?) era positiva e o futuro, a julgar também pelos lindos palacetes que se iam erguendo na vila, era promissor.

Ao percorrer a história da *sua* vila, Borges Barruncho dá-se conta de que tempos anteriores de prosperidade contrastariam com a miséria, desolação e decadência que ainda marcam Cascais no seu tempo. "*Coincide com o advento de uma nova era na política da Nação a decadência da vila de Cascais. A expulsão das ordens religiosas (decreto de 28 de Maio* [1834] *e a retirada do Regimento de Infantaria 19 roubam à vila a animação de longos anos, ao mesmo tempo que decresce o movimento comercial*" (247).

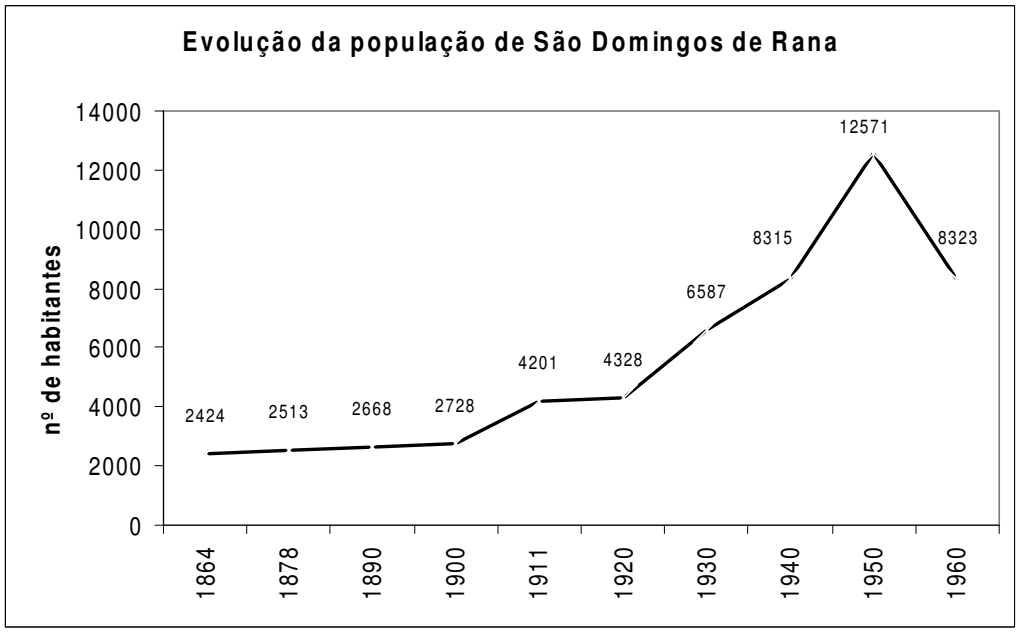
A estes motivos acrescenta Borges Barruncho a ruína do comércio com o Brasil; a ruína das artes da pesca; assinala a extinção dos conventos dos Carmelitas e de Sº António do Estoril...e diz: "*tudo isto concorreu para reduzir Cascais a tal decadência, que chegou tempo em que antes parecia aldeia sertaneja e quasi abandonada, do que a antiga e notável villa de que nos falla o foral de D. Manuel, e as não menos interessantes deliberações do seu município onde se encontram provas de muita prosperidade e da existência d'uma população activíssima e proporcionalmente rica*" (248).

Mostra-se o Administrador chocado com a situação vivida menos de duas décadas antes: "*Em anos pouco anteriores a 1860 demoliram-se as casa da villa para se venderem os materiais! Outras caíram por total abandono; e muitos prédios foram vendidos por quantias tão insignificantes, que chega a parecer fábula o que se conta a tal respeito!"* (249)

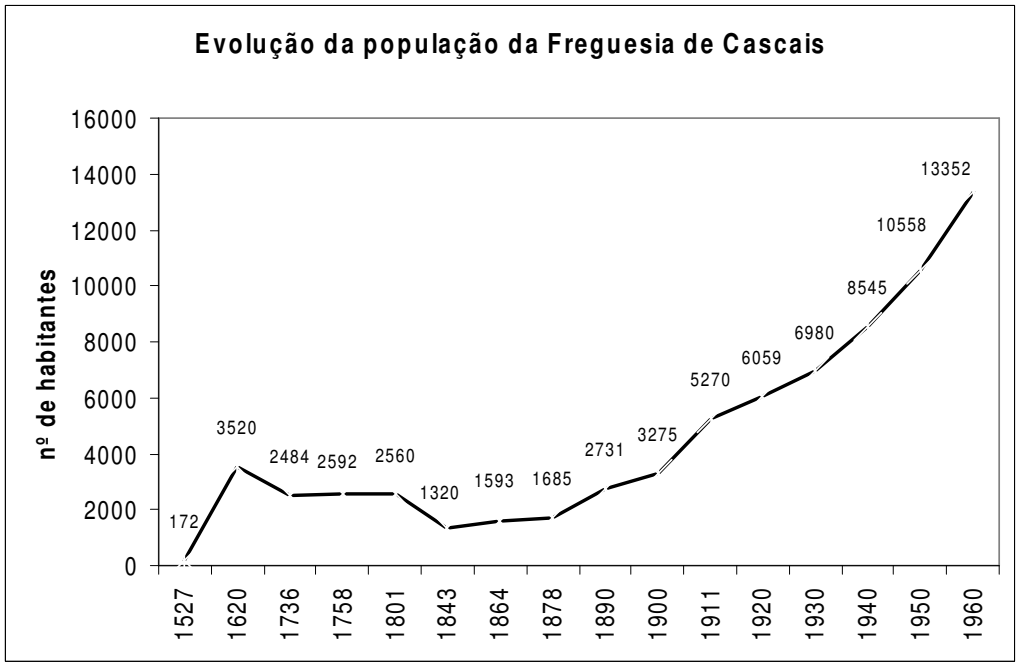
Não terá sido alheia a esta situação, a ocorrência cíclica de terríveis epidemias, sobretudo a *cólera*, em anos sucessivos, entre 1833 e 1857 (250).

- **A configuração de um novo paradigma**

Decorre ainda o século XIX e o novo *paradigma* (251) que entretanto se anuncia aparece consubstanciado na "*quase desconhecida praia dos pescadores* [de onde] *surgiria em breve, a praia aristocrática, ponto obrigatório de reunião das melhores famílias portuguesas. Todos os anos, no alvorecer do Outono, a vila anima-se com a presença do Chefe do Estado e da Corte...dos primeiros turistas nacionais*" (252). Presença com a qual Cascais vai contar a partir de 1870, desde que o rei D. Luís decide passar, com a família, o Outono em Cascais,



1



2

II.2.2.7.a- Quadros demográficos. 1- Gráfico da evolução da população de S. Domingos de Rana entre 1864 e 1960. 2- Gráfico da evolução da população da freguesia de Cascais entre 1527 e 1960.

vindos de Sintra onde passavam o Verão, acomodando-se, de forma pouco confortável, na Cidadela (253).

Mas o novo paradigma da vida de Cascais vem na sequência de uma transformação civilizacional importante: na senda dos movimentos higienistas do século XIX, desenvolve-se o impensável para qualquer geração precedente: o mar, sede de medos ancestrais, transforma-se em fonte de saúde e prazer; o sol, de cuja radiação directa se protegiam obrigatoriamente as *senhoras*, torna-se uma *benesse*; as praias, em consequência, ganham estatuto de locais de estadia, partilhadas, em Cascais, com os tradicionais utentes, os pescadores e mareantes.

A moda balnear vai, daqui em diante, pautar a vida da sociedade, dos mais elevados estratos até à escala mais baixa, em cada época. A procura das praias faz-se a partir de Lisboa.

Transforma-se mais tarde num movimento pendular de carácter suburno, mas de sentido inverso, quando o comboio permite as vagas de ida e volta dos passeios de domingo. No início, o usufruto da praia era um complemento *moderno* da vilegiatura no campo, nas quintas de recreio fora da cidade, nos arredores mais próximos ou mais afastados do centro urbano: "*No século XVIII, no início do século XIX, a sociedade elegante de Lisboa veraneava no Ribatejo, enchendo de rumor e vida as sumptuosas quintas e palácios da região. Em Vila Franca havia caçadas reais, em Salvaterra touradas de fidalgos. Alhandra era, na época de D. Maria II, um ponto de veraneio muito na moda. Sintra, tão gabada por Byron nos começos do século XIX, só esteve na berra quando o rei D. Fernando se apaixonou pelas païsagens deslumbrantes [...]"* (254).

No livro *Memórias da Linha* (255) temos um roteiro completo dos itinerários balneares que levaram, com o tempo, as classes favorecidas de Pedrouços até Cascais e Estoril, deslocando-se e deslocando as *praias da moda* conforme as classes sociais mais baixas iam tomando conta também dos espaços. A partir de 1870-1871 é a presença da *Corte* que se torna decisiva para a eleição de Cascais como estância balnear da moda (256).

Mais tarde a rainha D. Maria Pia, depois da morte de D. Luís, adquire um palacete no Monte Estoril, acentuando o movimento das preferências aristocráticas na direcção do Estoril, uma vez que Cascais começou, também ela, a acusar a erosão da frequência de todas as classes sociais, ainda que endinheiradas (257).

São precisamente estas modas que vão influenciar em grande medida o evoluir da paisagem, e que transformam, por vias diferentes, cada uma das povoações existentes mais próximas das praias— entre elas, Parede e Carcavelos— contribuindo ao mesmo tempo para o surgimento

de outras, como Monte Estoril e S. Pedro (antigo lugar do *Cae Água*) ou S.João do Estoril (258).

A dinâmica das comunicações e dos transportes tem aqui um papel essencial, antecipando a função marcadamente suburbana em relação a Lisboa, que virão a assumir, não só esses núcleos, novos ou ampliados, mas também a maior parte do interior, numa onda de urbanização que avança no sentido sul-norte a partir da marginal e que conhecerá novos desenvolvimentos com a implementação da auto-estrada e outras e variadas vias e variantes.

- As novas vias de comunicação- a evolução dos meios de transporte

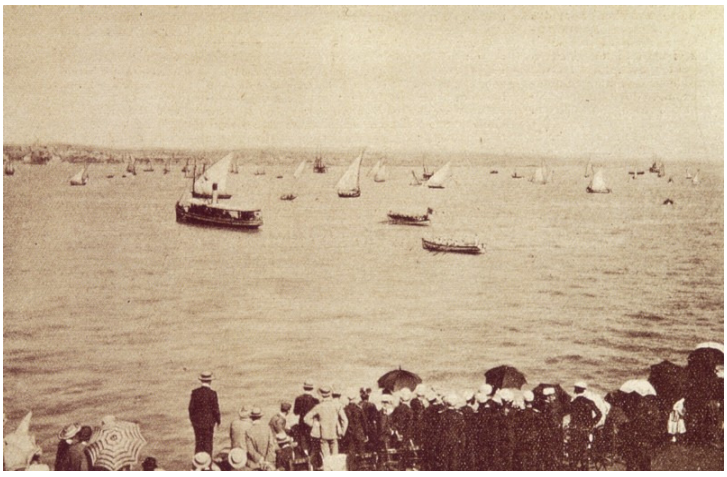
As comunicações terrestres surgem a partir do século XIX como condição necessária (e essencial) ao *desenvolvimento* (259), constituindo um primeiro e importante factor da nova realidade que se configura: a relação com a capital, que evolui para uma interdependência e que se fazia preferencialmente por via marítima - fluvial, vai fazer-se cada vez mais por terra. Conjugam-se, numa primeira fase, os percursos já existentes pelo interior, com a abertura de trajectos novos (transitáveis) bordejando o litoral. É o caso, "*por volta de 1859*" da "*construção da estrada para Oeiras* [que] *marca de facto o início de uma época de crescimento urbano*" (260), na opinião de Ferreira de Andrade. O autor refere, como iniciativa seguinte, a construção da estrada para Sintra, que vem dar lugar à implantação "*das primeiras vivendas que salpicadas, aqui e além, começaram a imprimir a Cascais esse surto do progresso que levou a vila a ser conhecida como a principal praia não só dos arredores de Lisboa, mas de todo o País*" (261).

Muitos autores aqui evocados, mais do que informações objectivas sobre locais que conheciam e acontecimentos que presenciaram, transmitem as suas vivências e opiniões pessoais, dando a nota de conteúdo humano que pode contribuir para um melhor entendimento do passado.

É o caso de Pinho Leal (262), que, embora vá buscar elementos a outros autores que o precederam, como é o caso de Rafael Bluteau (263), ou o próprio Administrador do Concelho, Borges Barruncho (264), percebe-se que transmite também o conhecimento pessoal da vila de Cascais, sobre a qual escreve. Diz então, antecipando a vaga turística, depois de informar que a "*comunicação com Lisboa* [se faz] *por uma bella estrada de macadam*": "*Antes de pouco tempo tornar-se-á o passeio predilecto dos lisbonenses e de muitos viajantes estrangeiros, pois que a companhia dos caminhos americanos de Lisboa vai prolongar esta fácil e*



1



2



3



4

II.2.2.7.b- Paisagens antigas, novos usos.

1- D. Carlos nadando na baía de Cascais (século XIX-XX). 2- Regata na baía de Cascais. 3- A rainha Maria Pia em passeio ao Pinhal da Guia. 4- Programa para uma récita desenhado pelo rei D.Carlos, 1897. In RAMALHO, Margarida de Magalhães - Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910. 1ª Ed., Lisboa: Quetzal Editores; Lisboa: Bertrand Editora, 2003, p. 50; p.63; p.62; p.64.

cómmoda linha até Cascaes, o que lhe foi concedido pelo governo em Janeiro de 1874". (265).

Para Borges Barruncho, por seu lado, a prosperidade, que depende das vias de comunicação, começa também com o afluxo de gente que passa a visitar a vila desde a abertura da estrada para Oeiras (que facilitava a ligação a Lisboa) e para Sintra, em 1868 (266).

Mostra-se então encantado com a construção de palácios, palacetes e parques particulares dos novos moradores ou veraneantes.

O palácio dos Duques de Palmela, em construção na altura, passava por dever ter, uma vez terminado, a fascinante aparência de uma "*abadia em ruínas*". O palácio do Conde de Valle de Reis seria "*estilo Luís XIII, mas ornamentado com reminiscências da antiguidade grega e árabe, harmoniosamente combinados*" (267).

Foi a partir da segunda metade do século XIX que se conjugaram vários factores que favoreceram a multiplicação dos meios de transporte que ligaram Cascais a Lisboa.

Numa primeira fase, aproveitando a abertura de novas estradas, desenvolveram-se os meios de transporte de tracção animal, configurando uma forma primária de transporte *colectivo* (268).

Com a inauguração, em 1889, da via-férrea entre Pedrouços e Cascais, a mesma ligação contava doravante com o meio inovador de transporte que o comboio constituía na época. A velocidade, que passava de 9,5 Km/h (da *diligência*) para 50Km/h, inaugurava, verdadeiramente, uma nova era (269).

O itinerário para Sintra, na direcção norte, foi muito melhorado com a construção da estrada, mas a ligação ferroviária, que esteve programada, nunca chegou a efectivar-se (270).

Quando, em 1943, Branca de Gonta Colaço e Maria Archer escrevem *Memórias da Linha*, vão evocar os transportes que serviam os habitantes e veraneantes das várias povoações ao longo da costa, antes da linha-férrea, como é o caso de Oeiras, de onde saía o *carrão, "da Torre de S. Julião ainda com estrelas no céu e era raro que às dez não apontasse ao largo do Pelourinho, donde tornava a partir às quatro da tarde, para chegar à Torre com o céu novamente estrelado"* (271).

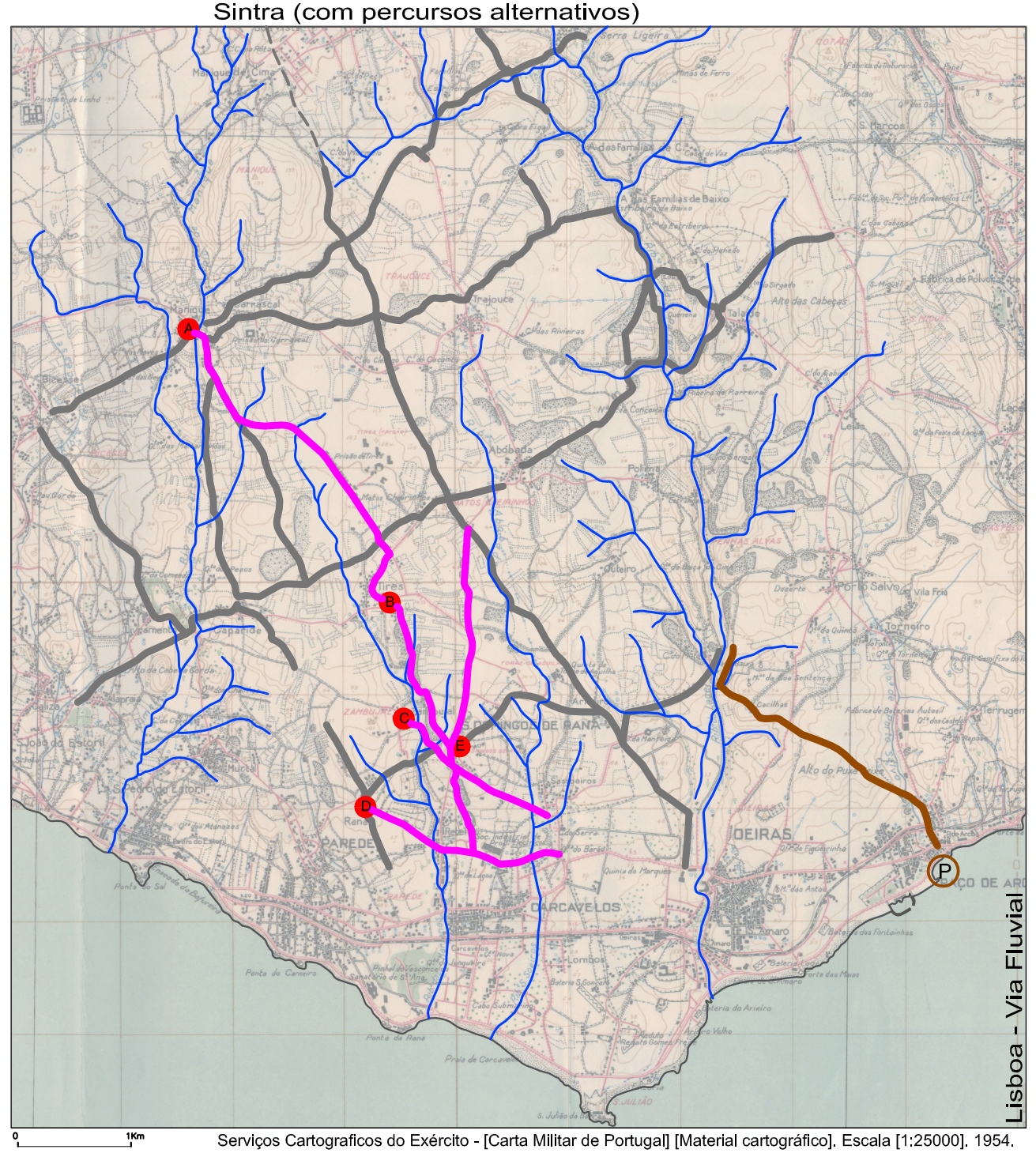
Fazia o *carrão* parte de um conjunto que incluía, a partir de certa altura, o *omnibus* e outros carros, todos de tracção animal – os do *José Florindo* (272). Também puxado por muares ou cavalos era o inovador *americano*, circulando sobre carris (mas igualmente lento), que circulava na cidade e que vinha até Belém, onde alguns carros tinham o seu término (273).

- O caminho-de-ferro, uma agressão controlada à paisagem?

Mais do que a história da implantação da via-férrea constituindo o que foi, de início, o "*Ramal de Cascais*" (274), interessa aqui destacar aqueles aspectos que a tornam um factor importante e agente de transformações, sejam do território, do urbanismo ou sociais.
Eram as barreiras geográficas constituídas pelos vales mais ou menos profundos das linhas de água, que cortam o território com a orientação norte-sul, associadas à grande extensão de costa, que contribuíam para a opção tradicional pela via marítima e fluvial. A navegação de cabotagem, associada à fluvial, era mais rápida, segura e económica do que qualquer transporte terrestre entre Lisboa e Cascais (275). Também as estradas, por todo o país, em meados do século XIX, se encontravam reduzidas "*aos chamados caminhos velhos, da época medieval e aos troços de vias romanas ainda aproveitadas*" (276).
Segundo Jorge Miranda (277), a implementação de uma rede de caminhos-de-ferro em Portugal tem a ver com a necessidade da criação do espaço único nacional, por parte do governo liberal; corresponde ao desejo de acesso ao factor *velocidade*, o qual vem depois provocar transformações que desencadeiam "*uma autêntica revolução*" (278) na sociedade portuguesa.
A história dos caminhos-de-ferro em Portugal é sempre muito atribulada, seja a das linhas principais, ou dos ramais mais recônditos. As peripécias que entretecem essa história parecem ter sempre a ver, por um lado, com a instabilidade económica dos concessionários (muitos eram estrangeiros); por outro, com incidentes, nomeadamente, atrasos, falta de cumprimento de prazos, cancelamentos de contratos, proliferação de propostas e projectos diversificados... (279).

Portugal custou a arrancar com um dos principais ícones da era industrial, o comboio a vapor. Foi só com Fontes Pereira de Melo, em 1852, que foram criadas as condições para o lançamento do concurso visando a construção da linha de Leste, "*com a finalidade 'de ligar Portugal com o resto do mundo de que se acha isolado'*" (280), segundo as palavras do próprio Fontes Pereira de Melo.
Ora acontece que a linha de Cascais foi considerada, de início, uma continuação, um *ramal* para oeste desta linha principal, que devia ligar Lisboa a Badajoz (281). Foi a Companhia Real dos Caminhos Portugueses quem, em 1887, incluiu a construção deste *ramal* no requerimento de concessão que fez ao governo (282).

Sintra (com percursos alternativos)



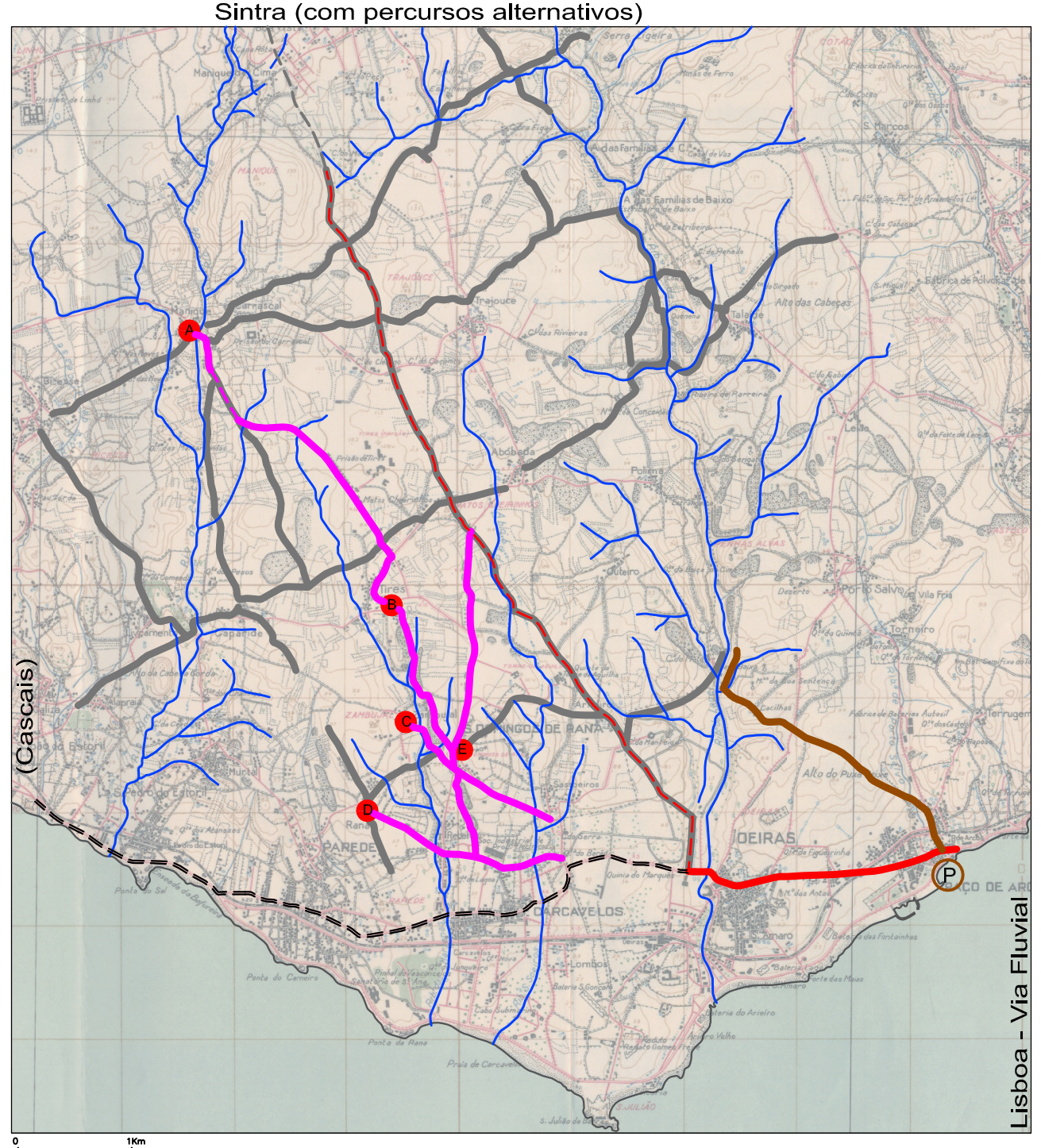
Serviços Cartograficos do Exército - [Carta Militar de Portugal] [Material cartográfico]. Escala [1:25000]. 1954. 1 carta: color. 42,5 x 66,5cm. Lisboa, Portugal. Folha nº 430, Oeiras

(Época Medieval)

A - Manique
B - Tires
C - Zambujal
D - Rana
E - S. Domingos de Rana

P Porto fluvial de Paço de Arcos
Ribeiras
Malha Viária Romana
Caminhos Medievais (Hipótese)
Ligação Porto de Paço de Arcos

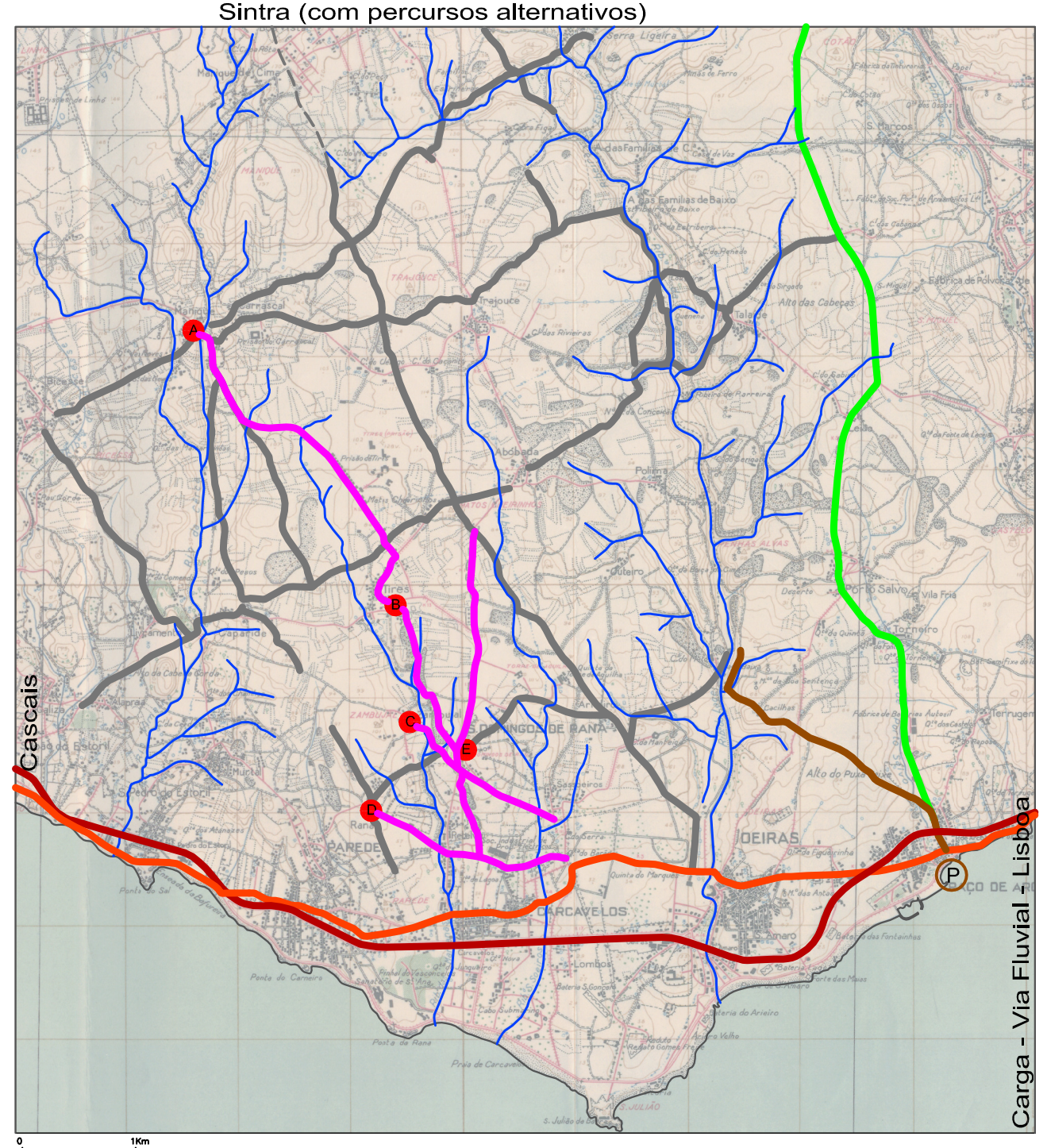
Sintra (com percursos alternativos)



Séc. XVI - Séc. XVIII

P Porto fluvial de Paço de Arcos
Ribeiras
Malha Viária Romana
Caminhos Medievais (Hipótese)
Ligação Porto de Paço de Arcos (pela ponte da laje)
Estrada Real de Lisboa para Sintra (usando o Porto de P.Arcos)
Sobreposição do Caminho Medieval à Malha Viária Romana
Sobreposição da Estrada Real à Malha Viária Romana
Ligação Cascais-Lisboa (usando a ponte de P.Arcos)

Sintra (com percursos alternativos)

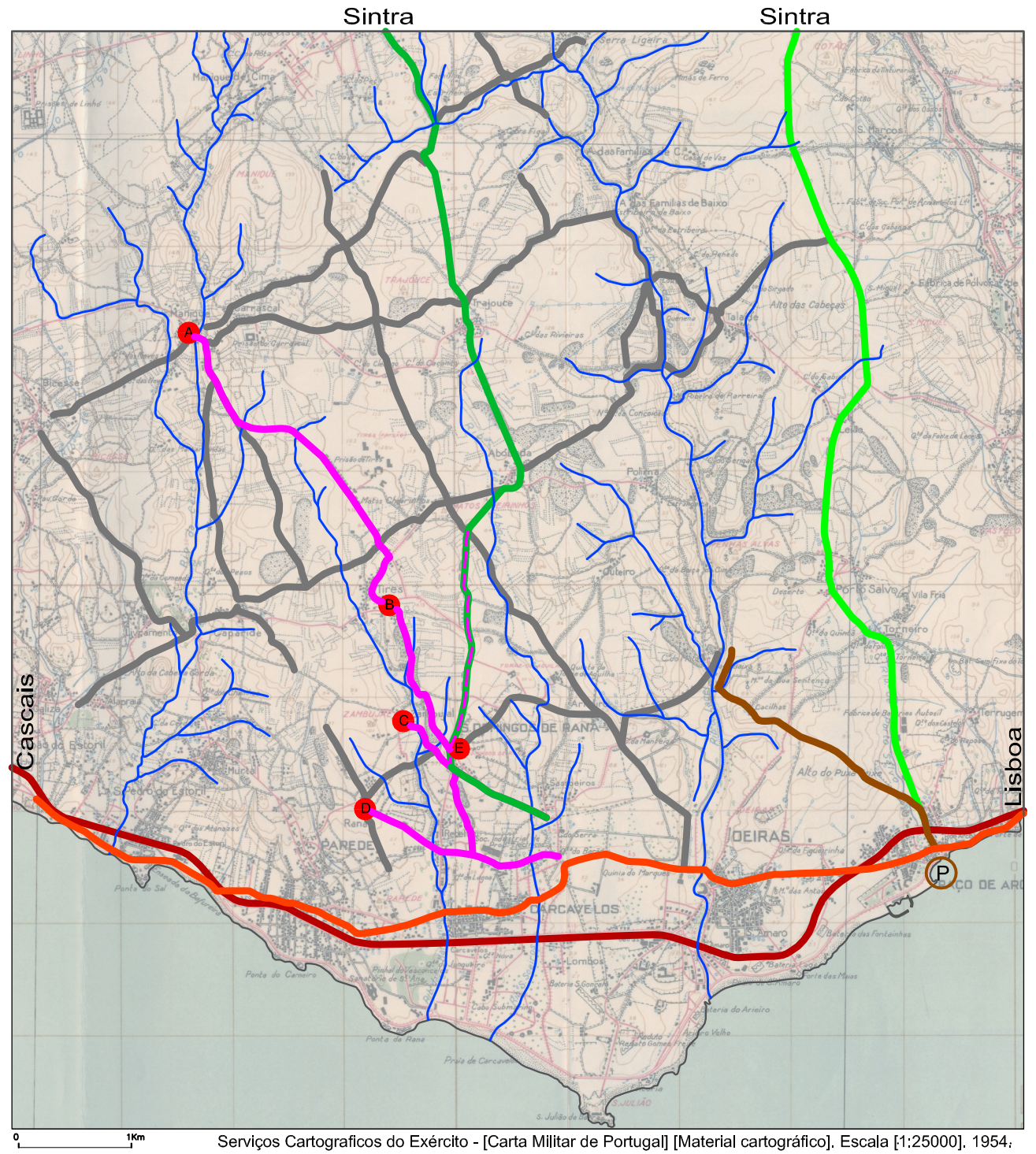


Séc. XIX

P Porto fluvial de Paço de Arcos
Ribeiras
Malha Viária Romana
Caminhos Medievais (Hipótese)
Ligação Porto de Paço de Arcos (pela ponte da laje)
Estrada para Sintra a partir do Porto de P.Arcos (escoamento pedra de Sintra)
Estrada Cascais/ Lisboa (finais séc. XIX)
Caminho de Ferro (finais séc. XIX)

II.2.2.7.c - Evolução da Estrutura Viária Local

(Folha 1)

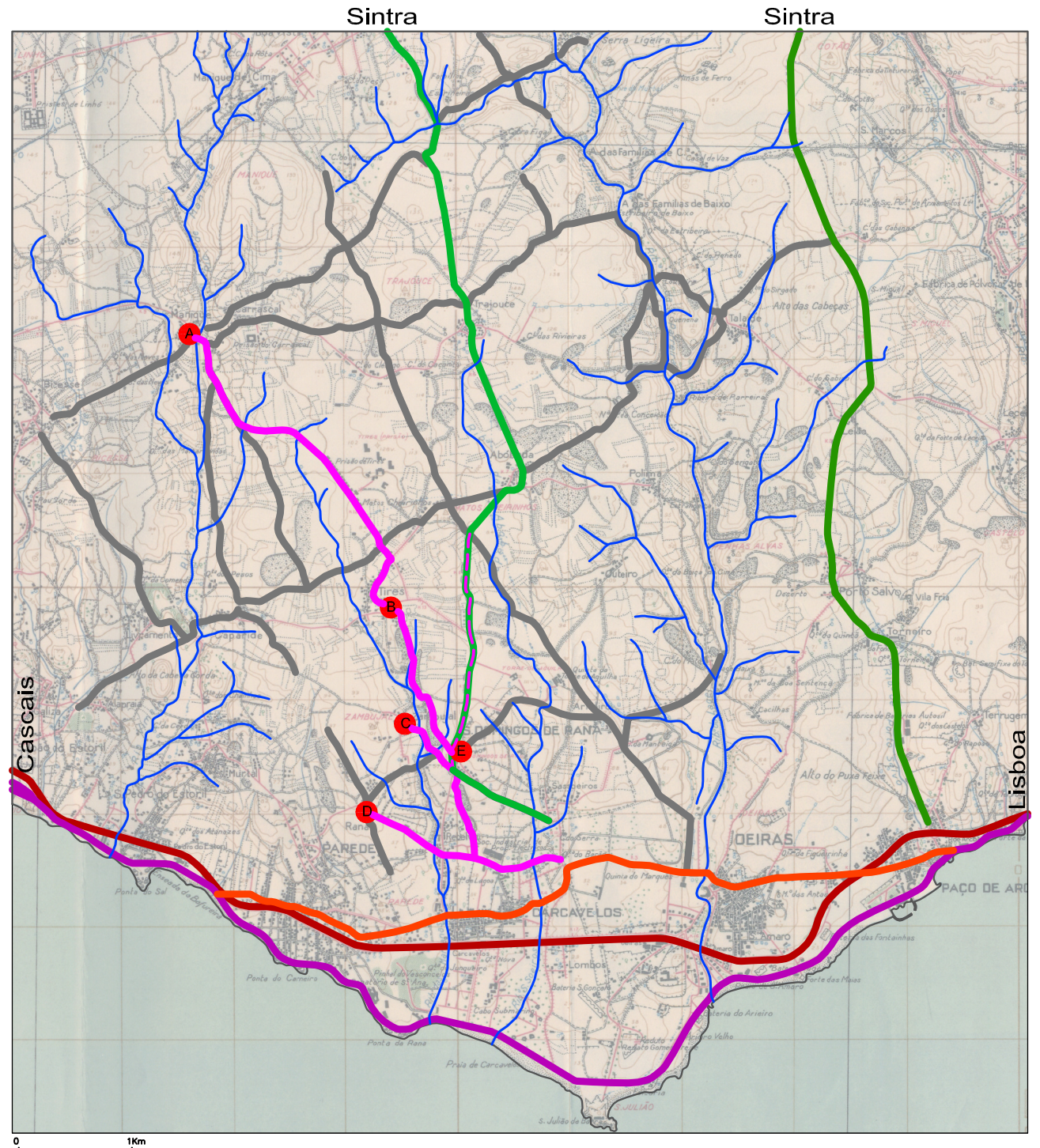


Serviços Cartograficos do Exército - [Carta Militar de Portugal] [Material cartográfico]. Escala [1:25000]. 1954, 1 carta: color. 42,5 x 66,5cm. Lisboa, Portugal. Folha nº 430, Oeiras

Séc. XX (até 1930)

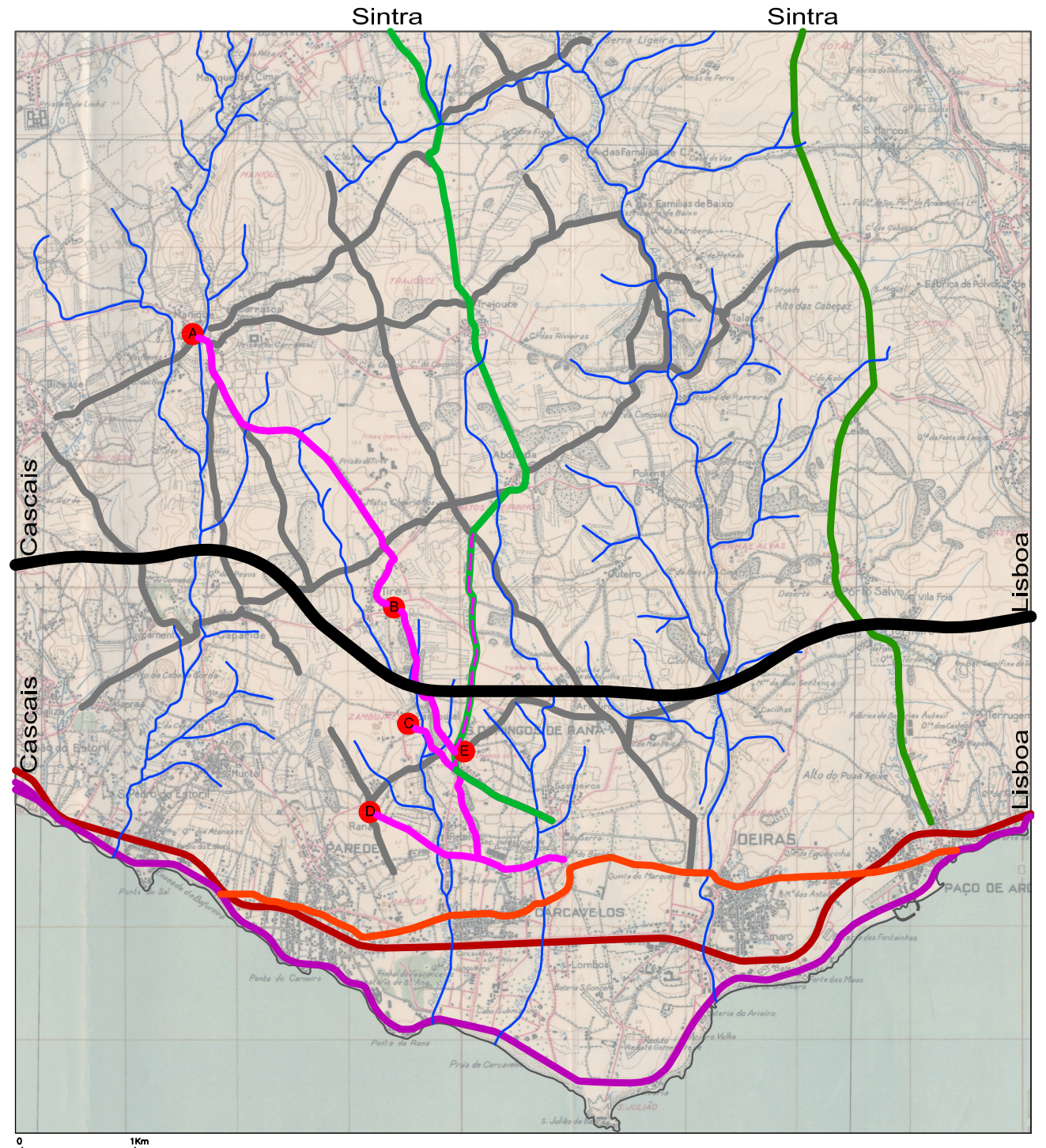
- Ribeiras
- Malha Viária Romana
- Caminhos Medievais (Hipótese)
- Ligação Porto de Paço de Arcos
- Estrada Cascais/ Lisboa
- Caminho de Ferro
- Estrada de Paço de Arcos para Sintra (Estrada Distrital)
- Estrada Oeiras/ S. Domingos/Sintra (Estrada Distrital)
- Sobreposição do Caminho Medieval com Estrada para Sintra

A - Manique
B - Tires
C - Zambujal
D - Rana
E - S. Domingos de Rana



Séc. XX (1940)

- Ribeiras
- Malha Viária Romana
- Caminhos Medievais (Hipótese)
- Estrada Cascais / Lisboa (Sec XIX)
- Caminho de Ferro (Sec XIX)
- Estrada Marginal EN6 (1930/1940)
- Estrada Paço de Arcos/Sintra EN249-3
- Estrada Oeiras / S. Domingos / Sintra EN249-4
- Sobreposição do Caminho Medieval com Estrada para Sintra



Séc. XX (1992)

- Ribeiras
- AutoEstrada A5 (1990)
- Malha Viária Romana
- Caminhos Medievais (Hipótese)
- Estrada Cascais / Lisboa (Sec XIX)
- Caminho de Ferro (Sec XIX)
- Estrada Marginal EN6 (1930/1940)
- Estrada Paço de Arcos / Sintra EN249-3
- Estrada Oeiras/ S. Domingos / Sintra EN249-4
- Sobreposição do Caminho Medieval com Estrada para Sintra

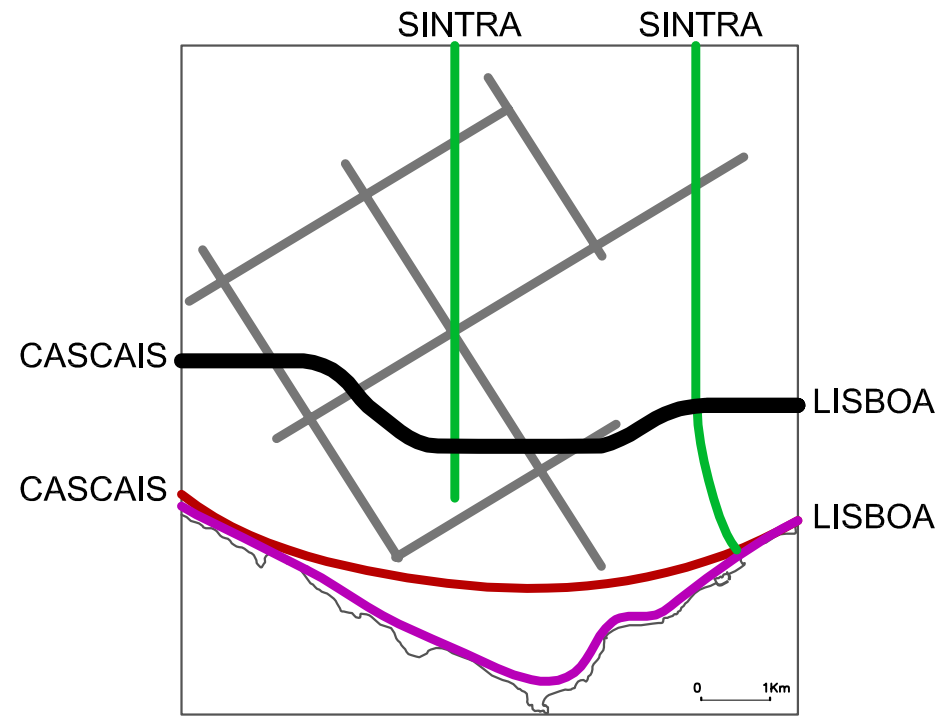


Diagrama de interpretação da evolução da estrutura viária

II.2.2.7.c - Evolução da Estrutura Viária Local

(Folha 2)

A linha servia alguns interesses militares, mas os problemas suscitados pela estratégia militar parecem ter sido ultrapassados (283); era contratual a execução de todos os aterros que vieram distanciar a orla do rio, de Alcântara a Belém e a utilização, por interesse público, das áreas conquistadas ao rio em Algés; estipulava-se também a cobertura do caneiro de Alcântara, bem como o serviço ao movimento comercial do porto (284).

A linha inaugurada a 30 de Setembro de 1889 partia de Pedrouços e servia as povoações balneares, entre as quais Pedrouços não era a menos importante. Algés era uma praia "*mais bonita mesmo, porque a guarnecem a bela avenida ajardinada e os elegantes chalets*" (285).

A descrição da paisagem que inicialmente se avistaria do comboio, fala de perspectivas que permitiam abarcar quintas, vinhedos e campos, como os do Marquês em Oeiras, ou ter perspectivas de povoações antigas como Paço de Arcos. Perspectivas que depois se perderam completamente, com a progressiva expansão urbana.

Fica-se também com uma ideia do aspecto que teriam povoações como a Parede (ou Paredes?), assinalada por vastas áreas de pedreiras em laboração. Também patente o contraste entre a área rural e o Estoril, com *luxuosos chalets* e ruas bem traçadas. Contraste igualmente assinalável entre esta zona de eleição e a vila que, "*propriamente dita, não tem o menor atractivo. Diz o provérbio: 'Uma vez a Cascais e nunca mais' e tem razão, porque poucas povoações temos que tão pouco tenham melhorado com a afluência de visitantes. Veremos se agora o caminho de ferro consegue transformar aquelas estreitas ruas, aquelas raquíticas casas, e o gosto evolutivo dos seus habitantes.*" (286).

De acordo com Jorge Miranda, esta linha, bem como a de Sintra, eram consideradas *linhas de recreio*, uma vez lançadas as mais importantes do traçado, com a ligação ao Porto (chegada a Gaia em 1864) e a penetração através do Alentejo (até Évora, em 1863), depois de inaugurado o primeiro troço da linha férrea em Portugal, Lisboa - Carregado, em 1856 (287). De acordo com o autor, o facto de, tanto Sintra como Cascais, serem locais de vilegiatura real, não foi alheio à sua implementação (288).

Factor de *progresso*, tarefa nacional, dando corpo à "*concretização da expressão máxima dos desejos desenvolvimentistas de governantes e governados*", no esforço de "*compaginar o País com a Europa industrializada e progressiva*" (289), a implantação do caminho-de-ferro, no entanto, "*constituiu também uma agressão*" (290).

Agressão à paisagem; ao tecido social, quebrando, no primeiro caso, relações naturais ou de povoamento antigo e noutro, relações tradicionais de séculos.

No que à sociedade diz respeito, o comboio constituiu o mais importante meio de transporte até ao surto da camionagem, na segunda metade da década de 1920 (291). Acarretou "*a*

mobilidade das populações, os fluxos migratórios, a expansão urbanística, a comunicação entre as pessoas e, como corolário, a permuta de ideias, de hábitos, de experiências, de saberes, de vivências" (292). Enriquecedor, portanto.

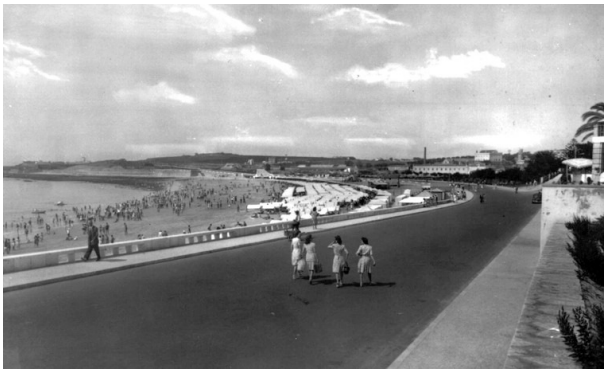
Quanto à paisagem, Jorge Miranda defende que, apesar do facto comprovado de a linha ter constituído, em grande parte do traçado, não só uma agressão, rasgando *feridas* no território difíceis de curar com o tempo, mas também ter interposto *barreiras* físicas e visuais que cortam a ligação com a água, alguns aspectos foram, ainda assim salvaguardados:

"*Houve, efectivamente, o cuidado de poupar as povoações existentes e até a sua provável (na altura) área de projecção, bem como de garantir, contratualmente, a construção de passagens superiores que assegurassem o acesso às praias*" (293).

Além disso, passa em Oeiras fora da vila, "*permitindo e até favorecendo a sua expansão, como veio a acontecer logo a seguir*" (294); também não afecta a localidade da Parede, "*vivendo então da lavoura e das pedreiras*" (295). Releva ainda o autor os cuidados que terá merecido o enquadramento paisagístico e urbano das estações, as quais tentavam harmonizar-se com a proliferação de *chalets* junto às praias (296). No princípio dos anos de 1960 ainda era possível apreciar os cuidados jardins anexos às estações, os quais eram objecto de concursos, cujos prémios eram galhardamente assinalados.

A construção da Estrada Marginal (segunda metade de 1930 - década de 1940), ainda segundo Jorge Miranda, já não terá revelado tantos cuidados, agravando mesmo a situação: "*Esta nova via veio dificultar o acesso ao litoral, às praias, reforçando a barreira anteriormente criada, ou delapidando o que esta poupara, quando quase toda a costa, salvaguardando pequenos hiatos, era já um contínuo habitacional*" (297). Especial destaque, aqui partilhado, vai para a gravidade do corte que a marginal fez em Paço de Arcos: "*matou, definitivamente, a secular e umbilical ligação de Paço de Arcos ao Tejo*", bem como para os estragos urbanísticos que provocou em Cascais, penetrando até ao centro e "*fazendo até submergir a sua ribeira (transformada em cano de esgoto)*" (298).

Ainda que, numa parte do seu traçado, a Marginal tenha decalcado a estrada militar, que assegurava a ligação entre os vários elementos que constituíam a linha defensiva a oeste de Lisboa, desde a sua implementação no século XVII, a verdade é que um dos principais objectivos da construção desta via era turístico: providenciando uma alternativa rodoviária à *linha*, na ligação da capital à sua *Costa do Sol*, esta estrada *panorâmica* valia por si mesma, constituía ela própria um objecto turístico, à semelhança das *Parkways* (299) americanas e



1



2



3



4



5

II.2.2.7.d- Sol e acessibilidades. 1- Estrada Marginal junto à Praia de Santo Amaro de Oeiras, inícios de 1950. Arquivo, Oeiras nº74. In PASSAPORTE, António - Lugares de Oeiras. 1ª Ed., Oeiras: C.M.O., 2004. p.55. 2- Cartaz dos anos 1930 ou 1940, convidando à *Costa do Sol*. In SILVA, Raquel Henriques da - Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal, e Sportiva- As etapas de um projecto: 1914-1932. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município. 1991, Nº10, fig.28. 3- O caminho de ferro bordeja a costa no Monte Estoril. In Portugal em postais antigos. [em linha] (acrescentado em 2 de Outubro de 2007) [citado em 20 de Maio de 2008 – 10:55]. Disponível em URL: http://postaisportugal.canalblog.com/albums/region.html. 4- A primeira estação de caminho-de-ferro de Cascais. In CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS – Cascaes. Cascais de Sempre. Cascais: C.M.C., 2001. 5- O comboio transforma-se num transporte de massas. In SILVA, Nuno Dias – A civilização do espectáculo. [em linha]. (actualizado em 17 de Julho de 2007) [citado em 20 de Maio de 2008 – 11:00]. Disponível em URL: http://civilizacaodoespectaculo.blogspot.com/2007/07/radares-de-lisboa-at-detectam-comboios.html

copiando, eventualmente, o modelo de vias litorâneas do sul de França, da *Côte d'Azur*, que serve de referência (adaptada ao país) à criação da *Costa do Sol*.

Mas este empreendimento também fazia parte de um plano de expansão da cidade de Lisboa para poente e se, numa primeira fase, são as *elites* que vêm povoar o litoral, correspondendo às previsões do *Plano de Urbanização da Costa do Sol* (300), a invasão progressiva e desestruturada do interior pelas outras classes sociais, que não estaria prevista (301), vem constituir mais uma consequência *agressiva* e a longo prazo, da construção daqueles eficientes meios de comunicação.

- Cascais Vila da Corte- as praias da Linha- uma paisagem que se altera- o século XX

A descrição de Cascais, feita pelo prior da Freguesia da Assunção, em resposta ao *Inquérito* de 1758 (302), dá conta de uma povoação situada numa "*campina cheia de pedreiras junto à borda do mar, se bem que áspera, íngreme e penhascosa. O mar irrompia, por vezes, e descarnava a terra, deixando somente os penedos e, assim, era a vila inculta em muita parte dos seus circuitos*" (303).

Parecem não falar do mesmo local as exaltadas descrições posteriores da beleza da baía de Cascais, depois que a mesma entrou no novíssimo *circuito turístico* (interno primeiro e depois internacional), com a sua eleição como Vila da Corte, a partir de 1870 (304): "*Em breve, num espectáculo de inexcedível beleza, cruzar-se-iam na extensa baía, os barcos multicolores da faina diária da pesca e as pequenas embarcações de recreio, os luxuosos iates*", enquanto o tecido urbano se vai "*embelezando com a construção de luxuosas moradias*" (305). O *luxo* é a partir de então a nota que tende a valorizar a paisagem, também a parte humana da mesma. Mas é interessante notar que a convivência entre a *aristocracia* de passagem (e por certo também os que se iam fixando) e os habitantes locais— pescadores, vendedores ambulantes, pequenos comerciantes, o povo da vila— é ilustrado no limite pela cumplicidade que o próprio rei D. Carlos parece ter estabelecido com pescadores e caçadores locais (306).

Pedro Falcão, por seu lado, ao ilustrar com um enorme carinho as figuras populares que povoavam a vila no seu tempo, dá também testemunho de um ambiente social influenciado pela descontração inerente ao veraneio (307).

No que diz respeito à *linha de Cascais* (308), a qual, nas *Memórias* as autoras dizem que "*começou por não existir...*" (309), toda a costa, antes da implantação da via-férrea, nas "*cinco léguas que medeiam entre Lisboa e Cascais eram, então, em grande parte, um ermo*

selvático e estéril" (310). Apenas os fortins, pontuando a orla marítima, humanizavam uma paisagem agreste, de "*praias solitárias e ribas penhascosas*" (311).

Memória esta que, de acordo com as autoras, é já difícil de imaginar na década de 1940, para as novas gerações, cujos pais mais velhos seriam ainda "*do tempo da diligência de Cascais, do carrão de Oeiras, do char-à -bancs de Caxias, do omnibus de Paço de Arcos*" (312).

É portanto o comboio, sobretudo depois da electrificação da linha, em 1926 (313), que constituiu para as autoras (e decerto para a generalidade das pessoas que viveram esta realidade) o principal factor e agente das transformações que elas testemunham pessoalmente e através das memórias que recolhem junto de pessoas mais velhas.

Na descrição que fazem das povoações ribeirinhas, ressalta o carácter que cada uma acabou afinal por assumir na sua expansão urbana, fosse em virtude das condições naturais, da tipologia das habitações e da classe social dos seus habitantes, ou das iniciativas particulares em prol da localidade, como foi o caso da Parede (314). Também no Monte Estoril e Estoril, projectos idealistas e quase utópicos deixaram marcas estruturantes na paisagem, ainda hoje legíveis (315).

Estava-se, portanto, longe da uniformização: dando uma nota de liberdade, na prossecussão de sonhos individuais, surgem na paisagem, bordejando a costa, ampliando povoados ou no meio de arvoredo plantado, os mais variados tipos de moradias, palacetes, chalets e vivendas, delineando também uma forma particular de suburbanismo, que se define em relação a Lisboa, muito antes da chegada de outros veraneantes. Os donos dessas construções, na sua maioria burgueses e novos-ricos lisboetas (e alguma aristocracia), eram todos conhecidos, o que sugere uma vida social envolvente (316) onde por vezes coincidia a recriação do ambiente de vizinhança da aldeia com o mais actualizado cosmopolitismo.

Vem a propósito citar a apreciação que Ramalho Ortigão faz dos "*sonhos de grandeza*" (317) dos mesmos:

"*O Monte Estoril por exemplo é um aflitivo manicómio de prédios, onde cada casa manifesta a sua especial mania. Uma julga-se chinesa, outra suíça, outra gótica, outra normanda: esta supõe-se castelo feudal e tem ganas de pôr besteiros de bacinete e loriga por detrás das suas ameias; aquela imagina-se, modesta e edilicamente, pequena granja de Nuremberga, e vê-se que sonha colocar à porta uma vaquinha... empenhada. Raríssimos naquele horto psiquiátrico os prédios com o aspecto estrutural e decorativo de serem aquilo que todos aqueles teriam restrita obrigação de parecer— singelos, confortáveis, risonhas habitações de burgueses de Lisboa que aí vão no Verão tomar os banhos de mar com a sua família*" (318).



1

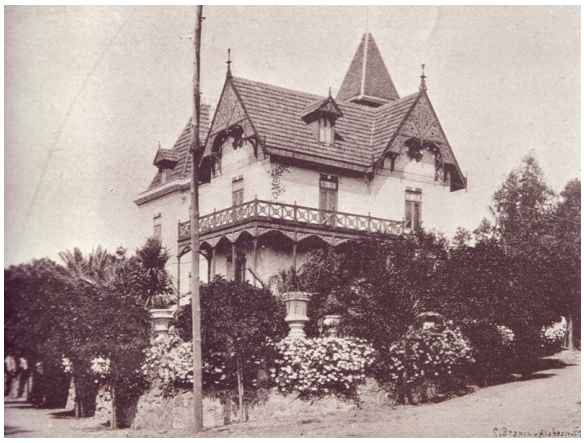


2

II.2.2.7.e- O Estoril de hoje- utopia do passado. 1- Vista do Estoril incluída no projecto de Martinet. Da brochura "*Estoril, estação maritima, climatérica, thermal e sportiva*", 1914. In SILVA, Raquel Henriques da - Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal, e Sportiva- As etapas de um projecto: 1914-1932. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município. 1991, Nº10, fig.3. 2- Estoril: vista actual do mesmo espaço. In CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS- Cascaes. Cascais de Sempre. Cascais: C.M.C., 2001. p.48.



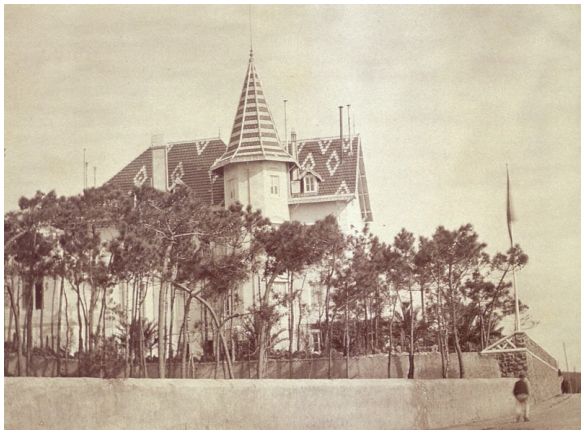
1



2



3



4

II.2.2.7.f- Um espaço de liberdade e imaginação.

1- Paisagens construídas. Monte Estoril: diversidade, imaginação e exotismo. In delcampe.fr. Cartes postales. Portugal Cor 1847 – Monte Estoril – Vista para o mar. Citroen diane post ofice correios [em linha]. Bélgica: Lusapens. [citado em 15 de Maio de 2008 – 14:55]. Disponível em URL: http://cartes-postales.delcampe.fr/list.php?language=F&x=0&y=0&searchString=estoril&searchMode=all&searchTldCountry=fr&cat=894&id_member=00098694&searchInDescription=N. 2- O Casino Internacional do Monte Estoril, 1899. In RAMALHO, Margarida de Magalhães - Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910. 1ª Ed., Lisboa: Quetzal Editores; Lisboa: Bertrand Editora, 2003, p. 47

3- Cascais, palácio Palmela. In CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS – **Cascaes.** Cascais de Sempre. Cascais: C.M.C., 2001, imagem da capa. 4- Chalet da rainha Maria Pia no Monte Estoril. Século XIX-XX. In RAMALHO, Margarida de Magalhães - Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910. 1ª Ed., Lisboa: Quetzal Editores; Lisboa: Bertrand Editora, 2003, p. 46.

2.2.8- O interior- uma realidade esquecida, mas culturalmente autónoma

Quanto ao interior, "*entre a serra de Sintra e Lisboa teria apenas uma escassa dúzia de aldeolas saloias, quási tôdas de costas viradas ao rio, além duns lugarejos de pescadores, negruscos e pobres. Só de longe em longe se via por ali quinta senhorial, com seus muros e seus arvoredos em torno do palacete armoriado*" (319)
Contribuía para a desolação da paisagem a ocorrência recente da filoxera, que deixava atrás de si "*o terreno coberto com videiras queimadas e silvedo agreste*" (320). Outra nota assinalada era dada pelo tipo da propriedade, muito retalhada, dividida por muros baixos de pedra solta, "*sem árvores, invadidas pelo restolho em que as cabras pastavam*" (321).

- Hipótese de permanência de uma estrutura sócio-territorial até aos anos de 1950

A hipótese de permanência de uma estrutura sócio-territorial testemunhada pelas experiências de vida e pela sequência cartográfica, que repete ao longo dos séculos XIX e XX, de 1843 a 1950-60 um mesmo traçado territorial, uma paisagem praticamente imutável, corresponde também a um fenómeno nacional assinalado por Hermann Lautensach. O autor considera, quando escreve em 1932 sobre o povo português, vendo-o à luz de uma Europa em mutação e verificando que certas atitudes nacionais face ao destino, ao dinheiro, ao poder, ao espírito de comunidade, o demarcam da matriz mecanicista da mesma Europa: "*As consequências geográficas resultantes desta atitude psicológica tradicionalista, tendem evidentemente a manter a actual paisagem, em que dominam as marcas do passado, e não a desenvolver as perspectivas do futuro*" (322).

Ainda durante o século XIX, a promoção de Cascais a "Vila da Corte", como etapa de um movimento de procura e descoberta de novos espaços de vilegiatura no litoral por parte dos lisboetas (323), parece não ter tido influência de assinalar neste interior adormecido. É que, se Cascais, antes da vaga balnear valia muito pouco, já que "*uma vez a Cascais e nunca mais*" (324), o interior do concelho ainda valia menos, era uma paisagem sem qualquer encanto, terra de saloios bisonhos (325)!

E enquanto, já em pleno sec XX se formavam, progrediam e expandiam-se povoações perto da costa, por influência directa das vias e meios de comunicação, formatadas pelo ideal da *Costa do Sol* (326), as povoações e actividades do interior mantinham-se praticamente

inalteradas. Quer dizer, mantinham o seu cariz agrícola e pastoril, na continuidade de uma tradição cujas origens, conforme ficou expresso, se podem fazer remontar ao Neolítico.

A descrição que Raul Proença (327) faz, nos anos de 1920, do território dos saloios, pode aplicar-se, com alguma força de *caricatura*, a este interior particular: *" O seu horror à árvore, tão rácico, não pouco tem contribuído para despoetizar grandes zonas da terra onde se fixou, dando a certos retalhos arrebaldinos esse aspecto escalvado, marroquino e carrancudo... Mudou tão pouco, afinal, este berbere da Ibéria, que ainda hoje é às* hortas *que ele dá os seus esmeros de cultura, o cobre ainda o mesmo telhado mourisco, de quatro águas, e é a nora árabe que lhe dessedenta as leiras vicejantes, e a albarda mourisca, de arção em meia lua que o leva nos burrinhos ariscos pelas estradas poeirentas."* (328).
Voltamos desta forma ao início deste percurso, com o testemunho de um interior ainda de carácter *saloio*, nas primeiras décadas do século XX.
Cascais, e todo o litoral, como tão bem intuiu José Leite de Vasconcellos (329), pouco terão a ver com as tradições e o *modo de vida saloios*. É portanto natural que uma unidade territorial anteriormente consolidada sobre as premissas rurais tivesse tendência para prevalecer em aspectos a elas inerentes. Essa unidade tem o seu centro em Sintra.

É então possível que este interior tenha mantido, depois da sua integração no *Termo* (mais tarde concelho) da vila de Cascais (a qual progrediria em função dos negócios do mar, não da terra), as relações, anteriores ao século XIV, que ligavam as gentes a Sintra, como centro agrícola do interior: Por isso as estradas, no sentido sul-norte— a partir de Cascais; do Estoril; de S. Domingos de Rana; de Oeiras; de Paço de Arcos (330). Daí as feiras dos saloios, que não se realizam no litoral. Festas, romarias e Círios, são os de Nª Sª do Cabo e da Atalaia (que utilizam um porto fluvial, Paço de Arcos), para além de todos os outros santuários próprios dos saloios. Os naturais de S. Domingos e arredores, iam às feiras de S. Pedro e das Mercês; às festas e romarias da Nª Sª da Penha Longa, e talvez da Peninha. Nunca deixaram, é claro, de comparecer na festa de Nª Sª da Conceição da Abóboda, ou na do *orago* da sua terra (331) e celebram todos os anos os santos populares.
A Cascais, salvo alguma excepção para as festas do Espírito Santo (enquanto se realizaram) (332) e da Nª Sª da Guia (à qual acorriam os lisboetas em cumprimento de promessa antiga) (333), é muito pouco provável que os saloios se deslocassem. Se a vila se habituou a viver num certo alheamento em relação ao interior do seu concelho, este, entregue em grande medida a si mesmo, viveu, principalmente, em regime de auto-subsistência (334).



1951 - 1967

1-4	1-5
2-4	2-5
3-4	3-5

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 2-5]. Escala [1:10.000]. 1967
1 carta: color, 58 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 3-5 4-5]. Escala [1:10.000]. 1966
1 carta: color, 77 x 77 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 3-4]. Escala [1:10.000]. 1955
1 carta: color, 58 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 2-4]. Escala [1:10.000]. 1951
1 carta: color, 58 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 1-5]. Escala [1:10.000]. 1963
1 carta: color, 58 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 1-4]. Escala [1:10.000]. 1954
1 carta: color, 58 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal



1954

Serviços Cartográficos do Exército - [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1954
1 carta: color, 54 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal



1955

Instituto Geográfico e Cadastral - [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C, Cascais]. Escala [1:50.000]. 1955
1 carta: color, 55 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal



1966 - 1970

Serviços Cartográficos do Exército - [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1966- 1970
1 carta: color, 54 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal



1992

Serviços Cartográficos do Exército - [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1992
1 carta: color, 54 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

II.2.2.8.a - Sequência Cartográfica de 1843/55 a 1992

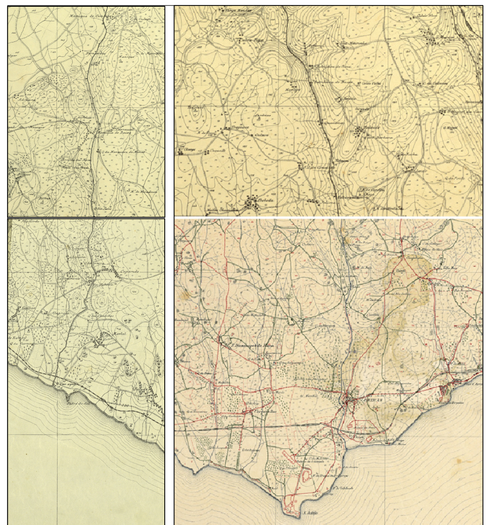
(Verificação de permanências até 1950)

(Folha 2)



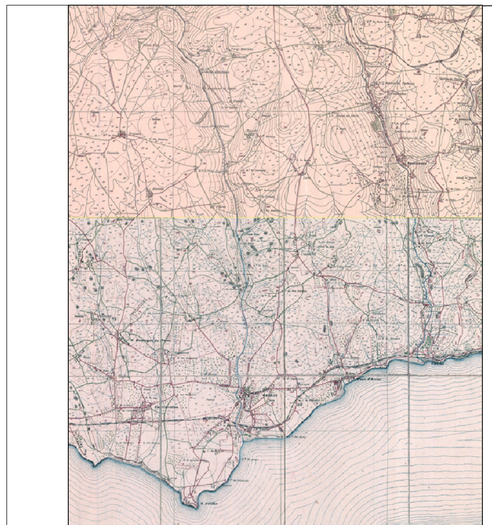
1843-1855

5	4
2	1



1893 - 1899

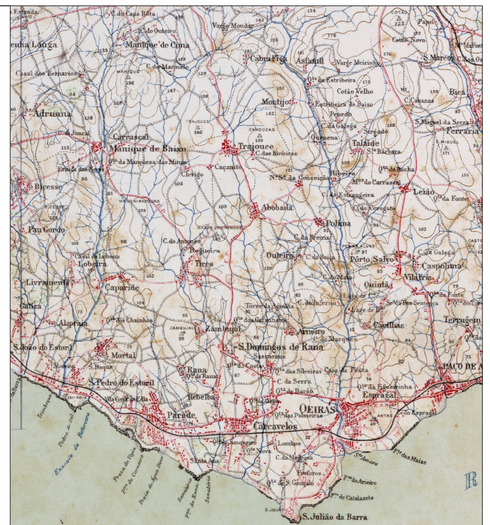
9	8
4	3



1914



1929 - 1935



1932

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha1] Escala [1: 10.000]. 1843-1846. 1 carta: color. 640 x 910mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-1

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha2] Escala [1: 10.000]. 1843-1846. 1 carta: color. 646 x 858mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-2

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha4] Escala [1: 10.000]. 1855. 1 carta: color. 585 x 882mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-4. Incompleta

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha5] Escala [1: 10.000]. 1846. 1 carta: color. 660 x 910mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-5.

Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha3] .Escala [1: 20.000]. 1899. 1 carta: color. 43 x 52cm. Lisboa, Portugal. IGP, 37Bp4-2

Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha8] .Escala [1: 20.000]. 1893. 1 carta: color. 44 x 52cm. Lisboa, Portugal. IGP, 37Dp9-1

Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha4] .Escala [1: 20.000]. 1896. 1 carta: color. 44 x 52cm. Lisboa, Portugal. IGP

Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha9] .Escala [1: 20.000]. 1896. 1 carta: color. 44 x 52cm. Lisboa, Portugal. IGP

Estado Maior do Exercito - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha8] .Escala [1: 20.000]. 1914, 1 carta: color, 37 x 46cm, Lisboa, Portugal.

Serviços Cartográficos do Exército - [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1929-1935
1 carta: color, 53 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico Português - [Carta de Portugal, Folha 34-C]. Escala [1:50.000]. 1932. 1 carta: color, 55 x 75 cm. IGEO, Lisboa, Portugal. IGP

II.2.2.8.a - Sequência Cartográfica de 1843/55 a 1992

(Verificação de permanências até 1950)

(Folha 1)

Significa que no cerne desta constatada permanência estaria um vínculo do interior a uma unidade territorial que não se deixa delimitar por fronteiras administrativas: é uma *unidade territorial saloia*.

2.2.9- Da economia de subsistência ao anúncio da dependência suburbana

Os aspectos económicos estão no cerne de todo o empreendimento humano, revelam-se transversais, não só à história das cidades (335) mas estão presentes em todo e qualquer tecido social vinculado a um território. Encontram-se, portanto, nas estruturas rurais de todas as épocas e lugares (336).
A dinâmica dos sistemas de trocas tem um papel fundamental na evolução, ascenção ou decadência de uma sociedade (337).

Quando nos damos conta de que a *identidade saloia*, inseparável, como ficou demonstrado, de um *modo de vida* (que implica necessariamente um sistema de trocas) e de um *território*, tende a desaparecer por completo na actualidade, percebe-se que os motivos deste desaparecimento também estão nas consequências das transformações económicas advenientes no século XX na região e têm também a ver com a pouca flexibilidade que esta sociedade rural demonstrou para se adaptar aos novos tempos, mantendo a sua identidade.

Ficaram explícitas as condições em que se produz, a partir de meados de 1800, nos concelhos de Cascais e Oeiras, uma alteração, gradual, mas profunda, dos contextos sociais e económicos vigentes na região, sedimentados por antigas tradições e no interior, também por anacronismos, que relevam de uma antinomia campo-cidade, configurando uma identidade— a *saloia*.
As alterações produzidas têm a ver com a emergência de um novo paradigma civilizacional, importado da Europa industrial por via dos novos meios de transporte— o elemento de maior impacte é a *velocidade*— e também pela difusão dos novos meios de produção.
As mentalidades, por seu lado, evoluem ao ritmo igualmente acelerado das *modas* e a da procura das praias não será, a partir dessa época, a menos importante.
Com a promoção dos transportes (colectivos e individuais motorizados) e das vias de comunicação, fica facilitado o acesso a bens veiculados pelas modas.
Na *linha*, a expansão urbana é o fenómeno que vai dar resposta à procura das praias. E se, no litoral, a função habitacional (também de carácter turístico), agregada muitas vezes a núcleos

já existentes, ou resultante de urbanizações isoladas, provocou os resultados normais, decorrentes da inferaestruturação urbana, o mesmo não se pode dizer do interior, onde as modificações vão tardar mais em chegar, mas onde as repercussões vão ser maiores.

A economia regional ganha, a partir da primeira década de 1900, um novo carácter: "*A população activa do concelho de Cascais foi mudando de estrutura, ao mesmo tempo que progredia em números absolutos* [...]. *De 1911 a 1970, a agricultura reduziu os seus efectivos a menos de 1/4; o emprego na pesca situou-se entre 200-300 pescadores; a indústria duplicou o número de operários, entre os quais continuaram a destacar-se os da construção civil; os transportes e comunicações também duplicaram os seus efectivos; o comércio, bancos e seguros triplicaram-nos* [...]" (338). Carminda Cavaco refere ainda a hotelaria e a restauração, bem como o comércio a retalho e o funcionalismo, no qual inclui a defesa, que aumentou sete vezes. Outra ocupação nova é "*a dos trabalhadores domésticos empregados por uma população abastada*" (339).

É entre 1930 e 1950 que a autora situa "*o apagar, em termos de emprego, do sector primário, nomeadamente na agricultura, a expansão moderada do secundário e o grande desenvolvimento do terciário*" (340). A situação identificada em Cascais tem o seu equivalente no concelho de Oeiras (341).

Raquel Soeiro de Brito (342) diz que a ocupação turística vai esbarrar, em Cascais, com uma *vida própria* da vila (343). O mesmo, e de forma mais alargada e profunda, se pode dizer do interior, a partir de 1950. Aqui a procura de habitação já não se faz em função da proximidade do litoral (embora esta proximidades tenha alguma influência), mas em função da grande falta de habitações na cidade e dos baixos preços aqui praticados (344). Carência de habitação que se manifesta sobretudo face às migrações que, a partir de 1950, com origem nas províncias, acorrem aos novos mercados de emprego na capital (345).

Esta *invasão* progressiva do interior vai fazer-se em função das acessibilidades à cidade; vai tornar preponderante, quando não exclusiva, a função habitacional do território. Por seu lado, a ocupação deste vai fazer-se à custa do *encolher* progressivo das áreas rurais (346), não só incultos mas também de grande aptidão agrícola; o enquadramento urbanístico em que se desenrola esta ocupação está consignado num documento, o PUCS, o qual, aprovado em 1948, não admite a expansão das *aldeias* para a zona estritamente rural envolvente (347).

Distribuição das ocupações industriais na Vila de Cascais e seu termo — 1763

Profissões	Cascais	Carcavelos	S. Domingos de Rana	Alcabideche	Total
Canteiros	2	—	77	18	97
Sapateiros	21	4	18	18	61
Moleiros	4	—	10	16	30
Padeiros	13	12	3	—	28
Carpinteiros	11	2	4	8	25
Pedreiros	6	10	—	8	24
Alvíneos	—	3	13	3	19
Cabouqueiros	—	—	16	1	17
Alfaiates	3	1	7	3	14
Tecelões	5	—	—	8	13
Cerieiros	1	—	5	5	11
Ferreiros	3	—	4	1	8
Barbeiros	5	—	1	1	7
Marceneiros	1	—	3	—	4
Tanoeiros	3	1	—	—	4
Fabricantes de telha...	—	—	—	3	3
Serralheiros	3	—	—	—	3
Forneiros	2	—	—	—	2
Calafates	1	—	—	—	1
Cordoeiros	1	—	—	—	1
TOTAL	85	33	161	93	372

Profissões do Concelho de Cascais([1]) (%)

Profissões	1900	1920	1940	1955	1966
Trabalhador, jornaleiro, jardineiro	30,0	32,8	40,6	22,4	6,8
Moleiro e padeiro	0,5	2,2	—	1,6	0,7
Pedreiro, estucador, construtor civil	13,3	9,7	7,9	11,5	18,0
Carpinteiro, pintor	9,5	6,0	10,9	4,2	7,3
Canteiro	15,7	10,9	1,0	2,1	2,0
Proprietário, lavrador, fazendeiro	7,1	3,8	3,0	0,5	1,3
Pescador, marítimo	2,9	6,5	6,9	2,6	—
Comércio por grosso e a retalho	4,3	7,1	7,9	10,4	8,0
Cocheiro, carroceiro, ferrador	2,9	2,3	1,0	3,1	4,7
Serralheiro, mecânico, torneiro, electricista, canalizador, soldador, latoeiro	1,4	3,8	4,0	7,3	12,7
Sapateiro, alfaiate, barbeiro	5,2	3,3	3,0	3,1	1,3
Telegrafista, empregado do caminho de ferro e do cabo submarino	2,3	1,6	3,0	4,2	2,0
Empregado de hotelaria	—	—	3,0	6,8	4,0
Profissões liberais, funcionários públicos, exército, guarda-fiscal, empregados de bancos e seguros	3,3	7,7	3,0	17,2	18,0
Industrial e emp. na indústria	—	0,5	—	1,6	6,7
Outros	1,6	1,8	4,8	1,4	6,5
(DIMENSÃO DA AMOSTRA)	(210)	(184)	(101)	(192)	(150)

(1) Extraído das profissões dos pais contidas nos registos de baptismos (1900) e nos registos civis de nascimentos.

Freguesia de São Domingos de Rana (%)

Profissões	1900	1920	1940	1955	1966
Trabalhador, jornaleiro e jardineiro	32,3	39,6	44,4	40,0	10,7
Moleiro e padeiro	—	—	—	—	5,4
Pedreiro, estucador e construtor civil	6,5	9,4	6,7	15,6	37,5
Carpinteiro, pintor e colchoeiro	6,5	5,6	4,4	4,4	12,5
Canteiro	33,8	20,8	6,7	4,4	3,6
Proprietário, lavrador, fazendeiro e caseiro	4,8	—	2,2	2,2	—
Pescador e marítimo	—	1,9	2,2	—	—
Emp. comércio por grosso e a retalho	1,6	1,9	11,1	4,4	5,4
Cocheiro, carroceiro, ferrador e *chauffeur*	1,6	3,8	2,2	2,2	3,6
Serralheiro, mecânico, torneiro, electricista, canalizador, soldador, latoeiro, etc.	3,2	3,8	13,3	6,7	10,7
Sapateiro, alfaiate, barbeiro	6,5	3,8	2,2	6,7	1,8
Telegrafista, emp. de caminho-de-ferro e do cabo submarino	1,6	1,9	2,2	—	1,8
Empregado de hotelaria	—	—	—	2,2	—
Profissões liberais, funcionários públicos, exército, guarda-fiscal, emp. bancos e seguros	1,6	5,7	—	6,7	—
Emp. indústria	—	—	—	2,2	—
Outros	—	1,8	2,4	2,3	7,0
(DIMENSÃO DA AMOSTRA)	(62)	(53)	(45)	(45)	(56)

II.2.2.9.a- Cascais e S. Domingos de Rana: indicadores quanto à evolução das actividades profissionais.
De salientar: S. Domingos de Rana, em 1763, detém o maior número de canteiros e soma o número mais elevado de profissionais do concelho (poderia ser visto em função da população). No século XX, a tendência geral é para o aumento das ocupações no secundário e terciário, em detrimento do sector primário. In CAVACO, Carminda - A Costa do Estoril: Esboço geográfico. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, SARL, 1983, p.17; p.82; p.89.

O resultado, a médio e longo prazo— há uma primeira fase até 1975 e uma segunda até à publicação do Plano Director Municipal de Cascais, em 1997— vai expressar-se em termos de *economia informal* (348) e corporizar os *bairros clandestinos* (349).

- A evolução das actividades agrícolas num contexto em transformação

Uma questão que se pode colocar, tem a ver com o seguinte:
Se a vocação do interior dos concelhos limítrofes de Lisboa, era, como ficou expresso, marcadamente agrícola, num enquadramento social e cultural identificado como *saloio*, o qual privilegia a relação económica com o urbano e especialmente com a cidade de Lisboa, porque é que esta expansão urbanística e demográfica do litoral não ajudou a desenvolver e consolidar as actividades económicas tradicionais, as quais poderiam assumir um papel importante de subsidiariedade em relação aos centros urbanos, produzindo e fornecendo os víveres que estes necessitariam?
A resposta fundamentada a esta questão carece provavelmente de estudos aprofundados de muitas disciplinas, por fazer ou divulgar; mas uma aproximação à questão afigura-se essencial para ajudar a completar o esboço que se tem vindo a delinear.

Frei Nicolao de Oliveira, depois de gabar o clima, os ares, as águas, da "*villa de Cascaes,* [que,] *sendo a vltima do mundo da parte do Occidente, na qual parece que quis a natureza ajuntar tudo o bom, que ha do Oriente té a mesma villa*" (350), diz que "*a vizinhança desta Cidade de Lisboa a faz muy prouida de toda a sorte de mantimentos, & a da Serra de Sintra & Collares de toda a sorte de fruitas, assi de caroço, & piuide, & de espinho, como de toda a fruita de leite, perdizes, coelhos, galinhas e frangãos, & leitões, & de toda a mais caça, que nas outras partes ha; tendo muito & bom vinho, azeite pouco, & estremado trigo, & cevada, inda que pouco*" (351).

Na reconstituição de um quadro económico da vila de Cascais e seu concelho, o que desta descrição ressalta, para o século XVII, é uma relação de dependência de Lisboa, da qual provêem mantimentos e de Sintra e Colares que a fornecem de víveres. Neste caso, qual o papel do *Termo*? A ajuizar pelo texto, este produziria bom vinho; já quanto a azeite, trigo e cevada as produções ficariam aquém das necessidades de consumo?
O Padre Manuel Marçal da Silveira, na resposta aos "*Interrogatórios*" (352) que lhe foram remetidos, em 1758, pelo Cardeal Patriarca por ordem do rei, na rubrica sobre *quais sejam os*

frutos da terra, responde que "*os frutos que os moradores colhem, em abundancia, saõ trigos, e cevadas, e tudo grado, e em tanta perfeição que vale mais hum alqueire de trigo, ou cevada de Cascais no substancial que dous de outras terras, e ahinda do Alem Tejo. Ha taõbem hum grande lucro nas frutas de espinho, limão, e laranja, que seleva para o Norte*". Sugere ainda a venda rendosa a ingleses, destas produções, a partir de quintas do *Termo*. Acrescenta: "*Não tem menor rendimento os seus vinhos que todos são selectos chegando muntas vezes a conservarse o vinho seis annos na sua nativa perfeiçaõ*" (353).

A produção de cereais e vinho aparece sempre referida, a par de outras culturas sem expressão numérica continuada.
Não se pode, no entanto, perder de vista que os recursos deste interior são fracos: correspondem à capacidade de uso de solos maioritariamente pobres, com um substracto calcário-margoso a que se junta a dificuldade da escassez natural da água. Excepção feita a algumas manchas na parte oriental do concelho, as quais dão continuação e remate aos ricos solos agrícolas de origem basáltica dos concelhos de Oeiras e Loures (354).
Outra dificuldade, apontada por João Pedro Cabral (355), prende-se com a excessiva divisão da propriedade, que não permitiu a divulgação da mecanização em termos rentáveis.

Embora a produção de trigo tenha atingido números significativos já na década de 1950 (356), a tendência depois foi para decair rapidamente, assim como as outras produções— doutros cereais —, como o centeio, a cevada, o milho e de leguminosas, a fava, o feijão, o grão-de-bico e também a batata (357).

No que à vinha diz respeito, (358), ainda era possível, em 1969, a Ferreira de Andrade, falar da produção do vinho da região demarcada de Carcavelos, embora refira que "*nos primeiros anos deste século* [século XX], *ainda estavam em exploração a maior parte das vinhas, contudo, começou a fazer sentir-se a concorrência no mercado de vinhos do Porto de baixo preço e mesmo de vinhos com a designação de Carcavelos, mas produzidos com uvas e mostos de outras regiões, o que ocasionou uma redução da venda do verdadeiro vinho de Carcavelos*" (359). Traçando o percurso das tentativas frustradas de recuperar a produção, tanto em quantidade como em qualidade (360), o autor acaba por culpar também o PUCS pela invasão da região demarcada pelas urbanizações, situação que seria permitida pelo Plano (361).

Os resultados do Inquérito Agrícola de 1953, de acordo com Carminda Cavaco, dão conta da existência de 694 explorações, situando-se nos escalões de pequena e média dimensão. "*Mais de metade não ultrapassava 1 ha (54%) e 88% dispunham de área inferior a 5 ha*" (362).
"*A difusão de adubos e da monda química, o progressivo emprego de tractores e ceifeiras-debulhadoras, que permitiram simplificar os trabalhos culturais, o abandono de alguns ramos antigos e a adopção de outros não foram suficientes para criar verdadeiras empresas agrícolas, modernas, autónomas e lucrativas, como confirmou, alguns anos depois, o Inquérito Agrícola de 1968*" (363).

Em 1969, a situação relatada por Ferreira de Andade é a seguinte:
- Existência de organizações agrícolas: União Vinícola da Região de Carcavelos; Grémio da Lavoura de Cascais e cooperativas anexas: Cooperativa Agrícola de Cascais e Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Cascais (364).
- Existência de setecentas explorações agrícolas, "*das quais 63% de conta própria e 37% de arrendamento, parceria ou mistas*" (365). O autor não indica a proveniência da informação, a qual parece referir-se a 1953, já que os resultados do *Inquérito Agrícola de 1968*, mostram resultados diversos: "*Foram então computadas 200 explorações com menos de 20 ha (460 ha) e 5 explorações de 20 ha e mais (249,5 ha)"* (366).
Acresce que só 12,5% dos produtores se dedicavam exclusivamente à agricultura; as produções, inserindo-se no tradicional da zona, eram em grande percentagem destinadas a autoconsumo (367).
Ferreira de Andrade acreditava que das explorações ainda existentes, "*muitas ainda serão atingidas pela urbanização que se continua a estender em torno das povoações*" (368), mas manifesta a esperança de que, justamente o grande aumento da população possa assegurar o consumo de "*certas produções até aqui inexistentes ou desprezadas por pouco rentáveis*" (369). Estas esperanças não se concretizaram e o raciocínio vem ao encontro da pergunta atrás formulada.

Ainda que nos vales das ribeiras, com terrenos de aluvião mais férteis, fosse possível o cultivo de produtos hortícolas tradicionais, capazes de abastecer o mercado local ou concelhio, a verdade é que a nova estrutura de emprego foi tornando a hipótese de contratação de trabalho rural cada vez mais difícil, pelos custos atingidos e face à fuga para a construção civil (370). Por outro lado, o antigo sistema de arrendamento é agora obsoleto, uma vez que os proprietários absentistas, herdeiros por vezes em grande número, já nem sequer são

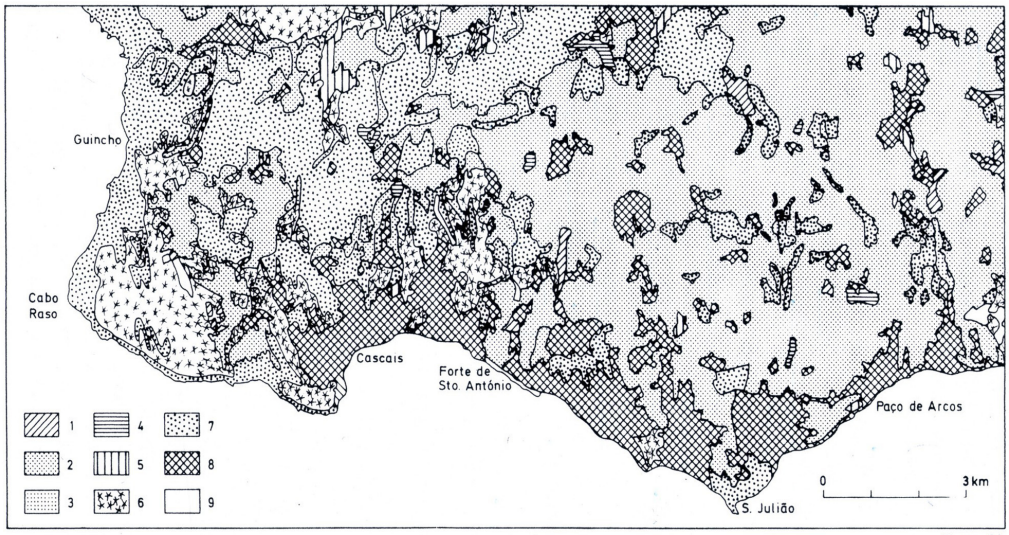
conhecidos (371). A uma propriedade tradicionalmente muito retalhada, juntam-se as consequências da poluição das ribeiras e os efeitos nefastos da urbanização das margens (372). Pode talvez afirmar-se que a *agricultura a tempo parcial* (373), que Carlos Branquinho Monteiro ainda encontrou no início dos anos de 1980, já praticamente não existe.

- Da tradicional pastorícia às *vacas urbanas*

Dando ainda continuação a uma actividade tradicional na região já assinalada, (374), "*nas vastas extensões de charneca continuou a desenvolver-se o pastoreio de gado miúdo, cujos efectivos se mantiveram numerosos por toda a primeira metade* [do século XX], *apesar da tendência geral regressiva: 6741 ovinos e 525 caprinos no concelho em 1934; 3592 e 917 em 1972. Por freguesias, destacam-se Alcabideche e S. Domingos de Rana*" (375).

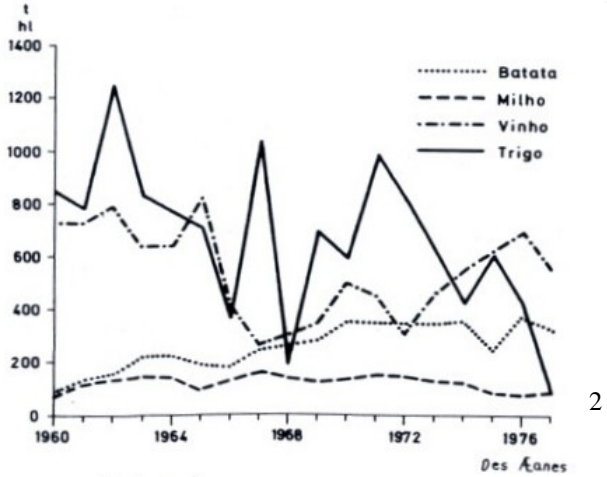
Quanto à criação de gado bovino, sobretudo para produção de leite, embora Carminda Cavaco refira que se desenvolveu a partir de 1948 com a constituição da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Cascais, adiantando que os seus efeitos depressa se apagaram, a verdade é que em toda a área de influência de S. Domingos de Rana, de Rebelva a Tires, e de Rana a Sassoeiros, a importância da criação das *turinas* (376) deixou marcas na memória (377) e na própria arquitectura; Cascais consta da lista de concelhos limítrofes de Lisboa por onde se espalhava a produção de leite que abastecia a capital, em princípios do século XX (378). O que parece mais consentâneo com os testemunhos: a ideia transmitida é a de que, por um lado, quem não tivesse vacas, não tinha estatuto de proprietário; por outro, numa fase em que a pobre *turina* já tinha degenerado bastante em virtude dos cruzamentos e, para além de produzir leite, "*dava estrume, crias, puxava a nora para milho e batata, prestava outros trabalhos teoricamente moderados e, depois disto tudo, ainda acabava no talho*" (379), a posse de alguns animais constituía garantia de sobrevivência apesar das dificuldades económicas crescentes (380).

Algumas vacarias persistiram até à década de 1970 e contaram também com a clientela que os novos moradores constituíam: as pessoas deslocavam-se para *ir ao leite*, ao Zambujal, ao Seminário da Torre da Aguilha... (381). Faziam assim parte da parcela da procura que adquiria o leite "*às portas dos estábulos,* [a um preço] *muito superior ao preço oficial, convidando à fuga cooperativa e estatística de uma parcela significativa das pequenas ofertas*" (382).



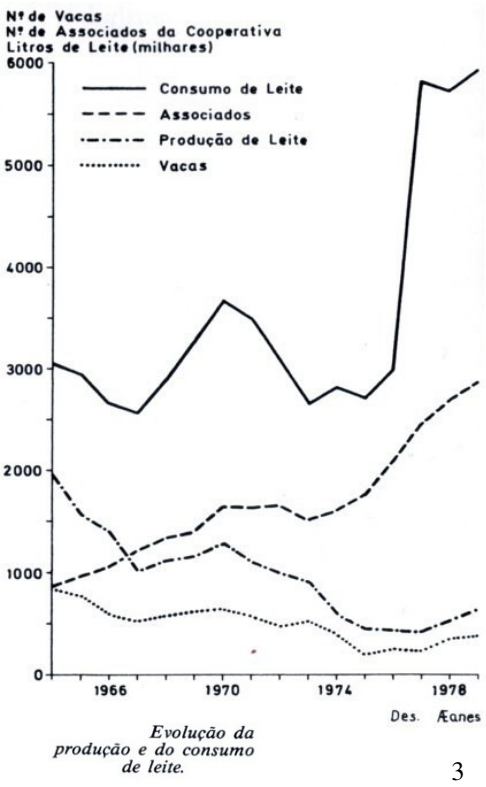
1

Ocupação do espaço agrícola: 1, árvores de fruto; 2, culturas arvenses de sequeiro; 3, idem, de regadio; 4, olival; 5, eucaliptal; 6, pinhal; 7, incultos; 8, área urbana; 9, outros usos (cadeia, golfe, etc).



2

Evolução de algumas produções agrícolas



Evolução da produção e do consumo de leite.

3



4

II.2.2.9.b- Elementos de avaliação da produção agrícola. 1- Ocupação do espaço agrícola (1981). 2- Evolução de algumas produções agrícolas. A situação, a partir de 1976 será de decréscimo continuado sem recuperação. 3- Evolução da produção e consumo de leite. Verifica-se um aumento exponencial do consumo e o decréscimo da produção. In CAVACO, Carminda - A Costa do Estoril: Esboço geográfico. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, SARL, 1983, p.49; p.54; p.54. 4- Uma cena de rua com vacas leiteiras em Sintra, mas comum a todos os concelhos dos arredores de Lisboa na primeira metade do século XX. In MONTOITO, Eugénio (Dir.) – Sintra... e suas gentes**.** Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2001, p. 26

O surto de instalações de aviários pelo interior, nos anos de 1960 (383), deve ter correspondido a um aumento de procura, pelos mercados do litoral, mas não houve continuidade.

- Indústrias tradicionais e indústrias novas

A exploração de pedreiras e a transformação da pedra, constituíam as principais actividades secundárias tradicionais do concelho de Cascais. Borges Barruncho assinala-as em 1873 com 26 pedreiras que, desde 1868, tinham produzido cerca de 7324 carradas, numa área de exploração de 625 m^2: "*Cada carrada até Paço de Arcos custa mil réis, e d'alli para Lisboa, por mar, quatrocentos réis [...]"* (384).
Estas explorações, instaladas um pouco por todo o concelho, vão depois rarear, concentrando-se na freguesia de Cascais as últimas explorações, até à década de 1980.

A indústria de serração de pedra, extraída no concelho ou vinda de fora, vai absorver, a partir de 1960, a mão-de-obra especializada em cantaria.

Os dados do *Inquérito Industrial* referente a 1959, ainda segundo Carminda Cavaco, dão conta de actividades nos "*ramos da alimentação, com relevo para o fabrico de pão, produtos minerais não metálicos, produtos metálicos, construção de máquinas e material eléctrico e, principalmente, a construção civil, quaisquer que sejam os indicadores utilizados*" (385).
Trata-se de um concelho em posição de inferioridade quanto ao desenvolvimento industrial, quando confrontado com os concelhos limítrofes, o que é confirmado pelo *Inquérito Industrial* de 1964 e 1971. Neste último salienta-se o desenvolvimento das indústrias metálicas e eléctricas. A construção civil encontra-se sempre assinalada (386), com as indústrias a ela ligadas, serrações de madeira e carpintarias, bem como a exploração de materiais de construção.
A proximidade do mercado de Lisboa favorece a implantação de indústrias alimentares; de mobiliário; malas; luvas e agulhas. Relacionadas com as possibilidades de escoamento para mercados externos através da capital, estão os produtos farmacêuticos, fios e malhas, artigos eléctricos e electrónica (387).

Se as actividades do sector secundário tradicional sofreram grandes transformações, contribuindo para alterar profundamente as estruturas sócio-profissionais de toda a zona em

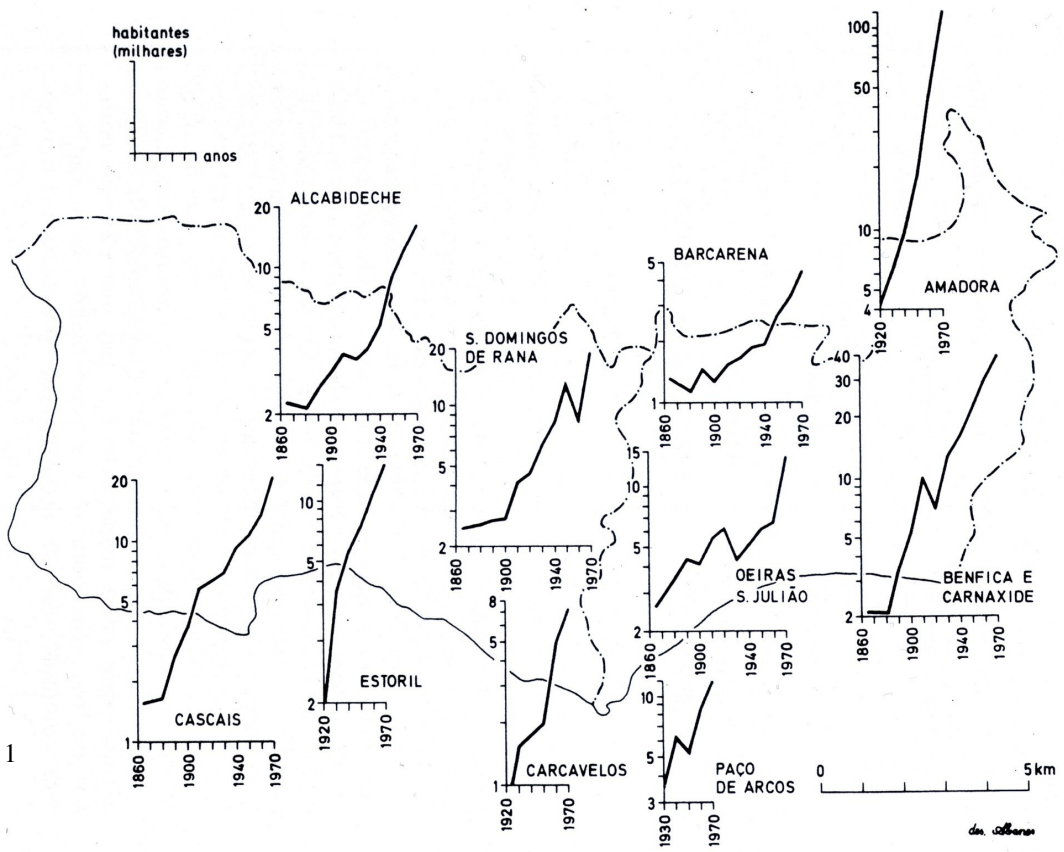
causa (e também na região de Lisboa), o surto da actividade comercial, como parte da terciarização ainda em curso, assinala a tendência para que o concelho de Cascais se defina sobretudo como um centro de consumo.

- Lisboa, Cascais e os novos subúrbios

"*Um dia, fui além do Estoril, a um lugar chamado Parede, que fica ali perto. É de menos luxo, mas também muito limpo. Foi lá que eu encontrei uma casa pequenina mas engraçada a valer. Se a visses! — A sua mão indicou o fim da congosta— Olha: pouco mais ou menos do tamanho daquela ali, da tia Luciana, mas, em vez de ser assim negra, era toda branquinha e com as janelas pintadas de verde. E, em volta, muitas plantas. Eu pensei logo que uma casita assim é que estava mesmo a calhar para nós*" (388).

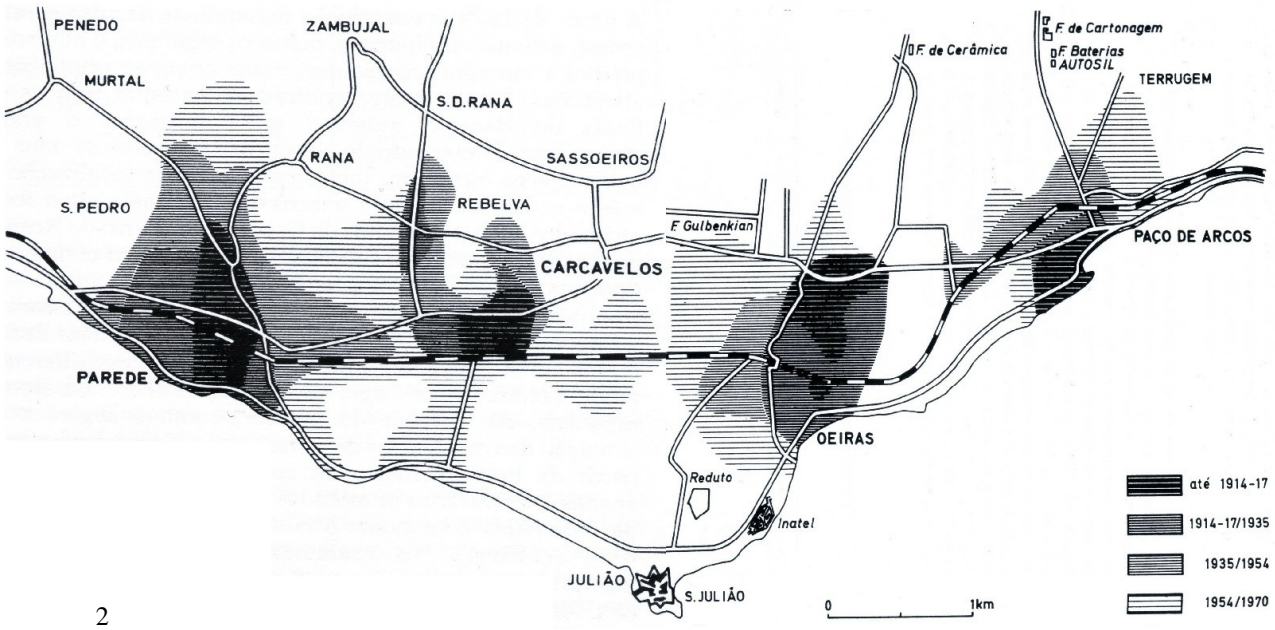
A relação suburbana com a capital que o contexto territorial e económico saloio já antecipava, vai consolidar-se por via de 2 factores: Lisboa transforma-se em centro de emprego; as acessibilidades entretanto criadas, nomeadamente as que servem os concelhos limítrofes a poente— Oeiras e Cascais— e Sintra, a norte.
Lisboa como centro de emprego torna-se acessível pelo transporte de massas, o que vai induzir o fluxo migratório a partir das províncias.

"*Nos últimos cem anos a população residente no concelho de Cascais mais do que duplicou: em 1864 computaram-se 6 775 habitantes e, em 1970, 92 630*" (389). A autora talvez quisesse dizer *decuplicou*!
S. Domingos de Rana e Oeiras são "*freguesias que mais do que duplicaram a sua população no decénio 1960-70*" (390).
Os novos subúrbios que assim se formam, acabam por constituir uma situação mista e evolutiva de suburbanismo: em relação a Cascais, Oeiras e demais aglomerados mais importantes da linha, na medida em que se iam transformando em centros de emprego, fosse nas novas indústrias, serviços, hotelaria, comércio, ou, mais prosaicamente, no trabalho doméstico *a dias*, funcionando também como sucessor do trabalho das lavadeiras da época *saloia* (391). No entanto, Lisboa, pelo comboio, impunha-se como o principal destino dos novos habitantes, mesmo que as situações tenham evoluído.
O aumento exponencial da população da Área de Lisboa desde 1890 (392), ficou a dever-se ao crescimento, desigual mas significativo, dos concelhos envolventes. No caso de Oeiras e



1

Evolução da população, por freguesias.



2

II.2.2.9.c- Evolução da população nos concelhos a Oeste de Lisboa.

1- Evolução da população por freguesias. Os gráficos são eloquentes . A tendência é para o aumento populacional em flecha. 2- Evolução da área urbanizada entre Parede e Paço de Arcos. A mancha urbanizada expande-se a partir dos centros até 1970. In CAVACO, Carminda - A Costa do Estoril: Esboço geográfico. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, SARL, 1983, p.70; p.136 e 138 (montagem).

Cascais, nos trinta anos que decorrem entre 1911 e 1940, atingem, respectivamente, aumentos de 121% e 107% (393).

"*Nos arredores de Barcarena, Oeiras, Paço de Arcos, Carcavelos e S. Domingos de Rana, a evolução da população entre 1864 e 1890 é paralela à de Lisboa; entre 1890 e 1900, enquanto Lisboa aumenta de população, estas freguesias diminuem, devido à crise da filoxera, à redução da área de cultivo de cereais, aos muitos encargos impostos pela cultura arvense*" (394). O brusco aumento verificado a seguir é devido à construção da "*linha férrea do Estoril*" (395). O período correspondente à Primeira Grande Guerra e o que se lhe segue, com o surto terrível da *pneumónica*, afectam negativamente a demografia em todo o país, mas marcam a época a partir da qual o crescimento e a transformação dos concelhos de Cascais e Oeiras se vai fazer sem interrupção, a ritmos desiguais nas diferentes áreas e "*em função da proximidade e da atracção da capital*" (396).

Raquel Soeiro de Brito vê o desenvolvimento dos concelhos da região como extensões da cidade, para oeste, no caso de Oeiras e Cascais, e explica o grau de "*acompanhamento*" urbano e integração na cidade, não só pela proximidade de Lisboa, mas sobretudo pelas melhores comunicações. Assim, aqueles dois concelhos terão beneficiado do facto de "*pela primeira vez em Portugal se electrificar uma linha de caminho-de-ferro (e com grande antecipação a qualquer outra*)" (397). É assim que "*todas as localidades marginais, embora sem simultaneidade, cedo constituíram prolongamentos de Lisboa*" (398). É a ausência dos mesmos meios de comunicação que vai manter o carácter rural de Loures até muito mais tarde (399).

"*Pela década de cinquenta, os lugares no interior viviam ainda uma vida rural não mais de autoconsumo, mas virada para as necessidades crescentes da cidade, na qual a produção de leite era a principal fonte de receita, e ensaiavam as primeiras cooperativas de produtores, associadas para a distribuição de leite e fabrico de manteiga e queijo e sua comercialização*." (400).

Mas Lisboa cresce, não só à custa da explosão demográfica dos arredores, como também esse crescimento é feito "*à custa da população vinda de fora*" (401).

Os censos revelam que os naturais da cidade não atingem 50% da população de 1911 a 1940, acrescendo a constatação de saldos fisiológicos negativos em anos sucessivos.

"*O decénio de 50-60 revela pela primeira vez uma ausência de afluxo para o núcleo da cidade*" (402) e, embora coincidindo com "*o surto brutal de emigraçãodo país*", corresponde

ao período em que se inicia a ocupação do interior dos concelhos de Cascais e Oeiras— de notar que muita gente, vinda da província, ainda fazia um pequeno *estágio* na cidade, vivendo algum tempo em quartos alugados ou *partes de casa,* antes de encontrar o caminho que, de comboio, os havia de levar aos arrabaldes geralmente *clandestinos*, no cumprimento de um sonho, mas, em primeira mão, pelo problema económico posto pelos custos das rendas de casa: "*as pessoas sujeitam-se a todos os incómodos dos transportes, precários e dispendiosos, para encontrar rendas de casa mais modestas*" (403).

A partir de 1960 Lisboa vai ter tendência para perder habitantes, enquanto os concelhos próximos vão registar, em 1970, um aumento de 48 $^{0}/_{00}$ (404).

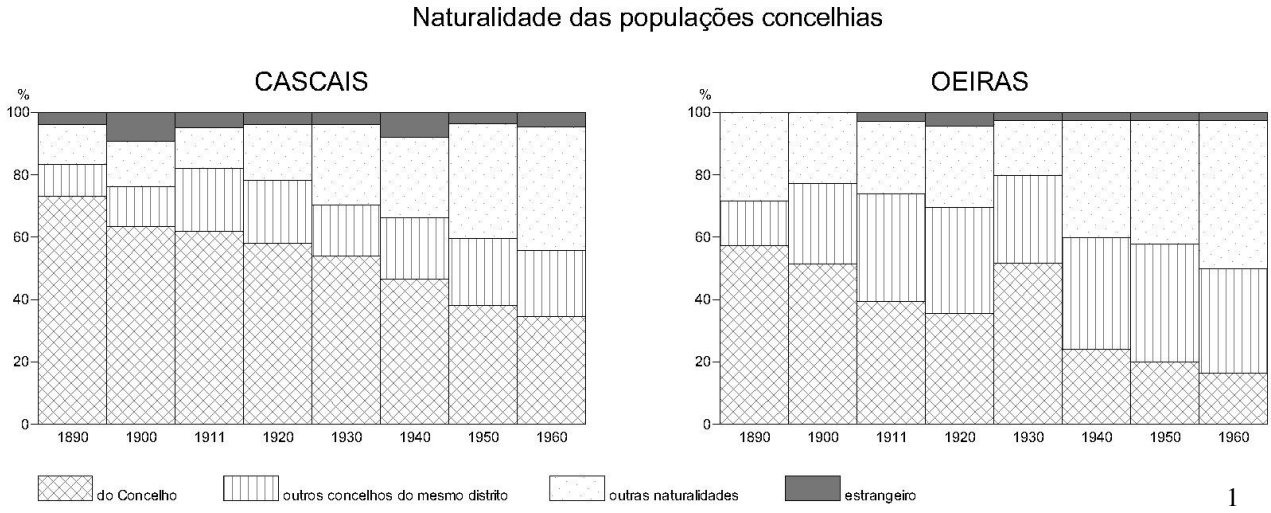
Assim, quando, na segunda metade da década de 1950, os primeiros migrantes se aventuraram no interior do concelho de Cascais, verificaram que, apesar da proximidade relativa de todos os centros urbanos importantes, a paisagem e a vida eram exclusivamente rurais. Porque as estradas, os caminhos e as povoações eram praticamente os mesmos, pelo menos desde o século XIX.

Caminhos de terra batida e *macadame* irreconhecível; estradas primitivas de pavimentos degradados asseguravam, de forma precária, as ligações, que para estes novos suburbanitas eram importantes, do interior às estações do comboio e por este a Lisboa, onde a maioria trabalhava.

É uma paisagem, física e também humana marcada, por uma cada vez mais ambígua diversidade, mas sobretudo pelos contrastes e assimetrias:

Ao moderno e eficiente comboio eléctrico, e à estrada marginal, correspondem, no interior, uma rede de estradas e caminhos quase exclusivamente rurais; ao cosmopolitismo e selecção social da ocupação e uso do território de grande parte do litoral, opõe-se a massa de trabalhadores e pequenos funcionários que vêm, no interior, juntar-se à população saloia; à eclética arquitectura de veraneio, que combina revivalismos e modernismos, num contexto que já é de planeamento e urbanização, corresponde, no interior, o retalhar da propiedade rural em loteamentos, na sua maior parte clandestinos e a construção, a ritmos variáveis, de habitações (às vezes elementares), implantadas no meio de nada, de início sem água, energia ou qualquer outra infraestrutura (hoje considerada básica).

É natural que a consciência deste interior prime pela ausência ou pelo esquematismo, nas monografias, artigos e outras referências ao território do concelho de Cascais.



1

Naturalidades das populações das freguesias do concelho de Cascais (%)

Freguesias	1890	1900	1911	1920	1930
Alcabideche					
Do concelho	88,2	83,1	77,8	82,4	77,3
De outros conc. do distrito	4,4	7,3	10,4	7,7	10,6
Outras naturalidades	8,0	9,3	11,2	9,2	11,7
Estrangeiros	0,6	0,3	0,6	0,7	0,4
Carcavelos					
Do concelho	43,4	35,4	30,2	35,2	41,5
De outros conc. do distrito	17,8	26,9	31,1	32,8	22,2
Outras naturalidades	24,2	21,2	26,5	17,2	23,9
Estrangeiros	14,6	16,5	12,3	14,8	12,3
Cascais					
Do concelho	46,9	43,9	59,3	44,1	54,6
De outros conc. do distrito	19,3	22,4	26,8	21,3	16,8
Outras naturalidades	31,2	29,1	13,5	30,6	25,4
Estrangeiros	2,6	4,6	0,4	3,0	3,2
S. Domingos de Rana					
Do concelho	90,9	89,9	69,2	64,9	62,5
De outros conc. do distrito	7,0	6,3	12,9	16,8	15,8
Outras naturalidades	2,0	3,5	17,4	16,8	19,9
Estrangeiros	0,1	0,3	0,5	1,5	1,4
Estoril					
Do concelho	—	—	—	24,2	29,3
De outros conc. do distrito	—	—	—	28,6	21,4
Outras naturalidades	—	—	—	40,8	42,5
Estrangeiros	—	—	—	6,4	6,9

2

II.2.2.9.d- Evolução da naturalidade das populações dos concelhos de Cascais e Oeiras

1- Naturalidade das populações concelhias. A tendência, de 1890 a 1960, foi a do aumento populacional dos concelhos à custa de migrantes de outras proveniências e naturalidades. 2- Naturalidade das populações das freguesias do concelho de Cascais (em percentagem). In CAVACO, Carminda - A Costa do Estoril: Esboço geográfico. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, SARL, 1983, p.96; p.97.

Tendo sido a vila a primeira no país a beneficiar da energia eléctrica, em 1878 (405), é só nos finais de 1990 que bairros clandestinos dos anos de 1960 - 1970, vêem as suas ruas finalmente delineadas, servidas de infraestruturas e pavimentadas.

Em síntese, diremos que, para acompanhar as origens e evolução do povoamento, foram considerados, para algumas épocas e aspectos, os concelhos de Cascais e Oeiras, face à sua contiguidade.
No que se refere à pré-história, assinala-se, no Paleolítico, a antiguidade da presença humana nos dois concelhos, como parte do complexo basáltico de Lisboa, eventualmente a mais recuada no tempo, em território português.
A partir do Neolítico, assiste-se a uma ocupação continuada do território, incidindo por vezes num mesmo local com épocas de abandono intercaladas, como é o caso de Leceia, num esporão calcário sobre o vale da Ribeira de Barcarena. Registam-se também os avanços tecnológicos na agricultura e o advento de uma economia incipiente baseada na acumulação de excedentes.
Uma preferência pela situação de meia encosta virada a sul, perto de uma linha de água, pode ser o indício de um padrão que vai persistir na história do povoamento.
No final do Calcolítico e após um período de conflitos em que Leceia é fortificada, os vestígios testemunham, não só a existência de estruturas urbanas importantes, como o modelo completo da vida rural e da actividade agrícola, com todos os componentes que hão-de manter-se na região, atestando além disso uma grande abertura aos contactos económicos. A Idade do Bronze e a Idade do Ferro continuam a assinalar a continuidade da produção cerealífera. Assiste-se ainda a um alargamento territorial identificável com a Estremadura, de características atribuíveis a uma sociedade em desenvolvimento e que aproveita os seus excedentes para fomento de trocas com regiões tão longínquas como o mediterrâneo. Surgem os casais agrícolas, possíveis antecessores de um tipo de povoamento recorrente no território, podendo pôr-se a hipótese de algumas povoações terem surgido da agregação destes casais.

Sob o domínio romano, *Olisipo* transforma-se num *municipium*, pertencente à província romana da *Lusitânia* e com um vasto território, que se estendia até à zona de Torres Vedras, entre o oceano e o rio Tejo.
A romanização, liderada pela tribo *Galéria*, era pautada pelas regras gerais que vigoravam no império, factor de unidade do mesmo, mas tendo em conta os recursos naturais de cada região e processando-se num clima social marcado por fenómenos de aculturação.

A permanência actual, nos concelhos de Cascais e Oeiras, de muitos percursos concordantes com uma malha de centuriação do território e a localização, características e dimensões das *villae* romanas, atestadas pelos vestígios arqueológicos, remetem para uma estruturação que abarcava e unia uma grande área territorial, na dependência da cidade, mas contribuindo também para o seu engrandecimento e defesa.

As villae, complexos agro - pecuários e também industriais de carácter próximo do latifundiário, ocupavam posições estratégicas de domínio das áreas envolventes e, eventualmente, funcionariam em rede, podendo comunicar facilmente entre elas.

A *villa* romana de Freiria, na freguesia de S. Domingos de Rana, num local onde existiriam ocupações humanas, pelo menos, desde a Idade do Ferro, tem-se revelado, ao longo das investigações arqueológicas, desde o ano de 1985, um manancial de história para a caracterização do povoamento na região. Nomeadamente, as dimensões de celeiros e lagares, de vinho e azeite, parecem corresponder a uma centralização de grandes produções cerealíferas e à implementação da cultura da vinha e da oliveira, num reforço do carácter mediterrâneo vindo já de épocas anteriores.

A exploração de pedreiras foi um recurso natural que os romanos não descuraram.

A par de progressos na agricultura, ainda por estudar, a romanização introduziu processos construtivos, materiais e tecnologias que configuram elementos de arquitectura, planeamento e engenharia, num quadro de inovações civilizacionais cujo alcance também deve ser medido pelo fraco grau de desenvolvimento em que viviam as populações locais, mal saídas da Idade do Ferro.

Tanto Freiria como as restantes *villae* postas a descoberto, indiciam, na *domus*, pelos elementos arquitectónicos e estruturas de bem-estar e lazer, a criação de um ambiente de casa de campo de proprietários urbanos.

A aculturação das gentes encontra-se documentada pela onomástica e pelos aspectos religiosos, patenteando a adopção de divindades indígenas.

É ainda possível que as povoações existentes se tenham mantido, uma vez que os romanos não parecem ter fundado nenhuma.

Provavelmente pela primeira vez desde os primórdios da ocupação humana, o território da península de Lisboa surge como uma unidade e perceptível como tal: uma rede de caminhos rurais principais de traçado ortogonal, cruza as linhas de água em locais mais propícios, através de pontes de lajedo, facilitando e promovendo assim as comunicações e as trocas.

E porque se trata de uma civilização promotora de *modelos*, também as *villae* são constituídas de tal modo que a sua forma corresponda, não só a um esquema de funcionamento adaptado às circunstâncias, mas também a uma hierarquia social.

Supõe-se, pelos indícios arqueológicos, que a área de influência de cada *villa*, assumida como centro de um pequeno latifúndio, era dedicada sobretudo à cultura extensiva de cereais, enquanto nalguns campos, onde as condições se mostrassem propícias, se cuidavam de vinhedos e olivais. As culturas eram sobretudo de sequeiro, mas uma especial atenção era dada às obras hidráulicas necessárias a prover de água a *villa*, com a sua área balnear, os seus jardins e animais. De resto, a implantação das construções era projectada com todo o cuidado, de acordo com as prescrições dos melhores especialistas romanos...
Explorações de pedreiras, produções industriais de vinho, azeite, *garum*, tinturaria e materiais de construção, desenvolviam-se no perímetro das instalaçoes ou eram geridas a partir de cada *villa*, correspondendo a um ambiente de trabalho que envolvia um grande número de escravos e trabalhadores livres estimulando actividades de auto-subsistência, como a tecelagem, a costura, a cerâmica e outros mesteres.
É possível que o pequeno porto fluvial de Paço de Arcos sirvisse para o escoamento de produtos do interior para Olisipo e também para as viagens frequentes dos senhores ao centro urbano e administrativo, onde negociavam e se divertiam.

De acordo com as conclusões da Arqueologia, as consequências do declínio e queda do Império Romano, identificam-se, a partir do século V, com uma perda gradual da qualidade dos artefactos, da construção à cerâmica. As *villae* empobreceram e foram abandonadas ou remodeladas. O clima de instabilidade levava à construção de silos, hábito que perdurará na Idade Média. Os *casais* agrícolas, estabelecidos à volta das antigas *villae*, passam a ser a unidade económica mais viável.
Entretanto, o domínio suevo e visigótico, dando alguma continuidade às estruturas administrativas e de civilização romana, introduz uma nova unidade política— a diocese.

Os Muçulmanos, que chegaram à Península Ibérica no século VIII, com intenções de conquista, facilmente se terão apoderado de um território no qual ainda predominava o vazio de poder provocado pelo desmantelamento do Império Romano.
O território do *al - Garb - al - Andaluz*, de fronteiras incertas, face às oscilações da sorte da guerra de conquista e reconquista, entre os muçulmanos e cristãos vindos do norte, foi fixado,

no século IX, a sul do Mondego, com uma administração não centralizada, mas que inclui algumas unidades administrativas e cidades importantes.

O domínio muçulmano evoluiu entre períodos de florescimento e instabilidade provocada, não só pelo clima permanente de conflito com os conquistadores cristãos, mas também pelas lutas internas que deslocavam os centros de poder de uma cidade para outra e remoldavam politicamente o território, sem, no entanto, afectarem a sua organização geral.

Enquanto eram mantidas as unidades administrativas e as redes de estradas e caminhos herdadas do período romano, o *al - Garb - al - Andaluz* integrava-se numa importante actividade comercial e civilizacional estruturante do território, no sentido oriente-ocidente, embora nunca se tenha perdido a ligação comercial com o norte cristão.

A delimitação do *Andaluz* transmite a possibilidade lógica da persistência de uma configuração *horizontal* do território, praticamente perpendicular àquela que veio a resultar do traçado das fronteiras nacionais.

A civilização árabe, eminentemente urbana, joga com a dicotomia cidade-campo, resgatando este último através da poesia: através dela, o campo já não é o lugar inóspito, do trabalho escravo e conquistado, a duras penas, ao imenso e escaladante deserto. Na poesia árabe de pendor trovadoresco, os jardins e a presença dá gua são a principais inspirações, embora também se fale de cebolas e abóboras...É que, paradoxalmente, é esta civilização de cidades que vem trazer uma lista de novas culturas, produzidos a par das que dão continuidade à vocação mediterrânea, bem como inovações técnicas na agricultura que perduraram em uso, inalterados, até ao século XX. É a presença de bem cuidadas e irrigadas hortas que compõe uma nova imagem do território.

A tradição de convivência e partilha pacífica de espaços, tanto rurais como urbanos, deu origem à ocupação continuada das construções, tornando-se difícil distinguir as diferentes intervenções ou influências.

Al - Usbuna é, neste período, uma grande cidade no contexto geográfico do sul, marcado por uma ocupação concentrada em aglomerados importantes—cidades e aldeias. Deriva a palavra *aldeia* da designação dada a um aglomerado populacional que se concentrava à volta de uma casa senhorial.

A propriedade do solo, nas mãos de uma classe importante de proprietários rurais, que, na sua maioria viviam na cidade, insere-se na continuidade do esquema fundiário romano; preparava e antecipava o regime feudal cristão. No entanto, é possível que a formação da pequena propriedade tenha origem na entrega de parcelas de cultivo e pastagens a camponeses livres,

como arrendatários, que, com o decorrer do tempo, acabassem por adquirir, de alguma forma, a plena propriedade.

Reconhecem-se, nas descrições das paisagens saloias do princípio do século XX, os mesmos elementos de origem ou influência árabe— o moinho, a casa, a aldeia, a nora, a azenha, a horta, o pomar, o arado...— mas também se imagina um mesmo ambiente: os cheiros, os sons, as canções, o pulsar da vida, num renovar de gerações sucessivas unidas por gestos, pelas crenças, superstições e preconceitos, mas igualmente responsáveis por um *saber*, por uma *cultura*.

Com a civilização muçulmana, o desenho do território, que os romanos tinham estruturado com as suas redes de circulação e grandes unidades agrícolas, não terá sofrido muitas mudanças: apenas se enriqueceu, com os novos elementos que acrescentam o verde de hortas e pomares nos vales, junto a linhas de água onde se instalam azenhas, cuja actividade é complementada por moinhos que pontuam desde essa altura, os cimos dos montes. Nos povoados de meia encosta, aumentados, brilha mais a alvura da cal.

No século XII, a província de Portugal, na dependência política do Reino de Leão, era um feudo, cuja posse continuada dentro da mesma família, preparava a eclosão de uma autonomia.

A formação do *reino*, a partir do Condado Portucalense, territórios e cidades entretanto conquistados aos muçulmanos (de entre as quais Lisboa e Santarém assumem um papel decisivo), por desígnio de Afonso Henriques, acontece num contexto claramente feudal, que vai perdurar ainda pelas dinastias seguintes.

Contrariamente ao norte, onde as condições de maior estabilidade, beneficiando do surto demográfico a partir do século XI e um povoamento disperso mas intenso, tinham fixado as populações à terra, o sul, onde se incluía a península de Lisboa, manter-se-ia como espaço de fronteira, mais difícil de colonizar.

A outorga de novos forais e a fundação de povoações, atestam a revitalização demográfica e económica que acompanhou o logo processo da *Reconquista,* também ele inclusivo de populações muçulmanas, tanto de campos como de cidades, mesmo que, a prazo, fossem obrigadas a reconstituir-se nos subúrbios. Na administração municipal pontifica a organização funcional pré-existente, contribuindo para a continuidade social e comunitária.

A estrutura da propriedade, num enquadramento feudal, decorreu de vários factores, entre os quais ressaltam os direitos da coroa, sobre grande parte das terras conquistadas e controlo do

sistema de impostos e administração, bem como a posse de muitos meios de produção; Ordens Militares, outras ordens religiosas e muitos nobres, por *benefícios*, receberam dos monarcas grandes áreas territoriais.

É ainda neste contexto de carácter feudal que Cascais surge como vila, em 1364-1370, por via da sua separação de Sintra, ao *Termo* da qual pertencia e por doação régia a Gomes Lourenço do Avelar, sendo nessa altura que também lhe é atribuído um *Termo*, o qual coincide *grosso modo* com os actuais limites concelhios (exceptuando o Reguengo de Oeiras).

No entanto, Cascais nunca logrou o engrandecimento que esta autonomia parecia poder proporcionar. De início, a um interior economicamente estável, tradicionalmente estruturado pela exploração agrícola, correspondia um litoral marítimo inóspito e deserto, de onde as populações se afastavam, por falta de condições de sustento e pela ameaça da pirataria que o infestava.

Mas Cascais, que vai desenvolver-se com base na actividade piscatória e portuária, tem, desde a sua elevação a vila, um destino de estreita dependência de Lisboa, a qual já anteriormente servia, escoando, através do seu porto, os produtos de Sintra e Colares, para além do próprio pescado.

Com o aumento do comércio marítimo, sobretudo depois dos êxitos da expansão atlântica, Lisboa passa a ser um porto movimentado e a posição estratégica de Cascais fazem dela a primeira atalaia do Tejo, transformando-a em Praça de Armas.

Entre os séculos XVI e XVIII, a vila sofre as vicissitudes próprias da sua condição, beneficiando, por um lado, de novas construções, militares, religiosas e civis, e sofrendo, por outro, as consequências de várias crises, das epidemias e saques, em clima de guerra, até ao fecho do seu porto às actividades alfandegárias, em favor do de Lisboa.

De assinalar, a implementação de um plano de fortificações da costa, iniciado no período filipino e continuado depois da Restauração, como parte de uma *linha defensiva* que reforçava uma ligação terrestre, mas também simbólica, a Lisboa.

Entretanto o interior, equilibradamente povoado, sobretudo com *casais agrícolas* e que parece ter mantido inalterado o seu ritmo agrário ao sabor das estações do ano, assiste a um surto de construção de capelas, algumas de peregrinação, consignando talvez a marcação de antigos lugares de culto e propiciando uma apropriação psicológica do território através das cíclicas romarias, na prossucução de uma unidade que o continua a relacionar com Sintra, como centro verdadeiramente saloio.

As actividades agrícolas, já tradicionais, são praticadas em pequenas parcelas, por certo resultantes da divisão progressiva de propriedades maiores, numa economia que seria sobretudo de subsistência.

Em Cascais, embora as povoações e as igrejas das freguesias do interior tenham sofrido danos e vítimas, o terramoto de 1755 afectou sobretudo a vila.
Os estragos causados nos bens imobiliários foram muito avultados. Ruiram igrejas, palácios, conventos e casario; muita gente morreu: uma profunda e duradoura crise demográfica e económica submergiram a vila num ambiente de grande marasmo, que algumas iniciativas rompiam a custo.

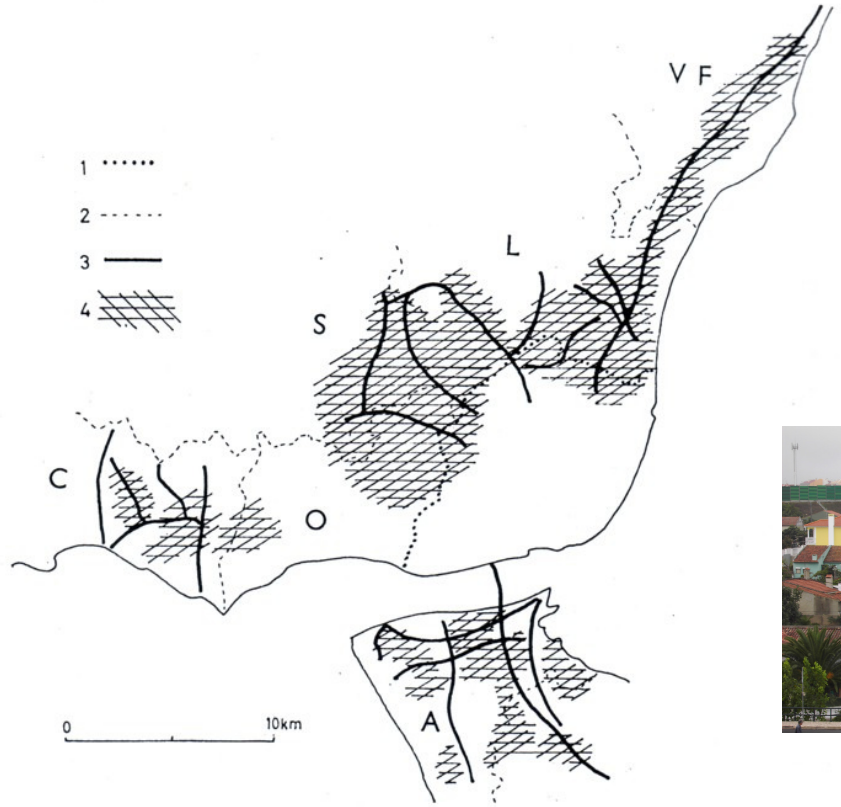
O século XIX, que assinala o advento de uma nova era, teve, no país, um calendário de desaires, das invasões francesas às lutas liberais, passando pelo corte do comércio com o Brasil, a expulsão das ordens religiosas e a decadência geral das instituições. Vicissitudes que afectaram todos os sectores da vida nacional, tendo como agravante, em Cascais, a retirada, da cidadela, do Regimento de Infantaria 19.
O novo paradigma dos tempos futuros emerge em Cascais na sequência dos modernos meios de comunicação— o comboio, cuja linha é inaugurada em 1889, inserida num plano de modernização dos transportes no país e as *estradas* que facilitam os percursos para Sintra e Lisboa. É pela mão e influência da realeza e do seu séquito de nobres e aristocratas, aderentes à moda balnear vigente na Europa e agradados da vila e da costa, que os *melhoramentos* e o *progresso* vêm resgatar a vila da profunda decadência em que se encontrava.
Mas como o movimento de procura das praias se fazia a partir de Lisboa e os meios de transporte eram escassos— não contemplavam ainda as *massas*— as praias mais frequentadas começaram por ser as de mais fácil acesso, correspondendo sempre a uma moda lançada pelas classes sociais superiores e seguida pelas mais baixas, num itinerário que começou em Pedrouços e, passando por Algés, vai parar a Cascais, para logo a seguir refluir para o Monte Estoril e Estoril, onde a moda se fixou por muitas décadas, dando origem, ali, a um turismo balnear à imagem europeia, se bem que à escala do país.

Em consequência deste novo modelo de economia, baseado no *turismo*, as mudanças ocorridas no território transformaram radicalmente a paisagem do litoral.
Onde pontificava a aridez, a desolação e o abandono, numa beira- mar pouco recomendável, porque estéril e insalubre, nascem e desenvolvem-se, a partir das primeiras décadas do século

XX, assentamentos urbanos, na dependência de antigos aglomerados, ou constituindo-se como urbanizações autónomas, fazendo nascer novas povoações.
Esfusiantes *palacetes* e *chalets*, com os seus jardins exóticos, pontuam a paisagem, fazem as delícias dos passeantes de domingo e dão a medida do *desenvolvimento*.
Mas as suas variadas e originais formas, possível *manicómio de prédios*, onde nunca faltam minaretes e zimbórios, dão sobretudo a medida do sonho suburbano, da fantasia e da liberdade de expressão. Foi também o sonho e a utopia que desenharam o que o Estoril pode manter de interessante, do ponto de vista da paisagem.

Enquanto o litoral do concelho de Cascais assim se transformava, de acordo com todos os índícios, o interior mantinha-se inalterado, numa fixação, de contornos anacrónicos, à *economia da terra*, a um *modo de vida* herdado de muitas gerações, habitando uma paisagem imutável, em pequenos aglomerados ou casais saloios perdidos na vastidão sem árvores, de searas ondulantes ao ritmo de alinhamentos paralelos de muros baixos de pedra solta, em sólidas casas caiadas, de alicerces medievais e rigorosa geometria, traçados por um modelo seguro e funcional.

A importância, por vezes determinante, dos aspectos económicos, no evoluir das sociedades humanas, leva a ponderar os motivos que têm conduzido ao desaparecimento da *identidade cultural saloia*, vinculada a um *modo de vida* rural e a um território, remetendo-os também para a fraca capacidade de adaptação aos novos tempos que aquela sociedade demonstrou, nomeadamente a incipiente tentativa de modernização dos meios de produção agrícola.
As transformações que afectaram os concelhos limítrofes de Lisboa, designadamente Cascais e Oeiras, surgem relacionadas com a implementação dos novos meios de transporte e vias de comunicação. Dir-se-ia que a extensão das transformações está na razão directa da *velocidade*, uma das grandes aquisições do século XX. Também as *modas*, difundidas mais rapidamente, vão induzir *procuras*, a que o mercado vai dar resposta. A expansão urbana do litoral surge como fenómeno que responde, numa primeira fase, à procura das praias, agora acessíveis pelos *meios de transporte de massas*.
É pela economia que se mede a extensão das mudanças: logo a partir de 1900 e até 1970, a estrutura da população activa de Cascais, que progride em número, acusa a queda das actividades agrícolas, enquanto a indústria, sobretudo a da construção civil, duplica a quantidade de mão-de-obra e o terciário triplica o número de empregados. Trata-se do eclodir de um novo paradigma de sociedade, urbanizada até à exaustão e marcada pela subreptícia



Áreas de localização dos principais bairros *clandestinos* da região de Lisboa

1 — limite da cidade; 2 — limite dos concelhos; 3 — principais vias de comunicação; 4 — localização dos principais bairros clandestinos

(adap. de Teresa B. Salgueiro)

1



2



3



4

II.2.2.9.e- A Ocupação clandestina do território

1- Áreas de localização dos principais bairros clandestinos da Região de Lisboa em 1976. In BRITO, Raquel Soeiro **-** Lisboa: Esboço Geográfico. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. 1976, III série. Nº 82, p. 180. 2- Extensão clandestina de Tires, a partir de 1970. (Foto Amélia Cabrita, 2006). 3- Vista aérea dos limites do bairro das Coveiras, S.Domingos de Rana. Ainda visíveis os vestígios da caleira de alimentação à antiga azenha e terras de cultivo. In INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. Microsoft Virtual Earth [em linha]. Redmond: Microsoft [citado em 28 de Abril de 2008 - 10:45]. Disponível em URL: http://live.maps.com. 4- Bairro clandestino Além das Vinhas entre S.Domingos de Rana e Tires. (Foto Amélia Cabrita,2006).

uniformização, em que não há lugar ao *campo*, à diversificação das actividades e à coexistência de *modos de vida* diferentes.

Mas na década de 1950, o território que os migrantes dos campos longínquos— províncias de um Portugal que desperta para o século XX— encontram nos arredores da grande cidade, que demandam em busca de *melhor vida*, mas que não lhes oferece condições quanto à habitação, não difere daquele que trocaram pelo sonho da urbanidade. Embalados pelo encantamento do litoral florido e pelo fascínio do rápido comboio, julgam-se, na desolação do interior, pioneiros e construtores de uma nova cidade do futuro. O sonho individual que os conduz materializa a primeira transformação suburbana *clandestina* do território, que alinha as casas pelos limites do campo arado, mas é a um sonho traído que corresponde a ocupação posterior, legal e especulativa do mesmo, rasgado que foi pelo traçado, agressivo e *cego*, da Auto-estrada.

As bases legais que configuram estas realidades são veiculadas pelo Plano de Urbanização da Costa do Sol, a partir de 1948 e mais tarde pelo PDM de Cascais, publicado em 1997.
Enquanto o primeiro contribuiu para a eclosão do fenómeno da expansão clandestina, já que não admitia a expansão dos aglomerados do interior e para a extinção das mais importantes áreas de produção do vinho de Carcavelos, a vigência do segundo veio provocar a especulação imobiliária e o desregramento na ocupação do território, rasgado a esmo por vias rápidas alternativas (que não resolvem os problemas de circulação, talvez porque se circula demais).
A inter-dependência da capital é uma constante da história dos concelhos da região de Lisboa.
A criação de vacas-leiteiras, para produção de leite que se destinava ao consumo citadino, desde os primórdios do século XX, contribuía para a economia do interior, assumindo a sua posse, inclusivamente, um papel importante no estatuto social dos lavradores e na subsistência das famílias.
É quando Lisboa se transforma num centro de emprego ao nível nacional, que se assiste ao fenómeno da migração massiva para a cidade, provocando um grande aumento da população, sobretudo nos arredores, onde a maioria se instala; o seu crescimento e proximidade, vão, por outro lado, induzir a instalação de indústrias de materiais de consumo nos concelhos limítrofes, que se tornam também centros de emprego, transformando-se em extensões suburbanas da cidade, onde a população continua a aumentar, enquanto Lisboa vai ter tendência para perder habitantes.

2.3- Conclusões

A freguesia de S. Domingos de Rana, nos limites a nascente do concelho de Cascais, tem, com o território de Oeiras, não só uma fronteira extensa, mas também um passado histórico comum, facto que se toma como motivo suficiente para incluir elementos de geografia física e humana do concelho de Oeiras, sempre que, através deles, se possa entender melhor que não são as divisões administrativas que determinam as unidades culturais e de paisagem.

As condicionantes naturais surgem como suporte físico dos assentamentos humanos, como factores e base de recursos de *modos de vida*, os quais acabam por influenciar as mesmas condicionantes, no processo de construção do território.

O clima, marcado pela presença de elementos determinantes, o oceano Atlântico e a Serra de Sintra, é globalmente temperado, de características mediterrâneas, facto que terá influenciado grandemente o povoamento precoce e continuado do território, embora a ocupação humana mais recuada date de épocas de mutações climáticas importantes, em que as condições atmosféricas e no solo, não seriam tão propícias. Algumas estações arqueológicas dessa época situam-se na área em estudo, nomeadamente a de Cabecinho, em Tires, e Serigado.

O relevo, subsidiário dos aspectos que se prendem com a geologia-litologia, com a rede hidrográfica e o regime pluvial, compõe um conjunto cuja dinâmica resulta da inter-dependência de todos os factores e da mútua influência.

Do ponto de vista do relevo, os dois concelhos são constituídos por elementos planálticos – retalhos planos cortados pelo entalhe da rede hidrográfica e apresentando-se, no seu conjunto, como um vasto anfiteatro que desce suavemente até perto da linha de costa (exceptuando a área de Cascais na influência da Serra de Sintra).

A constituição geológica do subsolo e a natureza das rochas que o compõem são determinantes de muitos aspectos da morfologia do terreno e da aptidão dos solos.

Os fenómenos que estão na origem dessas rochas, são aqui de diversas naturezas, desde os sedimentares aos vulcânicos e tectónicos. Enquanto em Oeiras, como parte do Complexo Vulcânico de Lisboa, predominam as rochas que deram origem a solos basálticos— barros castanhos— de grande aptidão agrícola (principalmente cereais), na zona da freguesia de S. Domingos de Rana é o calcário o principal constituinte do subsolo, associado a solos mais pobres, pardos e vermelhos, mas igualmente aptos para a cultura arvense.

O declínio e apagamento da agricultura, em ambos os concelhos, substituída pela expansão urbana, faz-se à custa de solos que foram considerados os melhores do país.

A rede hidrográfica, associada ao relevo, tem, no território em apreço, uma presença muito marcante, cortando-o, em linhas quase paralelas, de norte a sul.

Trata-se de uma rede com características resultantes da natureza do solo, da ocorrência de fenómenos tectónicos— aproveitando falhas norte-sul para se encaixar— e de regimes de pluviosidade que lhes asseguraram competência para escavar, no calcário, vales profundos.

Os fundos planos e as praias junto à foz, devem-se a períodos sucessivos de abaixamento e subida do nível do mar, com depósitos de sedimentos a cotas superiores aos antigos leitos. Uma excessiva artificialização da costa veio alterar a respectiva configuração. Também o encanamento, obstrução, falta de cuidado e manutenção de linhas de água podem tornar-se criminosos em caso de cheias.

As espécies mediterrâneas prevalecem no abundante elenco florístico da zona e o que resta de coberto vegetal, sobretudo os carrascais, indiciam a existência de bosques primitivos de carvalhos.

Do ponto de vista do povoamento, o facto de os concelhos de Cascais e Oeiras se inscreverem entre os lugares mais antigos do país onde se assinala a presença humana, vem corroborar o interesse em procurar encontrar, através do conhecimento de uma pré-história e história já tão extensas, uma chave de leitura para um território tão longamente humanizado.

A partir do Neolítico e no decorrer de toda a Pré-história assinalada, apesar da complexidade e problemas de investigação que cada período acarreta para a arqueologia e que aqui se salvaguardam com o respeito devido, algumas *constantes*, que indiciam continuidades, foram sendo destacadas.

De entre os elementos que interessam ao presente contexto, contam-se:

- A verificação de uma notável continuidade no povoamento do território, ao longo das várias épocas.
- A incidência nas actividades agrícolas, incluindo evoluções técnicas que são antecessoras directas das que na época histórica serviram o trabalho no campo, bem como a fixação nas mesmas culturas cerealíferas.
- A criação de animais, compondo desde logo um modo de vida rural em cuja continuidade se reconhecem os mesmos elementos.
- O desenvolvimento de sistemas de trocas com base nos excedentes e uma grande abertura aos contactos económicos externos, antecipando sobretudo a influência mediterrânea.
- As tendências pacíficas parecem constituir outra característica das gentes, que há-de prevalecer.

- Surgem, a partir da Idade do Bronze, os casais agrícolas e os assentamentos humanos encontram-se de preferência perto das linhas de água e situados a meia encosta, o que parece indicar uma matriz de povoamento que depois vai repetir-se na história. Coloca-se aqui como possível que algumas das povoações ainda existentes possam ter tido tão remotas origens.
- Assinala-se também um alargamento destas características ao território da Estremadura, configurando já uma unidade que a história virá confirmar.

Apesar deste quadro de predisposição ao futuro, é uma população sem estrutura civilizacional e que não se organiza contra os invasores (talvez porque não os encara como tal), que os romanos vêm encontrar nesta *finisterra*.
Olisipo começa aqui a sua história como cidade: *municipium* cujo território é quase tão extenso quanto a área de influência das características assinaladas a partir do Bronze Final e dentro do qual se hão-de mais tarde desenhar os contornos da identidade cultural saloia.
A romanização, que foi pautada pela disciplina dimanada de Roma, pelas regras e modelos, aplicados a todos os sectores da vida social e administrativa, forneceu aos autóctones todos os meios de civilização de que passaram a usufruir daí em diante, mas integrando sabiamente os seus próprios modos de ser e sobretudo de acreditar. Esta precoce capacidade de síntese pode ter transportado até hoje crenças antigas e o dom de perscrutar a essência das coisas através da religião que a actualidade já não consegue entender.

O território, que se supõe até aqui fracamente marcado por percursos essenciais e com poucos referenciais— nem castros haveria— vai passar a ser percorrido nos vários sentidos e utilizado de forma estruturada, pela malha limite da centuriação romana, matriz de percursos principais e secundários utilizados até hoje (acumulando com todos os que se fizeram depois).
As villae, que pontuavam o território e seriam uma referência na paisagem, eram grandes conjuntos construídos, de exploração agrícola, de cariz familiar, tal como o *casal*, mas com uma outra escala, que permitiria, no caso de Freiria, a gestão dos excedentes, tanto próprios, como da zona envolvente. Um reforço das características mediterrâneas é dado pela produção de vinho e azeite.
A *villa* romana constituía-se como um centro de vida económica e social na dependência de Lisboa, anunciando desde logo o carácter suburbano dos arredores, mas revelou também, na história do povoamento, o seu carácter sintagmático, podendo talvez assinalar-se como um factor de descontinuidade, na medida em que, na sua maior parte, foram abandonadas na

sequência do desmantelamento das estruturas de suporte do Império, delas restando depois, não mais do que alguns vestígios superficiais.

A época de transição que acompanha o declínio do império romano terá tido alguma influência na região, uma vez declarada a falência do sistema económico que as *villae* estruturavam. Parecem então ter prevalecido e multiplicado os casais agrícolas, que, proliferando nas imediações da antiga sede, dela reproduziam o esquema de funcionamento, dividindo, eventualmente, entre si, as parcelas da grande propriedade devoluta. Tires e Polima podem ter-se formado ou desenvolvido deste modo.

Entretanto, degrada-se o *saber fazer*, que afectou concerteza os aspectos relacionados com a construção. Mas enquanto gradualmente se perde o contacto com os *modelos* da civilização romana e se degradam os processos e meios de produção, talvez se tenha começado nesta altura a construir *sínteses* entre um saber mais antigo e a integração do adquirido, das novidades, por *reinterpretação*, num entretecer que se vai fixando em *cultura* com o decorrer da História.

Pode talvez dizer-se, em relação à civilização islâmica, que se fixa na região durante quase cinco séculos, que os vestígios são constituídos pelas próprias gentes, fixando hábitos, linguagem, toponímia e quiçá maneiras de ser, de estar, de se relacionar, enfim, *modos de vida* e aspectos de *cultura* que a tradição e as condições de isolamento, transportaram até meados do século XX.

O período muçulmano, não isento de conflitos e insegurança, parece corresponder, num cenário de continuidades profícuas— a estrutura administrativa romana; a utilização da rede de comunicações já implantada no território; as culturas mediterrâneas— a um enriquecimento civilizacional que se terá desenvolvido em clima de abertura às novidades, tolerância (religiosa e de costumes?) e partilha de espaços.

Também o desenvolvimento *horizontal* do território do al-Garb-al-Andaluz, facilitando o comércio e trocas no sentido do oriente (e também continental), não preconizava o acentuar do carácter periférico que as fronteiras de Portugal depois fixaram.

A paisagem, mais profundamente humanizada, surge modelada pelo jogo dos opostos delineado para resgatar a terra à insustentabilidade do deserto: calor e luz, fresco e sombra; secura e aridez, humidade e verde...nas hortas, água e pomares, frutas e verduras, a projecção do paraíso. Pátios definidos por muros altos protegem o espaço exterior das habitações, providenciando intimidade e sombra.

Os espaços urbanos organizam-se em função de uma hierarquia de usos, baseados também na oposição público-privado, estabelecendo toda uma escala intermédia.
Sintra, que não tinha atraído os romanos, vai transformar-se, com os muçulmanos, num centro importante— *Sintara*, para o qual vai convergir continuadamente o interior rural, numa unidade identitária cultural que toma a designação de *saloia*.

Em contexto de *Reconquista*, é num regime de características feudais que vão criar-se as condições que dão origem à emergência de um reino, o de Portugal, pela mão de Afonso Henriques.
Povoar o sul passava, em primeiro lugar, por não deixar que se despovoasse, porque os conquistadores cristãos traziam pouco mais que a bravura e a ambição. Portanto, a continuidade do povoamento foi maioritariamente assegurada pelas populações locais, entre as quais se encontravam muçulmanos e moçárabes e pela manutenção da organização funcional administrativa.
A propriedade, que poderia já estar dividida, volta a ser constituída em grandes áreas, concedidas pelo rei sobretudo às Ordens Religiosas. No entanto, na Península de Lisboa, que não foi assim partilhada, a tendencial divisão da propriedade pode ter prosseguido, fixando depois uma estrutura muito própria, de terrenos alongados e paralelos.
A autonomia de Cascais em relação a Sintra, surge num contexto feudal e corresponde ao interesse crescente da defesa de Lisboa, cada vez mais procurada como porto da rota do Atlântico. Vila sobretudo piscatória, transformada e desenvolvendo-se a partir do século XIV como Praça de Armas e porto intermédio, é-lhe atribuído um *Termo*, economicamente estável, povoado, auto-suficiente, cujo destino parece ignorar e que vai continuar *saloio*, quer dizer, virado para terra, deslocando-se no sentido do centro rural, Sintra.
Cascais nunca logrou ser mais do que uma vila na dependência de Lisboa, com uma economia centrada na pesca e nos proventos como porto, que já anteriormente servia o escoamento dos produtos de Sintra e Colares para a capital e outros destinos comerciais.
O seu enquadramento territorial funcional é, na realidade, a extensão de costa no sentido da cidade, pontuado militarmente por uma linha de fortes, construídos a partir do século XVII.
Marcada por crises sucessivas, de consequências demográficas difíceis de ultrapassar, é o terramoto de 1755 que lhe dita a fase de decadência mais profunda, da qual só vem a ser resgatada pela moda balnear, em finais de oitocentos, principalmente se considerarmos que a implementação da linha-férrea e do comboio, bem como de todos os outros benefícios dos meios de comunicação, se ficou a dever à procura das praias.

As transformações, que afectam, não só a vila, que se anima de palacetes, chalets e vida social, mas também a paisagem do litoral, que passa de inóspito e deserto a urbanizado, com a criação de novas povoações, chegam só nos anos de 1950 ao interior. Vêm pela via de uma outra procura: a da habitação, que os novos migrantes não encontram na capital, geradora de empregos mas não das restantes condições para acolher a mão-de-obra das províncias.

As facilidades de transporte e comunicação, bem como a permissividade da ocupação clandestina do território, transformaram o interior num subúrbio de Lisboa, que evoluiu no sentido de um apagamento quase completo das suas anteriores características identitárias saloias. Os traços que ainda persistem, podem contribuir para a leitura da estruturação cultural do território, como resultado de uma longa inhabitação, em harmonia com os elementos naturais e na continuidade de uma cultura sedimentada por séculos de tradições que mantinham a sua essência.

São os traços desta cultura no território e na arquitectura, que se procuram identificar e interpretar no capítulo seguinte.

Notas a II.2.2- O povoamento do interior do concelho de Cascais- modelos e evolução da ocupação do território

1- ABREU, Alexandre Cancela de; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário- **Grupos de Unidades de Paisagem: K (Maciços calcários da Estremadura) a Q (Terras do Sado).** In Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Lisboa: DGOTDU; Lisboa: Universidade de Évora, 2004. Vol.IV, p. 64

2- DERRUAU, Max. **Geografia Humana**. Lisboa: Editorial Presença, 1973, vol. 1, p.177: "*O modo de vida é a resposta de um grupo à organização económica e social que lhe é imposta ou que ele impôs a si próprio*".

- Utiliza-se no texto o plural, *modos de vida*, justamente porque cada grupo social dentro de uma sociedade conjunto mais alargado, desenvolve formas próprias de se adaptar e de modificar tamvbém o meio em que vive essa sociedade. Concretamente, no caso dos *saloios*, o grupo dos lavradores, por exemplo, tinha um modo de vida diferenciado do trabalhador, embora todos partilhassem elementos comuns, ditados pela vida rural.

3- CARDOSO, Guilherme- **Carta Arqueológica do Concelho de Cascais**. Cascais: CMC, 1991

4- CARDOSO, João Luís- **Do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro no concelho deOeiras: percursos da presença humana**. In I Ciclo de Estudos Oeirenses. A Terra e os Homens. Oeiras: CMO, 1998

- CARDOSO, João Luís; CARDOSO, Guilherme- **Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras**. In Estudos Arqueológicos de Oeiras, 1993, Nº4

5- CARDOSO, ref 4, p.36

- CARDOSO, João Luís- **A Jazida Paleolítica de Cabecinho**. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. 1882, 1º tomo, nº 88, p. 225-236

6- CARDOSO, ref 4, p.38

7- CARDOSO, ref 4, p. 41

8- CARDOSO, G., ref 3, p.17

9- CARDOSO, ref 4, p. 36

10- CARDOSO, G., ref 3, p.18

11- CARDOSO, ref 4, p. 42

12- CARDOSO, ref 4, p. 43

13- CARDOSO, ref 4, p. 43

14- CARDOSO, ref 4, p. 43

15- CARDOSO, ref 4, p. 43

16- CARDOSO, G., ref 3, p.18

17- CARDOSO, ref 4, p. 44

18- CARDOSO, ref 4, p. 44

19- PAÇO, Afonso- **Povoado Pré-histórico da Parede (Cascais).** Cascais: CMC, 1964 p. 5

- PAÇO, ref 19, p. 17: Em aditamento, dá o autor conta da ausência de Prescott Vicente e Cunha Serrão, com quem se contava inicialmente para a campanha de escavações de 1957, uma vez que tinham sido os achadores do sítio arqueológico (em 1953) e da colaboração de um grupo de "*moços e moças*" de universidades estrangeiras, que participaram nas escavações (mas sem terem de cavar), em regime de "*campo de trabalho*" com apoio oficial, marcado por solene inauguração.

20- PAÇO, ref 19, p. 15

21- PAÇO, ref 19, p. 9

22- PAÇO, ref 19, p. 9

23- CARDOSO, ref 4, p. 50

- CARDOSO, ref 4, p. 50: A preocupação com a salubridade é atestada pela existência de "*uma estrutura de planta circular destinada à acumulação de detritos produzidos no interior do espaço habitado*"

24- CARDOSO, ref 4, p. 48: A sucessão estratigráfica era constituída, essencialmente, por três camadas arqueológicas: Camada 4, correspondente à ocupação do Neolítico Final, separada da seguinte por superfície que denota o abandono; Camada 3, do Calcolítico Inicial; após novo abandono, encontra-se a Camada 2, correspondendo ao Calcolítico Pleno e Campaniforme, já fracamente representado.

- CARDOSO, joão Luís- **O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português. Síntese de vinte anos de escavações arqueológicas** (1983-2002). Oeiras: CMO, 2003

- CARDOSO, João Luís- **Leceia 1983-1993**. **Escavações do povoado fortificado pré-histórico**. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 1994. Nº especial

25- CARDOSO, G., ref 3, p.19

26- CARDOSO, ref 4, p. 50

27- CARDOSO, ref 4, p. 50
28- CARDOSO, ref 4, p. 51
29- CARDOSO, ref 4, p. 56
30- CARDOSO, ref 4, p. 53
31- CARDOSO, G., ref 3, p. 20
32- CARDOSO, ref 3, p.20
- CARDOSO, joão Luís- **A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas**. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: Ministério da Cultura; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia; Cascais: CMC. Vol. 9, nº1 (2006), p. 46
33- CARDOSO, ref 32, p.22)
34- CARDOSO, ref 4, p. 63
35- CARDOSO, ref 4, p. 63
36- CARDOSO, ref 4, p. 64
37- CARDOSO, ref 4, p. 64
- Sempre que se refere *casal agrícola* ou *casal saloio*, entende-se como um conjunto construído, de função agrícola, composto por parte habitacional, espaço delimitado exterior onde se implantam os anexos de apoio à agricultura e as instalações para animais.
38- CARDOSO, ref 4, p. 64
39- CARDOSO, ref 4, p. 66
40- CARDOSO, G., ref 3, p. 20
41- ALARCÃO, Jorge de- **O Domínio Romano em Portugal**. Lisboa: Publicações Europa- América, 2002, p.13
42- ALARCÃO, ref 41, p. 28
43- ALARCÃO, ref 41, p. 28
- ALARCÃO, ref 41, p. 9-10: "*a unidade administrativa dos romanos foi a civitas, mais próxima, pela extensão, dos nossos distritos que dos actuais concelhos*". O autor diz que procura, nesta obra, pela primeira vez na historiografia da romanização em Portugal, identificar as civitates, traçar as respectivas fronteiras e localizar as cidades capitais. "*Na área de cada civitas havia outros aglomerados urbanos secundários: ' vici' e 'castella'*". Acrescenta ainda: "Os dados são, por enquanto, insuficientes para definirmos bem a vida própria destas subunidades, ou para precisarmos em que medida as primitivas paróquias medievais se conformaram a essas divisões romanas".
- ALARCÃO, ref 41, p. 58: Outra divisão administrativa, esta de carácter judicial, foi criada por Vespasiano: o *Conventus*. Na Lusitânia foram criados três: o *emeritensis*, o *pacensis* e o *scalabitanus*, de fronteiras pouco esclarecidas.
- MARQUES, A. H. de Oliveira- **História de Portugal**. Vol.1. Lisboa: Palas Editores, 1977, p. 25-27: as *civitates* prevaleceram no tempo, como nome geral, sobre todas as divisões administrativas da província (*municipia, coloniae, praefecturae* e áreas rurais conhecidas por *gentes*) implementadas por sucessivas reformas administrativas romanas. "*Não está ainda estudada a possível coincidência entre elas e unidades territoriais mais modernas*"
44- ALARCÃO, ref 41, p. 48
45- DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA 2006. Porto: Porto Editora, 2006. p. 40: Aculturação: "*Antropologia. Conjunto de fenómenos que leva um grupo humano em contacto contínuo com outro grupo humano de cultura diferente, a adoptar os valores culturais desse outro grupo*"
46- ENCARNAÇÃO, José d'- **Roteiro Epigráfico Romano de Cascais**. 2ª Edição. Cascais: CMC, 2001, p. 120: Nos monumentos funerários cuja epigrafia foi estudada pelo autor, "*os cognomes são primordialmente latinos; aqui e além, uma reminiscência pré-romana (como Aranta, Sunua, Tanginus...) a atestar que, também aqui, a miscegenação se concretizou e que o estrato indígena cedo aceitou a latinização da sua onomástica tradicional*".
- ENCARNAÇÃO, ref 46, p.122: "*Se a onomástica aponta decididamente num sentido extrapeninsular, os teónimos aqui documentados até ao momento apontam precisamente numa direcção inversa: a do autoctonismo.* [...] *A religião constitui, por conseguinte, na epigrafia romana de Cascais, o espelho fiel duma pujança cultural que, não se tendo imposto com muita evidência nos nomes das gentes, calou bem fundo no ânimo dos colonos recém-chegados que dela se deixaram inebriar.*"
- MARTINEZ, José Maria A. *et al*.- **Museo Nacional de Arte Romano**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000, p. 25: Nas salas destinadas ao tema das religiões, convivem lado a lado testemunhos de devoção que, durante o período romano na região de Mérida, põem a par divindades exteriores à Península, com origem no Mediterrâneo oriental e interior do antigo Próximo Oriente, a religião oficial romana (pouco do agrado popular) e deuses de carácter local.
47- ALARCÃO, Jorge de- **Portugal Romano**. Lisboa: Editorial Verbo, 1973, p.104-154
- ALARCÃO, ref 41, p.107-151
48- ALARCÃO, ref 41, p.108

- ALARCÃO, ref 41, p. 11: No prefácio, o autor assinala a evolução dos conhecimentos relativos a novos achados e estudos arqueológicos entre a data de conclusão (1986) e edição da obra, que lhe permitem sugerir possíveis rectificações a hipóteses por ele colocadas à distância temporal de apenas dois anos, provando que "*o estudo do Portugal romano não é trabalho concluído: é antes um campo aberto de investigação*"
49- ALARCÃO, ref 41, p.119
50- GONZÁLEZ ROMÁN, Cristóbal- **Roma y la urbanización de Ocidente.** Madid: Arco/Libros S.L., 1997, p.75: "*De forma muy esquemática, puede afirmarse que en el primer modelo de villa descrito por Catón a principios del s.II a. de C. se observa la existencia de una mediana explotación de 240 yúgueras en el caso del olivar (60 has) y 100 yúgueras (25 has) en el viñedo; la producción tiende a la semiespecialización, lo que implica la necesaria comercialización y la ubicación de las explotaciones en las proximidades del correspondiente centro consumidor*". A exploração implica ainda a especialização do trabalho, levado a cabo na sua maior parte por escravos.
51- ALARCÃO, ref 41, p.119
52- GONZÁLEZ ROMÁN, ref 50, p. 75-76
- ALARCÃO, ref 41, p. 119-120
53- CARDOSO, ref 3, p. 49-50
54- ENCARNAÇÃO, josé d', CARDOSO, Guilherme- **A Villa romana de Freiria e o seu enquadramento rural**. In STVDIA HISTORICA- Historia Antigua. Vol. X-XI. Salamanca, 1993, p. 203
55- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 203
56- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 203
57- ENCARNAÇÃO, josé d', CARDOSO, Guilherme. **Certezas e incertezas no estudo da villa romana de Freiria**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1991, Nº 10, p.17
58- GONZÁLEZ ROMÁN, ref 50, p. 75
59- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 204
60- COLUMELLA, Lucius Junius Moderatus. **Les douze livres des choses rustiques**. Paris: Jaques Kerver, 1555
61- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 204
62- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 204-205
- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 209: A situação de Freiria em relação à presença da água é privilegiada: "*Serve a villa abundante e-até há bem pouco tempo- excelente (em qualidade) caudal de água que brota duma fenda na rocha, no pequeno vale a sul. Aí se situa um tanque represa, com onze metros de comprimento, 2,40m de largura e uns 70cm de altura. Poderá ter servido de natatio [...], mas decerto que a sua função primordial foi a de reter as águas para irigação de hortas e para o gado*."
63- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 204
64- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 205-209
65- GONZÁLEZ ROMÁN, ref 50, p. 76
66- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 208
67- Dado recolhido em visita ao local durante a campanha de escavações de 2001, levadas a efeito por José d'Encarnação e Guilherme Cardoso
68- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 209
69- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 208
70- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 209
71- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 209
72- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 210: Os autores põem a hipótese de um segundo lagar em Freiria se destinar à produção de vinho, mas não há ainda provas concludentes. Partem do princípio de que "*as excelentes condições do sítio para a produção vinícola*" e a qualidade do vinho generoso de *Carcavelos* serão indício de que já no tempo da romanização a vitivinicultura era uma realidade.
73- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 206
74- NOLEN, Jeannete U. Smit. **A villa romana do Alto do Cidreira (Alcabideche - Cascais): Os materiais**. Cascais: Associação cultural de Cascais, 1990, p. 132-136
75- ALARCÃO, ref 41, p. 119: O complexo arquitectónico das villae, incluindo "*as instalações dos criados de lavoura, os estábulos, os lagares e as adegas, os celeiros, as oficinas de que as villae não prescindiam numa altura em que a autarcia era, até certo ponto, o ideal de um rico proprietário, tudo isso nos é praticamente desconhecido*"
76- ENCARNAÇÃO, josé d', CARDOSO, Guilherme. **Cascais no tempo dos Romanos.** Revista de Arqueologia. A. D. L., 1990, Nº1, p. 63: "O chão era pavimentado com uma argamassa especial, em cuja composição entra sobretudo tijolo e ânforas moídos que encontrámos amontoados numa das dependências da domus de Freiria [...]. Também se usava para rebocar as paredes que amiúde eram revestidas com estuque pintado"

- ENCARNAÇÃO, ref 76, p.64: As ânforas surgem como a 1ª *tara perdida*, de q existem poucos exemplares, por serem britadas quando deixavam de servir
- ENCARNAÇÃO, ref 76, p.210: Casal da Lobeira, *villa* essencialmente agrícola, mas nas proximidades de filões que o avanço das obras da auto-estrada não permitiu investigar
77- ENCARNAÇÃO, ref 76, p. 63
78- ENCARNAÇÃO, ref 76, p. 63-64
79- ENCARNAÇÃO, ref 76, p. 63: "*O molde com representação de um leão que identificámos em Freiria poderá ser mais uma prova desse fabrico regional*"
80- ENCARNAÇÃO, ref 76, p. 63
81- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 211
- ENCARNAÇÃO, ref 76, p. 61: Para além da epigrafia, também o estudo das características antropológicas dos esqueletos da época romana fornecem elementos relativos à proveniência das gentes: "*Paula e Oliveira concluíra pela sua estirpe céltica e, mais propriamente, gaulesa*", o que é confirmado pela epigrafia, poi "*há cognomes que denunciam precisamente uma etimologia céltica*". Isto a acrescentar às proveniências confirmadas pela epigrafia (na sua maioria do século I): Origem extra-peninsular, tavez itálica;famílias radicadas na cidade de Olisipo e indígenas que ascenderam à cidadania.
- ENCARNAÇÃO, ref 46
82- ENCARNAÇÃO, ref 54, p.211: "*T.Ciriatius Rufinus, decerto um descendente de colonos (dado ostentar um clássico gentilício alheio à Península Ibérica e um cognome que, embora latino, é mui corrente em Olisipo) que oferece um altar a Triborunnis, seguramente um número de carácter pré-romano*"
- ENCARNAÇÃO, ref 76, p. 65: "Em Talaíde existiu também, nos inícios da era cristã, importante santuário dedicado a uma deusa de nome desconhecido. Sabe-se que teria culto organizado porque dois dos seus sacerdotes (magistri), Angus e Hermes, lhe ofereceram um altar em preito de devoção"
83- ENCARNAÇÃO, ref 76, p. 68
84- ALARCÃO, ref 41, p. 120
85- CARDOSO, Guilherme, CARDOSO, João Luís. **A ocupação agrária do concelho de Oeiras na época Romana**. In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras: História, Espaço e Património Rural. Oeiras: CMO, 2005, p. 47
86- BENEVOLO, Leonardo. **Introducción a la Arquitectura**. 2ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1994, p.64
- GONZÁLEZ ROMÁN, ref 50, p. 75
87- BENEVOLO, Leonardo, ref 86, p. 69
88- BENEVOLO, Leonardo, ref 86, p. 69
89- CARDOSO, ref 85, p. 47
90- GONZÁLEZ ROMÁN, ref 50, p. 73: "*Además del centro urbano (urbs), la ciudad romana se encuentra conformada por un territorio (ager) que se le adscribe en el mismo acto fundacional*". Quando a situação é a de conquista, trata-se da anexação de um território à cidade, por direito de conquista. Esse território passa a ser propriedade do povo e do senado romano— *ager publicus*.
91- CARDOSO, Guilherme. **Acerca das comunicações no sudoeste do Ager Olisiponensis**. In V Mesa redonda Internacional sobre Lusitania Romana. Madrid: Secretaria General Técnica, 2004, p. 135
- CARDOSO, ref 85, p. 45
92- CARDOSO, ref 85
- CARDOSO, ref 91
93- CARDOSO, ref 91 p.137
94- GONZÁLEZ ROMÁN, ref 50, p. 73: Centuriação: Uma parte do *ager*, território adstrito à cidade para diferentes usos, era objecto de distribuição em regime de propriedade privada entre os cidadãos que integravam a fundação da colónia, através da projecção das mesmas concepções geométricas que configuram o espaço urbano. A técnica aplicada é conhecida por centuriação (*centuriatio*) e constava da delimitação de parcelas (em número de cem) cujas dimensões se organizam em função do que os agrónomos romanos conheciam pelo nome de *actus*, equivalente a 35,48m, que gera diversas unidades, entre elas a *yúguera*, equivalente a dois *actus* quadrados...
- A quadrícula proposta por Guilherme Cardoso não corresponde à medida mais clássica, que seria 20x20 *actus*, mas sim, 40x40 *actus*=1 419,2m x 1 419,2m (o autor refere 1420,00m)
95- CARDOSO, ref 85, p. 45
96- CARDOSO, ref 91 p.141
97- Reconstituição esta que não se coaduna com Planos de Pormenor do tipo do que é proposto pela edilidade para a zona de Freiria. Parece tratar-se de uma urbanização normal, que integra a preservação da área da *villa*. Muitas vezes os arqueólogos se queixaram, e com razão, dos malefícios do avanço dos clandestinos para os vestígios arqueológicos, no Alto do Cidreira, em Talaíde, em Freiria. No entanto, a política urbanística consubstanciada pelo PDM de Cascais também não se afigurou a mais adequada quanto ao tratamento do património: nas áreas mais interiores, muitos casais saloios foram arrasados e a paisagem, até certo ponto

preservada até aí pela fraca densidade da ocupação clandestina, foi irremediavelmente violentada pela implantação das novas urbanizações de habitação colectiva.
98- MARQUES, ref 43, p. 39: Já em 411 se haviam estabelecido na *Gallaecia* como *foederati*, emergindo como reino depois de derrotarem Alanos e Vândalos. Estenderam então a sua soberania à Lusitania, Baetica e parte da Cartaginensis
99- MARQUES, ref 43, p. 40: sendo em pequeno número, quem prevalece na população são os indígenas, romanos portanto. Como escolheram as zonas rirais, deixam os romanos em paz nas cidades
100- MARQUES, ref 43, p. 41: Egitania, Lamecum, Portucale e Tude, embora Bracara e Lucus continuassem a desempenhar um papel maior. A preponderância de Braga sobre dioceses outrora incluídas na província metropolitana de Emerita, cria uma nova unidade política, evocada mais tarde no período de formação de Portugal
101- CARDOSO, G., ref 3, p. 22
102- CARDOSO, G., ref 3, p. 22
103- CARDOSO, G., ref 3, p. 22
104- COELHO, António Borges- **Portugal na Espanha Árabe**. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. Vol. 1, p.24
105- MARQUES, ref 43, p. 43
106- MARQUES, ref 43, p. 44
107- MARQUES, ref 43, p. 45
108- COELHO, António Borges- **Presença Árabe em Portugal**.In Nós e os Árabes. XI Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais: CMC, Cascais: Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2005, p.22
109- MARQUES, ref 43, p. 51: iniciada por um convertido, rico proprietário, originário de uma família do Norte e conhecido como Ibn al-Jilliqui, o Galego
110- COELHO, ref 108, p. 23
111- COELHO, ref 108, p. 23
112- MARQUES, ref 43, p. 52: taifa, do árabe al-tawa'if, que significa partido ou bandeira
113- MARQUES, ref 43, p. 55: E também uma consciência de interesses próprios e da opressão de um regime militar, o que iria facilitar a abertura à reconquista cristã
114- MARQUES, ref 43, p. 54
115- MARQUES, ref 43, p. 55
116- MARQUES, ref 43, p. 88
117- Enciclopédia Luso- Brasileira de Cultura. Lisboa: Editorial Verbo, 1975. Vol. 17º, p. 803: O Sufismo é um movimento espiritual islâmico, surgido no sèculo VIII, eventualmente de influência cristã. O conceito implica o contrário de ascetismo. O objectivo é a união com Deus. Obedece ao princípio da pobreza absoluta. Pela repetição de frases corânicas e pela pentência o sufi passa por estados místicos e estações que o levam à união com Deus. Entre os sufis da região hoje Portugal, entre o século XI e o século XIII; um era de Beja, outro de Silves e outro de Loulé.
118- MARQUES, ref 43, p. 89
119- MARQUES, ref 43, p. 90: As kuwar seriam: Martula, Silb e Baja.
120- MARQUES, ref 43, p. 91
121- COELHO, ref 104, p. 304
122- MATTOSO, José- **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 178-179: Em nota, indicação da origem do poema citado: SCHWARTZ, S.- **Elegia de Rabi Abraham ibn Ezera (1092-1167), sobre a tomada de Lisboa**. In Revista Municipal.1952, Nº 55.
123- MARQUES, ref 43, p. 30
124- MARQUES, ref 43, p. 30: "*Razões de ordem militar levaram ao surto de outros distritos ou marcas, perto das fronteiras, englobando várias kuwar, e onde os poderes civil e militar se achavam unificados sob um comando único e forte*"
- CATARINO, Helena- **Notas sobre a presença árabe em Portugal: Conquista e transformações urbanas.** In Nós e os Árabes. XI Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais: CMC, Cascais: Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2005, p. 36: As três áreas fronteiriças são: A Marca Superior, com a capital em Saragoça; Marca Média com a capital em Toledo e mais tarde em Medinaceli; Marca Inferior, que abrangia o norte da antiga Lusitânia, com o vale do Douro no território português e a primeira capital em Mérida e depois em Badajoz.
125- MARQUES, ref 43, p. 34
126- MARQUES, ref 43, p. 35
127- MARQUES, ref 43, p. 37
- CORTESÃO, Jaime- **Os Factores democráticos na formação de Portugal**. Obras Completas. Vol.I. Lisboa: Portugália, 1964, p. 39. cit. por MARQUES, ref 43, p. 35: referência ao realce que Jaime Cortesão dá à importância desta estrada sul-norte para o surto e desenvolvimento de novos povoados e de uma vida económica

complementar. Ter-se-á dado, por intermédio desta espinha dorsal, a atlantização do povoamento e marcado a unificação no sentido meridiano.
128- MARQUES, ref 43, p. 51
129- MARQUES, ref 43, p. 37
130- COELHO, ref 108, p. 21
131- COELHO, ref 104, p. 261: A Seara, poema de Iliade (Cádi) (1083-1138)
132- COELHO, ref 108, p.20
- PETRUCCIOLI, Attilio- **Dar-al-Islam**. Liège: Pierre Mardaga, 1990, p.66: "*L'écrivain consigne dans les pages d'un livre l' image littéraire d'un paysage, image cueillie du haut de la tour de la forteresse et, du belvédère, le citadin pose un regard satisfait sur 'sa' campagne, source de richesse et de nourriture. La campagne fertile, encadrée entre les murs des maisons de la ville, est une entité abstraite, nourricière e enrichissante. Elle ne stimule pas l' inspiration du poète, si l'on fait exception, peut-être, de la poesie andalouse.*"
133- RUBIERA MATA, María de jesús- **Ibn Muqãna de Alcabideche**. 2ª Ed. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1996, p. 28-29. O poeta, de grande e justa fama, terá frequentado a corte do último califa omíada de Córdova (1027-1031), a quem dedicou poemas. Continuou depois pelos reinos de *taifa* da época, compondo *casidas,* forma poética de panegírico aos senhores, até acabar por vir refugiar-se na sua terra natal, a partir de 1047.
134- COELHO, ref 104, p. 21
135- COELHO, ref 104, p. 21
136- COELHO, ref 104, p. 20
137- COELHO, ref 104, p. 20
138- COELHO, ref 104, p. 21
139- COELHO, ref 108, p. 19: "*Ibn Sara de Santarém no Poema da Serra Nevada: No vosso país pode menosprezar-se a oração e beber o vinho proibido/ a fim de nos refugiarmos no fogo dos tormentos/ mais clemente e doce que a Serra Nevada*."
140- COELHO, ref 108, p. 19
141-CATARINO, ref 124, p. 37
142- CATARINO, ref 124, p. 35
143- CATARINO, ref 124, p. 34
144- CATARINO, ref 124, p. 35: Tomando como exemplo a cidade de Córdova, "*a conquista islâmica não foi pautada de razias e destruição urbana, mas simde partilha de espaço.Partilharam-se os cemitérios, situados nos subúrbios da cidade, já que os muçulmanos, como os romanos, não tinham o hábito de sepultar os seus mortos no interior dos espaços urbanos. Partilharam-se os edifícios religiosos, transformando-se a principal igreja em mesquita-catedral*". Os palácios da cidade e as villae abandonadas fora da cidade, são ocupadas pelos novos senhores.
145- CATARINO, ref 124, p. 37
146- CATARINO, ref 124, p. 37
- CATARINO, ref 124, p. 45: Elementos estruturantes do urbanismo das almedinas: Um alcácer, sede do governo regional; uma alcáçova, centro político, administrativo e judicial; uma mesquita principal ou aljama, para além das mesquitas de bairro; uma medina ou cidade amuralhada com os bairros residenciais; um ou mais banhos públicos, o hammãn; os mercados, zocos e alcaçarias; os arrabaldes, onde se desenvolvem actividades económicas; uma certa densidade demográfica e um território sob a sua jurisdição.
147- MARQUES, ref 43, p. 94
148- MARQUES, ref 43, p. 96
149- MARQUES, ref 43, p. 97
-COELHO, ref 104, p. 54
150- MARQUES, ref 43, p. 97
151- MARQUES, ref 43, p. 97
152- MARQUES, ref 43, p. 98
153- COELHO, ref 104, p. 79-80
154- COELHO, ref 104, p. 80
155- MARQUES, ref 43, p. 99
156- MARQUES, ref 43, p. 99
157- ENCARNAÇÃO, ref 54, p. 211
158- MARQUES, A.H. de Oliveira- **Para a história de Cascais na Idade Média**.In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1987, Nº 6, p. 18
159- DIAS, Rodrigo- **A Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal. Oeiras**. 1ª Ed. Oeiras: C.M.O., 1987, p. 39- 57: o autor estabelece a relação entre o núcleo recreativo da quinta e as funções agrícolas a ela vinculadas.

- DIAS, Rodrigo - **A Paisagem e o Património Rural em Convívio com o Desenvolvimento Urbano** In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras, História, Espaço e Património Rural. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2005, p. 77-83
- CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – **Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte.** 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990, p. 258: numa descrição da nobre quinta de Pintéus, em Belas, inclui a lista de estruturas e produções, como parte integrante da propriedade, não sendo necessáriamente anexas. Da maior parte, tem o usufruto das *"pensões e foros"*.
- SERRÃO, Filomena - **As Quintas de Oeiras no Século XVIII - Espaço de Recreio e Espaço de Lavoura** In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras, História, Espaço e Património Rural. Actas. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 185-190
- STOOP, Anne de- **Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa**. Trad. de Ana Castel – Branco e Maria Madalena de Azevedo Santos. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1999: "*A maior parte destas residências são integradas num domínio agrícola, rodeado de muros: uma 'quinta', palavra que engloba assim, a herdade, a casa e os jardins*".
160- CAETANO, Maria Teresa- **Colares**. Sintra: CMS, 2000
161- MARQUES, ref 43, p. 99
162- Definição de aldeia, tal como se entende no presente contexto: Pequeno ou médio aglomerado habitacional com um ou mais locais centrais de representação comunitária, sendo que algumas se transformaram em sedes de *freguesias* abrangendo nesse caso um território determinadoo, com outras aldeias e estando por sua vez dependente do *concelho.*
163- MARQUES, ref 43, p. 99
164- MARQUES, ref 43, p. 99
165- MARQUES, ref 43, p. 100
166- MARQUES, ref 43, p. 100
167- MARQUES, ref 158, p. 25-26
168- PEREIRA, Paulo- **Lugares Mágicos de Portugal: Cabos do Mundo e Finisterras**. 1ª Ed. Vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 13: O território extremo-ocidental da Península é marcado por cabos e promontórios, incluídos nas narrativas geográficas da antiguidade, da autoria de Rufus Festo Avieno, Estrabão, Pomponius Mela. Por via de tradições mais antigas e na sua continuidade, estes *cabos de mundo e finisterras* adquirem estatutos de locais sagrados.
169- PEREIRA, Paulo- **Lugares Mágicos de Portugal: Arquitecturas Sagradas**. 1ª Ed. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 34-37
170- COELHO, ref 104, p. 95
171- COELHO, ref 104, p. 78
172- CARDOSO, ref 3, p. 24
- RODRIGUES, Severino; CABRAL, João- **Silos medievais de Caparide**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1999, Nº 9, p.63-73
173- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro- **Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004, p.22
174- CARDOSO, ref 173, p. 22: Casa torreada como tipologia definida por Nuno Teotónio Pereira (Arquitectura Popular em Portugal) e José Manuel Fernandes (Arquitectura vernácula da Região Saloia)
175- CARDOSO, ref 173, p. 22
176- CARDOSO, *et al* – **Sondagens de emergência no concelho de Cascais**. Al-madan. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, Outubro de 2000, II série, nº 9, p.9
177- Ver Cap. II.1.1
178- COELHO, ref 104, p. 25
179- COELHO, ref 104, p. 25
180- MARQUES, ref 43, p. 100: As grandes unidades eram as *terrae*, às vezes também *provinciae*, cujo governo era confiado a um *conde* ou *dux*. Unidades mais pequenas eram também *terrae* ou *territoria.* O território de *Portucale* toma o nome *Portugal* no dialecto local.
181- MARQUES, ref 43, p. 48
- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL, Dir. Joel Serrão. Porto: Iniciativas Editoriais, (ca. 1976), p. 228-229: Feudalismo em Portugal- o autor, Torquato de Sousa Soares, diz que a conclusão de que em Portugal não existiu regime feudal, é corroborada por vários autores, de Alexandre Herculano a Paulo Merêa. Estabelece uma distinção entre *feudo* e *senhorio*, reconhecendo embora a ligação entre os dois conceitos. O que distinguiria o regime feudal seria o "*serviço militar vinculado ao benefício*". As relações de protecção aproximam o *senhorio* do *feudo*.
182- MARQUES, ref 43, p. 59: O autor discorda da corrente de historiadores que defende não ter havido feudalismo em Portugal. Efectivamente, não se poderá aplicar o modelo do feudalismo francês, mas considerar

que "*as estruturas feudais derivaram essencialmente das estruturas económicas romanas e que, onde quer que o o império romano exerceu influência, o feudalismo resultou como consequência lógica*"
183- MARQUES, ref 43, p. 59
184- MARQUES, ref 43, p. 61
185- MARQUES, ref 43, p. 65
186- MARQUES, ref 43, p. 66-67
187- MARQUES, ref 43, p. 67
188- MARQUES, ref 43, p. 48
189- MARQUES, ref 43, p. 75
190- MARQUES, ref 43, p. 114
191- MARQUES, ref 43, p. 114
192- MARQUES, ref 43, p. 116: a palavra *presúria* deriva de *prendere* e era prática comum, aceite como forma lrgítima de obter títulos de propriedade. "*Tratava-se de uma simples ocupação de uma terra tida por vaga*", que podia ser praticada individualmente. Algumas operações de presúria eram dirigidas pelo rei, igreja ou nobres. Como originaram abusos e violência, tiveram de ser regulamentadas e acabaram por desaparecer. É possível que a maior parte das propridades alodiais (livres de encargos e ónus) do norte, tivessem aquela origem.
193- MARQUES, ref 43, p. 117
194- ANDRADE, Ferreira de- **Monografia de Cascais**. Cascais, C.M.C., 1969, p. 9-28: Carta de Vila de D. Pedro (1364) e Foral de D. Manuel (1514). Ambos os documentos reproduzem nos seus termos as condições da sujeição económica ao monarca, da parte da vila de Cascais.
195- MARQUES, ref 43, p. 48
- DICIONÁRIO, ref 181, p. 279: Foral- diploma concedido pelo rei ou senhor laico ou eclesiástico a determinada terra, contendo normas que disciplinavam as relações dos seus povoadores ou habitantes entre si e destes com a entidade outorgante.
196- Foral de Sintra- 1154
197- MARQUES, ref 158, p. 13-14
198- SILVA, Raquel Henriques- **Cascais**. Lisboa: Editorial Presença, 1988. Colecção Cidades e Vilas de Portugal, p.13
199- GÓIS, Damião de- **Descrição da Cidade de Lisboa**. Trad. Introd. e notas de José da Felicidade Alves. 2ª Ed.Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 33-46
200- OLIVEIRA, Frey Nicolao de- **Livro das Grandezas de Lisboa**. Lisboa: Na Impressão Régia, 1804
201- ANDRADE, ref 194, p. 10
202- MARQUES, ref 158, p. 16: A autonomia que a carta régia de D. Pedro (1364) consigna, virá a ser completada com a atribuição de um *termo* à vila de Cascais na doação da mesma a Gomes Lourenço de Avelar, em 1370; "*integrou na realidade avila e o seu território num feudo*".
203- MARQUES, ref 158, p.15: No século de trezentos, a aldeia de Cascais terá progredido. "*A pesca produzia já receitas consideráveis, contribuindo, em grande parte, para o abastecimento de Lisboa*"
204- SILVA, ref 198, p. 16
205- COELHO, ref 104, p. 69
206- MARQUES, A. H. de Oliveira- **Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média**. In Arquivo de Cascais. Boletim do Município, 1988, nº 7, p.38
207- MARQUES, ref 206, p.38
208- ANDRADE, Ref 194, p. 23
- CAETANO, ref 160, p.33: A autora põe a hipótese de Colares se ter desenvolvido na Alta Idade Média como *porto* de Sintra, através da ribeira actual, então navegável, o Rio das Maçãs. O escoamento dos produtos de Sintra e Colares far-se-ia desta forma para Lisboa. O rio terá ficado assoreado na Idade Média.
209- SILVA, ref 198, p. 32
210- MARQUES, ref 206, p.41: Na carta de doação o monarca reserva para si o direito de apelo nos feitos crimes; a jurisdição sobre os marítimos; a liberdade de entrada e acção de corregedores; os direitos reais sobre dízimas de mercadorias transportadas em navios e em Cascais descarregadas e transaccionadas.
211- SILVA, ref 198, p. 18: No decorrer do século XV a vila afirma-se como Praça de Armas, sobretudo depois que D. João II mandou edificar a Torre, junto ao mar, para "*prevenir os ataques dos piratas e proteger o porto*".
- BOIÇA, Manuel F.; BARROS, Maria de Fátima R.; RAMALHO, Margarida de Magalhães- **As fortificações marítimas da costa de Cascais**. 1ª Ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2001, p. 27-36: Uma parte da estrutura da torre de Santo António de Cascais foi escavada no interior da Fortaleza de Nª Sª da Luz, tendo sido possível reconstituir o traçado da implantação inicial da torre, que coincide em grande parte com o desenho de Georgius Braun e Franciscus Hogenbergius, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, 1572. "*Mais do que defender o acesso a Lisboa— para isso existiam as naus-fortaleza fundeadas no meio do rio— estas torres serviam de posto de vigia e sobretudo protegiam os portos comerciais*". São levantadas na mesma época torres congéneres em Belém e Caparica.

- RAMALHO, Margarida Magalhães- Cascais em finais do século XVI: **Duas plantas inéditas**. In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município. 1990, nº 9, p. 75-85
212- MARQUES, ref 158, p. 18
213- MARQUES, ref 158, p. 20
214- MARQUES, ref 158, p. 19: Durante os séculos de trezentos e quatrocentos, a vila vê-se envolvida em eventos importantes: Em Fevereiro ou Março de 1373, "*durante a segunda guerra fernandina com Castela, Cascais foi conquistada pelo inimigo que a saqueou e porventura incendiou*"; durante a terceira guerra, a armada castelhana esteve ao largo da baía, dificultando a navegação e atacando os navios portugueses. Durante a crise de 1383-85, Cascais teve voz por D. Beatriz e só depois do levantamento do cerco de Lisboa é que adere à causa do Mestre de Avis.
215- MARQUES, ref 158, p. 19
216- SILVA, ref 198, p. 18
217- SILVA, ref 198, p. 16
- ANDRADE, Ref 201, p. 57: Regalias que vêm na sequência das concedidas pelas anteriores cartas régias e que denunciam a preocupação com o povoamento da vila: os homens do mar ficam isentos de embarcar nas galés e os moradores da Vila Nova do imposto do pão e do vinho.
218- Ver figura II.1.3g
219- GODINHO, Helena Campos; MACEDO, Silvana Costa; PEREIRA, Teresa Marçal- **Levantamento do património do concelho de Cascais. 1975- Herança do Património Arquitectónico Europeu.** In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1990, nº 9, p. 142-150
- MARQUES, ref 158, p.16: Por volta de 1362 ainda não havia igreja condigna para receber a imagem milagrosa de Nª Sª da Graça, encontrada nas redes de pescadores e que foi então levada para o mosteiro dos Eremitas de Santo Agostinho de Lisboa.
220- TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- **As duas igrejas de S. Domingos de Gusmão**. Jornal da Costa do Sol, 27 de Setembro de 1984, p.12
221-Ver II.1.3.2.3- Religião e superstições
222- MARQUES, ref 158, p. 21: O clero e o rei estavam pouco representados como proprietários, quer da terra, mar ou meios de produção. Apesar disso, o rei detinha os direitos senhoriais sobre a pesca, as minas, as sisas e outros.
223- MARQUES, ref 206, p. 38
224- MARQUES, ref 206, p. 38
225- DIAS, João José Alves- **Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI - Aspectos demográficos**. In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município,1987, nº 6, p. 67-71
Referência do documento original, tal como o autor a apresenta: 1527, Cascais, Setembro, 19
Inquirição acerca da população e termo da vila de Cascais realizada por Jorge Fernandes
Lisboa, A. N. T. T., Núcleo Antigo, nº 293, fol. 57-58 v.º
226- DIAS, ref 225, p. 68
227- DIAS, ref 225, p. 69
228- MARQUES, ref 206, p. 37: "*Um documento de 1383 indicava sete vintenas no termo de Cascais, o que correspondia a uns 140 vizinhos, ou cerca de 700 pessoas numa área de 97 Km^2. Era uma densidade de 7,2 habitantes /Km^2, a que havia ainda a somar a população da vila, porventura umas duzentas ou trezentas pessoas*"
229- ANDRADE, Ref 194, p. 58
- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João- **Cronologia da Época dos Descobrimentos**. In Um olhar sobre Cascais através do seu Património III. Cascais: Associação Cultural de Cascais; Cascais: CMC, 1989, p.48
230- CARDOSO, Ref 229, p. 49
231- CARDOSO, Ref 229, p. 49
232- BOIÇA, Ref 211
233- ANDRADE, Ref 194, p. 59
234- ANDRADE, Ferreira de- **Cascais - Vila da Corte. Oito séculos de história**. 1ª Ed. Cascais: CMC, 1964, p. 245
- ANDRADE, Ferreira- **A vila de Cascais e o terramoto de 1755**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1964, p. 58
235- ANDRADE, Ref 201, p. 59
236- ANDRADE, Ref 201, p. 59
- Esta área coincidiria principalmente com a actual implantação da zona onde se encontra o Hotel Baía e a desactivada Lota de Cascais?
237- ANDRADE, Ref 201, p. 59-60
238- PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo de- **Portugal Antigo e Moderno: Diccionário Geographico, Estatístico, Chorographico [...]** Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1874, p.145
239- EXPOSIÇÃO: Cascais em 1755. Do terramoto à Reconstrução. Centro Cultural de Cascais. 2005

- TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge – **Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos**. 1ª Ed. São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.166

240- MARQUES, ref 43, p. 577-581: "*Quatro anos de guerra haviam deixado o país em situação miserável*". Toda a vida económica, agricultura, comércio, indústria foram profundamente afectados. A norte as invasões devastaram o país. Tanto franceses com ingleses saquearam o que puderam, empobrecendo o património nacional. A situação política resultante também contribuiu para a profunda crise e ambiente de revolta, que havia de levar à rebelião.

241- MARQUES, A. H. de Oliveira - **História de Portugal**. 2ª Ed. Vol II, Lisboa: Palas Editores, 1976., p. 11-21

242- MARQUES, ref 241, p. 11-21

243- MIRANDA, Jorge - **A presença de Santo António no Concelho de Cascais**. 2005, Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, Nº13, p. 29-32

244- ANDRADE, Ref 234, p.260

245- ANDRADE, Ref 234, p.260

246- ANDRADE, Ref 201, p. 57

- ANDRADE, Ref 234, p.167, nota: preocupações com o povoamento da vila de Cascais são já atestadas em 1386, por uma determinação régia para que os vizinhos da Vila Nova não pagassem *jugada* sobre o pão e o vinho.

247- ANDRADE, Ref 234, p.276-277

248- BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges- **Apontamentos para a História da Villa e Concelho de Cascaes**. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, impressor da Casa Real, 1873. p. 143

249- BARRUNCHO, ref 248, p.144

250- ANDRADE, Ref 234, p.287, nota: *Cólera* de 1833, que produziu, também em Lisboa, para cima de 13 552 mortes; *cólera morbus asiática*, em 1855-56, provocando, só em Lisboa, 3275 mortes.

251- Paradigma: com o significado de *norma e modelo*, toma-se neste contexto como *modelo-matriz* de uma civilização. Modelo portanto estruturante, com elementos originais e novos, que o distinguem de uma situação anterior vigente.

252- ANDRADE, Ref 201, p. 61

253- ANDRADE, Ref 201, p. 61

254- COLAÇO, Branca de Gonta; ARCHER, Maria- **Memórias da Linha**. Edição Fac-similada. Cascais: CMC; Oeiras: CMO, 1999, p. 17

- MIRANDA, Jorge- **Contributo para o estudo do impacte do caminho-de-ferro nos concelhos de Oeiras e Cascais**. Versão policopiada. Comunicação apresentada no II Encontro de História Local do concelho de Oeiras, Oeiras, Novembro de 1994, p. 7: O autor refere o gosto que os habitantes de Lisboa manifestavam pelo usufruto do campo, para onde se deslocavam a partir de Maio e até Novembro. Isto porque a cidade, com uma acentuada aglomeração urbana, não contemplava espaços verdes no seu interior, até à instauração do Passeio Público.

255- COLAÇO, Ref 254

256- COLAÇO, Ref 254, p. 18

257- SILVA, Raquel Henriques- **Sobre a Arquitectura do Monte Estoril: 1880-1920**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1984, nº 5, p.11

- MIRANDA, Ref 254, p. 8

258- MIRANDA, Ref 254, p. 11

- ANTUNES, Ana Cristina; FERREIRA, Carlos Miguel; PEREIRA, Francisco Matta- **De Cae Água a São Pedro do Estoril**. 1ª Ed. Cascais: Edições Colibri; Cascais: CMC, 2005

259- O conceito de *desenvolvimento* que aqui se assinala tem a ver com uma época (1940-1970): aquela em que os indicadores do desenvolvimento, do avanço civilizacional, eram primariamente de ordem económica e espelhavam-se, nomeadamente, na implantação de indústrias (mesmo que de forma indiscriminada) e na expansão urbanística feita, se necessário, à custa da destruição de outros valores pré-existentes.

Actualmente, embora houvesse obrigação de usar maior discernimento, continuam a verificar-se situações idênticas.

260-ANDRADE, Ref 201, p.61

- GUEDES, Lívio da Costa- **O Ramal para Cascais da Linha Férrea Lisboa- Badajoz**. In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1987, nº 6, p.104: O autor refere que as consequências negativas das invasões francesas no território português, terão vindo até ao início do século XX e contribuído para o atraso na criação de condições favoráveis ao estabelecimento de uma política de comunicações nacional. Só em 1835 surge a primeira notícia sobre o tema das "*estradas de ferrro*" e, em 1844, se organiza a Companhia das Obras Públicas de Portugal, "*que visava o melhoramento das estradas"*

261- ANDRADE, Ref 201, p.61

262- PINHO LEAL, Ref 238

263- BLUTEAU, Rafael- **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico** [...]. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 10 vol.
264- BARRUNCHO, ref 248
265- PINHO LEAL, Ref 238, p. 148
- COLAÇO, Ref 254, p. 22
266- BARRUNCHO, Ref 248, p. 146
267- BARRUNCHO, Ref 248, p. 149
268- CALLIXTO, Vasco- **As Rodas da Capital**: **História dos meios de transporte da cidade de Lisboa**.1ª Ed. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1967.
269- GUEDES, Ref 260, p. 103
270- MIRANDA, Ref 254, p. 5
271- COLAÇO, Ref 254, p. 24
272- COLAÇO, Ref 254, p. 186
273- COLAÇO, Ref 254, p. 186
274- GUEDES, Ref 260, p. 107-109
275- GUEDES, Ref 260, p. 103: Por terra efectuavam-se os serviços de almocrevia e carretagem.
- Dadas as condições geográficas, a linha não pôde fazer-se sem a construção de pontes, das quais se destaca a de Oeiras, pelo seu valor paisagístico.
276- GUEDES, Ref 260, p. 104
277- MIRANDA, Ref 254, p. 1-2
278- MIRANDA, Ref 254, p. 2
279- GUEDES, Ref 260, p. 104-112
280- GUEDES, Ref 260, p. 105
281- GUEDES, Ref 260, p. 107: Integrava o contrato a execução da parte do ramal do Cais dos Soldados a Cascais, entre o limite oeste da primeira secção das obras dos melhoramentos do porto de Lisboa e Cascais.
282- GUEDES, Ref 260, p. 107
283- GUEDES, Ref 260, p. 113: Na chamada península de Torres Vedras e porque a sua directriz atravessava a zona do Campo Entrincheirado de Lisboa. O projecto é submetido à Comissão de Defesa de Lisboa e do seu Porto, mas alguns pareceres negativos não foram tidos em conta.
284- GUEDES, Ref 260, p. 109
285- GUEDES, Ref 260, p. 116: O autor apresenta uma descrição da viagem inaugural, feita na época por Leonildo de Mendonça e Costa publicada na revista O Ocidente (vol.XII, de 11 de Novembro de 1889, p. 251).
286- GUEDES, Ref 260, p. 116
287- MIRANDA, Ref 254, p. 3
288- MIRANDA, Ref 254, p. 3
289- MIRANDA, Ref 254, p. 2
290- MIRANDA, Ref 254, p. 2
291- MIRANDA, Ref 254, p. 2
292- MIRANDA, Ref 254, p. 2
293- MIRANDA, Ref 254, p. 4: Foram construídas quatro *passarelles* entre Algés e Cruz Quebrada
294- MIRANDA, Ref 254, p. 5
295- MIRANDA, Ref 254, p. 5
296- MIRANDA, Ref 254, p. 5
297- MIRANDA, Ref 254, p. 6
298- MIRANDA, Ref 254, p. 6
299- Parkway é uma tipologia de via de várias faixas, que atrvessa zonas com interesse paisagístico, natural ou criado, tirando partido das vistas panorâmicas que o percurso rodoviário permite. É talvez exagerado comparar a marginal que conhecemos com essas grandes estradas norte- americanas, mas pode ter tido influência no projecto português, à dimensão do país, mas tendo também como protagonista o vasto oceano.
300- PEREIRA, Margarida- **O Plano de Urbanização da Costa do Sol**. In 1º Ciclo de Estudos Oeirenses. Oeiras: Celta; Oeiras: CMO, 1998, p.97-101: O Plano de Urbanização da *Costa do Sol* (PUCS), designação que surge pela primeira vez na Lei 1909 de 22 de Maio de 1935, correspondendo à faixa litoral de Algés a Cascais, na qual se manifestou a intenção de intervenção voluntária da Administração para orientar o seu processo de urbanização. Aprovado o Plano em 1948, revisto em 1959, manteve-se em vigor até à década de 1990 e teve como antecedentes o *Plano Agache* de 1936, o qual contribui em grande parte para a definição das linhas gerais do futuro Plano. As ligações nucleares a Lisboa são asseguradas pela marginal e pelo traçado da auto-estrada proposta nesta altura, como turística.
É caracterizado pela incidência na baixa densidade e pela contenção dos perímetros dos núcleos rurais. A previsão da ocupação encontra-se socialmente hierarquizada e assenta nos núcleos urbanos existentes.

Embora o Plano Agache não tenha sido aprovado, o que mais tarde entra em vigor, a partir dos estudos urbanísticos do Gabinete da Costa do Sol e da formalização atribuída a De Gröer, mantém os mesmos princípios gerais. Consegue ainda uma diferenciação sócio geográfica pela definição de zonas tipológicas em que a superfície dos lotes vai diminuindo para o interior e o índice de ocupação cresce na proporção inversa da área do lote, obtendo-se a densificação com o afastamento da costa.

301- LÔBO, Margarida Souza- **Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco**. 2ª Ed. Porto: FAUP, 1995, p. 89-90

302- COELHO, António Gomes- **Do "Inquérito do Marquês de Pombal" ao estudo de Pereira de Sousa sobre o terramoto de 1 de Novembro de 1755**. In 1755: O Grande Terramoto de Lisboa, Descrições. Lisboa: FLAD; Lisboa: Público, 2005. Vol. I. p. 143-172: O questionário lançado pelo Marquês de Pombal, cerca de três meses após o terramoto, era dirigido a todos os párocos dos vários arcebispados e bispados do país, através da hierarquia da Igreja; constava de treze perguntas e devia ser respondido no prazo de um mês. A iniciativa e o método utilizado foram consideradas cientificamente avançados para a época e os resultados, utilizados por Pereira de Sousa, no princípio do século XX, para fazer o estudo macrossísmico do terramoto, à luz de conhecimentos que não existiam na sua época.

- BOIÇA, Manuel F.; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de – **1755. A Terra tremeu. O Mar transbordou**. Catálogo de Exposição. 1ª Ed. Oeiras: C.M.O. 2005 p. 85: o Inquérito paroquial aqui referido é o de 1758, feito com outros objectivos, que incluía uma questão sobre o terramoto, ocorrido três anos antes.

303- ANDRADE, Ref 194, p.60

304- ANDRADE, Ref 194, p. 60

305- ANDRADE, Ref 194, p. 61

306- FALCÃO, Pedro- **Cascais Menino**. Cascais: Academia de Letras e Artes, 2005, p. 439

- RAMALHO, Margarida de Magalhães- **Uma Corte à Beira- Mar: 1870-1910**. Lisboa: Quetzal Editores/ Bertrand Editora, 2003, p. 50-51

307- MIRANDA, Ref 254, p. 14

308- O *nome* dado ao território, *Linha* de Cascais, é directamente derivado da linha do caminho-de-ferro.Tendo este início no Cais do Sodré, pode considerar-se, no entanto, que o território com ela identificado só começa em Algés, limites do concelho de Oeiras.

309- COLAÇO, Ref 254, p. 15

310- COLAÇO, Ref 254, p. 16

311- COLAÇO, Ref 254, p. 16

312- COLAÇO, Ref 254, p. 16

313- FALCÃO, Ref 306, p. 131

314- COLAÇO, Ref 254, p. 231-257: o título do capítulo dedicado à Parede é sugestivo: "*A Parede é a Meca da Costa do Sol*". Aí se conta como Nunes da Mata se deixou seduzir pela paisagem desoladora da Parede, ou Paredes e pensou numa "*pequena cidade*", uma urbanização diferente, sem os chalets burgueses de S. João. Depois de apresentar a ideia ao presidente da Câmara, disse-lhe ele: "*A Parede! — exclama Costa Pinto muito espantado. Que quere que se faça? Isso é um Saará... Não é uma terra de futuro, é uma povoação de canteiros...Deixe-os com as suas pedreiras...*". Como o almirante não desistiu, acabou por comprar e urbanizar a seu gosto uma grande área, o bairro da Vigia: "*Fui eu quem imaginou aquelas casinhas com o seu jardinzinho à frente*". Outra história é a que tem a ver com as propriedades curativas do iodo, que transformaram a praia da Parede num sanatório ao ar livre, marcando também a vida da povoação.

315- SILVA, Ref 257, p. 9-22

- SILVA, Raquel Henriques- Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal, Esportiva- **As etapas de um projecto: 1914-1932**. In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1991, nº10. p. 41-59.

316- COLAÇO, Ref 254, p. 311-325: Apenas o capítulo referente ao Monte Estoril como exemplo, porque também a maior parte dos proprietários de cada um dos outros núcleos era igualmente conhecida

317- SILVA, Ref 315, p. 13

318- ORTIGÃO, Ramalho- **A arte e a natureza em Portugal**. Porto, 1903. Vol. III. Cit. por SILVA, Ref 315, p. 13 (sem referências bibliográficas suficientes).

319- COLAÇO, Ref 254, p. 16

320- COLAÇO, Ref 254, p. 16

321- COLAÇO, Ref 254, p. 16

322- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH; DAVEAU, Suzanne- **Geografia de Portugal. III**. **O Povo Português**. 1ª Ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, p. 643: A apreciação do autor ao carácter do povo português é feita do seu ponto de vista de estrangeiro e não mediterrâneo; reconhece os limites e as virtualidades desse carácter: "*Nem a ociosidade é considerada uma vergonha, nem a pobreza uma culpa*". A solidariedade é considerada fruto do valor relativamente pequeno que se dá ao tempo e ao dinheiro...e o resultado é a paisagem alterar-se muito lentamente.

-Correspondem as apreciações feitas, a um fundo psicológico que talvez ainda persista, mas a adesão dos portugueses à tal civilização mecanicista tem-se feito nas últimas décadas de uma forma que surpreenderia Lautensach e promete finalmente não deixar margem ao passado.
323- MIRANDA, Ref 254, p. 8
324- **Guia de Portugal. Lisboa e Arredores**. Apresentação e notas de Sant'Anna Dionísio. Texto integral que reproduz fielmente a 1ª edição publicada pela Biblioteca nacional de Lisboa em 1924. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 618: Trata-se de um ápodo, que, considerado exagerado, merece no entanto as seguintes observações: "*Se se dissesse, porém, que Cascais era belo, seria uma mentira. Como aos Estoris, falta-lhe plano, arquitectura, e, se exceptuarmos uma dúzia de casas, quando muito, tudo o mais precisava de ser deitado abaixo*"
325- FALCÃO, Ref 315, p. 377-385
326- COLAÇO, Ref 254, p. 209: A Costa do Sol para a autora começa em Carcavelos. - Quanto ao ideal da Costa do Sol, expresso e testemunhado de diferentes modos, tem a ver com mar, praia, natureza, saúde, lazer, etc. Corporiza-se em urbanizações novas, arejadas, salubres, de casas, mais ou menos modestas, mas sempre modernas, cheias de luz em quintais floridos.
A Costa do Sol também corresponde ao ideal "Pátria e Família": à 1ª respondem os objectivos turísticos; à 2ª as novas urbanizações (pelo menos na primeira fase, antes de se ter passado à habitação colectiva...).
327- **Guia de Portugal. Lisboa e Arredores**. Ref 324
328- **Guia de Portugal. Lisboa e Arredores**. Ref 324, p. 464
329- Ver Cap. II.1.2, p. 93
330- Ver fig. II.2.2.c
331- Ver fig. II.1.3.2.b
332- Ver Cap. II.1.3, p. 129
333- Ver ANEXO A
334- CAVACO, Carminda- **A Costa do Estoril**. 1ª Ed.Lisboa: Editorial progresso Social e democracia, SARL, 1983. p. 48
335- LYNCH, Kevin- **A Boa Forma da Cidade**. Trad. Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, LDA, 1999.p. 307-321
336- Se é certo que a cidade congrega todos os ícones do viver social, os mesmos estão presentes, mesmo que em menor grau, ou em forma seminal, nos grupos humanos mais pequenos, como é o caso dos aglomerados urbano-rurais.
337- Como ilustração da situação apontada, é recorrente o caso da emergência de uma nova classe social— a burguesia, formada no final da Idade Média e que vai ter um papel preponderante na Renascença, ajudando a definir um nova paradigma social, cultural e económico.
338- CAVACO, Ref 334, p. 43
339- CAVACO, Ref 334, p. 43
340- CAVACO, Ref 334, p. 44: As actividades do terciário resultantes das estatísticas não concernem necessariamente a actividades exercidas no concelho, mas dirão sobretudo respeito a actividades exercidas em Lisboa, o que se prova pelo movimento pendular conhecido.
341- CAVACO, Ref 334, p. 44
342- BRITO, Raquel Soeiro- **Lisboa, Esboço Geográfico**. In Boletim Cultural ADL, 1976, nº82
343- BRITO, Ref 342, p. 169
344- CABRAL, João Pedro- **Algumas notas sobre a vivência rural do concelho de Cascais**. In Um olhar sobre Cascais através do seu património. Cascais: CMC; Cascais: ACC, 1989. Vol. I, p. 132
345- BRITO, Ref 342, p. 101-102
346- ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita- **O Fenómeno do Crescimento Suburbano no século XX: Raízes e motivações**. Lisboa, 2005. Trabalho apresentado na disciplina de Teoria do Desenho Urbano Contemporâneo, sob a orientação da Doutora Teresa Marquito Marat- Mendes, Professora Auxiliar, ISCTE, p. 17-18 : Facto que caracteriza o fenómeno do avanço suburbano.
347- LÔBO, Margarida Souza- **Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco**. 1ª Ed.Lisboa: DGOTDU; Porto: FAUP Publicações, 1995. p. 90
348- LOBO, Isabel Sousa- **Economia não contabilizada: que perspectivas?** Sociedade e Território, Março 1984, Ano 1, Nº 1, p.11-17
349- RODRIGUES, Carlos M. *et al.* - **Clandestinos em Portugal**. **Leituras**. 1ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, LDA, 1989: Reunem-se sob um mesmo título contribuições de diferentes autores, com diferentes abordagens do tema dos clandestinos. Estes, assumidos como construções feitas à margem da lei, fazem no entanto parte de um fenómeno mais abrangente, com um denominador comum, o tema da informalização na esfera do económico e do social.
Portanto, a definição de clandestino, já não passa só pela visão urbanística, considerada esgotada, nem legalista, mas entende-se como parte integrante e importante de um sistema de economia paralela que responde com

flexibilidade a problemas laborais e, no caso dos clandestinos dá resposta à carência real de habitação e espaço urbanizado.
350- OLIVEIRA, Frey Nicolao de- **Livro das Grandezas de Lisboa**. Lisboa: Na Impressão Régia, 1804, p. 145. Cit. por ANDRADE, Ref 234, p. 138
351- OLIVEIRA, Ref 350, p. 145. Cit. por ANDRADE, Ref 234, p. 139
352- ANDRADE, Ref 234, p. VI, Documentos
353- ANDRADE, Ref 234, p. XVI, Documentos
354- Ver Carta Geológica
355- CABRAL, Ref 344, p. 132
356- ANDRADE, Ref 201, p.102
357- ANDRADE, Ref 201, p.102
- CAVACO, Ref 334, p. 48: As culturas referidas eram muitas vezes resultantes do afolhamento, anual, bienal ou mesmo trienal dos terrenos, embora nas zonas de solo mais pobre o pousio fosse feito sem alqueive.
358- Ver Cap. II.1.3, p.158-161
359- ANDRADE, Ref 201, p.104
360- ANDRADE, Ref 201, p.104
361- ANDRADE, Ref 201, p.104-105
362- CAVACO, Ref 334, p. 51
363- CAVACO, Ref 334, p. 52
364- ANDRADE, Ref 201, p.105
365- ANDRADE, Ref 201, p.105
366- CAVACO, Ref 334, p. 52
367- CAVACO, Ref 334, p. 53
368- ANDRADE, Ref 201, p.105
369- ANDRADE, Ref 201, p.105
370- MONTEIRO, Carlos Branquinho- **Ribeiras dos concelhos de Oeiras e Cascais**. 1ª Ed. Oeiras: CMO, 1989, p. 13
371- MONTEIRO, Ref 370, p.69
372- MONTEIRO, Ref 370, p.14
373- MONTEIRO, Ref 370, p.7
374- Ver Cap. II.1.3, p. 162
375- CAVACO, Ref 334, p. 48
376- RADICH, Maria Carlos- **Uma vaca urbana e cosmopolita**. LER História, 2007, nº52, p. 95-126
377- Ver ANEXO C- Entrevistas ao Sr Caracol e Sr Madureira
378- RADICH, Ref 376, p. 102
379- RADICH, Ref 376, p. 107
380- SABIDO, José Luís Tomé- **Tires quando eu era pequenino**. 1ª Ed. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana; Cascais: Associação Cultural de Cascais, 2005, p. 24
381- Ver ANEXO C- Entrevista ao Sr José Vaz
382- CAVACO, Ref 334, p. 56
383- CAVACO, Ref 334, p. 56
384- BARRUNCHO, Ref 248, p. 69
385- CAVACO, Ref 334, p. 62
386- CAVACO, Ref 334, p. 62-63
387- CAVACO, Ref 334, p. 65
388- CASTRO, Ferreira de- **A lã e a neve**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1985, p. 13
389- CAVACO, Ref 334, p. 69
390- CAVACO, Ref 334, p. 73
391- SABIDO, Ref 380, p. 34
392- BRITO, Ref 342, p. 93
393- BRITO, Ref 342, p. 93
394- BRITO, Ref 342, p. 170
395- BRITO, Ref 342, p. 170
396- BRITO, Ref 342, p. 170
397- BRITO, Ref 342, p. 96
398- BRITO, Ref 342, p. 99
399- BRITO, Ref 342, p. 100: As hortas extensivas de Loures, nas quais foram feitos investimentos em melhoramentos hidráulicos importantes, são uma das expressões da atracção de Lisboa como mercado.
400- BRITO, Ref 342, p. 170
401- BRITO, Ref 342, p. 101

402- BRITO, Ref 342, p. 103
403- BRITO, Ref 342, p. 103
404- BRITO, Ref 342, p. 103
405- FALCÃO, Ref 325, p. 131

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alexandre Cancela de; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário- **Grupos de Unidades de Paisagem: K (Maciços calcários da Estremadura) a Q (Terras do Sado)**. In Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Lisboa: DGOTDU; Lisboa: Universidade de Évora, 2004. Vol. IV

ALARCÃO, Jorge de- **O Domínio Romano em Portuga**l. 1ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2002. 225 p.

ANDRADE, Ferreira de- Cascais - **Vila da Corte - Oito séculos de história**. 1ª Ed. Cascais: CMC, 1964, 464 p.

ANDRADE, Ferreira- **A vila de Cascais e o terramoto de 1755**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C, 1964, 63 p.

ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita- **O Fenómeno do Crescimento Suburbano no século XX: Raízes e motivações**. Lisboa, 2005. Trabalho apresentado na disciplina de Teoria do Desenho Urbano Contemporâneo, sob a orientação da Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes, Professora Auxiliar, ISCTE

ANTUNES, Ana Cristina; FERREIRA, Carlos Miguel; PEREIRA, Francisco Matta- **De Cae Água a São Pedro do Estoril**. 1ª Ed. Cascais: Edições Colibri. Cascais: CMC, 2005, 318 p. ISBN: 972-772-570-8Z

BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges- **Apontamentos para a História da Villa e Concelho de Cascaes**.1ª Ed. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, impressor da Casa Real, 1873, 150 p.

BENEVOLO, Leonardo- **Introducción a la Arquitectura**. 2ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1994, 276 p. ISBN 84-87553-17-6

BLUTEAU, Rafael- **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico,economico, florifero, forense, frutifero...autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos...** Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. COTA F.6813.

BOIÇA, Manuel F.; BARROS, Maria de Fátima R.; RAMALHO, Margarida de Magalhães - **As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais**. 1ª Ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2001, 233 p. ISBN: 972-564-509-X

BOIÇA, Manuel F.; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de- **1755. A Terra tremeu. O Mar transbordou**. Catálogo de Exposição. 1ª Ed. Oeiras: C.M.O. 2005, 175 p. ISBN: 989-608-024-0

BRITO, Raquel Soeiro- **Lisboa: Esboço Geográfico**. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. 1976, III série. Nº 82, 198 p.

CABRAL, João Pedro- **Algumas notas sobre a vivência rural do concelho de Cascais**. In Um Olhar sobre Cascais através do seu Património. Cascais: C.M.C.; Cascais A.C.C., 1989,VoI. I, p.131-144

CAETANO, Maria Teresa- **Colares**. 1ª Ed. Sintra: CMS, 2000, 163 p. ISBN: 972-8209-75-4

CALLIXTO, Vasco- **As Rodas da Capital: História dos meios de transporte da cidade de Lisboa**. 1ª Ed. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1967, 140 p.

CARDOSO, *et al*- **Sondagens de emergência no concelho de Cascais.** Al-madan. Centro de Arqueologia de Almada, Outubro de 2000, II série, nº 9, p. 9

CARDOSO, Guilherme- **Acerca das comunicações no sudoeste do Ager Olisiponensis**. In V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitânia Romana. Madrid: Secretaria General Técnica, 2004, p. 135-147 ISBN 84-369-3836-4

CARDOSO, Guilherme, CARDOSO, João Luís- **A ocupação agrária do concelho de Oeiras na época Romana**. In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras: História, Espaço e Património Rural. Oeiras: CMO, 2005 p. 41-55

CARDOSO, Guilherme- **Carta Arqueológica do Concelho de Cascais**. Cascais: CMC, 1991, 111 p. ISBN 972-637-018-3

CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro- **Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004. 144 p. ISBN: 972-99239-0-6

CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro- **Cronologia da Época dos Descobrimentos**. In Um olhar sobre Cascais através do seu Património Cascais: CMC; Cascais: A.C.C. 1989, Vol. III, p. 23-51

CARDOSO, João Luís- **A Jazida Paleolítica de Cabecinho**. Boletim Cultural da ADL, 1982, 1º Tomo, Nº 88, p. 225-236

CARDOSO, João Luís- **A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas**. Revista Portuguesa de Arqueologia, 2006, Vol. 9, Nº1

CARDOSO, João Luís- **Do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro no Concelho de Oeiras: Percursos da presença humana**. In 1º Ciclo de estudos oeirenses: Oeiras - A Terra e os Homens. Oeiras: C.M.O., 1998, p. 31-71

CARDOSO, João Luís- **Leceia 1983 -1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico**. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras: C.M.O., 1994, 164 p.

CARDOSO, João Luís- **O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português: Síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2003)**. Oeiras: CMO, 2003, 70 p. ISBN: 972-8508-93-X

CASTRO, Ferreira de- **A Lã e a Neve**. 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1985, 328 p.

CATARINO, Helena- **Notas sobre a presença árabe em Portugal: Conquista e transformações urbanas**. In Nós e os Árabes. XI Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais: CMC, Cascais: Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2005, Vol.1, p. 29- 46

CAVACO, Carminda- **A Costa do Estoril: Esboço geográfico**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, SARL, 1983, 263 p.

COELHO, António Borges- **Portugal na Espanha Árabe. Geografia e Cultura.** 2ª Ed.Vol. I Lisboa: Caminho, 1989, 263 p. (Colecção Universitária). ISBN 972-21-0410-1 COTA C.G. 14506 V.

COELHO, António Borges- **Presença Árabe em Portugal**. In Nós e os Árabes. XI Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais: C.M.C., Cascais: Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2005, Vol. 1, p. 11-27

COELHO, António Gomes- **Do "Inquérito do Marquês de Pombal" ao estudo de Pereira de Sousa sobre o terramoto de 1 de Novembro de 1755**. In 1755: O Grande Terramoto de Lisboa, Descrições. Lisboa: FLAD; Lisboa: Público, 2005. Vol. I, p. 143-172

COLAÇO, Branca de Gonta; ARCHER, Maria- **Memórias da Linha**. Edição fac-similada. Cascais: C.M.C.; Oeiras: C.M.O., 1999, 370 p. COTA: L. 64004 V.

COLUMELLA, Lucius Junius Moderatus- **Les douze livres des choses rustiques**. Paris: Jaques Kerver, 1555. COTA S.A. 2119 A.

CORTESÃO, Jaime- **Os Factores democráticos na formação de Portugal**. 1ª Ed. Vol. I. Lisboa: Portugália, 1964, 265 p. (Obras Completas) COTA CP-H373

DERRUAU, Max- **Geografia Humana**. 1ª Ed. Vol. 1 Trad. Helena A. Lopes; Carlos D'Almeida Sampaio. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 502 p.

DIAS, João José Alves- **Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI— Aspectos demográficos**. In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1987, Nº 6, p. 67-71

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA 2006. Porto: Porto Editora, 2005

ENCARNAÇÃO, José d'- **Roteiro Epigráfico Romano de Cascais**. 2ª Edição. Cascais: C.M.C., 2001, 142 p. ISBN 972-637-088-4

ENCARNAÇÃO, José d', CARDOSO, Guilherme- **A Villa romana de Freiria e o seu enquadramento rural.** In STVDIA HISTORICA- Historia Antigua. Vol. X-XI. Salamanca, 1993, p. 203-217.

ENCARNAÇÃO, José d', CARDOSO, Guilherme- **Cascais no tempo dos Romanos**. Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa, 1990, Nº1, p. 59-74

ENCARNAÇÃO, José d', CARDOSO, Guilherme- **Certezas e incertezas no estudo da villa romana de Freiria**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1991, Nº 10, p. 24-26

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editorial Verbo, 1975

EXPOSIÇÃO: **Cascais em 1755. Do terramoto à Reconstrução**. Centro Cultural de Cascais. Cascais: C.M.C., 2005

FALCÃO, Pedro- **Cascais Menino**. Reedição. Cascais: Academia de Letras e Artes, 2005, 538 p. ISBN: 972-988 22- 2-3

GODINHO, Helena Campos; MACEDO, Silvana Costa; PEREIRA, Teresa Marçal- **Levantamento do património do concelho de Cascais**. **1975- Herança do Património Arquitectónico Europeu**. Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município. 1990, Nº 9, p. 142-150

GÓIS, Damião de- **Descrição da Cidade de Lisboa**. Trad. Introd. e notas de José da Felicidade Alves. 2ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, 78 p.

GONZÁLEZ ROMÁN, Cristóbal- **Roma y la urbanización de Occidente**. Madrid: Arco/Libros S.L., 1997, 86 p. ISBN 84-7635-253-0

GUEDES, Lívio da Costa- **O Ramal para Cascais da Linha Férrea Lisboa - Badajoz**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1987, Nº 6, p.104
PROENÇA, Raul- **Guia de Portugal**. Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, 696 p. (Edição de texto integral da 1ª edição de 1924).

LEAL, Augusto Soares de Azevedo de Pinho- **Portugal Antigo e Moderno: Diccionário Geographico, Estatístico, Chorographico [...]** Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1874

LOBO, Isabel Sousa- **Economia não contabilizada: que perspectivas?** Sociedade e Território, Março 1984, Ano 1, Nº 1, p.11-17

LÔBO, Margarida Souza- **Planos de Urbanização- A Época de Duarte Pacheco**. 1ª Ed. Porto: FAUP Publicações, 1995, 305 p. ISBN: 972-9483-14-0

LYNCH, Kevin- **A Boa Forma da Cidade**. Trad. Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, LDA, 1999, 440 p.

MARQUES, A. H. de Oliveira- **História de Portugal**. 2ª Ed. Vol. I. Lisboa: Palas Editores, 1976, 697 p.

MARQUES, A. H. de Oliveira- **Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média**. Arquivo de Cascais, 1988, Boletim do Município, Nº 7, p.38

MARTINEZ, José Maria A. *et al*.- **Museo Nacional de Arte Romano**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000, 83 p. ISBN 84-7671-691-5

MATTOSO, José- **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 1 2006, 318 p. (Colecção Reis de Portugal) ISBN: 972-42-3867-9

MIRANDA, Jorge- **Contributo para o estudo do impacte do caminho-de-ferro nos concelhos de Oeiras e Cascais**. Versão policopiada. Comunicação apresentada no II Encontro de História Local do concelho de Oeiras. Oeiras, Novembro de 1994.

MONTEIRO, Carlos Branquinho- **Ribeiras dos Concelhos de Oeiras e Cascais**. 1ª Ed. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1989, 163 p

NOLEN, Jeannette U. Smit- **A villa romana do Alto do Cidreira (Alcabideche-Cascais): os materiais**. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1990, 140 p. ISBN: 972-9406-00-6

OLIVEIRA, Frey Nicolao de- **Livro das grandezas de Lisboa**. Lisboa: Na impressão régia, 1804, 349 p.

PAÇO, Afonso do- **Povoado Pré-histórico da Parede (Cascais)**. 1ª Ed. Cascais: CMC, 1964, 20 p.

PEREIRA, Margarida- **O Plano de Urbanização da Costa do Sol**. In 1º Ciclo de Estudos Oeirenses. Oeiras: Celta; Oeiras: CMO, 1998, p. 97-101

PEREIRA, Paulo- **Lugares Mágicos de Portugal: Arquitecturas Sagradas**. 1ª Ed. Vol. II Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, 223 p. (Colecção Lugares Mágicos de Portugal). ISBN: 972-42-3213-1

PEREIRA, Paulo- **Lugares Mágicos de Portugal: Cabos do Mundo e Finisterras**. 1ª Ed. Vol. V Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, 223 p. (Colecção Lugares Mágicos de Portugal) ISBN: 972-42-3213-1

PETRUCCIOLI, Attilio- **Dar-al-Islam**. 1ª Ed. Liège: Pierre Mardaga, 1990, 191 p. (Architecture + Recherches)

RADICH, Maria Carlos- **A Vaca Urbana**. Ler História, Dossier: Descrever a Cidade, 2007, Nº 52, p. 95-126

RAMALHO, Margarida Magalhães- **Cascais em finais do século XVI: Duas plantas inéditas.** In Arquivo de Cascais.Boletim Cultural do Município, 1990, Nº 9, p. 75-85

RAMALHO, Margarida de Magalhães- **Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910**. 1ª Ed. Lisboa: Quetzal Editores; Lisboa: Bertrand Editora, 2003, 112 p. ISBN: 972-564-588-X

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne- **Geografia de Portugal III. O Povo Português**. 1ª Ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, 942 p. ISBN: 972-9230-12-9

RODRIGUES, Carlos M. *et al.*- **Clandestinos em Portugal: Leituras**. 1ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, 139 p. (Colecção Horizonte Universitário). ISBN: 972-24-0724-4

RODRIGUES, Severino; CABRAL, João- **Silos medievais de Caparide**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1999, Nº 9, p. 63-75

RUBIERA MATA, María de Jesús- **Ibn Muqãna de Alcabideche.** 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1996. 35 p. ISBN 972-9406-07-3

SABIDO, José Luís Tomé- **Tires quando eu era pequenino**. 1ª Ed. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana; Cascais: Associação Cultural de Cascais, 2005, 102 p. ISBN: 972-9406-39-1

SCHWARTZ, S.- **Elegia de Rabi Abraham ibn Ezera (1092-1167), sobre a tomada de Lisboa**. Revista Municipal, 1952, Nº 55.

SILVA, Raquel Henriques da- **Cascais**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988, 89 p. (Colecção Cidades e Vilas de Portugal)

SILVA, Raquel Henriques da - **Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal, Esportiva- As etapas de um projecto: 1914-1932**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1991, Nº10, p. 41-59.

SILVA, Raquel Henriques da - **Sobre a Arquitectura do Monte Estoril: 1880-1920**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1984, Nº5 p. 9-22

STOOP, Anne de- **Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa**. Trad. de Ana Castel-Branco e Maria Madalena de Azevedo Santos. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1999, 420 p.

TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- **As duas igrejas de S. Domingos de Gusmão**. Jornal da Costa do Sol, 27 de Setembro de 1984, p. 11-21

TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- **Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos.** São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, 286 p. ISBN 972-9406-27-8

II.3- Pequenos núcleos históricos do interior: morfologia e arquitectura

- Introdução

"*A forma de povoamento mais comum no Mediterrâneo é a aglomeração*" (1), tendo como um dos principais motivos as necessidades defensivas, mas acabando por constituir, com as casas apinhadas e as ruas estreitas e umbrosas, em pontos altos de onde se domina a paisagem, os primeiros centros de vida verdadeiramente urbana da Europa (2).

"'*Aldeias e desertos'— assim resumia um cronista do fim do século XV o aspecto do País. Um apinhado de casas, o âmbito das culturas regulares, alargadas por breves arroteias, e, para lá deste círculo restrito, terras de pasto e matagais bravios*" (3). Trata-se de um resumo que é ainda expressivo para descrever, até à década de 1950, a maior parte do interior dos concelhos limítrofes de Lisboa.

Mas o território objecto de estudo, no contexto mais alargado da Península de Lisboa, prova, pela abundância e valor dos achados arqueológicos, ter sido um território apetecido desde tempos tão recuados como o Paleolítico (4) e mesmo as pequenas povoações do interior podem ter tido a sua origem em ocupações precárias do Paleolítico ou já do Neolítico e Calcolítico, continuando com uma fixação cada vez mais sedentária consubstanciada em *casais agrícolas* do Bronze Final e Idade do Ferro e finalmente em aglomerados nas épocas seguintes, com especial relevo para a ocupação romana e medieval, incluindo o período muçulmano, num contínuo de ocupação que ousamos aqui propôr.

"*As aldeias, as vilas ou as cidades, são mais que um conjunto de casas, de ruas e largos com igrejas, fábricas ou escolas. Para além dum corpo, possuem uma vida, reflexo das necessidades e somatório das vidas dos seus habitantes. Um aglomerado funciona como a expressão de um habitat humano criado*" (5), e será portanto diferente conforme o nível socioeconómico e as ocupações principais dos habitantes, para além de outros factores, tais como os geográficos, a história, os movimentos migratórios e as tradições locais.
A evolução de um aglomerado pode ser vista como um processo ecológico, que se aproxima dos fenómenos biológicos. Quer isto dizer que, tal como um corpo vivo, também os núcleos

populacionais reflectem as forças da vida, da doença e do declínio. Então talvez se possa também dizer que, tal como um ser vivo, os aglomerados se tornam por vezes capazes de se regenerar, reconstituindo-se a partir de níveis e de razões de degradação variados, refazendo e reconvertendo aquilo a que tão apropriadamente se chama o *tecido urbano*.

Esta questão torna-se especialmente pertinente nas últimas décadas, em que mudanças radicais, tanto sociais como económicas e políticas, agindo de forma violenta sobre o meio, seja urbano ou rural, afectaram, e continuam a afectar, um modo de ser e de viver nacional sedimentado por séculos de imutabilidade.

Em que medida, no entanto, existe uma *consciência colectiva* desta realidade? O que aconteceu, no caso concreto da *cultura saloia*, aquele todo de cuja expressão também a arquitectura participa, ao sentido da *identidade*, que a história revelou tão sedimentado?

As povoações que desaparecem na voragem da especulação imobiliária em todos os concelhos dos arredores de Lisboa, ficaram completamente esvaziados de conteúdo cultural? Já nenhum *espírito* as habita? Desertaram as famílias que eram o suporte humano desse *espírito do lugar* (6)?

De entre os valores de substituição, o lucro, o usufruto do conforto, a segurança, etc, não se vê avultar nenhum capaz de dar continuidade, ou com vantagem substituir, a *identidade cultural*.

Um ciclo que não se encerre com novas questões ou do qual não resulte uma reformulação das mesmas perguntas de partida, pode revelar-se estéril. Por isso, neste último capítulo do corpo principal da presente pesquisa, não se fecham questões que se consideram fulcrais e se pretendem indutoras da abertura e desbravamento de outros caminhos: porque muitas outras e diversas abordagens tem cada um dos temas aqui tratados, por vezes de forma superficial e sempre incompleta.

No sentido de que é essencial conhecer para intervir, com a presente análise pretende-se contribuir para uma renovada leitura e interpretação das marcas territoriais do povoamento e da arquitectura que, incidindo embora sobre uma área restrita, poderão ter aplicação mais alargada. Concretamente, propõe-se que essa leitura do espaço antrópico, da escala do território à arquitectura, passando pelos aglomerados tradicionais, se faça através da construção de modelos teóricos de interpretação. Modelos que começam por se estruturar à volta da percepção existencial de um espaço construído, partícipe e condicionante de uma cultura específica— a de carácter saloio. A aproximação teórica e metodológica baseou-se nos trabalhos dos investigadores italianos da Morfologia Urbana, Cannigia e Maffei. Talvez tenha

prevalecido a intuição de que um mesmo ambiente meridional, mediterrâneo, nos une e permite uma maior identificação cultural comparativamente a outras opções teóricas no âmbito da Morfologia Urbana, cujas contribuições são talvez mais importantes para a história da cidade ocidental (e mundial por extensão civilizacional), mas que não se prendem tão facilmente à condição humana, às suas origens, à relação intrínseca com a natureza, com o trabalho, com a família, que o habitat revela numa relação dialéctica com a história da humanidade e de cada comunidade.

Por outro lado, revelou-se e foi identificado, ao longo deste trabalho, um vínculo mútuo, indiscutível, entre o espaço construído, edificação e território e uma *identidade cultural*.

Quanto à arquitectura local, vernacular, assinala-se a importância do trabalho pioneiro dos autores da *Arquitectura Popular em Portugal*; os trabalhos de investigação, incluindo levantamento, análise e teorização tipológica de José Manuel Fernandes e João Vieira Caldas. Pudessem eles usufruir da merecida continuidade.

Os modelos de análise que se procuram aproximar no âmbito da presente pesquisa, hão-de situar-se no encontro essencial da *história* e da *cultura*, na busca de uma *ordem* que se vai desvelando, mas também se pretende que se tornem operativos, no sentido da promoção de uma melhor intervenção em espaços históricos (sobretudo aqueles que os manuais de história de arte não contemplam, os Planos Directores tentam ignorar e os promotores do imobiliário tratam de renovar, demolindo para requalificar!).

Para corresponder aos objectivos, o capítulo foi estruturado da seguinte forma:

- Na primeira parte tratam-se as definições específicas e complementares, úteis ao desenvolvimento do tema e faz-se a apresentação da metodologia preconizada por Cannigia e Maffei para a *leitura histórico-tipológica* das estruturas da *Edificação*.
- A segunda parte inicia-se no domínio territorial, partindo de um modelo teórico prévio de povoamento, com a contribuição da Geografia Humana, sobretudo de Max Derruau.

As conjecturas acerca do desenho e ambiente urbano dos aglomerados antigos, eventualmente de inspiração muçulmana, são feitas tendo essencialmente como base o trabalho de Mafalda Sampayo sobre o carácter urbanístico da cidade muçulmana. A este carácter contrapõe-se em parte a constatação de que, aos pequenos aglomerados em causa, dificilmente correspondem as categorias do espaço urbano, mormente o conceito de *tecido*.

O domínio das tipologias arquitectónicas saloias e suas particularidades, incluindo as conjecturas quanto às origens das tipologias de base, é abordado com o apoio dos trabalhos de

José Manuel Fernandes e João Vieira Caldas. Ensaia-se, com base nas propostas de Cannigia e Maffei e utilizando as tipologias antes definidas, uma aplicação do *processo tipológico*.
- As terceira e quarta partes são dedicadas ao ensaio de análise cartográfica diacrónica, incidindo primeiro sobre os aglomerados no seu contexto territorial e depois sobre a escala urbana da evolução das povoações, utilizando categorias adaptadas à dimensão e características em causa.

3.1 -Algumas definições e uma metodologia

3.1.1- Popular, erudito e vernáculo

No presente contexto, ter-se-á em atenção um conjunto de definições adiantadas no capítulo introdutório e também algumas definições e conceitos mais específicos dos temas aqui abordados, nomeadamente:
- O que se refere ao significado de *arquitectura popular*, na sua vertente urbana, mas sobretudo *rural*:
Na introdução à *Arquitectura Popular em Portugal*, assume-se que esta, mais do que definir-se por contraposição a *erudita*, constitui antes o conjunto de feições "*que se mantiveram, através dos tempos, mais constantes e localizadas, como panos de fundo sobre os quais se vinham encastoar e destacar as peças ricas, evoluídas e desenraizadas do património comum dos povos que entre si mantinham afinidades materiais e espirituais*" (7).
Reconhece-se por um lado as influências recíprocas, entre popular e erudito; por outro faz-se ressaltar o seu antagonismo.
Na feição popular "*assumem capital importância a correlação estreita com as condições naturais da região, o seu radical utilitarismo, a rusticidade e a permanência*" (8).
Um dos aspectos que distingue, com maior vigor, *popular* e *erudito,* é a permanência, inércia e imutabilidade do primeiro, com a aceitação da tradição e dos poderes da natureza, face ao desejo de adaptação, de domínio, de inventiva, do segundo. A arquitectura *erudita* interpreta e influencia uma realidade social e económica em mutação permanente (12), ao passo que a *popular*, pelo contrário, fixa caracteres que tendencialmente permanecem, sejam eles instrumentais, económicos, sociais ou de cariz cultural.

-Quanto à relação entre *urbano* e *rural*, os autores veêm a arquitectura popular como eminentemente rural, tanto de origem como de tendências, podendo "*urbanizar-se*". Mas se

lhe cortam "*as raízes que a prendem fortemente à terra e aos seus problemas*", desvirtua-se e perde "*autenticidade*" (9).

Baseiam-se estas considerações na clara dualidade urbano-rural, a qual será aceitável por motivos de metodologia, mas que pode considerar-se muito aquém da complexidade presente nas realidades dos assentamentos humanos, sobretudo no que se refere ao passado, à origem e evolução dos aglomerados e da própria cidade. Porque urbano e rural sempre se entrecruzaram na construção da cidade e do próprio território; mesmo na actualidade surgem conceitos como *suburbano*, *peri-urbano e rururbano*, para designar realidades que se situam nas franjas de conceitos cristalizados (10) e que podem aplicar-se a qualquer época da história do povoamento e da cidade.

Aliás, um dos problemas que João Vieira Caldas levanta relativamente ao valor do *Inquérito à Arquitectura Popular*, tem a ver com esta questão (11).

No entanto, *A Arquitectura Popular em Portugal* continua a ser a obra de referência para a respectiva temática e sê-lo-á cada vez mais, na medida em que o seu valor de testemunho aumenta com o desaparecimento dos objectos, quer dizer, das casas, das diferentes estruturas, da própria paisagem.

O carácter da oposição entre urbano e rural estará sobretudo na tensão que por vezes se gera no âmbito de um mesmo território, como é o caso do *saloio* relativamente a Lisboa, conforme ficou expresso (13).

- A possível síntese entre *popular, erudito e vernacular*:

Percebe-se que cada um dos conceitos em causa acaba por definir-se mais claramente na relação que é possível estabelecer entre eles, do que numa definição *de per si*.

Uma ideia transmitida por Jorge Gaspar (14), João Vieira Caldas (15) e José Manuel Fernandes (16), tem a ver com a *capacidade de síntese* inscrita no *território saloio* (17).

Assim, enquanto para Jorge Gaspar a identidade saloia vive, do ponto de vista social e cultural, da tensão histórica entre urbano e rural, numa unidade territorial alargada, demarcada por tradições religiosas comuns, como elementos geradores de sínteses culturais (que o autor considera em evolução) (18), o ponto de vista da *arquitectura*, dado pelos dois outros autores, traça um cruzamento profícuo de influências mútuas entre popular e erudito, (19), num "*espaço privilegiado de confluência e síntese de culturas*" (20), onde se absorvem e transformam, "*à luz da força vernácula, as contribuições exteriores*" (21).

No presente contexto, *popular, erudito e vernáculo* não se excluem, antes se implicam mutuamente. Enquanto José Manuel Fernandes descobre elementos formais da arquitectura popular na erudita (22) e traça um quadro de síntese em que predomina o papel muçulmano

como transmissor de saberes (23), há que reconhecer a justeza da questão colocada por João Vieira Caldas: "*Não é, porém, a própria arquitectura dos palácios tanto ou mais influenciada por hábitos construtivos locais que por modelos cultos*?" (24). Para este autor, o *vernaculismo,* como base comum à arquitectura doméstica, poderá transcender "*épocas, categorias estilísticas e situações socioeconómicas*" (25).

Descobre-se assim o *vernáculo* como transversal aos outros conceitos, como força e invariável que dá sentido à inter-relação que for possível estabelecer, não só entre *rural* e *urbano*, mas incluindo todos os factores a eles associados em cada momento.

3.1.2- Leitura histórico-tipológica das estruturas da *Edificação*

A edificação como determinação histórica espácio-temporal do processo tipológico, leva, de acordo com Cannigia e Maffei (26), da identificação de *matrizes elementares* a derivações complexas, num processo em que os tipos se sucedem no tempo e numa mesma área cultural (variações diacrónicas), ou em áreas culturais distintas, mas num mesmo arco de tempo (variações diatópicas), "*coordenadas por uma interacção recíproca*" (27).

Uma vez afirmado o *tipo* como conceito, "*a realização do tipo é cada edifício*" (28), o qual ocupa ou delimita um espaço físico; começa a existir num momento temporal e está assim *determinado* pela sua condição de objecto único (29).

Desta condição *histórica* (ou de historicidade) deriva "*o sistema de recíprocas relações com os demais objectos em sucessão espacial e temporal*" (30).

Passar das *matrizes elementares* às *derivações complexas* implica aceitar, no quadro teórico traçado pelos autores, que é possível, previamente, *ler* nos objectos actuais (que sofreram modificações ao longo do tempo), através da reconstrução lógica das fases intermédias, as *matrizes* que lhes deram *origem conceptual* (31).

O método científico, que se propõe estabelecer alguns postulados gerais dos quais possa derivar uma série indefinida de casos particulares, segue uma gradação de dimensões, "*mas também de conceitos, ascendente. Trata primeiro dos edifícios e do tipo de edificação, a seguir, das aglomerações entre edifícios e do tecido urbano, depois, do organismo urbano e do sistema de interacções entre aglomerações e na totalidade das dimensões urbanas e por último do organismo territorial e do tipo territorial*" (32). Quanto a este, para entender o sistema de estruturas, segue a respectiva génese: em primeiro lugar os *trajectos*, depois os *assentamentos* e as áreas produtivas e a seguir os núcleos *protourbanos* e *urbanos* (33).

Não são aprofundadas, nesta metodologia, considerações acerca das condicionantes naturais (para além da topografia do terreno) que determinam também os *assentamentos* humanos, nem parece exigir-se mais, sobre os aspectos culturais e históricos, do que aqueles que se reconhecem implícitos nos dados concretos da edificação, embora se possa deduzir que a leitura das estruturas, com base também em aspectos existenciais, implica o entendimento da cultura em causa (e que os objectos ou factos do ambiente antrópico reflectem).

Os autores consideram que "*a aproximação gradual das dimensões e a ampliação da leitura que seguimos garante-nos já uma imediata adaptação a uma génese paralela da realidade*" (34). Ora, parece poder objectar-se o contrário, usando exactamente os mesmos argumentos. Quer dizer, mesmo considerando os aspectos existenciais, a vivência pessoal de cada um não começa necessariamente no compartimento que habita, parte da edificação que por sua vez forma com outras um aglomerado, etc, até chegar ao território. O raciocínio seguido na presente pesquisa foi precisamente no sentido contrário, considerando um percurso que se iniciou com o conhecimento de uma cultura desde logo vinculada a um território, assumido como ambiente antrópico, numa inversão de escalas que os resultados parecem não condenar.

Assim, o interesse principal da metodologia aqui abordada centra-se num ensaio quanto ao *processo tipológico* da edificação, com alguns reflexos na análise morfológica dos aglomerados (ou *agregações*, na terminologia de Cannigia e Maffei).

- O conceito de *matriz elementar*

As alterações do *conceito de casa*, quer dizer de *tipo*, encontram-se patentes na evolução que é possível identificar quando se compara uma habitação actual com uma antiga (os autores consideram uma habitação do século XIII), verificando que nesta, a um espaço equivalente a uma ou duas salas comuns de um dos fogos actuais, correspondem todas as funções: "*trabalhar, cozinhar, comer, estar de dia, e um espaço idêntico em que praticamente se dorme*" (35).

Verifica-se então que uma série de alterações intermédias, de adição sucessiva de espaços, correspondentes a uma cada vez maior *especialização* funcional, estão entre aquela situação e a complexidade actual da habitação.

No entanto, retrocedendo mais no tempo, vamos encontrar um "*termo inicial*" para além do qual não é possível reconhecer o conceito de "*casa*" (36). Trata-se de "*um espaço único, que contém em si o espaço para albergar uma família, onde pode dormir, cozinhar, comer, ou trabalhar na preparação dos utensílios para a actividade exterior; quando se chega a este*

espaço, grosso modo de uns 20-30 m^2, a superfície de uma cabana ou de uma choça, percebemos que, se queremos recuar mais, até anteriores estádios de dimensões, não encontramos já uma casa na verdadeira acepção do termo" (37). Reconhece-se assim, neste *tipo*, não só a "*matriz elementar*" dos desenvolvimentos sucessivos, mas também o passo obrigatório para a formação de *todos* os *tipos* posteriores, onde a matriz e os respectivos desenvolvimentos se encontram presentes na forma de estruturas e sistemas componentes e hierarquizados de modo a constituir o actual organismo tipológico (38).

Parte-se do princípio de que "*toda a existência é um momento de um processo de formação*", numa "*coincidência entre estrutura e história*" (39). A complexidade dos tipos actuais, dificultando a comunicação entre nós e os edifícios, só pode ser superada mediante a leitura ascendente dos tipos intermédios até à *matriz elementar*, assumidos como componentes que permanecem implícitos nos traços estruturais dos edifícios, tal como estes se apresentam.

- A busca da ordem

A finalidade essencial da *leitura* das estruturas da edificação, que significa "*conhecer os componentes de um conjunto estruturado pelo homem*" (40) é entender se, "*para além de uma aparente casualidade, existe um sistema de consonâncias que permitam aos objectos heterogéneos que formam o nosso ambiente, conviver, estar juntos e suceder-se no tempo; variar, comportando em cada ocasião um certo grau de unidade, de colaboração e de organicidade*" (41), quer dizer, entender se existe uma *ordem* (42).

Na prossecução destes objectivos, considera-se que entre os objectos se estabelece uma *relação* estrutural, designada *copresença*, de carácter espacial, enquanto uma correlação temporal é asseguada pelo fenómeno da *derivação* (43).

Esta define-se como "*a relação diacrónica entre objectos da mesma natureza*", resultando que a mesma derivação pode não ser directa, mas passa por um sistema de conhecimentos comuns a quem fez cada um dos objectos em tempos diferentes, derivados por sua vez da experiência e de uma cultura próprias. A relação de *causa e efeito* que se estabelece não tem a ver com a resposta a uma necessidade, mas a causa é a experiência e o objecto que antecedem o que estiver em apreciação.

Constitui ponto prévio que só se pode analisar uma realidade estruturada, considerando que a definição de *agregação* (de aglomerado ou aglomeração) passa pelo pressuposto de que a um caos aparente corresponde afinal um sistema de relações coerente, regrado e *orgânico* (44).

O rendimento da leitura do espaço edificado fica dependente do grau de compreensão da sua evolução, como foi feito, de que derivou e como de transformou: "*reconstituir o sistema das mudanças progressivas, trazidas por outros construtores, noutros momentos sucessivos, dotados de uma bagagem de experiência e de cultura diferentes em cada ocasião*" (45).
A isto se resume o "*conhecer o tipo e conhecer o processo tipológico*" (46).
Relevando o carácter colectivo da edificação, acentua-se que o papel do autor é o de ser o mediador entre a cultura herdada e a existência do objecto, através do exercício da *consciência espontânea*.
As categorias utilizadas para a leitura da edificação, como constituinte do ambiente antrópico, devem ser, ainda, "*intrinsecamente históricas e progressivas*" (47).
Para além da reconstrução do *processo tipológico* a partir dos dados actuais e dos legados dos *tipos* mais antigos, ter-se-á também em conta uma consequência da historicidade, consistente na diferenciação cronológica de *tipos* de uma mesma área (48).
Aceita-se ainda como princípio que "*cada objecto é composto por vários elementos unidos para formar conjuntamente um organismo, e cada elemento é por seu lado um organismo de escala inferior*" (49).
Quando se examina uma fracção da realidade, a uma determinada escala, não se pode onsiderá-la esgotada nesta, mas "*para explicarmos a totalidade dos componentes, devemos referir-nos à sua essência derivada de 'conter' organismos, e estar por sua vez 'contida'; por isso devemos considerar essa fracção nas suas relações com a escala anterior e posterior*" (50).

3.2- Povoamento e arquitectura: contributos para uma interpretação

Trata-se, neste ponto, de caracterizar em traços gerais um modelo teórico de povoamento aplicável à interpretação das situações presentes, relacionando-o com o *modo de vida*, a geografia e o suporte físico, considerado no âmbito de uma cultura e no decurso de uma história.
Quanto aos espaços construídos— aglomerados urbano-rurais— consideram-se dois momentos:
- O esquema tipológico já proposto pelos autores referenciados (51) da arquitectura saloia, incluindo a especificação de pormenores e hipóteses de origem que se abrem à discussão.

- Modelo de análise e ensaio quanto à evolução do *processo tipológico* da casa saloia, tal como enunciado por Cannigia e Maffei, utilizando os elementos coligidos na rubrica anterior e os exemplos concretos de *tipos* existentes na zona em estudo.

3.2.1- Aproximação a um modelo teórico de povoamento

Orlando Ribeiro (52) distingue, relativamente às formas de povoamento, a *aglomeração* (designando-se, na classificação corrente, como cidades, vilas e aldeias) (53) e a *disseminação*. Quanto aos *tipos de povoamento*, a Estremadura caracteriza-se por ter "*lugares aglomerados, com dispersão intercalar*" (54). Revela-se, também neste aspecto, uma zona de confluência de diferentes factores, de síntese de influências, tendo como resultado uma paisagem variada e por vezes de difícil leitura.

Alguns factores físicos podem influenciar os tipos de povoamento:

"*Em regiões de rochas permeáveis, como o calcário, as águas encontram-se a grandes profundidades e as fontes são raras, enquanto os poços muito profundos exigem dispêndio de energias e dinheiro. Daqui resulta a necessidade de concentração do habitat junto às poucas fontes ou em redor de um poço comunitário*" (55), embora o autor não considere que existam factores determinantes do povoamento, existindo antes uma conjugação de factores, também de carácter social (56). A configuração do relevo joga igualmente o seu papel, pois enquanto a montanha provoca a dispersão para encurtar distâncias, em áreas de planície e planalto, "*ao solo arável contínuo corresponde um habitat concentrado*" (57).

A aglomeração está ligada "*sobretudo a um sistema de exploração da terra que se baseia no grangeio extensivo de cereais e na criação de grandes rebanhos de gado miúdo: a concentração concorre portanto com o domínio dos campos abertos e afolhados, onde a cultura e o pastoreio não se regem pela iniciativa familiar mas por uma forte disciplina na fruição da terra conservada unida*" (58).

Nos exemplos mais extremados deste sistema e tomando como modelo as aldeias transmontanas, que se implantam de forma compacta, "*no meio de campos abertos por onde andam as folhas de cereal, alternando com outras em pousio, aproveitadas como pastagens*" (59), o forno, o lagar, o rebanho, a eira são comuns, bem como a fruição de outros bens, expressão de "*antiquíssimo espírito de comunidade*" (60), hoje praticamente extinto.

Estaria aqui a explicação, em boa parte, para o agrupar das casas no meio dos campos, estremando-se culturas e povoações. "*Retalhada no interior dos limites da comunidade, a*

terra permaneceu muito tempo em regime de exploração colectiva, como uma vasta unidade agrária a que a aldeia serve de centro" (61).

Esta é uma situação que se poderia eventualmente identificar na área em causa nalgumas épocas, talvez aqueles momentos de transição em que havia uma redistribuição de terras: por um lado a existência das *villae* romanas (e também as operações de centuriação), indiciam a existência de grandes propriedades (não seriam propriamente latifúndios); por outro, a continuidade já documentada em período muçulmano, pode ter facilitado, a partir da Reconquista, a implantação do regime feudal, a instituição dos Reguengos da Estremadura (62) e a atribuição de grandes parcelas do território às Ordens Militares, à nobreza e à Igreja (63).

A posterior divisão da propriedade em *tiras ou fitas*, tão evidentes na cartografia (sobretudo a cadastral), pode ter partido de situações de *campo aberto*. Diz Max Derruau que, quando as *fitas* paralelas são longas e muradas, significa que já foram *campos abertos*, divididos recentemente (64). Claro que as sebes ou muros (na região saloia são preferencialmente de pedra, retirada dos próprios campos, mas revelando um apuro de execução de assinalar), são baixas, para não projectarem sombras prejudiciais às colheitas (65).

O autor acrescenta que é difícil, ainda assim, explicar a divisão em estreitas faixas. Uma das explicações tem a ver com a dificuldade, ao arar, de dar a volta no fim do campo, sobretudo com alguns modelos de charrua de rodas equipados com aiveca (66). Quer dizer, quanto mais comprido e estreito for o campo, menos voltas serão necessárias, para a mesma área.

No entanto, outra explicação passa pela avaliação equitativa do parcelamento; pode também ser resultado de arrendamento entre diferentes vassalos (situação que parece plausível no caso presente), ou de uma redistribuição periódica da terra (67).

O camponês de outrora não tinha mais que o usufruto da terra, sendo o verdadeiro possuidor a comunidade (68), ou, no território português, o rei, o senhor feudal, etc. Acrescente-se que o hábito dos arrendamentos ou aforamentos das terras por parte dos proprietários ausentes, grandes dignitários, conventos ou mesmo burgueses da cidade (69), pode ter dado origem a uma divisão prévia de propriedades maiores que assim ficariam distribuídas por vários arrendatários. Essas divisões podem ter servido de base a desanexações sucessivas por sucessão, venda ou doação, acabando consignadas notarialmente, ou, mais simplesmente, como sugere Max Derruau, a redistribuição caiu em desuso e o usufruto transformou-se em propriedade plena (70). Só o apuramento de registos e inventários (quando existam), caso a caso, poderia esclarecer este assunto.

A disseminação, ou dispersão, por seu lado, manifesta-se na área em estudo na existência de *casais agrícolas* (definidos como centros de exploração agrícola familiar de pequena a média dimensão, murados, incluindo habitação e anexos agrícolas), por vezes isolados e de *quintas*.
A quinta é composta por um prédio murado, encerrando pomares, horta e "*talhões de cereais e forragem, para alimentação do pessoal e dos gados que residem e trabalham na exploração. Ordinariamente a quinta tem uma casa de habitação, que muitas vezes é uma construção opulenta, rodeada por um jardim*" (71), configurando situações "*simultaneamente de recreio e de exploração*" (72).

3.2.2- A morfologia urbana - influências muçulmanas e *tecido urbano*

As presumíveis origens muçulmanas de uma parte da população saloia e um longo convívio de gerações, justificam talvez a presença de alguns elementos que nos remetem para a tipologia da cidade muçulmana, com a organização individualista à volta da habitação ou oficina, com os seus pátios fechados, relevando valores de intimismo que a cidade moderna minora em favor dos espaços públicos e da frente-rua.

Vários factores contribuíam para a fundação de novos assentamentos ou desenvolvimento de existentes, por parte dos muçulmanos no período pós-conquista, nos vastos territórios do Norte de África e no ocidente peninsular. Embora em algumas situações os conquistadores se tenham empenhado em substituir a cidade de origem romana (73), na maior parte dos casos trataram de aproveitar as estruturas existentes. "*Um dos requisitos na escolha do sítio para edificação dos aglomerados árabes, era a existência de água potável* [...], *a existência de um rio e de um grande número de nascentes de água*" (74).
Outro factor de preferência tem a ver com a topografia dos locais: a origem mais comum das cidades muçulmanas é "*num povoado de encosta orientado a sul*" (75). Por motivos estratégicos e conforme já assinalado (76), a alcáçova ocupava necessariamente o ponto mais alto, dando lugar a uma cidade de elevação, numa ocupação progressiva de encosta, uma vez que "*cronologicamente é primeiro ocupado o sopé do monte e construída a fortificação no cimo do mesmo e só então, numa segunda fase, a aglomeração começa a desenvolver-se entre estes dois pontos*" (77). Embora se reconheça que há uma distância importante entre a cidade e o pequeno aglomerado aqui em foco, a verdade é que, se, por um lado escasseiam os estudos relativos a estes aglomerados e à própria estrutura territorial em que eles se inserem, abundam

as referências à cidade islâmica, ou de influência muçulmana, sobretudo no sul do país. Acresce o constatar de um padrão morfológico nas povoações em causa que faz invariavelmente circular à volta de um cume— que poderá presumir-se um primitivo centro *urbano*? — Um caminho, hoje normalmente uma estrada, que continua a atravessar a povoação. Embora não se conheçam referências especificando este padrão de trajecto, o fenómeno verifica-se em muitos aglomerados do aro saloio. O caso de Colares, por exemplo, pode ser paradigmático: aqui sabe-se que o tal núcleo, num esporão, à volta do qual serpenteia o caminho que leva ao Penedo, era o local da alcáçova. Actualmente é um vazio (que os locais designam como *castelo*), mas constituiu, nos primeiros tempos da reconquista, o refúgio de alguns *mouros forros*, que ali viveram, no que talvez se possa apelidar de *mouraria* (78).

A descrição da cidade alto-medieval, de herança directa muçulmana, remete-nos para situações que, em parte, estigmatizam esse legado:

"*As artérias medievais eram quase sempre estreitas e sinuosas, ainda sem pavimentos ou passeios que evitassem as lamas invernosas ou as poeiras de Verão. Ruas que viam o seu espaço diminuído pela irregular distribuição das fiadas compactas de casas, que projectavam balcões e sacadas sobre a via pública, impedindo tantas vezes o passante de ver o fim da rua. Os passadiços, bastante frequentes, tornavam-na mais escura e sombria, dificultando, em certos casos, a passagem de homens a cavalo ou de carroças com cargas elevadas*" (79).

Trata-se da cidade de influência islâmica levada ao paroxismo? É possível que as situações em ambiente rural fossem muito mais controladas, mas a imagem das imundícies e do mau cheiro devia ser comum: "*Ruas onde se acumulavam as imundícies, por onde escorriam águas fétidas e por onde circulavam, em perfeita convivência, homens, cães, galinhas, patos e até porcos*" (80).

"*A casa isola-se da rua. Pode galgá-la e viver sobre ela, mas mantém-se sempre fechada— toda a actividade se passa no interior, no quintal, abrigado por trepadeiras ou latadas, verdadeiro prolongamento da habitação, desarrumado, confuso de planos, de escadas e anexos, atafulhado de vasos e gaiolas, entre casas ou roubado à rua pelo muro que nos aparece aí verdadeiramente integrado na sua função de arranjo urbano*" (81). É que as populações do sul, com o seu gosto pelo ar livre, "*ao mesmo tempo apreciam a intimidade que a rua lhes nega*" (82).

Os muros grossos que limitam os pátios poderão ter também um papel de "*amortizador da transmissão do calor"* (83).

Na cidade islâmica, a rua não prevalece em relação às casas como na cidade ocidental, também porque há uma percentagem muito elevada de propriedade privada (84).

Em relação aos pátios agrícolas, também aqui se poderá manifestar a influência muçulmana. Diz Max Derruau: "*Um caso peculiar de casa de pátio fechado é a habitação islâmica provida de pátio, sendo este talvez originário de um longínquo sistema agrário e tendo-se transmitido, tanto para as casas da cidade, como para as casas da aldeia. Numas e noutras era aproveitado pelas mulheres para passearem ao abrigo de olhares indiscretos*" (85). É pouco provável que esta parte se aplicasse às nossas saloias, mas João Vieira Caldas vai identificar, também como manifestação de influências muçulmanas, esta função de passeio privado no interior murado de muitas quintas de recreio, sendo que alguns muros altos têm janelas como se de um interior se tratasse, permitindo o contacto visual—"*o ver sem ser visto*"— com o exterior (86). Assinalável, a presença das *namoradeiras*, bancos de pedra que se encontram, tanto nos vãos das janelas do piso superior das casas, como nas janelas dos muros, pelo interior (87). Estes bancos permitiriam uma forma de espreitar a rua mais comodamente?

João Vieira Caldas associa ainda a rigidez geométrica da casa saloia e a sua articulação em corpos justapostos ortogonalmente, ao princípio islâmico da "*directriz quebrada*", que Fernando Chueca Goitia refere a propósito das *invariantes* da arquitectura islâmica em Espanha (88).

Como resultado de uma possível influência muçulmana, salienta-se, na morfologia dos pequenos núcleos em estudo, sobretudo a imagem de aglomerado orgânico, de *lotes* arredondados (89), circulações intrincadas e labirínticas— as quais podem ter degenerado a partir das origens em direitos estabelecidos, conceitos muito claros e demarcações precisas de espaços de diferentes estatutos, particulares, condominiais e públicos (90) — e a presença constante de muros altos e portais, reservando às vistas pátios, hortas, estendais e toda a panóplia volumétrica da arquitectura de adição, praticada naturalmente, como um direito (91).

Na aproximação progressiva à *leitura* do espaço edificado, Cannigia e Maffei, defendem, à escala das *aglomerações como determinação de tecidos típicos* (92), que os edifícios não estão agregados de forma casual, mas têm, pelo contrário, "*um sistema de leis, inerentes ao facto de formarem um conjunto, constituindo uma aglomeração*" (93). Constituem um

organismo e evoluem no espaço e no tempo, dentro de um *sistema de auto-regulação histórica* (94). "*Essa aglomeração, tal como hoje a vemos, estruturou-se no tempo, resultando, do seu processo de prolongada estruturação, da sua história, um sistema de leis de formação e transformação progressiva*" (95), as quais se configuram em leis de formação e categorias tão tipológicas como os *tipos* da edificação e uma vez identificadas, poderão guiar a *leitura* desta escala do *ambiente antrópico*, a que se chama *tecido urbano*.

"*O tecido é o conceito da coexistência de vários edifícios*" (96), tal como para a edificação, produto da *consciência espontânea*. De forma também idêntica, o *processo tipológico* dos *tecidos*, é constituído pelas mudanças progressivas do conceito de aglomeração; o *tecido* é histórico como o *tipo* de edificação; transforma-se também organicamente em função das mudanças diacrónicas e diatópicas, admitindo, como a edificação, variações sincrónicas (97). O que não implica a correspondência cronológica entre as mudanças de *tipo* e de *tecido*, embora "*cada 'tipo de edificação' admita um 'tecido concordante'*" (98).

De assinalar ainda que uma maior coerência de tipos numa área de expansão significa um intervalo menor de implantação, um *boom* de edificação; pelo contrário, a um período longo de implantação, com hiatos, corresponde a construção de tipos muito mudados, variantes sincrónicas do novo tipo, dependentes das construções anteriores, como constituintes de um mesmo *tecido* (99). Facto que pode ter ocorrido nas aglomerações em estudo, embora as mesmas só parcialmente possam estar abrangidas pelos conceitos em apreço, pelo facto de se situarem numa categoria de aglomerações que os próprios autores consideram rural, com um esquema de formação e evolução diferente do espaço habitado, que não se pode classificar de propriamente urbano. O que não significa a impossibilidade de terem podido evoluir para essa situação, uma vez que algumas regras, próprias da morfologia urbana surgem de forma incipiente.

Um conjunto dessas regras tem a ver com a sequência que permite ir, progressivamente, da construção de frentes-rua à formação do quarteirão, incluindo todas as variantes que caracterizam os tecidos urbanos antigos, mormente os europeus.

- A primeira consideração diz respeito à aptidão dos tipos de edificação para se agregarem, formando um *tecido*. Parte da observação das aglomerações existentes, que mostram edifícios capazes de se organizar em perfeita contiguidade uns em relação aos outros; apresentam normalmente duas faces livres, a que dá para a rua e a que está virada para o logradouro (que os autores designam como *área de pertença*).

- A consideração respeitante à definição de *lote*, é precedida pela afirmação da necessidade da existência de um *trajecto*, com base na constatação de que "*não existe edifício sem um*

trajecto", definido como "*a estrutura apropriada para permitir o acesso a um lugar, partindo de outro*" (100).

- É na relação entre *tecido* e *percurso* que se define o carácter básico de cada *tecido*, o de apresentar as frentes dos edifícios dispostos segundo um módulo, implicando uma "*modularidade global da conformação da aglomeração*" vinculada a uma semelhança entre os tipos de edificação construídos em tempos mais ou menos próximos (101).

- Essa semelhança abrangerá a parcela edificada, constituída pelo somatório da área construída e o logradouro. "*O módulo de aglomeração é a parcela*" (102), o *lote*, tendencialmente rectangular, apresentando um dos lados menores na frente-rua e os dois lados maiores perpendiculares ao eixo da mesma (103).

- Esta disposição tem já a ver com o trajecto, que deverá servir, com o menor desenvolvimento, um maior número de edifícios.

- Uma característica dos trajectos é que implicam a noção de *nó* (intersecção de dois trajectos ou bifurcação) e *nodalidade*, bem como a de *pólo* e *polaridade*, dependente da escala de leitura (104).

- O que os autores designam como *trajecto-matriz*, o trajecto inicial que deu origem à aglomeração, é reconhecível pelas características dos lotes, pela sua homogeneidade e continuidade no tecido urbano, permitindo determinar a ordem cronológica da evolução urbana.

- De forma muito genérica (105), pode dizer-se que é possível, mediante modelos teóricos da expansão da edificação, incluindo, numa segunda fase, os trajectos de implantação de edificação perpendiculares ao trajecto-matriz e numa terceira, os trajectos de união entre os anteriores, chegar ao modelo de formação dos quarteirões, incluindo depois muitas variantes ao desenvolvimento e evolução dos trajectos, bem como o processo de densificação dos quarteirões (106).

- O quarteirão é assim considerado "*o módulo mais visível, e portanto também mais amplamente usado, de aglomeração urbana*" (107).

Teremos assim dois módulos— o lote e o quarteirão— a diferentes escalas, mas inter-dependentes.

Surge então como excepção, ou caso particular, a situação em que "*um tecido pode formar-se em condições especiais por faltar um sistema homogéneo de subdivisões territoriais. É o caso, por exemplo, de assentamentos gerados em qualquer forma de 'ager publicus', como um pasto de montanha, sem correlações entre parcelas nem áreas de logradouro individuais:*

mas, em geral, nesses casos dever-se-ia falar em proximidade entre casas isoladas, de 'pseudo-tecido', mais do que tecido de edificação" (108). Com o tempo, esta forma pode evoluir, convertendo-se em tecido homogéneo, com a consistência da aglomeração, pela progressiva privatização do solo e densificação (109).

Reconhece-se aqui a situação do Zambujal e do núcleo antigo de Tires, o que deverá ter-se sempre em atenção na análise morfológica e em todas as considerações que se possam produzir por analogia com as categorias urbanas.

3.2.3- Arquitectura vernacular da Região Saloia - Tipologia da Edificação

Para além da possível discussão, já aberta, quanto à mútua implicação de popular, erudito e vernacular, um facto, comum a muitas construções mais antigas, deve estar presente, surgindo como uma dificuldade, já anteriormente assinalada a propósito da continuidade do povoamento: trata-se do fenómeno da continuidade construtiva. Quer dizer, mais do que o surgimento de novas construções, o que se constata é que, por um fenómeno de *palimpsesto*, "*por serem, as habitações, sistematicamente edificadas sobre outras mais antigas ou aproveitando meras construções de apoio à agricultura; por terem sido sujeitas a consecutivas remodelações e ampliações feitas ao sabor do nível económico e representativo dos seus detentores, das sucessivas vendas, aforamentos e heranças; por haver uma continuidade dos tipos construtivos e formais, tanto mais acentuada quanto mais pobre for a construção, resulta difícil, quase sempre impossível, o estabelecimento preciso de cronologias*" (110). A mesma continuidade é assinalada por Guilherme Cardoso, na vila de Cascais (111), onde construções quinhentistas terão sido sucessivamente reconstruídas e no Zambujal, em que foi possível identificar uma casa torreada construída em 1903 segundo o modelo tradicional (112).

- A arquitectura popular ainda existe?

Para os autores da *Arquitectura Popular em Portugal*, as construções surgem como um espelho fiel das condições de vida, em que à dureza do trabalho e do dia a dia se somam as "*condições chocantes*" (113) do frio e do desconforto, da falta de espaço e de equipamento higiénico (114).

Constatar assim o baixo nível de vida do povo, surge aos autores da *Arquitectura Popular* como tarefa ingrata, rendidos que ficam ao acerto e à beleza extraordinária das soluções da

arquitectura e da paisagem, eloquentemente documentadas nesta obra, reflectindo uma imagem acabada do que se designa por *consciência espontânea*: " *há nas soluções um jogo espontâneo e belo de volumes, de aberturas ou de superfícies fechadas, de claros-escuros que o sol realça ao afagar uma parede caiada a que a tortuosidade do terreno deu vida. Conseguem uma superação do que a natureza e a dura vida lhes oferecem e, para tal, basta-lhes pegar na pedra, mesmo sem a acarinhar, moldar a taipa ou empilhar o adobe, jogar com os tijolos e com os vazios, com a doçura da cal ou com a vivacidade da madeira, passar de quando em quando uma mancha de cor e, sem saberem regras de composição nem quererem ser mais do que esmerados, carinhosamente erguem o lar ou a oficina*." (115).

Num confronto com a situação actual, pode dizer-se que, de um modo geral, este é o retrato de um país que já não existe.

Basta fazer uma comparação superficial entre os elementos do conteúdo da *Arquitectura Popular* e a realidade actual de qualquer local, e do próprio país, para nos apercebermos das profundas diferenças: é certo que a democracia e todos os avanços civilizacionais melhoraram muitíssimo a qualidade de vida (pelo menos em aspectos aos quais não podemos deixar de dar importância, como sejam o conforto, a saúde, o acesso generalizado ao ensino, etc) das populações. Reflectimos no entanto sobre tudo o que entretanto se perdeu e continua a perder nesta leva de uniformização geral.

Quer dizer que, do ponto de vista da arquitectura, se na altura do balanço do *Inquérito*, se tornou possível desiludir o poder concluindo pela não existência de um estilo popular português (116), hoje poderíamos afirmar com a mesma segurança a dissolução total de qualquer corrente ou especificidade nacional. A arquitectura popular, tal como surge aqui definida e contextualizada, deixou de existir, porque já não corresponde a um *modo de vida*. Os trabalhos sobre este tema lidam apenas com um triste rescaldo, que se tenta a todo o custo documentar, antes que todos os vestígios desapareçam sob a febre da modernização e enquanto tarda a mudança de atitude face a este património que permita (se possível), a sua legítima e correcta reconversão.

Falta-nos muito para aprendermos a lidar com a perda. Falta-nos muito para percebermos o que deve ser superado, integrado, preservado ou suprimido. Falta sobretudo o conhecimento, e depois, o *re-conhecimento* (117).

Quando se começa a aprofundar o tema da *arquitectura local*, *vernacular*, emerge e impõe-se a necessidade de a contextualizar de forma alargada. Como ficar indiferente às subtis ligações que se foram descobrindo entre os vários níveis do *espaço construído*, do pormenor da

cozinha saloia à modelação da própria paisagem, por via de um *modo de vida* solidamente estruturado por tradições inalienáveis e que também se expressa num complexo sistema de relações, sociais e com o próprio território, consubstanciado numa arquitectura, numa linguagem, numa literatura, em gostos e trajos próprios?

Na confusão actual de arquitecturas de adição (118), incluindo transformações funcionais resultantes da falta de entendimento das gerações mais novas— por falta de *chaves de leitura* de uma realidade com denotações ultrapassadas e conotações longínquas—, é cada vez mais difícil distinguir a imagem inicial de *lotes* das povoações do interior que corresponderiam, por exemplo, à descrição dos pátios, à funcionalidade espacial da casa, à sua relação com os espaços de transição, semi-públicos e públicos ou comunitários e mesmo com os campos cultivados envolventes, parte integrante da *paisagem.*

Só a análise cadastral de pormenor e inquéritos locais poderiam contribuir para uma análise detalhada (e um ensaio de reconstituição) desta realidade urbano-rural em extinção. Para este nível de análise, não é portanto suficiente o levantamento arquitectónico destes núcleos, o que, por si mesmo, já seria um grande avanço (porque tudo está por fazer) no concelho de Cascais. Por outro lado, as preocupações com o património terão de ser cada vez mais responsáveis: quer dizer, deverá haver cada vez menos listagens de objectos, conjuntos e monumentos isolados e cada vez mais *paisagem*, territorial e humana (119). Julga-se que faria sentido, nas intervenções sobre o território, a consideração do estudo de *impactes culturais*, a par dos *impactes ambientais* (120).

- A descrição das casas como unidades funcionais e representativas - uma expressão cultural

O que se pode designar como a unidade agrícola primária, *o casal*, foi surgindo ao longo da história do povoamento dos concelhos de Cascais e Oeiras, começando a definir-se na Idade do Ferro. Com vestígios concretos em Oeiras (121); assinalável em Cascais, mesmo face à escassez de vestígios (122), o casal agrícola é transversal à pré-história deste povoamento e surgem elementos arqueológicos importantes na Idade Média, os quais permitem reconstituir essa unidade, com características que já integram a pedra como material de construção; a geometria da planta rectangular, a própria proporção, a porta para sul... Elementos que remetem já para o que virão a ser as tipologias rurais da zona (123).

Manteve-se assim, ao longo de séculos, a estreita relação com o *modo de vida*, a associação da casa, da habitação, à agricultura, à *terra*, ao gado.

A casa saloia vista pela etnografia (124), com as suas diferentes componentes, transmite uma imagem de solidez, de humildade, de rusticidade, de colagem a um modelo imutável de vida. Percebe-se que, se a casa é assim, é principalmente porque assim foi herdada de muitas gerações precedentes. Mas a casa e seus anexos revelam-se sobretudo como *unidades funcionais*.

João Paulo Freire, apesar da cruzada pela defesa do *saloio*, que ele próprio assume ser também, diz que "*a casa do saloio é das mais desconfortáveis de quantas conheço do Norte ao Sul de Portugal. Não tem um mínimo de conforto, a graça de um jardim, o beijo de uma flor. Quatro paredes, um catre, uma mesa e um banco tosco onde se assenta após as fadigas exaustivas de um dia de trabalho. Porque não tem o amor à terra, também não tem o amor à casa. É um pária de si mesmo e do seu lar.*" (125). E enquanto Joaquim Fontes *pinta* o interior da casa saloia com o gosto pela cor, pelas rendas, folhos, santos e bonecos de feira, sobretudo das donas de casa (126), já não é tão explícito quanto à distinção de diferentes tipos de habitação (127).

O mesmo acontece com outros autores, como José Leite de Vasconcellos, João Barreira (128) e Armando de Lucena (129). O que estes autores fazem é falar da casa do sul de um modo geral; da casa da Estremadura de forma genérica; descrevem sobretudo pormenores que consideram identificativos das casas portuguesas, atribuindo por vezes à casa saloia elementos que depois se revelam esporádicos e atribuíveis a outras zonas.

Muitos textos valem como opiniões e como expressão de uma época: correspondem aos anos de 1930-1940, em que foi promovido o interesse pelas *coisas pátrias*. A arquitectura popular surgia como instrumento que serviria a ideia da *casa portuguesa* (daí o interesse do *Inquérito* à Arquitectura) indissociável dos conceitos de família e de pobreza feliz (130).

No volume VI da Etnografia Portuguesa, José Leite de Vasconcellos, ao destacar "*as casas dos saloios*" (131), diz que são "*casas humildes, baixas, com postigo na porta, como no Alentejo e Algarve, e raras janelas*" (132). Salienta ainda o pormenor das quintas com nomes de santos e a presença de nichos ou azulejos evocativos dos mesmos sobre o portal ou na frontaria das casas.

- O pátio, os anexos agrícolas, muros e portais

Maior desenvolvimento dedica o autor à descrição, quer do anexo agrícola designado *arribana* (telheiro ou coberto extenso que se destina ao arrumo de alfaias e outros objectos



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12

II.3.2.2.a- Muros, Portais e Portas: os espaços de transição do público ao privado. 1- Portal do Casal do Antunes (desaparecido), In TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos**.** São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.238. Portais: 2-Trajouce. 3-Oeiras, R.Alcássimas. 4-Rebelva. 5-Rana. 6-Manique. Portas: 7-Manique. 8-S.Domingos Rana. Muros de pedra: 9-Rana. 10-S.João Lampas, Sintra. 11-Zambujal. 12-Igreja Nova, Mafra. (Fotos Amélia Cabrita, 2007/2008)

relacionados com a vida no campo, como arados e carros), quer do espaço do pátio: "*Recinto fechado por parede, mas descoberto, na parte posterior da casa, que dá para ele por uma porta, geralmente na cozinha, e com escada exterior, se a casa é de primeiro andar.No pátio anda a criação, e para ele podem dar compartimentos destinados a porcos (pocilgas), gado equino ou bovino*" (133), sendo que todo este gado se acomoda junto da palha, portanto no palheiro; por seu lado, o gado caprino e ovino pernoita no curral e as capoeiras destinam-se a galinhas e coelhos (134). Trata-se do complexo agrícola cuja descrição e vestígios vamos encontrar mesmo no centro dos pequenos núcleos do interior. Estes pátios, maiores ou mais pequenos, funcionam também como um espaço de transição para a intimidade da casa, sendo eles por si mesmos preservados de vistas através de muros altos com o seu portal de acesso. Portal cuja tipologia também assinala o nível social do proprietário, pois é sobre ele que surge o brasão de armas, ou, mais simplesmente, um cruzeiro de pedra, como era o caso de Tires.

Também para João Barreira, o *casal* é sempre um conjunto de edificações. Há pelo menos um logradouro, porque era necessário manter sob a guarda, "*à vista*", os haveres, os animais... (135).

Embora haja elementos funcionais comuns e alguns modelos de casais saloios, mais abastados, se aproximem dos conceitos de pátio (muitas vezes em espaços desmultiplicados) das *quintas de recreio* ou das *haciendas* espanholas e sul-americanas (136), a verdade é que este *pátio saloio* é uma versão mínima e sobretudo funcional de um pátio agrícola.

- Uma casa portuguesa, uma casa saloia

Para Armando de Lucena, em 1943, (137), definir a *casa portuguesa* surge na sequência da necessidade de estabelecer um método regulador da intervenção arquitectónica e na construção, através de um inventário de materiais e elementos característicos de cada região— uma espécie de vocabulário local que expressasse a relação imutável com "*a natureza do solo, morfologia dos terrenos, espécies de culturas*" (138), tendo em conta os vestígios mais antigos de elementos autóctones: escadas, perfil de empenas, janelas, chaminés, etc, com que se estabeleceriam "*balizas*" aos construtores, para evitar "v*er, aterrados e confusos, habitações chinesas nas lezírias do Tejo, empenas flamengas nos arredores de Sintra, ou minaretes sarracenos em terras de além- Marão*" (139). Quando se trata de definir uma tipologia saloia/ estremenha, a caracterização é escassa, assinalando apenas a presença do pátio rural, da escada exterior e alpendre.

Joaquim Fontes descreve as casas saloias em defesa do bom gosto dos seus proprietários em confronto com "*um sem número de habitações com que o lisboeta tem salpicado os arrabaldes*" (140), as quais, de acordo com o autor, ficam a perder, mesmo encontrando-se aquelas "*em lugarejos bem recônditos*" dos arredores da capital e pertencendo a "*modestos trabalhadores do campo, gentes de poucos teres e sem cultura*" (141).
Distingue apenas dois tipos: a casa térrea e a de *sobrado*, correspondendo esta, por um lado, a um maior desafogo económico (o andar, ou sobrado, "*é o quarto de dormir do lavrador de mais fartos haveres*") e por outro à actualmente designada *casa torreada* (142).
O encanto que descobre nestas casas simples, advém-lhes "*do acordo que existe entre elas e a vida simples do proprietário, do equilíbrio das diversas partes que as compõem, do amor que se lhes pôs ao fazê-las, da harmonia que muito bem se conjuga com o ambiente*" (143). Simples, brilham ao sol pelas frequentes caiações; uma bizarria de cores "*vinca o rodapé ou marca os cunhais*" (144); grossas cantarias debruam os vãos, incluindo janelas pequenas e quadradas...

Parece haver uma *veia geométrica*, própria do saloio, a qual, aplicada às casas, só ganha relevância porque corresponde à mania dos alinhamentos nas sementeiras e plantações, conforme assinala Joaquim Fontes: "*já vi despedir criado aproveitável porque o rego de feijão ou de milho, não tem certeza da linha recta e o renque das couves não seguir a mesma figura geométrica*", e isto só "*por meter má vista*" (145).

João Barreira, acerca da habitação em Portugal (146), preocupa-se com a definição de elementos, principalmente decorativos, que podem caracterizar a *casa portuguesa* (147) e não se preocupa em distinguir tipologias locais, embora comece por enquadrá-la nos modelos mediterrâneos e acabe por concluir que face à variedade de formas encontradas de norte a sul, não é possível definir uma *tipologia nacional* (148).
Um dos elementos unificadores de uma *arte edificatória* (se o conceito se pode aplicar à arquitectura popular) é dado, segundo o autor, pela arte *mourisca*, que ele considera transmitida pelos *alvenéis*, em gerações sucessivas, desde os últimos herdeiros *moçárabes*, a partir dos quais também se manteve uma tradição de perícia de artífices, da marcenaria aos têxteis, cujo vocabulário é disso mesmo testemunho (149).
Interpreta-se então que o *saloio*, para além da vocação agrícola do mouro dos arrabaldes da cidade, também se pode ter fixado em mesteres cuja tradição e síntese de saberes remontava a tempos mais recuados que a própria ocupação muçulmana.



1



2



3



4



5



6



7



8

II.3.2.2.b- Os Pormenores: Telhados. 1- Os telhados chineses como possível inspiração: Templo em Xi'an, China. Telhados e beirais: 2- Manique. 3- Tires. 4-Zambujal. Pormenores de remates de rincão: 5- Manique. 6- Tires. 7- Torres Vedras. 8- Tires (Fotos Amélia Cabrita, 2006/2008).

- **Algumas singularidades**

Os remates dos telhados são fascinantes: "*As coberturas, sempre de telha curva, alvejantes de cal, ornamentam-se nas regiões de Aveiro, Coimbra, Tomar, na vasta zona estremenha e para além do Tejo, com figuras da olaria popular na extremidade das empenas ou perto do ângulo dos beirais— leões heráldicos, perús, pombas, animais fantásticos como quimeras, erguendo-se em bico as pontas do telhado, à chinesa, com telhas lanceoladas recortadas como uma renda*" (150).
Joaquim Fontes diz que "*o beirado é corrido, com subeira a que a telha de canudo dá ondulado aprazível. Arrincões, com boa sanca, justificam os bicos recurvados que os terminam, e exigem do artista carpinteiro, certo sentido estético nas proporções de concavidade que virá vincar-lhe o gracioso perfil*" (151). Na casa de *sobrado*, o pavilhão que se eleva passa a ter quatro águas. "*Os arrincões, de sanca bem vincada, dão-lhe vago ar de construção chinesa*" (152).

Também Raul Lino (153), apesar da superficialidade das suas observações sobre o que considera o *carácter* da arquitectura portuguesa (genuína na medida em que se tenha preservado ao longo do tempo de influências *estranhas*...), não deixa de referir os remates de rincões e o sanqueado junto a beirados, mas aconselhando a que tratem primeiro de obter do telhado o efeito "*do bamboleante tecido deitado por sobre a casa* [...]*, antes que pensem em revirar os bicos ao telhado*" (154).

Mas é Orlando Ribeiro quem procura dar a explicação mais lógica para as decorações e revirados que ele considera característicos da região de Lisboa (enquanto os autores já referidos alargam a área de influência), ainda que se encontrem na Estremadura e outros lugares do país, "*mesmo em construções modernas*" (155). O autor diz que "*recordam o perfil de pagodes chineses*" (156), associando estes pormenores de remates aos telhados múltiplos, os quais se encontram sobretudo em Tavira, mas também existiam em Cascais. A sua escassez noutros pontos do litoral algarvio, pode ter-se ficado a dever à destruição provocada pelo terramoto (157). Para confirmar a influência resultante das relações marítimas com o Oriente, encontram-se os mesmos elementos também noutros portos do continente, do Brasil e África. Em relação a Lisboa, "*os beirais arrebitados e os ornatos dos ângulos dos telhados, tão frequentes em casas velhas lisboetas, parecem filiar-se em influências orientais. A partir da*

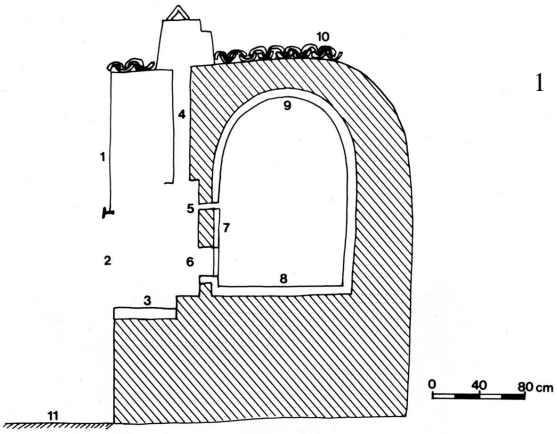
cidade se teriam difundido no seu termo, tanto em quintas como em humildes casais saloios, que imitavam aquelas construções prestigiosas" (158).

O forno, que nas habitações do sul do país surge como um elemento construtivo independente (159) é, nas casas saloias, acoplado à cozinha, constituindo um corpo saliente no exterior, com a respectiva (e respeitável) chaminé, mas com acesso à boca por dentro, com a localização da *lareira*, constituída por bancadas em alvenaria colocadas lateralmente à boca do forno, onde se faz o lume para cozinhar no dia-a-dia. Esta disposição é de difícil interpretação face a dois factos: em primeiro lugar, põe-se a questão do desconforto gerado pela necessidade da presença da lenha na cozinha (no Alentejo e Algarve seria impensável) e do fumo que sempre escapa da chaminé. Em segundo lugar, verifica-se que a presença do forno é parte integrante das tipologias das casas saloias, portanto é uma peça familiar, individual e não colectiva. No foral de Cascais (160), no entanto, diz-se que "*os fornos desta vila são nossos* [do rei]*, e não os poderá ninguém aí os fazer sem nossa licença, dos quais pagarão a nós o quarto das poyas que houverem ou dos arrendamentos que dêles fizerem*" (161). Como para animar o povoamento, que era escasso, se abria uma excepção para o termo da vila "*aquém da povoação que ora é feita além do rio da vila*", onde "*poderão fazer os que morarem os fornos que quiserem para si e seus amigos, de graça, contanto que não levem dêles poyas nem outro interesse*" (162), será legítimo procurar-se aqui uma razão para a presença quase obsessiva do forno familiar?

Só um levantamento exaustivo das situações e a sua reconstituição sócio-funcional poderia esclarecer este ponto. É possível que as povoações se organizassem em determinadas épocas no sentido da utilização comum de um certo número de fornos individuais e que mais recentemente tenha havido tendência para uma especialização, com o aparecimento de padarias ainda caseiras, mas de produção comercial.

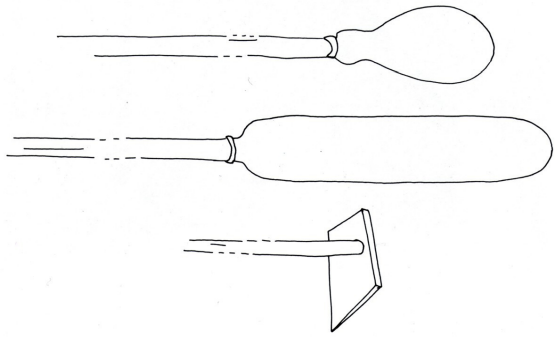
- Definição de *tipos* de habitação

"A forte personalidade do saloio reflecte-se com todo o vigor na habitação que constrói. Solidamente erguida em alvenaria de pedra, os seus volumes cúbicos, rematados pelo telhado mourisco de telhas cuidadosamente argamassadas, nas povoações ou implantadas nos campos, entre muros de pedra solta, são elementos humanizantes de uma paisagem equilibrada, que a proximidade da cidade ainda não destruiu" (163).

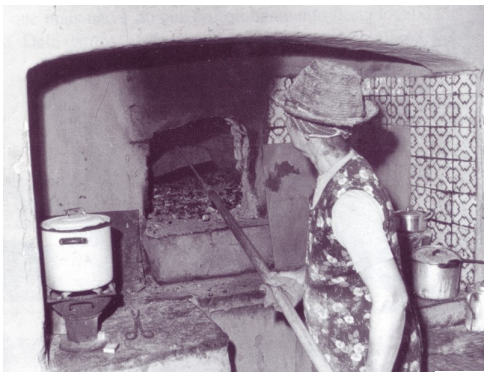


1

– O forno saloio (modelo antigo) em corte esquemático: 1 — parede da cozinha; 2 — abertura do borralho (com cortina); 3 — lareira ou borralho; 4 — chaminé; 5 — suspiro; 6 — boca do forno; 7 — ombreiras; 8 — lar; 9 — cúpula encamizada; 10 — telha portuguesa (telha moura); 11 — chão da cozinha em terra batida



Alguns utensílios do forno: pá para um pão ou para bolos; pá para vários pães; rodo



2



3



4



5

II.3.2.2.c- A obsessão do forno. 1- O forno saloio. In AMARO, Ana Maria- A Mulher Saloia- A Padeira e o Pão. In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999.p.153. 2- Cozer o pão em Tires (1980). In TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.239. 3- Forno abandonado, Zambujal (Foto Amélia Cabrita, 2007). 4- Corpo exterior de forno e chaminé, Areia. In CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro- Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais. 1ª Ed. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004. p.99. 5- CARDOSO, Carlos. Santo Isidoro Um Património de Invulgar Interesse. In Jornal Regional Triângulo [em linha]. Mafra. [adicionado em 9 de Maio de 2006] [citado em 29 de Março de 2008- 11:40]. Disponível em URL: http://www.jornaltriangulo.com/conteudonoticia.asp?id=950

Estas observações só foram válidas em cada zona da região saloia enquanto tardava a invasão urbanizadora e niveladora do território; enquanto se mantinha, pelo menos em parte, a actividade agrícola. Difícil será hoje dizer onde e em que medida ainda subsistem as características saloias na totalidade da sua expressão. Na área em estudo, muitas casas da tipologia saloia estão abandonadas, vazias, arruinadas, esperando a oportunidade para a demolição. Muitas estruturas mantêm-se talvez por problemas sucessórios. A actividade agrícola praticamente não existe.

Nos anos de 1980 ainda terá sido possível a José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro (164) trabalharem sobre vestígios pouco alterados, num número razoável de localidades (165). Os autores consideram quatro tipologias, com elementos que as tornam específicas da Região Saloia (166), mas não consideram na sua listagem, pouco estruturada, porque não se estabelece uma conexão entre os vários *tipos*, uma construção que prende a atenção pela recorrência e à qual se convenciona aqui chamar ***casa elementar***: um corpo quadrangular, de duas águas, com uma única abertura, a porta. Inicialmente sem compartimentação interior, é possível que, com o decorrer do tempo fosse dividida de forma precária. Alguns exemplares apresentam forno exterior e chaminé. Corresponde à *matriz elementar* de Cannigia e Maffei.

Inclui-se, portanto, este *tipo* como o que deverá ser considerado em primeiro lugar no desenvolvimento da análise do *processo tipológico*. Seguem-se:

-A ***casa térrea***, com duas ou quatro águas, como tipologia base, tendo o volume do forno de topo ou de lado. Internamente é composta de uma casa *de fora* que distribui para os outros dois ou eventualmente três compartimentos (167).

-A ***casa de dois pisos corridos***, de forma alongada e compacta, com telhado de quatro águas e número de janelas variável, a qual surge também adaptada a uma morfologia urbana, apresentando uma fachada de frente-rua. Pode apresentar algumas variantes no que respeita à localização do forno e à existência de escada exterior (168). Faz também a transição para o tipo mais geral da Estremadura, "*com o afastamento gradual da sua localização na área de implantação saloia*" (169).

-A casa de dois pisos com vários corpos, de planta mais complexa, com telhados múltiplos, que "*já relaciona a tipologia saloia com formas e soluções mais eruditas, e deste modo escapando também ao seu âmbito*" (170).

-A ***casa torreada***, que é a mais original. Encontra-se este tipo de casa elencado pelos autores da *Arquitectura Popular*, sem a designação de *torreada*. Para os autores, esta é "*das poucas habitações verdadeiramente rurais da Estremadura que apresenta exemplos de*

desenvolvimento em dois pisos", pois a consideram a par do modelo de piso térreo já descrito, tendo os dois em comum a existência da "*casa de fora*" (e do forno típico) (171).

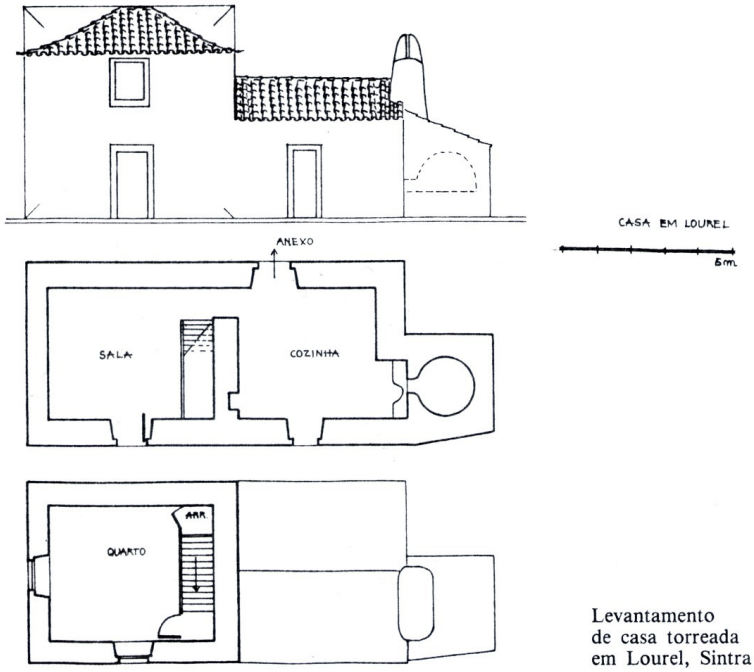
Define-se a casa *torreada* pela existência de um corpo quadrangular ou rectangular, com dois pisos e telhado de quatro águas e um outro térreo, anexo ao primeiro, onde se situa a cozinha com forno e chaminé. Internamente, uma *casa de fora*, para onde se entra a partir do exterior, distribui para a cozinha, e dá acesso ao quarto do andar superior através de escada de madeira (172).

Este é um desenho que parece ter sido feito para existir isoladamente: no meio dos campos, como parte do já descrito *casal agrícola*. Parcialmente vedado com muros que definem um pátio descoberto, compôr-se-ia da habitação e dos anexos para as actividades do dia a dia e para os diferentes animais.

No entanto, vamos encontrar esta tipologia nos pequenos aglomerados, a par de algumas variantes, seus sub-tipos (173) e de casas *torreadas*, de planta quadrangular, sem corpos anexos, com chaminé incorporada ou adossada, com ou sem escada exterior e alpendre, indiciando, algumas, *tipos de transição*.

Uma explicação morfológica para esta coexistência encontra-se em parte na cartografia, pois é possível que numa primeira fase houvesse terreno suficiente para que os diferentes casais, bem como construções isoladas, sem *logradouro* próprio, se posicionassem como ilhas, rodeados de áreas de circulação comuns, exactamente como se encontra preconizado para situações rurais semelhantes, pelos autores da *Tipologia da Edificação* (174). Mais tarde, por fenómenos de apropriação de terreno livre, formaram-se *lotes* e outras construções podem ter-se juntado às primeiras; depois, os espaços de pátios foram concerteza evoluindo com transformações de construções existentes e agregação de anexos, mas torna-se difícil determinar, numa análise superficial e sem levantamentos locais, bem como investigações nos processos de transmissão da propriedade, que cronologia foi seguida e que regras podem estar subjacentes a estas transformações.

A explicação para a casa torreada, cuja tipologia, com dimensões e proporções que pouco variam e parece exclusiva da Região Saloia (175), vão os autores procurá-la nas aproximações formais às torres de Menagem da Idade Média, às torres que assinalam o domínio senhorial, às ermidas de origem mourisca junto ao litoral e finalmente, à própria Caaba (mesmo em termos de proporções), face à possível preponderãncia da influência muçulmana já registada (176). Embora este assunto mereça uma atenção que não é possível dedicar-lhe no presente contexto (incluindo a discussão aberta pelos autores), acrescenta-se um contributo que tem a ver com a ideia de *torre* associada à habitação.



Levantamento de casa torreada em Lourel, Sintra 1



2



3

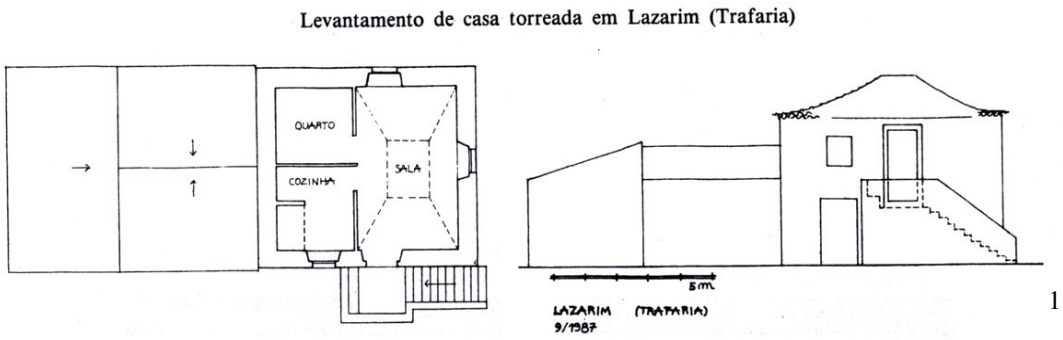


4



5

II.3.2.2.d- A casa torreada. 1- Tipo: plantas e alçado. In FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes- Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 34. 2-3- Casas torreadas em Pernigem, Sintra. In CALDAS, João Vieira- A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. 2ª Ed. Porto: FAUP Publicações, 1999, p.174; p.173. 4-5- Assafora- Sintra. In Associação dos Arquitectos Portugueses (Ed.)- Arquitectura Popular em Portugal. 2ª Ed., Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 434



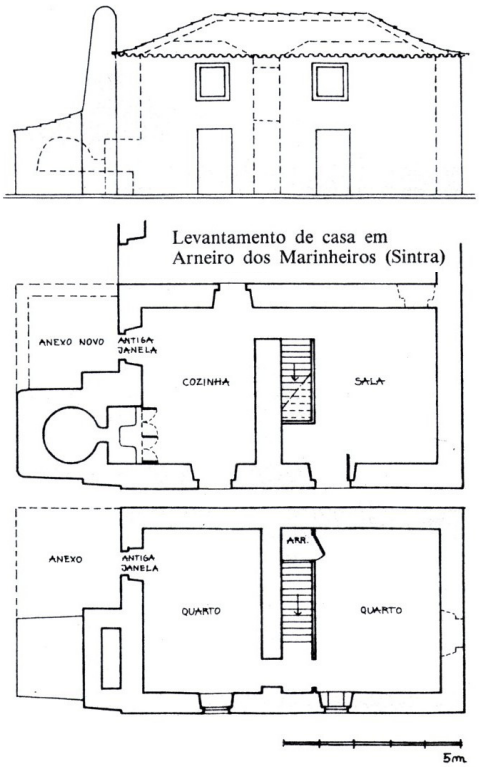
1



3



2



4



5



6

II.3.2.2.e- A casa torreada com escada exterior. Casa de dois pisos corridos. 1- Tipo: planta e alçado. In FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes- Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 41. 2- Exemplar na Rebelva (Foto Amélia Cabrita, 2003). 3- Arneiro de Marinheiros, Sintra. Casa rectangular de 2 pisos. In CALDAS, João Vieira- A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. 2ª Ed. Porto: FAUP Publicações, 1999, p.180. 4- Plantas e alçado da mesma casa. In FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes- Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p.43. 5- Casa na Rebelva. 6- Casa em Alcabideche (Fotos Amélia Cabrita, 2007)

Em primeiro lugar, a imagem da casa *torreada* (que parece por isso uma designação muito sugestiva), aproxima-se da de construções militares medievais de diversa índole (entre as imagens avulta a *Torre de Cascais*) (177).

Em segundo lugar, poderá corresponder à imagem da própria cidade de Lisboa, cuja influência é recorrente. Diz Oliveira Marques (178) que, apesar do crescimento, "*a Lisboa dos séculos XIV e XV estava longe de se mostrar uma cidade de construções compactas e em altura*" (179). Era uma cidade cujas casas tinham em média rés-do-chão e primeiro andar, predominando as casas térreas, as quais, na sua maioria se prolongavam *"por quintais, pomares ou hortas muradas, quer nas traseiras, quer ao lado, deitando para a rua*" (180).

No entanto, apesar da preponderância das construções baixas e da pouca compacidade, o perfil, a imagem da cidade medieval, era pontuada por numerosas *torres*, sobretudo de igrejas e palácios, "*muitas delas coroadas por coruchéus e flechas, ao jeito gótico, e as torres, regularmente espaçadas, das várias muralhas defensivas*" (181). Mas o mais interessante é que "*havia também torres de particulares, anexas às respectivas casas, como meio de protecção, de atalaia, de observação ou, simplesmente, de desafogo*" (182), o que também nos pode remeter para a morfologia da casa torreada saloia— à sua humilde escala.

A definição de tipologias feita por José Manuel Fernandes limita-se às habitacionais (que não se esgotam), ficando de fora um número e uma variedade razoáveis de outros tipos de construção (183).

Julga-se portanto que um trabalho de levantamento sistemático nas zonas onde ainda é possível discernir os exemplos do passado, poderia conduzir à elaboração de uma lista bastante alargada de diferentes *tipos*, entre habitações e outras estruturas, muitas ligadas ao trabalho agrícola. Destacam-se: noras; azenhas; vacarias, palheiros (*arribanas*) e outros anexos agrícolas; muros de pedra, portais; adegas; habitações colectivas; casas rurais de maiores dimensões e palácios (184); capelas e igrejas.

- Os materiais e os processos de construção

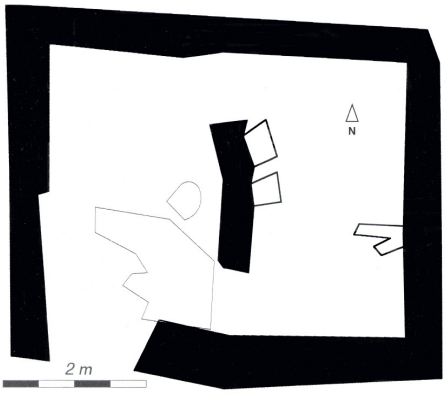
"*A nenhuns condicionamentos a Arquitectura regional está mais vincadamente sujeita que à penúria do povo e aos materiais de construção*" (185). Significativamente, se as casas têm poucas janelas, é principalmente porque estas são caras (186). Provavelmente, pelo mesmo motivo é a maioria das casas pequena, parecendo algumas, autênticas miniaturas, pelo menos à luz dos critérios actuais (187).

"*Constrói-se com os materiais que estão mais ao pé da porta e não longe da forma como a natureza os dá*" (188) — o mapa da distribuição e incidência da construção em pedra coincide com as características geológicas do subsolo, maioritariamente calcário (189).
A existência de pedreiras é uma constante da região, variando a sua localização e incidência ao longo do tempo, conforme ficou já assinalado.
"*Embora a brandura das pedras encoraje o seu tratamento e as populações tenham fama no ofício, quando trabalham para a cidade, não reservam para si maiores requintes do que as cantarias para os vãos e só timidamente ensaiam esculpir, quando a gravidade de algum assunto o solicita*" (190), o que não impediu os *saloios* de imprimirem, pela arquitectura, ao longo de séculos, uma imagem forte ao seu território, contribuindo grandemente, ao mesmo tempo, para a construção da cidade e dos palácios, jardins e monumentos da região.
O século XIX e princípios do século XX correspondem à última geração de casas saloias tradicionais com paredes grossas (191), dando continuidade a formas e saberes cujas origens estão por determinar, e que incidiam também em cantarias de guarnecimento de vãos, óculos, relógios de sol, tanques e bebedouros de tamanhos e formas variadas (192).
A utilização da pedra local, e a evolução dos processos construtivos, em muros de pedra solta, em paredes de dupla fiada e pavimentos lageados, encontra-se testemunhado pela arqueologia desde finais do Neolítico (193).

Mas é seguramente com os romanos que são introduzidos novos materiais, tecnologias e elementos, como a cal, o formigão, o estuque, as telhas e tijolos e as janelas envidraçadas, bem como os prévios projectos de arquitectura, os quais vão permitir, não só a "*edificação de modelos clássicos numa região que ainda se encontrava na Proto-História*" (194) como ainda a fixação e repetição de modelos, do repertório dos quais podem ter surgido as tipologias populares que depois se tornaram tradicionais.

3.2.4- Modelo teórico e aplicação do *Processo Tipológico*

Retomando a sequência da metodologia apontada no ponto 3.1.2 deste capítulo, onde se especificam alguns conceitos mais operativos e colhem indicações quanto a uma leitura da edificação, passa-se à aproximação a uma análise concreta do processo tipológico, com base no esboço de um modelo teórico que os autores— Cannigia e Maffei— ajudam a delinear e nos *tipos* de edificação saloia que entretanto se registaram, a partir dos autores referenciados.



Planta de casa da Alta Idade Média, Miroiços, Malveira.

1



2



4

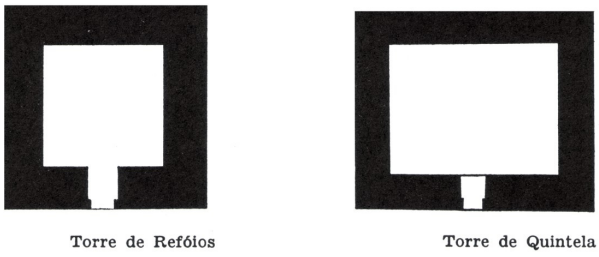


3



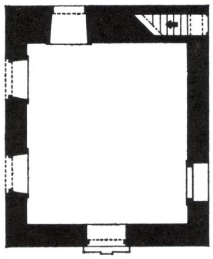
5

II.3.2.2.f- Raízes muçulmanas. 1- Planta de casa da Alta Idade Média, Miroiços, Malveira. In CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro - Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais. 1ª Ed. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004. p.70. 2- Vista de Norte das escavações: foto Guilherme Cardoso. 3- Sítio da Nazaré. In Associação dos Arquitectos Portugueses (Ed.) - Arquitectura Popular em Portugal. 2ª Ed., Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 446. 4- Caaba, Meca. In STIERLIN, Henri - Islão. De Bagdade a Córdova: A Arquitectura Primitiva do século VII ao XIII. Lisboa: Taschen, 1997, p.9. 5- Zambujal: silos (Alta Idade Média?) postos a descoberto pelas escavações da urbanização contígua à povoação (Foto Amélia Cabrita, 2003)

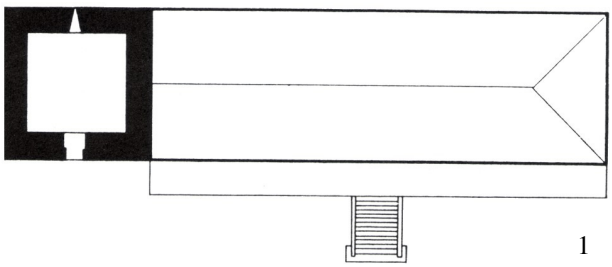


Torre de Refóios

Torre de Quintela

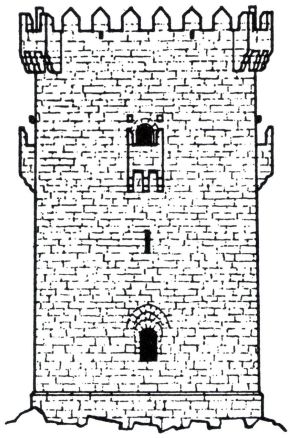


Torre de Azevedo

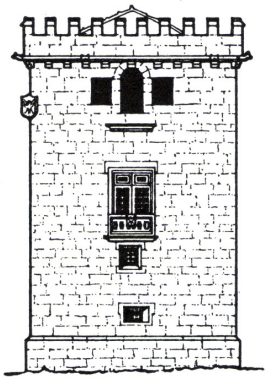


Torre de Gomariz

1

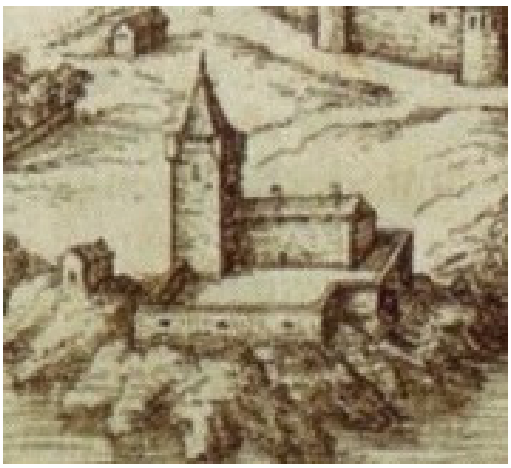


Torre de Quintela



2

Torre de Azevedo



4



3

II.3.2.2.g- Torres e Casas com torres. 1-2- Torres Medievais. In AZEVEDO, Carlos de - Solares Portugueses. 2ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p.23-25. 3- Torre da Fortaleza de São Julião da Barra, Carcavelos. (Foto Amélia Cabrita, 2007). 4- Torre de Cascais, pormenor de Panorâmica de Lisboa e da costa de Belém até Cascais, gravura em cobre, de 1572 (in Civitates Orbis Terrarum, de George Braun e Francisco Hogenberg). Museu da Cidade, Lisboa. In BELLO, Mónica - Enigmas: A Costa dos Tesouros. 1ª Ed., Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 87

- Edifícios como determinação de tipos de edificação

Parte-se do princípio existencial de que a escala mais imediata de compreensão é a dos edifícios, pela utilização directa que deles se faz (195).
Duas acepções do conceito de *tipo* devem ser consideradas: a que deriva da acção da *consciência espontânea*, correspondendo a uma concepção de casa historicamente variável, própria de cada contexto espacial e temporal e a derivada da nossa leitura e portanto da *consciência crítica* como confirmação *a posteriori* da existência dos *tipos* no seu sistema de transformação progressiva inerente ao "*processo tipológico*" (196).
É neste sentido que *tipo de edificação* corresponde a uma concepção não desenhada (e ainda assim projecto?), síntese, acima de tudo, de uma cultura da edificação, localizada no tempo e no espaço, que determina, na mente do construtor, a configuração do edifício que se dispõe a fazer (197).
Tal como em qualquer outra disciplina (198), é no método comparativo que se apoiam as *leituras* do ambiente antrópico.

O objecto da análise é a edificação de base, quer dizer, aquela que se destina à habitação familiar, deixando de lado os edifícios especializados (não habitacionais).
Incidindo sobre o modelo de cidade medieval e renascentista, os autores vão basear os seus exemplos nos edifícios que se constituem em frente-rua, notando que a um primeiro estádio corresponderiam *casas em fila* (que se passará a designar por *alinhamento* ou *casas alinhadas*) unifamiliares, com dois pisos e uma frente de 5-6metros; posteriormente, a evolução fez-se no sentido da agregação destas casas, para formarem frentes que resultam de múltiplos inteiros daquelas dimensões, com um número crescente de pisos, albergando várias famílias e constituindo o que os autores referem como *casas em linha* (equivale, no caso presente, ao *piso corrido*) (199). Esta tipologia, multifamiliar, tranformou-se no tipo *ocidental* de habitação mais difundido (corresponde aos edifícios de *habitação colectiva*, com um conjunto de acessos comum a um certo número de fogos por piso).
Os autores assinalam os pólos de resistência à difusão deste tipo, sob a influência das ideias da *cidade-jardim*, consubstanciados em casos pontuais no tecido urbano, ao qual quebram a sequência, "*na ilusão de recuperar uma independência de uso*", que redunda, segundo os mesmos, em efeitos nocivos, "*devido ao elevado espaço territorial deste tipo e ao consumo prasitário de área que supõe*" (200).

Já os motivos da autoconstrução clandestina (nos arredores de Roma), são tratados pelos autores como *legítimos*: "*arma de luta para fugir aos condicionamentos impostos pelos responsáveis da edificação, como verdadeira fuga do tipo em linha e dos vínculos que impõe*" (201).

- Lei das duplicações sucessivas

Pela observação e comparação dos tipos existentes e tendo em atenção as relações dialécticas que se estabelecem entre tipos diferentes em cada época, começa a definir-se uma lei de mudança, na passagem de um tipo ao seguinte, a que se chama *lei das duplicações sucessivas*. Antes que se produza a codificação de um novo tipo, as inovações por ele introduzidas são sempre precedidas por transformações de adaptação nos edifícios anteriores (202).

O percurso proposto pelos autores tem como referência a *casa em alinhamento*: dificilmente é encontrada sob a forma unifamiliar, porque quando começaram a dar-se as condições necessárias para o nascimento do tipo seguinte, a *casa de piso corrido*, plurifamiliar, "*as mesmas condições induziram a mudança de uso das casas alinhadas para as tornar capazes de albergar várias famílias em vez de uma*" (203).

Ao estádio em que se pode observar uma estabilização funcional e dimensional (entre 100-120m^2) do tipo ainda unifamiliar da casa em alinhamento, corresponde a maturidade do espaço necessário para uma família, ainda vigente (204). Significa que "*no processo tipológico, uma vez afirmadas estas dimensões, não houve produção de posteriores vãos especializados*" (205).

No caso dos tipos saloios, poderá pôr-se a hipótese de tal estádio ter sido atingido pela casa torreada, cujas dimensões totais estão entre aqueles valores, embora a situação intermédia de transição para os dois fogos, com acréscimo de um módulo (206), dê um maior desafogo relativamente ao uso familiar, principalmente se considerarmos que a casa torreada só tem um vão de dois pisos, com uma área nocturna exclusiva do casal.

A evolução faz-se então no sentido familiar – plurifamiliar; uso unitário, individual – uso múltiplo e no da crescente especialização dos espaços, que se multiplicam com o tempo, em função destes aspectos.

É pela observação das partes dos núcleos urbanos menos expostas a transformações, que se podem encontrar as codificações mais antigas do tipo, apontando para uma fase prévia, pela

observação de vestígios físicos da existência anterior de uma só abertura central em casas alinhadas unifamiliares, de dois pisos com duas janelas ou apenas uma, centrada.
O vão centralizado indica uma fase mais antiga, com a utilização unitária do espaço, em que a divisão interior, a existir, daria para as traseiras, numa primeira distinção de usos diferenciados, de dia e de noite (207).
Chega-se, assim, à determinação do *tipo elementar*, a já citada *matriz*: "*unicelular, somente com o piso inferior, com uma única porta de acesso, que assume o papel tanto de entrada para o único vão como de superfície de iluminação*" (208): precisamente o tipo observado nos aglomerados da zona em estudo e já notados por outros autores, nomeadamente, Guilherme Cardoso (209).

Um aspecto importante prende-se com a identificação das situações de transição entre *tipos*, quer dizer, sabendo que o tipo seguinte é sempre anunciado, preparado, pela introdução de alterações no precedente, haverá que discernir, em cada caso que se apresenta como podendo ser "*de transição*" (210), qual o caminho tipológico apontado. Como exemplo, podem referir-se os casos em que os exemplares observados não coincidem com os tipos estabelecidos. Então designam-se como "*variantes*" (211), mas um estudo mais aprofundado talvez revelasse como estádios de transição, aos quais, aliás, nada obsta que se chamem *tipos*.
Adverte-se ainda que "*tais inovações determinantes levam, em cada caso, à 'duplicação' de todo o tipo anterior, ou de uma parte essencial deste*" (212). No entanto, quando se comparam, na presente pesquisa, as dimensões das *duplicações*, relativamente ao tipo de base, percebe-se que a mesma obedece a regras que não passam pela simples multiplicação do módulo e que só com um levantamento exaustivo se poderia aprofundar o assunto. Quer dizer, enquanto se verifica uma passagem, eventualmente directa, da casa elementar à casa torreada pela sobreposição de um piso e anexação de um módulo lateral, a mesma simplicidade já não se encontra presente nas fases seguintes, na passagem da torreada ao *piso corrido*. Fica também por esclarecer a quantas famílias vão correspondendo as sucessivas duplicações e qual a utilização dos pisos térreos, para os quais, as situações mais urbanas, em frente-rua, indiciam um eventual uso comercial ou de armazém, familiar ou não (Fig. II.3.2.h).

Acresce que as povoações-alvo deste estudo, apresentam a particularidade de se poderem considerar *aglomerados congelados* (213). Não que tenham sofrido abandono, mas porque tanto a história do concelho de Cascais como a análise diacrónica dos mesmos, denotam um longo período de estagnação, de raíz económica, sem dúvida. Mas com profundas implicações

sociais e culturais, reflectindo-se na tipologia da edificação e na paralização prática do processo tipológico. Concretamente, coexistem, sobretudo no Zambujal, povoação mais afectada pelo congelamento que Tires (que se expandiu para um novo núcleo, na zona de vale, talvez nos séculos XVI-XVII), os vários *tipos*, da *casa elementar* (com exemplares que se julgam *intactos*) à de *piso corrido* (actualmente alterada), passando por situações que se interpretam como de transição de *tipo*.

O quadro que se apresenta (Fig. II.3.2.h), de ensaio do *processo tipológico*, abrange exemplos sequenciais provenientes de várias povoações do interior do concelho de Cascais. Assume-se como esboço comparativo, no sentido de suscitar o interesse por um aprofundamento subsequente.
Nesta aproximação, é possível afirmar desde já a relação dialéctica entre os vários tipos; o apontamento de *constantes* (nomeadamente a modulação dimensional por determinar, assim como tipologias de vãos, pormenores, compartimentação, etc); a sequência que dá origem às tipologias mais recentes a partir da *matriz elementar*, exactamente como descrito por Cannigia e Maffei; o papel, eventualmente central, como *tipo maduro*, da *casa torreada*; a possibilidade de interpretação das situações de *transição* e *variantes* dos *tipos*.
Pode concluir-se que os aglomerados objecto desta pesquisa correspondem a uma tipologia de edificação cujo estudo pode ser aprofundado com base no modelo de *processo tipológico* proposto, cuja metodologia é preconizada por Cannigia e Maffei, no âmbito da escola italiana de Morfologia Urbana, tal como referido no capítulo introdutório do presente trabalho.

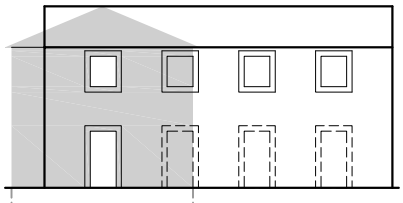
3.3- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais- evolução morfológica

"*O recinto foi contudo a obra-prima do homem, erguido contra a natureza com o fim de proteger um mundo ordenado e seguro de um exterior perigoso e incompreensível. A palavra 'jardim' significa originariamente um lugar cintado, e na Idade Média imaginava-se o Paraíso como um jardim circundado de muralhas. Também o camponês, ao beneficiar e cultivar o campo, o separa da natureza*" (214).

- Análise do suporte físico- morfologia do terreno

No presente contexto, entende-se por *morfologia do terreno,* a sua forma global, caracterizada pelas principais estruturas físicas que lhe servem de suporte (215), nomeadamente a

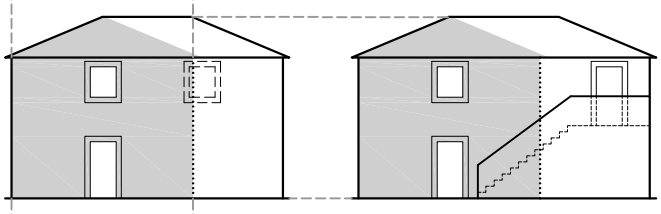
II.3.2.2.h - ENSAIO DE ANÁLISE DO PROCESSO TIPOLÓGICO

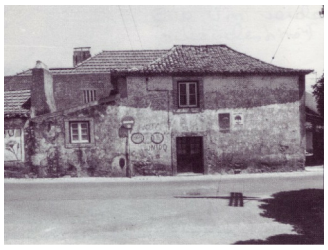




S. Domingos de Rana

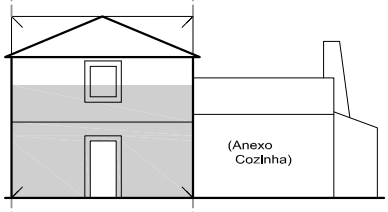
CASAS ALINHADAS - CASA DE DOIS PISOS CORRIDOS - PLURIFAMILIAR





Zambujal

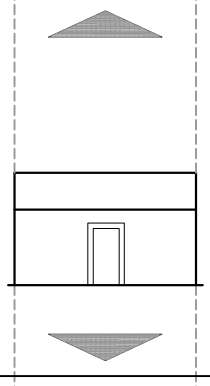
CASA DE DOIS PISOS - DUPLICAÇÃO SIMPLES DA TORREADA - ESCADA EXTERIOR - (BIFAMILIAR)





Conceição da Abóboda

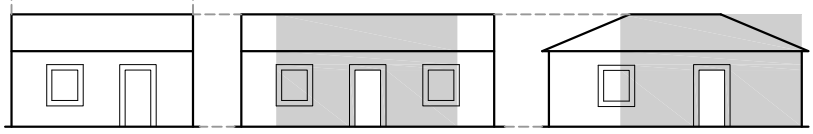
CASA TORREADA UNIFAMILIAR





Zambujal

CASA ELEMENTAR - TIPO DE BASE - UNIFAMILIAR





S. Domingos de Rana

CASA TÉRREA - POR DUPLICAÇÃO - COMPARTIMENTAÇÃO INTERIOR - UNIFAMILIAR



Arneiro



Tires



Alcabideche



S. Domingos de Rana



Sassoeiros



Rebelva



Trajouce



Zambujal



Alcabideche



Casal do Caçanito



Zambujal



Conceição da Abóboda



Conceição da Abóboda



Trajouce



S. Domingos de Rana



Rana



Fortaleza S.Julião da Barra



Mem Martins

(Fotos: Amélia Cabrita, 2007)

topografia e a hidrografia. A abordagem ecológica, mesmo pouco aprofundada, fornece informações importantes para a interpretação dos sítios e uso do solo.

Insere-se a zona em causa na *Unidade de Paisagem Norte* da Área Metropolitana de Lisboa (216), sendo caracterizada "*por vales estreitos, encaixados, de ribeiras curtas, fortemente torrenciais, que alternam com cabeços relativamente estreitos*" (217).

Não estando incluída nos *Sistemas* considerados no âmbito territorial da AML, a área delimitada partilha ainda assim, à escala respectiva, das características enunciadas: a ribeira das Marianas, na área em estudo, elemento físico estruturante relativamente ao processo histórico considerado de humanização da paisagem, não tem a mesma dimensão das ribeiras apontadas para a Zona Norte (Alcântara, Jamor, Barcarena, Vinhas) (218); apresenta um *encaixe* muito menos acentuado, mas afirma-se na sua relação com o relevo e nas implicações ecológicas das zonas convencionais de *zona adjacente à linha de água, vertentes, escostas e cabeços,* com a formação de *vales e cabeceiras da bacia hidrográfica*, constituindo o sistema húmido (zona adjacente à linha de água e ao longo desta) e os sistemas secos (nas vertentes e cabeços) (219).

Dadas as características de localização e declive, a *zona adjacente à linha de água* na porção de bacia hidrográfica em causa (220), mais aplanada e húmida, influenciada pela toalha freática, é considerada *leito de cheia*— também porque corresponde a menores declives (0 a 5%), o que parece não ser impedimento à construção nas margens e à existência de obstruções várias ao longo do leito (221).

Por outro lado, é "*nestas zonas que se acumulam os materiais transportados das cotas mais altas, dando origem aos solos de aluvião que apresentam elevada aptidão para a produção de biomassa e alguma permeabilidade à água, dependendo do seu teor em argila*" (222).

Quando se conjugam outros factores (223), são estas áreas favoráveis à produção agrícola e desfavoráveis à edificação, pelas condições de humidade existentes e "*pela impermeabilização que provoca*" (224).

Depois de definir as linhas gerais da *Estrutura Ecológica Metropolitana*, a qual se baseia na análise territorial efectuada, dando lugar à preservação e limitações de uso dos *Sistemas Húmidos* mais importantes, das áreas de solos com elevado valor ecológico e produtivo; das zonas declivosas e à manutenção das áreas onde se verifica a existência de vegetação climácica ou florestal, Manuela Raposo Magalhães acrescenta que "*a complementaridade entre a Estrutura Ecológica fundamental e o património cultural e as redes de circulação motorizada ou não (peões, bicicletas, etc) é indispensável*" (225).

O *mosaico rural*, "*padrão resultante da humanização da paisagem natural com vista à produção de alimentos, à obtenção de materiais, ao abrigo e demais necessidades de quem nela trabalha*" (226), reflexo de equilíbrio numa paisagem complexa, constituído por todas as marcas no território, da divisão da propriedade e uso do solo até ao habitat, feitas pelas comunidades rurais ao longo do tempo, tendo em conta as condições naturais, apresenta-se como um facto cultural. O *mosaico rural* constitui, assim, "*parte da estrutura ecológica que, a um nível de maior detalhe contribui para assegurar a sustentabilidade da paisagem*" e é portador de "*informação que interessa interpretar e com a qual há muito que aprender*" (227).

O ensaio de análise da morfologia do terreno, na parcela de território que constitui a envolvente próxima e relacional das povoações em estudo (Fig. II.3.3.b), inclui os seguintes elementos:

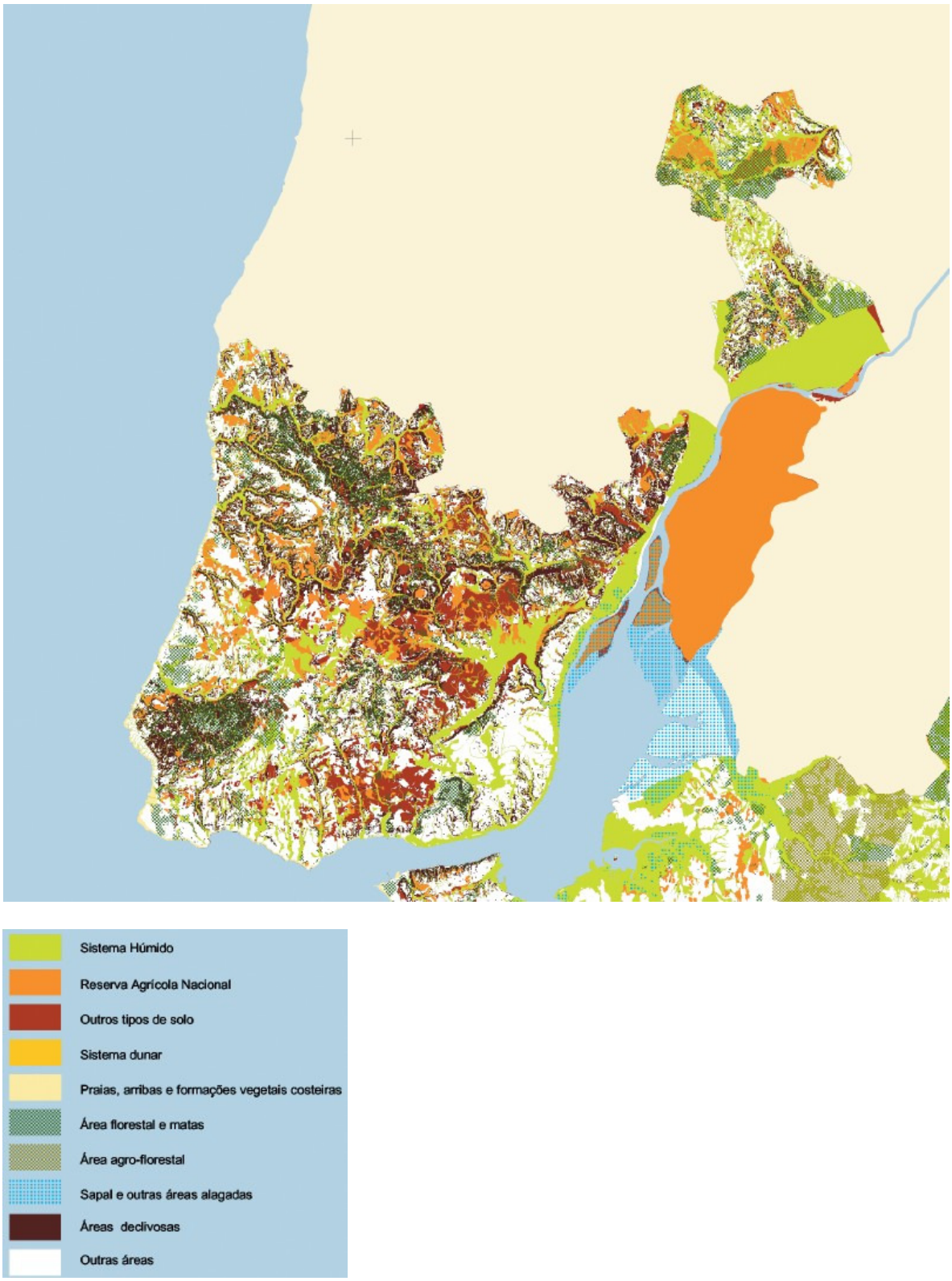
- Relativamente à topografia e relevo: curvas de nível equidistantes 5 metros; zonas de fundo de vale (linha de água principal), de encosta e cabeços, bem como marcação de linhas de festo e de talvegue ou linhas de água. Caracteriza-se assim um micro-relevo, que a esta escala se revela variado, mas integrado na vasta área de planalto de que faz parte.
- Integrando estrutura, surgem ainda as marcações dos percursos, que se revelam de festo— o principal, correspondendo, eventualmente, a uma ocupação antrópica mais antiga (228) e de contra-festo, ligando em espinha às povoações situadas, maioritariamente, na meia encosta (229).

- Aglomerados rurais e sua envolvente- aproximação à evolução morfológica

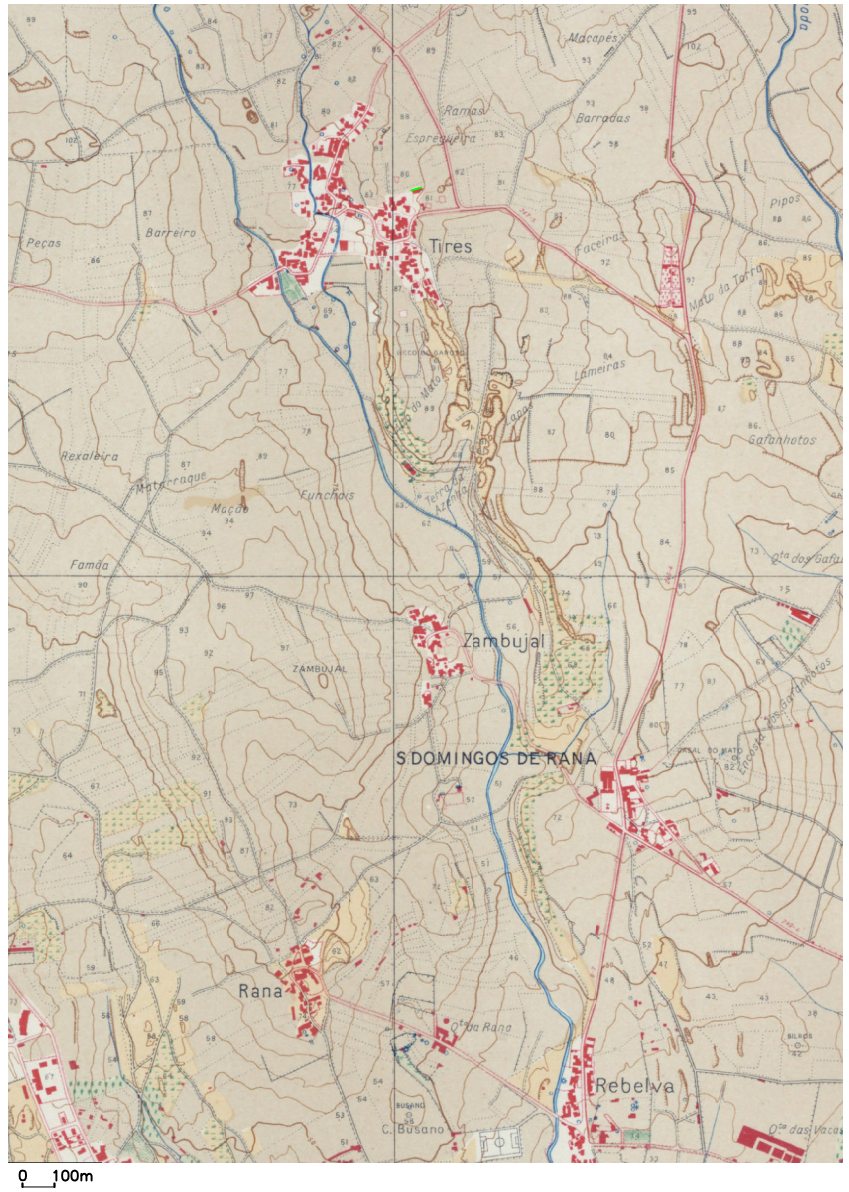
O objecto desta análise, cartográfica e diacrónica, é constituído por dois aglomerados da área em estudo, Zambujal e Tires, escolhidos também em função da sua *antiguidade*— concretamente assinalada pela presença, no local e nas imediações, de vestígios arqueológicos. Pretende-se que a área abrangida possa dar conta da envolvente imediata do aglomerado, da sua funcionalidade, relações de proximidade e ligações ao exterior, bem como da evolução dos usos do solo e das transformações no tempo, utilizando o método comparativo, detectando, nomeadamente, *continuidades*, *descontinuidades* e *constantes*.

Com esta experiência pretende-se avaliar uma hipótese de método de aproximação à análise detalhada do território, assumido como *paisagem cultural*.

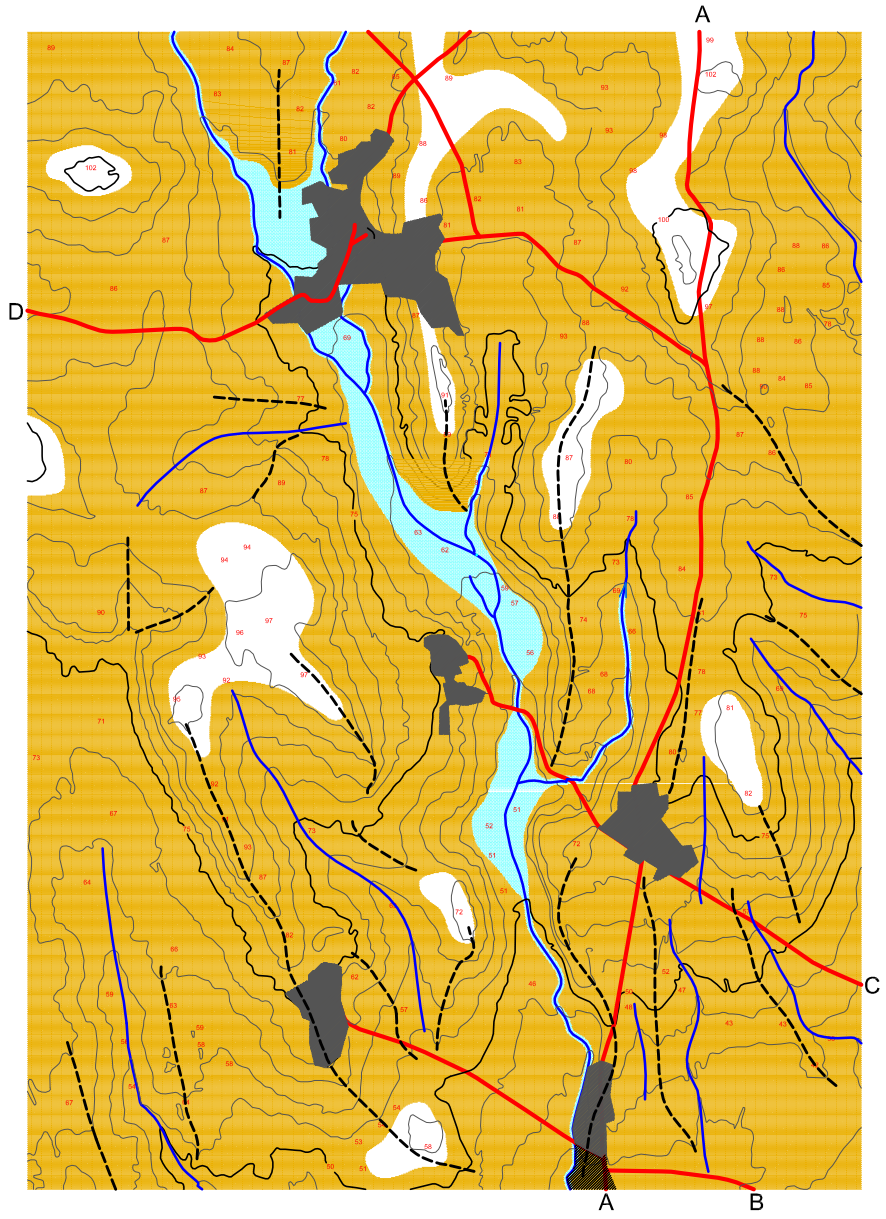
Esta análise tem como pressupostos, o conhecimento e a avaliação prévia dos aspectos sociais, económicos e culturais, constituintes de uma identidade, a da *região saloia*, em que a



II.3.3.a- Estrutura Ecológica Metropolitana. (Mapa IV.3). MAGALHÃES, Manuela Raposo – Complexidade da Paisagem Metropolitana. In TENEDÓRIO, José António (Dir.) – Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa: AML, 2003, p.75.



Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 2-4]. Escala [1:10.000]. 1951. 1 carta: color, 58x75 cm. IGP, Lisboa, Portugal



LINHA DE ÁGUA E TALVEGUE

LINHA DE FESTO

A-A VIA DE FESTO

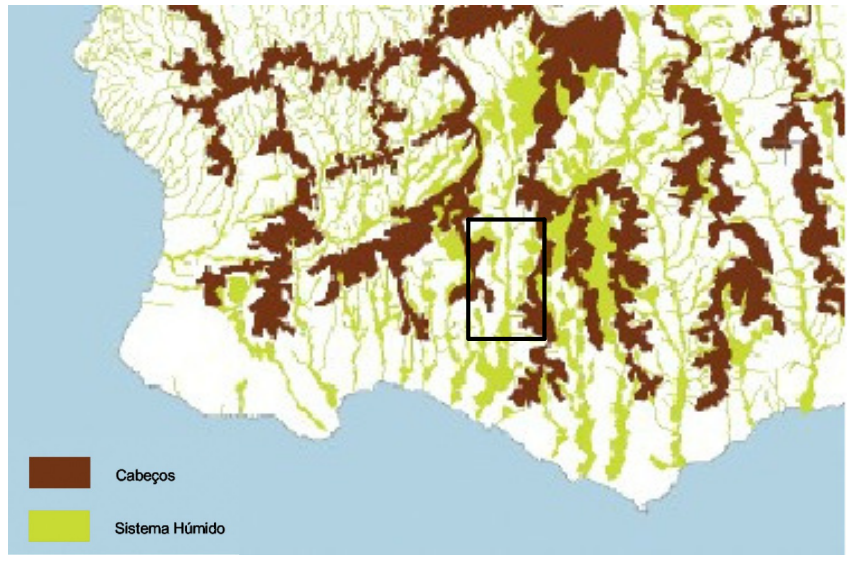
B, C e D VIA DE CONTRA-FESTO

ZONA ADJACENTE ÀS LINHAS DE ÁGUA

VERTENTES

CABEÇOS

MANCHA URBANA DOS AGLOMERADOS



MAGALHÃES, Manuela Raposo – Complexidade da paisagem metropolitana. In TENEDÓRIO, José António (Dir.) – Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa: AML, 2003, p.72

II.3.3.b - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

MORFOLOGIA DO TERRENO

área a estudar se insere, conforme exposto nos capítulos precedentes, vistos numa perspectiva diacrónica.

O objectivo é contribuir para a construção de um modelo teórico de análise, adaptado às circunstâncias particulares e comuns aos vários aglomerados do interior dos concelhos de Cascais e Oeiras, a partir da identificação de constantes verificadas pela pesquisa.

A utilização da cartografia, sobretudo a antiga (de 1843 a 1914) e as escalas menores (1:25 000), como instrumento da análise gráfica, revela-se condicionante dos elementos e critérios escolhidos para as interpretações gráficas, dadas as dificuldades decorrentes das diferenças de escalas e levantamentos e das formas próprias de representação em cada um.

Análise e conclusões são completadas pelas informações bibliográficas e pelo conhecimento directo das realidades em causa.

Neste ensaio, para utilizar o método comparativo, destacaram-se alguns elementos reunidos em quadros sinópticos, com critérios de análise tanto quanto possível uniformes para cada época da cartografia considerada. Foram agrupados da seguinte forma:

- Uso do solo/ Actividades
- Acessos/ ligações
- Formas da expansão urbana

- Zambujal- Aspectos da análise comparativa (Fig. **II.3.3.c- Ensaio de Análise Cartográfica- Aglomerados Rurais. Evolução Morfológica**. Folhas 1,2,3)

- Uso do solo / Actividades

a) Uso do solo / Actividade agrícola

O recurso económico mais importante da região era a agricultura. De acordo com a aptidão do solo, a maior extensão da ocupação agrícola era a *cultura arvense*, de preferência trigo e também outras gramíneas— *forragens* para alimentação e trato dos animais, o que se manteve até aos anos de 1970-1980.

b)- Uso do solo / outra actividade:

A exploração da pedra calcária, em pedreiras de superfície, constituiu outro recurso económico, localizado e temporário. Algumas pedreiras ainda eram identificáveis em finais dos anos de 1950.

c)- Elementos significativos da ocupação do solo:

A nora e outros poços junto à ribeira indiciam uma exploração de regadio, eventualmente intensiva. A proliferação de poços (ou furos artesianos?) e aeromotores (associados a poços) foi interpretada como indicando ocupações de parcelas com culturas de regadio, embora não fosse possível delimitá-las. No entanto, pela observação de vestígios, a sua dimensão era familiar e a finalidade seria preferentemente de auto-subsistência. Indicia um tipo diferente de actividade agrícola, levada talvez a cabo já por migrantes suburbanos.

d)- Cultura extensiva / sequeiro:
A cultura de sequeiro— cereais e outras gramíneas, foi-se tornando cada vez mais escassa e acabou nos anos de 1970, verificando-se como último recurso a cultura de forragens, enquanto ainda subsistia alguma criação de animais. Não foi possível determinar a incidência de outras culturas que fizeram época, como o milho de sequeiro, a fava e outras leguminosas.

e)- Cultura intensiva / hortícola / regadio:
A cultura de regadio— produtos hortícolas e eventualmente algumas árvores de fruto— verificava-se na zona de vale, junto à ribeira, onde os solos aluvionares seriam propícios. Considerou-se a continuidade desta actividade, mesmo não se encontrando explícita nos mapas. As parcelas de regadio através de poços foram também incluídas.

f)- Uso florestal:
De assinalar a existência de matos, embora não surjam assinalados na maioria dos mapas. Os terrenos incultos correspondiam a áreas pouco propícias ao cultivo— declives e pedreiras, mas o mato era essencial ao modo de vida rural— providenciava combustível e forros de pavimentos para currais. Também serviam de pastagens a rebanhos.

g)- Arborização:
Os olivais só são assinalados até 1914. No entanto, a existência de zambujeiros, um arbusto congénere da oliveira, ainda hoje abunda e terá dado origem aos topónimos Zambujal e Zambujeiro.

- Acessos / ligações

h)- Acessos funcionais internos:
Consideraram-se acessos funcionais internos da própria estrutura urbana, os que serviam a comunidade e não eram geradores de relações exteriores. Enquadram-se no regime de auto-

subsistência e configuram um certo fechamento. Destacam-se os que conduziam ao moinho, à fonte, deslocada da povoação e à azenha, sendo que esta teria um raio de influência maior. Verifica-se que estes caminhos evoluem rapidamente: o moinho deixou de funcionar, provavelmente logo nas primeiras décadas de 1900, mas o caminho manteve o seu traçado, que reaparece em mapas posteriores. A vereda que conduzia à fonte, manteve-se até ser substituída por um caminho, mais tarde estrada pavimentada, construída sobre aterro— e sobre a fonte inicial, entretanto transferida para poente.
Quanto à azenha, só aparece assinalada no mapa de 1843-1846. A toponímia do local— Terra da Azenha— e parte dos muros laterais da caleira, são os únicos vestígios da sua existência.

i)- Acessos / ligações exteriores / Estruturais:
Os acessos e ligações exteriores considerados *estruturais*, têm a ver com relações funcionais que podem ter estado na origem do próprio aglomerado. Neste caso, destacam-se: a ligação de *fim de linha* com S. Domingos de Rana e a ligação com Caparide.

j) Acessos / ligações exteriores / Conjunturais:
As ligações designadas *conjunturais*, são quase sempre indirectas e por caminhos dificilmente transitáveis. Têm a ver com relações fracas entre as povoações. De início inexistente, a ligação a Rana passa a ser feita pelo prolongamento do caminho da fonte e por entroncamento no caminho romano que unia S. Domingos à aldeia de Rana (da qual seria subsidiária, pelo menos até ao século XVI, uma vez que a igreja lhe pertencia). Circular directamente para Tires não era importante, já que o acesso se vai manter indefinido até 1999. Haveria inclusivamente alguma rivalidade entre as duas povoações?

- Formas da expansão urbana
l)- Construções isoladas:
A expansão urbana que se faz através da implantação de edificações isoladas, longe dos centros, depois, geralmente, serve de elemento aglutinador de outras e acaba por constituir um núcleo de construções clandestinas. Acontece aqui sobretudo na segunda metade de 1950, quando aumenta o número de migrantes.

m)- Construções ao longo das vias:
No movimento de expansão das povoações, verifica-se a tendência para a implantação das

casas ao longo de vias mais importantes. Aconteceu aqui, em pequeno grau, junto à estrada para Caparide.

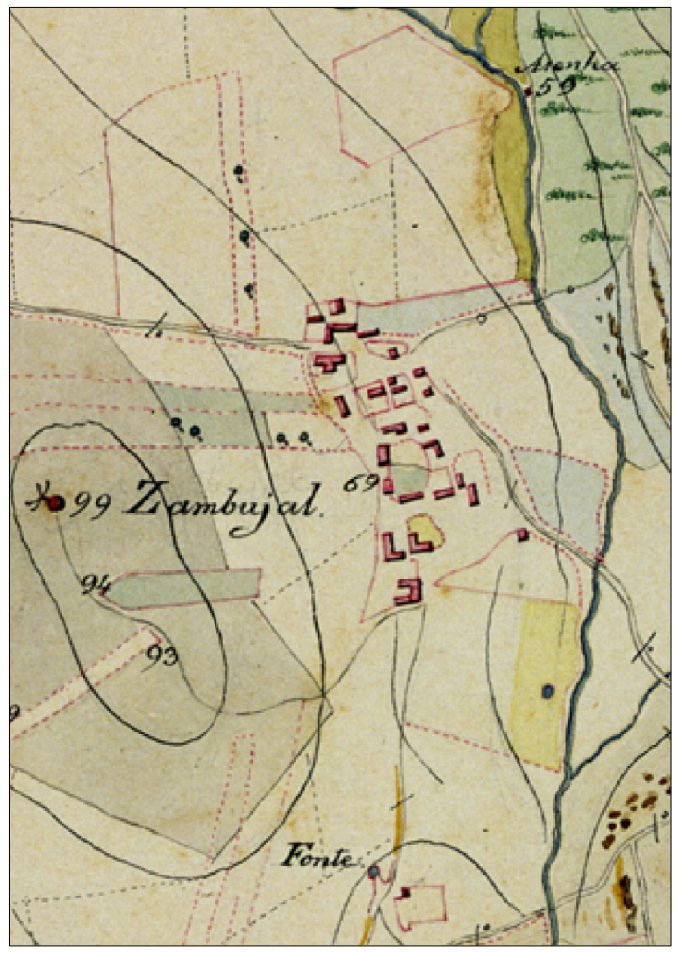
n)- Urbanização de parcelas isoladas:
O loteamento e ocupação clandestinos de parcelas rurais isoladas do perímetro da povoação foram também indutores de urbanizações contíguas, tanto em expansão para fora da malha urbana como na ocupação dos espaços intersticiais.

o)- Urbanização de parcelas contíguas ao perímetro urbano:
O crescimento da povoação faz-se também pela ocupação das parcelas mais próximas do centro, o que se deu sistematicamente a partir de 1958.

p)- Ocupação de espaços intersticiais:
A ocupação de espaços intermédios entre o núcleo antigo e as implantações isoladas dá-se progressivamente até fechar a malha urbana, no caso de expansão continuada, como é o caso. Actualmente, no centro urbano, verifica-se o abandono de muitas construções e habitações, eventualmente na expectativa da demolição, autorizada ou não e das mais valias decorrentes da valorização fundiária.

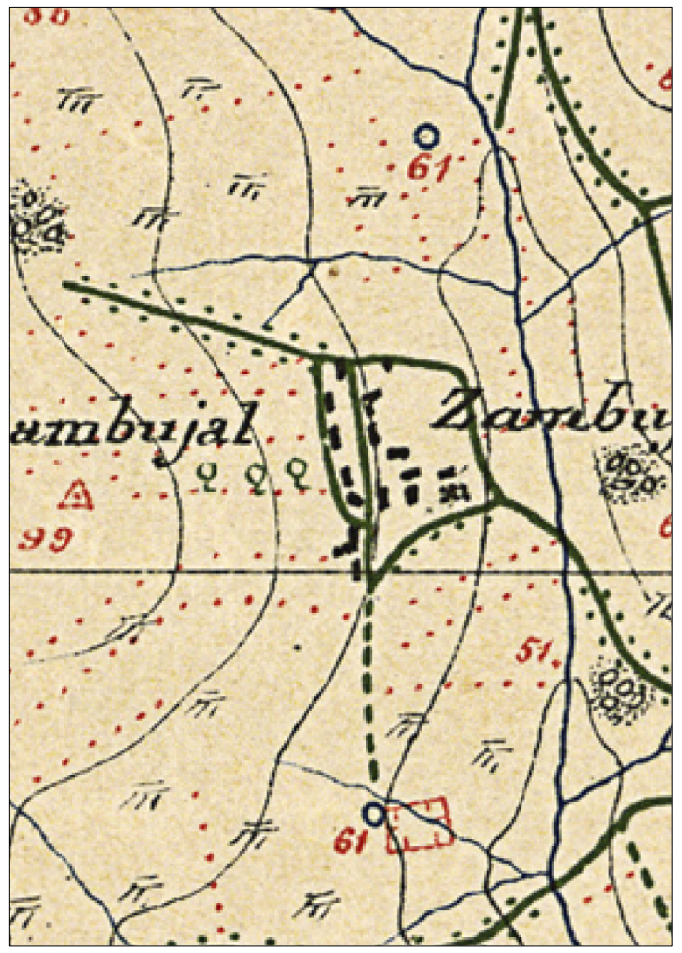
- Mosaico cadastral - a persistência da matriz geométrica

A planta cadastral de 1944 serviu de base à confrontação directa da geometria da estrutura fundiária com a topografia. A análise gráfica revela que aquela se compõe, na sua maior parte, de duas figuras geométricas: a *tira* alongada e o polígono mais proporcionado.
Não é possível, no presente contexto, determinar a evolução da propriedade, mas pode deduzir-se, de acordo com Max Derruau (230), que se trataria, no início, de campos abertos (cultura cerealífera), confinantes com a povoação, tal como se verifica com as *tiras*. A sua divisão sucessiva pode dever-se a operações de partilhas, as quais, por uma questão de equidade, se fez sempre no sentido da maior dimensão, mantendo assim, ao longo de muitas gerações, o mesmo padrão.
O confronto com a topografia do terreno sugere a tendência para que as tiras se disponham perpendicularmente às curvas de nível, criando situações de ocupação de encosta sujeitas a maiores perdas por erosão (231).



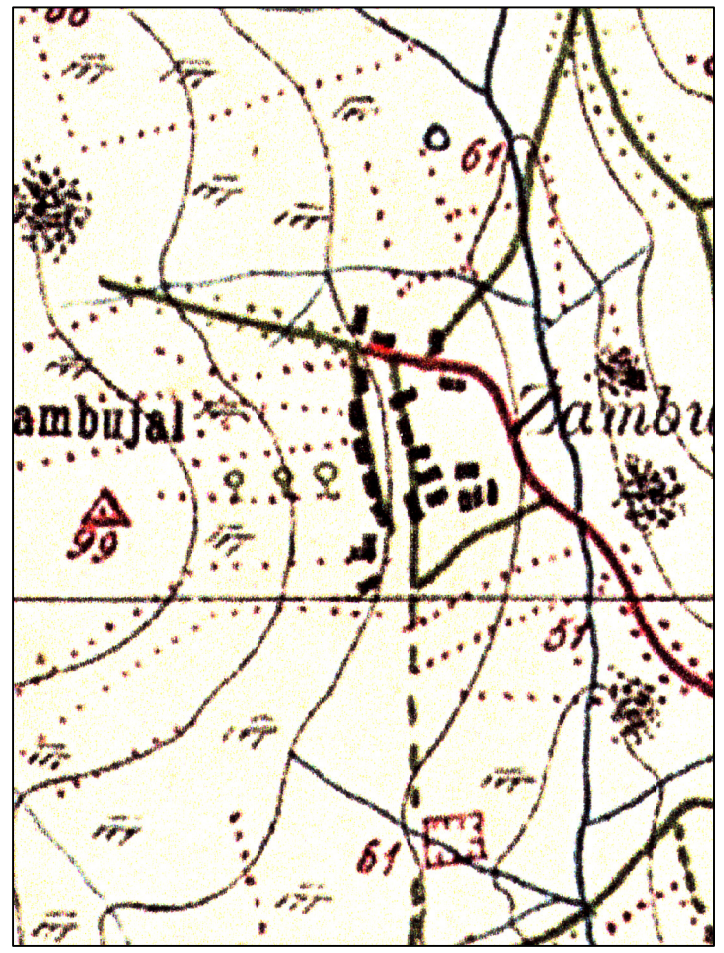
1843-1846

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha2] .Escala [1: 10.000]. 1843-1846, 1 carta; color. 646 x 858mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-2



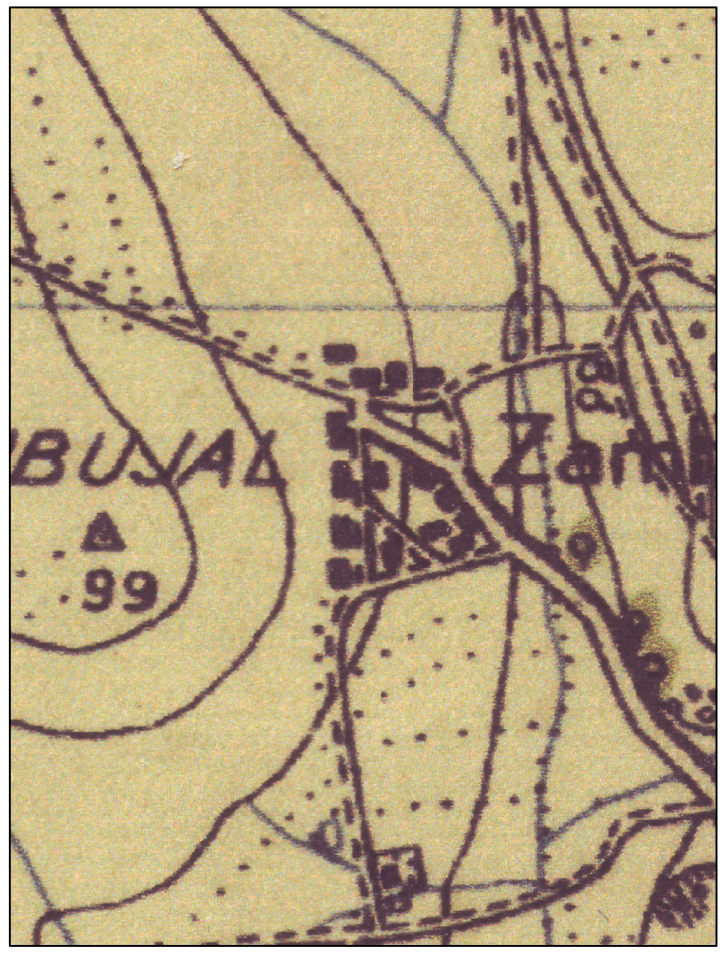
1899

Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha3] .Escala [1: 20.000]. 1899. 1 carta: color. 43 x 52 cm. Lisboa, Portugal. IGP, 37Bp4-2



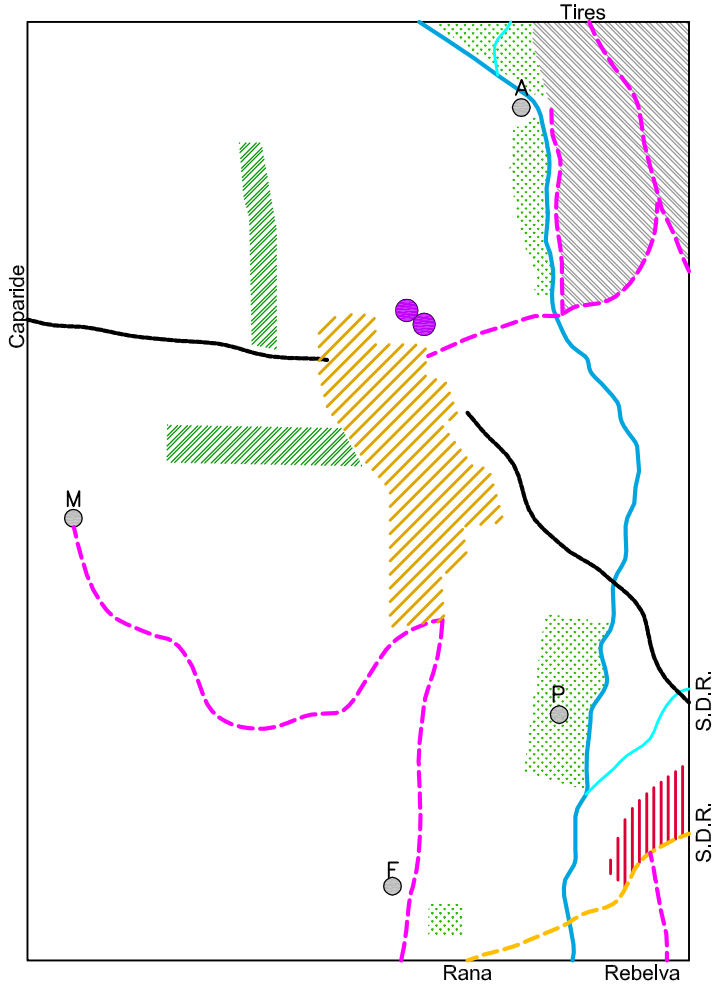
1914

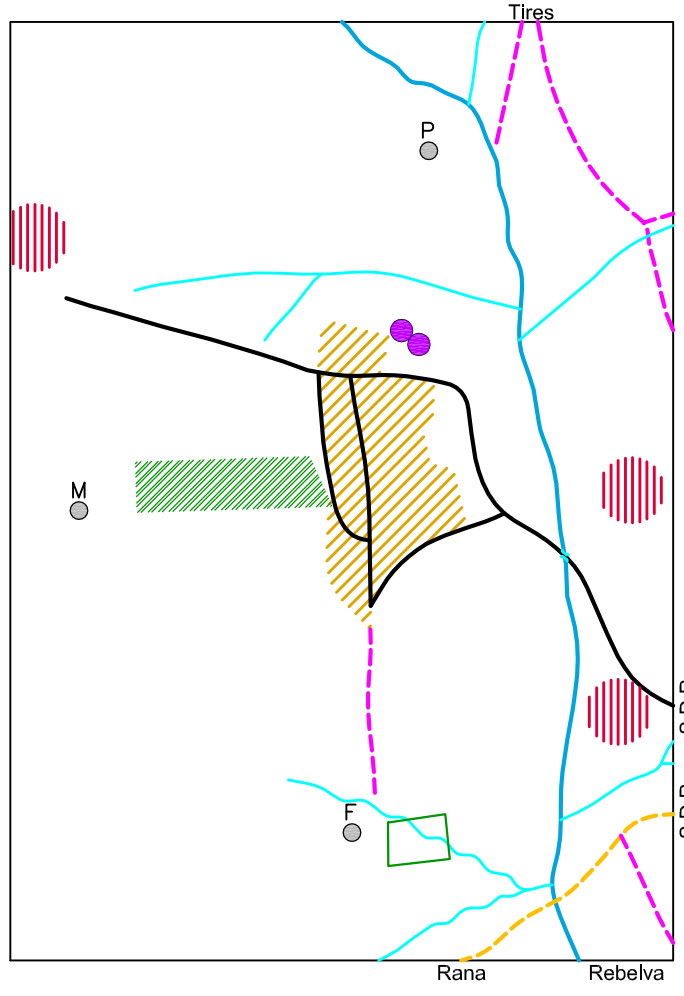
Estado Maior do Exercito - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha3] .Escala [1: 20.000]. 1914, 1 carta: color. 37 x 46cm. Lisboa, Portugal.

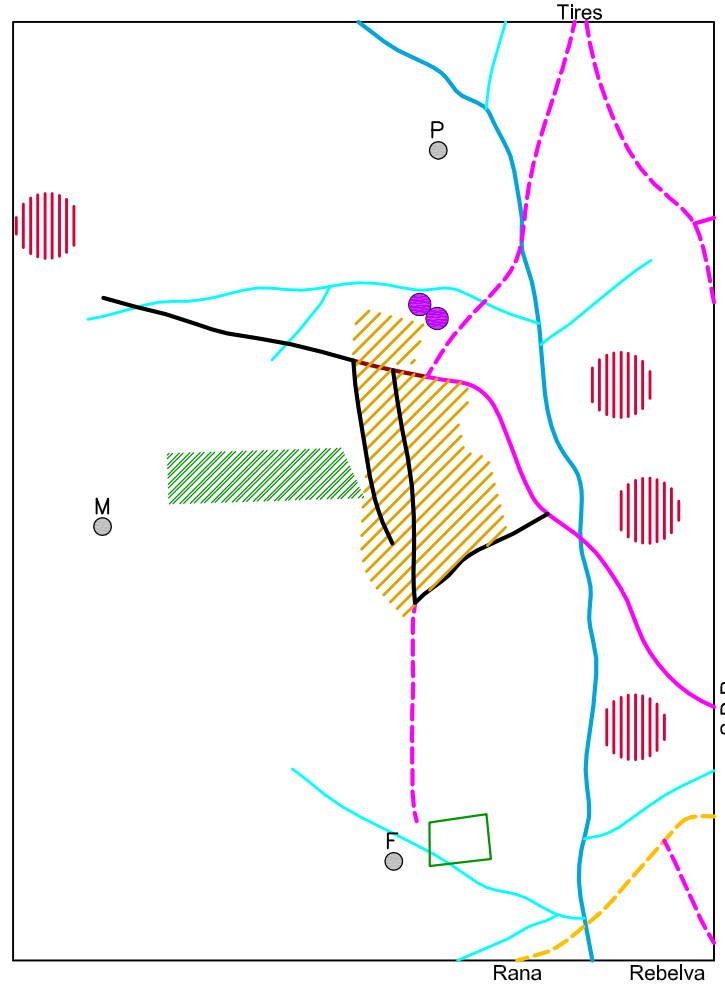


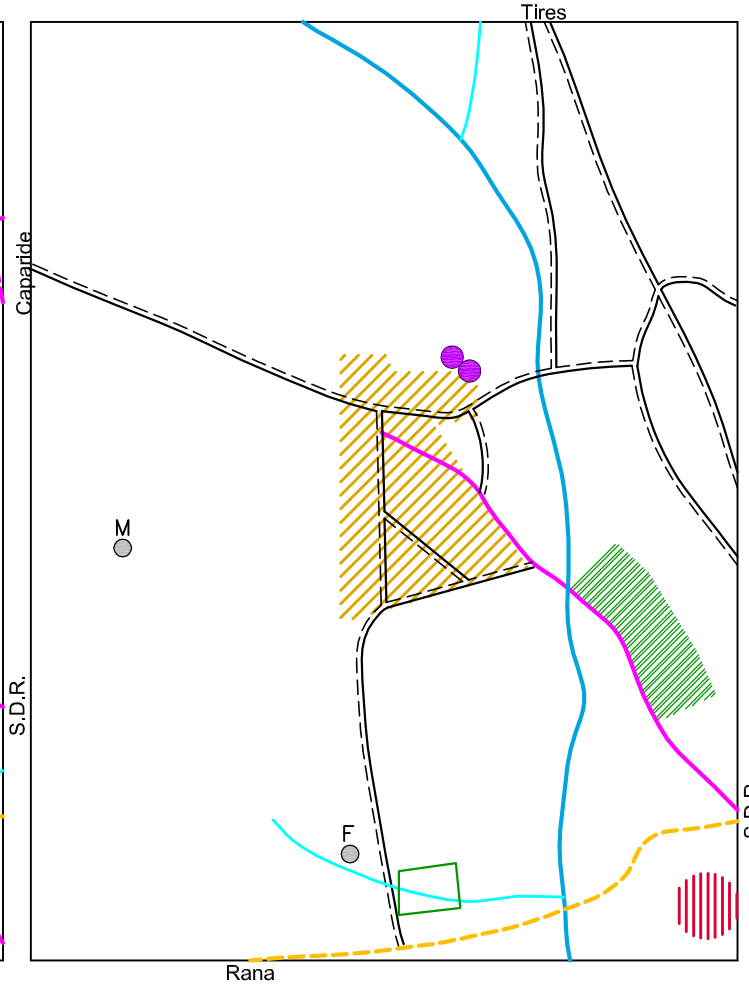
1929-1935

Serviços Cartográficos do Exército [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1929-1935
1 carta; color. 53 x 74 cm. Instituto Geografico do Exército, Lisboa, Portugal









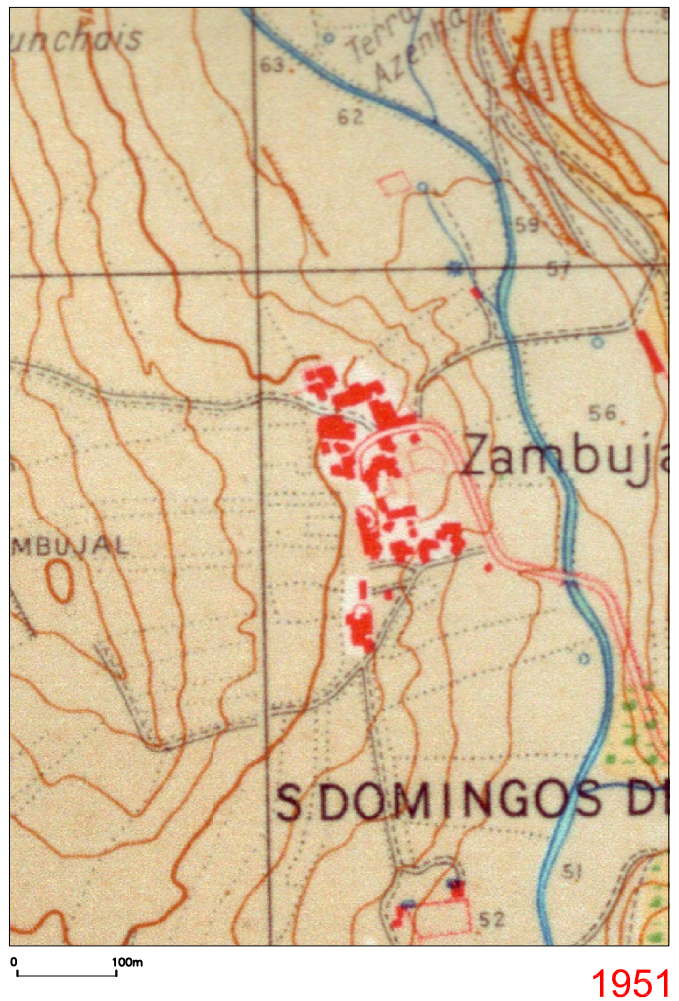
Uso do Solo/ Actividades	1843-1846	1899	1914	1929-1935
(a) Agrícola				
(b) Outro	Pedreira	Pedreira	Pedreira	Pedreira
(c) Elem/ Signif/ Ocup Solo	Poço	Poço	Poço	
(d) Cultura Extensiva/ Sequeiro	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens
(e) Cult. Intens./ Hortícola/ Regadio				
(f) Florestal	Mato			
(g) Arborização	Olival	Olival	Olival	
Acessos/ Ligações				
(h) Acessos Funcionais Internos	Moinhos/ Fonte /Azenha	Fonte	Fonte	Fonte
(i) Acess/ Lig. Ext/ Estruturais	Caparide/ SDR	Caparide/ SDR	SDR	Caparide/ SDR
(j) Acess/ Lig. Ext/ Conjunturais	Tires/ Rana	Tires/ Rana	Tires/ Rana	Tires/ Rana
Forma da Expansão Urbana				
(l) Construções Isoladas				
(m) Construções longo das vias				
(n) Urbanização parcelas isoladas				
(o) Urbanização parcelas contíguas				
(p) Ocupação espaços intersticiais				

- PRÉ EXISTÊNCIA - CAMINHO MALHA ROMANA
- ESTRADA MACADAME
- ESTRADA (Betuminoso)
- RUA
- CAMINHO
- CAMINHO PÉ POSTO (VEREDA)
- CAMINHO PÉ POSTO (VICINAL)
- CAMINHO CARRETEIRO (Terra Batida)
- CAMINHO ACESSO AUTO
- AUTOESTRADA
- PONTE
- SILOS MEDIEVAIS
- ÁREA URBANA
- PEDREIRA
- OCUPAÇÃO HORTÍCOLA
- ARBORIZAÇÃO
- MATO
- VESTÍGIOS DA CALEIRA PARA A AZENHA
- M MOINHO
- F FONTE
- P POÇO
- N NORA
- A AZENHA
- AEROMOTOR

II.3.3.c - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

ZAMBUJAL
(Folha 1)



1951

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 2-4]. Escala [1:10.000]. 1951. 1 carta: color, 58 x 75 cm. IGP, Lisboa, Portugal



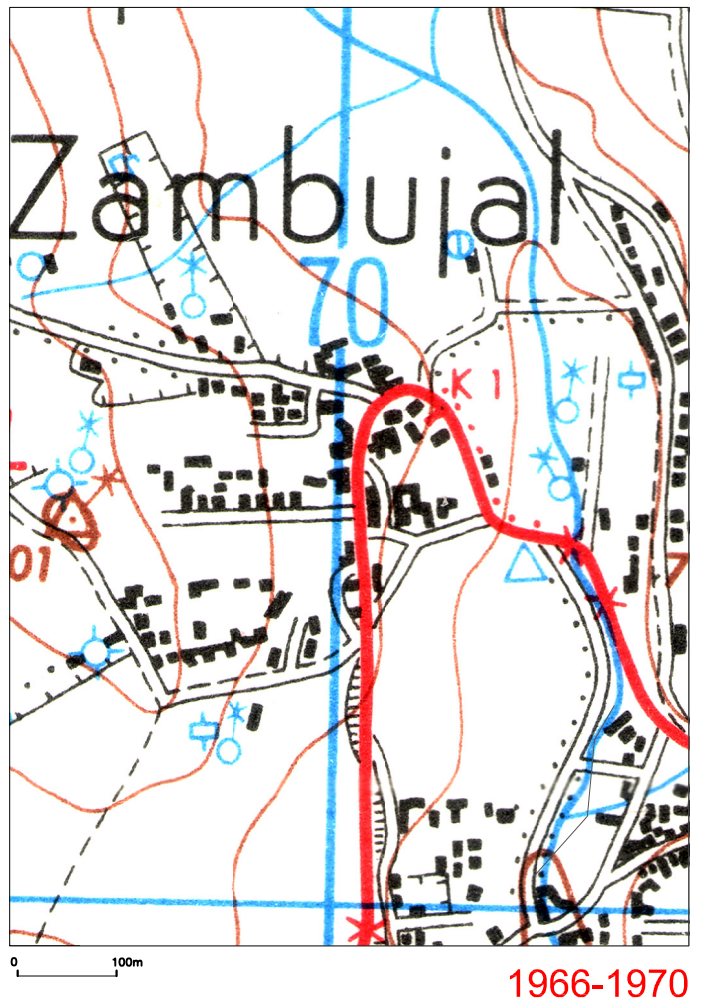
1954

Serviços Cartográficos do Exército [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1954. 1 carta: color, 54 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal



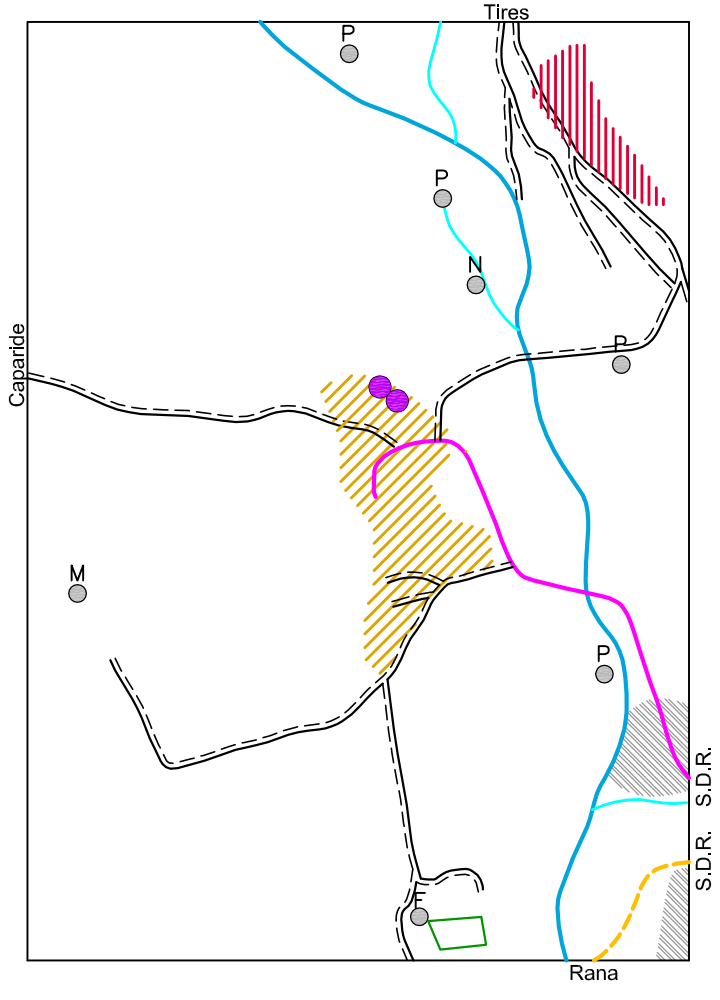
1958

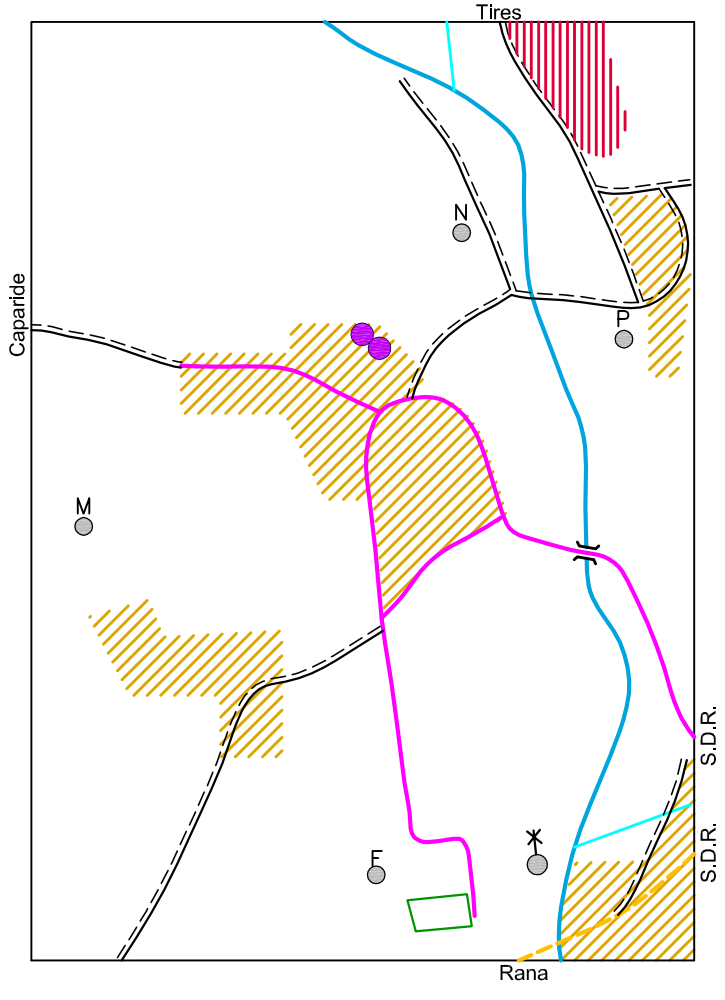
USAF [Foto Aérea 57AM23 Roll3]. 1958. 1 foto: p.b. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

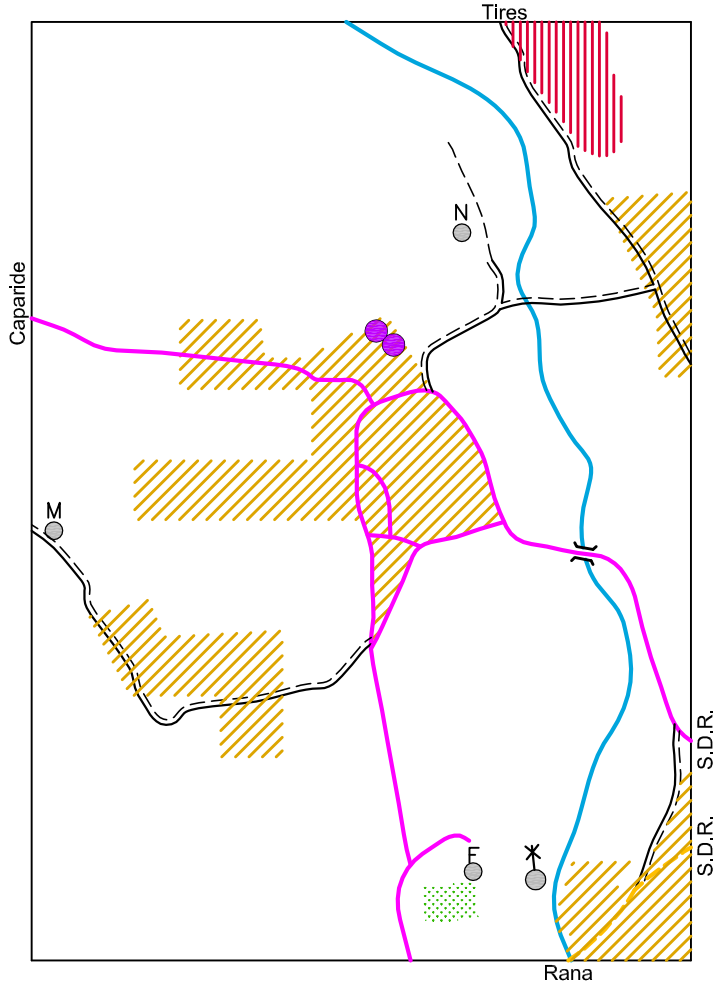


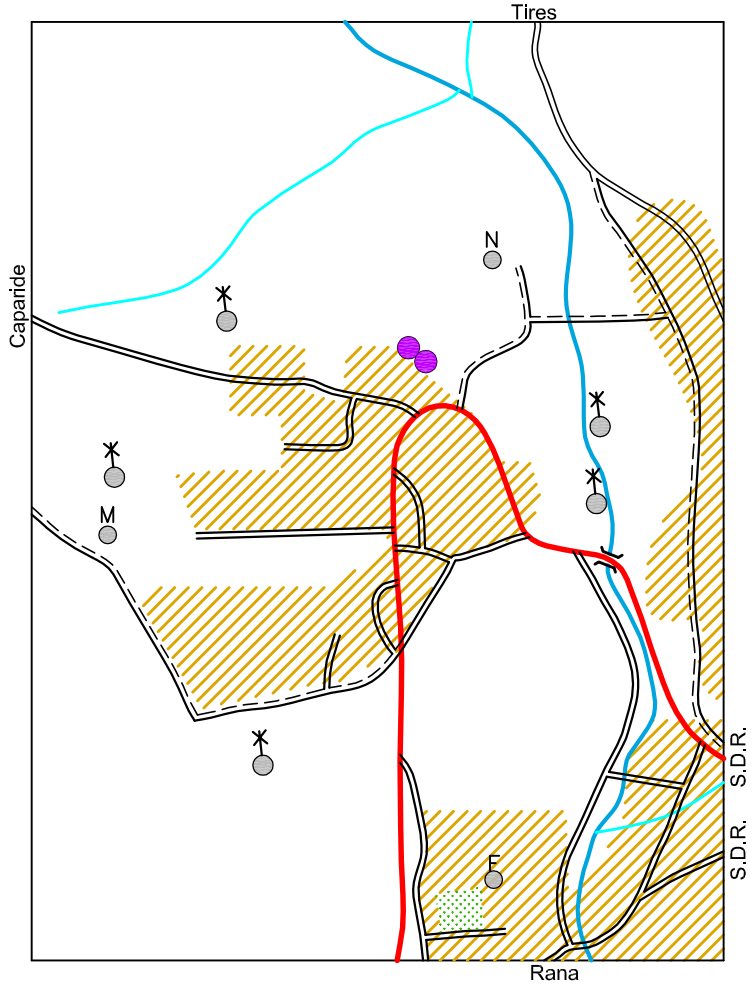
1966-1970

Serviços Cartográficos do Exército [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1966- 1970. 1 carta: color, 54 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal









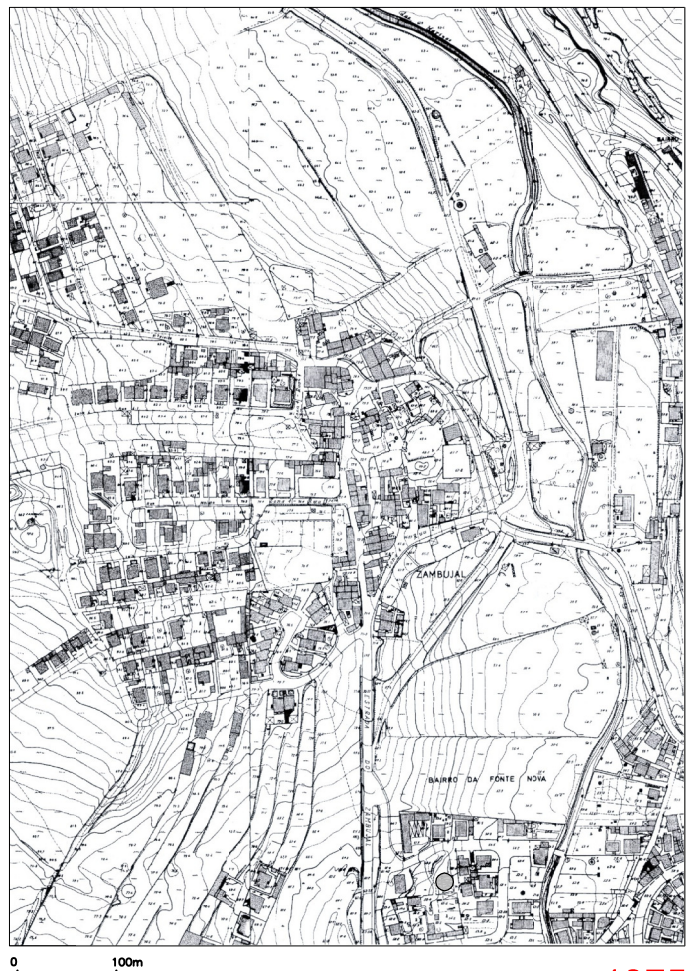
Uso do Solo/ Actividades	1951	1954	1958	1966-1970
(a) Agrícola				
(b) Outro	Pedreira	Pedreira	Pedreira	
(c) Elem/ Signif/ Ocup Solo	Poços/ Nora	Poços/ Nora/ Aeromotor	Poços/ Nora	Poços/ Nora/ Aeromotores
(d) Cultura Extensiva/ Sequeiro	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens
(e) Cult. Intens./ Hortícola/ Regadio				
(f) Florestal				
(g) Arborização				
Acessos/ Ligações				
(h) Acessos Funcionais Internos	Fonte	Fonte	Fonte	Fonte
(i) Acess/ Lig. Ext/ Estruturais	Caparide/ SDR	Caparide/ SDR	Caparide/ SDR	Caparide/ SDR/ Rana
(j) Acess/ Lig. Ext/ Conjunturais	Tires/ Rana	Tires/ Rana	Tires/ Rana	Tires
Forma da Expansão Urbana				
(l) Construções Isoladas				
(m) Construções longo das vias				
(n) Urbanização parcelas isoladas				
(o) Urbanização parcelas contíguas				
(p) Ocupação espaços intersticiais				

- PRÉ EXISTÊNCIA - CAMINHO MALHA ROMANA
- ESTRADA MACADAME
- ESTRADA (Betuminoso)
- ESTRADA (Betuminoso)
- RUA
- CAMINHO
- CAMINHO PÉ POSTO (VEREDA)
- CAMINHO PÉ POSTO (VICINAL)
- CAMINHO CARRETEIRO (Terra Batida)
- CAMINHO ACESSO AUTO
- AUTOESTRADA
- PONTE
- SILOS MEDIEVAIS
- ÁREA URBANA
- PEDREIRA
- OCUPAÇÃO HORTÍCOLA
- ARBORIZAÇÃO
- MATO
- VESTÍGIOS DA CALEIRA PARA A AZENHA
- M MOINHO
- F FONTE
- P POÇO
- N NORA
- A AZENHA
- AEROMOTOR

II.3.3.c - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

ZAMBUJAL
(Folha 2)



1975

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 13:20]. Disponível em URL. http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp



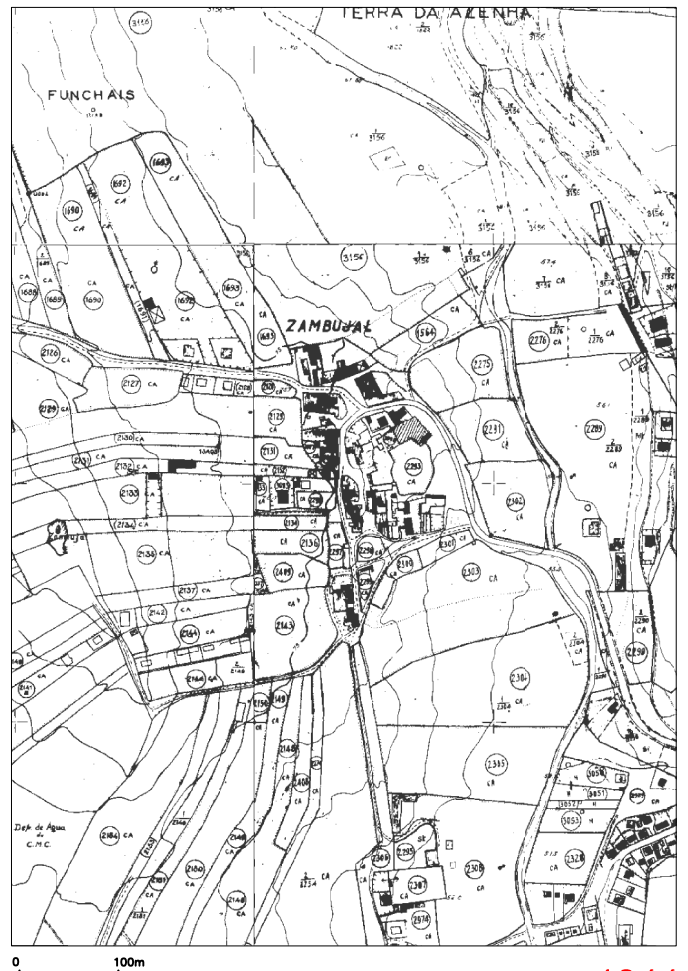
1999

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 13:35]. Disponível em URL. http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp



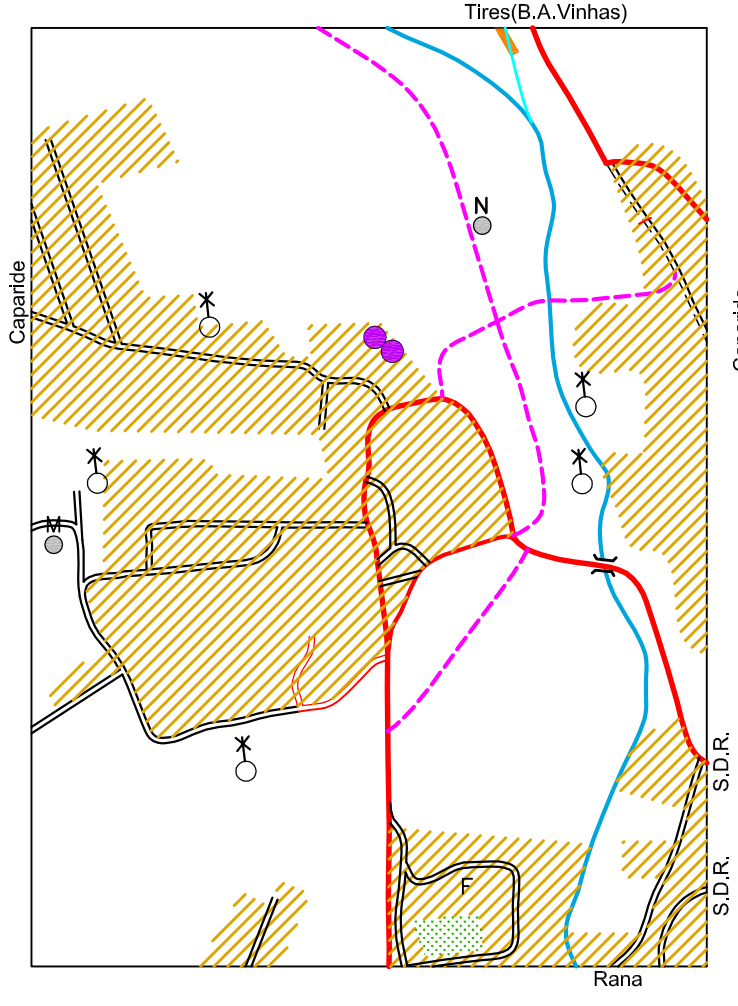
2007

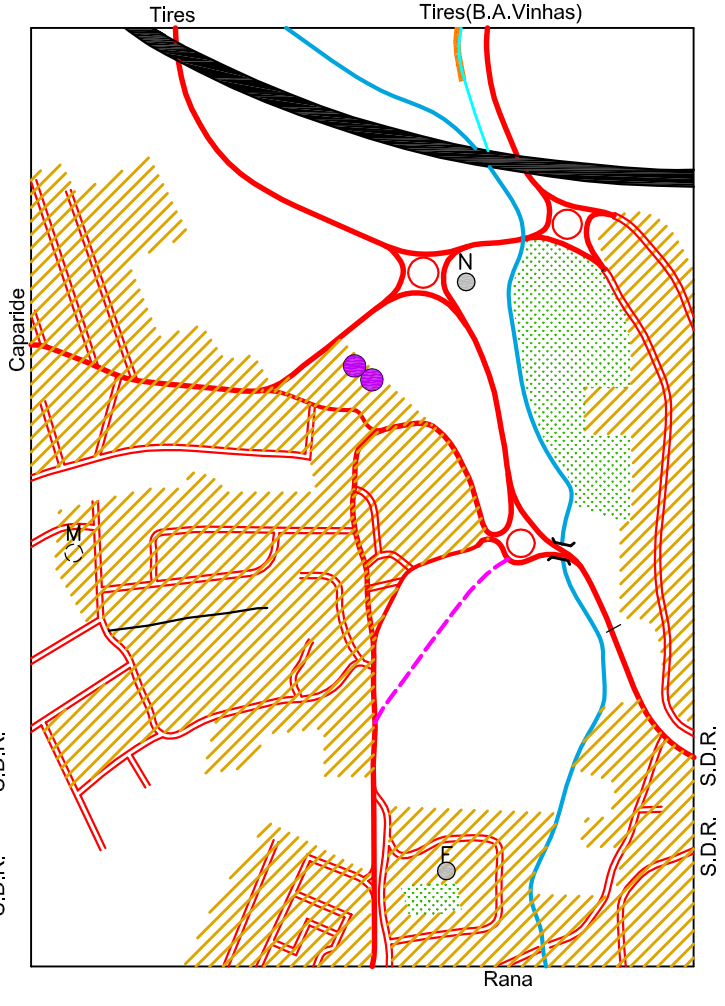
Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 13:25]. Disponível em URL. http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp

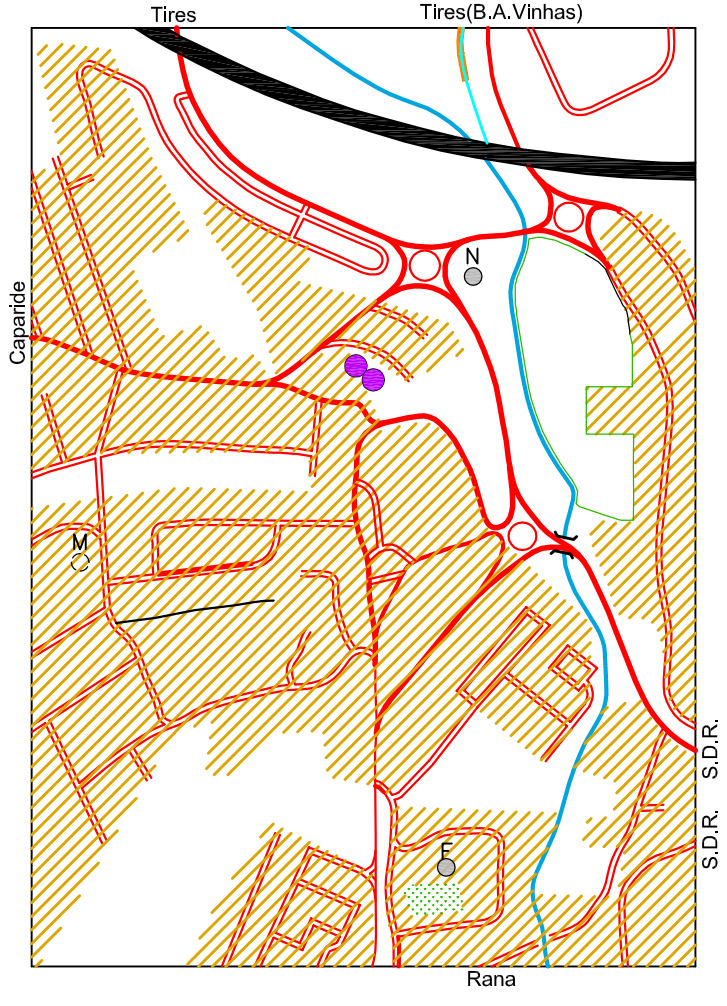


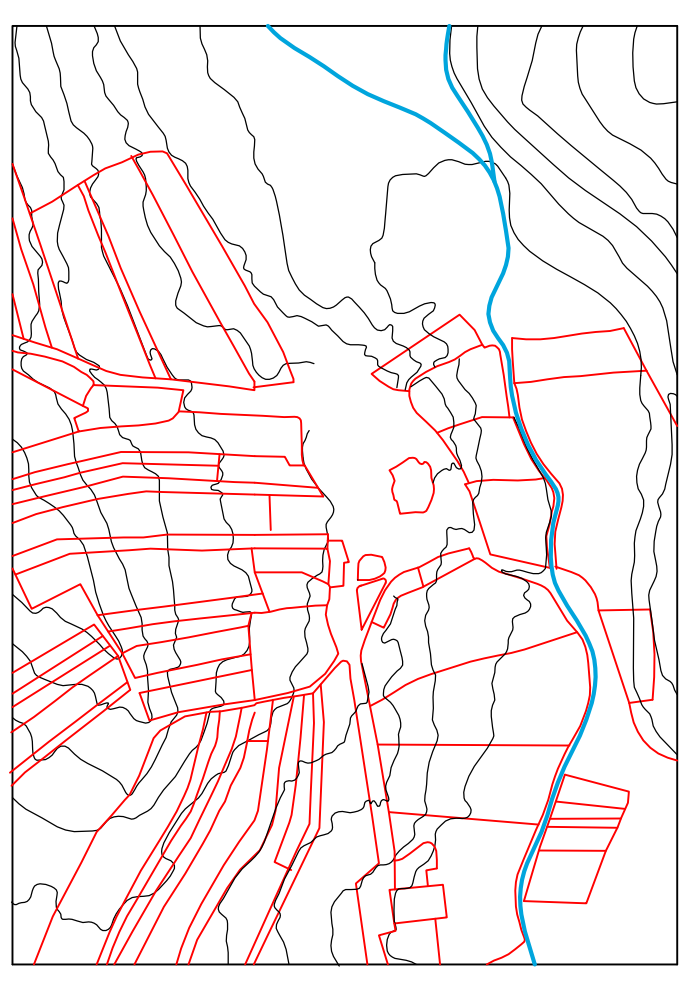
1944

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Planta de Cadastro [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 13:30]. Disponível em URL. http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp









	1975	1999	2007
Uso do Solo/ Actividades			
(a) Agrícola			
(b) Outro			
(c) Elem/ Signif/ Ocup Solo	Poços/ Nora/ Aeromotores		
(d) Cultura Extensiva/ Sequeiro	Cereais/ Forragens		
(e) Cult. Intens./ Hortícola/ Regadio			
(f) Florestal			
(g) Arborização			
Acessos/ Ligações			
(h) Acessos Funcionais Internos	Fonte/ Urbanizações	Urbanizações	Urbanizações
(i) Acess/ Lig. Ext/ Estruturais	Caparide/ SDR/ Rana	Caparide/ SDR/ Tires/ Rana	Caparide/ SDR/ Tires/ Rana
(j) Acess/ Lig. Ext/ Conjunturais	Tires		
Forma da Expansão Urbana			
(l) Construções Isoladas			
(m) Construções longo das vias			
(n) Urbanização parcelas isoladas			
(o) Urbanização parcelas contíguas			
(p) Ocupação espaços intersticiais			

- PRÉ EXISTÊNCIA - CAMINHO MALHA ROMANA
- ESTRADA MACADAME
- ESTRADA (Betuminoso)
- ESTRADA (Betuminoso)
- RUA
- CAMINHO
- CAMINHO PÉ POSTO (VEREDA)
- CAMINHO PÉ POSTO (VICINAL)
- CAMINHO CARRETEIRO (Terra Batida)
- CAMINHO ACESSO AUTO
- AUTOESTRADA
- PONTE
- SILOS MEDIEVAIS
- ÁREA URBANA
- PEDREIRA
- OCUPAÇÃO HORTÍCOLA
- ARBORIZAÇÃO
- MATO
- VESTÍGIOS DA CALEIRA PARA A AZENHA
- M MOINHO
- F FONTE
- P POÇO
- N NORA
- A AZENHA
- AEROMOTOR

II.3.3.c - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

ZAMBUJAL
(Folha 3)

Quanto aos outros polígonos, localizam-se, de preferência, nas áreas de regadio, na área de vale, na zona adjacente à linha de água e no interior da própria povoação, reforçando assim a íntima ligação à terra do *modo de vida* das populações.
A expansão urbana contemporânea— clandestina até 1997— faz-se reproduzindo o mesmo padrão, uma vez que as urbanizações incidem normalmente sobre cada uma das antigas parcelas agrícolas.

- Tires- Aspectos da análise comparativa (Fig. **II.3.3.d- Ensaio de Análise Cartográfica- Aglomerados Rurais. Evolução Morfológica**. Folhas 1,2,3,4)

- Uso do solo / Actividades

a) Uso do solo / Actividade agrícola

Tal como foi referido para o Zambujal, o recurso económico mais importante da região era a agricultura, embora Tires tenha demonstrado, ao longo da sua história, aptidões e recursos mais variados. De acordo com a aptidão do solo, a maior extensão da ocupação agrícola era a *cultura arvense*, de preferência trigo e também outras gramíneas— *forragens* para alimentação e trato dos animais, o que se manteve até aos anos de 1970-1980.

b)- Uso do solo / outra actividade:

A exploração da pedra calcárea, em pedreiras de superfície, constituiu, até 1940-1950, um recurso económico de salientar, confirmando a cartografia as referências históricas às pedreiras de Tires, sobretudo as das Coveiras, no caminho para S. Domingos de Rana. A importância das pedreiras ficou também assinalada pela formação de um grupo profissional— o dos canteiros de Tires (232).
De assinalar, a existência de uma fábrica, ou oficina de tinturaria e estamparia em tecidos, que terá laborado ainda durante o século XX (233).

c)- Elementos significativos da ocupação do solo:

O número crescente de poços, fontes e tanques, a partir de 1930, indicia uma exploração de regadio, eventualmente intensiva, praticada por certo na zona adjacente à linha de água, sobretudo a poente (onde ainda há vestígios), mas também alguma expansão demográfica e urbana.

d)- Cultura extensiva / sequeiro:

Tires revela-se, na sua história, um aglomerado com tendências mais urbanas.

No entanto, persistiram, no interior habitado, tanto as áreas de cultivo como os currais de animais, vacas, ovinos e caprinos, até 1970-1980. A cultura de sequeiro— cereais e outras gramíneas, foi-se tornando cada vez mais escassa e acabou pela mesma altura, verificando-se como último recurso a cultura de forragens, enquanto ainda subsistia alguma criação de animais. Não foi, também aqui, possível determinar a incidência de outras culturas que fizeram época, como o milho de sequeiro, a fava e outras leguminosas.

e)- Cultura intensiva / hortícola / regadio:

A cultura de regadio— produtos hortícolas e eventualmente algumas árvores de fruto— verificava-se na zona de vale, junto à ribeira, onde os solos aluvionares seriam propícios. Considerou-se a continuidade desta actividade, mesmo não se encontrando explícita nos mapas. As parcelas de regadio através de poços foram também consideradas. A casa rural associada à antiga fábrica, que constituía uma pequena unidade do tipo das quintas de recreio, tem uma área murada, onde se encontra assinalado um jardim formal, incluindo, por certo, também uma horta, de acordo com o modelo praticado na zona. Existe ainda um pequeno aglomerado, fora do perímetro urbano, com o nome de Regueira, o que sugere uma área propícia ao cultivo de regadio, nas imediações da povoação.

f)- Uso florestal:

Tal como no Zambujal, é de assinalar a existência certa de matos, embora não surjam assinalados na maioria dos mapas. Os terrenos incultos correspondiam a áreas pouco propícias ao cultivo— declives e pedreiras, mas o mato era essencial ao modo de vida rural— providenciava combustível e forros de pavimentos para currais. As pastagens de rebanhos também se faziam nesses terrenos.

g)- Arborização:

A arborização é incerta, bem como a sua tipologia, mesmo relativamente ao olival indicado até 1914. A que passava por ser a única zona arborizada, assinalada a propósito da vida comunitária (o campo do piquenique anual) (234), situava-se fora dos limites da povoação e deixou de existir nos anos de 1960. A indicação de arborização no mapa de 1930 não parece fiável, porque não tem antecedentes nem continuidade.

- Acessos / ligações

h)- Acessos funcionais internos:

Consideraram-se acessos funcionais internos da própria estrutura urbana, os que serviam a comunidade e não eram geradores de relações exteriores. Enquadram-se no regime de auto-subsistência e configuram um certo fechamento. Destacam-se os que conduziam ao moinho e às pedreiras das Coveiras e outras. Verifica-se que estes caminhos evoluem rapidamente: o moinho deixou de funcionar, tal como o do Zambujal, provavelmente logo nas primeiras décadas de 1900. O caminho desaparece, embora se mantenha sempre o que segue o traçado romano. Todos os outros caminhos periféricos passam a servir a ligação com as urbanizações progressivas.

i)- Acessos / ligações exteriores / Estruturais:

Os acessos e ligações exteriores considerados *estruturais*, têm a ver com relações funcionais que podem ter estado na origem do próprio aglomerado.

Neste caso devem assinalar-se as ligações-percursos entre focos urbanos importantes na época romana, Caparide-Talaíde pela Abóboda e Conceição da Abóboda, coincidentes com a malha de centuriação. A posição da villa era estratégica em relação a este percurso.

É também estrutural a ligação ao percurso principal S. Domingos de Rana-Sintra, bem como a ligação a Manique, como parte de uma rede que, tanto pode ter origem na Idade Média, como resultar, pelo menos em parte, da recuperação de percursos pré-romanos.

De assinalar a tendência para os percursos novos se irem sempre somando aos existentes, sendo que a cartografia do século XIX apresenta já uma rede complexa, sem indicação de hierarquia de caminhos, com a possibilidade de escolha de itinerários que, no caso de Tires, se traduz ao longo do tempo pela existência e multiplicação de percursos alternativos para os mesmos destinos.

j) Acessos / ligações exteriores / Conjunturais:

De assinalar a tendência para os percursos novos se irem sempre somando aos existentes, sendo que a cartografia do século XIX apresenta já uma rede complexa, sem indicação de hierarquia de caminhos, com a possibilidade de escolha de itinerários que, no caso de Tires se traduz ao longo do tempo pela existência e multiplicação de percursos alternativos para os mesmos destinos. O desenvolvimento de Tires, tem provavelmente a ver com esta nodalidade.

A ligação a S. Domingos de Rana pelo caminho das Coveiras (pedreiras) poderia ter também relação com o acesso à azenha, a meio caminho. Com o Zambujal parecia não haver qualquer tipo de relação, como ficou assinalado.

Uma ligação existente no século XIX à Torre da Aguilha perdeu-se logo na época seguinte, provavelmente por desinteresse do percurso, que atravessava o caminho S. Domingos de Rana-Sintra e ligava directamente à quinta.

- Formas da expansão urbana

l)- Construções isoladas:

Tires desenvolveu-se, num primeiro momento, eventualmente, nas imediações da villa romana em decadência, portanto na parte alta; num segundo momento, entre o século XVI e XVII, um novo núcleo ter-se-á formado na zona baixa, junto às linhas de água e extensão de lajedo contínuo (embora já pudesse existir, ou ter existido, um assentamento humano no local). A construção de uma capela e a disposição do aglomerado no mapa mais antigo, são disso prova. Pela comparação cartográfica, parece não ter havido recurso assinalável a construções isoladas, mantendo-se uma grande coesão do aglomerado, até ao surto da urbanização.

m)- Construções ao longo das vias:

No movimento de expansão das povoações, verifica-se a tendência para a implantação das casas ao longo de vias mais importantes. Aconteceu e ainda se mantêm muitas construções (de casas térreas) junto à designada *estrada principal*, que constituiu um trajecto de expansão da zona baixa para norte. Posteriormente, a partir de 1960, é sobretudo ao longo de vias principais e secundárias que surgem os loteamentos e as construções clandestinas, aproveitando a existência ou possibilidade de extensão de infraestruturas.

n)- Urbanização de parcelas isoladas:

A expansão de Tires fez-se muito a partir do próprio núcleo, com pouco recurso a construções isoladas, verificando-se a coexistência (em sincronia), dos vários tipos de urbanização.

o)- Urbanização de parcelas contíguas ao perímetro urbano:

Entre 1966 e 1975-80 a área urbanizada aumentou extraordinariamente, com as implantações clandestinas, na sequência também dos fenómenos decorrentes da revolução de Abril de 1974. As parcelas urbanizadas seguem a geometria da planta do cadastro rústico.

p)- Ocupação de espaços intersticiais:

Os espaços intersticiais iniciaram o fecho a norte e a tendência é para prosseguir, embora se

verifique actualmente o fenómeno da obsolescência do centro, principalmente o núcleo mais antigo, com construções em ruínas ou mau estado de conservação, ocupadas por várias famílias com maiores dificuldades. Existem ainda parcelas rurais (patentes na planta de cadastro) que só foram abandonadas recentemente.

- Mosaico cadastral- a persistência da matriz geométrica

Propõe-se para Tires (nome que até poderá derivar de *tiras*), o mesmo modelo considerado para o Zambujal, quanto à confrontação entre a topografia e o mosaico cadastral, bem como as considerações acerca da origem e transformação da propriedade.
A expansão urbana contemporânea— clandestina até 1997— faz-se reproduzindo o mesmo padrão, uma vez que as urbanizações incidem normalmente sobre cada uma das antigas parcelas agrícolas.

- Conclusões

Embora as duas povoações, Zambujal e Tires, apresentem algumas diferenças, distinguindo-se Tires por uma continuidade de dinamismo urbano, assinalam-se aspectos comuns e particulares que podem contribuir para a construção de um quadro de caracterização mais alargada e de um modelo de análise do território do interior dos concelhos de Cascais e Oeiras.

- A posição topográfica- a importância da água

Pela situação relativa dos aglomerados, reconhece-se a posição estratégica em relação à Ribeira das Marianas e seus afluentes, bem como a implantação de meia encosta dos núcleos mais antigos. Fontes, poços, noras, tanques, azenha, aeromotores, vão sendo assinalados como elementos importantes, marcando a existência de água como condição necessária aos assentamentos humanos. Elementos não indicados são os chafarizes que, durante as décadas de 1940-1950 precederam a instalação da rede pública de água canalizada.

- As preexistências

Entre outras preexistências históricas, o traçado do caminho da centuriação romana permanece como traçado ou como caminho ainda utilizado; o local da villa romana em Tires está identificado pela arqueologia; os silos medievais do Zambujal foram reconhecidos, sem investigação do espólio, antes que uma projecção de betão os ocultasse. Todos estes vestígios

conhecidos atestam, senão uma continuidade do respectivo povoamento, pelo menos ocupações importantes pontuais.

- **O vínculo à agricultura – verificação de um modelo- continuidades**

Este vínculo antigo à agricultura, próprio do carácter saloio, é confirmado pelo uso do solo, com as culturas cerealíferas, pela escassez de árvores, mas sobretudo pela confirmação do modelo de povoamento proposto, com a povoação confinada pelos limites dos campos. Podendo não ser relevante, verifica-se, no entanto, que Tires não vai expandir-se para os terrenos das searas, mas para a zona de vale, parcialmente ocupada por uma laje calcárea superficial contínua, ocupando ainda assim a margem fértil da ribeira. Mesmo que algumas culturas tenham variado com as épocas e a própria criação de gado tenha incidido sobre espécies diferentes, a continuidade que aqui se verifica tem a ver com a cultura de cereais.

- A diversificação das actividades como factor de desenvolvimento

Uma maior diversificação de actividades teve como resultado, para Tires, face ao imobilismo do Zambujal, uma maior facilidade de adaptação e desenvolvimento. Terão contribuído o pequeno foco industrial e de comércio/serviços (235) e a extracção da pedra, a que se seguiu uma tradição de mão-de-obra e a implantação de serrações mecânicas de pedra nos arredores.

- A influência dos percursos

A situação de *nó* de Tires, no cruzamento de percursos tradicional e localmente importantes, opõe-se à do Zambujal, no *fim de linha* da ligação em espinha à ligação S. Domingos de Rana-Sintra. As ligações assinaláveis são sobretudo internas, configurando isolamento e auto-suficiência, a qual também era marcada pela existência do moinho. Situação que se verificava na maior parte das povoações do aro considerado, tendo-se observado o mesmo para outras, como Manique, Alcabideche e Albarraque. As povoações que se revelam como *polos* são S. Domingos de Rana, Caparide e talvez Abóboda- Trajouce (também um nó em relação a Sintra), já que Talaíde, em fim de linha, no limite da freguesia, não manteve a polaridade que terá tido na época romana.

- A falta de um centro

Nem o Zambujal, nem o núcleo antigo de Tires contêm qualquer sinal de centralidade urbana, de espaço ou edifício diferenciado, que marcasse um núcleo, possível foco de vida comunitária.

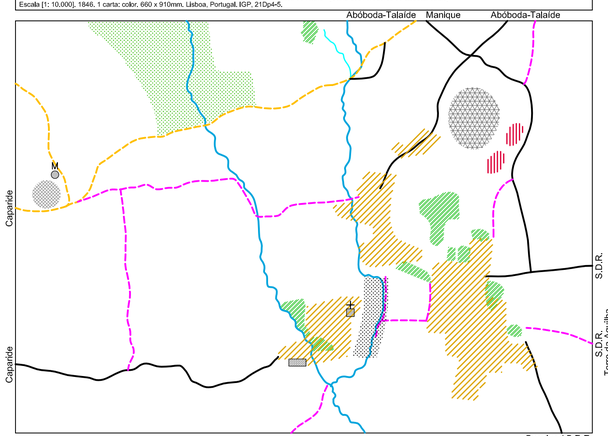
- A expansão urbana vem pela mão dos clandestinos

Só pela análise cartográfica se chega à conclusão de que a expansão urbana, em ambos os casos, se dá a partir de 1960, constituindo um *boom* nas décadas de 1970-1980, o que



1843

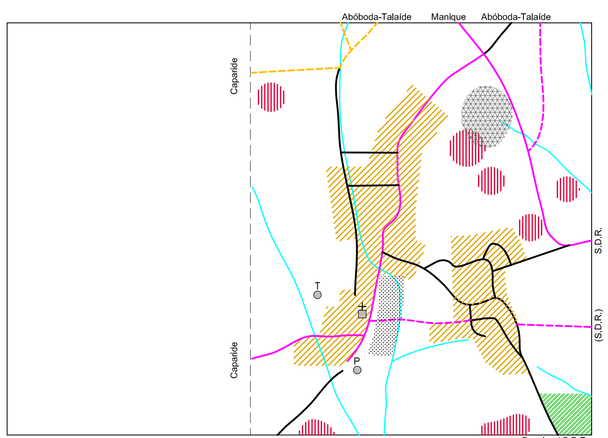
Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa,Folha2]
Escala [1: 10.000], 1843-1846, 1 carta: color, 646 x 858mm, Lisboa, Portugal, IGP, 21Dp4-2
Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa,Folha5]
Escala [1: 10.000], 1846, 1 carta: color, 660 x 910mm, Lisboa, Portugal, IGP, 21Dp4-5.





1899

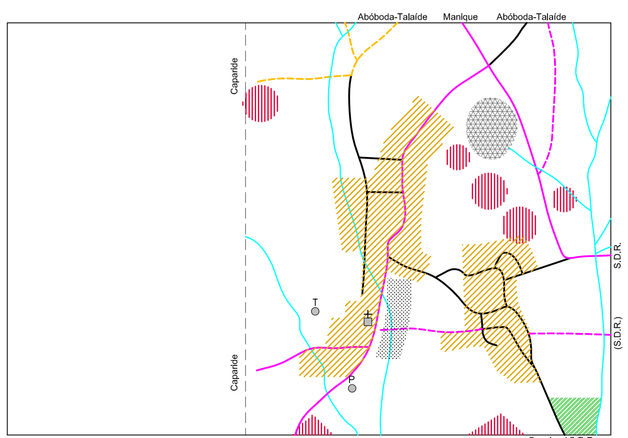
Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha3] .Escala [1: 20.000], 1899. 1 carta: color, 43 x 52 cm, Lisboa, Portugal. IGP, 378p4-2





1914

Estado Maior do Exercito - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha3] .Escala [1: 20.000]. 1914. 1 carta: color, 37 x 46cm. Lisboa, Portugal.



	1843	1899	1914
Uso do Solo/ Actividades			
(a) Agrícola			
(b) Outro	Pedreira	Pedreira	Pedreira
(c) Elem/ Signif/ Ocup Solo			
(d) Cultura Extensiva/ Sequeiro	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens
(e) Cult. Intens./ Hortícola/ Regadio			
(f) Florestal			
(g) Arborização	(Olival)	Olival	Olival
Acessos/ Ligações			
(h) Acessos Funcionais Internos	Coveiras/ Moinho	Coveiras	Coveiras
(i) Acess/ Lig. Ext/ Estruturais	Caparide/ Abóboda/ Manique/SDR/Talaíde	Caparide/ Abóboda/ Manique/SDR/Talaíde	Caparide/ Abóboda/ Manique/SDR/Talaíde
(j) Acess/ Lig. Ext/ Conjunturais	Torre da Aguilha	SDR	SDR
Forma da Expansão Urbana			
(l) Construções Isoladas			
(m) Construções longo das vias			
(n) Urbanização parcelas isoladas			
(o) Urbanização parcelas contíguas			
(p) Ocupação espaços intersticiais			

- PRÉ EXISTÊNCIA - CAMINHO MALHA ROMANA
- ESTRADA MACADAME
- ESTRADA (Betuminoso)
- RUA
- CAMINHO
- CAMINHO PÉ POSTO (VEREDA)
- CAMINHO PÉ POSTO (VICINAL)
- CAMINHO CARRETEIRO (Terra Batida)
- CAMINHO ACESSO AUTO
- AUTOESTRADA
- PONTE
- FÁBRICA TÊXTIL/ TINTURARIA
- VESTÍGIOS CEMITÉRIO ROMANO - Ver carta cadastro romano - II.2.2.1.d
- SUPERFÍCIE LAJEADA CONTÍNUA NATURAL
- ÁREA DA VILLA ROMANA - Ver carta cadastro romano - II.2.2.1.d
- ÁREA URBANA
- PEDREIRA
- OCUPAÇÃO HORTÍCOLA
- ARBORIZAÇÃO
- MATO
- IGREJA
- TANQUE
- MOINHO
- FONTE
- POÇO
- NORA
- AZENHA
- AEROMOTOR
- COLECTIVIDADE

II.3.3.d - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA — TIRES

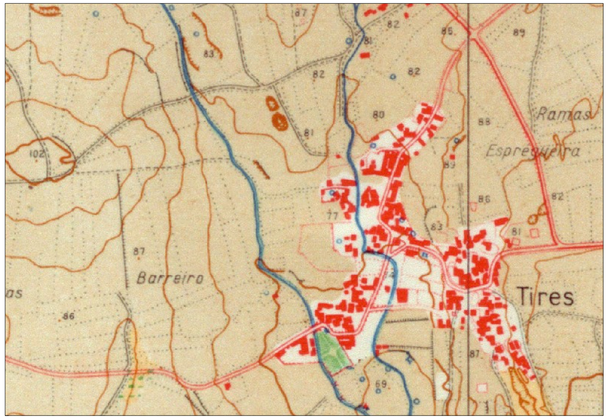
(Folha 1)



0 100m

1930

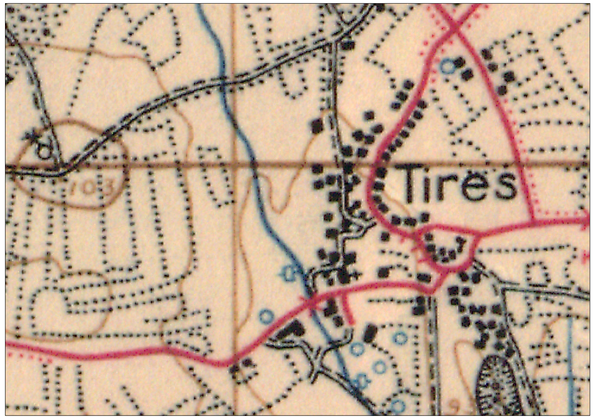
Serviços Cartográficos do Exército [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1929-1935, 1 carta: color, 53 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal



0 100m

1951

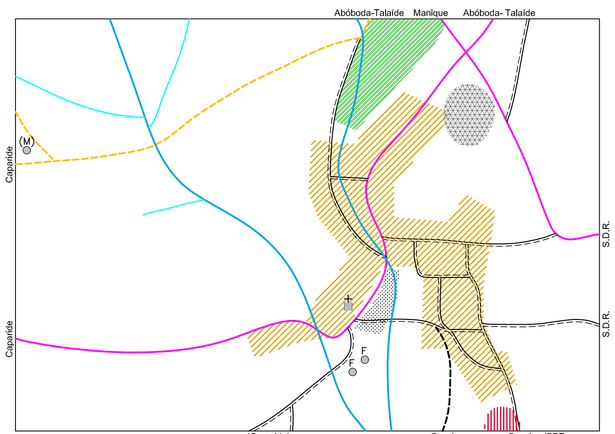
Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 2-4]. Escala [1:10.000]. 1951, 1 carta: color, 58 x 75 cm. IGP, Lisboa, Portugal

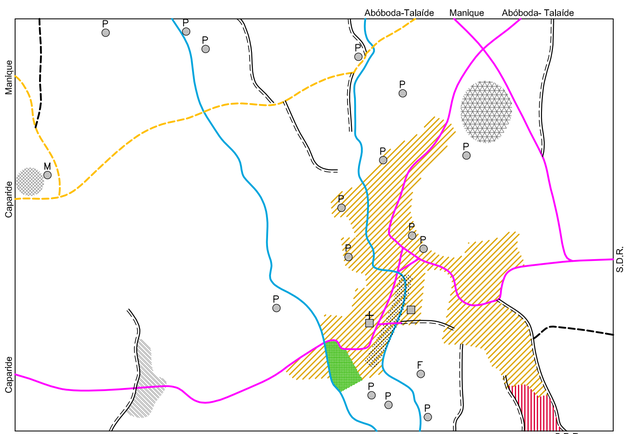


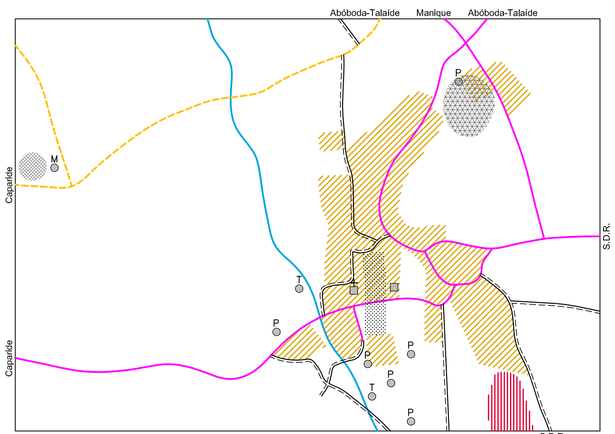
0 100m

1954

Serviços Cartográficos do Exército [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1954, 1 carta: color, 54 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército Lisboa, Portugal







	1930	1951	1954
Uso do Solo/ Actividades			
(a) Agrícola			
(b) Outro	Pedreira	Pedreira	Pedreira
(c) Elem/ Signif/ Ocup Solo	Fontes	Poços/ Fontes	Poços/ Fontes/ Tanques
(d) Cultura Extensiva/ Sequeiro	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens
(e) Cult. Intens./ Hortícola/ Regadio			
(f) Florestal		Mato	
(g) Arborização			
Acessos/ Ligações			
(h) Acessos Funcionais Internos	Coveiras/ Pedreiras/ (Moinho)	Coveiras/ Pedreiras/ Moinho	Coveiras/ Pedreiras/ Moinho
(i) Acess/ Lig. Ext/ Estruturais	Caparide/ Abóboda/ Manique/SDR/Talaíde	Caparide/ Abóboda/ Manique/SDR/Talaíde	Caparide/ Abóboda/ Manique/SDR/Talaíde
(j) Acess/ Lig. Ext/ Conjunturais	(Caparide)	Caminhos Alternativos mesmos destinos	Caminhos Alternativos mesmos destinos
Forma da Expansão Urbana			
(l) Construções Isoladas			
(m) Construções longo das vias			
(n) Urbanização parcelas isoladas			
(o) Urbanização parcelas contíguas			
(p) Ocupação espaços intersticiais			

- PRÉ EXISTÊNCIA - CAMINHO MALHA ROMANA
- ESTRADA MACADAME
- ESTRADA (Betuminoso)
- RUA
- CAMINHO
- CAMINHO PÉ POSTO (VEREDA)
- CAMINHO PÉ POSTO (VICINAL)
- CAMINHO CARRETEIRO (Terra Batida)
- CAMINHO ACESSO AUTO
- AUTOESTRADA
- PONTE
- FÁBRICA TÊXTIL/ TINTURARIA
- VESTÍGIOS CEMITÉRIO ROMANO - Ver carta cadastro romano - II.2.2.1.d
- SUPERFÍCIE LAJEADA CONTÍNUA NATURAL
- ÁREA DA VILLA ROMANA - Ver carta cadastro romano - II.2.2.1.d
- ÁREA URBANA
- PEDREIRA
- OCUPAÇÃO HORTÍCOLA
- ARBORIZAÇÃO
- MATO
- IGREJA
- TANQUE
- MOINHO
- FONTE
- POÇO
- NORA
- AZENHA
- AEROMOTOR
- COLECTIVIDADE

II.3.3.d - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

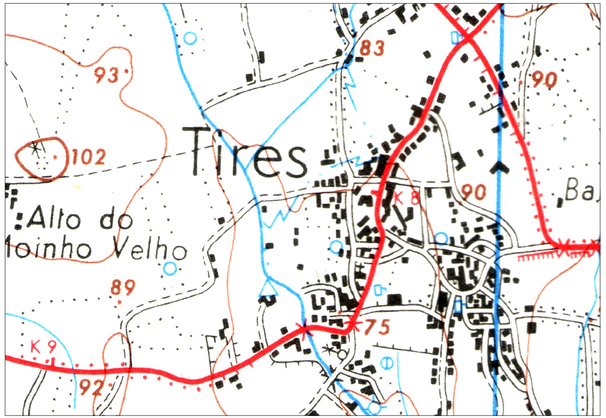
TIRES

(Folha 2)



1958

USAF [Foto Aérea 57AM23 Roll3]; 1958, 1 foto: p.b, Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal



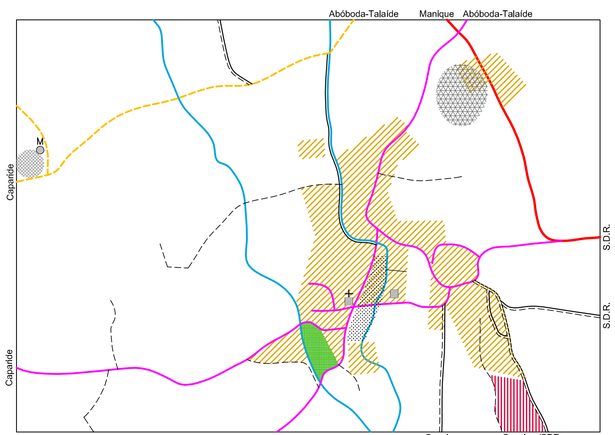
1970

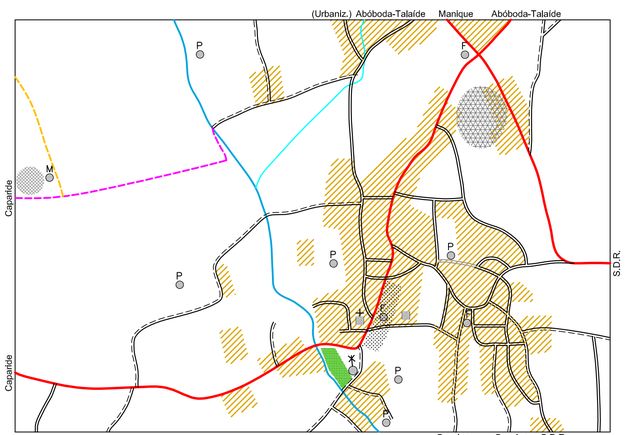
Serviços Cartográficos do Exército [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras], [Material Cartográfico], Escala [1:25.000], 1966- 1970, 1 carta: color, 54 x 74 cm, Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

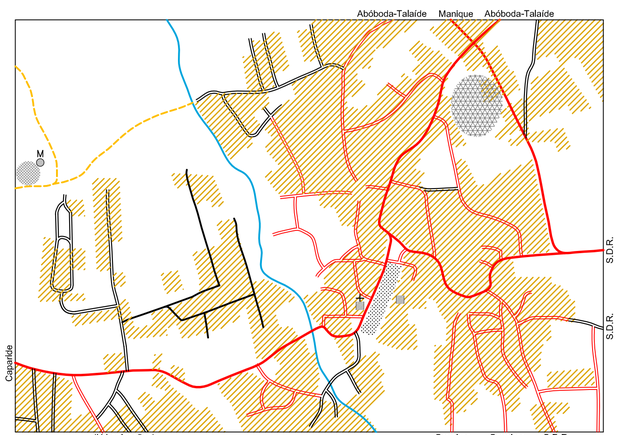


1975

Câmara Municipal de Cascais, SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 14:15]. Disponível em URL: http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp







	1958	1970	1975
Uso do Solo/ Actividades			
(a) Agrícola			
(b) Outro	Pedreira		
(c) Elem/ Signif/ Ocup Solo	Poços/ Fontes/ Tanques	Poços/ Fontes	Poços/ Fontes
(d) Cultura Extensiva/ Sequeiro	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens	Cereais/ Forragens
(e) Cult. Intens./ Hortícola/ Regadio			
(f) Florestal			
(g) Arborização			
Acessos/ Ligações			
(h) Acessos Funcionais Internos	Coveiras/ Pedreiras/ Moinho	Urbanizações	Urbanizações
(i) Acess/ Lig. Ext/ Estruturais	Caparide/ Abóboda/ Manique/SDR/Talaide	Caparide/ Abóboda/ Manique/SDR/Talaide	Caparide/ Abóboda/ Manique/SDR/Talaide
(j) Acess/ Lig. Ext/ Conjunturais	Caminhos Alternativos mesmos destinos	Caminhos Alternativos mesmos destinos	Caminhos Alternativos mesmos destinos
Forma da Expansão Urbana			
(l) Construções Isoladas			
(m) Construções longo das vias			
(n) Urbanização parcelas isoladas			
(o) Urbanização parcelas contíguas			
(p) Ocupação espaços intersticiais			

- PRÉ EXISTÊNCIA - CAMINHO MALHA ROMANA
- ESTRADA MACADAME
- ESTRADA (Betuminoso)
- RUA
- CAMINHO
- CAMINHO PÉ POSTO (VEREDA)
- CAMINHO PÉ POSTO (VICINAL)
- CAMINHO CARRETEIRO (Terra Batida)
- CAMINHO ACESSO AUTO
- AUTOESTRADA
- PONTE
- FÁBRICA TÊXTIL/ TINTURARIA
- VESTÍGIOS CEMITÉRIO ROMANO - Ver carta cadastro romano - II.2.2.1.d
- SUPERFÍCIE LAJEADA CONTÍNUA NATURAL
- ÁREA DA VILLA ROMANA - Ver carta cadastro romano - II.2.2.1.d
- ÁREA URBANA
- PEDREIRA
- OCUPAÇÃO HORTÍCOLA
- ARBORIZAÇÃO
- MATO
- IGREJA
- TANQUE
- MOINHO
- FONTE
- POÇO
- NORA
- AZENHA
- AEROMOTOR
- COLECTIVIDADE

II.3.3.d - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

TIRES

(Folha 3)



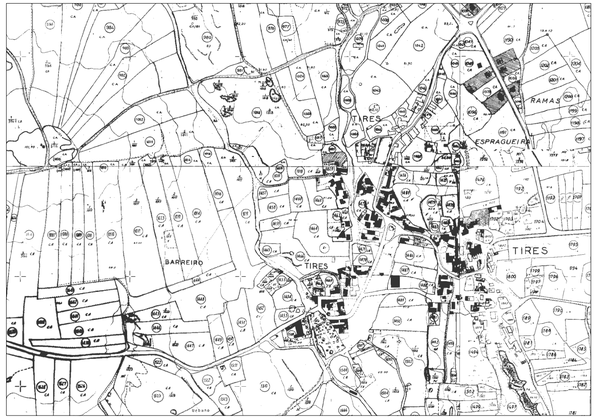
1999

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 14:35]. Disponível em URL: http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp



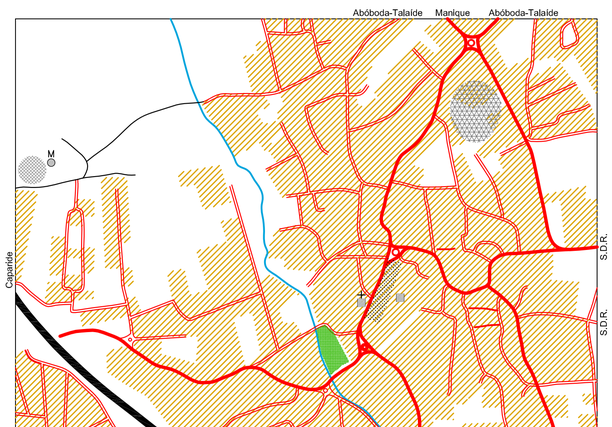
2007

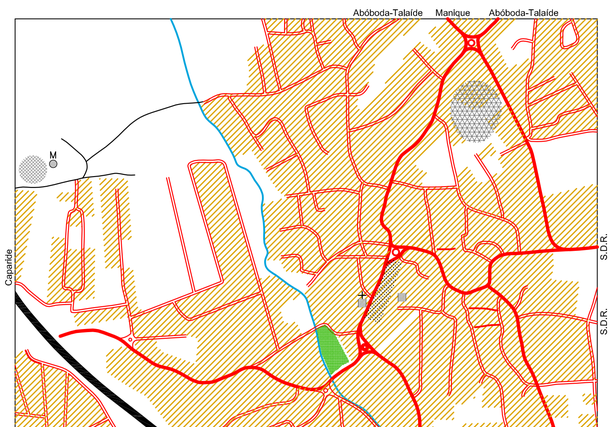
Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha].Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 14:25]. Disponível em URL: http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp

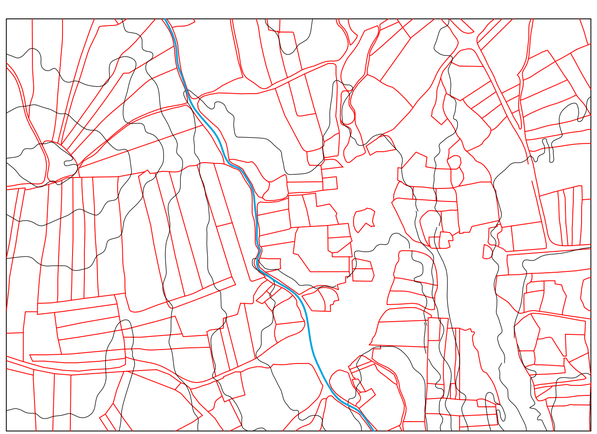


1944

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Planta de Cadastro [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 14:45]. Disponível em URL: http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp







	1999	2007
Uso do Solo/ Actividades		
(a) Agrícola		
(b) Outro		
(c) Elem/ Signif/ Ocup Solo		
(d) Cultura Extensiva/ Sequeiro		
(e) Cult. Intens./ Hortícola/ Regadio		
(f) Florestal		
(g) Arborização		
Acessos/ Ligações		
(h) Acessos Funcionais Internos	Urbanizações	Urbanizações
(i) Acess/ Lig. Ext/ Estruturais	Caparide/Abób./Tal./ Manique/SDR/Zambuj	Caparide/Abób./Tal./ Manique/SDR/Zambuj
(j) Acess/ Lig. Ext/ Conjunturais	Urbanizações	Urbanizações
Forma da Expansão Urbana		
(l) Construções Isoladas		
(m) Construções longo das vias		
(n) Urbanização parcelas isoladas		
(o) Urbanização parcelas contíguas		
(p) Ocupação espaços intersticiais		

- PRÉ EXISTÊNCIA - CAMINHO MALHA ROMANA
- ESTRADA MACADAME
- ESTRADA (Betuminoso)
- RUA
- CAMINHO
- CAMINHO PÉ POSTO (VEREDA)
- CAMINHO PÉ POSTO (VICINAL)
- CAMINHO CARRETEIRO (Terra Batida)
- CAMINHO ACESSO AUTO
- AUTOESTRADA
- PONTE
- FÁBRICA TÊXTIL/ TINTURARIA
- VESTÍGIOS CEMITÉRIO ROMANO - Ver carta cadastro romano - II.2.2.1.d
- SUPERFÍCIE LAJEADA CONTÍNUA NATURAL
- ÁREA DA VILLA ROMANA - Ver carta cadastro romano - II.2.2.1.d
- ÁREA URBANA
- PEDREIRA
- OCUPAÇÃO HORTÍCOLA
- ARBORIZAÇÃO
- MATO
- IGREJA
- TANQUE
- MOINHO
- FONTE
- POÇO
- NORA
- AZENHA
- AEROMOTOR
- COLECTIVIDADE

II.3.3.d - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA — TIRES

(Folha 4)

acontece quase exclusivamente no quadro da construção clandestina, uma vez que algumas urbanizações foram autorizadas dentro do perímetro das povoações.

- A expansão urbana anula os núcleos

Esta expansão aconteceu sobretudo fora dos centros, cuja tipologia de edificação tradicional, ou foi alterada ou demolida, estando o que restou, muitas vezes abandonado ou degradado, senão em ruínas. Houve, no caso de Tires, uma deslocação do centro para o núcleo mais recente (século XVI- XVII) e que se manteve. O edifício de grande dimensão, construído no coração do Zambujal, que inclui habitação, alguns serviços privados e comércio, cria apenas uma descontinuidade grave no conjunto do existente. Esta construção e todas as que têm surgido são apenas exemplos negativos: percebe-se o que não se deve fazer, para além de violarem impunemente o preceituado (mesmo que de forma dúbia) no PDM de Cascais.

A situação no núcleo mais antigo de Tires é quase caricata, porque durante os anos de 1960 surgiram construções, eventualmente clandestinas, nos planos marginais dos logradouros (pátios agrícolas), que deixaram as habitações principais nas traseiras. Outras foram rodeadas de construções adicionais e hoje é difícil discernir alguns intrincados de construções.

- Um mosaico cadastral que se mantém

O mosaico cadastral mantém-se apenas nos traçados das urbanizações, sobretudo as clandestinas, que seguiram os limites das propriedades e os respectivos acessos.

3.4- Ensaio de análise cartográfica- aglomerados rurais - Zambujal e Tires.

Morfologia e Arquitectura (Fig. **II.3.4.a**; Fig. **II.3.4.d**)

O ensaio de análise que se apresenta utiliza as mesmas bases cartográficas adoptadas ao longo do trabalho.

Surgiram dificuldades na comparação de plantas de épocas diferentes, levada a efeito para detectar a *permanência* de elementos que se pretendiam assinalar na planta mais recente. Ainda assim destacam-se: construções, tal como existiam no século XIX; subsistência de implantações antigas em edifícios mais recentes; muros e marcações de limites de propriedades, para além de caminhos internos e da configuração de alguns espaços comuns ou indiferenciados.

Não há dúvida que qualquer das povoações corresponde à descrição do assentamento rural no qual não haveria de início delimitação de espaços privados, logradouros, em muitas das construções, decorrente de uma época, não suficientemente documentada, em que a terra

pertencia a um grande proprietário e a área confinada pelo povoado seria de utilização comum (o que não é o mesmo que comunitário). Esta situação de indiferenciação quanto à propriedade é que teria permitido uma apropriação progressiva dos espaços circundantes da casa, formando então, os *lotes*, mas sem as características que permitam apelidar o conjunto de *tecido urbano*.

Ainda assim é com as categorias de espaço urbano que se traça o quadro seguinte.
Uma evolução a assinalar prende-se com o facto de, pontualmente e sem continuidade, ser possível identificar o *trajecto-matriz*, tal como definido por Cannigia e Maffei, com a implantação de edifícios em pequenas bandas, formando frente-rua. No Zambujal, verifica-se ainda um traçado incipiente de *trajectos de implantação*, que vêm a ser desenvolvidos pela urbanização clandestina, portanto sem a necessária densificação.

3.4.1-Categorias de espaços e tipologias: análise e conclusões

- Relação dialéctica entre espaços públicos, semi-públicos e privados

Na presença de um *pseudo-tecido*, ou tecido urbano incipiente, quando se tratam as categorias de espaços públicos, semi-públicos e privados, verifica-se, por comparação diacrónica, que há tendência para uma especialização, com a seguinte gradação:

- De acordo com a cartografia do século XIX, numa fase inicial (pode ter havido outras anteriores que só poderão ser presumidas), coexistiam construções com as respectivas áreas de logradouro, identificáveis como *lotes* e construções isoladas, sem áreas de terreno anexadas, dispostas de forma pouco estruturada (embora actualmente se possam identificar algumas construções mais antigas na referida definição da frente-rua).
Nestas condições, pode considerar-se que não existia espaço público propriamente dito e que os espaços privados poderiam não estar completamente consolidados.
- A esta indiferenciação, vai suceder-se uma progressiva especialização: o espaço-canal mais frequentado, mais percorrido, vai definir-se como rua, uma vez delimitado pelos obsctáculos lineares constituídos por muros-limite das propriedades privadas, as quais se vão consolidando também pela apropriação dos espaços indiferenciados envolventes. Na sua maior extensão e excepto quando os limites são as frentes de construções, ruas e largos têm



1



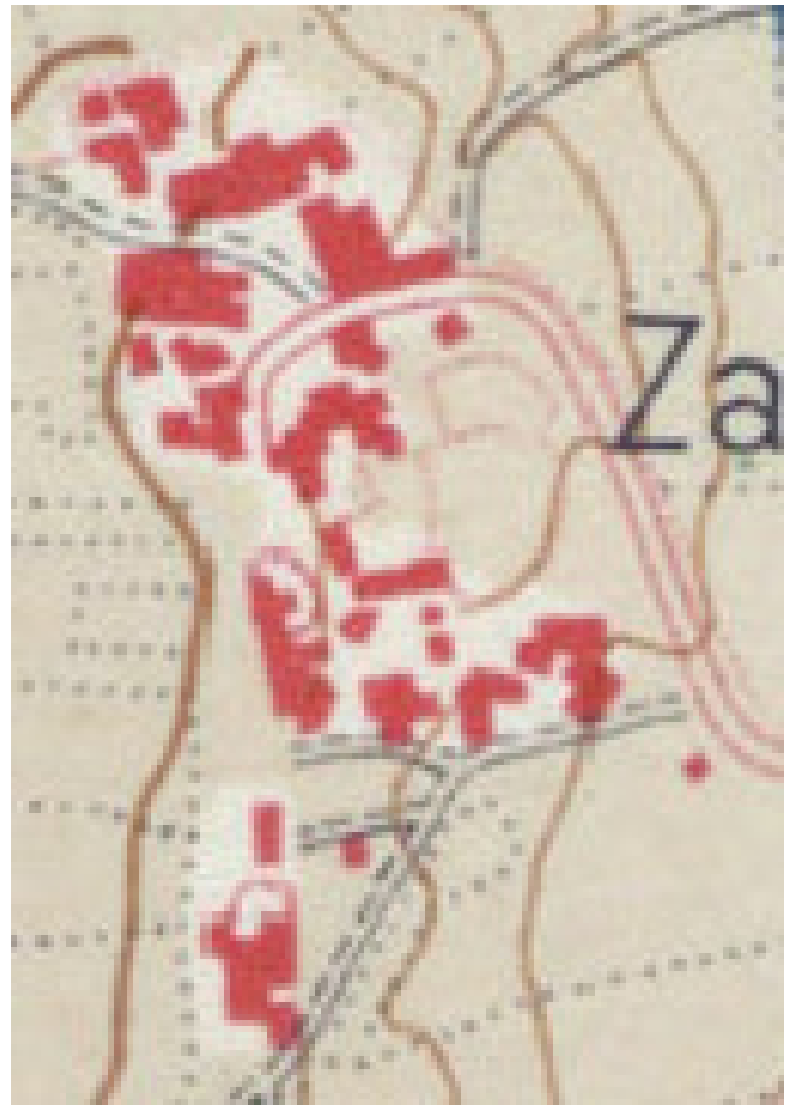
2

II.3.3.e- Tires e Zambujal- As paisagens perdidas. 1- Tires. Vista parcial em 1973. Foto César Guilherme Cardoso. In TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.225. 2- Panorâmica do Zambujal (obtida do Bairro Novo). In TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.284.



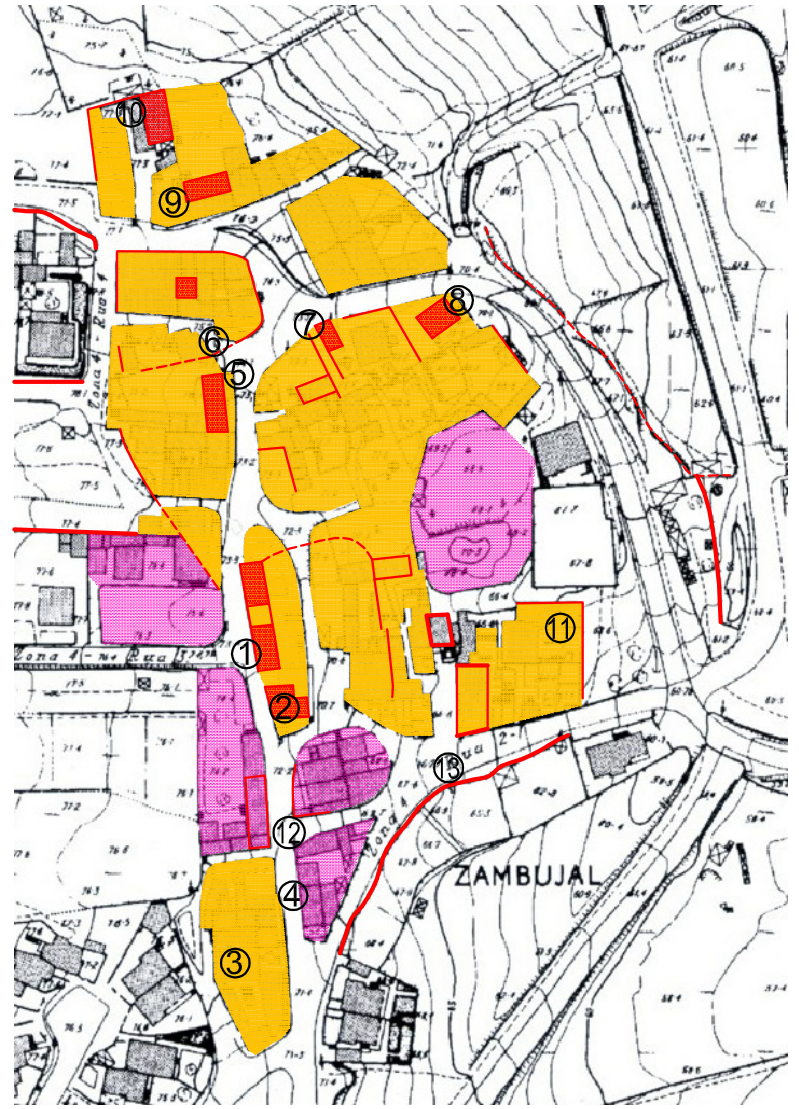
0 100m 1843-1846

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino [Carta dos Arredores de Lisboa,Folha2]. Escala [1: 10,000]..1843-1846. 1 carta: color, 646 x 858mm. Lisboa, Portugal, IGP, 21Dp4-2



0 100m 1951

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 2-4]. Escala [1:10,000]..1951. 1 carta: color, 58 x 75 cm. IGP, Lisboa, Portugal



0 100m 1975

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 13:20]. Disponível em URL: http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp

PARCELAS RÚSTICAS NO INTERIOR URBANO (planta cadastral 1944)

CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PRIVADO

PRÉ-EXISTÊNCIAS / EDIFICAÇÕES

PRÉ-EXISTÊNCIAS / IMPLANTAÇÕES

PRÉ-EXISTÊNCIAS / MUROS

PRÉ-EXISTÊNCIAS / MARCAÇÃO DE ESTREMAS

* - TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. Cascais: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.283: 284



Estrada actual, com a envolvimento por edifícios de habitação colectiva e a implantação agressiva no centro de edifício com volumetria desproporcionada em violação do carácter da povoação

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. Microsoft Virtual Earth [em linha]. Redmond: Microsoft [citado em 28 de Março de 2008 - 16:35]. Disponível em URL: http://live.maps.com



① Casa torreada "ampliada" - Foto de 1980



① Situação actual com alterações exteriores e manutenção do interior



② Casa torreada com pequeno pátio



② Vista da frente da mesma casa



③ Casa torreada com chaminé monumental e pátio com muro alto que define os limites entre o espaço público e o privado



④ Conjunto formando frente-rua sobre laje natural Casas elementares com piso interior em terra batida e pátio lateral da casa ③



④ Definição de pátio por muros-limite "construído" no interior - ocupação de lote rústico



⑤ Casa térrea elementar. Em 1960 era a única mercearia do lugar



⑥ Passagem de acesso-vizinhos. Construções: casa térrea (elementar) à esquerda; casa que parece formada a partir de uma casa torreada mediante duplicação



⑥ A situação actual com alterações que incluem ocupação do espaço exterior



⑦ Casa térrea elementar. Apesar das alterações, é possível que a estrutura inicial se mantenha



⑧ Casa considerada "Casal Saloio" em 1980, tipologia com escada exterior



⑧ Situação actual com alterações desfigurantes



⑨ Casa (provável) de dois pisos corridos (lote à esquerda) à qual foi acrescentado um corpo frontal em data indeterminada



⑨ Vista lateral da mesma casa, sendo visíveis os dois corpos adjacentes de épocas diferenciadas (o de 2 águas é o mais antigo)



⑩ Casal com casa de dois pisos corridos e muro limite entre o lote e os campos adjacentes da área urbana (antes da urbanização)



⑪ Casa construída no século XX mas com os processos, pormenores e imagem da arquitectura saloia



⑫ Passagem de acesso a vizinhos



⑬ Persistência de muros de pedra solta assinalados no mapa de 1843/1846

		1843/46	1951 a 1975
Caracterização Tipologias Edificações		Casa Elementar	Casa Elementar
		Casa Torreada e variantes	Casa Torreada e variantes
		Casa de 2 pisos corridos	Casa de 2 pisos corridos
		Casa de 2 pisos e escada exterior	Casa de 2 pisos e escada exterior
		Outro / ampliações	Outro / ampliações
Caracterização Lotes		Lotes primários delimitados Propriedade única (casal)	Lotes primários delimitados Propriedade única (casal)
		Lotes resultantes da subdivisão dos primários	Lotes resultantes da subdivisão dos primários
		Casas isoladas (lotes)	Casas isoladas (lotes)
		Lotes rústicos	Lotes rústicos
		Ocupação de lotes rústicos	Ocupação de lotes rústicos
Caracterização Espaços Urbanos		Privado / Lotes	Privado / Lotes
		Indiferenciado	Indiferenciado
	Públicos	Uso comum	Uso comum
		Ruas, largos, praças	Ruas, largos, praças
	Semi Públicos	De transição	De transição
		De condomínio (fechado)	De condomínio (fechado)
		De uso comum (vizinhos)	De uso comum (vizinhos)

II.3.4.a - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

MORFOLOGIA E ARQUITECTURA ZAMBUJAL



1



2



3

II.3.4.b- Tires: do quotidiano à devoção. 1- Grupo de habitantes e trabalhadores de fora (empreitada de infraestruturas eléctricas), Tires (ca. 1951). 2- Canteiros das famosas pedreiras das Coveiras (ca. 1945). In SABIDO, José Luís Tomé- Tires quando eu era pequenino. 1ª Ed., Cascais: Associação Cultural de Cascais; S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2005, p.110; p.112. 3- Procissão em 1964- trajecto entre a parte alta e baixa de Tires. Foto M.Carvalhos. In TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos. São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.225.



1



2



3



4

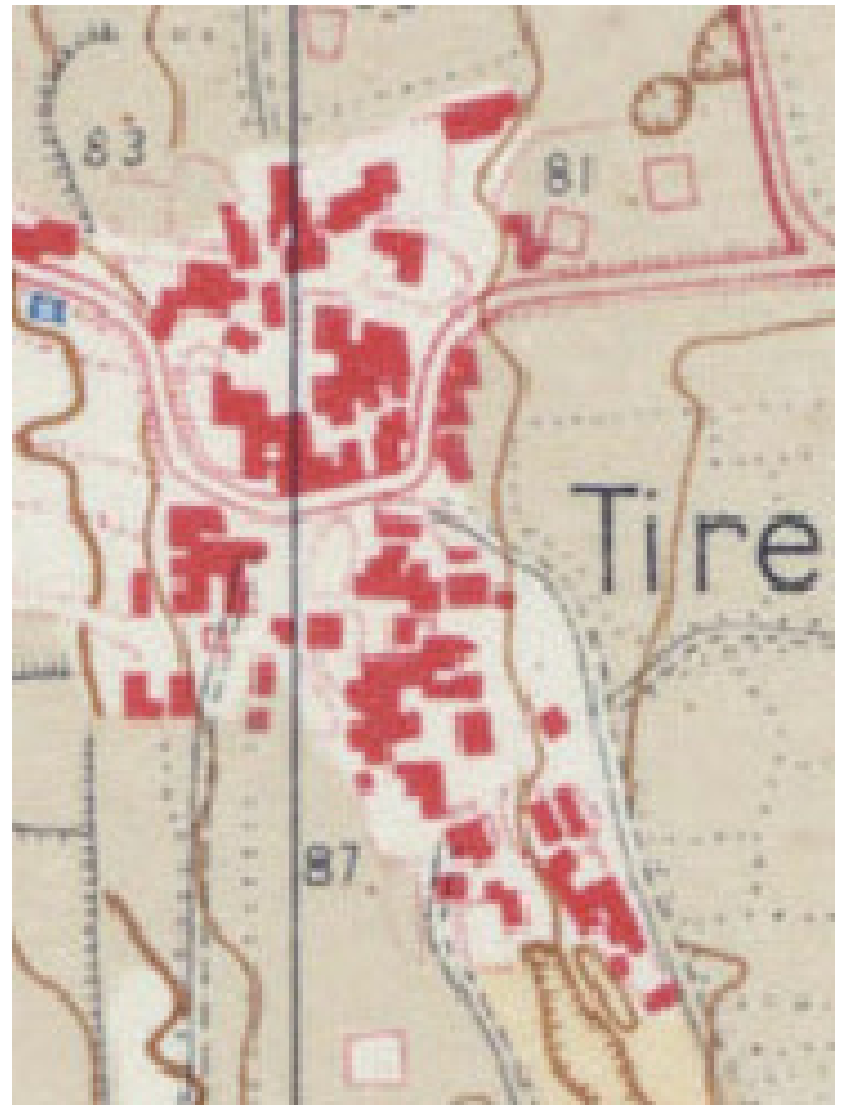
II.3.4.c- Tires e a vida comunitária: cenas das festas da colectividade, 1952 ou 1953. O piquenique e baile, acabaram em 1964, quando a única zona arborizada de Tires foi urbanizada. 1- Alvorada de foguetes anuncia o dia da festa, no primeiro domingo de Setembro. 2- As crianças mais necessitadas, já vestidas a rigor (com o vestuário oferecido) preparam-se para se dirigirem ao local do piquenique. 3- Aspecto geral da mesa após o almoço, na hora dos discursos. 4- Foto do grupo antes do bailarico. (Fotos de autor desconhecido, cedidas pelo Sr. João Cândido. As mesmas encontravam-se expostas na barbearia do Sr. Gervásio, no centro de Tires, até finais de 1970).



1843-1846

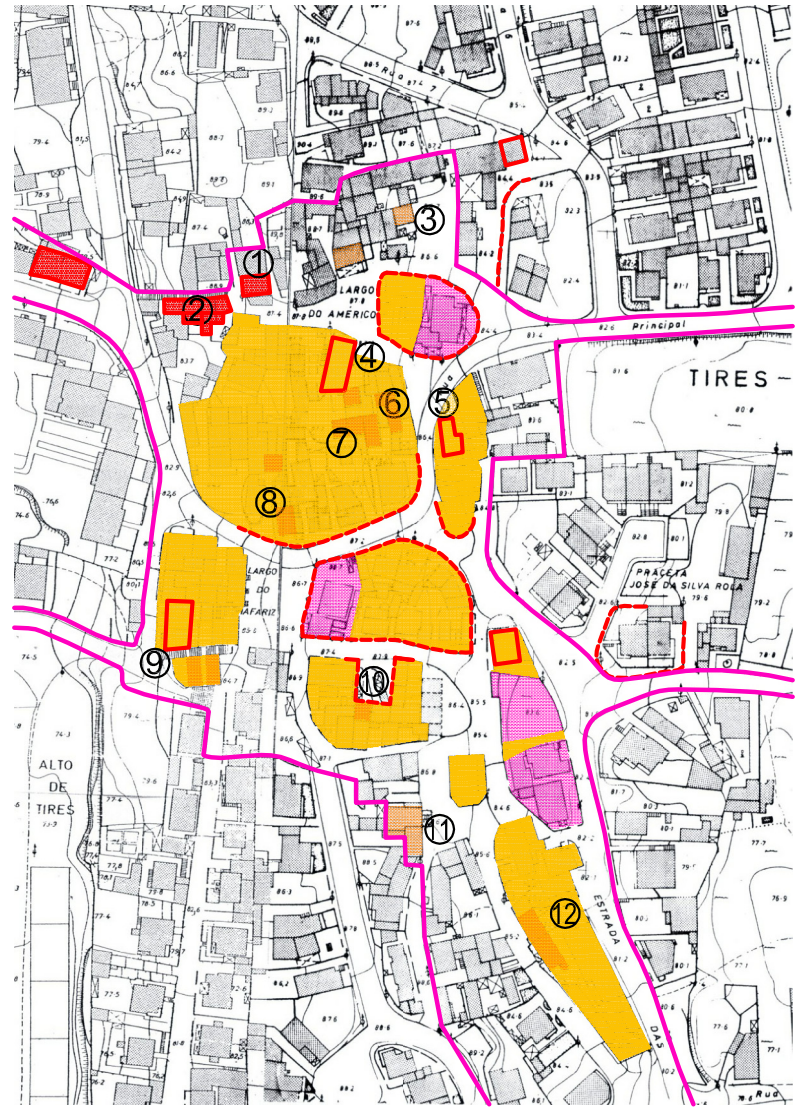
Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa,Folha2] Escala [1: 10.000]. 1843-1846. 1 carta: color, 646 x 858mm, Lisboa, Portugal, IGP, 21Dp4-2

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa,Folha5] Escala [1: 10.000]. 1846. 1 carta: color, 660 x 910mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-5



1951

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 2-4]. Escala [1:10,000]. 1951, 1 carta: color, 58 x 75 cm. IGP, Lisboa, Portugal



1975

Câmara Municipal de Cascais, SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citado em 25 de Fevereiro de 2008 - 14:15]. Disponível em URL: http://sig.cm-cascais.pt/dgi/html/index1024.asp

PARCELAS RÚSTICAS NO INTERIOR URBANO (planta cadastral 1944)

CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PRIVADO

PRÉ-EXISTÊNCIAS / EDIFICAÇÕES

PRÉ-EXISTÊNCIAS / IMPLANTAÇÕES

PRÉ-EXISTÊNCIAS / MUROS

PRÉ-EXISTÊNCIAS / MARCAÇÃO DE ESTREMAS

LIMITE DA ÁREA URBANA

* - TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos, Cascais: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p.228; 229; 232



INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS, Microsoft Virtual Earth [em linha]. Redmond: Microsoft [citado em 28 de Março de 2008 - 14:55]. Disponível em URL: http://live.maps.com



⑫ Exemplar de portal anteriormente encimado por cruz, de muitos que existiram em Tires



⑫ Casa de dois pisos com escada exterior



⑫ Exemplar de corpo de forno exterior e chaminé. De notar, a posição do forno, no topo do edifício de 2 pisos

		1843/46	1951 a 1975
Caracterização Tipologias Edificações		Casa Elementar	Casa Elementar
		Casa Torreada e variantes	Casa Torreada e variantes
		Casa de 2 pisos corridos	Casa de 2 pisos corridos
		Casa de 2 pisos e escada exterior	Casa de 2 pisos e escada exterior
		Outro / ampliações	Outro / ampliações
Caracterização Lotes		Lotes primários delimitados Propriedade única (casal)	Lotes primários delimitados Propriedade única (casal)
		Lotes resultantes da subdivisão dos primários	Lotes resultantes da subdivisão dos primários
		Casas isoladas (lotes)	Casas isoladas (lotes)
		Lotes rústicos	Lotes rústicos
		Ocupação de lotes rústicos	Ocupação de lotes rústicos
Caracterização Espaços Urbanos	Públicos	Privado / Lotes	Privado / Lotes
		Indiferenciado	Indiferenciado
		Uso comum	Uso comum
		Ruas, largos, praças	Ruas, largos, praças
	Semi Públicos	De transição	De transição
		De condomínio (fechado)	De condomínio (fechado)
		De uso comum (vizinhos)	De uso comum (vizinhos)



① Casa Torreada no topo de escadaria (anterior rampa) a ligar a parte baixa de Tires à alta



① A mesma casa, vista do Largo, com casa elementar anexada (hipótese)



② Casa elementar ou curral (hipótese)



② Área de pátio (hipótese) - chaminé e forno exterior visíveis



③ Exemplo de casa térrea elementar (com janela) implantada na perpendicular do acesso



④ Construção residual de casa de dois pisos corridos (hipótese)



⑤ Casa de dois pisos com escada exterior



⑥ Casa de dois pisos com escada exterior substituída por anexo fronteiro. Pormenor de remate beirado com bico rendilhado



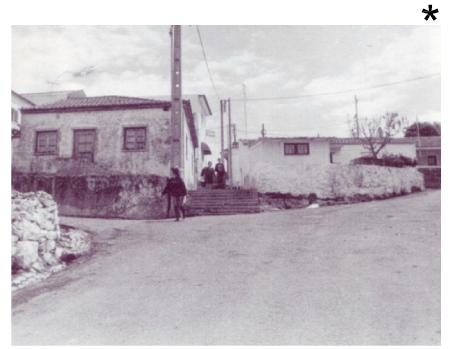
⑦ Duas casas torreadas "gémeas", como adaptação a uma situação urbana (hipótese). O pátio à esquerda é o original da casa



⑧ "Traseiras" actuais onde se situavam as casas originais. As frentes foram ocupadas com habitações recentes. Acesso-vizinhos



⑧ Casa de dois pisos corridos e pormenor de beirados "revirados"



⑨ Vista do Alto de Tires com a passagem pública em escadaria (anteriormente sobre laje) e construções de casas térreas elementares em encosta



⑨ Vista lateral das casas térreas elementares em encosta, perpendiculares ao acesso



⑩ Casa térrea elementar (com janela) "ampliada" Pátio exterior semi-público



⑩ Casa de dois pisos



⑪ Casas de dois pisos. A da direita é perpendicular a esta e tem escada exterior

II.3.4.d - Ensaio de Análise Cartográfica - Aglomerados Rurais

MORFOLOGIA E ARQUITECTURA TIRES

um traçado irregular, por vezes arredondado nas esquinas, moldados os limites entre público e privado pela circulação exterior a este.
- Com a densificação de muitos lotes (de carácter rural, já que correspondiam, na maior parte, aos pátios das casas com seus anexos, sendo alguns, na última fase, vacarias), feita através da transformação dos anexos em habitação, pela construção adossada à antiga, etc, multiplicaram-se os espaços semi-públicos, para darem serventia a vizinhos, em becos e nos pátios, para além das pequenas travessas existentes.
- Não se pode considerar um nível de consistência edificada, densidade e estruturação urbana que permitam falar em quarteirões.
- Os espaços comuns parecem ser aqueles que *sobraram* das sucessivas apropriações; são vestígios de um passado distante, espaços residuais da indiferenciação inicial. Talvez se identifiquem alguns, hoje, com as áreas ocupadas por colectividades, eventualmente como resquício de uma *memória colectiva*, com raízes longínquas, de vida e espaços comunitários?

- Tipologia da Edificação

As tipologias identificadas correspondem à estruturação tipológica proposta no quadro do ensaio do *processo tipológico* e incluem tipos de transição, podendo vir a permitir, mediante levantamentos exaustivos, a determinção de um processo tipológico próprio, contando com a vantagem de ambos os aglomerados se apresentarem *congelados*, representando uma oportunidade para o estudo completo de um *processo tipológico-modelo* para a região saloia e talvez aplicável a investigações no âmbito da Morfologia Urbana— também porque foi talvez assim que nasceram e depois se desenvolveram muitas cidades do passado.

II.3.5- Conclusões

Num quadro de definições específicas dos assuntos tratados neste sub-capítulo e no confronto que se estabelece entre os conceitos de *popular*, *erudito* e *vernáculo*, é importante relevar o carácter de *permanência*, de fixação de *constantes*, inerente ao conceito de *popular*, num mesmo arco temporal e por oposição à tendência inovadora da posição *erudita*, bem como a correlação estreita que o popular mantém com as condições naturais da região, do território, a que se encontra intimamente ligado. Quer dizer, enquanto a erudição é *diatópica* e *sincrónica*, é próprio do *popular* e também do *vernáculo*, manterem as mesmas expressões e conteúdos

culturais relacionados com uma área territorial fixa, de implantação, ao longo do tempo (de forma *diacrónica*).

O território saloio revela-se, ao longo da sua história e também no que se refere à relação entre popular, erudito e vernacular, como uma área de sínteses originais, das quais podem ter resultado formas de arquitectura doméstica, tipologias próprias, que transcendem épocas, estilos e situações socioeconómicas. De referir a importância da influência do *saber fazer*, dos processos construtivos tradicionais, da *consciência espontânea* presente nos construtores, no sentido da produção de *tipos* apropriados, expressão de uma *cultura*, fosse na chamada *arquitectura popular* ou nos palácios e construções senhoriais, *arquitectura erudita* (mas *chã*, talvez em parte por via dessa influência de quem construiu).

Quanto à relação que se pode estabelecer entre urbano e rural, a complexidade presente na evolução dos assentamentos humanos e nos fenómenos correlativos, sobretudo os que decorrem da expansão actual, urbana e suburbana, incluindo o acesso generalizado às infraestruturas básicas e de comunicações, já não permite estabelecer uma dualidade simples, por oposição urbano-rural, cidade-campo, mas de preferência considerar a *tensão* que entre eles se possa estabelecer num determinado período. Neste sentido, a obra *A Arquitectura popular em Portugal*, configura um testemunho inestimável de um *país rural* que já não existe na prática e na inteireza dos seus elementos.

O processo *tipológico* é definido como o conjunto de etapas *tipológicas* interligadas pelas determinantes históricas e culturais que levam das construções elementares às mais complexas, por um processo de *derivação*, cujas regras ou ordem é possível estabelecer, nas suas variações diacrónicas e diatópicas. Neste processo, para o qual se parte dos dados actuais e do conhecimento dos tipos mais antigos, deve ter-se em conta que cada organismo contém outros de menor escala e por seu lado está contido num organismo maior.

Parte-se do pressuposto de que, a um caos aparente, subjaz um sistema de relações, regrado e orgânico, uma *estrutura*.

A uma proposta dos autores considerados, Cannigia e Maffei, de percurso metodológico que se inicia na experiência existencial do espaço mínimo para chegar ao território, passando pelas escalas intermédias das aglomerações urbanas, contrapõe-se um percurso inverso, que se iniciou na construção do território, já como expressão de cultura e vai até ao aglomerado rural, incluindo a consideração prévia da arquitectura como parte integrante de um *modo de vida*.

Os aspectos etnográficos da habitação (no capítulo II.1.3) já tinham fornecido elementos importantes, existenciais, sobre a *matriz elementar*, definida pelo espaço mínimo construído, primeiro indiferenciado, onde se desenvolvem todas as actividades familiares, o qual depois é compartimentado e duplicado sucessivamente, num processo de especialização que se inicia com a criação do compartimento destinado a dormir (o *quarto* saloio, divisão importante da casa).
Metodologicamente, parte-se dos organismos existentes, para deduzir o tipo inicial, a *matriz elementar*, uma vez que esta, por definição, estará contida (em componentes implícitas nas estruturas dos edifícios) em todas as fases por que passou o *processo tipológico*, na sequência temporal e culturalmente determinada, até ao presente do observador.

Em relação ao modelo teórico proposto, com origem na Geografia Humana, de interpretação do povoamento do interior do concelho, conclui-se que o mesmo se revela uma referência que contribui para uma aproximação às origens e motivos da morfologia concentrada ou aglomerada que se observa.
Nomeadamente, admite-se que a morfologia dos aglomerados, que confinam com campos de cultura cerealífera, cujo mosaico cadastral preferentemente em *tiras* ou *fitas*, pode ter resultado da existência inicial de campos abertos. Estes são característicos, por um lado, de terrenos calcários (onde também não abunda a água, captada em profundidade) e propícios ao cultivo e produção de cereais, como é o caso e, por outro, de um regime de propriedade favorável às grandes extensões, tal como a História aponta como possibilidade para o território em causa, pelo menos sempre que havia lugar a redistribuições de terras.
A conformação ou construção do território aparece como resultante de factores naturais e assinala claramente uma continuidade histórica importante, na matriz de uso do solo e produções (nas quais se incluem a criação de animais), que se mantém desde a pré-história e corresponde ao modelo teórico escolhido, assim como o processo e motivos pelos quais pode ter evoluído a divisão da propriedade, bem como a sua forma preferencial em *tiras* alongadas.

Nas conjecturas sobre as origens da morfologia dos aglomerados do interior e face às raízes (também) muçulmanas comprovadas, dos saloios, somos levados a considerar as respectivas influências, procurando, nas características dos assentamentos muçulmanos, por comparação, elementos comuns que possam justificar uma aproximação.
O que se deduz dessa comparação não é conclusivo.

Se é certo que a situação dos aglomerados, em encosta, perto de linhas de água e fontes, corresponde ao modelo de implantação preferida pelos muçulmanos para fundar povoações, também é verdade que essas mesmas exigências já se tinham detectado nos assentamentos pré-históricos, sendo possível então que algumas povoações já existissem e fossem apenas sendo desenvolvidas pelos sucessivos ocupantes, sendo de assinalar esta importante continuidade na construção do território.

O padrão morfológico observado no centro dos aglomerados em causa e em muitos outros da região saloia, que faz circular o trajecto principal à volta de um núcleo, muitas vezes mais elevado e o arredondamento do perímetro de lotes, como se fossem ilhas, não resultam necessariamente de uma influência exclusiva muçulmana, mas podem ter origem na própria evolução do aglomerado, com a apropriação de espaços indiferenciados iniciais (suposição que é compatível com o regime da grande propriedade).

Em relação à cidade muçulmana, por um lado, surge-nos uma imagem ambígua e falsamente caótica: é que afinal, becos, travessas, variações de largura e de ângulo das ruas, construções em ponte, adições, enfim, tudo o que parece aleatório, é fruto da aplicação de regras de uma estrita normativa, perfeitamente consignada pelo sistema político-religioso. Por outro lado, as descrições da cidade medieval, herdeira da muçulmana, remetem para uma urbanidade sem suporte de infraestruturas de qualquer índole, que faz prevalecer o caos sobretudo da utilização desregrada dos espaços públicos, num paroxismo de ocupações irregulares, de lixo e imundície...

Não se pode dizer que se encontre na cidade muçulmana um modelo completo de interpretação das realidades em estudo. No entanto, alguns elementos se podem destacar, porque poderão ter origem numa influência que não é tanto material quanto de mentalidade. Por exemplo, os muros altos que reservam às vistas os pátios e logradouros, comuns a muitas povoações do interior (e que também se encontra no centro das vilas, como Oeiras), criando um ambiente intimista e individualizado, coaduna-se com a maneira de ser muçulmana, embora o legado não inclua a tipologia da casa-pátio, tal como a vamos encontrar por toda a parte onde prevalece a civilização islâmica.

Já os pátios murados dos *casais agrícolas*, (compostos de habitação e anexos), podem comungar, com as *haciendas* espanholas, de uma origem muçulmana agrária. São talvez estes tipos de pátio que dão origem aos recintos murados, funcionalmente hierarquizados, das quintas dos arredores de Lisboa. O recinto murado, encerrando jardins, por vezes com janelas, pode relacionar-se com um sistema social, de herança também islâmica, que vedadava à

mulher o contacto directo com o mundo exterior, mas lhe permitia passear intra-muros e espreitar para fora sem ser vista.

A leitura do espaço edificado passa pela existência física de cada aglomeração, que se define, de acordo com os autores da *Tipologia da Edificação*, como um conjunto de edifícios coexistentes, evoluindo e estruturando-se na história, agregados segundo um sistema de leis, permitindo que formem um organismo coerente, um *tecido*. É o conhecimento dessas leis que poderá guiar a leitura desta escala do ambiente antrópico.
Entretanto, todas as considerações sobre a morfologia urbana têm, para o caso em apreço, um interesse relativo; podem constituir uma referência quanto àquilo que os pequenos aglomerados não contemplam, do ponto de vista urbano.
Mas se não se pode propriamente falar em *tecido*, tratando-se antes de um *pseudo-tecido*, tem interesse o que se refere às noções de *nodalidade, polaridade* e *trajecto-matriz*, com aplicação na análise e interpretação de ligações, internas e externas, dos aglomerados.
Os autores fornecem um modelo de aglomerado que se aplica aos objectos do estudo: trata-se de assentamentos em que o terreno é público e as parcelas não apresentam à partida qualquer relação entre si nem áreas de logradouro individuais. Admite-se que esta forma possa evoluir, através da privatização do solo e densificação. Julga-se que o conjunto inicial de casais e casas isoladas que a análise morfológica assinala, tanto no Zambujal como em Tires, dão conta de fenómenos desta natureza, mas com aspectos evolutivos específicos que só um levantamento extensivo e uma análise morfológica mais detalhada poderiam esclarecer.

A arquitectura dos aglomerados rurais em causa denota também o fenómeno do *palimpsesto*, atestado pelo menos quanto a algumas implantações assinaladas na cartografia de análise, porque só hipoteticamente se pode dizer que as construções mais antigas, tendo eventualmente sofrido reconstruções, ampliações ou arranjos mais recentes, nos séculos XVIII e XIX, correspondiam já a edifícios existentes e portanto de origens tão recuadas como o século XVI (coincidente com um surto de construção, visto ser a época em que se constroem igrejas e capelas no interior do concelho de Cascais), ou mesmo anteriores, em vista das continuidades de povoamento assinaladas e das descobertas arqueológicas que permitem situar, para a habitação, na Alta Idade Média, ou em períodos anteriores, um tipo construtivo e técnicas continuadas.
Os autores da *Arquitectura Popular em Portugal* dão-se conta, perante a justeza das soluções encontradas, do que Cannigia e Maffei designam de *conscência espontânea*, a qual,

conduzindo mentalmente (como se de um projecto se tratasse) a concepção e execução do edificado pelos construtores, numa determinada época e lugar, reflectem a situação cultural da sociedade correspondente.

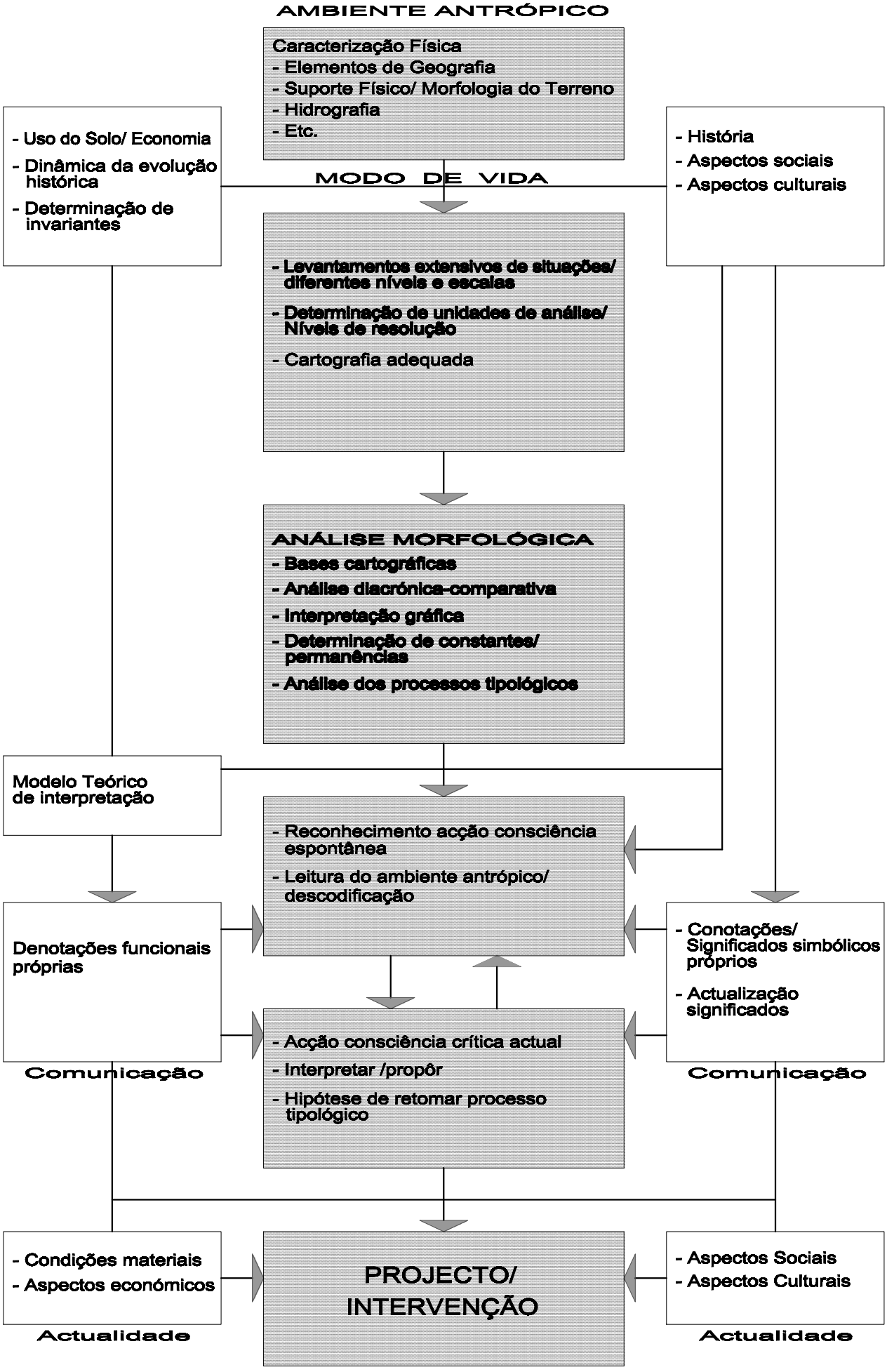
Mas tomando como certo que o país da *Arquitectura Popular* já não existe (porque desapareceram os *modos de vida* inerentes à arquitectura, bem como as bases culturais e de identidade que lhe davam suporte) e perante a dificuldade que a falta de instrumentos de concepção e intervenção patrimonial efectivamente constituem, cabe ponderar as propostas de Cannigia, quando preconiza que a *leitura do processo tipológico* possa dar origem à determinação do estádio de desenvolvimento desse processo; para o retomar, mas exercendo a *consciência crítica* actual, pela qual nos damos conta *à posteriori* das leis de evolução dos *tipos* (enquanto a consciência espontânea o fazia *a priori*). Completando esta metodologia de intervenção, propõe-se um exercício de interpretação paralelo, partindo do pressuposto, suportado pela análise e determinação dos aspectos culturais mais importantes da região saloia, que a arquitectura, como forma de comunicação, também possui o seu sistema de códigos próprios, os quais, uma vez descodificados, permitirão determinar o respectivo conjunto de denotações e conotações. Para dar um exemplo concreto, será mais fácil *dar sentido* a espaços que perderam as denotações funcionais (não se sabe para que serviam) ou significados simbólicos (não se consegue perceber que os objectos remetem para uma realidade transcendente), se os significados originais forem conhecidos através das disciplinas próprias.

Assim, a investigação histórica, a antropologia, a etnografia, a geografia humana, cruzarão necessariamente o percurso de qualquer acção sobre o património, mormente o mais fragilizado.

A abordagem que em síntese se preconiza no *Quadro* **II.3.4.e**, organigrama que sintetiza, em parte, também o percurso metodológico que deu suporte à presente pesquisa, propõe uma forma operativa de incluir a variável *cultura* no processo de análise do ambiente antrópico, fornecendo esquemas de modelos de interpretação e uma estrutura de relações com as quais também se pretende provar a coerência da proposta. Prevê-se que os resultados conceptuais e de intervenção seriam mais profícuos e consentâneos com a dívida que a modernidade mantém com o passado e com a *Memória Colectiva.*

A arquitectura saloia, que tinha sido vista através do olhar da Etnografia, no capítulo II.1.3, de forma intimista, individualizada, dando relevo ao pormenor significativo e à relação humanizada com o meio, com o trabalho e os grupos exógenos, tem também a perspectiva

II.3.4.e - QUADRO SÍNTESE DE METODOLOGIA OPERATIVA PROPOSTA



nacionalista como *casa portuguesa*, saindo desse *protagonismo instantâneo* com a fixação de algumas especificidades, mas mais diluída no *todo* popular português.
As descrições das casas, no entanto, acusam já as características que permitem, mais recentemente (no que se refere aos autores consultados), a José Manuel Fernandes, João Vieira Caldas e aos autores da *Arquitectura Popular*, definir quadros tipológicos, dos quais se destaca um grupo de *tipos* reordenado, de forma a integrar um ensaio de *processo tipológico*, do qual faz parte também a *casa elementar* (coincidente com a *matriz elementar*), que foi identificada nos aglomerados da região.
Destaque especial é dado a um conjunto de pormenores, dos telhados e seus remates revirados ao original forno, que caracterizam, ineludivelmente, a arquitectura saloia.
Está esta também fortemente ligada ao território por via dos materiais de construção, com destaque para a pedra, numa região de subsolo maioritariamente calcário.
Elementos formais de presumível origem muçulmana (principalmente a casa torreada, mesmo quanto às proporções) ou pelo menos medieval, relacionada com a incidência de *torres* a várias escalas, conjugam-se com outros de influência oriental (os tellhados), numa síntese cultural da qual resultaram expressões originais de cultura que depois estabilizaram sem terem, aparentemente, evoluído: como manifestações de uma cultura que amadureceu, ou que entrou precocemente em processo de entropia?

Em síntese, pode dizer-se que, quando se procura, para a região saloia, a distinção entre popular e erudito, conclui-se que prevalece, mais que as mútuas influências, o papel modelador da mão-de-obra regional, generalizando-se os valores da arquitectura popular, nomeadamente, a forma dos telhados, os materiais e processos de construção, a geometria rígida, o intimismo de muros altos e pátios, bem como outros elementos, em que a influência muçulmana poderá ter a sua quota-parte, mas que expressa sobretudo uma notável capacidade de síntese e revela, na regularidade da *tipologia edificada* a acertada expressão de uma *consciência espontânea* no claro contexto de uma *identidade cultural*.

O ensaio de análise do *processo tipológico* (fig. **II.3.2.2.h**), é feito de acordo com os pressupostos e conceitos enunciados e constituído pela representação da sequência tipológica, ilustrada com exemplos colhidos em diferentes povoações (representantes de *aglomerados congelados*), mas que são recorrentes. O *processo* leva da *casa elementar* à casa de piso corrido e cumpre o modelo preconizado por Cannigia e Maffei: os *tipos* evoluem a partir do

elementar, pela lei das duplicações sucessivas, encontrando-se este implícito através da casa torreada, *tipo maduro*, de base, porque ainda unifamiliar; a progressão faz-se através de *tipos de transição*, da especialização dos espaços e tem como objectivo passar do tipo unifamiliar ao multifamiliar (bem como providenciar outras funções, como a armazenagem, o comércio, etc).

Da análise da evolução morfológica dos dois aglomerados objecto do estudo— Zambujal e Tires—, a duas escalas— dos aglomerados no seu contexto próximo e da sua conformação interna— utilizando os métodos comparativo e de interpretação gráfica, resultou a possibilidade de especificação das características evolutivas diferenciadas de cada um, provando que cada assentamento humano é único. Embora próximos, beneficiando de condições orográficas e de uma relação com os recursos naturais semelhantes, outros factores terão influenciado os ritmos diferentes de crescimento que a cartografia patenteia, nomeadamente os que se referem à posição face a *nodalidades* e *polaridades*. Neste sentido, a posição numa estrutura de comunicações pode ser um factor importante.
Ambos os aglomerados acusam, no entanto, até 1950, a qualquer escala de resolução, a sua determinação histórica e natural, o mesmo *modo de vida*, tendendo para a auto-subsistência: a mesma morfologia geral e interna (pouco estruturada), de acordo com os modelos descritos, numa relação estreita e consolidada com a ruralidade, testemunhando as produções agrícolas, sobretudo cerealífera e a criação de animais; o mesmo esquema de relações entre o assentamento nuclear, as zonas produtivas e de transformação (o moinho e a azenha); a mesma relação pendular com a ligação para os pólos, constituídos por S. Domingos e Sintra.

Nos pequenos núcleos urbanos do interior do concelho de Cascais vamos encontrar uma morfologia e uma arquitectura vernacular que testemunham um modo de vida rural e fechado, dependente de produções directamente relacionadas com a aptidão de uso do solo e recursos existentes, utilizando processos ancestrais e cujas particularidades poderão relacionar-se com a profunda *arritmia* histórica da própria vila de Cascais, com reflexos sobre o interior do concelho, o qual terá mantido o carácter saloio que uma situação anterior de ligação a Sintra lhe conferiu.
Do ponto de vista da construção do território, arquitectura e paisagem formam um todo, um conjunto estruturado, cuja lógica se apoia no racional aproveitamento dos recursos, no respeito pelos elementos e ciclos naturais, pela adaptação à morfologia do terreno, ocupando as áreas de encosta mais propícias, correspondendo ainda a um quadro cultural estável, nas

suas componentes sociais, de produção, aplicação e comunicação. Quer dizer, o carácter da cultura saloia continuou presente, de forma quase inalterada, até pelo menos 1950, nas formas de hierarquização social, incluindo a estrutura familiar e os modelos de relacionamento; nas construções, nos processos de trabalho agrícola e da pedra; no vestuário, na gastronomia, no artesanato, etc. Esta cultura, vínculo de uma *identidade*, apresenta-se como uma estrutura, auto-regulada e cumprindo-se como *comunicação*, codificada através de um sistema de códigos próprios, nos quais há que discernir as denotações funcionais, mas sobretudo o que respeita aos significados *simbólicos* implícitos.

No entanto, esta situação de equilíbrio parece ter sido levada para além dos seus limites temporais e civilizacionais, acabando por surgir como profundamente anacrónica num mundo e numa época de transformações radicais e aceleradas. Portanto, a identidade saloia nem chegou a acusar a erosão da história, a evolução dos costumes: em primeiro lugar, porque se isolou (em virtude do seu carácter); depois, porque à adaptação, que seria sempre lenta, não foi dada margem temporal para que acontecesse e passou-se, sem transição, à época contemporânea.

A profunda descontinuidade resultante, manifesta-se no espaço construído e influencia a evolução recente. *Grosso modo*, há uma situação que se mantém até 1950, se degrada lentamente até 1970 e que depois torna irreconhecível uma estrutura antiga, com todos os seus valores.

Por isso se pode concluir, a partir das análises morfológicas e tipológicas do ambiente antrópico, que a *Identidade Cultural Saloia* no concelho de Cascais, apesar de sedimentada no passado, pode ter-se tornado, com a estagnação económica assinalada na história, um processo *inacabado*, talvez *interrompido* e depois *cortado* cerce pela modernidade, de forma talvez irrecuperável.

Notas a II.3- Pequenos núcleos históricos do interior: morfologia e arquitectura

1- RIBEIRO, Orlando- **Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico**. 7ª Ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1998. Col. Nova Universidade, p.35
2- RIBEIRO, ref 1, p. 35
3- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne- **Geografia de Portugal. III. O Povo Português**. 1ª Ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, p. 861
- O cronista citado por O.R. é PINA, Rui de- **Chronica d'El Rei D. Duarte**. Porto: Biblioteca Lusitana, 1914, p. 74. Cit. por MARQUES, A. H. de Oliveira- **Introdução à história da Agricultura em Portugal**. 2ª Ed. Lisboa: Edições Cosmo, 1968, p. 52
4- Ver II.2.2, p. 244
5- Associação dos Arquitectos Potugueses- **Arquitectura Popular em Portugal**. 2ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 357
6- BUTOR, Michel- **Le génie du lieu**. Paris: Bernard Grasset, 1958: O autor analisa para cada " lugar" os elementos e as inter-relações que os tornam únicos: a geografia e a caracterização física; as vicissitudes da história; as formas; a vivência pessoal, tudo contribui para definir o "Espírito do Lugar". Trata-se de uma visão mais literária relativamente à definição introdutória, baseada em Rossi e Norberg-Shulz
7- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. XIX
8- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. XIX: A permanência é também reflexo da imutabilidade dos ciclos agrícolas
9- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. XIX
10- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. XIX
11- CARVALHO, Jorge- Formas Urbanas. Coimbra: Minerva Coimbra, 2003, p. 119-133
12- CALDAS, João Vieira- **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto, 1999, p. 19: o autor reconhece o valor da obra pelo seu pioneirismo. "*Ressente-se, no entanto, da fragilidade inerente às obras pioneiras e da parcialidade a que a empurrou, talvez, a conjuntura coeva*". Houve uma vontade explícita de contrariar o desejo institucional de estabelecer figurinos; de aproximar implicitamente a essência do popular do Movimento Moderno. Verificou-se um apagamento de tipos urbanos em favor dos rurais e "*uma discutível selecção segundo a 'pureza e o acerto' das soluções*"
- SARAIVA, Tiago Mota- **Celestino de Castro (1920- 2007)** . Arquitectos. Setembro de 2007, Ano XV, nº 176, p.8: Neste artigo, de evocação do arquitecto, repõe-se uma entrevista em que relevam alguns aspectos citados do trabalho do levantamento em que Celestino de Castro participou, nomeadamente a influência que terá tido nos seus projectos.
- ESTEVES, José; MESTRE, Victor- **A partir de uma conversa com o arquitecto Silva Dias a propósito do inquérito à arquitectura regional portuguesa**. Jornal Arquitectos, Janeiro a Junho de 2005, nº 218-219, p. 96-99
12- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. XIX
13- Ver II.1.1, p.75
14- GASPAR, Jorge- **Território dos saloios**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 9-18
15- CALDAS, ref 12, p. 21
16- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes- **Arquitectura Vernácula da Região Saloia. Enquadramento na Área Atlântica**. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 30
17- Ver II.1.1, p. 75
18- GASPAR, ref 14, p. 17
19- Erudito é tomado no sentido de acção consequente com saberes resultantes de formação académica e estudo. No caso da arquitectura relaciona-se com o conhecimento e a aplicação da tratadística (muitas vezes por uma questão de moda), aos projectos e construções. Por definição opõe-se a popular.
- Vernáculo é tomado no sentido de *próprio do país ou região a que pertence*
20- CALDAS, ref 12, p. 21
21- CALDAS, ref 12, p. 21
22- FERNANDES, ref 16, p. 30

- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p.450: Em relação a palácios da Estremadura, em que o eruditismo é temperado pela intervenção dos homens que os construiram e infuenciado pelo ambiente da arquitectura popular.
23- FERNANDES, ref 16, p. 30
24- CALDAS, ref 12, p. 20
25- CALDAS, ref 12, p. 20
26- CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi – **Tipologia de La Edificacion**. 1ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1995, p.33
- Neste ponto ter-se-ão presentes também as definições patentes no capítulo introdutório, I.2, p.38-41
27- CANIGGIA, ref 26, p. 33
28- CANIGGIA, ref 26, p. 33
29- CANIGGIA, ref 26, p. 33
30- CANIGGIA, ref 26, p. 33
31- CANIGGIA, ref 26, p. 34
32- CANIGGIA, ref 26, p. 40
33- CANIGGIA, ref 26, p. 40
- CANIGGIA, ref 26, p. 115: definição de *assentamento*: "*complexo de edifícios habitados e directamente relacionados com uma envolvente territorial produtiva, com a qual se relaciona estreitamente*". O autor adianta ainda entender-se por núcleo protourbano, o equivalente à aldeia e por núcleo urbano, a cidade com a sua escala de tamanhos, da pequena cidade à metrópole.
34- CANIGGIA, ref 26, p. 40
35- CANIGGIA, ref 26, p. 34
36- CANIGGIA, ref 26, p. 34
- Os autores consideram que as formas de abrigo mais precárias e as cavernas não criam ambiente antrópico, sendo estas partilhadas pelos animais. – No entanto, outras formas se poderiam pôr à discussão, como é caso das tendas.
37- CANIGGIA, ref 26, p. 34
38- CANIGGIA, ref 26, p. 34
39- CANIGGIA, ref 26, p. 34
40- CANIGGIA, ref 26, p. 35
41- CANIGGIA, ref 26, p. 35
42- CANIGGIA, ref 26, p. 35
43- CANIGGIA, ref 26, p. 36
44- CANIGGIA, ref 26, p. 41
45- CANIGGIA, ref 26, p. 38
46- CANIGGIA, ref 26, p. 38: definição quanto à correspondência com o *fazer*: a actuação deve ser no sentido de captar as características do tipo para o momento presente, "*situando-se no limite actual do processo*" na sequência do anterior e preparado para a futura e progressiva mudança.
- Relação do que se deve evitar, na abordagem de outras disciplinas: dados estatísticos da sociologia, porque as relações, aqui, são qualitativas; dados derivados da análise de efeitos, uma vez que os arquitectos são chamados a fazer ruas, casas e planos e não efeitos; dados relativos à história pessoal, ao tempo ou vicissitudes do construtor
47- CANIGGIA, ref 26, p. 39
48- CANIGGIA, ref 26, p. 44
49- CANIGGIA, ref 26, p. 40
50- CANIGGIA, ref 26, p. 84
51- CALDAS, João Vieira - **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Ed. Porto: FAUP Publicações, 1999
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – **Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica**. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991
52- RIBEIRO, ref 3, p. 860-867
53- RIBEIRO, ref 3, p. 860-86: Para o autor, a distinção entre aglomerações urbanas e rurais é medido pela forma como é utilizado o espaço construído: "*residência, indústria, comércio, administração [...], circulação, na cidade; quintais e hortejos, currais e palheiros, fragmentos de campo encastrados nas casas, instalações para o gado e a recolha das produções agrícolas [...], nas aglomerações rurais a que, com propriedade se aplica a designação de aldeias*"
54- RIBEIRO, ref 3, p. 862
-DERRUAU, Max- **Geografia Humana**. 1ª Ed. Vol. 1. Trad. Helena A. Lopes; Carlos D'Almeida Sampaio. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 455-458: O autor assinala a dificuldade em calcular o grau de concentração

ou dispersão de um povoamento. Criticando o índice de dispersão de Demangeon, (I=População total dos núcleos habitacionais x número de núcleos/ População total da circunscrição), aponta antes para uma forma de representação em que se arbitrasse a classificação dos aglomerados segundo o número de habitantes ou de fogos.
55- DERRUAU, ref 54, p. 461
56- DERRUAU, ref 54, p. 462-465
57- DERRUAU, ref 54, p. 465
58- RIBEIRO, ref 3, p. 861
59- RIBEIRO, ref 3, p. 861
60- RIBEIRO, ref 3, p. 861
61- RIBEIRO, ref 3, p. 862
62- AZEVEDO, Pedro- **Os Reguengos da Estremadura na 1ª Dinastia**. Revista da Universidade de Coimbra, 1933, XI. Cit. por FERNANDES, ref 16, p. 18
63- RIBEIRO, ref 3, p. 862
64- DERRUAU, ref 54, p. 281
65- DERRUAU, ref 54, p. 281
- O mesmo motivo se aplica às árvores: daí o criticado *horror* às mesmas
66- DERRUAU, ref 54, p. 285
67- DERRUAU, ref 54, p. 286: As hipóteses aparecem como interrogações
68- DERRUAU, ref 54, p. 286
69- SILVEIRA, Ana Cláudia- **Acerca do Reguengo de Oeiras no Reinado de D. João I: O património de Pero Vasques da Pedra Alçada**. In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História, Espaço e Património Rural. Actas. Oeiras: C.M.O., 2005: foi possível com esta investigação, concluir pelo esforço empreendido no alargamento da propriedade particular e a diversificação de interesses reflectido na posse de propriedades e rendimentos em locais distintos.
- Trabalho de investigação exemplificativo do processo de discernimento quanto à história e evolução da propriedade. Ilustra também a ideia de que a propriedade na Idade Média já estava tão dividida que era necessário recorrer ao emparcelamento.
70- DERRUAU, ref 54, p. 286
71- RIBEIRO, ref 3, p. 866
72- RIBEIRO, ref 3, p. 866
73- SAMPAYO, Mafalda- **O Modelo Urbanístico de Tradição Muçulmana nas Cidades Portuguesas (sec VIII-XIII**). Tese de Mestrado em Desenho Urbano apresentado ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa: 2001. p.148-153
74- SAMPAYO, ref 73, p.153
75- SAMPAYO, ref 73, p.122
76- Ver II.2.2, p. 284
77- SAMPAYO, ref 73, p.118
78- CAETANO, Maria Teresa- Colares. 1ª Ed. Sintra: CMS, 2001, p. 12
79- ANDRADE, Amélia Aguiar- **Um percurso através da paisagem urbana medieval**. Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive. Revista do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa, 1987. Vol. 2, p. 73
80- ANDRADE, ref 79, p. 73
81- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 362
82- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 362
83- SAMPAYO, ref 73, p.144
84- SAMPAYO, ref 73, p.140
85- DERRUAU, ref 54, p. 495-496
86- CALDAS, ref 12, p. 107
87- CALDAS, ref 12, p. 107
88- GOITIA, Fernando Chueca- **Invariantes castizos de la Arquitectura Española**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Dossat, S. A., 1947, p.61
89- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro- **Povoamento e Arquitectura Popular na Freguesia de Cascais**. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004, p. 17: Os autores designam os quarteirões arredondados de *ilhas*.
90- SAMPAYO, ref 73, p.125-126: A autora defende que a ideia de desordem da cidade muçulmana está errada. Todos os assuntos não contemplados pelo Corão e sunna são objecto de leis. Assim acontece com o direito urbano, assunto tratado pelos juristas árabes que incluía regulamentação da altura dos edifícios, largura das ruas, colocação de portas, uso das coberturas, existência de ar e luz, etc. As vias são fortemente hierarquizadas, o equivalente a público, semi-público e privado (caso de ruas laterais). A *fina' é* o espaço frente à porta de cada morador; o beco define um espaço partilhado pelos moradores e serve em caso de defesa. Os direitos sobre a

utilização individual do espaço dão origem às passagens cobertas. De resto "*havia benevolência sempre que a usurpação não criasse danos*"
91- SAMPAYO, ref 73, p.125-126
92- CANNIGIA, ref 26, p.80
93- CANNIGIA, ref 26, p.80
94- CANNIGIA, ref 26, p.80
95- CANNIGIA, ref 26, p.80
96- CANNIGIA, ref 26, p.80
97- CANNIGIA, ref 26, p.81
98- CANNIGIA, ref 26, p.81
99- CANNIGIA, ref 26, p.81
100- CANNIGIA, ref 26, p.84
101- CANNIGIA, ref 26, p. 84
102- CANNIGIA, ref 26, p. 84
103- CANNIGIA, ref 26, p. 84
104- CANNIGIA, ref 26, p. 86-87: a diferença entre nó e pólo provém da escala de leitura, da forma como se examina o trajecto. Exemplo de Florença e Arezzo, tomadas como *pólos* em relação a uma situação intermédia como Pontassieve, considerada *nó*, nestas circunstâncias. Mas se o ponto de vista for a partir do ordenamento territorial da *autopista del sol*, os pólos passam a ser Milão e Roma e todos os intermédios, *nós*.
105- CANNIGIA, ref 26, p. 88-89
106- CANNIGIA, ref 26, p. 88-104: variantes como o trajecto de reestruturação, outros decorrentes da cronologia e ainda da casuística. A densificação dos quarteirões verifica-se pelo rearranjo dos lotes em ângulo.
107- CANNIGIA, ref 26, p. 90
108- CANNIGIA, ref 26, p. 104
109- CANNIGIA, ref 26, p. 104
110- CALDAS, ref 12, p. 21
111- CARDOSO, Guilherme- **Rescaldo das cheias-Observações arqueológicas IV**. Jornal da Costa do Sol, 24 de Maio de 1984. In SILVA, Raquel Henriques da- **Cascais**. 1ª Ed.Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 25
112- CARDOSO, ref 89, p. 14
113- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 387
114 - Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 427
115- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 387
116- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. X
- FERNANDEZ, Sergio- **Percurso Arquitectura Portuguesa 1930-1974**. 2ª Ed. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, p.108
117- MUNTAÑOLA, Josep- **Réhabiliter l'Architecture traditionnelle comme dialogue culurel: concepts et principes pour sa connaissance et sa réhabilitation**. In Méthode Rehabimed. Architecture Tradicionelle Méditerranéene. I. Réhabilitation Ville et Territoire. Union Européenne; Euromed; Euromed Heritage; Agencia Española de cooperación internacional; Col-Legi D'Aparelladores i Arquitectes Técnics de Barcelona, p. 95-100
118- PEREZ DE ARCE- **Urban Transformation and the Architecture of Aditions.** Architectural Design, 1978, nº 4 p. 237-266
119- MINISTÉRIO DO AMBIENTE (Portugal). Instituto da Conservação da Natureza. Parque Natural de Sintra Cascais. Sintra Património Mundial. Paisagem Cultural. Sintra: PNSC, 1996: a Paisagem Cultural constitui-se como um conjunto em que os elementos culturais e naturais são indissociáveis e se articulam de uma forma harmoniosa.
120- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO. Avaliação de Impacte Ambiental [em linha]. Lisboa: CCDRC [citado em 5 de Abril de 2008- 18:00]. Disponível em URL: http://www.ccdrc.pt/ambiente/Avaliacao%20Amb/AIA
121- A definição de casal agrícola abrange as características verificáveis desde a pré-história: conjunto edificado, composto por habitação e anexos agrícolas, geralmente isolado e eventualmente murado, centro de exploração familiar.
- CARDOSO, João Luís; CARDOSO, Guilherme- **Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras**. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 1993, nº 4, p. 97
122- CARDOSO, Guilherme- **Carta Arqueológica do Concelho de Cascais**. Cascais: CMC, 1991, p.20
123- CARDOSO, ref 89, p.22
124- Ver II.1.3, p. 178
125- FREIRE, João Paulo- **O Saloio sua origem e seu carácter**. Porto: Empresa Dário do Porto, 1948, p. 19: o saloio não tem amor à terra porque ela não lhe pertence.
126- Ver II.1.3, p. 185

127- FERNANDES, ref 16, p. 40: os autores dizem que Joaquim Fontes, no mesmo texto, já aponta três das tipologias por eles consideradas.
- Embora da descrição feita por Joaquim Fontes se possam deduzir alguns elementos identificativos da tipologia térrea e torreada, o bjectivo do autor é do âmbito da etnografia, para a qual muito contribuiu.
128- BARREIRA, João- **A habitação em Portugal**. In Arte Portuguesa. Lisboa: Edições Excelsior, ca. 1945, p. 325-358
- VASCONCELLOS, José Leite de- **Etnografia portuguesa**: **tentame de sistematização**. 1ª Ed. Vol.VI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975
129- LUCENA, Armando de- **A Casa Portuguesa**. Boletim da Junta de Província da Estremadura. Julho, Agosto, Setembro de 1943, série II, nº 3, p. 261-263
130- PEREIRA, Nuno Teotónio- **A Arquitectura do Estado Novo**. Colab. de José Manuel Fernandes. In O Estado Novo das origens ao fim da Autarcia (1926-1959). Comunicações do Colóquio. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, Vol II, p.332: as directivas de Salazar para o figurino da habitação social, a partir de 1933, exclusivamente unifamiliar, eram claras: "*Vamos começar a obra da casa económica, da casa dos mais pobres, casa salubre, independente, ajeitada como um ninho— lar da família operária, lar modesto, recolhido, português*"
131- VASCONCELLOS, ref 128, p. 239
132- VASCONCELLOS, ref 128, p. 239
133- VASCONCELLOS, ref 128, p. 240
134- VASCONCELLOS, ref 128, p. 240
135- BARREIRA, ref 128, p. 334
136- GOITIA, Fernando Chueca- **Invariantes castizos de la Arquitectura Española**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Dossat, S. A., 1947, p. 52: o autor foca a importância dos pátios na arquitectura rural espanhola e também a sua clara hierarquização— pátio principal e pátios secundários, sendo um deles o da casa do proprietário, assinalado por uma torre. O acesso ao pátio principal a partir do exterior é por uma portada em muros altos; os outros pátios comunicam com este e entre si da mesma forma.
- DERRUAU, ref 54, p. 495-496
137- LUCENA, ref 129, p. 263
138- LUCENA, ref 129, p. 263
139- LUCENA, ref 129, p. 263
140- FONTES, Joaquim- **Etnografia Saloia- Subsídios para o seu estudo**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, 1947, nº 15, p. 253
141- FONTES, ref 140, p. 253
142- FERNANDES, ref 16: Os autores usam, talvez de forma original, a designação *casa torreada*
143- FONTES, ref 140, p. 253
144- FONTES, ref 140, p. 254
145- FONTES, ref 140, p. 264
146- BARREIRA, ref 128, p. 325
147- LINO, Raul- **Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples**. 9ª Ed. Lisboa: Edições Cotovia, 1992, p. 103-104
148- BARREIRA, ref 128, p. 352: "*Pode concluir-se destas notas que a habitação em Portugal não oferece um tipo único, invariável no tempo e no espaço, bastando a existência nacional de oito séculos e as influências estranhas, bem como a diversidade em material e aspectos das várias zonas do país, para justificar diferenciações e soluções locais*"
149- BARREIRA, ref 128, p. 349
150- BARREIRA, ref 128, p. 334
151- FONTES, ref 140, p. 254
152- FONTES, ref 140, p. 254
153- LINO, ref 147, p. 96: A descrição das casas passa por coloridos e pormenores que o autor não situa geograficamente. Simplesmente são portuguesas e saudáveis.
154- LINO, ref 147, p. 71
155- RIBEIRO, ref 1, p. 97: O que acontece, segundo o autor, por influência de Raul Lino
156- RIBEIRO, ref 1, p. 98
157- RIBEIRO, ref 1, p. 98
- CARDOSO, ref 89, p. 49: Em fotografia nº 25, de 1898, veêm-se construções com telhados múltiplos
158- RIBEIRO, ref 1, p. 109
159- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 651 (como exemplo)
160- REDONDO, João Belo**- Murtal Adeia das Murtas. Com o foral da vila de Cascais e seu termo**. 1ª Ed. Cascais, Museu- Biblioteca da Conde de Castro Guimarãrs, 1943, p. 25

161- REDONDO, ref 160, p. 27: "*Poya: assim se chamava o pão mais alto e crescido que se pagava nos senhorios dos fornos em que eram obrigados a cozer o seu pão os moradores do lugar*"
162- REDONDO, ref 160, p. 27
163- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 435
164- FERNANDES, ref 16, p. 40-42
165- FERNANDES, ref 16, p. 20-21
166- FERNANDES, ref 16, p. 49: Os autores estudam ainda os vestígios da expansão das tipologias saloias para as ilhas atlânticas na época da respectiva colonização, sobretudo "*ao longo da primeira metade do século XV*".
167- FERNANDES, ref 16, p. 41
168- FERNANDES, ref 16, p. 42
169- FERNANDES, ref 16, p. 42
170- FERNANDES, ref 16, p. 43
171- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 434-435
172- FONTES, ref 140: Joaquim Fontes considera precisamente o contrário: terá sido um dos corpos da casa térrea que se *elevou*, dando origem ao *sobrado*.
173- FERNANDES, ref 16, p. 41: Sub-tipos relacionados com diferentes posições do anexo, de topo ou lateral e respectivo número de águas do telhado, podendo este estar no prolongamento de uma das águas da casa.
174- CANNIGIA, ref 26, p. 104-107
175- FERNANDES, ref 16, p. 28
176- FERNANDES, ref 16, p. 30-34
- Merece especial atenção, investigação e desenvolvimento (mas não no âmbito deste trabalho) a relação da casa torreada com as influências muçulmanas; com a religião popular; com as geometrias sagradas e a arquitectura, nomeadamente e na sequência do que os autores apontam, a planta central, a simbologia da forma quadrangular, etc.
- KUBLER, George- **A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)**. 2ª Ed.Trad Jorge H. Pais da Silva. Lisboa: Assírio Bacelar, 2005.
- Julga-se que uma relação mais próxima com a arquitectura chã portuguesa poderá ser encontrada e justificada pela investigação. As casas dos peregrinos (do Círio dos Saloios) no Cabo Espichel, formando um conjunto urbano notável, apresentado nesta obra (Foto nº 81), foram construídas e pagas por eles (para alojar os mordomos que iam dar o *bodo*), revelando o carácter da construção saloia, o gosto pela geometria rígida, as proporções, uma funcionalidade estrita, o uso da pedra também em cantarias exteriores...E um exemplo acabado do princípio das duplicações sucessivas de Cannigia e Maffei.
- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 372-375
177- Ver Fig. II.3.2.2.g
178- MARQUES, A. H. de Oliveira- **Lisboa na Baixa Idade Média. Para uma visão monumental turística**. Ler História. 1994, nº 26, p.7-19
179- MARQUES, ref 178, p. 8
180- MARQUES, ref 178, p. 8
181- MARQUES, ref 178, p. 9
182- MARQUES, ref 178, p. 9
183- CARDOSO, ref 89, p. 24
184- AZEVEDO, Carlos de – **Solares Portugueses.** 2ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988: o próprio autor reconhece a escassez de obras dedicadas à arquitectura doméstica em Portugal.
- Julga-se que, apesar dos contributos importantes mas esporádicos e dispersos de alguns investigadores, muito está por fazer, na linha de João Vieira Caldas.
185- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 387
186- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 387
187- CALDAS, ref 12, p. 106
188- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 388
189- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 388
190- Associação dos Arquitectos Portugueses, ref 5, p. 389
- CALDAS, ref 12, p. 109
191- XAVIER, Isabel Maria Mendes; LOPES, José Valente- **Cantaria Grossa Ornamentada na Sub-Área Saloia da Região de Mármores de Montelavar- Pêro Pinheiro (Concelho de Sintra)**. In Etnografia da Região Saloia. A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 194
192- XAVIER, ref 191, p. 198
193- CARDOSO, ref 89, p. 26
194- CARDOSO, ref 89, p. 12
195- CANNIGIA, ref 26, p. 43

-É um princípio interessante, que faz remontar o processo científico à experiência pessoal, a qual parece muitas vezes estar ausente de um forçado distanciamento em função da *objectividade*, mas que pode acabar, na nossa opinião, por empobrecer os contributos científicos.
196- CANNIGIA, ref 26, p. 44
197- CANNIGIA, ref 26, p. 44. De considerar também as variantes sincrónicas, definidas como a aplicação de um mesmo tipo em situações anómalas face às mais afins do tipo.
198- CANNIGIA, ref 26, p. 44
199- CANNIGIA, ref 26, p. 49
200- CANNIGIA, ref 26, p. 50
- Fica por explicar o significado destes argumentos: por exemplo, o que será *consumo parasitário de área*? Trata-se de entidades mensuráveis?
201- CANNIGIA, ref 26, p. 50
202- CANNIGIA, ref 26, p. 51
203- CANNIGIA, ref 26, p. 51
204- CANNIGIA, ref 26, p. 58
205- CANNIGIA, ref 26, p. 58
206- Cujas dimensões não são geralmente múltiplos da torre, mas cuja métrica ou ordem, só levantamentos criteriosos podiam determinar.
207- CANNIGIA, ref 26, p. 59
208- CANNIGIA, ref 26, p. 59
209- TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge – **Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos.** São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, p. 277: legenda de uma fotografia: "*antiquíssima casa com particularidade de possuir unicamente uma porta, não tendo janelas para iluminação e ventilação*".
210- CALDAS, ref 12
-Ao longo do trabalho, o autor aponta alguns tipos de casas como *de transição*, mas não fica claro qual possa ser o tipo seguinte. No entanto, trata-se de uma notável intuição em relação ao processo tipológico.
211- FERNANDES, ref 16
- O autor designa como *variantes* ao tipo de base tipologias que também poderiam ser consideradas de transição de tipo.
212- CANNIGIA, ref 26, p. 59
213- CANNIGIA, ref 26, p. 50
214- SCHULZ-NORBERG, Christian- A Paisagem e a Obra do Homem. Arquitectura, Março-Abril 1968, nº 102, p. 52
215- MAGALHÃES, Manuela Raposo *et al.*- Morfologia da Paisagem. **Complexidade da paisagem metropolitana**. In TENEDÓRIO, José António (Dir.) **– Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**. Lisboa: AML, 2003, p. 69
216- MAGALHÃES, ref 215, p. 71
217- MAGALHÃES, ref 215, p. 71
218- MAGALHÃES, ref 215, p. 71: a definição de Sistema Húmido está associada às condições naturais das bacias hidrográficas e é constituído pelos leitos de cheia, valeiros e bacias de recepção e corresponde às áreas côncavas onde a água e o ar frio se acumulam; o Sistema Seco depende das condições criadas em zonas de vertente, encostas e cabeços, incluindo cumeadas ou festos.
219- MAGALHÃES, ref 215, p. 70
220- MAGALHÃES, ref 215, p. 70
221- MAGALHÃES, Manuela Raposo - **A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 373
- Nunca é demais chamar a atenção para a importância do sistema hídrico na manutenção ou recuperação do equilíbrio ecológico, acrescida do interesse paisagístico e social que uma mudança de atitude em relação às linhas de água poderia trazer.
222- MAGALHÃES, ref 215, p. 70
223- MAGALHÃES, ref 215, p. 71
224- MAGALHÃES, ref 215, p. 71
225- MAGALHÃES, ref 215, p. 74
226- MAGALHÃES, ref 215, p. 74
227- MAGALHÃES, ref 215, p. 77
228- CANNIGIA, ref 26, p. 145-148: de acordo com os autores, o trajecto é o primeiro elemento antrópico; a 1ª fase da ocupação humana do território— primeiro ciclo territorial (de assentamento) processa-se através do estabelecimento de um trajecto de festo; a 2ª fase corresponde ao assentamento precário em função das áreas produtivas; a 3ª fase é já de assentamento produtivo; a 4ª fase é a do surgimento dos núcleos proto-urbanos e

urbanos. Cada fase corresponde a uma complexificação dos trajectos de festo secundário e contra-festo, com assentamentos a meia encosta.

229- GUERREIRO, Maria Rosália – **O Território e a Edificação**: **o Papel do Suporte Físico Natural na Génese e Formação da Cidade Portuguesa**. Tese de Mestrado em Desenho Urbano. Dissertação de Canditatura ao Grau de Mestre. Lisboa: 2001, p. 78-81: trata-se da aplicação do modelo teórico desenvolvido por Cannigia (dando continuidade ao trabalho de Muratori) ao território português.

230- DERRUAU, ref 54, p. 467

231- MAGALHÃES, ref 221, p.361

232-TEIXEIRA, ref 209, p. 221-223

233- TEIXEIRA, ref 209, p.242-249

234- SABIDO, José Luís Tomé - **Tires quando eu era pequenino**. 1ª Ed., Cascais: Associação Cultural de Cascais; S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2005, p. 45-46

235- TEIXEIRA, ref 232, p. 234-250

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Amélia Aguiar - **Um percurso através da paisagem urbana medieval. Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive**. Revista do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portugues, 1987, Vol. II, p. 73

Associação dos Arquitectos Portugueses (Ed.) - **Arquitectura Popular em Portugal**. 2ª Ed., Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, 760 p.

AZEVEDO, Carlos de - **Solares Portugueses**. 2ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, 160 p.

AZEVEDO, Pedro- **Os Reguengos da Estremadura na 1ª Dinastia.** Revista da Universidade de Coimbra, 1933

BARREIRA, João- **A habitação em Portugal**. In Arte Portuguesa. Lisboa: Edições Excelsior, Ca. 1945, p. 325-358

BUTOR, Michel- **Le génie du lieu**. 1ª Ed. Paris: Bernard Grasset, 1958, 209 p. COTA B.R. 2721

CAETANO, Maria Teresa- **Colares**. 1ª Ed. Sintra: CMS, 2000, 163 p. ISBN: 972-8209-75-4

CALDAS, João Vieira - **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Ed. Porto: FAUP Publicações, 1999, 414 p. ISBN: 972-9483-31-0

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi – **Tipologia de La Edificacion**. 1ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1995, 192 p. ISBN: 84-8211-000-4

CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro - **Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004. 144 p. ISBN: 972-99239-0-6

CARDOSO, João Luís; CARDOSO, Guilherme - **Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras.** Estudos Arqueológicos de Oeiras, 1993, nº 4, 126 p.
CARVALHO, Jorge - Formas Urbanas. 1ª Ed. Coimbra: Edições Minerva, 2003, 148 p. ISBN: 972-798-079-1

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO. Avaliação de Impacte Ambiental [em linha]. Lisboa: CCDRC [citado em 5 de Abril de 2008-18:00]. Disponível em URL:
http://www.ccdrc.pt/ambiente/Avaliacao%20Amb/AIA

DERRUAU, Max - **Geografia Humana**. 1ª Ed. Vol. I Trad. Helena A. Lopes; Carlos D'Almeida Sampaio. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 502 p.

ESTEVES, José; MESTRE, Victor- **A partir de uma conversa com o arquitecto Silva Dias a propósito do inquérito à arquitectura regional portuguesa.** Jornal Arquitectos, Janeiro a Junho de 2005, nº 218-219, p. 96-99

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, **Maria de Lurdes – Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica**. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, 78 p.

FERNANDEZ, Sergio - **Percurso Arquitectura Portuguesa 1930/1974**. 2ªEd. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, 207 p.

FONTES, Joaquim - **Etnografia Saloia: Subsídios para o seu estudo**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, 1947, II Série, Nº15, p. 253

FREIRE, João Paulo- **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes**. Porto: Emp. Diário do Porto, 1948, 364 p. COTA H.G. 27924 P.

GASPAR, Jorge - **Território dos Saloios**. In Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 2 -18

GOITIA, Fernando Chueca- **Invariantes castizos de la Arquitectura Española**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Dossat, S. A., 1947, 103 p.

GUERREIRO, Maria Rosália- **O Território e a Edificação: o Papel do Suporte Físico Natural na Génese e Formação da Cidade Portuguesa**. Tese de Mestrado em Desenho Urbano. Dissertação de Canditatura ao Grau de Mestre. Lisboa: 2001, 226 p.

KUBLER, George- **A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)**. 2ª Ed., Trad. Jorge H. Pais da Silva, Lisboa: Assírio Bacelar, 2005.

LINO, Raul - **Casas Portuguesas, Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples**. 9ª Ed., Lisboa: Edições Cotovia, 1998, 114 p. ISBN: 972-8028-25-3

LUCENA, Armando de- **A Casa Portuguesa**. Boletim da Junta de Província da Estremadura. Julho, Agosto, Setembro de 1943, Série II, Nº 3, p. 261-263

MAGALHÃES, Manuela Raposo - **A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, 525 p. ISBN 972-33-1686-2

MAGALHÃES, Manuela Raposo et al.- **Morfologia da Paisagem. Complexidade da paisagem metropolitana**. In TENEDÓRIO, José António (Dir.) – Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa: AML, 2003, p. 69 - 89

MARQUES, A. H. de Oliveira - **Lisboa na Baixa Idade Média. Para uma visão monumental turística.** Ler História, 1994, Nº 26, p.7-19

MARQUES, A.H. de Oliveira- **Introdução à História da Agricultura em Portugal**. 3ª Ed., Lisboa: Edições Cosmos, 1978, 350 p. (Colecção Marcha da Humanidade). COTA 631 Mar

MINISTÉRIO DO AMBIENTE (Portugal). Instituto da Conservação da Natureza Parque Natural de Sintra Cascais. Sintra Património Mundial. Paisagem Cultural. Sintra: PNSC, 1996

MUNTAÑOLA, Josep- **Réhabiliter l'Architecture traditionnelle comme dialogue cultirel: concepts et principes pour sa connaissance et sa réhabilitation**. In Méthode Rehabimed. Architecture Tradicionelle Méditerranéene I. Réhabilitation Ville et Territoire. Union Européenne; Euromed; Euromed Heritage; Agencia Española de cooperación internacional; Col-Legi D'Aparelladores i Arquitectes Técnics de Barcelona. p. 95-100

PEREIRA, Nuno Teotónio- **A Arquitectura do Estado Novo**. Colab. José Manuel Fernandes. In O Estado Novo das origens ao fim da Autarcia (1926-1959). 1ª Ed. Comunicações do Colóquio, Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, Vol II, p.332

PEREZ DE ARCE- **Urban Transformation and the Architecture of Aditions**. Architectural Design, 1978, Nº 4, p. 237-266

REDONDO, Belo- **Murtal Aldeia das Murtas. Com o foral da vila de Cascais e seu têrmo**. 1ª Ed., Cascais: Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1943, 68 p

RIBEIRO, Orlando - Portugal. **O Mediterrâneo e o Atlântico**. 7ª Ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1998, 189 p. (Colecção Nova Universidade) ISBN 972-569-320-7

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne- Geografia **de Portugal III. O Povo Português**. 1ª Ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, 942 p. ISBN: 972-9230-12-9

SABIDO, José Luís Tomé **- Tires quando eu era pequenino**. 1ª Ed., Cascais: Associação Cultural de Cascais; S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2005, 102 p. ISBN: 972-9406-39-1

SAMPAYO, Mafalda- **O Modelo Urbanístico de Tradição Muçulmana nas Cidades Portuguesas (sec VIII-XIII)**. Tese de Mestrado em Desenho Urbano apresentado ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Dissertação de candidatura ao grau de Mestre. Lisboa, 2001

SARAIVA, Tiago Mota - **Celestino de Castro (1920- 2007)**. Arquitectos. Setembro de 2007, Ano XV, Nº 176, p. 8

SILVA, Raquel Henriques da **- Cascais**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988, 89 p. (Colecção Cidades e Vilas de Portugal)

SILVEIRA, Ana Cláudia - **Acerca do Reguengo de Oeiras no Reinado de D. João I: O Património de Pero Vasques da Pedra Alçada**. In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História, Espaço e Património Rural. Actas. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 63-76

TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- **Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e Alguns Apontamentos Histórico-Administrativos**. 1ª Ed. São Domingos de Rana: Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2003, 286 p. ISBN 972-9406-27-8

TENEDÓRIO, José António (Dir.)- **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**. Lisboa: AML, 2003. 321 p. ISBN: 972-98655-7-4

VASCONCELLOS, José Leite- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol VI, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1975

XAVIER, Isabel Maria Mendes; LOPES, José Valente - **Cantaria grossa ornamentada na sub-área saloia da região de mármores de Montelavar-Pero Pinheiro (concelho de Sintra)**. In Etnografia da Região Saloia. A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 193-215

"*As cidades contínuas. 4.*

[...]

Um dia caminhava por entre esquinas de casas todas iguais: tinha-me perdido. Perguntei a um transeunte: - Que os imortais te protejam, sabes dizer-me onde nos encontramos?

-Em Cecília, não podia deixar de ser! - Respondeu-me ele. – Caminhamos há tanto tempo pelas suas ruas, eu e as cabras, e nunca mais se consegue sair... [...]

- Não pode ser! - Gritei – Eu também, não sei há quanto tempo, entrei numa cidade e desde então continuei a penetrar mais pelas suas ruas. Mas como pude chegar aonde dizes tu, se me encontrava noutra cidade, afastadíssima de Cecília, e nunca mais saí dela?

- Os lugares misturaram-se – disse o cabreiro – Cecília está em toda a parte; aqui dantes devia ser o Prado da Salva Baixa. As minhas cabras reconhecem as ervas do separador das faixas da rua".

CALVINO, Italo- As Cidades Invisíveis. Lisboa: Editorial Teorema, Lda, 1996, p. 154-155

PARTE III- **Conclusões**

III- Conclusões

- Introdução

Entende-se que o corpo das conclusões deverá corresponder aos níveis de solicitação expressos nos objectivos da pesquisa e nas questões de partida, tendo em conta a formulação do problema e as hipóteses colocadas face às questões, bem como a estrutura da dissertação (parte I).

As conclusões desenvolvem-se também em função de novas perguntas, hipóteses e sugestões de posteriores desenvolvimentos, surgidos no decorrer do estudo, como parte integrante da contribuição do mesmo para a área da investigação, do planeamento e da arquitectura.

Esta contribuição encontra-se igualmente expressa na proposta de metodologia de análise morfológica dos pequenos aglomerados rurais, patente no capítulo II.3.

III.1- Caminhos possíveis e determinismo histórico

Julga-se que o contributo final desta pesquisa se encontra consignado no *Quadro síntese de metodologia operativa proposta* (II.3.4.e). Com este organigrama pretende-se articular os diferentes campos de investigação e análise em função dos objectivos da Arqutectura e do Planeamento: o projecto e a intervenção, quer dizer, a obra.

Como foi explicitado, procura-se, com esta proposta metodológica, prover à inserção dos factores da cultura local no processo do projecto, de forma operativa e eficaz. A metodologia percorre um escalonamento, da recolha de elementos à sua interpretação e decorrem paralelamente as análises morfológicas/ tipológicas e as históricas/ culturais, seguindo um esquema idêntico ao que estruturou o trabalho de tese.

Provado que ficou o valor histórico, topológico e tipológico dos aglomerados do interior do concelho de Cascais, torna-se urgente a tomada de medidas de salvaguarda do que ainda subsiste, bem como o levantamento, quanto possível exaustivo, das estruturas ainda existentes.

Uma vez estabelecido, após verificações e desenvolvimentos, um modelo aplicável à análise e interpretação do ambiente antrópico, do território à edificação, na linha do que esta pesquisa propõe, nada impede o seu conhecimento, re-conhecimento, descodificação, leitura e *interpretação*, no sentido da concepção e projecto.

Mas este trabalho só desbravou o terreno da identidade cultural, pondo em evidência a importância dos contributos de outras disciplinas para a percepção do território e da edificação, procurando demonstrar depois a importância da história no entendimento da evolução dos mesmos, para em seguida ensaiar uma análise morfológica a dois níveis: o do aglomerado no seu contexto e o da respectiva morfologia interna e arquitectura.
Pretendeu-se ter, ao mesmo tempo, uma visão do conjunto, à escala do território e da História, na perspectiva das relações estruturantes entre factores de povoamento e povoações, bem como à escala da morfologia e da arquitectura do próprio aglomerado, da casa e do interior da casa, considerando, de maneira inclusiva, tanto as opiniões e vivências pessoais expressas, das realidades nos vários níveis, como os dados científicos recolhidos nas diferentes disciplinas.

Cabe aqui assinalar, como conclusão geral, mas também como denúncia, o pouco cuidado que o Município de Cascais teve e continua a ter, com o interior do concelho, sobretudo nos aspectos desenvolvidos no contexto deste trabalho. A explicação do *alheamento* da vila em relação ao seu território, vamos encontrá-la na história. O que é mais difícil de compreender é que se insista num modelo de desenvolvimento que não tem em conta a especificidade, nem natural, nem cultural, de uma parcela de território que, historicamente, precede em importância e equilíbrio a vila de Cascais, a qual apenas começou a impor-se virando-se para o mar, desde o início do seu municipalismo, sempre na dependência do poder central e que vai, na época contemporânea, acentuar o corte com o interior.
Para tal contribui também a marcação ocidente-oriente das vias: o caminho-de-ferro, a marginal, e mais tarde a auto-estrada com o complexo de acessos, eixos, radiais e longitudinais construídas e planeadas. Esta direcção, perpendicular à que liga, no sentido sul - norte os concelhos de Cascais e Oeiras a Sintra, foi-se tornando sucessivamente preponderante, impondo também eixos preferenciais de *desenvolvimento*. Assim, as ligações sul-norte, relacionadas com o desenvolvimento rural, que vão no sentido do centro saloio, que é Sintra, acusam a sua obsolescência: assiste-se à decadência dos eixos industriais anteriormente criados; passam a vias secundárias face aos outros itinerários; mas, em vez de serem recuperadas tendo em conta as suas funções, o que se faz só contribui para a desagregação final da morfologia dos pequenos núcleos históricos que as novas vias atravessam, potenciando, sem uma política territorial, a função habitacional como componente única de um crescimento entre o orgânico e o caótico.
Assiste-se à sobreposição da visão macrocéfala das infraestruturas— como super-estruturas— às escalas mínimas dos elementos da paisagem, como os pequenos núcleos e os elementos

naturais, humanizados e tradicionais que lhes davam suporte— as ribeiras, os vales, a rede de caminhos vicinais e pedonais...Por vezes a auto-estrada e redes complementares *rasgam* mesmo o tecido urbano.

Tudo o que o tempo tinha ajudado a consolidar, (já fragilizado pela emergência de novas relações económicas), perde sentido neste confronto desproporcionado de escalas. As novas acessibilidades justificam a urbanização rendosa de todo o espaço disponível, seja qual for o seu valor natural, a classificação ou capacidade de uso do solo...

III.2- Conclusões e propostas

Os objectivos definidos no capítulo introdutório revelam-se estruturantes das questões e hipóteses, bem como em relação ao desenvolvimento do tema.

Assim, opta-se por organizar as conclusões, em função da definição dos objectivos, de acordo com o seguinte esquema:

2.1- Traços de uma identidade cultural em extinção

2.2- A História: um percurso de continuidades e descontinuidades

2.3- Morfologia e *modo de vida*

2.4- Conclusões e prática

2.1- Traços de uma identidade cultural em extinção

Quando se procura a origem da designação de *saloio* e os elementos de caracterização etnológica de uma presumível *etnia*, encontramos, num conjunto bibliográfico muito heterogéneo, produzido em grande parte por *amadores*, informações que conduzem a algumas conclusões, principalmente porque congregam uma certa unanimidade.

A terminologia; o vocabulário, principalmente na linguagem popular e a toponímia da região conhecida como *saloia*, são de origem árabe, com destaque para o próprio nome, conotado, designadamente, com *campo* e *deserto*. No entanto, a toponímia e a linguagem do sul do país acusam igualmente as mesmas origens. Também o *modo de vida* e outros aspectos culturais não se destacam grandemente das características populares do sul do país.

O que diferenciava o camponês saloio dos outros camponeses, era a teimosia em manter as mesmas características, que, além de se tornarem anacrónicas, acentuavam o contraste com o ambiente urbano e com os próprios citadinos, de cujo convívio não se afastavam: pelo contrário—a cidade, que dependia do abastecimento saloio em víveres e da mão de obra (das

lavadeiras e serviçais a outras profissões, sobretudo pedreiros)—é, por sua vez, o mercado de escoamento dos excedentes dos saloios e de emprego. É, portanto, uma relação que faz parte do seu *modo de vida*.

A designação de *saloio* alargou-se ao próprio território e vai-se perdendo, conforme a cidade avança e a inicialmente considerada *região saloia* vai encolhendo, ao perder o carácter rural, o que surge como prova deste vínculo anunciado à terra, ao trabalho no campo, à sujeição da natureza, imbuída de um certo fatalismo.

Sujeição que era também ao Transcendente, na prática supersticiosa de um cristianismo com raízes pagãs, mas regulado pelo ritmo das peregrinações, festas, romarias e feiras cíclicas, de âmbito local e regional. Celebrações comuns, que contribuíam para a unidade da região e da cultura saloia, mas que também marcavam, pela apropriação simbólica, o território.

Elementos de tradição, fortemente estruturantes da vida espiritual, familiar, social e activa, encontram-se presentes também na arquitectura, sobretudo na casa, a qual, vista pela etnografia, transmite a imagem exterior da regularidade e da solidez; por dentro, é um mundo de particularidades, pobre, simples, colorido, de espaços familiares plurifuncionais mas em que sobressai a individualidade e preservação da intimidade do quarto do casal. Há já um princípio de separação funcional de zonas diurnas e nocturnas, sobretudo quando estas se situam num piso superior.

As características mediterrâneas estão presentes na frugalidade gastronómica, com a presença indispensável do pão, do vinho e do azeite. O pão constitui ainda objecto de culto, nas ofertas das festas religiosas, o que, evidentemente associado à essência do cristianismo e aos rituais eucarísticos, poderá ter raízes mais antigas.

Foi entretanto possível identificar, no interior do concelho de Cascais, a maior parte das características saloias, quer através de bibliografia, quer comprovando com documentos e entrevistas de *informantes*.

Ponto importante de síntese conclusiva: a cultura saloia, tendo, sem dúvida, sofrido diversas influências, de entre as quais sobressaem as muçulmanas, tem raízes que recuam no tempo e poderão mergulhar na pré-história.

2.2- A História: um percurso de continuidades e descontinuidades

É justamente na pré- história que se inicia a ocupação (poderá falar-se já em povoamento?) do território que é hoje a Península de Lisboa, onde o relevo e a constituição dos solos têm

origem em diferentes idades geológicas, marcadas por fenómenos eruptivos de grande impacte.

A hidrografia tem um papel importante na estruturação física do território, imprimindo-lhe sulcos profundos no sentido norte-sul, constituindo barreiras importantes à circulação e expansão, nomeadamente da própria cidade de Lisboa.

Os solos, mais apropriados para a produção cerealífera, desde cedo provam as suas capacidades, contribuindo para a subsistência continuada das populações, de acordo com as investigações arqueológicas.

Também o clima, uma vez fixadas as características actuais, contribuiu para a fixação humana e sua continuidade.

É então esta continuidade, quer dos assentamentos populacionais, quer da sua morfologia, com incidência no que os arqueólogos designam já de *casal agrícola*, quer ainda do quadro geral do *modo de vida*, principalmente a partir da Idade do Bronze, que vai ter reflexos no que possa ser a origem primária, mas efectiva, do povoamento da Península de Lisboa, num território alargado até aos limites da Estremadura.

Traçar o percurso que os escassos elementos, mesmo já na época histórica, providenciam, permite fazer ressaltar estas remotas, mas possíveis origens, mesmo antes que romanos e depois muçulmanos contribuíssem, não só para fixar alguns factores, mas para reforçar o carácter mediterrâneo já instalado.

É a civilização romana a primeira que verdadeiramente se instala, junto de uma população cujos contactos com as outras civilizações do mediterrâneo, sobretudo a fenícia, terá sido tão fugaz quanto a passagem desta, pela costa, em busca de mercados.

Os testemunhos da ocupação romana nesta porção do *Ager* olisiponense, não surgem como factores directos de continuidade no povoamento, mas antes como elementos sintagmáticos: os complexos das villae, que se constroem, é certo, em localizações já anteriormente ocupadas, introduzem formas de produção e uso do solo a uma escala que seria desconhecida, tal como as suas estruturas organizativas. A prova disto está no desmantelamento que se seguiu à queda do domínio romano, com um quase certo regresso às formas primitivas de vida, à volta dos casais. Ficou provado pela arqueologia que grandes melhoramentos terão sido introduzidos, pelos romanos, na construção, com novos e eficazes processos e materiais inovadores. Não foi a quebra e degradação do *saber-fazer* em fase pós-romana, que impediu essas inovações de chegarem até aos nossos dias.

Também o traçado de caminhos e a construção de pontes, trabalhos associados à operação de centuriação do território, contribuiu para a estruturação deste, favorecendo o povoamento e estabelecendo ligações que não existiam.
Uma segura aculturação deve ter permitido a continuação dos processos de síntese cultural e religiosa, para os quais os autóctones parecem vocacionados.
Se a organização administrativa romana vai ser continuada, com as naturais adaptações, passando pela transição visigótica e abrangendo o período muçulmano, estendendo por ele a sua influência até ao regime feudal pós-Reconquista, já o sistema fundiário e a evolução da propriedade deixam quase todas as questões em aberto.

Pouco mais que conjecturas nos poderão levar da quase certa existência de grandes propriedades, identificáveis com os campos abertos, comuns em regiões calcárias, até à Baixa Idade Média, altura em que a divisão funcional e depois efectiva da propriedade pode ter tomado a forma das *tiras*, originadas nos campos abertos e tão marcantes da paisagem.
O período muçulmano, que tinha criado no início da pesquisa, grandes expectativas, pois punha-se a hipótese de que o grande peso das características, tanto culturais como da paisagem (e também a morfologia e arquitectura), tivesse aqui a sua génese, revelou-se efectivamente rico, gerador de permanências que marcaram a unidade da região saloia. No entanto, numa visão de conjunto, o que se salienta é a síntese de influências que gentes de várias proveniências, mas também autóctones, herdeiros todos de diferentes saberes, terão sido capazes de realizar, fundando uma *identidade cultural*.
A desagregação desta identidade começa a dar-se, para o interior do concelho de Cascais, apenas a partir de 1950, já que todas as vicissitudes da história de Cascais, objecto também de pesquisa, dos períodos de florescimento aos de cíclicas e profundas crises, só esporadicamente aparecem referidas ao termo da vila, ao território do município, sendo dúbia a repercussão que terão tido no interior. É de supor que a interioridade e o esquecimento tenham apenas preservado as características da cultura saloia (que pode ter esclerosado?), para a qual se tornou difícil a adaptação e integração no novo paradigma civilizacional, das comunicações, da mecanização, do progresso.
A desintegração cultural vai processar-se através das profundas mudanças, económicas, sociais e políticas, que afectam e transformam os *modos de vida* e das quais participam os novos moradores suburbanos, transportados pelo inovador comboio eléctrico e promotores da expansão urbana clandestina.

2.3- Morfologia e *modo de vida*

Elementos importantes, constituintes do *modo de vida* saloio, vão sofrer, nos concelhos de Cascais e Oeiras, um processo de progressivo desmantelamento, até ao *apagamento* total. O mais notório é o caso da agricultura, que a caracterização da cultura saloia trouxe para o primeiro plano. Para além de constituir a principal actividade económica, agregando a criação de gado e, como um dos últimos recursos, a produção de leite, era pela agricultura que se processava o vínculo primordial à *terra*. Como camponês, o saloio tornara-se num ser *telúrico*: todos os aspectos da vida, da religião ao ritmo do trabalho, passando pelo próprio vestuário, casa e gastronomia, tinham como referência o campo e as suas produções, os ciclos naturais, numa dependência que, não sendo original no contexto da ruralidade, assumia contornos muito próprios em certas manifestações culturais e no confronto com a cidade.

Algumas especificidades prendiam-se justamente com a morfologia da ocupação do solo e com a arquitectura: a divisão da propriedade em *tiras*; o apelidado *horror à árvore*; a constituição do *casal agrícola*, com o respectivo pátio e a preponderância do *tipo* original da *casa torreada*.

Não se pretende reduzir a esta selecção a extraordinária riqueza das manifestações de cultura das gentes saloias, suficientemente assinalada nesta pesquisa e que a etnografia largamente testemunha.

Pelo contrário, a História e o reconhecimento desta cultura, com todos os seus conteúdos, permitem uma *leitura integrada* do território, conduzindo a compreensão da sua morfologia, assumida como resultante e factor da mesma cultura.

- Os aglomerados e o seu contexto

A verificação da correspondência entre a ocupação e construção do território e as condicionantes físicas, nomeadamente as características do solo, a morfologia do terreno, a presença de água, leva a concluir pelo equilíbrio e racionalidade gerais da mesma ocupação, resultado provável do saber empírico transmitido pela tradição, de fundação mais antiga, mas que romanos e muçulmanos ajudaram a configurar.

A idêntica situação topográfica dos aglomerados; a sua disposição preferencial de meia encosta, orientados a sul, perto da margem da ribeira; as ligações escassas e em espinha ao percurso principal, eventualmente o mais antigo, por ser de festo; o aproveitamento, recorrente nesta situação, do cume mais próximo para implantação do moinho, são também

indicadores de um regime de subsistência que a história da região saloia e do concelho de Cascais suportam: beneficiários ou vítimas de um isolamento que talvez se possa considerar conjuntural, os saloios parecem ter construído um mundo muito próprio, (incluindo uma *linguagem*), um mundo de auto-subsistência, sem que, no entanto, se possam identificar quaisquer estruturas verdadeiramente comunitárias.

Acresce que os núcleos antigos dos aglomerados estudados não parecem organizar-se à volta, ou a partir, de qualquer elemento polarizador de vida comunitária: não existe igreja, capela, praça, largo ou edifício que o assinale.

A família é o eixo da vida, individual e social. A casa é o núcleo deste pequeno mundo. Os aglomerados, face à análise morfológica, revelam, nas suas origens, um conjunto heterogéneo de lotes individuais, de casais com os seus espaços e anexos exteriores, que sofrem depois sub-divisões, transformações, ocupações envolventes da casa inicial, difíceis de discernir, datar ou tipificar.

A definição progressiva dos espaços públicos, sobretudo de caminhos (não propriamente ruas), parece ter seguido um processo de erosão provocada pela circulação de pessoas, animais e veículos, nas áreas inicialmente indefinidas de logradouros, cujos limites (por apropriação?) posteriormente demarcados, acusam o arredondado resultante.

A delimitação de logradouros-pátios é feita em muros de pedra solta arrumada à mão (constituindo obras notáveis), ou de alvenaria de pedra rebocada, às vezes com portais. Estes muros, altos, bem como a hierarquia de acessos semi-públicos, poderão relacionar-se com alguns elementos marcantes da morfologia da cidade muçulmana.

Um longo período de estagnação poderá ter contribuído para introduzir na evolução morfológica uma solução de continuidade, uma interrupção que, se por um lado permitiu a manutenção de permanências importantes para o estudo das origens das tipologias edificadas, por outro, acentuou o choque da aceleração actual das transformações e das intervenções intrusivas, desagregadoras de uma morfologia interna fragilizada pela profunda obsolescência das edificações. A marca do abandono e da ruína convive com as novíssimas construções, numa relação impossível.

- Elementos da tipologia edificada

Decorrente talvez daquelas arritmias evolutivas, verifica-se hoje, a partir dos ensaios de análise, que as permanências edificadas poderão incluir toda a escala de um *processo*

tipológico interrompido, o que permitiria a reconstituição teórica e eventualmente prática desse processo.

Encontram-se, nos aglomerados estudados, os tipos de casas identificados como próprios da região saloia, embora se considere que a variedade de construções destinadas a outras funções para além da habitacional, merecia especial atenção, recomendando-se como estudo específico.

Do ensaio de processo tipológico, feito com base em tipos já elencados pelos autores consultados, utilizando os exemplos recolhidos de arquitectura saloia e aplicando a metodologia preconizada por Cannigia e Maffei, pode concluir-se o seguinte:

- A morfologia *congelada* das povoações saloias em causa permite um estudo aprofundado do *processo tipológico*, uma vez que coexistem os tipos que entretanto se foram sucedendo, mas sem substituição dos anteriores.
- O modelo para este estudo poderia ser de aplicação à arquitectura saloia em geral.
- Os exemplares dos *tipos* coexistentes num mesmo espaço e correspondentes a diferentes fases da evolução tipológica, vão desde a *casa elementar*, só com uma porta e espaço único, até à casa de dois pisos corridos, passando por todos os *tipos* intermédios e de transição de *tipo*, nomeadamente a casa *torreada*, que se descobre directamente derivada da *casa elementar*.
- Considera-se possível desenvolver estudos com base em levantamentos locais, no sentido de determinar as leis ou regras da *duplicação* sucessiva que fazem passar de um tipo ao seguinte.

2.4- Conclusões e prática

Como complemento explicativo e conclusões do *Quadro síntese de metodologia operativa proposta* (II.3.4.e), já apresentado, defende-se que não é possível interpretar a paisagem *antrópica* de forma completa, sem estabelecer uma relação dialéctica entre os vários componentes dessa paisagem, dos quais os elementos culturais não são os menos importantes.

Do confronto entre *modos de vida*, ocupação do solo e contexto histórico, ressalta a necessidade de *reconhecer*, no *território em construção*, a própria *cultura construída*. Quer dizer, não basta que as metodologias de análise territorial e a própria Morfologia Urbana, aprofundem as questões prévias, não só da história, da etnologia, da antropologia, da sociologia, da geografia humana e mesmo outras disciplinas que se revelem úteis à compreensão dos assentamentos humanos, da cidade ao território, passando pelos fenómenos complexos do suburbanismo. É sobretudo necessário *interpretar* as contribuições dos estudos

no âmbito dessas disciplinas para um determinado território, como factores primordiais da *forma construída*.

Se essa *forma* é assumida como *manifestação de cultura*, tal como defendido na presente pesquisa, então ela é *comunicação* e, para além da compreensão de uma *linguagem*, o nosso trabalho não pode deter-se nas simples *denotações*. Resultou, como conclusão do estudo desenvolvido (e que não pretende ser mais do que uma aproximação) que, entre identidade e território, se estabeleceu, no caso da região saloia, um vínculo que ultrapassa as *funções primárias* e remete, através de uma complexa estrutura sócio-religiosa e tradicional, para *conotações simbólicas*, cuja relação dialética com os objectos de estudo é difícil de estabelecer, uma vez perdidas as *chaves de leitura* de realidades em extinção.

Assim, a história e a cultura locais, elementos que a Morfologia Urbana considera constituintes dos próprios fenómenos urbanos (e humanos em geral), fornecem a contextualização dos mesmos objectos (os elementos da morfologia, os aglomerados, as estruturas rurais, as paisagens culturais...). No entanto, de acordo com as presentes conclusões, tanto aqueles elementos, como os próprios objectos de estudo, se tornam indissociáveis, factores de uma realidade mais abrangente que designamos de *identidade cultural*.

A Morfologia urbana, sobretudo através da escola italiana, tem estudado métodos projectuais para intervir nos núcleos históricos, tendo justamente em conta aquela associação entre cultura e construção. Nomeadamente, Cannigia e os seus continuadores (mais do que seguidores), têm procurado, através da continuidade do *processo tipológico*, definir metodologias de projecto que justifiquem, que deêm sentido prático (e utilidade social) aos prolongados estudos e investigações. No entanto, alguma coisa parece faltar sempre. É que a *ponte* para as estruturas do passado não está exclusivamente no exercício da *consciência crítica* actual, substituto, segundo Cannigia e Maffei, da *consciência espontânea* vernacular, uma vez que os resultados não são ainda satisfatórios.

A aproximação que aqui se propõe tem a ver com dois aspectos adicionais, mas que poderão ter implicações importantes nas metodologias a adoptar face à intervenção no património (fazendo uma extrapolação a partir dos resultados da análise parcial efectuada).

O primeiro aspecto prende-se com o aprofundamento do conhecimento e a divulgação dos elementos da identidade cultural local, não só no sentido de ajudar a criar uma consciência colectiva (cumprindo a função social de construção de verdadeiras comunidades), mas sobretudo como base de um trabalho prévio de interpretação do espaço construído e da

paisagem, indispensáveis a todos os níveis do planeamento. Acresce que essa interpretação terá de ser feita tendo em conta a estreita relação entre os objectos e os *modos de vida* que os mesmos expressam e condicionam, bem como os *significados* e *conteúdos simbólicos* implícitos.

O segundo aspecto tem a ver com uma operação semiológica: trata-se do trabalho de actualizar os *significados* que faziam, das actuais ruínas, espaços habitados e funcionais. Sem o renovar do *sentido* do urbano e do colectivo, todas as *remodelações* e *requalificações* continuarão a ser, de forma hipócrita, apenas o *esventrar* dos espaços do passado, numa clara violação do *espírito do lugar*, na mesma onda que fez das gerações actuais predadores do ambiente e da natureza.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alexandre Cancela de; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário - **Grupos de Unidades de Paisagem: K (Maciços calcários da Estremadura) a Q (Terras do Sado)**. In Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Lisboa: DGOTDU; Lisboa: Universidade de Évora, 2004, Vol. IV

ALARCÃO, Jorge de - **O Domínio Romano em Portuga**l. 1ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2002, 225 p.

ALARCÃO, Jorge de - **Portugal Romano**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1973, 273 p. (Colecção Historia Mundi)

ALEXANDER, Christopher- **Uma cidade não é uma árvore**. Revista Arquitectura, Janeiro-Fevereiro 1967, Nº 95, p. 22-29

ALEXANDER, Christopher, *et alt.* - **Urbanismo y participación: El caso de la Universidad de Oregón**. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1976, 119 p. (Colecção Punto y Línea) ISBN: 84-252-0634-0

ALMEIDA, Fortunato de- **História da Igreja em Portugal**. Dir. Damião Peres. Reedição. Porto: Potucalense Editora, 1967 (4 Vols)

ALMEIDA, João Ferreira de - **Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês**. In Portugal em Análise, Antologia, 1ª Ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 297-334

ALMEIDA, José Carlos Ferreira de; ESPENICA, André, - **Planos Directores Municipais. PDM´s e Ordenamento Biofísico**. Jornal Arquitectos. 1994, Nº 141, p. 44-49

ALMEIDA, Pedro Vieira de - **A Cidade e as Serras. Raul Lino**. Jornal Arquitectos. Março/Abril de 2000, Nº 195, p. 36-39

ÁLVAREZ, Fernando Bouza, Ed. - **Cartas para duas infantas meninas: Portugal na correspondência de D.Filipe I a suas filhas (1581-1583)**. Lisboa: D. Quixote, 1999, 222 p. (Colecção [Anais]) ISBN 972-20-1529-X COTA L. 60919 V.

AMARAL, Francisco Keil do - **O problema da habitação**. 1ª Ed. Porto: Latina, 1945, 39 p. (Colecção Cadernos Azuis) COTA S.A. 24839// 7 P.

AMARO, Ana Maria – **A Mulher Saloia – A Padeira e o Pão.** In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999. P.133 - 154

ANACLETO, Regina- **Um caso singular no goticismo nacional: O Palacete Palmela**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1992-1994, Nº 11, p. 103-148

ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita - **O Fenómeno do Crescimento Suburbano no século XX: Raízes e motivações**. Lisboa, 2005. Trabalho apresentado na disciplina de Teoria do

Desenho Urbano Contemporâneo, sob a orientação da Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes, Professora Auxiliar, ISCTE, 74 p.

ANDRADE, Amélia Aguiar - **A construção medieval do território**. 1ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, 166 p. ISBN: 972-24-1122-5

ANDRADE, Amélia Aguiar - **Um percurso através da paisagem urbana medieval**. Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive. Revista do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, Vol. II, p. 73

ANDRADE, Ferreira de - **Monografia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: CMC, 1969. 277 p.

ANDRADE, Ferreira- **A vila de Cascais e o terramoto de 1755**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C, 1964, 63 p.

ANDRADE, Ferreira de - Cascais - **Vila da Corte - Oito séculos de história**. 1ª Ed. Cascais: CMC, 1964, 464 p.

ANDRADE, Ferreira- **A vila de Cascais e o terramoto de 1755**. Cascais: C.M.C., 1964, 63 p.

ANDRADE (ou ANDRADA), Miguel Leitão de – **Miscellanea**. Introd. Manuel Marques Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, 455 p. Fac-simile da 2ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, ISBN 972-27-0528-8, COTA L. 47446 V.

ANTUNES, Ana Cristina; FERREIRA, Carlos Miguel; PEREIRA, Francisco Matta - **De Cae Água a São Pedro do Estoril**. 1ª Ed. Cascais: Edições Colibri. Cascais: CMC, 2005, 318 p. ISBN: 972-772-570-8Z

ANTUNES, Manuel - **Teoria da Cultura**.Coord., rev. e notas de Maria Ivone de Ornellas Andrade. 1ª Ed. Lisboa: Edições Colibri, 1999, 119 p. ISBN 972-772-110-9

A. P. D. G. - **Sketches of Portuguese Life, manners, costume, and character: illustrated by twenty coloured plates**. London: printed for Geo. B. Whittaker: printed by R. Gilbert, St. John's Square, 1826, 364 p. COTA D.S. XIX - 325

A presença romana em Cascais: Um Território da Lusitânia Ocidental. Catálogo de Exposição. Museu Nacional de Arqueologia. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2005, 30 p.

ARGAN, Giulio Carlo - **História de Arte como História da Cidade**. Trad. Pier Luigi Cobra. 1ª Reimpressão, São Paulo: Martins Fontes, 1993, 280 p. ISBN: 85-336-0170-0

ARGAN, Giulio Carlo - **Project et destin: art, architecture, urbanisme**. 1ª Ed. Trad. Elsa Bonan. Châtillon: Les Editions de la Passion, 1993, 280 p. ISBN 2-906229-18-0

As inundações de Novembro na Região de Lisboa. Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-Económico, Coord. Arquitectura. 1967, Nº 100. p. 256-260.

Associação dos Arquitectos Portugueses (Ed.) - **Arquitectura Popular em Portugal**. 2ª Ed., Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, 760 p.

Atelier Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Cidadania. 1ª Ed. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 331 p. (exposição)

AYMONINO, Carlo – **El Significado de las Ciudades**. Trad. Francisco Pol Mendez. 1ª Ed. Madrid: H. Blume Ediciones, 1981, 364 p. (Col. Biblioteca Basica de Arquitectura) ISBN 84-7214-231-0

AZEVEDO, Carlos de; FERRÃO, Julieta; GUSMÃO, Adriano- **Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa. Sintra. Oeiras. Cascais**.2ª Ed. Fac-similada. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1990, 95 p.

AZEVEDO, Carlos de - **Os Solares de Portugal**. 2ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, 207 p.

BANDEIRINHA, José António - **Anos sessenta. Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal.** Jornal Arquitectos**,** Janeiro - Março, 2007, Nº 226, p. 24-29. ISSN-0870-1504

BARCELÓ, Miquel; Kirchener, Helena; NAVARRO, Carmen - **El água que no duerme: fundamentos de la arqueologia hidráulica andalusí**. 1ª Ed. Granada: Sierra Nevada 95 / El legado andalusí, 1996, 124 p. ISBN: 84-89016-25-9

BARREIRA, João - **A habitação em Portugal**. In Arte Portuguesa. Lisboa: Edições Excelsior, ca. 1945, p. 325-358

BARROS, Gama - **História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV**. 1ª Ed. Vol. IV. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954, 510 p. COTA H.G. 26376 V.

BARROS, Maria Filomena Lopes de - **Tempos e espaços de mouros: a minoria muçulmana no reino português (século XII a XV)**. Tese de Doutoramento em História, Évora: Universidade de Évora, 2004, 795 p. COTA S.C. 106841.

BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges - **Apontamentos para a História da Villa e Concelho de Cascaes**. 1ª Ed. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, impressor da Casa Real, 1873, 150 p.

BARTHES, Roland- **Mitologias**. Trad.e prefác. José Augusto Seabra. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 223 p.

BAUDELAIRE, Charles - **Les Fleurs du Mal**. Paris: Aux Quais de Paris, 1957, 223 p.

BECKFORD, William - **Diário de William Beckford em Portugal e em Espanha**. Introd. e notas Boyd Alexander, trad. João Gaspar Simões, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957, 315 p. COTA L47639P

BELLO, Mónica - **Enigmas: A Costa dos Tesouros**. 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, 263 p. ISBN: 972-42-2954-8

BENEVOLO, Leonardo - **As Origens da Urbanística Moderna**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981, 166 p. (Colecção Dimensões)

BENEVOLO, Leonardo- **Historia de la Arquitectura Moderna**. 8ª Ed. Trad. Mariuccia Galfetti et al., Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, 1196 p. ISBN 84-252-1793-8

BENEVOLO, Leonardo - **Introducción a la Arquitectura**. 2ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1994, 276 p. ISBN 84-87553-17-6

BLOCH, Marc- **Introdução à História**. Ed. revista por Étienne Bloch. Trad. de Maria Manuel, Rui Grácio e Vítor Romaneiro. 1ª Ed. (crítica). Mem Martins: Publicações Europa América, 1997, 289 p.

BLUTEAU, Rafael - **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico,economico, florifero, forense, frutifero...autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos...** Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728 COTA F.6813.

BOIÇA, Manuel F. - **A Barra do Tejo. O Eixo de S. Julião / Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumiamento**. 1ª Ed. Oeiras: C.M.O., 2000, 88 p. ISBN: 972-8508-42-5

BOIÇA, Manuel F.; BARROS, Maria de Fátima Rombotus de; RAMALHO, Margarida de Magalhães - **As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais**. 1ª Ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2001, 233 p. ISBN: 972-564-509-X

BOIÇA, Manuel F.; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - **1755. A Terra tremeu. O Mar transbordou**. Catálogo de Exposição. 1ª Ed. Oeiras:C.M.O. 2005, 175 p. ISBN:989-608-024-0

BRAGA, Teófilo - **Cultura Popular**. 2ª Ed., Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994 (Colecção Portugal de perto) ISBN 972-20-0562-6 COTA 39 BRA*pov

BRANDÃO, João (De Buarcos) - **Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, 2ª metade do século XVI (Estatística de Lisboa de 1552).** Anselmo Braamcamp Freire (Dir). Lisboa: Livraria Ferin, 1923, 278 p. COTA F.3672

BRITO, Raquel Soeiro - **Lisboa: Esboço Geográfico**. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. 1976, III série, Nº 82, 198 p.

BRITO, Nogueira de - **Os Saloios. Raça tradicionalista e trabalhadora**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, Julho - Agosto - Setembro de 1943, II Série, Nº 3, p. 313-317

BURCKHARDT, Jacob- **Considérations sur l'histoire universelle**. Trad. Sven Stelling-Michaud; Janine Buenzod. 1ª Ed. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1971, 299 p.

BUTOR, Michel - **O espírito do lugar**. Trad. Rui Guedes da Silva. 1ª Ed., Lisboa: Arcádia, 1963, 190 p. (Colecção Arcádia de bolso) COTA L. 55029 P.

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro - **A Árvore em Portugal**. 1ª Ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1999, 203 p. ISBN: 972-37-0538-9

CABRAL, Francisco Caldeira - **Paisagem Portuguesa. Origem e Evolução**. Revista Arquitectura, 1967, Nº 100, p. 234-239.

CABRAL, João Pedro - **Algumas notas sobre a vivência rural do concelho de Cascais**. In Um Olhar sobre Cascais através do seu Património. Cascais: C.M.C.; Cascais: A.C.C., 1989, VoI. I, p.131-144

Caderno de todos os barcos do Tejo tanto de carga e transporte como de pesca = Cayer de toutes les barques du Tage tant de charge, de transport et de pêche. Lisboa: Na Loje de Joze da França, ca.,1785. COTA RDe4-39

CAETANO, Maria Teresa - **Colares**. 1ª Ed. Sintra: CMS, 2000, 163 p. ISBN: 972-8209-75-4

CAETANO, Maria Teresa - **Literatura oral na Região de Colares**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 169 -184

CALDAS, João Vieira - **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Ed. Porto: FAUP Publicações, 1999, 414 p. ISBN: 972-9483-31-0

CALLIXTO, Carlos Pereira - **Fortificações marítimas do concelho de Oeiras**. Reedição. Oeiras: CMO, 1998, 113 p. ISBN 972-8508-689

CALLIXTO, Vasco - **As Rodas da Capital: História dos meios de transporte da cidade de Lisboa**. 1ª Ed. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1967, 140 p.

CALVINO, Italo - **As Cidades Invisívei**s. Trad. José Colaço Barreiros. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Teorema, 1996, 169 p. ISBN: 972-695-171-2

CAMACHO, João Carlos - **Cegadas no Concelho de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: CMC, 1997, 80 p. ISBN: 972-637-041-8

Câmara Municipal de Cascais - **Cascaes. Cascais de Sempre.** Cascais: C.M.C., 2001. 96 p. ISBN 972-791-075-0

Câmara Municipal de Loures - **Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1996, 198 p. COTA A. 104 JOR Cul (ISCTE)

Câmara Municipal de Loures - **II Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1998, 223 p. COTA ETN 224-P CMLEO

Câmara Municipal de Loures - **III Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2000, 238 p. COTA S.C. 96756 V.

Câmara Municipal de Loures - **IV Jornadas sobre Cultura Saloia**. Comunicações. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2002, 174 p.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi - **Tipologia de La Edificacion**. 1ª Ed. Madrid: Celeste Ediciones, 1995, 192 p. ISBN: 84-8211-000-4

CARDOSO, Guilherme - **Acerca das comunicações no sudoeste do Ager Olisiponensis**. In V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitânia Romana. Madrid: Secretaria General Técnica, 2004, p. 135-147 ISBN 84-369-3836-4

CARDOSO, Guilherme, CARDOSO, João Luís - **A ocupação agrária do concelho de Oeiras na época Romana**. In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras: História, Espaço e Património Rural. Oeiras: CMO, 2005 p. 41-55

CARDOSO, João Luís; CARDOSO, Guilherme - **Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras**. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 1993, nº 4, 126 p.

CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro - **Cronologia da Época dos Descobrimentos**. In Um olhar sobre Cascais através do seu Património Cascais: CMC; Cascais: A.C.C. 1989, Vol. III, p. 23-51

CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro - **Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2004. 144 p. ISBN: 972-99239-0-6

CARDOSO, Guilherme; CARDOSO, João Luís - **A Ocupação Agrária do Concelho de Oeiras na Época Romana** In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras, História, Espaço e Património Rural, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2005, p. 41-55 ISBN: 989-608-020-8

CARDOSO, Guilherme - **Carta Arqueológica do Concelho de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1991, 111 p. ISBN 972-637-018-3

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José - **Para uma História da Água no Concelho de Cascais**. Cascais: SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Cascais, 1995, 140 p. ISBN: 972-96678-0-2

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d' - **Certezas e Incertezas no estudo da Villa Romana de Freiria**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1991, Nº10, p. 15-26

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d'- **Um casal medieval em Miroiços (Malveira da Serra, Alcabideche, Cascais)**. Al-madan. Centro de Arqueologia de Almada, Outubro de 1996, II Série, Nº5, p.198

CARDOSO, Guilherme *et al.* - **Sondagens de emergência no concelho de Cascais.** Al-madan. Centro de Arqueologia de Almada, Outubro de 2000, II Série, Nº 9, p. 9

CARDOSO, Guilherme *et al.* - **Sondagens de emergência no sítio de Vilares (Cascais).** In EXPOSIÇÃO DE ARQUEOLOGIA. Concelhos: Cadaval, Cascais e Torres Vedras. Lisboa, 2002, p. 3-6

CARDOSO, João Luís - **A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas**. Revista Portuguesa de Arqueologia, 2006, Vol. 9, Nº1

CARDOSO, João Luís - **A Jazida Paleolítica de Cabecinho**. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1982, Nº88, 1º Tomo, p. 225-236.

CARDOSO, João Luís - **Do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro no Concelho de Oeiras: Percursos da presença humana**. In 1º Ciclo de estudos Oeirenses: Oeiras - A Terra e os Homens. Oeiras: C.M.O., 1998, p. 31-71

CARDOSO, João Luís - **Leceia 1983 - 1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico**. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras: C.M.O., 1994, 164 p.

CARDOSO, João Luís - **O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português: Síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2003)**. Oeiras: CMO, 2003, 70 p. ISBN: 972-8508-93-X

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem - **Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte.** 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990, 319 p. ISBN: 972-42-0157-0

Cartografia de Oeiras: 4 Séculos de Representação do Território (do século XVI ao século XX). Joaquim Manuel Ferreira Boiça (Coord.) Oeiras: C.M.O., 2003, 111 p.

CARVALHO, António Carlos - **O Triângulo Místico Português: Fátima Tomar Ladeira**. 1ª Ed. Viseu: Liber, 1980, 136 p.

CARVALHO, Jorge - **Formas Urbanas**. 1ª Ed. Coimbra: Edições Minerva, 2003, 148 p. ISBN: 972-798-079-1

CARVALHO, Jorge - **Ordenar a Cidade.** 1ª Ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, 566 p. ISBN: 972-8717-60-1

CARVALHO, Jorge - **Planos Directores Municipais. Planos, em Évora**. Jornal Arquitecto, 1994, Nº 141, p. 40-43

CARVALHO, Sérgio Luís - **Cidades Medievais Portuguesas: Uma Introdução ao seu Estudo**. 1ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, 112 p. (Colecção Perspectivas Históricas)

CASIMIRO, Jaime - **Toponímia Rural Oeirense**, In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História Espaço e Património Rural. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 57-62

CASTELLS, Manuel - **A Questão Urbana**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra, 2000, 590 p. ISBN: 85-219-0327-8

CASTELO BRANCO, Fernando - **A problemática do conceito de saloio**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 19- 29

CASTELO BRANCO, Fernando - **Cascais nos inícios do seu municipalismo e na crise de 1383**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1972, 38 p.

CASTELO BRANCO, Fernando - **Lisboa vista pelos estrangeiros até aos fins do século XVII**. 1ª Ed. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982, 355 p. COTA H.G. 33976 V.

CASTRO, Armando de *et al.* - **Novas Perspectivas das Ciências do Homem.** 2ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1974, 252 p.

CASTRO, Ferreira de - **A Lã e a Neve**. 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1985, 328 p.

CASTRO, João Baptista de – **Mappa de Portugal antigo e moderno**. 2ª Ed., 3º Vol. Lisboa: na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763 COTA F. 6301

CASTRO, Maria da Conceição Cyrne de - **Os Moleiros e o Preceito Dominical**. In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História, Espaço e Património Rural. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 85-90

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo- **The Italian school of process typology.** Urban Morphology. International Seminar on Urban Form, 1997, nº1, p. 49-63. ISSN 1027-4278

CATALDI, Giancarlo- **Per una scienza del territorio**. 1ª Ed. Firenze: UNIEDIT, 1977, 165 p.

CATARINO, Helena - **Notas sobre a presença árabe em Portugal: Conquista e transformações urbanas**. In Nós e os Árabes. XI Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais: CMC, Cascais: Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2005, Vol.I, p. 29- 46

CAVACO, Carminda - **A Costa do Estoril: Esboço geográfico**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, SARL, 1983, 263 p.

CAVACO, Carminda - **A pequena agricultura de complemento na periferia de Lisboa**. 1ª Ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1981, 29 p. COTA P.P. 172 27 V.

CHAVES, Luís - **Folclore Religioso**. 1ª Ed. Porto: Portucalense Editora, 1944, 189 p. COTA L. 13179 V.

CHAVES, Luís - **O lenço na cabeça.** Boletim da Junta de Província da Estremadura. 1943, II Série, Nº4, p. 407-413

CHERMAYEFF, Sege; ALEXANDER, Christopher- **Comunidad y Privacidad**.Trad. Leonardo Arzenberg. 1ª Ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visón, 1963, 278 p.

CHILDE, V. Gordon - **Introdução à Arqueologia.** Trad. e prefácio de Jorge Borges de Macedo 2ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977, 157 p.

CHOAY, Françoise- **A Regra e o Modelo: Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo**. Tra. Tiago Marques. 2ª Ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio. Edição e Artes Gráficas, 2007, 318 p. ISBN 978-989-8010-77-3

CHOAY, Françoise - **Alberti and Vitruvius**. Architectural Design, 1979, Vol. 49, Nº 5-6, p. 26-35

CHOAY, Françoise - **L´Urbanisme, utopies et réalités: Une anthologie**. 1ª Ed. Paris: Éditions du Seuil, 1965, 445 p. ISBN: 2-02-005328-4

CHOAY, Françoise - **O Urbanismo**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, 350 p. ISBN: 85-273-0163-6

COELHO, António Borges - **Comunas ou Concelhos**. 2ª Ed. Lisboa: Caminho, 1986, 193 p. (Colecção Universitária). COTA H.G. 37590 V.

COELHO, António Borges - **Portugal na Espanha Árabe**: **Geografia e Cultura** 2ª Ed. Vol. I, Lisboa: Caminho, 1989, 333 p. (Colecção Universitária) ISBN 972-21-0410-1 COTA C.G. 14506 V.

COELHO, António Borges - **Portugal na Espanha Árabe**: **História.** 2ª Ed. Vol. II Lisboa: Caminho, 1989, 263 p. (Colecção Universitária) ISBN 972-21-0410-1 COTA C.G. 14506 V.

COELHO, António Borges - **Presença Árabe em Portugal**. In Nós e os Árabes. XI Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais: C.M.C., Cascais: Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2005, Vol. I, p. 11-27

COELHO, Antonio Borges – **Quadros para uma viagem a Portugal no séc XVI**. 1ª Ed. Lisboa: Caminho, 1986, 403 p. (Colecção Universitária). COTA H.G. 36622 V.

COELHO, António Gomes - **Do "Inquérito do Marquês de Pombal" ao estudo de Pereira de Sousa sobre o terramoto de 1 de Novembro de 1755**. In 1755: O Grande Terramoto de Lisboa, Descrições. Lisboa: FLAD; Lisboa: Público, 2005. Vol. I. p. 143-172

COLAÇO, Branca de Gonta; ARCHER, Maria - **Memórias da Linha**. Edição fac-similada. Cascais: C.M.C.; Oeiras: C.M.O., 1999, 370 p. COTA: L. 64004 V.

COLUMELLA, Lucius Junius Moderatus - **Les douze livres des choses rustiq**ues. Paris: Jaques Kerver, 1555 COTA S.A. 2119 A.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO. Avaliação de Impacte Ambiental [em linha]. Lisboa: CCDRC [citado em 5 de Abril de 2008-18:00]. Disponível em URL: http://www.ccdrc.pt/ambiente/Avaliacao%20Amb/AIA

CONCEIÇÃO, Cláudio da (Frei) – **Memória da prodigiosa imagem da Senhora do Cabo: descrição do triunfo com que os festeiros, e mais povo de Benfica...** Lisboa, 1817, 128 p. COTA F.G. 966

CONCEIÇÃO, Cláudio da (Frei) – **Em que se dá notícia do Terramoto do 1º de Novembro**. 1ª Ed. Lisboa: Frenesi, 2005, 106 p. Conforme ao capítulo VII do Tomo XIII do Gabinete Histórico, 1829. ISBN 972-8351-90-9

Conquista de Lisboa aos Mouros: 1147: narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cêrco. Trad. José Augusto de Oliveira; prefác. Augusto Vieira da Silva. 2ª Ed. Lisboa: S. Industriais da CML, 1936, 174 p. (Complemento ao volume II da "Lisboa Antiga" de Júlio de Castilho) COTA H.G. 15192 V.

CORBUSIER, Le – **Maneira de Pensar o Urbanismo**. Francisco Lyon de Castro (Ed.) 2ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977, 211 p. (Colecção Saber)

CORBUSIER, Le - **Quand les Cathedrales Étaient Blanches. Voyage au pays des timides**. 1ª Ed. Paris: Bibliothèque Médiations, 1971, 248 p.

CORNELL, Tim; MATTHEWS, John - **Roma: Herança de Um Império**. 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991, 236 p. ISBN: 972-42-0278-X

CORTESÃO, Jaime - **O sentido da cultura em Portugal no século XIV**. Separata de Seara Nova. 1956, Nºs 1311-1316

CORTESÃO, Jaime - **Os Factores democráticos na formação de Portugal**. 1ª Ed. Vol.I, Lisboa: Portugália, 1964, 265 p. (Obras Completas) COTA CP-H373

CORTESÃO, Jaime – **Portugal. A terra e o homem.** 3ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, 268 p. COTA H.G. 42117 V.

COSTA, Celestino – **A minha terra e eu: poemas**. 2ª Edição. Cascais: Associação Cultural de Cascais; S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 1995, 123 p. ISBN 972-9406-02-2

COSTA, Celestino - **Filosofia Saloia**. Cascais: Associação Cultural de Cascais; S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 1998, 111 p. ISBN: 972-9406-15-4

COSTA, Maria Rosa Lila Dias - **Murteira: Uma povoação do concelho de Loures**. **Etnografia. Linguagem. Folclore**. Edição fac-símile da edição de 1961. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1993, 338 p. ISBN 972-9107-22-X

COSTA, Mário - **Danças e dançarinos em Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962, 344 p. COTA S.C. 21469 V

COSTA, Soledade Martinho; BARROS, Jorge - **Festas e Tradições Portuguesas: Junho**. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2002, 231 p. ISBN 972-42-2870-3

COSTA, Soledade Martinho; BARROS, Jorge - **Festas e Tradições Portuguesas: Maio**. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2002, 259 p. ISBN 972-42-2870-3

COSTIGAN, William - **Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal**. Trad., pref. e notas Augusto Reis Machado. 1ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, 235 p. COTA H.G. 40510 V.

COUTO, Matilde Tomaz do- Figuras da cultura portuguesa. Rafael Bordalo Pinheiro. In Centro Virtual Camões. Cultura portuguesa [em linha]. Lisboa, Instituto Camões, 2008 [citado em 30 de Abril de 2008]
http://www.instituto-camoes.pt/cvc/figuras/rbpinheiro.html

CROFT, Vasco - **Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal**. 1ª Ed. Lisboa: Terramar Editores, 2001, 321 p. ISBN: 972-710-294-8

CRUZ, Manuel Braga da - **Notas para uma caracterização política do salazarismo**. In Portugal em Análise. Antologia, 1ª Ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 97-122

CULLEN, Gordon – **Paisagem Urbana**. Trad. Isabel Correia; Carlos de Macedo. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2004, 201 p. ISBN: 972-44-0530-3

DAVEAU, Suzanne - **Portugal Geográfico**. 4ª Ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2005, 223 p.

DERRUAU, Max - **Geografia Humana**. Trad. Helena A. Lopes; Carlos D'Almeida Sampaio 1ª Ed. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 502 p.

DERRUAU, Max - **Geografia Humana**. Trad. Arlindo Mota. 1ª Ed. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 311 p.

DIAS, João José Alves - **Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI— Aspectos demográficos**. In Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1987, Nº 6, p. 67-71

DIAS, Jorge - **Antropologia Cultural**. 1ª Ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1984, 218 p. COTA PROC/SOC 3984

DIAS, Jorge; GALHANO, Fernando - **Aparelhos de elevar a água de rega: contribuição para o estudo do regadio em Portugal**. 2ª Ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1986, 248 p. COTA 631 DIA

DIAS, Jorge - **Os elementos fundamentais da cultura portuguesa**. 1ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986, 59 p. COTA P. 9529 P.

DIAS, Manuel Graça - **A Cidade e as Serras. A Desurbanidade é que assusta**. Jornal Arquitectos, Nº 195, Março/Abril de 2000, p. 10-11

DIAS, Marina Tavares – **Lisboa nos Anos 40. Longe da Guerra**. 1ª Ed. Lisboa: Edições Quimera, 1997, 129 p. (Colecção Iconografia Olisiponense) ISBN: 972-589-054-X

DIAS, Rodrigo - **A Paisagem e o Património Rural em Convívio com o Desenvolvimento Urbano** In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História Espaço e Património Rural. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 77-83, ISBN: 989-608-020-8

DIAS, Rodrigo Alves Rodrigues- **A Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal. Oeiras**. Oeiras: C.M.O., 1987, 78p.

DICIONÁRIO DA LÍNGA PORTUGUESA 2006. Porto: Porto Editora, 2005

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL. P-V Apêndices. Carlos Moreira Azevedo (Dir.). Lisboa: Círculo de Leitores; Lisboa: UCP, 2001.632 p. ISBN 972-42-2459-7

DICIONÁRIO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL. Joel Serrão (Dir.) 1ª Ed. Vol. II. Porto: Iniciativas Editoriais, ca. 1976, 577 p.

DIEZ, Ernst - **Islão**. Trad. Fernando Melro.1ª Ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, 188 p. (Colecção "Ars Mundi")

DORFLES, Gillo – **Oscilações do Gosto**. Trad. de Carmen Gonzalez. Lisboa: 1ª Ed. Livros Horizonte, 176 p. (Coleccção Arte no Tempo)

ECO, Humberto **- Como se faz uma Tese em Ciências Humanas**. Trad. Ana Falcão Bastos; Luís Leitão. 7ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998, 235 p. (Colecção Universidade Hoje)

ECO, Humberto **– La Estructura Ausente.** 1ª Ed. Barcelona: Lumen, 1975, 479 p.

ECO, Humberto- **Obra Aberta**. Trad. João Rodrigo Narciso Furtado. 1ª Ed. Lisboa: Difel, 1989, 322 p. ISBN 972-29-0039-0

ECO, Humberto – **Viagem na Irrealidade Quotidiana.** Trad. Maria Celeste Morais Pinto. 3ª Ed. Lisboa: Difel, 1986, 269 p.

ELIADE, Mircea – **O Mito do Eterno Retorno**. Trad. Manuela Torres.1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2000, 174 p. (Colecção Perspectivas do Homem) ISBN: 972-44-0482-X

ELIADE, Mircea - **O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões**. Trad. Rogério Fernandes.1ª Ed. Lisboa: Edições Livros do Brasil: 2002, 234 p.

ENCARNAÇÃO, José d', CARDOSO, Guilherme - **A Villa romana de Freiria e o seu enquadramento rural.** In STVDIA HISTORICA- Historia Antigua. Vol. X-XI. Salamanca, 1993, p. 203-217.

ENCARNAÇÃO, José d', CARDOSO, Guilherme - **Cascais no tempo dos Romanos**. Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa, 1990, Nº1. p. 59-74

ENCARNAÇÃO, José d', CARDOSO, Guilherme - **Certezas e incertezas no estudo da villa romana de Freiria**. Arquivo de Cascais Boletim Cultural do Município, 1991, Nº 10, p. 24-26

ENCARNAÇÃO, José d´ - **Cascais e os seus cantinhos**. 1ª Ed. Lisboa: Edições Colibri; Cascais: C.M.C., 2002. 304 p. ISBN: 972-772-369-1

ENCARNAÇÃO, José d´- **História e Geografia de Cascais**. 2ª Ed. Cascais: Edição do Autor, 1976, 59 p.

ENCARNAÇÃO, José D' - **Recantos de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: Edições Colibri; Cascais: C.M.C., 2007, 302 p. ISBN: 978-972-772-710-0

ENCARNAÇÃO, José d'- **Recantos de Cascais: Uma devoção secular**. Cascais, Jornal da Região, 2 de Abril de 2003, p. 5

ENCARNAÇÃO, José d' - **Roteiro Epigráfico Romano de Cascais**. 2ª Ed. Cascais: C.M.C., 2001, 142 p. ISBN 972-637-088-4

ENCARNAÇÃO, José d'- **Recantos de Cascais. Sadia a terra, inspirada a evocação...** Jornal da Região, 22 de Janeiro de 2003, p. 5

ENCARNAÇÃO, José d'- **Recantos de Cascais. uando o Natal era...Natal!** Cantinhos da Região. Jornal da Região, 4 de Janeiro de 2001, p. 9

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

ENGELS, Friedrich – **O problema da habitação**. Trad. António Pescada, Lisboa: Estampa, 1975, 107 p. COTA S.C. 25782 P.

ESPÍRITO SANTO, Moisés- **A Religião Popular Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, ca. 1982, 247 p. (Colecção Estudos 2)

ESTEVES, José; MESTRE, Victor - **A partir de uma conversa com o arquitecto Silva Dias a propósito do inquérito à arquitectura regional portuguesa.** Jornal Arquitectos, Janeiro a Junho de 2005, Nºs 218-219, p. 96-99

EXPOSIÇÃO – **Carcavelos. A Vinha e o Vinho**. Colecção Almarjão. Cascais: C.M.C., 2005.

EXPOSIÇÃO - **Desenho Etnográfico de Fernando Galhano, I-Portugal.** Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica- Centro de Estudos de Etnologia, 1985.

EXPOSIÇÃO - **Michel Giacometti: caminho para um museu**. **Catálogo de Exposição.** Museu da Música Casa Verdades de Faria. Cascais: C.M.C., 2004, 265 p.

EXPOSIÇÃO – **Patrimónios de Cascais.** Cascais: C.M.C., 2003, 180 p. ISBN: 972-637-117-1

EXPOSIÇÃO - **Religiões da Lusitânia.** Coordenação Científica: José Cardim Ribeiro. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2002, 48 p. ISBN 972-776-146-1

FABIÃO, Carlos - **O Passado Proto-Histórico e Romano**. In História de Portugal. Dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. Vol. I, p. 79-299

Fábrica da Pólvora de Barcarena. Museu da Pólvora Negra. Oeiras: C.M.O. (folheto exposição)

FALCÃO, Pedro - **Cascais Menino**. Reedição. Cascais: Academia de Letras e Artes, 2005, 538 p. ISBN: 972-988 22- 2-3

FARDEHEB, Fewzi - **A Casa-Pátio**. Trad. João Mariz Graça, Arquitectura e Vida, Março de 2001, Ano II, Nº14, p. 70-73

FELGUEIRAS, Guilherme - **Ensaio para um índice - roteiro da bibliografia sobre o saloio**. in Etnografia da Região Saloia, A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p.345-359

FELGUEIRAS, Guilherme – **Lisboa dos Líricos Pregões**. Boletim da Junta de Província da Estremadura. Julho, Agosto e Setembro 1943, II Série, Nº3, p. 281-288

FELGUEIRAS, Guilherme - **Os Círios estremenhos**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, 1943, II Série, Nº1, p. 77-86.

FELGUEIRAS, Guilherme – **Os saloios, grupo étnico da Lisboa suburbana**. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1980, III série, Nº 86, 2º T, p. 41-58

FERNANDES, António, *et al.* - **A Geografia de Oeiras.** Atlas Municipal. O registo do fim do século. Oeiras: CMO, 1997. 383 p. ISBN 972-9145-91-1418

FERNANDES, José Manuel - **Cidades e Casas da Macaronésia**. 1ª Ed. Porto: FAUP, 1996, 420 p. ISBN 972-9483-20-5

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – **Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica**. 1ª Ed. Lisboa: Ministério da Educação; Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, 78 p.

FERNANDES, José Manuel - **O Lugar da Cidade Portuguesa**. Povos e Culturas. A Cidade em Portugal: Como se Vive, 1987, Nº2, p. 79-112

FERNANDEZ, Sergio - **Percurso Arquitectura Portuguesa 1930/1974**. 2ªEd. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, 207 p.

FERREIRA, Manuel dos Santos - **O desenvolvimento comunitário de Lisboa**. Boletim do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa. 1966, Vol.2, Nº11, p. 91-101

FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro de - **História de Oeiras, Uma Monografia (1147 - 2003)**. Lisboa: Roma Editora; Oeiras: C.M.O., 2003, 672 p. ISBN: 972-8490-30-5

FERREIRA, Vitor Matias - **Uma Nova Ordem Urbana para a Capital do Império- a "modernidade" da urbanização e o "autoritarismo" do Plano Director de Lisboa, 1938-1948**. In O Estado Novo. Das origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, Vol.II., p. 359-375

FONSECA, Carlos – **História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal.** 1ª Ed. Mem-Martins: Europa-América, 1980. 4 Vols. (Colecção Estudos e Documentos) COTA 329 FNS

FONSECA, Fernando V. Peixoto da – **Crónica da tomada de Lisboa: Chronica da Fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henriquez I Rei de Portugal e como tomou a dita çidade aos mouros**. Ed. fac-similada. Lisboa: Tip. Da Assoc. Dos Deficientes das Forças Armadas, 1995, 109 p. COTA H.G. 42244 V.

FONSECA, Maria Lucinda da - **As Migrações Para a Área Metropolitana de Lisboa: dos anos 60 aos anos 80**. Povos e Culturas. A Cidade em Portugal: Onde se Vive, 1988, Nº3, p. 267-298

FONTES, Joaquim – **A propósito do círio de Nossa senhora do Cabo: um historiador saloio**. Separata do Boletim da Junta de Província da Estremadura, 1951, 16 p. COTA R.11568//15 V.

FONTES, Joaquim – **Aspectos populares do culto de Nossa Senhora do Cabo**. Lisboa: Tip. Of. Graf. Ramos, Afonso & Moita, 1955. 21 p. COTA S.C. 15687//2

FONTES, Joaquim - **Etnografia Saloia: Subsídios para o seu estudo**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, 1947, II Série, Nº15, p. 251-284

FONTES, Joaquim - **Mem Martins. Notas históricas e Etnográficas: A propósito da maneira de ser saloia**. Boletim da Junta de Província da Estremadura, 1943, II Série, Nº3, p. 291-312

FORTUNA, Carlos - **Cidade, Cultura e Globalização (Ensaios de Sociologia)**. 2ª Ed. Oeiras: Celta Editora, 2001, 271 p. ISBN: 976-774-121-5

FRANÇA, José Augusto - **A "Casa Portuguesa" e o "Neo-Românico", no princípio de novecentos**. Revista Arquitectura, Janeiro-Fevereiro 1967, Nº 95, p. 30-34

FRANÇA, José Augusto - **Lisboa Pombalina e o Iluminismo**. 3ª Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1983, 407 p.

FRANÇA, José Augusto - **O Modernismo na Arte Portuguesa**. 1ª Ed. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, 115 p. (Colecção Biblioteca Breve)

FREIRE, João Paulo - **O saloio: sua origem e seu carácter: fisiologia, psicologia, etnografia: infâmias, mentiras e disparates que se têm escrito sobre o saloio, seus usos e costumes.** Porto: Emp. Diário do Porto, 1948, 364 p. COTA H.G. 27924 P.

Fundação Luso Americana de Cultura; Público (Coord.)- **O Grande Terramoto de Lisboa. Vol. I: Descrições**. Lisboa: Fundação Luso Americana de Cultura; Lisboa: Público, 2005, 417 p.

Fundação Luso Americana de Cultura; Público (Coord.)- **O Grande Terramoto de Lisboa. Vol. 3: Providências do Marquês de Pombal**. Lisboa: Fundação Luso Americana de Cultura; Lisboa: Público, 2005, 288 p.

GAMEIRO, Roque; SEQUEIRA, Matos - **Os Saloios**. In Portugal de algum dia: cenas, costumes e usos de outro tempo. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1931, p. 23-32.

GARRETT, Almeida - **Romanceiro**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1984, 412 p. (Colecção Obras Completas de A. Garrett) COTA 33968

GASPAR, Ana Teixeira - **A Greve dos Tecelões de Oeiras. 1871**. 1ª Ed. Oeiras: C.M.O., 1991, 61 p. ISBN: 972- 9145-14-8

GASPAR, Jorge *et al*. - **Portugal e a Europa: identidade e diversidade**. 1ª Ed. Porto: Asa/Clube do Professor, 1991, 112 p. (Colecção Em foco) COTA S.C. 66454 V.

GASPAR, Jorge - **Portugal: os próximos 20 anos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987 (Colecção Temas Actuais). ISBN 972-31-0512-8

GASPAR, Jorge - **Portugal: população e povoamento: evolução recente, tendências e perspectivas**. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 1986, p. 15-37. COTA S.C. 59685 V.

GASPAR, Jorge - **Território dos Saloios**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 2 -18

GASPAR, Jorge; TRINDADE, Maria José Lagos - **A utilização agrária do solo em torno de Lisboa, na Idade Média e a teoria de Von Thünen**. Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, 1973/1974, II Série, Nºs. 79-80, p. 5 - 13

GAUTHIEZ, Bernard- **The history of urban morphology**. Urban Morphology. Journal of the International Seminar on Urban Form, 2004, nº 8, vol. 2, p. 71-89. ISSN 1027-4278

GIEDION, S. - **Arquitectura e Comunidade**. Trad. Ana de Freitas.1ª Ed. Lisboa: Livros do Brasil, ca.1960, 159 p.

GIL, José - **Portugal, hoje: O Medo de Existir**. 11ª Ed. Lisboa: Relógio D´água Editores, 2007, 201 p.

GODINHO, Helena Campos; MACEDO, Silvana Costa; PEREIRA, Teresa Marçal - **Levantamento do património do concelho de Cascais**. **1975- Herança do Património Arquitectónico Europeu**. Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município, 1990, Nº 9, p. 142-150

GOES, Maria das Dores Jorge de - **A Real Fábrica de Lanifícios de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1964, 155 p.

GÓIS, Damião de - **Descrição da Cidade de Lisboa**. Trad. Introd. e Notas José da Felicidade Alves, 2ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, 78 p.

GOITIA, Fernando Chueca - **Breve história do urbanismo**. Trad. Emílio Campos, 5ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 209 p.

GOITIA, Fernando Chueca- **Invariantes castizos de la Arquitectura Española**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Dossat, S. A., 1947, 103 p.

GOMBRICH, E. H. - **The Story of Art**. 7ª Ed. Londres: Phaidon, 1971, 488 p. ISBN: 0-7148-1333-8

GOMES, Fernando - **A ermida de Nª Sª da Conceição da Abóboda**. Separata do Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1980, 74 p.

GONÇALVES, Fernando - **Urbanística à Duarte Pacheco**. Revista Arquitectura, 1981, III Série. Nº 142, p. 20- 37

GONZÁLEZ ROMÁN, Cristóbal - **Roma y la urbanización de Ocidente**. Madrid: Arco/Libros S.L., 1997, 86 p. ISBN 84-7635-253-0

GUEDES, Lívio da Costa - **O Ramal para Cascais da Linha Férrea Lisboa - Badajoz**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1987, Nº 6, p.104

GUERRA, Isabel Maria Pimentel; MATIAS, Nelson José Fonseca - **Elementos Para uma Análise Sociológica do Movimento Clandestino**. Povos e Culturas, A Cidade em Portugal: Onde se Vive, 1988, Nº3, p. 335-355

GUERREIRO, Maria Rosália - **O Território e a Edificação**: **o Papel do Suporte Físico Natural na Génese e Formação da Cidade Portuguesa**. Tese de Mestrado em Desenho Urbano. Dissertação de Canditatura ao Grau de Mestre. Orientador: Prof. Dr. Arquitecto Manuel C. Teixeira. Lisboa: 2001, 226 p.

GUIDE ILLUSTRÉ DE LISBONNE ET DE SES ENVIRONS. 2ª Ed. Coord. D. Thomaz D'Almeida Manuel de Vilhena, Lisboa: Typ. da Comp. Nac. Editora, 1897, 226 p.

GUIMARÃES, J. Ribeiro - **Summario de varia historia : narrativas, lendas, biographias, descripções de templos e monumentos...** Vol. 5, Lisboa: Rolland & Semiond, 1872-1875, 656 p. COTA F. 2948

GUIRAUD, Pierre - **A Semiologia.** Trad. Filipe C. M. Silva, 1ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 147 p.

HALL, Edward T. - **A Dimensão Oculta**. Trad. Miguel Serras Pereira, 1ª Ed. Lisboa: Relógio d´Água, 1986, 230 p.

HALL, Peter - **Cidades do Amanhã**. Trad. Pérola de Carvalho. 1ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995, 550 p.

HALBWACHS, Maurice - **On collective memory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, 244 p. ISBN 0-226-11596-8

HEIDEGGER, Martin- **Que é uma coisa?: Doutrina de Kant dos princípios transcendentais**. Trad. Carlos Morujão. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1992, 237 p. ISBN 972-44-0749-7

HEIDEGGER, Martin - **Ser e Tempo**. Parte I. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993, 325 p. (Colecção Pensamento Humano) ISBN: 85-326-0947.3

HERCULANO, Alexandre - **História de Portugal: desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III.** Amadora: Bertrand, 1980 (Colecção Obras Completas de Alexandre Herculano) COTA C.G 8276 P.

HERCULANO, Alexandre - **O Pároco da Aldeia. Lendas e Narrativas II.** 2ª Ed. Sintra: Publicações Europa-América, 1987, 204 p.

HESSEM, Johannes - **Teoria do Conhecimento**. Trad. António Correia, 5ª Ed. Coimbra: Arménio Amado - Editor, Sucessor, 1970, 201 p.

HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA. Paulo Pereira (Dir.). 1ª Ed. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, 695 p. ISBN: 972-42-1225-4

HOLANDA, Francisco de - **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introd. not. e coment. José da Felicidade Alves, Lisboa: Livros Horizonte, 1984, 101 p.

HUSSERL, Edmund - **A Ideia da Fenomenologia.** Trad. Artur Morão. 2ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2008, 133 p. ISBN: 978-972-44-1377-8

JACOBS, Jane - **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Random House, 1992, 458 p. (publicação original 1961)ISBN 0-679-74195-X

JANEIRO, Carlos - **O que nos dizem as Casas: Conceitos e Preconceitos na arquitectura doméstica de Coruche**. 1ª Ed. Coruche: Câmara Municipal de Coruche; Corouche: Museu Municipal de Coruche, 2006, 137 p. ISBN: 972-99637-4-6

JASPERS, Karl - **Iniciação Filosófica.** Trad. Manuela Pinto dos Santos. 9ª Ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1998, 171 p. ISBN: 972-665-168-9

JENCKS, Charles - **Post-Modern History**. Architectural Design, 1978, Vol. 48, Nº 1. A.D. Profiles 10.

KAUFMANN, Emil - **De Ledoux Le Corbusier: Origen y desarrollo da la arquitectura autónoma**. Trad. Reinald Bernet. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1982, 103 p. ISBN: 84-252-1133-6

KEIL, Luís - **O Império do Penedo**. Separata da Revista *Aguia*, 1917

KRIER, Leo - **Luxembourg**. Architectural Design, 1978, Vol. 49, Nº 1, A.D. Profiles 18. p. 2-18

KRIER, Rob - **Urban Space**. Architectural Design, 1978, Vol. 49, Nº 1, A.D. Profiles 18. p. 19-32

KUBLER, George - **A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706).** 2ª Ed. Trad. Jorge H. Pais da Silva, Lisboa: Assírio Bacelar, 2005. 354 p. ISBN 972-699-758-5

LACAZE, Jean-Paul - **O Ordenamento do Território**. Trad. Fernando Tomar. 1ª Ed. Lisboa: Biblioteca Básica de Ciência e Cultura, 139 p. ISBN: 972-771-007-7

LAMAS, José M. Ressano Garcia - **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**, 3ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004, 590 p. ISBN: 972-31-0903-4

LAVEDAN, Pierre- **Nouvelle histoire de Paris: histoire de l'urbanisme à Paris**. Reimpressão. Paris: Diffusion Hachette, 1993, 732 p. ISBN 2-85962-012-5

LEAL, Pinho - **Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatístico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Biographico e Etymologico [...]** Vol. 2, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1874, 494 p.

LEAL, Pinho - **Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatístico, Chorografico, Herldico, Archeologico, Biographico e Etymologico [...].** Vol. 8, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1878, 345 p.

LEÇA, Armando - **Do Cancioneiro Músico - Estremenho**. Estremadura. Boletim da Junta de Província da Estremadura. 1945. II Série. Nº8, p.155-156

L´EVÊQUE, Henry - **Portuguese costume**. Introd. Martim de Albuquerque, Lisboa: Inapa, 1993, 130 p. Fac- simile da ed. de Londres, 1814 (Colecção História da Cultura Portuguesa) COTA RES. 2677 A.

LÉVI-STRAUSS, Claude - **Mito e Significado**. Trad. António Marques Bessa. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1979, 93 p. (Colecção Perspectivas do Homem).

LÉVI-STRAUSS, Claude - **Tristes Trópicos**. Trad. Gabinete Literário de Edições 70. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1993, 399 p. ISBN: 972-44-0887-6

LINO, Raul - **Casas Portuguesas, Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples**. 9ª Ed. Lisboa: Edições Cotovia, 1998, 114 p. ISBN: 972-8028-25-3

LOBO, Isabel Sousa - **Economia não contabilizada: que perspectivas?** Sociedade e Território, Março 1984, Ano 1, Nº 1, p.11-17

LÔBO, Margarida Souza - **Planos de Urbanização- A época de Duarte Pacheco**. 1ª Ed. Porto: FAUP Publicações, 1995, 305 p. ISBN: 972-9483-14-0

LOPES, David - **Cousas arábico-portuguesas: algumas etimomologias**. Lisboa: Academia das Ciências, 1917, 25 p. COTA L.5542//10 A.

LOPES, Fernão - **As Crónicas de Fernão Lopes**, 1ª Ed. Seleccionadas e Transpostas em português moderno por António José Saraiva, Lisboa: Portugália Editora, ca.1970, 413 p.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito - **Património Arquitectónico e Arqueológico (Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais).** 1ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, 319 p. ISBN: 972-24-1307-4

LOURENÇO, Eduardo - **O Labirinto da Saudade**, 5ª Ed. Lisboa: Gradiva, 2007, 182 p.

LOURENÇO, Eduardo - **La Culture à l´ère de la mondialisation**. 1ª Ed. Paris: Escampette, 2001, 30 p. COTA L.922505 P.

LUCENA, Armando de - **Arte popular: usos e costumes portugueses**. 2ª Ed. Lisboa: Emp. Nac. de Publicidade, 1944 COTA B.A 2910 P.

LUCENA, Armando de - **A Casa Portuguesa**. Boletim da Junta de Província da Estremadura. Julho, Agosto, Setembro de 1943, série II, nº 3, p. 261-263

LYNCH, Kevin - **A Boa Forma da Cidade**. 1ª Ed. Trad. Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho, Lisboa: Edições 70, LDA, 1999, 440 p.

LYNCH, Kevin – **A Imagem da Cidade**. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso.1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2003, 205 p. (Colecção Arte e Comunicação) ISBN: 972-44-0379-3

LYNCH, Kevin- **De qué tiempo es este lugar?** Trad. Justo G. Baramendi. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975, 285 p. (Colección Arquitectura y Crítica). ISBN 84-252-0853-X.

MACEDO, Jorge Borges de - **Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII**. 2ª Ed. Lisboa: Querco, 1982, 394 p. (Colecção Conhecer Portugal) COTA S.C. 52154 V.

MACHADO, José Júlio - **Literatura Oral de Armés (Sintra)**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 149 -168

MAGALHÃES, Manuela Raposo - **A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, 525 p. ISBN 972-33-1686-2

MAGALHÃES, Manuela Raposo *et al.*- Morfologia da Paisagem. **Complexidade da paisagem metropolitana**. In TENEDÓRIO, José António (Dir.) **- Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**. Lisboa: AML, 2003, p. 69 - 89

MAGALHÃES, Manuela Raposo; Monteiro, José Charters - **Margarida Cancela D´Abreu.** Arquitectura e Vida, Nº 87, Ano VII, Novembro de 2007, p. 24-31

MANA, Donzília - **Algumas teses sobre a origem do saloio.** Boletim Cultural. Câmara Municipal de Mafra, 1994, p. 352-359

MANTAS, Vasco Gil - **As Primitivas Formas de Povoamento Urbano em Portugal**. Povos e Culturas, A Cidade em Portugal: Onde se Vive, 1987, Nº2, p. 13-55

MARAT-MENDES, Teresa - **The Sustainable Urban Form: A Comparative Study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona**. Thesis submitted to the University of Nottingham for the degree of Doctor of Philosophy. Nottingham, Fevereiro de 2002, 436 p.

MARQUES, A.H. de Oliveira - **A sociedade em Portugal nos séculos XII a XIV: subsídios para a sua história.** Lisboa: 1956. COTA TL-H 132

MARQUES, A.H. de Oliveira - **A sociedade medieval portuguesa**. 3ª Ed., Lisboa: Sá da Costa, 1974, 296 p. COTA H.G. 29778 V.

MARQUES, A.H. de Oliveira - **A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana**. 5ª Ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987, 269 p. COTA 946.9 MARC*soc

MARQUES, A.H. de Oliveira - **Atlas de cidades medievais portuguesas: (séculos XII a XV).** Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990, 96 p. (Colecção História Medieval) COTA C.G. 14562 V.

MARQUES, A.H. de Oliveira - **Carta da Vila de Cascais 1364: estudo e transcrição**. 1ª Ed. Facsimilada, Cascais: C.M.C., 1989, 14 p., COTA H.G. 38793 V.

MARQUES, A.H. de Oliveira - **Ensaios de história medieval portuguesa**. 2ªEd. Lisboa: Vega, 1980, 236 p. (Colecção Documenta Histórica). ISBN 972-699-057-2 COTA H.G. 32924 V.

MARQUES, A.H. de Oliveira - **Guia do estudante de história medieval portuguesa**. 2ª Ed. Lisboa: Estampa, 1979, 265 p. (Colecção Imprensa Universitária). COTA H.G. 32271 V.

MARQUES, A. H. de Oliveira - **História de Portugal** 2ª Ed. Vol. I, Lisboa: Palas Editores, 1976, 697 p.

MARQUES, A. H. de Oliveira - **História de Portugal**. 2ª Ed. Vol II, Lisboa: Palas Editores, 1976, 460 p.

MARQUES, A.H. de Oliveira **– Introdução à História da Agricultura em Portugal**. 3ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, 350 p. (Colecção Marcha da Humanidade)

MARQUES, A. H. de Oliveira - **Lisboa na Baixa Idade Média. Para uma visão monumental turística**. Ler História, 1994, Nº 26, p.7-19

MARQUES, A.H. de Oliveira - **Novos ensaios de História Medieval Portuguesa.** Lisboa: Editorial Presença, 1988, 199 p. (Colecção Biblioteca de Textos Universitários). COTA 5II1-41.

MARQUES, A.H. de Oliveira - **Para a História de Cascais na Idade Média**. Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município, 1987, Nº 6, p. 13-40

MARQUES, A.H. de Oliveira - **Para a história do concelho de Cascais na Idade Média II**. Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município, 1988, Nº 7, p. 37-45

MARQUES, A.H. de Oliveira - **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987, 662 p. (Colecção Nova História de Portugal). COTA 946.9 MA, O (1)

MARQUES, J.J. Dias - **Romances tradicionais do concelho de Loures**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem, Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 133-148

MARQUES, Luís - **Tradições religiosas entre o Tejo e o Sado: os Círios do Santuário da Atalaia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2005, 326 p. (Colecção Lusitânia) ISBN 972-37-1078-1

MARTINEZ, José Maria A. *et al*.- **Museo Nacional de Arte Romano**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000, 83 p. ISBN 84-7671-691-5

MARX, Karl - **Contribuição para a crítica da economia política**, Trad. Maria Helena Barreiro Alves, 5ª Ed. Lisboa: Estampa, 1977, 365 p. COTA: S.C. 28143 P

MATA, María Jesús Rubiera - **Ibn Muqãna de Alcabideche**. 2ª Ed. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1996., 35 p. ISBN 972-9406-07-3

MATEUS, Rui - **Estratégias de Dinamização e Valorização do Património Rural** In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História, Espaço e Património Rural. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 15-20, ISBN: 989-608-020-8

MATOS, Albano Mendes de - **Subsídios para o Estudo da Literatura Popular na Região Saloia**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1991, p.101-131

MATTOSO, José - **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Círculo de Leitores. 1ª Ed. Vol. I, 2006, 318 p. (Colecção Reis de Portugal) ISBN: 972-42-3867-9

MATTOSO, José - **História de Portugal**, 1ª Ed. Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, 567 p. ISBN: 972-42-0589-8

MATTOSO, José - **História de Portugal**, 1ª Ed. Vol.II, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, 556 p. ISBN: 972-42-0636-X

MAZAHÉRI, Aly - **A vida quotidiana dos muçulmanos na Idade Média (século X-século XIII)** Trad. A.H. de Oliveira Marques, Lisboa: Livros do Brasil, 351 p. (Colecção A Vida Quotidiana) COTA H.G. 22128 V.

MC HARG, Ian L. - **Proyectar con la Naturaleza**. Trad. Purificación Fernandez et al.1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2000, 197 p. ISBN: 84-252-1783-0

MEDINA, João - **História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias**. 1ª Ed. Alfragide: Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda., ca.1980, 364 p. ISBN: 972-719-058-8

MELO, Francisco Manuel de - **Apólogos Dialogais. Relógios Falantes. Visita das Fontes**. Vol. I, Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed. 1959, 233 p. (Colecção Clássicos Sá da Costa)

MEMORIAL HISTÓRICO OU COLECÇÃO DE MEMÓRIAS SOBRE OEIRAS. Câmara Municipal de Oeiras (Ed.). Vol. II. Oeiras: C.M.O., 1982, 422 p.

MENDANHA, Victor - **História Misteriosa de Portugal**. 6ª Ed. Lisboa: Editora Pergaminho, 2001, 352 p. ISBN 972-711-062-2

MENDANHA, Victor - **Conversas com Agostinho da Silva**. 1ª Ed. Lisboa: Editora Pergaminho, 1994, 123 p. ISBN: 972-711-057-6

MENDES, Maria Clara - **O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia: Evoluções e Tendências.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990, 255 p. (Colecção Universidade Moderna 91). ISBN 972-20-0772-6

MESQUITA, Alfredo - **Os Saloios.** Ilustração Portuguesa, 9 de Julho de 1906, II Série, p. 630-635

MIGUÉIS, José Rodrigues - **A Escola do Paraíso**. 9ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, 399 p. ISBN 972-33-0797-9

MIGUEL, Anabela S.; ROIS, Luísa M.V.- **Uma pequena comunidade rural saloia - O Carvalhal**. In Etnografia da Região Saloia. A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 57-122

MINISTÉRIO DO AMBIENTE (Portugal). Instituto da Conservação da Natureza Parque Natural de Sintra Cascais. Sintra Património Mundial. Paisagem Cultural. Sintra: PNSC, 1996

MIRANDA, Jorge - **A presença de Santo António no Concelho de Cascais**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 2005, Nº13, p. 23-37

MIRANDA, Jorge Augusto - **Sistemas Tradicionais de Moagem no Concelho de Oeiras no Quadro da Cintura Moageira Pré-Industrial de Lisboa.** In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História. Espaço e Património Rural, Oeiras: C.M.O., 2005, p. 161-174 ISBN: 989-608-020-8

MIRANDA, Jorge; CARDOSO, Guilherme; TEIXEIRA, Carlos A. - **Registo Fotográfico de Carcavelos e alguns Apontamentos Histórico-Administrativos**. 2ª Ed. Cascais, 2001, 208 p. ISBN 972-637-080-9

MIRANDA, Jorge- **Contributo para o estudo do impacte do caminho-de-ferro nos concelhos de Oeiras e Cascais**. Versão policopiada. Comunicação apresentada no II Encontro de História Local do concelho de Oeiras. Oeiras, Novembro de 1994.

MIRANDA, Jorge- **Joham das Regras e a Doaçam de Cascãaes e do Reguego D'Hueiras**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1989, p.13-34

MOITA, Irisalva (Coord.)- **O Livro de Lisboa**. 1ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, 522 p. ISBN: 972-24-0880-1

MÓNICA, Maria Filomena - **Artesãos e Operários**. 1ª Ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, 228 p.

MÓNICA, Maria Filomena - **"Deve-se ensinar o povo a ler?": a questão do analfabetismo (1926-39).** In Portugal em Análise, Antologia, 1ª Ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 433-468

MONTANER, Josep Maria- 1ª Ed. **A Modernidade Superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX**. Trad. Esther Pereira da Silva e Carlos Muñoz Gallego. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1997, 220 p. ISBN: 84-252-1895-0

MONTANER, Josep Maria – **Arquitectura y Crítica**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, 109 p. (G.G. Básicos) ISBN 84-252-1768-7

.

MONTANER, Josep Maria - **Depois do movimento moderno: Arquitectura da segunda metade do século XX**. Trad. Maria Beatriz da Costa Matos.1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, 271 p. ISBN: 84-252-1828-4

MONTEIRO, Carlos Branquinho - **Ribeiras dos Concelhos de Oeiras e Cascais**. 1ª Ed. Oeiras: C.M.O., 1989, 163 p.

MORAIS, João Sousa - **Metodologia de Projecto em Arquitectura: Organização Espacial na Costa Vicentina**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, 309 p. ISBN: 972-33-1151-8

MOREIRA, Manuel Vicente - **Demografia e Habitação**. 1ª Ed. Porto: Tip. Porto Médico, 1945, 39 p. COTA S.C. 13236//5 V.

MOREIRA, Manuel Vicente - **Notas sobre a habitação operária em Portugal.** Porto: Tip. Porto Médico, 1937, 12 p. (Comunicação apresentada à secção social do Congresso Internacional da Tuberculose em Set. de 1937). COTA S.C. 11697//10 V.

MOREIRA, Manuel Vicente - **Problemas da habitação.** 1ª Ed. Famalicão: Tip. Minerva, 1950, 523 p. (Colecção Ensaios Sociais) COTA S.C. 13889 V.

MORIN, Edgar; BOCCHI, Gianluca; CERUTTI, Mauro - **Os Problemas do Fim de Século.** Trad. Cascais Franco. 3ª Ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1990, 219 p. ISBN: 972-46-0552-3

MORIN, Edgar- **Introdução ao Pensamento Complexo.** Trad. Dulce Matos. 4ª Ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003, 177 p. ISBN: 972-771-630-X

MORRIS, A.E.J. - **History of Urban Form: Before the Industrial Revolutions**. 3ª Ed. Essex: Longman Scientific and Technical; Nova Iorque: Jonh Wiley and Sons inc. 444 p. ISBN: 0-582-30154-8

MOUDON, Anne Vernez - **Built for Change: Neighbourhood Architecture in San Francisco**. 1ª Ed. Cambridge: The MIT Press, 1986, 285 p.

MOUDON, Anne Vernez- **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. Urban Morphology. Journal of the International Seminar on Urban Form, 1997, nº 1, p. 3-10. ISSN 1027-4278

MOURA, José de Santo António - **Vestigios da lingua arabica em Portugal: ou lexicon etymologico das palavras e nomes portuguezes que tem origem arabica**. Lisboa: na Typografia da Academia Real das Sciencias, 1830, 204 p. COTA L. 11703 V.

MUMFORD, Lewis - **The City in History.** 4ª Ed. London: Pelican Books, 1975, 695 p.

MUNTAÑOLA, Josep - **Réhabiliter l'Architecture traditionnelle comme dialogue cultirel: concepts et principes pour sa connaissance et sa réhabilitation**. In Méthode Rehabimed. Architecture Tradicionelle Méditerranéene I. Réhabilitation Ville et Territoire. Union Européenne; Euromed; Euromed Heritage; Agencia Española de cooperación internacional; Col-Legi D'Aparelladores i Arquitectes Técnics de Barcelona. p. 95-100

MURPHY, James - **Travels in Portugal; through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo, in the years 1789 and 1790; Consisting of Observation on the Manners, Customs, Trade, Public Buildings, Arts, Antiquities, &c. of that Kingdom**. London: A Strahan, and T.Cadell Jun. and W.Davies, 1795, 311 p. COTA D.S. XVIII – 505

NARPOZI, Marino *et al.*- **Aldo Rossi**. Architecture d'Aujourd'Hui, 1989, Nº 263, p. 133-187

NETO, Vitor Hugo - **O Saloio num texto etnológico (João Paulo Freire) e numa obra plástica (Leal da Câmara)**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem, Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 331-333

NOLEN, Jeannette U. Smit - **A villa romana do Alto do Cidreira (Alcabideche-Cascais): os materiais**. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1990, 140 p. ISBN: 972-9406-00-6

NORBERG-SHULZ, Christian - **A Paisagem e a obra do homem**. Revista Arquitectura, 1968, Nº 102, p. 52-58

NORBERG-SHULZ, Christian - **Genius Loci: Paesaggio, Ambiente, Architettura**. Trad. de Anna Maria Norberg-Schulz. 2ª Ed. Milão: Gruppo Editoriale Electa, 1992, 214 p.

NORBERG-SHULZ, Christian - **La Signification dans l´Architecture Occidentale**. 6ª Ed. Liège: Pierre Mardaga Éditeur, 1977, 201 p. ISBN: 2-87009-077-3

NORRIS, A.H.; BREMNER, R.W. - **As Linhas de Torres Vedras: As Três Primeiras Linhas e as Fortificações ao Sul do Tejo**. 1ª Ed. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras; Torres Vedras: Museu Municipal Leonel Trindade; Cascais: British Historical Society de Portugal, 2001, 120 p. ISBN: 972-98652-2-1

NUNES, A. Sedas - **A perspectiva sócio-cultural do desenvolvimento económico**. In Portugal em Análise, Antologia, 1ª Ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 27-49

NUNES, Joaquim António - **Imagens de Lisboa (Crónicas).** 1ª Ed. Lisboa: Editorial Minerva, 1976, 268 p.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de - **Elementos para a história do município de Lisboa**. Lisboa: Tip. Universal, 1882-1943, 660 p.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - **Festividades cíclicas em Portugal**. 1ª Ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 357 p. (Colecção de perto) COTA S.C. 55767 V.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - **Arquitectura Tradicional Portuguesa.** 1ª Ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992, 374 p. ISBN: 972-20-0959-1 COTA 728 OLI

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - **Construções primitivas em Portugal**. 2ª Ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988, 363 p. (Colecção Portugal de perto) COTA S.C.62679 V.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - **Sistemas de moagem: tecnologia tradicional portuguesa.** 1ª Ed. Lisboa: Inst. Nac. de Investigação Científica, 1983, 520 p. (Colecção Etnologia) COTA 39O46t

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - **Persistência e evolução da habitação tradicional**. 1ª Ed. Lisboa: Assoc. Port. para o Progresso das Ciências, 23 p. COTA S.C. 35146 V.

OLIVEIRA, Frey Nicolao de - **Livro das grandezas de Lisboa**. Lisboa: Na impressão régia, 1804, 349 p.

OLIVEIRA, José Augusto de - **Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco.** 2ª Ed. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936, 174 p.Complemento ao volume II da "Lisboa Antiga", de Júlio de Castilho,

ORTEGA Y GASSET, J. - **La Rebelión de las Masas.** 30ª Ed. Madrid: Editorial Optima, 1997, 295 p. ISBN: 84-239-7336-0

PAÇO, Afonso do - **Cascais há quatro mil anos**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1964, 29 p.

PAÇO, Afonso do; FIGUEIREDO, J. A. Fausto de - **Esboço Arquelógico do Concelho de Cascais**. Separata do Boletim do Museu Condes de Castro Guimarães. Cascais: Junta de Turismo de Cascais, 1943, 27p.

PAÇO, Afonso do- **Povoado Pré-histórico da Parede (Cascais)**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1964, 20 p.

PAÇO, Afonso do - **Estação Enolítica de Parede (Cascais): reconhecimento de 1955**. COTA CAS PA PAC FL

PAÇO, Afonso do - **Povoado Pré-histórico da Parede (Cascais)**. Cascais: CMC, 1964, 20 p.

PAÇO, Afonso do - **Vestígios de influência germânica no concelho de Cascais**.1ª Ed. Separata de Bracara Augusta, 1960, Vol. IX, 15 p.

PACHECO, Carlos *et. alt* - **O Estado do Mundo**. 1ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, 303 p. (Colecção Temas e Debates) ISBN: 972-759-836-6

PAIVA, Maria Cesaltina Nabais - **Loures: Crenças e Mezinhas Tentativa de explicação antropológica**. In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano, Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 45-36

PARDAL, Sidónio - **Planeamento do Espaço Rústico**. 1ª Ed. Lisboa: Associação Nacional de Municípios Portugueses; Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa: ADISA – Instituto Superior de Agronomia; Lisboa: CESUR – Instituto Superior Técnico, 2002, 143 p. ISBN: 972-8139-06-3

PASSAPORTE, António - **Lugares de Oeiras**. 1ª Ed. Oeiras: C.M.O., 2004. 151 p.

PENA, António; GOMES, Luís - **Cascais. Um Olhar sobre a Natureza**. 1ª Ed. Cascais: C.M.C., 1992, 52 p.

PEREIRA, Ana Ramos - **Traços Gerais da Geografia Física do Concelho de Oeiras**. In 1º Ciclo de Estudos Oeirenses. A Terra e os Homens, Oeiras: C.M.O., 1997, p. 23-30

PEREIRA, Armando de Sousa- **Geraldo Sem Pavor**: **Um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos c. 1162-1176**. 1ª Ed. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2008, 105 p. ISBN 978-989-8070-16-6

PEREIRA, João Manuel Esteves; FONSECA, Carlos da - **Subsídios para a história da indústria portuguesa**. 1ª Ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1979, 190 p. (Colecção Biblioteca de economia) COTA S.A. 52993 V.

PEREIRA, Margarida - **O Plano de Urbanização da Costa do Sol**. In 1º Ciclo de Estudos Oeirenses. A Terra e os Homens, Oeiras. Celta; Oeiras: C.M.O., 1998, p. 97-101

PEREIRA, Nuno Teotónio - **A Arquitectura do Estado Novo**. Colab. José Manuel Fernandes. In O Estado Novo das origens ao fim da Autarcia (1926-1959). Comunicações do Colóquio. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, Vol II, p.332

PEREIRA, Nuno Teotónio; FREITAS, António Pinto de; DIAS, Francisco da Silva - **Zona 4**. In Arquitectura Popular em Portugal. 2ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 337 – 452

PEREIRA, Nuno Teotónio - **A Cidade e as Serras**. **Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional**. Jornal Arquitectos, Nº 195, Março/Abril de 2000, p. 69-71

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol 4. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol. 6. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol 13. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5

PEREIRA, Paulo - **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal.** 1ª Ed. Vol. 14. Lisboa: Público, 2006, 159 p. ISBN: 989-619-075-5

PEREIRA, Paulo- **Lugares Mágicos de Portugal: Arquitecturas Sagradas**. 1ª Ed. Vol. II Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, 223 p. (Colecção Lugares Mágicos de Portugal). ISBN: 972-42-3213-1

PEREIRA, Paulo- **Lugares Mágicos de Portugal: Cabos do Mundo e Finisterras**. 1ª Ed. Vol. V Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, 223 p. (Colecção Lugares Mágicos de Portugal) ISBN: 972-42-3213-1

PEREIRA, Paulo - **Lugares Mágicos de Portugal: Espírito da Terra**. 1ª Ed. Vol VII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, 223 p. (Colecção Lugares Mágicos de Portugal). ISBN: 972-42-3213-1

PEREZ DE ARCE - **Urban Transformation and the Architecture of Aditions**. Architectural Design, 1978, Nº 4, p. 237-266

PETRUCCIOLI, Attilio- **Dar-al-Islam**. 1ª Ed. Liège: Pierre Mardaga, 1990, 191 p. (Architecture + Recherches)

PEVSNER, Nikolaus - **Os Pioneiros do Desenho Moderno**.Trad. João Paulo Monteiro.1ª Ed. Lisboa: Editora Ulisseia, ca. 1970, 189 p.

PIAGET, Jean - **A situação das ciências do homem no sistema das ciências**. Trad. Isabel Cardigos dos Reis. 1ª Ed. Amadora: Livraria Bertrand, 1970, 146 p.

PIMENTEL, Alberto - **A Extremadura Portugueza**. 1ª Ed. Parte II. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1908

PINTO, António Costa - **Portugal Contemporâneo**. 1ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005, 299 p. ISBN: 972-20-2736-0

PINTO, Dulce - **Descobrir Algueirão Mem-Martins**. **Informações geográficas, históricas, etnográficas, urbanísticas, recreativas, culturais e artísticas**. 1ª Ed. Mem-Martins: Edição da autora. 1998, 447 p.

PIRENNE, Henri- **As Cidades da Idade Média**. Trad. Carlos Montenegro Miguel. 1ª Ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1989, 182 p.

PORTAS, Nuno- **A cidade como Arquitectura**. Prefác. Fernando Távora. 2ª Ed. fac-símile. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, 212 p.ISBN 972-24-1463-1

PORTAS, Nuno; ÁLVARO, Domingues; CABRAL, João - **Políticas urbanas: Tendências, Estratégias e Oportunidades**. 1ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 295 p. ISBN: 972-31-1061-X

PORTAS, Nuno – **A Regulação Urbanística da Arquitectura**. Jornal Arquitectos**,** Janeiro-Março, 2007, Nº 226, p. 18-21. ISSN-0870-1504

PORTAS, Nuno - **Planos Directores Municipais. Notas sobre a experiência dos PDMs**. Revista Arquitectos, 1994, Nº 141, p. 11-14

PORTOGHESI, Paolo – **Después de la Arquitectura Moderna**. Trad. Mª Pilar Servitje de Llorens. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1981, 311 p. ISBN: 84-252-1079-8

PROENÇA, Raul- **Guia de Portugal**. Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, 696 p. (Edição de texto integral da 1ª edição de 1924).

QUADROS, António – **Portugal - Razão e Mistério**. 1ª Ed. Vol. II Lisboa: Guimarães Editores, 1986-1987, 294 p. COTA: C.G. 13982 V

RADICH, Maria Carlos - **A Vaca Urbana**. Ler História. Dossier: Descrever a Cidade, 2007, Nº 52, p. 95-126

RAMALHO, Margarida Magalhães- **Cascais em finais do século XVI: Duas plantas inéditas.** Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1990, Nº 9, p. 75-85

RAMALHO, Margarida de Magalhães - **Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910**. 1ª Ed. Lisboa: Quetzal Editores; Lisboa: Bertrand Editora, 2003, 112 p. ISBN: 972-564-588-X

RATCLIF, Richard U. -**The dinamicy of efficiency in the locational distribution of urban activities**. Reading in Urban Geography, 1959, p 299

REDONDO, Belo - **Murtal Aldeia das Murtas. Com o foral da vila de Cascais e seu têrmo**. 1ª Ed. Cascais: Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1943, 68 p.

REIS, Jaime - **A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal 1870-1913**. In Portugal em Análise, Antologia, 1ª Ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 199-221

Relaçam, em que se trata, e faz hua breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa e seus arrebaldes [...]. 1ª Ed. fac-símile do original. Lisboa: C.M.L., 1970, 20 p. Nota explicativa de A. Vieira da Silva. Original anónimo do século XVII. COTA L. 20939 V.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Diário da República, 19 de Junho 1997, Série I-B, Nº 139, p. 2970-2999

RIBEIRO, Aquilino - **Oeiras.** 3ª Ed. Queluz: C.M.O., 1993, 99 p.

RIBEIRO, Margarida - **Nota sobre a fixação de saloios em Lisboa**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 279-290

RIBEIRO, M.L.; RAMALHO, M.M. - **Nota explicativa da Carta geológica simplificada. Parque Natural de Sintra-Cascais**. Lisboa: PNSC, Instituto de Conservação da Natureza, 1997. (Sem numeração de páginas).

RIBEIRO, M.L.; RAMALHO, M.M. - **Notícia explicativa da folha 34-C Cascais**. Lisboa: Departamento de Geologia Instituto Geológico e Mineiro, 2001, 104 p. ISBN: 972-31-0544-6

RIBEIRO, Orlando - **Geografia e Civilização**. 1ª Ed. Introd. Jorge Gaspar. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, 161 p. (Colecção Espaço e Sociedade)

RIBEIRO, Orlando - **Introduções geográficas à História de Portugal: Estudo crítico.** 1ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, 230 p. (Colecção Estudos Portugueses)

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - **Geografia de Portugal III. O Povo Português**. 1ª Ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, 942 p. ISBN: 972-9230-12-9

RIBEIRO, Orlando – **Mediterrâneo: Ambiente e Tradição**. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, 323 p. COTA H.G. 35224 P.

RIBEIRO, Orlando - **Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico**. 7ª Ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1998, 189 p. (Colecção Nova Universidade) ISBN 972-569-320-7

RIBEIRO, Orlando; SOLÉ, Sabaris L.; TÉRAN, Manuel de – **Geografía de España y Portugal**. Barcelona: Montaner y Simón, 1952-1958 COTA C.G. 16268 V.

RICHARDS, J. M. – **L´Architecture Moderne**. 1ª Ed. Paris: Le Livre de Poche, 1968, 347 p.

RICOEUR, Paul- **Teoria da Interpretação**. Trad. Artur Morão. 1ª Ed. Porto: Porto Editora, 1995, 203 p. (Colecção Filosofia. Textos)

RIVIÈRE, Claude – **Introdução à Antropologia.** Trad. José Francisco Espadeiro Martins, 2ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2007, 189 p. ISBN: 978-972-44-1388-4

ROCHA, Edgar - **Especialização e crescimento económico: alguns aspectos do caso português no período de 1960-1974**. In Portugal em Análise, Antologia, 1ª Ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 237- 258

RODOLFO, João de Sousa - **Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal.** 1ª Ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2002, 282 p. ISBN: 972-20-2192-3

RODRIGUES, Carlos M. *et a l*- **Clandestinos em Portugal: Leituras**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, 139 p. (Colecção Horizonte Universitário) ISBN: 972-24-0724-4

RODRIGUES, Maria João Madeira *et al*. - **Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa**. 1ª Ed. 1º Tomo, Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1973, 147 p.

RODRIGUES, Maria João Madeira *et al.* - **Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa**. 1ª Ed. 2º Tomo, Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1973, 196 p.

RODRIGUES, Severino; CABRAL, João - **Silos medievais de Caparide**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município, 1999, Nº 9, p. 63-75

ROSAS, Fernando - **O Estado Novo nos Anos Trinta: elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)**. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, 311 p. (Colecção Histórias de Portugal) ISBN: 972-33-1177-1

ROSSI, Aldo - **A Arquitectura da Cidade**. Trad. José Charters Monteiro. 1ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos, 2001, 258 p. ISBN: 972-762-126-0

ROTEIROS DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA: 1 - ROTEIRO DE LISBOA. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural Departamento de Arqueologia, 1986, 64 p.

RUBIÓ, Manuel de Solà-Morales i - **Las formas de crecimiento urbano**. 1ª Ed. Barcelona: Ediciones Universitat Politècnica de Catalunya, 1997, 196 p. ISBN: 84-8301-197-2

RUDOFSKY, Bernard- **Architecture without architects: a short introdution to non-pedigreed architecture**. 8ª Ed. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2003, 157 p. ISBN 0-8263-1004-4

RYKWERT, Joseph - **Inheritance or Tradition?** Architectural Design, 1979, Vol. 49 Nºs 5-6, p. 2- 6

SABIDO, José Luís Tomé - **Tires, terra de canteiros**. 1ª Ed. Cascais: Associação Cultural de Cascais; S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2003, 63 p. ISBN: 972-9406-29-4

SABIDO, José Luís Tomé - **Tires quando eu era pequenino**. 1ª Ed. Cascais: Associação Cultural de Cascais; S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2005, 102 p. ISBN: 972-9406-39-1

SALGUEIRO, Teresa Barata - **A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana**. 3ª Ed. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999, 433 p. ISBN: 972-36-0202-4

SALGUEIRO, Teresa Barata - **Lisboa, Periferia e Centralidades**. 1ª Ed. Oeiras: Celta Editora, 2001, 229 p. ISBN: 972-774-109-6

SAMPAYO, Mafalda - **O Modelo Urbanístico de Tradição Muçulmana nas Cidades Portuguesas (sec VIII-XIII).** Tese de Mestrado em Desenho Urbano apresentado ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa: 2001

SANTA CATARINA, (Frei) Lucas de - **Anatomico jocoso que em diversas operações manifesta a ruindade do corpo humano, para emenda do vicioso...** Lisboa: Na Officina do Doutor Manoel Alvarez, 1755-1758 COTA PURL 6526/0

SANTA CATARINA, (Frei) Lucas de - **Seram politico, abuso emendado, dividido em tres Noytes para divertimentos dos curiosos...** Lisboa: Na officina de Bernardo da Costa, 1723, 330 p. COTA L. 1271 A.

SANTOS, Maria do Rosário - **Rocio/Rossio**. 2ª Ed. Lisboa: C.M.L., 1998, 103 p. ISBN: 972-41-0800-7

SANTOS, M. Farinha dos- **Pé-História de Portugal**. 2ª Ed.Lisboa: Editorial Verbo, 1972, 175 p. (Biblioteca das Civilizações Primitivas)

SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; SÁ NOGUEIRA, Margarida - **Lisboa Setecentista vista por estrangeiros**. 2ª Edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1996, 102 p. ISBN: 972-24-0991-3

SARAIVA, Maria Isabel - **As Cegadas no Concelho de Sintra**. In Etnografia da Região Saloia: A Terra e o Homem, Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 185-197

SARAIVA, Tiago Mota - **Celestino de Castro (1920- 2007).** Revista Arquitectos. Setembro de 2007, Ano XV, Nº 176, p. 8

SARBIB, J. L.; VENTURI, Robert - **Venturi and Rauch.** L´Architecture D´Aujourd´Hui. , Junho de 1978, 105 p.

SCHULZ-NORBERG, Christian - **Genius Loci of Rome**. Architectural Design, Roma Interrota, Vol.49, Nº3, 1979, p. 50-62

SCHWARTZ, S.- **Elegia de Rabi Abraham ibn Ezera (1092-1167), sobre a tomada de Lisboa**. Revista Municipal, 1952, nº 55.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos; GAMEIRO, Roque - **Os saloios**. In Portugal de algum dia: cenas, costumes e usos de outro tempo. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1931, p. 21-32 COTA: A/ETN 26-G RES CMLEO

SERRÃO, Filomena - **As Quintas de Oeiras no Século XVIII - Espaço de Recreio e Espaço de Lavoura** In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras, História, Espaço e Património Rural. Actas. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 185-190 ISBN: 989-608-020-8

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **História de Portugal (1080 - 1415)**. 3ª Ed. Vol.I, Lisboa: Editorial Verbo, 1979, 447 p.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **História de Portugal (1415 - 1495)**, 3ª Ed. Vol.II, Lisboa: Editorial Verbo, 1980, 401 p.

SILVA, Augusto Vieira da – **A população de Lisboa: estudo histórico**. Lisboa: Tip. Do Comércio, 1919, 50 p. COTA 31 (041) SER-1

SILVA, Augusto Vieira da – **Dispers**os. 1ª Ed. Vol. I, Lisboa: Oficinas Gráficas da C.M.L., 1954 COTA C.G. 7099 P.

SILVA, Augusto Vieira da – **O Termo de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal, 1940, 14 p. COTA H.G. 7625//19 A.

SILVA, Carlos Nunes - **Política Urbana em Lisboa (1926-1974)**. 1ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, 231 p. (Colecção Cidade de Lisboa) ISBN: 972-24-0878-X

SILVA, Manuela - **A Pobreza Urbana - O Avesso da Cidade**. Povos e Culturas, A Cidade em Portugal: Onde se Vive, 1988, Nº3, p. 385-394

SILVA, Manuel Eugénio da; CARDOSO, Guilherme - **Naufrágios e Acidentes Marítimos no Litoral Cascalense.** 2ª Ed. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais, 2005, 297 p.

SILVA, Margarida Sousa; COUTINHO, Maria Teresa - **Subsídios para o levantamento das estruturas ligadas ao fabrico do pão**. In Um Olhar sobre Cascais através do seu Património, Cascais: C.M.C.; Cascais: Centro Cultural de Cascais, 1989, Vol. I, p. 114-125

SILVA, Maria Margarida Morais - **Abóboda e Trajouce: aldeias suburbanas em transformação**. Texto policopiado. Tese de licenc.Geografia. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1968, 119 p. COTA TL-G 84

SILVA, Raquel Henriques da - **Sobre a Arquitectura do Monte Estoril. 1880-1920**. Boletim Cultural do Município, 1984, Nº5, p. 9-22

SILVA, Raquel Henriques da - **Cascais**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988, 89 p. (Colecção Cidades e Vilas de Portugal)

SILVA, Raquel Henriques da - **Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal, Esportiva-As etapas de um projecto: 1914-1932**. Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município. 1991, Nº10, p. 41-59.

SILVEIRA, Ana Cláudia - **Acerca do Reguengo de Oeiras no Reinado de D. João I: O Património de Pero Vasques da Pedra Alçada** In VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História Espaço e Património Rural. Actas. Oeiras: C.M.O., 2005, p. 63-76

SIZA, Álvaro – **Imaginar a Evidência**. Prefácio de Vittorio Gregotti, 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2000, 148 p.

SOARES, Maria Micaela – **A mudança na Cultura Rural Portuguesa**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1982, III Série, Nº 88, 2º Tomo, 159 p.

SOARES, Maria Micaela – **As mulheres da Estremadura**. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1977, Nº 83, p. 259-336

SOARES, Maria Micaela- **Os Impérios Populares**. Boletim Cultural Assembleia Distrital de Lisboa. 1982, III série, Nº 88, I tomo, p .251-347

SOARES, Maria Micaela - **Literatura Saloia**. In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 33-100

SOARES, Maria Micaela - **Saloios da Granja de Alpriate** In Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 199-252

SOARES, Maria Micaela - **Saloios**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1989-1990, I Série, nº 91, 95 p.

SOARES, Maria Micaela - **Varinos: o Tejo. Pesca e pescado, pescadores e peixeiras.** Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1984, 1998 III Série, Nº 90

SOLÀ-MORALES, Ignasi de- **Diferencias. Topografia e la arquitectura contemporânea**. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1998, 185 p. ISBN: 84-252-1663-X

SOTTO MAYOR, A. da Cunha - **Physiologia do saloio**. Lisboa: Livraria Central, 1858, 64 p. COTA l. 8461 // 3P

SOUSA, Armando Pereira de - **Geraldo Sem Pavor, Um Guerreiro de Fronteira Entre Cristãos e Muçulmanos, 1162 – 1176**. Porto: Fronteira do Caos Editores, LDA, 105 p. ISBN: 972-989-8070-16-6

SOUSA, Ernesto de – **Almada, um nome de guerra**. Arquitectura. 1969, Nº 110 p. 192-193.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de – **O terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico.** 1ª Ed., Vol. III, Lisboa: Serviços Geológicos, 1923, p. 507 COTA F.2606

SOUSA, Fr. João de - **Vestigios da Lingua Arabica em Portugal: ou Lexicon Etymologico das palavras e nomes portuguezes que tem origem arabica. [...] augmentada e annotado por Fr. Joze de Santo Antonio Moura.** Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias. 1830, 204 p. COTA: 11703 V

SOUSA, João de - **Caderno de todos os barcos do Tejo tanto de carga e transporte como de pesca**. Lisboa: Na Loja de joze de França, 1785 COTA RDe 4-39

SOUSA, João de – **Compendio da grammatica arabiga abbreviado, claro e mais facil para a intelligencia e ensino da mesma lingua collegido dos melhores grammaticos**. Lisboa: Offic. da Acad. Real das Scienc., 1795, 155 p. COTA F.G 1109

SOUSA, Luís de – **História de S. Domingos**. Introd. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello, 1977. Vol 2, 1261 p. (Colecção Tesouros da Literatura e da História). COTA R.14008 V.

SPENGLER, Oswald – **A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da história universal**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, 442 p. (Colecção Biblioteca de cultura histórica) COTA 930.8 SPE

STIERLIN, Henri – **Islão. De Bagdade a Córdova: A Arquitectura Primitiva do SéculoVII ao XIII.** Lisboa: Taschen, 1997, 240 p. ISBN: 3-8228-8485-5

STOOP, Anne de – **Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa.** 1ª Ed. Barcelos: Editora Civilização, 1986, 418 p. COTA B.A.1688 A.

TAFURI, Manfredo – **Teorias e História da Arquitectura**.Trad. Ana de Brito; Luís Leitão. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1979, 286 p.

TAVARES, Domingos - **A Cidade e as Serras. Notas de Reflexão acerca de um Urbanismo Rural de Salazar**. Jornal Arquitectos, Nº 195, Março/Abril de 2000, p. 31-32

TÁVORA, Fernando - **Casa de Férias em Ofir**. Lisboa: Editorial Blau Lda.,1992. ISBN: 560107300371

TÁVORA, Fernando - **Da Organização do Espaço**. 6ª Ed. Porto: Faculdade de Arquitectutra da Universidade do Porto, 2006, 75 p. ISBN: 972-9483-22-1

TEIXEIRA, Carlos Andrade; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge- **As duas igrejas de S. Domingos de Gusmão**. Jornal da Costa do Sol, 27 de Setembro de 1984, p. 11-18

TELLES, Gonçalo Ribeiro - **A Integração Campo/Cidade**. Povos e Culturas. A Cidade em Portugal: Onde se Vive, 1987, Nº2, p. 421-444

TELLES, Gonçalo Ribeiro *et al.* - **Património Arquitectónico Moderno: do contexto Internacional ao Concelho de Oeiras**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2005,117 p. ISBN: 989-608-017-8

TELLES, Gonçalo Ribeiro (Coord.)- **Plano Verde de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri, 1997. 197 p. Componente do Plano Director Municipal de Lisboa. ISBN 972-8288-74-3

TENEDÓRIO, José António (Dir.)- **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**. Lisboa: AML, 2003. 321 p. ISBN: 972-98655-7-4

Théorie de l´Architecture: de la Renaissence à nos jours. Prefácio de Bernd Evers. 1ª Ed. Colónia: Taschen, 2006, 575 p. ISBN: 3-8228-5084-5

Uma Sociedade nas Terras do Vento. 2ª Ed. Sociedade Instrução e Recreio Janes e Malveira. Cascais: Comissão Pró-Cinquentenário da Colectividade, 2001

VARGAS, José Manuel - **As feiras saloias. Notícia histórica e proposta de reanimação.** In Etnografia da Região Saloia: A diversidade do quotidiano, Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 227-250

VASCONCELLOS, João de Carvalho e - **Vegetação Natural do Concelho de Cascais**. Cascais: CMC, 1964, 61 p. COTA: 581.9 CAS VAS FL

VASCONCELLOS, José Leite de- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol III. Lisboa: INCM, 1980, 794 p.

VASCONCELLOS, José Leite de- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol VI. M. Viegas Guerreiro (org.); prefác. Orlando Ribeiro. Lisboa: INCM, 1975 (1980), 773 p.

VASCONCELLOS, José Leite de- **Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização**. Vol.VII. M. Viegas Guerreiro (org.); prefác. Orlando Ribeiro Lisboa: INCM, 1980, 664 p.

VASCONCELLOS, José Leite de – **Etnografia Portuguesa Tentame de Sistematização**. Vol IX. M. Viegas Guerreiro (org.); prefác. Orlando Ribeiro Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1985, 722 p.

VASCONCELLOS, José Leite de- **Religiões da Lusitânia**. Reimpressão fac-similada da 1ª Ed.Vol. 1. Lisboa: INCM, 1981, 440 p.

VASCONCELLOS, José Leite de- **Religiões da Lusitânia**. Reimpressão fac-similada da 1ª Ed.Vol. 2. Lisboa: INCM, 1981, 372 p.

VASCONCELLOS, José Leite de- **Religiões da Lusitânia**. Reimpressão fac-similada da 1ª Ed.Vol. 3. Lisboa: INCM, 1981, 636 p.

VASCONCELOS, Luís Mendes de - **Do Sítio de Lisboa: Diálogos**. Org. e notas José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, 169 p. ISBN: 972-24-0798-8

VELOSO, Irene - **A Área Metropolitana de Lisboa. O Seu Peso Relativo no Quadro das Capitais Europeias**. Povos e Culturas: 1.Lisboa, Contemporaneidade e Futuro, 2.Religião em África, 1998, Nº6

VENTURI, Robert - **Complejidad y Contradicción en la Arquitectura**. Introd. Vicent Scully; trad. Antón Aguirregoitia e Eduardo de Filipe. 1ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1972, 234 p.

VERNIER, Jacques - **L´Environnment**. 4ª Ed. Paris: Presses Universitaires de France 1995, 127 p. ISBN: 2-13-045393-7

VIEGAS, João da Cruz - **Subsídios para a história do concelho de Cascais, I**. **As comunicações de Cascais para Lisboa: terrestres, ferroviárias, marítimas, postais, telegráficas e telefónicas**. 1ª Ed. Cascais: Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1940, 43 p.

VIEGAS, João da Cruz - **Subsídios para a história do concelho de Cascais, III. O comércio quinhentista na villa e no porto de Cascais**. 1ª Ed. Cascais: Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1940, 72 p.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - **Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antiguamente se usárão...** 2º Vol., Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798-1799. COTA F. 4800 (Manuscritos)

WHITEHAND, J. W. R.- **British urban morphology: the Conzenian tradition**. Urban Morphology, 2001, nº 5, vol. 2, p. 103-109

WHITEHAND,J.W.R.;CARR,C.M.H.- **Twentieth-century suburbs: A morphological approach**. Oxford: Alexandrine Press, 2001, 214 p. ISBN 0- 415- 25770-0

WHITEHAND, J. W. R- **Why urban morphology?**. Urban Morphology. Journal of the International Seminar on Urban Form, 1997, nº 1, vol. 1, p. 1-2

WHITELEY, Nigel - **Reyner Banham: Historian of the Inmediate Future.** 1ª Ed. Massachussets: The MIT Press, 2002, 494 p. ISBN: 0-262-23216-2

XAVIER, Isabel Maria Mendes; LOPES, José Valente - **Cantaria grossa ornamentada na sub-área saloia da região de mármores de Montelavar-Pero Pinheiro (concelho de Sintra).** In Etnografia da Região Saloia: A diversidade do quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p. 193-215

CARTOGRAFIA

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citade em 25 de Fevereiro de 2008 - 14:15]. Disponível em URL. http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citade em 25 de Fevereiro de 2008 - 14:35]. Disponível em URL. http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Ortofotomapas [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citade em 25 de Fevereiro de 2008 - 14:25]. Disponível em URL. http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp

Câmara Municipal de Cascais. SIG - Informação Geográfica - Planta de Cadastro [em linha]. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [citade em 25 de Fevereiro de 2008 - 14:45]. Disponível em URL. http://sig.cm-cascais.pt/sig/html/index1024.asp

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha1]. Escala [1: 10.000]. 1843-1846. 1 carta: color. 640 x 910mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-1

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha2]. Escala [1: 10.000]. 1843-1846. 1 carta: color. 646 x 858mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-2

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha4]. Escala [1: 10.000]. 1855. 1 carta: color. 585 x 882mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-4. Incompleta

Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Corográfica do Reino - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha5]. Escala [1: 10.000]. 1846. 1 carta: color. 660 x 910mm. Lisboa, Portugal. IGP, 21Dp4-5.

Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha3] .Escala [1: 20.000]. 1899. 1 carta: color. 43 x 52cm. Lisboa, Portugal. IGP, 37Bp4-2

Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha4] .Escala [1: 20.000]. 1896. 1 carta: color. 44 x 52cm. Lisboa, Portugal. IGP

Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha8] .Escala [1: 20.000]. 1893. 1 carta: color. 44 x 52cm. Lisboa, Portugal. IGP, 37Dp9-1

Corpo do Estado Maior - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha9] .Escala [1: 20.000]. 1896. 1 carta: color. 44 x 52cm. Lisboa, Portugal. IGP

Estado Maior do Exercito - [Carta dos Arredores de Lisboa.Folha3]. Escala [1: 20.000]. 1914. 1 carta: color. 37 x 46cm. Lisboa, Portugal.

Instituto Geográfico e Cadastral - [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C, Cascais]. Escala [1:50.000]. 1955. 1 carta: color, 55 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 1-4]. Escala [1:10.000]. 1954. 1 carta: color, 58 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 1-5]. Escala [1:10.000]. 1963. 1 carta: color, 58 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 2-4]. Escala [1:10.000]. 1951. 1 carta: color, 58 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 2-5]. Escala [1:10.000]. 1967. 1 carta: color, 58 x 75 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico e Cadastral [Carta Topográfica de Portugal, Folha 34-C 3-5 4-5]. Escala [1:10.000]. 1966. 1 carta: color, 77 x 77 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Instituto Geográfico Português - [Carta de Portugal, Folha 34-C]. Escala [1:50.000]. 1932. 1 carta: color, 55 x 75 cm. IGEO, Lisboa, Portugal. IGP

Ministério da Economia. Instituto Geológico e Mineiro. Departamento de Geologia [Carta Geológica de Portugal, Folha 34-C, Cascais]. [Material Cartográfico]. Escala [1:50.000]. 1999. 1 carta: color, 66 x 90 cm. INETI, Lisboa, Portugal

Serviços Cartograficos do Exército - [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico] .Escala [1:25.000]. 1954. 1 carta: Color.; 740x540 mm. IGEO, Lisboa, Portugal

Serviços Cartográficos do Exército - [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1929-1935. 1 carta: color, 53 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Serviços Cartográficos do Exército - [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1954. 1 carta: color, 54 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Serviços Cartográficos do Exército - [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1966- 1970. 1 carta: color, 54 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Serviços Cartográficos do Exército - [Carta Militar de Portugal, Folha 430, Oeiras]. [Material Cartográfico]. Escala [1:25.000]. 1992. 1 carta: color, 54 x 74 cm. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

Serviços Cartograficos do Exército - [Carta Militar de Portugal] [Material cartográfico]. Escala [1:25000]. 1954. 1 carta: color. 42,5 x 66,5cm. Lisboa, Portugal. Folha nº 430, Oeiras

USAF [Foto Aérea 57AM23 Roll3]. 1958. 1 foto: p.b. Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal

ANEXOS

A- Alguns Círios da Estremadura mais Importantes

B- Feiras da região saloia

C- Entrevistas

ANEXO A

ALGUNS CÍRIOS DA ESTREMADURA MAIS IMPORTANTES a)

Santuário/Local/Origem	Círios	Santuário/Local/Origem	Círios
-Nª Sª do Cabo -Cabo Espichel - Lenda- Milagre atribuído à Virgem através de imagem recuperada - Envolve mareantes, nobreza e povo em fases sucessivas. - Imagem pequena, substituída por obra de arte com destino aos círios, que funcionaram com "bandeira" - Possível origem em santuários mais antigos - Instituído Giro do Termo ou dos Saloios em 1430, com um Compromisso da Confraria (regras)- Loas	Giro Saloio (actual): - Carnaxide - S. Julião do Tojal - S. Pedro de Penaferrim - Belas- Loures- Carnide - Barcarena -Lousa - Sº Antão do Tojal -Nª Sª do Amparo Benfica - S. Domingos de Rana - S. João das Lampas - Montelavar - Rio de Mouro - NªSª Ajuda Belém - Cascais - Odivelas - S. Martinho Sintra -Almargem do Bispo - Sº Estêvão das Galés - Igreja Nova - Terrugem - Fanhões - SªMaria e S. Miguel Sintra	**- Nª Sª da Nazaré** - Sítio da Nazaré -Lenda- Milagre, aparição, 1182. -Envolve cavaleiro, nobre. - Imagem pequena, tipo "Virgem Negra" - Possível origem em santuários mais antigos - Giro ordenado por D. JoãoV - Inclui Loas	Real Círio, ou Real Círio dos Saloios, ou da Prata Grande: - Mafra- Sº Isidoro - Montelavar- Cheleiros - Encarnação - S. Pedro da Cadeira - Ericeira- Sª do Ó - Alcainça- Terrugem - S. João das Lampas - Sobral da Abelheira - Sº Estêvão das Galés - Gradil- Livramento - Enxara do Bispo - Igreja Nova Fora do Giro: - Lisboa-Sintra-Colares-S. Pedro 2 Portos-A. do Bispo-Olhalvo-Matacães -Turcifal-Vila Verde b)
Nª Sª da Atalaia - Aldeia Galega do Ribatejo - Aparição da Virgem sobre árvore curativa; Fonte de nascente milagrosa	-Círio dos Oficiais da Alfândega de Lisboa - Círios dos marítimos solteiros e casados de Alcochete - Círio dos varinos de Lisboa - Círios de várias freguesias de Lisboa - Setúbal-Sesimbra-Olhos de Água-Carregueira-Alcochete-Caparica-Qta do Anjo-Azóia-Aldeia Galega-Palmeloas	**Nª Sª dos Remédios** - Peniche - Inclui Loas - O Círio chegava de noite ao santuário, à luz de archotes, dando 3 voltas em redor da igreja	Peregrinação conjunta de: - Moledo-Serra d'El Rei-reguengo Pequeno - Lourinhã
Igreja de S. Pedro - Almada - Por voto feito durante a epidemia de febre amarela	- Círio de Nª Sª da Graça da igreja de Sª Cruz do Castelo (Lisboa)	**Ermida de Nª Sª da Arrábida**	- Círio do Mosteiro de Nª Sª da Esperança (Lisboa)
Nª Sª da Penha de França -Lisboa	- Círio das Palmeloas - Círio dos catraeiros e fragateiros da outra Banda	**Quinta da Penha Longa** - Sintra - Festa de Nª Sª da Saúde	- Círio do Murtal (Cascais) c)
S. Saturnino na Peninha Nª Sª do Monte da Peninha d) - Sintra	- Eguaria, Colares, p/ Sª Rita- Cascais-Sintra-Colares-S.João das Lampas-Azóia-Malveira da Serra-Milharado	**Nª Sª da Guia** e) - Cascais	- Círio de Almoçageme - Confrades lisboetas de Nª Sª da Guia em dia de S. João - Cascais

Ermida de Sª Cristina - Azueira	- S. Lourenço dos Francos (sec XVIII) - Ponte de Rol-Monteigrão-Moita dos Ferreiros-Marteleira	**Capela de S.Julião** - Entre Ericeira e Carvoeira	- Ponte de Pedrulhos (Torres Vedras) - Círios de várias localidades que se perderam
Nª Sª da Luz (antigamente da Guia)f) - Serreira, Sobral de Monte Agraço	- Juromelo (Sapataria) - Palhacana (Sapataria)	**Bom Jesus do Carvalhal** - Carvalhal, Óbidos	- Círio de Torres Vedras - Círio do Cadaval
Nª Sª da Piedade - Merceana, Alenquer	-Alcochete-Alhandra-Atouguia da Baleia-Geraldes	**Sª Quitéria de Meca** g) - Alenquer - Origens locais identificadas com a inscrição numa geografia mítica, sagrada, com a associação ao culto do Espírito Santo e à topografia da Terra Santa, acrescida do topónimo muçulmano Meca. - Lenda- Aparição de imagem de Sª Quitéria - Para além de conjecturas de origem, principal função: protecção do gado - Festa inclui benção do gado- 3 voltas à igreja. - Igreja erguida no séc. XVIII- Patrocínio real e confrarias	- Círio da Vila - Sª Mª dos Olivais

Para além dos Círios, eventos organizados e periódicos, outras festas e peregrinações se realizavam, bem como a acorrência de povo em geral, de diferentes povoações para os santuários da respectiva preferência, ou talvez aqueles que, numa determinada época, estivessem mais na "moda".
As festas incluíam muitas vezes o "*bodo*", como expressão de caridade cristã

Notas:
a)- Quadro sinóptico da descrição feita por SOARES, Maria Micaela - **Saloios**. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1989-1990, I Série, p.26-40, completado no que respeita a origens e características por PEREIRA, Paulo. Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal. Lisboa: Público, 2006.
b)- FELGUEIRAS, Guilherme- **Os círios estremenhos**. In Estremadura Boletim da Junta de Província. II Série. nº1. Lisboa: J. P. E., 1943.p.78: O autor faz uma listagem, não completa nem sistemática, mas na qual surgem também: Alfeizeirão, Aljubarrota, Azueira, Caldas da Rainha, Carvoeira, Cós, Ericeira, Fanga-da-Fé, Maiorca, Penela, Porto de Mós, Santarém, Tornada.
c) REDONDO, Belo- **Murtal Aldeia das Murtas Com o foral da vila de Cascais e seu têrmo**. Cascais: Museu- Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 1943,p.21-22: "*...sei que o cólera-morbo de 1853 e a febre amarela de 1855 os pouparam. E, em razão disso, até há poucos anos, a festa maior da aldeia era a romaria à Senhora da Saúde, na qual tinha destaque o círio do Murtal. Carros de bois, enfeitados bizarramente, transportavam, sete semanas depois da Páscoa, toda a gente do lugar à quinta da Penha Longa."*
c)- PEREIRA, Paulo- **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal**. Lisboa: Público, 2006. Vol.3,p.69-71:O autor considera que a fundação de uma capela dedicada a Nª Sª da Conceição no século XVII, num afloramento granítico proeminente da Serra de Sintra, a quase 500m de altitude, junto ao local onde já existia uma capela, "*muito antiga e remontando pelo menos ao século XII*", da invocação de S.Saturnino (p.98-99: nome que remete para cultos saturnianos, próprios de finisterras, que neste caso é o Cabo da Roca), corresponde à continuidade da sacralização do lugar, "*assegurando a sua cristianização*". O conjunto das construções inclui "*casa para*

romeiros, sendo certas e regulares as peregrinações àquele ponto da serra". A lenda que está na origem do santuário "*relata a aparição de uma imagem da Virgem a uma pastora*", a qual, sendo muda começa a falar para dizer a um anjo que está junto a uma ovelha perdida que não tem pão em casa, uma vez que a família é muito pobre. Então ao milagre da fala soma-se o do pão, já que a arca doméstica, que estava vazia, surge cheia de pão. Com a erecção da capelinha, em mais este "*alto-lugar*" da Serra de Sintra, assimila-se, uma vez mais, segundo o autor, "*o paganismo dos cultos da Deusa-Mâe e da Lua*", ideia reforçada pelo facto de ser justamente a lua sob os pés o principal atributo da Nª Sª da Conceição, o que é "*sinal desta permanência e transmissão de símbolos e da mutação dos cultos saturninos em cultos lunares*".
- CAETANO, Maria Teresa- **Contributos para o estudo das Lendas de Nossa Senhora da Peninha**. In Etnografia da Região Saloia: A Diversidade do Quotidiano. Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p.17-44: A autora faz um estudo comparativo das lendas provenientes de diferentes povoações no raio de influência do santuário. Os elementos comuns são os assinalados por Paulo Pereira.
d) -GÓIS, Damião de- **Descrição da Cidade de Lisboa**. Tradução e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.p 41. Fazendo a descrição da costa, numa aproximação por via marítima à cidade, depois de passado o *Promontório da Lua*, escreve Damião de Góis: "*Mais para dentro, a pequena distância, no extremo da abertura do estuário de Lisboa, vê-se entre cachopos uma ermida dedicada à Virgem Mãe, chamada Nossa Senhora da Guia: ali acendem à noite uns fachos para indicar o trajecto aos navegantes nocturnos, evitando assim que estes, não conhecendo bem aqueles sítios, se vejam arrastados a arremessar as naus contra os baixios e rochedos vizinhos*."
-SILVA, Raquel Henriques da- **Cascais**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.p.35: " *Só no século XIX, quando pararam as tradicionais e concorridas romagens das gentes de Lisboa à Guia, na primeira Oitava do Espírito Santo, e os caracteres específicos da cultura piscatória entraram em acelerada decomposição, a capela deixou de assimilar, no seu antiquíssimo corpo, as modas arquitectónicas e decorativas, tornando-se um objecto inerte, sujeito a abusivas reconstruções e abandonos de que o seu estado actual constitui triste manifestação*."

e) –SOARES, Maria Micaela- **As Ermidas de Nossa Senhora da Guia, no Lugar da Serreira.** In Boletim Cultural Assembleia Distrital de Lisboa, 1999, p.167-179: Trata-se uma vez mais de um local de peregrinação devota marcado por uma "aparição" da Virgem e pela existência de uma fonte. "É vulgar a existência de fontes milagrosascontíguas aos templos consagrados à Virgem, muitas das quais, por seu privilégio divino, faz brotar." Manancial de vida, a água surge simbolicamente associada à saciedade da sede espiritual: "a própria fonte é uma metáfora mariana." Actualmente as ermidas descritas pela autora são dedicadas a Nª Sª da Luz. Junto às mesmas foram erigidos, logo na época da fundação, um eremitério e casas de romagem.
Dois aspectos se podem respigar deste texto que interessam ao presente contexto:
- Como noutros casos, a designação de *ermida* indica a existência de uma capela isolada, neste caso descrita como "*junto ao lugar*"(SANTA MARIA, Frei Agostinho- **Santuário Mariano.** Lisboa, 1707. Tomo II, p.90)
- Em nota de rodapé, chama a autora a atenção para o facto de que a invocação à Sª da Guia entre os marítimos é atestada, na Estremadura, pelas também ermidas da Senhora em Cascais e no lugar da Atalaia no concelho da Lourinhã.

f) -PEREIRA, Paulo- **Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal**. Lisboa: Público, 2006. Vol.14, p.43: Também padroeiro do gado é S. Mamede, "santo totalmente lendário", cuja história o dá como originário da Capadócia, onde, no deserto, pregava aos animais, com cujo leite fabricava queijo. "Poderá, em alguns casos— principalmente em territórios de grande incidência de moçarabismo— encontrar-se na base da cristianização de lugares de culto islâmico, o que se explica pela fonética, em que Mamede=Maomé."*Um desses lugares é justamente S. Mamede de Janas, Sintra, onde na festa do santo, a 15 de Agosto, se fazia a bênção dos animais, num rito de propiciação das colheitas e da fecundidade do gado*", dando este três voltas à capela. Capela esta com características arquitectónicas excepcionais, de planta circular e inspiração clássica (eventualmente devida a Francisco de Holanda, que tinha casa em Almargem do Bispo), acusando implantações e ocupações anteriores moçárabes e romanas (Vol.3, p89-92). De notar que os vestígios moçárabes apontam para uma construção de planta rectangular.

ANEXO B

FEIRAS DA REGIÃO SALOIA

LUGAR/DESIGNAÇÃO	DATA DA SUA REALIZAÇÃO	DATA DA SUA INSTITUIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Agualva *Feira do Cigano*	3 dias, a começar em 1 de Maio	1712, Dez. 18	Inicialmente feira de Gado. Hoje, é diversificada e dura todo o mês
Almargem do Bispo *Feira das Carraças*	2.º Domingo de Julho	Anterior a 1929	Feira de gado e produtos agrícolas
Almoçageme	3.º Domingo de cada mês	Antes de 1907	Havia feira anual no 1.º Domingo de Outubro
Barro	Sexta-Feira Santa	Antes de 1929	Extinta em cerca de 1970
Belas	3 dias, em Julho	1775, Jun. 22	Em 1822, foi mudada para a Idanha
Benfica	15 a 17 de Agosto	Antes de 1845	Extinta. Em 1887, fazia-se no Calhariz, Benfica
Bucelas	Último Domingo de Agosto	Antes de 1845	Extinta há cerca de 50 anos
Cabeço de Montachique	4 e 5 de Agosto	1834, Ago. 11	Era feira franca. Actualmente há só festa religiosa, em Agosto
Camarões *N. Sra. dos Enfermos*	1.º Domingo de Outubro	A romaria remonta ao séc. XVI	Associada à festa e romaria
Campo Grande	Setembro e Outubro	1778, Set. 9	Extinta. Em 1907, ainda se efectuava importante feira de gado
Caneças	Segunda-feira de Páscoa	1760, Jan. 25	Era feira de gado. Agora é de produtos agrícolas, diversões, etc. e dura um mês
Carnaxide *N. Sra. da Rocha*	Último Domingo de Maio	1822	Associada à festa e romaria
Charneca *S. Bartolomeu*	23 e 34 de Agosto	Antes de 1751	Feira franca no Campo da Amoreira, na véspera e dia de S. Bartolomeu
Encarnação	1.º Domingo de cada mês	Antes de 1927	Acorre gente de todas as freguesias próximas
Gradil	31 de Dezembro	Antes de 1921	Extinta
Idanha	1.º Domingo de Agosto	1822, Abr. 29	Desapareceu em finais do séc. XIX
Livramento	24 de Junho	Antes de 1887	No sítio da Azueira
Livramento *Feira dos Santos*	1 de Novembro	Antes de 1921	Feira e festa. Vende-se água-pé, sementes, calçado, guarda-chuvas
Loures *Feira de Santiago*	Último Domingo de Julho	1758, Mai. 31	Feira de gado e produtos agrícolas
Lumiar *Santa Brígida*	2 de Fevereiro	1777, Fev. 17	Desenvolveu-se paralelamente à Procissão de N. Sra. das Candeias
Luz	1.º Domingo de Setembro	1780, Jul. 15	Já se efectuava antes de 1780. Prolonga-se por todo o Mês
Mafra *Feira da Murgeira* ou *Feira dos Alhos*	3.º Domingo de Julho	Antes do séc. XVIII	Fazia-se na Murgeira e foi «roubada» por Mafra
Mafra *Feira de Santo André*	30 de Novembro	Antes de 1800	Teve privilégios de feira franca por alvará de 17 de Nov. 1825
Malveira	25 de Março	1782, Dez. 14	Extinta em cerca de 1945
Malveira	Semanal, às Quintas-feiras	Meados do séc. XIX	Teve origem na feira anual
Mercês	3 dias da Páscoa do Espírito Santo	1775, Mai. 8	É menos importante que a feira de Outubro, no mesmo lugar
Mercês	3.º e 4.º domingos de Outubro	Antes de 1749	Já esteve mudada para Meleças e para Oeiras
Montelavar	1.ª Oitava da Páscoa	1775, Jan. 18	Extinta. Ainda se realizava em 1907
Montelavar *Feira de S. Mateus*	3.º Domingo de Setembro. Depois a 21 de Setembro	1775, Jan. 18	Esteve sem se realizar de 1915 a 1985
Montemor *Sra. da Saúde*	3 dias do Natal	1780, Jan. 7	Associada à romaria da Sra. da Saúde. Extinta
Odivelas *Feira das Madeiras*	Início de Outubro	Antes de 1845	Extinta nos anos 50
Olivais	15 a 17 de Agosto	1820	Fazia-se pela festa de Santa Maria
Penha Longa	Domingo do Espírito Santo	1714, Abr. 27	Extinta. Em 1907 ainda se efectuava. Começou com a romaria da Sra. da Saúde, no séc. XVI
Pinheiro de Loures	Último Domingo de Agosto	Antes de 1929	Extinta. Há festa anual em Julho
Póvoa de Santo Adrião	2.º Domingo de Agosto	Antes de 1845	Extinta. Ainda se efectuava em 1907
Sabugo *N. Sra. da Piedade*	25 e 26 de Julho	1753, Out. 20	No dia de S. Tiago e de Santa Ana, no terreiro defronte da igreja de N. Sra. da Piedade
São João das Lampas	1.º Domingo de cada mês	Desconhecida	Feira de gado e de produtos agrícolas
São Mamede (Água Livre) *Festa das Ervas*	1 de Agosto	Início do séc. XVII (?)	Pela romaria de S. Mamede, havia feira e colhiam-se ervas para mezinhas
São Pedro de Sintra	29 de Junho	1781, Mar. 3	Chamada feira grande para a distinguir da feira bimensal
São Pedro de Sintra	2.º e 4.º domingos de cada mês	Séc. XIX	Era feira mensal e passou a bimensal em 1924
Santo Antão do Tojal	4.º Domingo de Abril	Antes de 1845	Extinta. Há mercado semanal, ao Domingo
Senhor da Serra	Último Domingo de Agosto	Séc. XVIII (depois de 1775)	Associada à Romaria do Senhor da Serra, acabou em 1941
Sintra	5 dias, a começar 2 dias antes de Santo António	1460	Feira franca. Acabou em data desconhecida
Torres Vedras *Feira de S. Pedro*	29 de Junho	1293, Mar. 20	Na Idade Média, durava 1 mês (inicialmente Maio, e depois de 1318, Junho)
Turcifal	Último Domingo de Agosto	1669	Também chamada festa saloia
Venda do Pinheiro *Feira das Cerejas*	13 de Junho	Antes de 1921	Actualmente em decadência, mas chegou a haver comboios especiais para a Malveira
Venda do Pinheiro *Feira de S. Martinho*	11 de Novembro	Antes de 1921	Está quase extinta

VARGAS, José Manuel - **As feiras saloias. Notícia histórica e proposta de reanimação.** In Etnografia da Região Saloia. A Diversidade do Quotidiano, Sintra: Instituto de Sintra, 1999, p.240; P.241

ANEXO C





1- ENTREVISTA AO Sr. CARACOL

Entrevistadora: Maria Amélia Cabrita (E)
Entrevistado: Sr. Caracol (C)
Data: 20 de Outubro de 2006
Local: "Museu" do Sr. Caracol, em Trajouce

- O Sr. Caracol no seu museu, mostra o dispositivo para desmamar bezerros e uma grade para a lavoura

(Transcrição de gravação feita por Cláudia Cabrita)





- O Sr. Madureira no local onde era sua primitiva casa, o Casal dos Grilos, fundado pelo seu pai.

- Junto ao anexo da casa, onde construiu, ele próprio, um forno com chaminé.

2- ENTREVISTA AO Sr. ANTÓNIO MADUREIRA

Entrevistadora: Maria Amélia Cabrita (E)
Entrevistado: Sr. António Madureira (M)
Data: 25 de Outubro de 2007
Locais: Junto à casa do Sr. Madureira; no bairro de S.Miguel das Encostas; na Rebelva

(Transcrição de gravação feita por Manuela Correia)



3- ENTREVISTA AO Sr. JOSÉ VAZ VENTURA

Entrevistadora: Maria Amélia Cabrita (E)
Entrevistados: Sr. José Vaz (JV) - D. Angélica (A), com o genro, Sr João Cândido (JC), natural de Tires
Data: 16 de Fevereiro de 2007
Local: Bairro das Coveiras, na casa do Sr. José Vaz

- O Sr. José Vaz com a máquina fotográfica, "caixote" com que tirava fotografias nos (raros) passeios dos anos de 1960.

(Transcrição de entrevista feita por João Cândido)

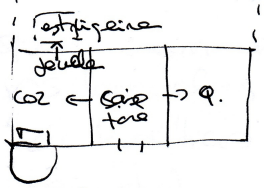
Nota: registo de conversas informais com as pessoas indicadas (não se trata de entrevistas estruturadas).

Sn. Caracol — Dia 20 OUT / 17 H — Trajouce

Pait em Pédio

Estripeira = Estrumeira (ao pé da janela da cozinha)

Casa de fora - cozinha



O lume no feito de lado, com uns ferros a fora de apoio à janela


como vi no Zambujal!

Papel do feminino fora as janelas de soalho (era soldado c/ soldo de staulo)

Lavadeiras —11—

Lavad. fb iam a pé, carregadas c/ as trouxas à cabeça

Aqui em Trajouce fb.

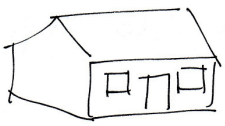
Anos 40-50-

-Varinas/os (Canastras) (Manera em vinha de cascais a pé h/ cc v. Arneiro)

Alcanhas (Abóbodo Tires) hoje já não fazem

Armando ~~Lazaro~~ Jesus Freire = Sn. Caracol

(Mcheiro Ponto Selvo)



Aldeia c/ muitos lavadeiras

1 moio - 6 alqueires = 14 l

Manipe - leiós - Ponto Selvo

Trigo dos de 15

Manipe h/ lado de Alcinto Alcobideche - dos + bandos

trigo mocho → Ctem

Milho →

centeio março →

—11—

Animais - crias

Bois - Vacaleiteiro u trabalho não

1- ENTREVISTA AO Sr. CARACOL

Entrevistadora: Maria Amélia Cabrita (E)
Entrevistado: Sr. Caracol (C)
Data: 20 de Outubro de 2006
Local: "Museu" do Sr. Caracol, em Trajouce.

A conversa gravada foi precedida de uma parte que foi apenas registada no essencial. O Sr. Caracol, conversador inveterado, tinha adiantado algumas informações sobre as lavadeiras que depois se retomaram:

E: Em relação às lavadeiras gostava que me explicasse como era.
C: Normalmente as lavadeiras deslocavam-se daqui à morada das patroas, iam a Carcavelos, à Parede, Oeiras, conforme a nossa zona...A zona daqui, a zona daqui é mais Carcavelos ou Parede, se fosse a zona de Talaíde era mais longe.
E: Mas era uma ideia de que estas lavadeiras vinham de vários sítios lavar àquele pêgo.
Que era muito bom
C: Era muito bom. A senhora arquitecta conhece, fez aquele projecto ali da igreja. E ali junto à igreja também tem lá uma pontezinha
E: Mas é uma ponte nova
C: Nova, pequenina que lá fizeram.
E: Sim
C: É que a ponte da parte de cima, quando se vai daqui para lá, da parte de cima da ponte também aquilo ali era o rio. O rio que passa ali e as senhoras de Trajouce iam lá lavar as roupas.
E: Mas era também para fora, ou não?
C: Umas para fora e outras cá para casa e depois punham a estender, punham a corar
E: Exacto
C: Punham a corar ali onde tinha aquelas ervas, ali em cima. Aquilo dava ali mais ou menos até Abril, Maio... Depois o rio secava.
E: É o mesmo género (de Loures)
C: Vinham para Lisboa com as carroças carregadas
E: Mas aqui nunca iam para Lisboa
C: Não. Aqui normalmente, aqui esta zona era entre Carcavelos...Lavavam as roupas, depois engomavam e iam entregar às senhoras.
E: Olhe, como é que essas senhoras/raparigas se vestiam?
C: Naquela altura vestiam-se os fatos mais simples.
E: Quando diz "naquela altura" é quando?
C: Quando? Início dos anos 40, 50...
E: Fiquei muito admirada porque li que as cores eram muito garridas
C: Eram garridas. Era chita, que as senhoras levavam muito aquelas saias pregueadas.
E: Não eram saias duplas? Uma delas arregaçada e a outra simples?
C: Não, normalmente elas usavam saias pregueadas. Sabe o que é saia pregueada? Todas franzidas, usavam muito disso. Aquilo fazia uma roda e em raparigas novas tinha sua beleza.
E: E porque é que usavam botas? Não se metiam na água para lavar?
C: As botas, quando chegavam a casa, se estivessem sujas de lama ou de terra, lavavam-se.
E: Não, mas eu digo para lavarem a roupa não estavam dentro de água?
C: Não, aqui não se usava vestes dentro de água. Essa zona de se lavar dentro de água, ainda hoje não sei se ainda há, se não, era em Coimbra.
E: E no Algarve também.
C: Nos rios, a gente passava de carro e viam-se as mulheres com os pés dentro do rio a lavar a roupa. Não, aqui não, aqui as mulheres tinham umas joelheiras em madeira e tinham um pano para pôr nos joelhos para estarem ali mais tempo, se não sofriam dos joelhos e lavavam a roupa.
E: Na pedra
C: Isso arranjavam lá elas.
E: Que punham à beira da água.

C: Para bater a roupa. Para sair o mais sujo. Batiam, saía o mais sujo e depois punham a corar. Punham a corar, ali ao fim de um bocado de estar ali a corar iam molhando com água, lavavam outra vez e ficava...
E: Lavavam com sabão?
C: Era sabão azul
E: E o que é que elas usavam na cabeça?
C: Aqui nesta zona o que usavam era o lenço. Não quer dizer que não houvesse uma ou outra que usasse um chapéu ou qualquer coisa assim, mas mais, era o lenço
E: Disseram-me que o lenço...ficava um laço em cima...
C: Era. Davam assim uma volta e depois atavam com um nó assim aqui em cima.
E: É que esta aqui está só atrás. Não me recordo é de me terem falado do avental mas também usavam avental
(Figura do livro "saloios")
C: Ah, isso uasavam muito. Mesmo até no uso da casa a trabalhar em casa usavam avental. Tiravam o avental se queriam ir à rua ou se vinha a senhora do peixe (a peixeira ou o peixeiro) – " é o peixe!" e depois chegavam e iam tratar da casa, punham o avental novamente
E: Quando falou nos varinos e varinas, como é que isso apareceu aqui? Porque é que falou nisso?
C: Os varinos e as varinas vinham de Cascais da lota de Cascais.
E: E vinham aqui?
C: Vinham aqui a pé
E: Portanto em Cascais também haviam varinos e varinas?
C: Pois havia. Então não havia?
E: Com as mesmas características que os de Lisboa?
C: Eram o mesmo género. Vinham a pé. Em Quenena, em fentre à estação elevatória , ainda está lá a família de um que se chamava o Bráulio que era o peixeiro que ele vinha de Cascais a pé, descalço, para aqui. Com umas canastras ao ombro, assim um pau com uma canastra em cada ponta do pau. E vinha até aqui. E trazia para casa para Quenena que ele morava em Quenena.
E: Mas é vivo?
C: Não, já morreu. Tem lá é filhos dele ainda
E: Conhece esta senhora?
C: Maria...
E: Maria Micaela Soares
C: Esteve aqui há pouco tempo
E: Ela esteve ai?
C: Esteve, esteve
E: Tenho de a ir visitar também
C: Mas vinha com muita pressa. Estas pessoas veêm aqui e começam a conversar e perguntam não sei quê mas quando olham para o relógio "eh pá já é muito tarde!"
E: Ela já tem alguma idade, não é?
C: Já, já
E: Eu vou ter com ela porque também quero conversar com ela. Ela disse-lhe que estava a fazer um trabalho para aqui para esta zona, para Cascais.
C: Eu fui lá à igreja ter com ela, mas as pessoas que lá estavam na igreja sabiam de uma rapariga que era mesmo de cá.
E: O que ela queria saber era alguma coisa relativamente aos costumes e assim, para tentar afinar
C: Queria saber essa parte do quintal, essas coisas...
E: É que agora é um bocadinho complicado estar a recuperar estas memórias
C: É, porque se fosse há dez ou quinze anos atrás
E: Era mais fácil
C: Esses dez ou quinze anos têm muita influência porque havia aqui homens que ainda aprendi um bocadinho com eles, só a falar com eles. E esses homens desapareceram, tanto os homens como as mulheres. Uns deram-lhes AVCs, outros deram tromboses, outros não sei que mais. (?) perguntar a eles e tenho aqui a minha irmã que é muito mais velha do que eu, mas se forem perguntar a ela
E: Não se lembra...não é capaz de dizer nada
C: Não, não consegue. Não dá um seguimento

E: Mas a Doutora estava mais interessada nos falares e assim, não?
C: Era, era.
E: Pois
C: Nas pronúncias, quando se falava. As pronúncias daqui, e isso é muito importante. A escola da Abóboda, era a escola que dava escola a Trajouce, a Polima, ao Outeriro de Polima, Conceição da Abóboda
E: A escola primária?
C: A escola primária, a que está lá hoje.
E: É aquela.
C: Agora é uma creche, um infantário ou que é. E arquitecta, você pode ser de muito longe e se chegasse a Trajouce e falasse com as pessoas de Trajouce e falasse com as pessoas da Abóboda, você dizia logo "ah você é da Abóboda".
E: Ai que giro, mas agora já não
C: Não, essas juventudes de agora mais ou menos...
E: E o que é que caracterizava esses falares? Nunca percebi. O Guilherme está sempre a dizer "é um falar a falajar".
C: O Guilherme Cardoso mais o José da Encarnação até já estiveram com um rapaz e ainda volta não volta...
E: Mas é um sotaque? Não é um vocabulário?
C: É um sotaque.Volta não volta ainda se escapa."Hei...Eles derem, derem mas levarem que se fartarem...hei"
E: Mas isso é difícil, isso não se escreve.
C: E aquela palavra que até o José da Encarnação uma vez escreveu (agora não sei desse jornal) mas tenho isso! De maneira que falava nisso, que entrevistou esse tal rapaz e ele ainda arrasta um bocadinho.
E: Que engraçado
C: Pronto, é como o Celestino Costa fez livros sobre a Abóboda, de maneira que fala nas alcunhas. A pessoa que, por exemplo, a arquitecta ou este senhor ia à Abóboda quatro ou cinco vezes, chegava. Ao fim de quatro ou cinco vezes já arranjava lá um padrinho.Já tinha que ser, ou porque era o bigodes ou porque era não sei o quê.
E: Mas aqui há um registo? Porque agora temos o de Tires, aquele senhor que escreveu "Tires quando eu era pequenino", que na apresentação a gente estava lá os dois, não é? Aquilo está muito giro. Leu o livro?
C: Li, li.
E: Está muito engraçado.
C: Está, está.
E: E tem então essa cena das alcunhas. Quer dizer que nos outros lados também era assim? Olhe que em S.Domingos de Rana não.
C: Também havia alcunhas
E: Também?
C: Não havia...como na Abóboda. Nem Tires, nem Tires se aproxima como na Abóboda. Na Abóboda é que, praticamente, eram todos!
E: E não se ralavam, já sei
C: Não, não. Hoje já não gostam
E: Hoje já não?
C: Hoje já não gostam, já foram chatear o...ou foi o Noutel ou foi o outro o Celestino Costa por causa de algumas alcunhas, que já foram trabalhar para a Suiça, para a Alemanha e...
E: Já não acham graça
C: E já não acham graça porque hoje já vivem um bocadinho melhor e naquela altura vivíamos mal. E a gente quando está melhor quer falar melhor...
E: Mas eram tão giras, é uma coisa que se perde
C: A Abóboda era de tudo, todos que eu conheço lá da minha idade
E: Então diga o seu nome, por favor. O seu nome mesmo
C: O meu nome, Armando Jesus Freire
E: E o Caracol?

C: É, porque o meu pai e o meus tios...
E: Também é fruto disso, ou não?
C: Eram todos. Eu sou o herdeiro número um dos Caracóis. Tenho aí mais primos
E: Mas não está registado esse nome
C: Não, não tem nada a ver.
E: Quer dizer, daqui igual a: Senhor Caracol
C: Igual ao Caracol
E: É muito giro. Mas há mais Caracóis
C: Aqui há mais, temos os meus primos
E: Na Abóboda e assim...não é?
C: Não, a Abóboda não. Temos aqui, pedi à Junta para pôr aqui a rua dos Caracóis
E: E Tires?
C: Tires também não. Há é na Malveira da Serra e em Porto Salvo, mas já é outra raça de Caracóis. Há caracóis mais pequenos, há caracóis maiores. E aqui eram três irmãos, esta casa é do meu pai, esta cor-de-rosa que está aqui era de um tio meu e as outras da parte de baixo mais escuras também eram de um tio meu.
E: Estas casas eram todas parecidas com algumas que eu vejo aí de 2 águas?
C: Era, era como esta que eu tenho agora aqui, olha. Vê-se aqui o telhado desta
E: Com uma porta e duas janelas?
C: Exactamente, era mais ou menos isso, era
E: Estou a ver...Com a tal distribuição que me disse há bocadinho
C: É. Era a cozinha, pronto não quer dizer...há aí outras casas de pessoas que já vivíam melhor, porque aqui em Trajouce sempre foi uma aldeia com muitos lavradores. Foi uma aldeia com pessoas que não eram aqueles ricos, ricos, ricos, mas com muitos lavradores. A gente tinha uma média de 650 moios de trigo por ano.
E: Isso a mim não me diz nada. Quanto é que é um moio?
C: Um moio são seis sacas de trigo. Um saco de trigo são seis alqueires. Cada alqueire são 14 litros
E: Já da outra vez fizémos esta conversa
C: Não é 14, é 13,8. Mas normalmente quando se arredonda é 13 litros. Um alqueire 13 litros, um saco são 6 alqueires e um moio são 10 sacos
E: Então agora passámos directamente para uma coisa que me interessa, que é justamente a agricultura porque o que eu tenho ouvido sempre dizer é que uma zona preferencialmente de cereais.
C: Era, aqui esta zona. Aqui era.
E: Mas toda esta zona. Ou há alguma excepção?
C: Aqui, a partir de Manique até Leião ou até ao Tagus Park e Porto Salvo, pronto, era uma das melhores zonas daqui destas zonas todas daqui de Sintra, para trigo. De Manique para lá, as terras já produziam um trigo...
E: Para lá para onde?
C: Para o lado de lá de Alcoitão ou de Alcabideche, para aquele lado. Como a Areia ou Birre tem um chão mais branco não produziam trigo como aqui. Aqui era chamado o chão de primeira!
E: Portanto, e este que trigo era? Era outro trigo?
C: A gente tinha aqui trigo, pronto, o nome dele era pragana, havia o trigo
E: Pragana! Pão de pragana foi uma expressão que eu vi.
C: Era trigo de pragana
E: Esse é bom?
C: Esse trigo era bom. Trigo de pragana é um trigo que depois tem, como é que eu digo, tem as espigas.
E: Sim, sim.
C: Trigo mocho, esse não tem pragana.
E: Ah! Há um que não tem.
C: Há, o trigo mocho é o que não tem. A pragana pega-se à roupa, se for assim uma roupa de fazenda, aquilo pega-se à roupa
E: A gente chama até praganas a isto
C: É exactamente é isto mesmo, exactamente. E o trigo mocho, pronto...
E: Estou a ver, tem só os bagos.

C: O chão aqui é preto, é um chão armado. Este chão preto, este chão aqui é um chão forte.
E: Mas esse não é este deste lado? Deste lado de Oeiras?
C: É o que eu digo, desde Manique para lá começa a ser chão mais branco, de Manique até Oeiras (até Porto Salvo por aí a fora) é tudo chão negro, chão preto e encarnado
E: É o mais basáltico
C: É. E esse é que dava ali ou trigo, ou milho, ou fenacho, ou cevada – Boa, do que era bom!
E: Então e o milho era de sequeiro?
C: O milho é de sequeiro. O milho já é semeado em Março para depois ser apanhado em Maio, Junho...
E: Estava convencida que o milho tinha de ser regado.
C: Aqui nesta zona não.
C: O milho regado, na zona Norte há zonas que é regado. Mas a gente aqui não, aqui semeava mais ou menos em Março é que semeava o milho. Havia este chão que tinha humidade para sustentar o...
Os Invernos agora, isto agora os Invernos é que estão muito diferentes do que eram: antigamente regulavam mais ou menos 6 de Verão, 6 meses de Inverno não quer dizer que era aqueles seis meses certos.
E: Claro, percebo. Havia metade do ano
C: Metade do ano era Verão, metade do ano era Inverno. Porque chega a estar semanas a chover, semanas que os homens do campo não saiam às terras. Semanas que os homens do campo não saiam às terras, e para comer tinham problemas graves e se fossem tractores não conseguiam ir para as terras que pisavam tudo. Com os bois sempre era, pronto, era mais...Pisava menos, não pisa tanto.
E: A propósito de animais, tínhamos então criação de animais para trabalharem
C: Aqui, nesta zona, era bois. Aqui, vacas, pouca gente tinha aqui vacas. Vacas de trabalho
E: Mas mais para baixo já havia vacas
C: Nestas zonas?
E: Porque havia muito leite
C: Ah, isso são vacas leiteiras
E: Sim
C: A vaca leiteira é uma coisa e a vaca de trabalho é outra. A vaca de trabalho é para campo, até a pele é cor de boi, cor assim marrada, assim acastanhada. E a vaca leiteira é aquela vaca malhada
E: Ah, pois é!
C: A malhada é que é a leiteira
E: É a imagem típica da vaca
C: É a leiteira
E: E corresponde, efectivamente
C: Até fizeram muitas este ano dentro de Lisboa, fizeram em diversos lados.A vaca leiteira dá o leite e depois o dono que quer vender o leite, mas não pode porque os filhos estão a mamar. Então o que é que acontece? Faz um buraquinho aqui num coiso destes, mete isto cá dentro, a filha ou o filho tem isto aqui, mete aqui a teta da mãe e começa a chupar e bebe o que estiver aqui dentro. Já não bebe leite, vai beber alemece(?), já vai beber uma farinha, já vai beber outra coisa. E o dono vai beber o leite que é mais caro que o almece.
E: Então isso também era utilizado, é isso?
C: Era, era.
E: Suponho que antigamente isto haveria de ser de zinco, não?
C: Fazia-se aqui um buraco. Pois, antigamente era...
E: Plástico.
C: Isto é plástico agora, mas antigamente era de zinco.
E:Claro, claro
C: Antigamente não havia plástico. Ou zinco ou barro, mas devia ser zinco, o barro partiam-no logo. Isto tira-se, faz-se o buraco e mete-se ali para os donos venderem o leite
E: Que engraçado
C: Para os filhos começarem a comer o alemece, ou alguma farinha que era mais barata do que era o leite
E: O Senhor Caracol quando eu cá estive da outra vez mostrou varias peças de trabalhar a terra, mas eu entendi que algumas eram de cá e outras que nem por isso, que eram importadas. Portanto, a

pergunta é esta, acha que as pessoas de cá eram muito permiáveis a aceitar, por exemplo, nos trabalhos do campo, ferramentas novas, coisas que pessoas que viessem de outros lados trouxessem? Ou ficavam muito agarrados àquilo que era muito tradicional da zona?
C: Agarravam-se muito ao que era tradicional da zona. Isto, por exemplo, olhe, isto é uma enchada, porque é que esta tem bicos e aquela não tem?
E: É para terras diferentes.
C: Exactamente. Com a terra...
E: Esta é para terra mais dura
C: É. Não, essa não é para terra mais dura. Quando a terra tem algumas pedras
E: As pedras saem por aqui
C: A pedra passa por aqui ou passa por ali e a enchada entra na terra. E se for uma enchada destas, fica-se sempre a bater na pedra, a bater na pedra e nunca mais cava
E: Estou a ver.
C: Isto que está aqui, já é outro tipo de enchada. É uma enchada para cavar currais. Porque o curral dos bois, das vacas
E: Chamava-se curral também?
C: Era currais, ou curral das vacas, ou até já se chama curral dos caprinos na Várzea de Sintra
E: Caprinos! Que eu pensei que estava mais relacionado com ovelhas e cabras – o curral. Curral é um designação para tudo
C: Pois também pode ser mais isso, talvez.
E: Tem razão, tem razão.
C: E também chamavam curral das vacas e bois, também chamavam arribanas
E: Mas arribana não era mais o palheiro e assim? E onde guardavam estas cenas?
C: O palheiro é para guardar a palha, e as arribanas era para guardar o gado
E: Ai as arribanas eram para o gado?
C: Para o Norte até chamam a loja
E: Exacto, que era por baixo da casa. Mas aqui não
C: Aqui ninguém usava isso, por baixo da casa era para morar, por baixo não tinha lá gado nenhum
E: Há uma casa em Polima que já está completamente abandonada ao lado daquela sociedade recreativa, dá a sensação de ter uma espécie de loja. Lembra-se de ver essa casa?
C: Eu conheço a casa mas nunca parei para ver
E: Tem umas escadas, parece um bocadinho diferente
C: Aquilo era a casa dos Lanzudos
E: Lanzudos que é outra alcunha, ou não?
C: Era uma alcunha. Tem um dos filhos, um dos filhos desse Lanzudo, dono daquilo, nasceu no mesmo dia que eu nasci, no mesmo ano, fomos para a tropa no mesmo dia, primeiro fomos para Queluz. E era um dos filhos desses senhores Lanzudos, que esses senhores Lanzundos tinham gado para andar no campo. Agora, se tinha loja por baixo não sei
E: É só porque era um tipo de casa um bocadinho diferente, lembrei-me que podia ser
C: Não digo que não podia ser mas é pouco provável. Se calhar podia haver um ou outro que podia ter mas normalmente, aqui nesta zona, a casa de morar é para morar e a casa ao lado tinha a arribana e tinha o palheiro. O palheiro era para guardar a palha e a arribana
E: A arriabana era fechada ou aberta?
C: Era fechada, tinha uma porta
E: E quando apareciam assim uns telheiros o que queria dizer?
C: Os telheiros normalmente era para pôr as carroças, os carros dos bois
E: As carroças?
C: Era as carroças, os carros dos bois e para quem tinha as charretes
E: Nada era comun, cada um com a sua coisa
C: Cada um com a sua coisa
E: Não havia nada comum, comunitário? As eiras? Havia eiras?
C: As eiras normalmemte não fazia partes das arribanas nem nada disso
E: Mas então a eira era comunitária?
C: A eiras era uma terra deles que eles entendiam que o chão que era bom, punham lá as ovelhas a andar uma hora ou mais a pisar, a pisar para bater no chão, para o chão ficar rijo. Tires era lajeado.

E: Era aquele lajedo
C: É aquele lajedo. Em Trajouce não. Em Trajouce, conhece aquele bairro, o projecto do bairro Per?
E: Sim, ali no bairro
C: Ao pé onde é a escola, entre a escola e onde chegou ali um centro de enfermagem ou lá o que era, aí é que era a eira. E mesmo onde está a escola e quando se sai da escola para frente, aí era a eira. Alí era a eira do povo de Trajouce que era da Misericórdia, ao pé da terra da Misericórdia.
E: E era lajeada?
C: Nada
E: Era só o chão batido.
C: Era batido, ia lá as ovelhas que havia aqui quatro ou cinco rebanhos, andavam ali uma hora ou...
E: Era só um sítio
C: Depois pisavam, punham água, pisavam e depois, pronto, malhava o milho, malhar o trigo (o trigo era com a máquina) mas grão, o feijão...
E: Como é que era?
C: Era com um malhador
E: Com um malho, daqueles articulados?
C: Sim, sim. O feijão...
E: Não tem ai nenhum malho
C: Tenho, tenho.
E: Aqui tem o leque de tudo, não é? Depois mais tarde ou já nessa época havia as debulhadoras. E essas debulhadoras...
C: Tenho ai as fotografias delas também
E: Aquilo era alugado? Havia um dono?
C: Eram donos cá de Trajouce, eram os Bento Pedroso e a primeira chamava-se máquina da Companhia. A máquina da companhia era, não sei se era deles, eles passavam-se por serem donos, devia ser de uma firma. Chamava-se máquina da Companhia e acho que o Bento Pedroso comprou à Companhia aquela máquina e depois comprou outra.
E: E os pequenos proprietários também utilizavam essa máquina?
C: Os pequenos proprietários e essa tal eira aqui onde é a escola, essa eira ali era para os seareiros.
E: E o que era um seareiro?
C: Era, por exemplo, o meu pai tinha duas ou três terras, a arquitecta tinha duas ou três terras, apanhavam os trigos e punham além naquela eira. E os outros lavradores que tinham os terrenos deles faziam as eiras deles para pôr lá o trigo tinham de perguntar se podiam ou não lá pôr o trigo. E ali não, aquilo ali era dos seareiros, aquilo ali era da Misericórdia.
E: E a Misericórdia cedia para esse efeito.
C: Cedia. Foi o José Bento Pedroso e a Zeferina da Assunção que era a mulher dele que a doaram à Misericórdia de Cascais e em benefício das pessoas de Trajouce que tinham por ano um alqueire de trigo para os mais pobres. Só que depois, quando se fez o 25 de Abril já havia muitos anos que ninguém lá ia buscar esse alqueire de trigo. Houve um negócio entre a Misericórdia e a Câmara e chegávamos à Câmara e diziam "ah não, não isso é da Misericórdia", íam à Misericórdia "não, não, isso já trocaram de terrenos"
E: Portanto, o terreno ficou para a Câmara
C: Agora é da Câmara mas era da Misericórdia. Essas primeiras casas feitas ali ainda foram vendidas pela Misericórdia
E: Então o terreno era muito grande
C: O terreno vai até ao campo da bola
E: Mas começa ali na ribeira?
C: E começa ali onde a arquitecta fez a escola. Quem vem da estrada de Manique, logo aqueles prédios à beira da estrada, era onde eles punham o trigo (?) e as vacas malhavam
E: Antes do PER
C: Antes do PER e ali perto da zona da escola
E: Estou a ver, porque é uma baixa. E o moinho de vento que ali está, se calhar já não moía no seu tempo. Talvez moesse no tempo dos seus pais...
C: Pois não, já não moía. A farinha era feita no moinho de Albarraque e nas azenhas à Atrozela
E: A Azenha da Atrozela já trabalhava com os motores, já não era com água

C: Em Manique também trabalhava com água e com motor. Manique, quando era de Inverno trabalhava com água, quando era de Verão trabalhava com motor.
E: Manique em que sítio?
C: Sabe onde é a escola primária de Manique?
E: Sim
C: Na rua que vinha a descer e a seguir havia um caminho que ia dar lá abaixo ao rio
E: E vê-se o rio lá em baixo. Então era aí?
C: Era uma azenha, havia ali
E: E ainda lá está a construção?
C: Não sei, agora não sei
E: Nós andamos à procura de um sítio de uma azenha que seja na Ribeira da Laje lá para os lados de S.Domingos de Rana
C: Era o moleiro da Laje, que havia ali uma azenha
E: Ao pé da ponte da Laje
C: Mas essa, eu não conheci bem. Havia ali uma azenha
E: Conheci um senhor que a viu ainda, mas já estava em ruínas e agora não está lá nada
C: Há uma azenha...Mas já não tem a funcionar. Já não funciona, parece-me. Eu cheguei a ir buscar farinha aí a essa azenha
E: Não é verdade que eu agora faço outras perguntas? Da primeira vez que cá vim não tinha perguntas nenhumas para fazer, só vim ver e fiquei de boca aberta. Agora trago perguntas concretas
C: E dentro daquilo que eu souber e que me lembre...
E: Nós vamos é ter que vir cá mais vezes
C: Não, eu não sou daqueles tipos que gostam de guardar os segredos que sabem, eu não queria morrer com algum segredo
E: Mas então tem de registar estas coisas
C: Como uma família aqui de Trajouce que tem um segredo, já morreram os pais e os filhos, para uma pomada para queimaduras
E: Caseira?
C: Sim, caseira
E: E a propósito disso, acha que as pessoas têm tendência para guardar esses segredos?
C: Têm, têm. Têm a ganância do dinheiro Eu tenho aqui duas reportagens de dois irmãos, a receita era da mãe deles. Uma senhora apareceu na farmácia a lastimar-se que o marido estava todo queimado e apareceu a mãe deles que lhe deu essa receita e nunca mais a devolveu. Agora os pais morreram e aquilo entrou em partilhas
E: O quê? A receita?
C: A receita! Porque um sabia fazer e o outro não sabia fazer e então não havia partilhas para ninguém se o outro...
E: É uma patente da família? Está registada?
C: Não, então eles registam alguma coisa? E quando foi a altura das partilhas , eles zangaram-se
E: São mesmo saloios?
C: Um dos filhos ainda é uma pessoa que tem cuidado naquilo que faz, que se prepara com luvas. Agora, o pai dele!
E: E as pessoas pagam?
C: Pois, levam dinheiro. Quando foi essa altura das partilhas, eles zangaram-se um com o outro e um escreve assim no Jornal: "pomada de borla" e vinha a fotografia.
E:A propósito de receitas, o que é que acha da gastronomia local? Acha que há alguma coisa de específico?
C: Normalmente estava relacionado com a produção da terra.
E: O que é que comiam?
C: Aqui no nosso quintal a gente semeava fava, nabos, couves, nabiças. Os alhos eram também aqui da nossa zona e a gente comia muita açorda de alho.
E: Mas à alentejana?
C. Não. À alentejana é na zona deles.
E: Mas então como é?

C: A açorda de alho é pão que era de uma semana cozido nos fornos (como a minha mãe cozia e eu também cheguei a cozer)
E: Cozer o pão também tem os seus segredos?
C: Tem, tem sim senhora. Portanto, mas a açorda de alho é o pão rijo, quando chegava ao fim de quatro ou cinco dias começava a ficar rijo. Não se usava o fermento inglês de agora que ganha bolor ao fim de quatro ou cinco dias e o outro não, era da própria massa que se deixava dentro de uma tijela. Mas o fermento não fazia mal a ninguém, era para ajudar a desenvolver e ajudar a massa a levantar e, pronto, quando chegava aos oito dias fazíamos o pão. O pão (para a açorda) estava duro, cortávamos em bocadinhos para dentro de uma tijela e depois com um bocadinho de azeite, dois ou três alhos cortados em bocados, um bocado de louro, água a ferver (tirava-se do lume ali ao lado do forno).
E: Não levava verdes?
C: Não levava nada, isso é de agora. Nas favas, quando se coziam favas, é que se usavam coentros e dava um bom gosto às favas.
E: Portanto não era em fresco, como fazemos agora, de pôr no fim?
C: Não havia frigorífico. Quando era para comer, tirávamos os coentros para o lado e comíamos as favas temperadas com azeite e vinagre e às vezes com um bocadinho de toucinho.
E: Toucinho, significava que tínham porcos? E os porcos não cheiravam muito mal?
C: Olhe, a gente naquela altura as coisas cheiravam mal e a gente vivia bem. Hoje não há horta, nem cavalos e ao fim e ao cabo as coisas parecem ainda piores do que era naquela altura.
E: E vinha, havia?
C: Havia.
E: Acha que havia mais vinha ou outro tipo de vivência do campo ali para os lados de S. Domingo de Rana?
C: Havia na zona da parte de baixo de S.Domingos de Rana que era o vinho de Carcavelos. Nessa zona havia a vinha da Quinta do Barão.
E: A ideia que eu tenho é que toda aquela encosta já tinha vinha.
C: Era, até em S. Miguel das Encostas e Sassoeiros. E depois havia também em Caparide...
E: Eram os sítios onde ainda há.
C: O vinho de Carcavelos que a gente bebe agora é de Caparide. Eu tenho ali os rótulos das garrafas de vinho e de bagaço da Quinta do Barão.
E: Não havia hortas?
C: Havia, havia.
E: À beiras das ribeiras ou noutros sítios?
C: À beira das ribeiras.
E: Mas já não há nenhuma nora inteira?
C: Não, isso já não há. Ia todos os dias uma galéria, que é uma carroça, que ia levar hortaliça à Praça da Ribeira.
E: Então quer dizer que havia aqui hortas que davam para isso
(Aponta-se no mapa uma zona de quintas perto de Trajouce)
C: Havia aqui sempre cinco ou seis homens a trabalhar a horta todo o ano, homens que vinham ali da zona de Pombal...
E: Então não eram homens de cá?
C: Não, eles também tinham ali a casa para eles ficarem que se chama a casa dos Maltezes.
E: Daí é que vem a cena dos Maltezes...
C: É daí. Eles ficavam lá na casa e tínham um estrato de madeira como é na tropa, ficavam ali...Iam pegar de manhã ao nascer do Sol e ao pôr do Sol iam para (a) casa.
E: Mas era a única horta aqui dos arredores?
C: Não, não. Havia aqui muitas, daquele tamanho é que era aquela só ali.
E: Como é que lhe chamou?
C: Aquela era chamada Quinta da Bela Vista e era a Quinta das Rivieiras.
E: E o Casal do Patacão? Aqui aparece como sendo uma povoaçãozita (no mapa)
C: É um Casal, é. Vacas tinha lá mais de vinte e umas três ou quatro juntas de bois, três ou quatro cavalos. E as casas estão lá ainda...
E: Mas agora já não tem nada cultivado
C: Não, semeou aí uns girassóis que era aquela coisa que o Estado subsidiava. [...]

2- ENTREVISTA AO Sr. ANTÓNIO MADUREIRA

Entrevistadora: Maria Amélia Cabrita (E)
Entrevistado: Sr. António Madureira (M)
Data: 25 de Outubro de 2007
Locais: Junto à casa do Sr. Madureira; no bairro de S.Miguel das Encostas; na Rebelva

E – Dia 25 de Outubro de 2007, estou a falar com o Sr. Madureira e estou perto da sua casa no bairro que é designado actualmente como bairro…
M – Casal dos Grilos
E – Casal do Grilos, em que há uma parcela que fica situada entre o Bairro de S. Miguel das Encostas e a Quinta das Encostas propriamente dita e é um enclave entre duas urbanizações legais. Este bairro é em parte resultante da venda que o pai do Sr. Madureira fez em lotes para construção, que foi sucessivamente... Em que ano o seu pai fez isso?
M – Isso agora é que eu não sei, ele já faleceu há 30 anos…Há uns 40 anos, uns 40 anos que o meu pai loteou isto.
E – E as pessoas foram logo fazendo as casas?
M – Foram… À multa! Foram fazendo as casas à multa…Faziam a casa hoje e amanhã já estava habitada, as paredes a abanarem, mas tudo com medo que viesse a fiscalização e as deitasse abaixo, faziam as casas de noite, de dia já estava lá a cama dentro e a mesa e tudo…. Era assim que se fazia as casas. Depois mais tarde foram ampliando, foram ampliando…compraram um lote, uns venderam, outros compraram, e arranjaram umas casinhas mais ou menos decentes …como está a ver, mas as primeiras foi tudo feito… nada disto paga contribuições. Só paga contribuições esta minha que foi feita em 1950, que o meu pai fez e depois viemos acabar o Casal dos Grilos onde é agora um parque, ali. Para ali é que eu vim com um ano, há oitenta anos. Vim para ali, onde é esse parque, ali era a vacaria antiga onde a gente tínhamos o gado e tínhamos o lote até lá acima, eram quarenta mil metros, dava comer para os animais comerem e ainda sobrava, dava para fazer…dava para fazer tudo e depois então esse senhor Vasco D'Orey meteu-se na cabeça que havia de comprar, comprou a 26 proprietários, dali da estrada até ali acima a 26 proprietários, o maior lote que ele comprou foi ao meu pai, era o Casal dos Grilos…
E – Quarenta mil metros?
M – Eram quarenta mil metros, era 4 hectares. Comprou praí, na Quinta dos Gafanhotos, e depois comprou ao Sr. Figueiredo, ali das Correolas…
E – Comprou a quem, desculpe?
M – Ali a uma família, ali das Correolas, ali de ao pé dos caminho-de-ferro, ao pé das Marianas…
E – Estou a ver. A Quinta do Lameiro, não?
M – É na parte de baixo, onde eram os ciganos…
E – Estou a ver, as Marianas…
M – As Marianas, mesmo rente ao caminho-de-ferro.
E – Quer dizer que aquilo também era uma quinta?
M – Sim
E – Eram terras de semeadura?
M – Eram terras de semeadura, fizeram aquilo um bairro de ciganos, agora parece que já não há lá ciganos. Aquilo era um brejo, chamava a gente um brejo, um baldio ou quase, e os ciganos começaram para ali a acampar, a acampar, foram fazendo, fizeram para ali um bairro que era uma pouca vergonha…
E – Mas então era o dono dessa, o Sr. que era dono disso, e que também era dono destas terras, é que vendeu ao seu pai?

M – Vendeu ao meu pai. E depois o meu pai era caseiro lá em cima nos Gafanhotos e depois comprou então ali…aquilo que o meu pai comprou é classificado Bacelo Grande, era uma vinha antigamente nas escrituras antigas, se você esquadrinhar isso tudo, aquilo era o Bacelo Grande. Tanto que havia aqui poço e havia ali um poço que era nosso, chamava-lhe o poço fidalgo, agora está entulhado, mas está a deitar água, depois o Vasco D'Orey mandou fazer uma mina e encontrou água está a água a correr para o tanque, para a quinta dele. O filho abriu uma vala, com uma máquina e com um tubo passou por baixo da auto-estrada ali que fizeram e está lá a correr de noite e de dia, a água que sobra vai para o rio, lá para aquele ribeiro…
E – Mas em que sítio é isso que me está a dizer agora?
M – Ali em baixo, nesta coisa que era a Neocivil, onde era o estaleiro.
E – Ah! Aqui mesmo ao fundo da rua, não é? Sabe que eu e o Carlos Namorado, aquele nosso amigo dos passeios, que veio aqui comigo uma vez, lembra-se?
M – Não estou a ver…
E – Pois, mas uma das vezes em que fiz a sua entrevista, em que gravei a sua conversa, ele veio comigo, ali dentro de casa. Com ele vim à procura daquela tal zona das pedras, que me tinha dito que havia ali no rio e que parecia serem os restos de uma represa. Eventualmente com uma azenha por perto, ou longe, mais adiante. E sabe que nós não encontrámos coisa nenhuma. E depois ainda tentei ir aos tanques e não consegui?
M – Quais tanques?
E – Os tais que me está a dizer agora! Como é que se vai para lá?
M – O tanque antigo da Quinta do Sr. D' Orey…
E – Mas espere, não coincidem com o sítio onde ele fez uns tanques para as mulheres lavarem?
M – Mas é cá fora, cá fora da quinta. A gente agora é que não pode lá ir, está cheio de mato, mas ele prometeu… porque havia ali um caminho de carros de bois…
E – Aonde, aonde?
M – Desses lavadouros, até ali ao Casal do Mato, onde era as nossas escolas primárias, há setenta anos, quando eu tinha dez anos e ele prometeu que fazia uns tanques para as mulheres aqui em Sassoeiros e outros tanques em S. Domingos. E o povo…as mulheres concordaram, sim senhora, que ele faça os tanques que o caminho não faz falta nenhuma à gente, mas os tanques para S. Domingos nunca os fez
E – Mas o objectivo dele era cortar o caminho?
M – Era cortar o caminho para juntar as duas quintas. Assim era um muro grande, era um muro largo, feito em alvenaria, em pedra, e depois deitou aqueles muros todos abaixo e destes casais destes proprietários que ele comprou era tudo terras uns com uns vinte metros, outros com trinta, lotes com quarenta metros, diversos tamanhos, ele deitou aquelas paredes todas abaixo para aproveitar as pedras para fazer esta muralha toda que ele fez, ainda está aí restos, até lá em S. Domingos, vê-se lá…
E – Mas aquele bocado de muro que deitaram abaixo há pouco tempo para fazer aquele arranjo lá ao pé do sítio onde eu penso que eram os moinhos, esse muro também fazia parte?
M – Era a quinta dele e as oliveiras todas até lá ao canto, aquele biquinho, aquilo era tudo, pertencia tudo à quinta, e o moinho que deitaram abaixo, que o Bernardo diz que levou lá para Azeitão, lá para outra banda, para montar o moinho, aquilo era uma obra de arte que hoje ninguém é capaz de fazer uma obra como aquilo estava feito. Deitaram o moinho abaixo, a gente nunca soube, deitou o muro abaixo, as pedras com certeza foram numeradas, conforme tiravam as pedras, numeravam-nas para ver a posição para depois verificar lá na construção do moinho…
E – Sim.
M – O Sr. Bernardo que era filho do Sr. Vasco D' Orey, era um dos filhos, eram catorze irmãos e aquele é que era o mais, mais dedicado à agricultura e à quinta. Os outros, uns eram doutores, outros eram engenheiros, outros era sei lá, um era conde…
E – Mas o presidente actual tem também o nome de D' Orey, acha que é também da família ou não?
M – Qual presidente?
E – O actual, o Capucho! Ele é de D' Orey Capucho!
M – Não sei.
E – Nunca se deu conta disso?
M – Não!
E – Nunca ouviu falar?

M – O presidente da Câmara diz que é o Capucho, o Capucho…
E – Mas é D'Orey
M – Não sei…
E – Pode ser um desses ramos, de catorze…Não é? Os actuais donos também ainda têm a ver com a família ali da Quinta da Encosta?
M – Não, aquilo depois venderam, agora ali é um restaurante, uma estalagem, a família…
E – É um centro cultural…
M – Aquilo ali não tem nada com a família dos d'Orey. Os D'Orey venderam.
E – Por acaso pensei que a família ainda tinha a ver.
M – Não! Venderam a quinta, venderam aquilo tudo e agora é de outros donos, agora…a família dos D' Orey uns foram para um lado, outros foram para outro. Olha, o Zé Luís ficou ali na Praça Duque da Terceira, nos escritórios que era do pai. O pai tinha grandes negócios, o nome de D'Orey é de origem alemã. Ia à Alemanha fazia grandes negócios e quando vinha, vinha sempre cheio de dinheiro e comprava as propriedades. De vez em quando ia à Alemanha, tinha lá os seus negócios…
E – Vinha aqui investir…Vá lá…Estava-me à dizer há bocadinho que havia aqui uma vacaria… (Junto ao local onde era a antiga casa da familia do Sr. Madureira, no actual Bairro de S. Miguel das Encostas).
M – Na faixa de 5 metros do comprimento todo da casa era uma vacaria, a gente tínhamos aqui 18 animais, e esta terra dava comer para elas todas…
E – O que é que semeavam?
M – Era milho, era favas, era aveia, era cevada…
E – E trigo, aqui não havia?
M – Trigo, era essas terras todas aqui para cima que eram do Zé Ferrador, esses prédios que a gente vê aqui em frente de nós…
E – Mas o Zé Ferrador da Rebelva?
M – Sim, da Rebelva. Era José Quaresma da Silva ou Santos…
E – Quaresma, sim! Ele já morreu?
M – Morreu agora, há poucos meses. Foi o último da irmandade. Morreu a mãe, lembro-me muito bem, a Sra. Joana, morreu depois a filha, a Bárbara, depois morreu a Eugénia, e agora morreu a…
E – Lucinda…
M – Laurinda!
E – Laurinda, é isso!
M – Morreu a Laurinda.
E – Foi a única que eu conheci.
M – Morreu já com uma idade avançada. E agora morreu o José. O mais velho!
E – Sem descendentes!
M – Sem descendentes, o Zé estava separado da mulher há cinquenta e tal anos já…e tinha uma filha e um filho. O filho morreu, e a mulher já morreu também e a filha também já morreu. A família já morreu toda…
E – Mas não há netos?
M – Há dois netos. Há aqui propriedades que eles não sabem ainda como desenvencilhar aquilo, aquele lote ali, ao lado das casas, aquela terra grande…
E – Que não está urbanizado…Clandestinamente…
M – Aquilo é terra de semeadura, aquilo dá ali tanto trigo…Agora está ali abandonada, ninguém…
E – Ninguém sabe de quem é?
M – Ele cultivava aquilo, mas aquilo…
E – Nunca foi registado?
M – As escrituras é que mandam… E… Não se sabe… Porque o padrinho dele era o José da Silva Coutinho e esses herdeiros naturalmente nunca se interessaram por registar nem por fazer nada disso e agora para desenvencilhar isso, um dia é tudo para o Estado com certeza. Como é que eles têm provas de como aquilo é deles? …O Casal dos Grilos está tudo enfeixado com S. Miguel das Encostas, eles é que baptizaram isto, S. Miguel da Encostas, porque realmente isto tudo é uma encosta…Aplainaram isto para fazer as estradas, mas muitos prédios ali ao pé do Germano, há lá ruas que são mesmo rampas, não conseguiram nivelar aquilo.
E – E este terreno aqui era de cultivo de cereais, onde é agora o Bairro de S. Miguel das Encostas?

M – Era trigo, era pasto para o gado, este talhão grande até lá acima era nosso, semeávamos aveia e penacho para dar aos animais…
E – Os animais não pastavam fora dos currais?
M – Pastavam na primavera, a gente apanhava a erva e depois lavrava essas terras quando aquilo já não dava nada e depois semeava-se um bocadinho de milho assim por cima daquela terra e depois gradava-se. E depois vinha uma trovoada de vez em quando, chovia, aquele milho nascia, ainda dava assim um massaroucozito e a gente então soltava as vacas e punha-se à frente delas para só comerem um bocadinho cada dia, senão comiam tudo e no outro dia não comiam nada…a gente punha-se à frente delas e elas avançavam ali dois metros, só ficavam raízes, arrancavam tudo e depois no outro dia comiam mais um bocado, depois acabava, pronto…era assim…
E – Mas de um modo geral estavam no curral e davam-lhes o feno e…
M – Era farinha com palha de trigo…
E – Também farinha?
M – Era… *Tutu*, vinha do Algarve, vinha em pastas, pastas aí com três centímetros mais ou menos, por um metro, talvez não tivesse um metro, aí por cinquenta… Um metro… Dava-se *farinha*, dava-se *linhaça*, dava-se *polpa*… Dava-se linhaça que vinha da África…vinha muita linhaça. Sêmea também, a sêmea também tinha pouca alimentação… Mas o tutu, os animais eram muito *velozes* por aquilo… O *tutu* era doce, era feito com alfarroba, à base da alfarroba, os animais comiam ali, comiam aquilo que a gente lhe dava mas não podíamos dar muito senão empanzinavam…
E – Sabe que agora é que eu percebo porque é que a alfarroba no Algarve se vendia tão bem e era a base do sustento por exemplo, era aquilo que rendia mais, por exemplo para os meus avós? Era porque era para fazer essa farinha. Não era bem uma farinha, era mais um compacto…
M – Havia já uma fábrica no Algarve, fábrica de farinha para fazer pão…
E – Pão de alfarroba…
M – Pão muito bom, um pão doce
E – Lá doce aquilo é…
M – É… como a gente vamos lá pelo meio dos campos quando a alfarroba está no chão, seca, parecem favas assim grandes, a gente come-as assim secas, mas são doces.
E – Olhe, ali assim, ao pé do Germano há duas alfarrobeiras, mas aquilo é uma excepção não é?
M – O Sr. Vasco D'Orey, na rua até lá abaixo, andou aí um senhor, que era o Sr. Janeiro, que era já um senhor de idade, era enxertador de árvores, andou aí alguns dois meses a enxertar as alfarrobeiras e pegaram todas, para dar alfarrobas…
E – Enxertaram-nas em quê?
M - Enxertaram-nas em alfarrobas mansas, eram árvores bravas, mas depois foram enxertadas em alfarrobas mansas… Uma está ali ainda, quando está seca, estão no chão, é alfarrobas e azeitonas, agora estão lá não sei quantas mil azeitonas no chão…
E – A propósito de azeitonas, havia aqui olivais ou aquilo era só uns bocadinhos de olival que há ali?
M – As oliveiras foram plantadas por ele, por ele não! Pelos operários, os homens que ele tinha a trabalhar…
E – Olhe, aqui havia poucas árvores? Porque é que havia poucas árvores?
M – Havia umas amendoeiras lá em baixo, já desapareceram…
E – Mas vocês não punham muitas árvores, pois não, naquela época? Porquê?
M – A gente interessava-se era pelo comer prós animais, mais nada! Agora plantar árvores…Ali junto ao poço tínhamos lá quatro figueiras, só. Tínhamos lá um marmeleiro, ainda comi alguns marmelos lá…Não tínhamos mais nada. Tínhamos muitas rosas, muitas roseiras, mas não tínhamos lá árvores, as únicas árvores de fruto era as figueiras. Tínhamos quatro. Depois arrancaram tudo quando foi…O meu pai vendeu o casal, portanto tumba, limparam aquilo tudo…E depois plantei as figueiras lá aonde eu moro agora, teve quase secas, e eu cortei-as depois rebentou…Este ano deu tanto figo…E tem cinquenta e tal anos, e tem lá uma nogueira, naquele lado lá de baixo também tem cinquenta e tal. Foi quando…A São tem cinquenta e sete, ela tinha dois anos, ah! Cinquenta e três ou cinquenta e quatro anos que aquela nogueira tem... Foi na noite de Reis estávamos a comer nozes e figos e eu disse-lhe assim: olha, vou ali semear uma noz, tinha uma latinha daquelas de dois quilos, enfiei a terra pus lá uma noz. Nasceu uma noz, uma nogueira.
E – E dá nozes?

M – Punha uma pinguinha de água de vez em quando, nasceu uma nogueira. Estava assim com um palmo, pouco mais, plantei-a lá em abaixo no bairro trazia ali uma hortazita de inverno… De verão… E o moinho, pois o moinho tirava água pra dentro desse tanque…
E – Que moinho era? Era à americana?
M – Era assim um moinho… De ferro…
E – Alto?
M – Não era muito alto, não…Tenho ideia que era…Era aí quatro metros, o máximo…
E – Era suficiente?
M – Quando *tava* vento até a gente tinha que o travar senão rebentava com tudo. E depois essa nogueira plantei-a assim à beirinha onde passava a regueira d' água, começou a gozar a humidade da passagem da água, fez-se uma árvore que *tá* lá. Olha agora *tá* nozes… E tenho a outra que é minha, lá onde eu moro, plantei-a também, tenho-a aí, há aí dez anos… Também é pequenina assim, já tem um tronco grosso, está cheia de nozes… Ainda ontem estive a apanhar nozes, mas as nozes estão a secar dentro da casca, na árvore. O ano passado caíam pró chão, abriam e caíam as nozes… Agora não! Ontem estive a ver e disse assim: então as nozes estão dentro da casca, a casca está seca e está cá as nozes dentro? É verdade! Não sei… Tenho alperces, tenho uma laranjeira, tenho dois limoeiros, tenho a nogueira, tenho lá um loureiro…
E – Então afinal tem umas quantas árvores, não é?
M – Plantadas por mim, todas! Lá naquele quintalinho que eu tenho…
E – Então as árvores eram concentradas para não prejudicar os campos, não é?
M – Não! Plantei ali as árvores porque não estorvavam nada…
E – Só porque não estorvavam…
M – A gente não cultiva lá a horta, porque agora… A gente não liga nada àquilo, mas na Primavera cheia de flor dá muito alperce… Bons…
E – Significa que aqui até se davam bem as árvores, não é?
M – Pois davam. Se a gente as plantasse e abrigadas, com muito vento não, que isso…
E – Há zonas em que não dá!
M – Onde haja muito vento, árvore de fruto não dá… Cai tudo para o chão… E não dá… No Algarve a gente vê lá pomares tão lindos de laranjas, de tudo… Uvas…
E – Aqui não era possível?
M – Aqui não!
E – Por causa do vento?
M – Antigamente aqui havia muita vinha…
E – Mas a vinha é diferente!
M – Pois, é mais baixinha. E esses poços que há aí, este do Fidalgo e aquele do Zé Ferrador, aqueles poços foram feitos nos nascentes bons, eram feitos para fazer o sulfato para sulfatar as vinhas.
E – Lembro-me de ter contado isso da outra vez. Eram para o sulfato e não para a rega!
M – Pois não, para a rega não! Era para sulfatar as vinhas, naquele tempo… agora já há coisas mais modernas… pesticidas para as vinhas e…
E – Mas nessa época, a água era importante para isso?
M – E sulfato!
E – Claro! Porque o sulfato era desfeito na água.
M – Era desfeito na água. Punha-se na água um dia ou dois, aquelas pedras desfaziam-se e depois punha-se nas máquinas que havia e sulfatavam as vinhas… era dos viticultores. Havia, em Sassoeiros havia lá uma grande vinha. O major Dória, agora o brigadeiro, o filho que era brigadeiro, não sei se é vivo senão… tinha ali uvas e vinho… Ganhou uma medalha de ouro em 1936, tinha eu dez anos.
E – Lembra-se disso?
M – Aos dez anos? Era uma exposição industrial ali em Oeiras à beira da ribeira, da parte de baixo, estava lá uma cascata, deve lá estar ainda. Tem umas não sei quê em pedra…
E – Na Quinta do Marquês?
M – Não!
E – Na Quinta do Marquês de Pombal?
M – Ah! Sim. Aquilo era do marquês, era! Ali se fizeram aquela escola industrial e esse vinho generoso…
E – A feira, a feira industrial…

M – A exposição industrial, ou o que era… vi os homens a fazerem cartuchos de papel, havia uma fábrica de papel ali em Oeiras… a gente a ver os homens a dobrar papel e a pôr a cola e aquilo tudo…
E – isso foi mais ou menos em que ano?
M – Foi em 36 mesmo… foi em 36…
E – Sabe que o próprio marquês de Pombal, portanto no século dezoito, fez a primeira exposição industrial do país, ali na quinta dele? Essa, portanto, já é uma mais tardia, que eu desconhecia…
M - É uma exposição industrial… Via-se muita coisa, via-se divertimentos para os garotos, havia barracas de comes e bebes e… Agora fazem lá uma festa rija também…mais fina. Naquele tempo era tudo mais tosco…Pois esse vinho foi classificado o melhor vinho naquela época. Ganhou uma medalha de ouro, o vinho do Sr. António Guerreiro, que fez o vinho…Esse António, o brigadeiro Dória fez serviço em França, na Grande Guerra e…
E – Na primeira?
M – Na primeira, não foi nessa mundial que acabou em 45. Foi na primeira guerra, 14 a 18, foi nessa. E depois arranjou aquele rapaz, o Sr. António, esse rapaz era ali dos lados de Torres e percebia um bocado de agricultura e trouxe-o para impedido dele, ali para a quinta.
E – Onde é que ele morava? Na Bela Vista?
M – Morava onde tem lá os prédios.
E – Na Bela Vista?
M – Tem o prédio do caseiro e tem o prédio do dono, lá…
E – Duas casas?
M – Duas casas, tem lá, tem…
E – Eles hoje ainda têm lá animais, sabia? Lá dentro têm um rebanho…
M – Onde?
E – Na Quinta da Bela Vista.
M – Não sei…
E – É verdade! O pasto regado como se fosse relva…
M – Também, o Casal das Manteigas, sabe onde é que é?
E – Não…
M – O seminário das freiras, chama a gente…
E – Em Caparide?
M – Não, aqui no Arneiro. Quem vai para… Sabe o Bairro da Mina? Conhece a Mina?
E – Conheço.
M – E conhece aqueles chafarizes que estão lá, aquelas bicas?
E – Sim.
M – Aquelas bicas são dessa mina. E havia lá uma mina, havia e há, a gente descia umas escadas para o fundo e… Não! Era a direito. E íamos dar a beber água ao fundo da mina, era água tão fresquinha… E depois encanaram então a água da mina, até lhe chamam o Bairro da Mina, depois é o Bairro do Pinhal, encanaram a água dessa mina para essas bicas. Essas bicas estão a correr de noite e de dia e é essa água…
E – Ali à beira da estrada?
M – Pois! Até vão lavar lá os automóveis e tudo… E depois vão… E depois essa água vai para a Quinta do Marquês outra vez.
E – Tem aquelas mães de água por aí fora, que não sei o que lhes está a acontecer…
M – Aquilo vem lá de Caneças, vem…aquilo ali tem muitas minas…
E – Mas recolhe ali aquela água?
M – Recolhe, a água está ali a correr e a que sobra vai para a ribeira.
E – Da Laje?
M – Da Laje pois…Da Laje onde havia uma azenha, e havia outra azenha no palácio real lá em baixo. Conhece o palácio onde é a Câmara?
E – Sim…
M – Aquela coroa que lá tá, não sei se já viu uma coroa, a coroa real está na fachada, essa coroa é do tempo do Marquês de Pombal e aquele palácio que é agora Gulbenkian, ou o que é, aquele palácio grande assim à direita e no fundo havia lá uma azenha.
E – Ainda havia lá uma azenha? Que agora já não existe?

M – Está lá posta, mas não sei se está…Aquilo acabou…Porque aproveitavam a água da ribeira da Laje, aproveitavam a água e faziam mover a azenha, porque a azenha ficava lá em baixo. A gente descia umas escadinhas…
E – Já foi visitar agora os jardins?
M – Onde?
E – Os jardins do Marquês?
M – Não!
E – Que agora visitam-se! Eles têm umas visitas, pode-se ir lá ver aquilo por dentro…Que durante muitos anos não se podia lá entrar.
M – E onde é que é a Escola Agronómica?
E – É assim, é na parte de cima da estrada, eu estou a falar da parte de baixo…
M – Mas aquilo era também do Marquês!
E – Eu sei!
M – Aquelas oliveiras foi ele que mandou plantar. Há lá oliveiras para uma pessoa lá se abrigar lá dentro… Duzentos anos!
E – Na parte de cima?
M – Da parte de cima. Havia lá tanto coelho, ai Jesus! Pareciam formigas.
E – Então as pessoas entravam lá, é isso?
M – Entrava… Era o Sr. João da morgada, andava com a espingarda às costas… Ele ia para ali…E os caçadores entravam…
E – Mas aquilo sempre esteve vedado, não é?
M – Pois…
E – Há ali uma zona que tinha umas vacarias, não é? Que ainda lá estão?
M – Estão… A cair… Ainda mataram… Quando houve um ciclone, um tornado ou o que é que foi, passou ali, deitou a casa abaixo e o restaurante que era do Narciso ali na praia de Carcavelos… Aquilo foi uma faixa…
E – Em que ano é que isso foi?
M – Foi há muito ano, sei lá…Mais de trinta anos, há trinta anos talvez…Foi esse tornado, o Firmino, aquilo estava cheio de vacas, teve que mandar abater os animais que ficaram feridos, caíram-lhe coisas em cima. Muitos animais foram abatidos, não tinham cura.
E – Olhe e lembra-se do incêndio que também atingiu a vacaria do Zé Ferrador na Rebelva?
M – Lembro-me, mas isso foi há poucos anos. Lembro-me tão bem. E até sabe quem largou fogo? É um dos herdeiros das propriedades dele, é o Farrusca, mora numa casinha pegada assim para baixo, para os lados da riba…
E – Quer dizer que foi fogo posto?
M – Posto foi! Ainda morreu um burro, as vacas parece que não morreram porque soltaram-se, mas o burro morreu queimado, coitadinho não pode fugir, estava engatado à carroça. O gajo foi ordinário…
E – Olhe, desculpe lá, a propósito do Zé Ferrador, há bocadinho falámos que muitas destas terras aqui de cima eram do Zé Ferrador ou da família Quaresma, não é?
M – É! José Quaresma dos Santos era o nome dele.
E – E a alcunha de ferrador vem de quê, sabe?
M – Zé Ferrador, ele é ferrador, é como o Bernardo ferrador ali da…Também tinha muita vaca, ali no Arneiro. Era o mestre ferrador, mas ele nunca ferrou boi nem vaca nem burros. É o Bernardo ferrador não sei…Se era por ter muito gado, não sei qual a origem daquilo…
E – Há bocadinho quando estivemos ali, no sítio onde está o… Eu tenho que registar as coisas que disse porque eu não tinha o gravador. Quando estávamos ali no parque infantil, que está no sítio onde era a sua casa explicou-me que a sua casa era… Era mais uma vacaria, do que propriamente uma habitação?
M – Era mais para os animais era… E depois mais tarde tivemos que fazer um quarto lá, a minha mãe era muito doente, fizemos um quartinho num cantinho lá, e lá vivemos quando era pequenito, andava na escola… ainda não andava na escola.
E – Tinha então 22 vacas pelo que me disse, não era?
M – Era… 22 e bois, uma junta de bois, tínhamos uns porcos...Matávamos um porquito todos os anos…
E – Os porcos estavam numa construção cá fora?

M – Os porcos estavam cá fora numa casa… Num curral feito como deve ser, em pedra, não havia tijolos naquele tempo, tijolo a gente não… Tinha umas pias feitas em cimento e a gente criava-os ali, cá em baixo, era para aí a vinte metros da vacaria. A gente ia lá levar o comer, o comer das vacas era o comer dos porcos. Criavam-se ali que era uma beleza!
E – Matavam o porco pelo Natal, como no sul, ou não?
M – Todos os anos.
E – Faziam chouriços, ou não?
M – Ás vezes fazíamos. A minha mãe não tinha saúde para isso. Agora ali aonde a gente mora, há nove anos ainda matámos um porquinho também! Fazíamos chouriço porque a Maria da Luz tinha saúde e sabia. Fazíamos o fumeiro lá naquele barracão, lá onde tenho o forno, fiz um forno, tinha lá a chaminé…
E – Aquele forno feito por si?
M – Foi. Ainda comemos muito peixe assado lá e muita carne.
E – E o pão? O pão aqui tinha um forno também para fazê-lo ou iam cozer o pão a um forno comunitário?
M – O meu pai tinha aqui um forno também. Tinha ali um forno onde …Quando casou o Fernando, o antigo caseiro da Quinta da Encosta, quando casou, os assados, as carnes foram feitas neste forno aqui. Havia ali pão tão bom…
E – Quem é que cozia o pão? A sua mãe estava doente…
M – Era a mulher dele, a namorada, que amassava o pão. O pão depois era levedado, depois cortavam-no em fatias, depois punham-no num tabuleiro, depois punham um bocadinho de farinha por cima, depois punham na pá, numa pá comprida…
E – Como se chamava a pá comprida?
M – Era uma pá de forneiro
E – Era a pá do forno?
M – Era a pá do forno. Não é a pá de Aljubarrota…
E – Mas era do mesmo género?
M – Deve ser… Aquilo era assim…
E – Olhe também falámos das feiras e eu não registei. Portanto os animais eram comprados na feira da Malveira ao pé de Mafra e a feira das Mercês, servia para comprar coisas mais especiais como por exemplo a madeira.
M – Era madeira para construção dos utensílios agrícolas, cabeçalhos para carros e grades e charruas, arados… tinha ali uma secção e escolhia-se a madeira, que via mais ou menos que queria e…
E – Era madeira de azinho, de…
M – Era madeira de ulmo, ulmeiro, era quase tudo ulmeiro.
E – Que era a mais apropriada?
M – Era.
E – E os carros que mais se faziam eram os de bois porque as carroças eram só de burros?
M – Era só burros e umas mulitas pequenitas. Para Sintra ainda me lembro de ver ali gado, vacas e…
E – …aonde, aonde?
M – No mercado de S. Pedro de Sintra, ainda me lembro de vender leitões, bácoros que a gente comprava, trazia-os para casa e depois mandava-os capar e…
E – Eram brancos ou pretos?
M – Eram malhados, leitões malhadinhos pareciam vacas pequeninas…
E – E as vacas aqui também eram malhadas?
M – Eram, *taurinas*, tudo *taurino*…
E – O leite, era encaminhado para onde?
M – Era para o posto ali da Rebelva onde é o Grémio, ao lado. Naquela repartição do gado, havia ali o ferrador, íamos ali levar o leite e depois vinha a camioneta UCAL ou que era, levava o leite para Lisboa, mas…
E – As pessoas levavam lá o leite ou vinham buscá-lo cá às vacarias?
M – Íamos lá levá-lo. O meu pai comprou uma burra…
E – Levava nos alforges ou levava-o numas grades ou levava-o na carroça?
M – Na albarda, punha a albarda na burra, arranjava uma corda boa, punha uma bilha de um lado, uma bilha de outro…

E – Era uma bilha de lata?
M – De dez litros. De lata, mas era uma lata boa. Quem as fez foi o Victor… Victor quê?… Que era funileiro ali em Oeiras.
E – O funileiro era importante nessa época?
M – Era, era. E ele foi…Ele era um artista, fez ali duas bilhas com uma resistência…Levava…
E – Já não tem nenhuma?
M – Não, mas nunca se desfizeram nem nunca se dessoldaram.
E – Espantoso…
M – É verdade… Nunca lá levei nenhuma, porque às vezes podia-se soltar uma asa ou um furito entornar leite… mas não. E em cima da burra, a gente punha-a em cima da burra… A gente mandava-a andar, nem era preciso…
E – Ía sozinha
M - Ía sozinha, ela sabia já o caminho por onde é que era, chegava lá esperava que descarregasse as bilhas…
E – Claro, claro…
M – Não havia trânsito nenhum, passava um carro agora, daqui a bocado…
E – Mas já existia a estrada que liga S. Domingos à Rebelva por onde ela vai agora, ou era a outra de lado?
M – Era a mesma, mas era macadame.
E – Era a mesma?
M – Era.
E – Eu ouvi dizer que aquela estrada só tinha sido feita em 1947, não é verdade?
M – Foi alcatroada em 1948.
E – Mas aberta, ela já existia aberta?
M – Já, era macadame! Era só pedra.
E – Claro que não havia casas, não havia nada, era um ermo?
M – Era carroças, que a gente numa carrada era taque, taque, por aí abaixo…
E – Esta estrada é um bocado inclinada.
M – Pois é…
E – Para subir devia ser difícil…
M – Mas subia-se… havia a mercearia do José Gonçalves que era a mercearia mais forte que havia aqui, pode-se dizer, quase do concelho. Fornecia aqui a parte saloia toda, estes merceeiros, estas mercearias pequeninas era…
E – Onde é que era?
M – O quê?
E – Essa mercearia?
M – Era em Carcavelos, onde é o Banco Espírito Santo agora. Sabe onde é que é o banco? Sabe onde é que é os correios? Os correios ficam à direita e o Espírito Santo fica do lado esquerdo. E tinha aquele prédio grande que era do Gonçalves, um prédio cor-de-rosa, à frente à esquerda, aí em baixo era armazém de mercearias…
E – Onde é agora o clube desportivo?
M – É pegado. Antes de chegar ao clube, um prédio grande quadrado que está ali, aí estava cheio de mercearias, era caixas de sabão, era massas, arroz, açúcar…tudo. E depois então vinham ali encomendar as encomendas e depois o Gonçalves não tinha camionete. Ia um macho grande e ia um cavalo, era um cavalo branco.
E – Isso era uma excepção, tinham mais que um cavalo…não era?
M – Era. o macho era com a carroça grande e o cavalo era com a carroça mais pequena. Distribuía mercearias por aí afora, pela Abóboda, para Trajouce, para Tires…ia tudo ali abastecer de mercearias. Azeite…
E – Aqui em S. Domingos de Rana, onde é que era a mercearia?
M – Era onde é a Barracuda, agora.
E – Ah! Era no mesmo sítio.
M – É…
E – E eu a pensar no Manata e nesses, não é?
M - No Manel…

E – E depois no Germano?
M – Não! Era o Sr. Manuel Moreira e era a Georgina e a Capitoa velha que morreu…
E – A tal que me falou…que era mulher de um capitão, não era?
M – Era, era!
E – Viúva!
M - Viúva! Era uma família muito grande mas era Capitão o sobrenome, não era de serem oficiais. Era o Chico Capitão, o Zé Capitão, era Filipe Capitão, era o Vasco Capitão, eram uns cinco ou seis…
E – Eram todos comerciantes?
M – Não! Uns eram pedreiros, eram quase todos pedreiros!
E - Mas pedreiro de tirar a pedra das pedreiras?
M – Pedreiros da construção de casas!

(Paragem junto à zona em São Domingos de Rana onde se situavam os moinhos, onde ainda está um olival e acabou de ser feito um arranjo com passeios em calçada de cimento, e relva, depois de ter sido demolido um último troço do muro da Quinta das Encostas).

M – Assim, como assim, tudo certinho umas com as outras (as oliveiras) isto era bom era para fazer um Centro de Saúde, um Hospital, uma coisa qualquer, andam para aí com tanta coisa, com tanta coisa…
E – Mas sabe que elas estão condenadas?
M – Pois, estão condenadas, isso um dia aparece aí um maluco deita tudo abaixo e faz aí um…
E – Ah! Mas isso já se sabe… Não lhe dizia que não é calcetada? Olhe para lá!
M – Isto é uma calçada de cimento.
E – Exacto. Então é assim, é uma alegria…Como S. Domingos de Rana pode servir para estas coisas…
(comentário a propósito de a calçada não ser em pedra, como está determinado pela Câmara)
M – Uma calçada bem feita!
E – Está bem. Tudo bem! Mas…
M – O jardim também está bonito…
E – Até hoje não era permitido fazer calçadas que não fossem em pedra!
M – Então fazem tudo… Estava tudo em molhos… E os homens andavam ali a deitar a terra e depois veio para aí uma camioneta também com as caixas, destas caixas assim que fazem vir a relva da calçada e em poucos dias fizeram isto tudo. E o jardim está-se a pôr bonito! Tem ali uma torneira de água, tem ali as mangueiras, isto é regado de vez em quando, as árvores estão aí, parece que plantadas há tanto tempo, tem alecrins, tem diversas coisas, esta aqui... parece uma oliveira, ou não sei o que é! Parece uma oliveira.
E – Olhe, não tem pena que tenham deitado o muro abaixo?
M – Tenho!…Olhe o muro chega até lá abaixo, as ruínas do muro até lá abaixo.
E – E portanto, depois ele continuava por além, onde se vê ao longe? (vista de continuação do muro da Quinta das Encostas para lá do acesso à auto-estrada).
M – Pois continuava, por ali acima…
E – É aquele?
M – Passava aqui rente à estrada, por ali abaixo, está ali em ruínas. Onde tinha ali a mulher, tinha ali umas galinhas ou o que é que foi…deitaram aquilo tudo abaixo, mas tem as fundações do muro, é tudo feito em pedra.
E – Este muro é relativamente recente, quer dizer não é daqueles muros muito antigos, pois não? Porque foi feito pelo Sr. D'Orey?
M – Tem cinquenta anos. Este muro tem cinquenta anos.
E – Este olival, a intenção era dar mesmo fruto, ou era só decorativo?
M – Eu nunca vi ninguém apanhar aí azeitonas! Mas tem muita azeitona, porque a gente passa aí e vê o chão está cheiinho de azeitonas. Se fossem aproveitadas ainda dava qualquer coisa. Há dias sonhei com azeitonas, andava a apanhar azeitonas, enchi dois baldes de azeitonas e depois, eu não podia levar as azeitonas nunca mais me aparecia ninguém para me levar as azeitonas, era uma aflição desgraçada…Tanta azeitona que eu apanhei…

(Muitos risos…)

E - E nunca mais me aparecia ninguém… E depois acordei, pronto! Acabou-se! Oh! pá, nunca vi tanta azeitona na minha vida, pretas… Tão bonitas…
E – Olhe, Sr. Madureira, vamos fazer assim, como já é um bocadinho tarde, vou voltar a levá-lo a casa! Quer ir comprar o pão?
M – Queria!
E – Onde é que é?
M – É lá em baixo…
E – No Germano?
M – Não, nos arcos…Naquela pastelaria nova, que abriu, uma pastelaria…
E – Então é ao pé de mim, em S. Miguel, ali em baixo…
M – É lá em baixo… dos arcos, daquele prédio dos arcos… À esquerda, é o último.
E – Está bem, já sei. Vamos até lá.
M – Está uma casa de hortaliças e frutas e a pastelaria e padaria…
E – Tá bom! E depois vamos fazer assim: numa próxima ocasião, é melhor então voltarmos para irmos à Rebelva. Não se importa, pois não?
M – Ver os poços, ver os poços que estão tapados…
E – Eu gostava que me contasse coisas sobre a Rebelva, porque sei que sabe muita coisa sobre a Rebelva.
M – Foi onde eu nasci no prédio que o meu pai mandou fazer. Um prédio?!...Um chalezito que ainda está lá em pé. Foi onde eu nasci, foi na Rebelva.
E – Na Rebelva, vamos ter é que andar um bocadinho a pé… não é?
M – É, a Rebelva, aquilo era uma aldeia, agora já está mais desenvolvida, é como S. Domingos. S. Domingos era abastecida com água do poço que agora enfiaram ao pé daqueles mamarrachos grandes e quando faltava a água no poço, íamos ali à mina do Zambujal, onde há os tanques das mulheres lavar a roupa. Agora as mulheres já tem tudo máquinas de lavar, já não querem saber daquilo para nada, mas ali é que a gente ia buscar água para beber, porque S. Domingos era meia dúzia de casas, era uma dúzia de casitas baixinhas, antigas. Agora parece que não há nenhuma velha, é tudo, ou grandes ou pequenas, é tudo…deitaram abaixo, fizeram casas novas, pronto!
E – Ainda há lá uma!
M – Parece que ainda lá há uma, olha ao pé da buzana, dos antigos donos daqui da quinta deste bairro aqui, não sei como é que se chama aquele bairro…
E – Do Mato! Chamava-se Quinta do Mato!
M - A Quinta do Mato era ali onde agora o…
E – Ali para diante, o colégio.
M – O colégio… Ali é que era a escola, mas era uma casa antiga. Tinha uma varanda, tinha duas salas, era uma das raparigas e outra dos rapazes
E – Depois vai-me contar isso com mais pormenores, está bem?
M – Está bem!

Continuação da entrevista, dia 30 de Outubro de 2007

(A propósito de pão e gastronomia)
E – Portanto, com o pão que fabricavam no forno, depois durante a semana faziam uma espécie de açorda?
M – Mas não era açorda, ficava bocadinhos de pão inteiros. Punham-lhe um dento de alho em cima, um bocadinho de azeite e água a ferver em cima. E depois abafava-se, deixava-se estar aí meia hora ou isso e depois comia-se…
E – Portanto, cortava-se em fatias finas?
M – Pois, cortava-se um bocadinho mais fino
E – E então um ensopado o que era? É isso?
M – É isso!
E – Não lhe chamavam açorda?

M – Não! Açorda era pão moído. Açorda, nunca gostei de açorda! Sopas de pão, assim com alho e um bocadinho de azeite e água a ferver em cima…
E – Não punham nenhuma erva?
M – Não!...às vezes… o que eu gosto muito é de hortelã! Daquele cheirinho a hortelã também é bom. Há pessoas que usam coentros, poejos…
E – E louro?
M – Louro, não! Tenho lá um loureiro, quase do tamanho desta árvore, dava quase uma camionete de louro. Um bocadinho de louro é só para por num comerzito, mas é só um bocadinho de louro… mais nada! O louro é venenoso, se for muito louro também é veneno.
E – A sério?
M – É! O louro é veneno! Se for verde ainda pior! A gente apanha aí um ramo de louro para acender o lume, apanho mesmo verde e em cima do lume aquilo parece que tem gasolina, tem uma força que é… a força, aquela química do loureiro com certeza que tem qualquer coisa que é venenoso!
E – O lume parece que explode!
M – É! Parece gasolina, até estala! Eu não sei, tenho ouvido dizer que é venenoso…
E – Mas nunca houve nenhuma história de alguém que ficasse envenenado com aquilo?
M – Não! Porque mete-se aquilo com regra!
E – Agora diga-me uma coisa: com que lenha ou como é que ateavam o fogo e com que lenha é que faziam os fornos para o pão?
M – Com que lenha a gente fazia os fornos? Olha, um molho de cardos, um molho de silvas, assim como eu fiz o meu…e via fazer. Mato, fazia-se assim metade de um ovo, não é? Assim abaulado fazia-se aquilo. E depois arranjava-se cacos e barro amassado, há sempre barro arrancado ali onde o meu pai fez a vacaria; foi ali arrancado na encosta. Com barro, com cacos ia-se enchendo, enchendo, aquilo até estar fechado. Íamos andando à volta, a gente arranjava mais desta telha portuguesa antiga assim em canudos, encaixava-se ali com um bocadinho de barro. Fechava-se. Quando aquilo estava fechado, no outro dia largava-se o fogo à lenha e aos papéis que estavam lá…
E – Fazia de molde, não era?
M – Era, fazia de molde. Depois aquilo caía, aquela lenha ardia, o forno ficava em pé. Olhe ainda lá está em pé. A senhora foi lá, viu…
E – Vi, pois com certeza. Estava a falar também da parte da cozedura do pão, portanto, para dar fogo ao forno, para cozer o pão, que lenha e com que é que ateavam o fogo?
M – A gente ia ali ao mato, apanhava aquela chama a gente carrascos, aquilo é sobreiro antigo, bravo, e aquilo dá umas voltas e apanhava-se ali um molhe de carrascos, punha-se uns papéis por baixo, largava-se o fogo aos papéis, os carrascos a bem dizer também arde bem…
E – E era fogo suficiente?
M - Era fogo suficiente, a gente punha mais uns cavacos. Enquanto o forno não ficar branquinho não *tá* quente! O forno começa a arder, a aquecer, fica tudo negro. Só fica branco…Quando tiver branquinho é que a gente pode meter o pão. Se o forno tiver escuro, preto…
E – Não vale a pena…
M - *Tá* morno, não tem força para cozer o pão. Tem que *tar* é branquinho.
E – Olhe, como é que chamavam àquela parte de baixo onde, uma espécie de chão… Onde punham o pão?
M – Lar, é o lar!
E – Não era solo? No Algarve chamavam-lhe solo!
M – Era feito com tijoleiras de barro, 40 por 40, talvez naquele tempo, e…
E – Isso é que é o lar?
M – Isso é que é o lar! Ficava ali…Depois punha-se um bocadinho de cinza antes…, Depois o pão punha-se um bocadinho de cinza em cima da tijoleira, depois punha-se um vasculho, chama-lhe a gente um vasculho que é um trapo molhado em água, dava-se uma varridela ao lar do pão e depois então punha-se…
E – O rodo servia para quê?
M – O rodo era para puxar as brasas para o lado ou cá para fora. Depois a gente não deixava as brasas todas dentro senão o pão…
E – E puxavam-nas para a boca do forno ou tiravam-nas fora?

M – Algumas era para a boca, deixamos um bocadinho na boca do forno e depois tínhamos… O meu tem lá uma cozinha por baixo… A gente puxava as brasas para o chão, depois puxava-as para dentro com o rodo para a gente não queimar os pés …Aquela é que é a brasa… Para a gente não se queimar… Mas quando… Geralmente a gente deixava assim uma faixazinha assim uma travessa à porta do forno. Para não entrar…portanto…ar!
E – Tapavam a boca?
M – Tapávamos! Tínhamos uma chapa com uma porta de folha, a minha *tá* lá…Ainda *tá* lá…Porque se fosse de madeira começava a arder…
E – Que aquilo atinge uma temperatura…Não é?
M – Ah! Pois não…!
E – Bem! Então vou levá-lo a casa, senão esta conversa nunca mais acabava, da próxima vez vamos à Rebelva, pode ser?
M – *Tá* bem! Vamos onde quiser…Vamos a Sassoeiros há ali um poço que também…Em Carcavelos também há outro poço que também está desactualizado que é…
E – Ainda se veêm os poços?
M – Não! O do Arneiro *tá* …Agora ali o de Carcavelos parece que tem uma tampa…Uma tampa rente ao chão, é mesmo atrás da igreja. Quando o pessoal de Carcavelos… Porque há oitenta anos Carcavelos era três ou quatro casas está a perceber? Agora é uma cidade…Toda a gente se ia abastecer àquele poço. Mas agora têm ali a bica, ainda está lá hoje, ainda existe…E quiseram tirar a bica para por lá o chafariz, puseram lá um chafariz na Rebelva, mas tocou o sino a rebate e o povo não deixou tirar a bica!
E – De Carcavelos?
M – Carcavelos! É uma coisa que tem…Quem sabe os anos que aquilo tem? Toda a gente…
E – Está sempre a correr?
M - Está sempre a correr, noite e dia. Água boa, água…Não é água imprópria para consumo, não!
E – É uma coisa extraordinária, não é?
M – Aquilo vem lá da Quinta das Rosas…Quinta das Rosas, aquilo há muita água…
E – Pronto! E então da próxima vez, vamos dar uma espreitadela, está bem?
M – *Tá* bem! Muito obrigado…
E – Obrigado eu!
M – Desculpe pela maçada…
E – Eu é que peço desculpa…
M – Olhe…digo aquilo que sei…
E – Mas olhe que é absolutamente precioso! Porque são coisas que já não há! Já nem há quem as conheça, está a ouvir?

Volta de carro, no dia seguinte até à Rebelva, com uma conversa sobre a vinda inicial do pai do Sr. Madureira para Lisboa, no princípio do século XX.

(Ainda junto à casa do Sr. Madureira, no Casal dos Grilos)
M - E assim estas terras que eles cultivavam, é cimento armado, é tijolos, prédios, não pensam em mais nada. Querem a vida assim, olhe…! O ano passado só estava ali uma casa, agora…tá ali mais 20 ou 30…sei lá!
E – E aquilo ainda é uma urbanização…
M – Aquilo é urbanizado…
E – Porque antigamente nem urbanização havia!
M – E aqui também não! Este bairro aqui o que tá urbanizado é a minha casa! Foi feita com projecto! O resto, o resto é tudo à conta, nem o meu filho, nem a minha filha, nem ali o Robalo, o doutor, isto tudo que a gente vê aqui, estas casinhas todas era a nossa terra da Fontainha, era tudo feito à multa…
E – Como é que se chamava esta terra?
M – Fontaínha!
E – E porquê?
M – Fontaínha porque o meu pai começou a chamar-lhe a Fontaínha!
E – Mas tem a ver com fonte, não?

M – Não! A Fontaínha era quando corria ali a água do ribeiro e tinha aquelas bicas ali e o meu pai chamava-lhe ali as Fontaínhas e baptizou isto as Fontaínhas, mais nada!
E – As tais pedras que eu não consegui ver!
M – Pois não! Agora talvez visse algumas, isto está mais seco…
E – Pois não sei…há bocadinho estava-me a dizer que o seu pai veio para cá com 18 anos em 1908
M – Foi.
E – E veio da Beira não é?
M – Veio do lugar de Vinhais, freguesia Fregil, concelho de Resende e distrito de Viseu.
E – E o senhor voltou lá, ou …
M – Fui! Fui lá com o meu pai. O meu pai dizia que não queria morrer sem me mostrar a terra dele.
E – E o que é que achou?
M – Olhe… A terra… Ruínas… Casas com séculos que a gente nem sabe os séculos que aquilo tem…
E – E sabe porque é que o seu pai veio para cá?
M – Olhe… Por causa da vida… Ganhava dois ou três tostões por dia, lá… Não! Ganhava menos! Porque ali ao pé da Cartaxeira, o meu pai foi lá por conta do mestre João Rebola, que já faleceu também, o meu pai foi lá ganhar um cruzado… Eram quatro tostões e o meu pai ficava todo contente, um cruzado…Lá na terra ganhavam um tostão ou dois… E não havia trabalho… E pediu dinheiro a um tio dele, chamado tio Agostinho, que era encarregado ali no Poço do Bispo, nos armazéns de vinho, que havia antigamente… Não sei se já há agora… Senão! Esse tio Agostinho é que lhe emprestou uma libra para vir da terra dele para Lisboa. E depois o meu pai arranjou trabalho e ao fim de uns meses conseguia forrar cinco tostões por semana, que uma libra era quatro e quinhentos, forrava cinco tostões por semana para pagar ao to Agostinho que lhe tinha emprestado a libra para a passagem do Porto, …Do Porto para Lisboa.
E – Ele depois cá, tornou-se rendeiro, conforme me estava a explicar há bocadinho, que aquelas duas terras que era uma do Seminário outra do Zé Ferrador, estavam arrendadas, portanto o seu pai também arrendou terras aqui?
M – Não, o meu pai nunca arrendou aqui terras nenhumas, tinha o casal chegava, e…
E – Portanto… Ele comprou as terras?
M – O meu pai?
M – Comprou o casal dos Grilos.
E – Os tais quarenta mil metros?
M – Pois! Eram quatro hectares que chegava lá acima à feira…E depois comprou mais tarde…Ali… Deviam ser cinquenta, mais ou menos… Comprou essa terra…
E – A tal que foi depois urbanizada clandestinamente?
M – Pois!
E – Que ele foi vendendo, em lotes?
M – Ele é que fez as ruas, ele não deu estradas, deu serventias! E quem as comprasse e quem fizesse as casas que arranjasse rua, porque esta já foi alargada, a gente já deu um metro, ali está um teimosos que não quer largar um metro, *tá* ali encrencado se um dia a câmara meter ali a máquina e vai por ali abaixo e pronto! Aquilo está ali um nojo, aquela rua não presta para nada. Um carro que queira ir pra baixo e outro para cima o outro tem que encostar lá…Muitos já recuaram, mas aquele não quer recuar!
E – E fica sem visibilidade.
M - Tem vinte metros de fundo, dezanove metros, um metro tem alguma importância?
E – Pois, mas a rua é que fica sem visibilidade, para manobra!
M – É! Agora está!
E – Tendo o seu pai vindo para cá em 1908, e depois tendo comprado esta terra, qual é a sua ligação à Rebelva?
M - Nasci lá e o meu pai fez lá uma casa, ainda está lá feita…
E – Antes de comprar aqui e de fazer esta?
M – Fez lá uma casa e depois vendeu-a ao Sr. João Pais e a vacaria está lá feita, agora é uma oficina qualquer… E depois aquilo, fez ali o chalezinho onde eu nasci, ainda lá está… era vivenda Maria Esmeralda que era o nome da minha irmã, mas depois o meu pai vendeu aquilo, o Sr. João Pais tinha uma filha chamada Maria Augusta, é o que está lá vivenda Maria Augusta, lá nessa casinha. Um primeiro andar, um chalezinho.
E – Portanto isso foi mais ou menos por que altura e até que ano é que viveu lá?

M – Quem?
E – O senhor, portanto nasceu lá e depois veio para aqui em que ano? Não se lembra?
M – Vim para aqui com um ano…
E – Ah! Então foi logo a seguir…
M – O meu pai vendeu aquilo e depois aqui, fez aqui a vacaria onde tinha aqui o gado, fez ali uma casa em madeira, mandou fazer ali o forno e era metade para o meu pai e era metade para o meu tio, o irmão do meu pai, o meu tio Alípio, já faleceu também… Já foi tudo embora. E depois ali, dali é que a gente começou a germinar o Casal dos Grilos.
E – Exacto. Então agora vamos até à Rebelva, está bem?
M – Vamos!
E – Pronto!

(viagem de carro)
Já na Rebelva, frente à fonte de S. João:

E - Portanto, nesta zona onde é a escola, o jardim infantil e a escola primária, era uma horta ao lado do chafariz de S. João?
M - Era, era…
E – E mais uma zona de vacarias, não era, ali mais à frente?
M – Era. Era ali à frente…
E – Mas tinha vacarias de pedra e cal?
M – Pois… era casas fabricadas… tinha lá algumas sessenta vacas ou setenta, esse Sr. Rocha e antes do Rocha teve lá o tio Alberto também. E depois…nos anos quarenta não sei se ouviu falar no doutor Marques da Mata, era subdelegado de saúde…
E – Sim, fez uma urbanização na Parede!
M – Na Parede e aqui na quinta das vacas mandou fazer ali uma litreira que era pr'ás moscas…mandou fazer a litreira que era uma coisa quadrada…Parecia um tanque e depois faziam uma caleira por cima da parede da litreira e punha ali um líquido qualquer dentro dessa caleira que era para matar as moscas todas! Até vinha no jornal… "Agora o Mata as mata todas", até vinha o Dr. Mata a apertar uma mosca pelo pescoço...ah!ah!ah!..
E – Isso resultava?
M – Resultava nada, ainda criava mais moscas! Aquilo afermentava ali dentro, oh! Pá! Aquilo dava alguma coisa?
E – Então o problemas das vacarias eram as moscas?
M – Era! As moscas, olha, tínhamos que aguentar! E mais nada! A gente lá no Casal dos Grilos, tínhamos lá tantos gado, a gente juntava lá estrume, numa litreira de estrume, depois no tempo de estrumar as terras vinha os carros de bois, carregava aquilo, fazia um monte ali um monte acolá, depois a gente espalhava aquilo com uma forquilhas para carregar fora, depois vinha os homens a lavrar com os bois, lavravam a terra ficava o estrume enterrado na terra e assim ficava a terra tratada com o estrume, não havia cá químicas, não havia cá nada… Agora… Ainda há bocado vi na televisão a andar a lavrar não sei quê, coisas da criação, estrume das galinhas, ou o que era! Era uma epidemia de moscas que as pessoas, as pessoas não podem abrir as portas que é só milhões de moscas. Por causa daqueles excrementos… Ponham lá uma química qualquer ou lavrem a terra, tapem aquilo com terra, pronto! Está ali aquilo aos bichos, já se sabe…
E – Então hoje não há o equilíbrio que havia antigamente, não é?
M – Pois não! A gente punha o estrume na terra, vinha os bois, lavravam a terra, o estrume ficava enterrado debaixo da terra.
E – Deixava de criar moscas?
M – Não havia lá moscas nenhumas, era…Muita gente tinha medo das moscas, mas agora há moscas em todo… ainda há bocado fui comprar o pão, estava uma mosca parece que me acompanhou do principio ao fim. Era nos braços, é nos olhos, é no nariz…Raios ta partam tanta mosca!
E – É verdade! Os lavadouros! (junto aos lavadouros públicos da Rebelva).
M – Isto é o tribunal, é o tribunal da Rebelva, as mulheres aqui é que fazem…Enterram os vivos, enterram os mortos… Ah!ah!ah!...
E – E cantavam enquanto lavavam, ou não? Além de dizerem mal?

M – Diziam mal umas das outras, o meu marido é assim, o meu marido é assado, a minha filha faz assim, a minha faz… É pá! Havia ali com cada discussão! Baptizaram isto de tribunal! Era o S. João, é ali ao cantinho. Está a ver o chafariz que fizeram novo? Foi aquele! (apontando o chafariz dos anos de 1950).
E – Ah! *Tá* bem! Portanto o chafariz antigo era mais para baixo?
M – Era ali… Defronte do Grémio, havia ali uma cercadura, fazia assim… Uma cercadura aí com 12 metros…6 de raio vá lá! Era…Não tenho lápis, senão fazia mais ou menos o desenho daquilo. Era…Fazia assim um ondulado e no meio desse círculo puseram um marco e tinha uma carreira. Uma carreira daquelas de pistão, lembra-se? Que a gente carregava no pistão e vinha a água. Depois veio esta coisa… Tiraram então o chafariz dali e fizeram aquele ali. Não sei se aquele ainda funciona, se não!
E – Olhe, o que é que se recorda deste chafariz, desta fonte, do S. João?
M – Toda a vida, mas isto não era nada assim! O S. João desapareceu há dois anos, a imagem tão bonita que estava ali, com um cordeirinho e com uma varinha cromada tão bonita…foi uma imagem tão bonita, veio um curioso partiu tudo, desapareceu e nem nunca mais se viu o S. João, nem perna nem braço, nem nada. Agora puseram pr'áli um, uma imagem, mais ou menos parecida mas é muito longe do que era. Havia ali a mina, dava água à malta da Rebelva, não havia cá chafarizes, não havia cá água canalizada naquele tempo! Era aqui, era ali o cantinho do S. João e era a mina ali acima de Rana que também dava água aqui para a Rebelva e dava água para Rana, porque Rana e Rebelva era três ou quatro casas. Isto é tudo moderno. Isto há vinte anos não havia casas nenhumas! Aquela casa que está ali, alta, aquilo era um rés-do-chão, agora está ali um segundo andar, ou o que é aquilo! Oh! Pá! Modificam tudo…
E – Estas aqui são mais antigas.
M – Não…
E – Estas são dos anos oitenta, não? Eu lembro-me destas serem dos anos oitenta.
M – Talvez tenham vinte anos, mais ou menos. Vinte e tal!
E – Mas só há vinte anos é que começaram a construir aqui, não é? Pelo menos foi isso que eu vi! Mesmo aqueles prédios ali também são da mesma altura! Aqueles! (as "torres" da Rebelva).
M – Pois é! Aquilo é tudo moderno! Aquela urbanização…E ali a Quinta da Alagoa…já foi ali à Quinta da Alagoa?
E – Já…
M – Aquilo é tudo moderno. Já viu a lagoa, lá?
E – Sim!
M – A lagoa, havia lá milhares, milhões de tartarugas! Pequeninas! Agora limparam aquilo tudo, não sei quem pôs tanta tartaruga! Tartarugas pequenininhas!
E – Mas já não há?
M – Não! Havia lá um peixe, um peixezinho assim encarnado…um pimpão! Também desapareceu o peixe. Aquilo também, a seca também tem sido muito grande. Não sei se é…
E – Mas aquela lagoa já existia antigamente?
M – Aquilo saía lá abaixo pr'ó ribeiro e quando era de Inverno saía ali ao pé da ponte! Ali quem vai aqui pela estrada abaixo, há ali uma ponte e havia ali uma barraca que era dos Capiranas, ali…Parecia uma casa de ciganos…Era os Capiranas que moravam ali e a água vinha…Porque a lagoa era muita água, porque aquilo o poço da Quinta da Alagoa onde o D. Vasco morava, aquilo dava água pró prédio e dava água pr'ós pomares e dava água pr'á a vinha e dava água pr'á tudo! E a que sobrava saía ali…a boca ainda lá há-de tar e com certeza, e quando vier, oxalá que não venha pra aí uma tromba de água pra ver como ela sai lá!
E – Quer ver o…
M – O S. João?
E – Sim!
M – Hoje?
E – Ou não vale a pena?
M – Vamos lá ver o S. João!
E – Quer atravessar? Então vamos lá!
M – Mas isto está fechado! Está fechado! (a fonte está rodeada por um gradeamento fechado).
E – Tem lá uma imagem! Tem lá uma imagem!

M – Tem, é outro S. João que compraram! A Junta de Freguesia comprou, puseram ali um S. João novo, mas não é nada parecido com o S. João! Um curioso partiu a imagem antiga, estava ali há tanto ano, oh! Pá!...
E – Então aquilo que ali está é que é a mina? (no ângulo que o conjunto forma).
M – Ali é que é a mina! Então aquela água, a gente bebia aquela água dali e agora talvez se possa beber porque antigamente era tudo com fossas, está a perceber? Estes prédios antigos é tudo com fossas, mas agora está tudo ligado à rede de esgoto e a água deixou de ser…
E – É capaz de já ser boa…Se ainda houver água…
M – Há água que está lá a bomba!
E – Mas aquilo não é só para fazer vista?
M – Isso agora é verdade…
E – Pois a mina está tapada, está fechada. A mina está fechada.
M – E estes prédios aqui, estes mamarrachos a fazer o quê?
E – Mesmo em cima da fonte, parece impossível! Como é que isto é possível?
M – É tudo à ganância do dinheiro pá!… Ai Jesus…
E – Parece que não há mais nada a não ser o dinheiro, não é?
M – Eh! Pá! Era aqui…Ali a lâmpada…
E – O que é que aconteceu em 48?
M – Foi a inauguração da luz lá para S. Domingos, porque chegava ali uma lâmpada só à Rebelva… Da Rebelva… Porque havia ali a moagem em Carcavelos e tinha uma cabine e essa cabine alimentava a energia para a fábrica e a energia para a Rebelva, mas para S. Domingos não tinha força…Eh!eh!eh!... depois veio essa coisa da modernização e ampliação de linhas, agora chega até Sintra, chega a todo o lado.
E – Mas naquela altura não era assim?
M – Não! Era petróleo! A gente tinha fogões a petróleo de dar à bomba, oh! Pá! A gente passamos…
E – Para cozinhar era preciso…
M – E comprávamos carvão se sobro, lá na Capitoa, chamava-lhe a gente a Capitoa, e comprávamos-lhe bolas, feitas com grés e como o cisco do carvão, e era o Augusto que fazia aquilo, amassava aquilo e tinha uma forma, uma argola, tinha uma forma e tinha uma palmatória, tumba…Fazia aquilo, batia, fazia uma bola. E depois punha ali maços, uma dúzia delas, depois outro maço, outro maço…E depois havia a Capitoa e olha: "quero uma dúzia de bolas e quero um quilo de carvão." A gente punha o carvão, os feijões a cozer de manhã para estarem cozidos à noite…Eh!eh!eh!...
E – Passavam o dia de roda do lume, não era?
M – Porque o que dava muito calor era aquelas bolas. O carvão aquecia as bolas, porque o cisco, aquelas bolas, aguentavam muito calor…
E – E eram mais caras?
M – Não! Eram baratas, aquilo era um tostão, aquilo…Era feito com gresa…Era feita com terra, era ali onde faziam a feira antiga, ali à beirinha do caminho, ainda *tá* os socalcos onde se arrancava aquela gresa…era barato…
E – Diga-me uma coisa, ali o casal de S. António , quem é que vivia ali, qual é a história daquilo?
M – Onde?
E – Lembra-se? Ali, aquela casa que está em ruínas.
M – Olha, não sei! Não sei de quem era aquilo…Olhe, agora espere aí que a casa está ali em ruínas…ali era o João Pescadinha. Era o João…
E – Era uma família conhecida?
M – Era! Tinha ali vacas também, era o João Pescadinha, tinha vacas, era o Anastácio tinha vacas, o Abel tinha vacas, o João Alberto tinha vacas, o Sr. Américo tinha vacas, era tudo uma carrada…
E – Na Rebelva eram as vacas que prevaleciam?
M – Era! Era a terra mais favorecida com os animais, era aqui. Tinham uma grande quantidade de animais, o Abel também tinha…Era o irmão, o tio Alberto também tinha…O Sr. Américo fez uma vacaria grande, agora está alugada à Companhia dos Telefones, ali em baixo…
E – Mas aqui também havia comércio, ou não?
M – Não! O comércio que havia…Havia ali uma taberna que era a taberna do Manel, já morreu, olha no prédio ao lado, havia ali o grémio, o grémio também se calhar vai sair…O Zé Ferrador mandou pôr ali um telhado novo.

E – Mas o grémio era… Começou já como grémio ou era uma vacaria antigamente?
M – Não, aquilo era um celeiro, era o celeiro do Zé Ferrador. Quando o…
E – …Ele alugava?
M – Não! Não! Aquilo era mesmo dele.
E – Está bem, era dele, mas alugava-o para porem lá o cereal ou não?
M – Para pôr o cereal, mas era só o dele! Os outros iam lá pôr no Lameiro, tá lá um celeiro.
E – O Lameiro é que era alugado?
M – Era. O Zé Ferrador era só o trigo da colheita dele. Era muito trigo, era muito trigo…
E – E onde é que era a eira, aqui nesta zona?
M – A eira era ali em baixo, lá de cima daquela rampa desce-se; é lá a eira, em baixo.
E – Ao pé da ribeira?
M – Da parte de lá da ribeira é que era a eira do Zé Ferrador. Do Zé Ferrador e diversos seareiros, uns tinham uma carrada de trigo, outros tinham duas, outros tinham meia, e depois as debulhadoras cada qual debulhava a sua maquia, não é? Por exemplo a do Zé Ferrador era sempre a maior, depois tinha outros que tinham menos, uns tinham dois sacos de trigo, outros tinham um saco, outros tinham cinco, era conforme…
E – Iam todos à mesma eira, à mesma zona e à mesma debulhadora?
M – À mesma debulhadora! As debulhadoras eram muito perfeitas naquele tempo! Punha-se…Saía o trigo limpinho para aquele lado, tinham uma boquilhazinha ao lado onde saía a limpadura, as impurezas do trigo saíam todas à parte. Chamava-lhe a gente a limpadura que era depois para dar aos pintos, às galinhas, não é? Aquilo ali…Saía, saía tudo limpinho! Depois tinha o enfardadeiro que era mais abaixo, era um homem com uma forquilha a pôr a palha para cima da enfardadeira para sair…A última etapa era a enfardadeira. A enfardadeira…
E – Era uma máquina à parte?
M – Não! Era ligada à mesma debulhadora.
E – E a debulhadora funcionava a quê, a vapor no início ou já…?
M – Ao princípio era uma caldeira a vapor, olha o Mário, coitadinho, andava sempre aqui a acarretar com uma pipa, a acarretar água para a caldeira da debulhadora porque a debulhadora a vapor gastava muita água. Era como a caldeira dum comboio! E depois ele andava todo o dia, desde manhã até à noite a acarretar com uma pipa de água ali pr'á debulhadora. E depois a debulhadora começou a dar mais independência e depois vieram os tractores. Vieram os tractores com uma…
E – A diesel?
M – Tractores a óleo! Pois era essa! O tractor fazia andar a debulhadora de toda a maneira, aquilo tinha uma força bruta. E depois a caldeira ali da Torre d' Aguilha: eram precisos seis bois para levar a caldeira lá para cima! Aquilo era só ferro! Era muito pesada, aquilo pesava umas poucas toneladas, eram seis bois sempre a puxar aquilo, para levar aquela rampa da Torre d' Aguilha. Mas ainda lá está a rampa. Mas ali era a eira do Bernardo ferrador, era do Constantino da Abóboda, era ali de muitos ceareiros ali daquele lado! Agora daqui era mais o Zé Ferrador, aqui esta eira era um molho de trigo, chamava a gente o salmegeiro, do tamanho daquele prédio, cheio, cheio de molhos de trigo…metia respeito. O meu pai dizia assim: isto se algum dia com uma fagulha de lume, é o fim do mundo aqui.
E – Mas o trigo estava empilhado sem protecção?
M – Sem protecção podia não ser, não sei se o Zé Ferrador tinha seguro ou não…Mas parece-me que o Zé Ferrador tinha o trigo no seguro, algum incêndio ou uma coisa qualquer, até …
E – Mas estava ao ar livre antes de ser debulhado?
M – Estava ao ar livre, pois!
E – Lá na zona que é em baixo junto à ribeira?
M – A eira era lá em baixo.
E – Sim…
M – Entrava-se ali à direita e ali em cima
E – Depois da sociedade, não é?
M – Pois, aí a trezentos metros daqui da estrada lá para cima, ali é que era a eira do Zé Ferrador. Aquilo era uma coisa enorme, pronto!
E – E ele depois guardava aqui o trigo, onde é agora o grémio?
M – E depois vinha as cooperativas e ele vendia às cooperativas, ou ao Estado, ou…
E – Mas ele também comprava o trigo dos outros, ou não?

M – Não, guardava trigo de uns anos para os outros, guardava o trigo, um moio.
E – Aquilo era uma espécie de bolsa, valia mais, valia menos, não é?
M – Ficava ali com quatro ou cinco sacos de trigo para semear e o resto vendia tudo para o Estado.
E – Pronto! Então vamos mais adiante…

(No largo da Rebelva:)

M – (Aqui) umas barracas vendiam peixe.
E – Ah! Sim, sim, já não estão lá, pois é!
M – Ali era o chafariz, onde vem aquele gajo a atravessar a estrada, era o chafariz, era um sítio…Era um sítio aí com três, três metros…
E – E tinha essa bica no meio?
M – E tinha então o marco ao meio que era a bica! Tinha lá uma fotografia, tirada com uma rapariga que era filha do tio Alberto, que também era Maria da Luz, por acaso. Tenho ali uma fotografia tirada com ela, não sei o que é feito dessa fotografia…
E – Há-de ver onde tem essas fotografias para eu ver!
M – É verdade, está ali…
E – Veja se se lembra!
M – Não sei, tenho uma gaveta que tem lá mais de mil, sei lá…
E – Ah! Então tem manancial…. Desculpe lá, então em 52 também nevou aqui, é assim?
M – É! Em 52, lá na minha casa ficou com meio metro em cima da beira do telhado.
E – Então nevou no país todo?
M – Foi aqui nesta área, eh! Pá! Tanta neve…
E – É que no Algarve também…
M – Apanhou tudo aqui… Até hoje nunca mais foi…Em 45 caiu neve, mas foi…Também caiu muita, mas como em 52, não! Não me lembra de ver tanta neve!

(Junto aos lavadouros de novo:)

E – Então cá está o tribunal, não é? Agora não está cá ninguém…
M – Tudo usa máquina de lavar, pronto!
E – Mas ainda temos aqui as pedras gastas da lavagem da roupa.
M – É!
E – Onde é que era o recinto? (das festas de S.João)
M – O recinto é onde está aqui este carro cinzento, era aqui
E – Então o recinto era aqui a seguir aos tanques
M – Pois, o coreto era aqui encostado e o recinto era aqui, era onde estão estes carros…
E – O recinto era pequeno?
M – Tinha aí uns dezasseis anos… Aqui era macadame e a gente, os rapazes, juntávamos uma carrada ou duas de cardos secos, punha-os aqui no meio da estrada, vinha um carro de duas em duas horas…Aparecia um mas era muito raro aparecer… Estava aqui a fogueira a arder, eh! Pá! Formou-se uma trovoada tão grande, quando aquilo estava a arder, era relâmpagos de Cascais era relâmpagos de Lisboa, aquilo tudo a arder, começa a chover, a gente daqui para S. Domingos não havia casas nenhumas, a água entrava por aqui…
E – Então estragou-se a festa de S. João?
M – Depois a trovoada passou, a gente mudamos de roupa e foi até ao nascer o sol, na festa de S. João, foi nas vésperas de S. João! Eh pá!
E – Então faziam fogueira e depois saltavam a fogueira, o que é que faziam?
M – Faziam a fogueira, pois aqui…
E – E os bailes eram com que instrumento? A música?
M – A música era com violinos, era com viola, era com saxofones, era com clarinete, era daquelas…
E – Mas também havia acordeões, ou não?
M – Não, não! Era só…Era o jazz, clarinetes, saxofones, violas, violinos, diversos instrumentos…Pífaros, flautas…
E – E havia feira como hoje?

M – Não, não! E depois faziam assim…Como fazem agora, todos os anos, aí…Umas barracas a vender quinquilharias, canecas de barro e assim bonecos…Havia e há…Mas não é nada tão animado como naquele tempo…
E – Era nesse tempo que se arranjavam os namoros?
M – Oh!... Os namoros arranjava-se em qualquer altura…Ah!ah!ah!...
E – Mas também havia aquele regime das mães atrás das meninas ou não?
M – Ah! Isso havia! A gente tinha que ir sempre à frente, pr causa de algum beijinho…As velhotas sempre à frente, oh pá! Parece que estou a ver…
E – Mas aqui neste recinto, havia um sítio onde as mães se sentavam, ou não?
M – Não! Era tudo junto. As mães com as filhas, não havia cá marcação de lugares!
E – Mas estavam todos de pé?
M – Não! Assentados, tinham umas tábuas assim em volta do recinto, umas tábuas dessas de andaime, seguras, não é? Toda a gente se assentava ali…
E – Dançavam até às tantas?
M – Até às duas horas, era quase sempre!
E – Era a festa mais importante daqui dos arredores, ou não?
M – Era! Era porque o S. João… A marcha à fonte, de manhã quando o sol estava a nascer é que era a marcha à fonte. A música a tocar e os pares de namorados, namorados e sem ser namorados, vinha tudo aqui à fonte de S. João comprar manjericos…havia um senhor conhecido…trazia para ali muitos vasos, pequeninos, com manjericos. A gente comprava um manjerico, custava 10 tostões ou cinco tostões e ficava todos contentes…
E – Isso era de manhã cedo, na manhã de S. João?
M – Pois! Na manhã de S. João! Não era no S. João, no dia de S. João já não havia…A marcha, a marcha à fonte era na véspera de S. João! De 23 para 24!
E – Mas não me estava a dizer que era de madrugada ou de manhã cedo?
M – Não, não! Era de manhã cedo sim, mas era a marcha à fonte era às 4, 5 horas quando o sol estava quase a nascer é que havia essa marcha! A marcha à fonte! Chamava a gente a marcha à fonte! Era a sociedade ali em baixo, onde é que é a barracuda, a barracuda!?...A Cabana Velha, não há ali um restaurante? Ali é que era a sociedade! Ali é que era a sociedade! Aquilo era do Zé Ferrador! E depois vinha a música a tocar até aqui…
E – Uma espécie de procissão?
M – Pois! Mas era uma procissão dali para aqui. Agora, depois mais tarde fizeram então ali uma sociedade nova, ali daquele lado. Foi o Sr João Horto que comprou o casal, esse casal aqui do lado direito até S. Domingos e aqueles prédios todos dali do lado esquerdo, comprou aquele casal por 25 contos. Milhares e milhares de metros quadrados! O terreno que ele vendeu mais tarde, naquele tempo, foi a 9 escudos o metro. É verdade! E agora o resto dos prédios que têm feito, aqueles prédios onde é a Caixa, onde é a Caixa e os outros todos encostados foram vendidos a 250 contos cada prédio com quintal e tudo. Quintal e prédio 250 contos, está a ver como é a vida?
E – É verdade!
M – É!
E – Como as coisas mudam!
M – Como as coisas mudam, 250 contos é hoje um lotezinho de terreno…
E – Já não há nada por 250.
M – Olhe, lá ao pé de mim, vendeu-se um lote por 4 500 contos, que aquilo não presta para nada!
E – 4 500 contos, também é muito barato!
M – 4 500 contos aquele lote! 400 metros! Mas não tem…
E – Foi barato!
M – Mas para o sítio que é, você já viu?
E – Olhe, quer ir para baixo? Ainda? Ou já está cansado e quer ir embora? (para ver a casa onde nasceu).
M – Bem, para mim é como a senhora quiser!
E – Olhe então espere, voltamos ao carro e vamos de carro até lá abaixo!
M – *Tá* bem!
E – Aquele pátio era também do Zé Ferrador? Ele tinha aquilo alugado?
M – Tinha! Era chamado o pátio da Rata. A Rata já morreu há muito ano…

E – Pátio do…?
M – Da Rata, a mulher era alcunhada pela Rata e ainda hoje é o pátio da Rata. Onde é aqui o pátio do Zé Ferrador? Eu sei lá onde é o pátio do Zé Ferrador…! Olha, o pátio da Rata é ali!

(Na Rebelva, junto à casa onde nasceu o Sr. Madureira)

M – Olha, a maior poluição é estes que passam aqui ao pé da gente!
E – Estava a dizer que naquela época também havia poluição por causa de haver aqui tanta vaca! E portanto pareceu-me que a própria água estaria inquinada! É assim?
M – É! Acho que sim, ali aquela fonte de S. João, muitos anos, aquela água não prestou. Aquela água estava inquinada! Havia fossas ali por todo o lado!
E – E eram as fossas dos bairros?
M – Dos bairros…
E – Domésticas…
M – Pois…
E – Mas no tempo das vacas, também havia alguma poluição, não é?
M – Havia, mas não era isso que dava cabo das águas…ah! Isso!...A limpeza do estrume dos animais é muito diferente dos esgotos domésticos, mas é o veneno que passa aqui nas casas, para baixo e para cima de noite e dia…
E – Mas essa sua casa que estávamos aqui a ver, é realmente muito engraçada e mesmo típica do princípio do século.
M – *Tá* a ver?
E – Vivenda Maria Augusta, mas isto já foi um nome posto pelas pessoas que vieram depois!
M – O João Pais a quem o meu pai vendeu tinha uma filha chamada Maria Augusta, ele já era viúvo e o meu pai vendeu… Isto era vivenda Maria Esmeralda, mas depois o meu pai vendeu e ele tinha uma filha Maria Augusta, pôs Maria Augusta.
E – Aquilo que para mim passavam por anexos ao lado da casa, afinal eram as vacarias porque nessa época também. Tinham, portanto, animais, e era disso que viviam?
M – É! Vendia-se leite. Olhe no tempo da pneumónica…
E – Que ano é a pneumónica que eu nunca percebi?
M – É de 14 a 18.
E – Quando acabou a guerra?
M – Quando acabou a guerra de 14 a 18! O meu pai vendia leite em Carcavelos, leite que havia ali das Correolas, da quinta da D. Carlota… Havia…
E – Não é a Quinta do Lameiro, não?
M – Não! A Quinta da Lameiro é aqui já, aqui à direita!
E – E essa, essa qual é?
M - Chama a gente as Correolas é da parte de baixo onde era o…As Marianas…
E – Sim…
M - Era da parte de baixo da linha… Era da D. Carlota, do senhor almirante Matos Moreira.
E – Os Matos Moreira do cemitério…
M – Pois! é que eram os donos daquilo. O senhor almirante já estava reformado, ainda tentou fazer fama… Uma pedreira a arrancar pedras…
E – Naquela zona?
M – Sim. Em baixo, para se entreter a arrancar pedras e a britar pedras…Ele não precisava daquilo, mas… Gostava. Depois pôs lá umas capoeiras com muita galinha, galinhas brancas, dessas minorcas, chama a gente galinhas minorcas… E depois… Fez para ali trinta por uma linha… Coitadito, para fazer… Para passar o tempo! Pronto!
E – Mas começou a falar nisso a propósito das vacas…
M – O meu pai também teve lá vacas!
E – Lá, nas Correolas?
M – Pois…Depois o meu pai vinha vender leite, nesse tempo da pneumónica e estava muitas famílias na cama com essa doença e o meu pai conhecia as famílias, entrava, abria a porta e deixava meio litro de leite ou um litro e ia ao quarto ver se eles estavam mortos ou vivos. Porque aquela gente…A pneumónica…

E – Matou muita gente…
M – Matou muita gente… Aquilo dava-lhe aquela coisa, era logo sepultados… Não estavam como agora 24 horas para ser sepultados. E puseram esta coisa das 24 horas depois da pneumónica, porque quando foram levantar as ossadas, as ossadas estavam viradas ao contrário dentro…dos caixões… as pessoas acordavam, faltava-lhes o ar, morriam ou viradas ao contrário outras de lado… Depois o estado começou a vir… As pessoas eram enterradas vivas e depois acordavam… Acordavam coitadinhas, morriam com falta de ar, não é? e depois foi essa lei de deixar as pessoas 24 horas ou seja em casos de muita gravidade sejam logo sepultadas, mas…
E – Foi a partir daí?
M – Foi a partir daí, de 18 para cá é que foi implantada a lei das 24 horas. Porque muitos corpos foram levantados e estavam virados ao contrário!
E – Devem ter sido muitos porque morreu muita gente!
M – Morreu muita gente porque…ah! deu-lhe uma coisa… Diziam: ah! deu-lhe uma coisa… Pronto! Mete-se dentro dum caixão vai para o cemitério. Mas a pessoa ainda…
E – Mas as pessoas também deviam ter medo da contaminação!
M – Ah!...E dos gazes, morreu muita gente com os gazes, com gazes…
E – Na guerra, não?
M – Na guerra pois! Na de 14/18 eram muitos gazes…
E – E ainda foram bastantes…Portugal ainda entrou nessa guerra.
M – Olhe em 40…
E – Em S. Domingos havia alguém que tivesse lá estado?
M – Não! Havia ali em Oeiras em 44, quando o palácio foi restaurado, havia lá um homem que era pedreiro, a gente chamava-o esgazeado, porque tinha estado na guerra de 14 a 18, e era mesmo esgazeado! Bebia um litro de vinho como se fosse um litro de água! O homem não tinha nem rei nem roque, ele trabalhava bem, mas…
E – Variava…
M - Era qualquer coisa que não estava bem e era gazeado, chamava-lhe esgazeado e era mesmo esgazeado, porque tinha estado na guerra de 14 a 18.
E – Quando eu era miúda, havia em S. Domingos, um velhote, que os miúdos apedrejavam, que chamavam o Vira Milho. Nunca ouviu falar?
M – Ih!... O velhote! Coitadinho!
E – Mas ele também tinha estado na guerra?
M – Não sei, mas o Vira Milho ainda conheci. O Vira Milho, coitadito, começava a atirar pedras à gente e a gente. "eh, Vira Milho, eh Vira Milho" e ele à pedrada à gente…
E – Ah! Ele é que apedrejava? Já não me lembro…
M – Era! Mandava pedras à gente, coitadinho…

Na estrada que liga a Rebelva às Quintas da Alagoa e do Barão (e Carcavelos)

E – Portanto, estamos aqui em frente dum sítio ao lado da Fapil que fica ao lado da CIPE (agora é a Legrand) e que tem o início de um caminho que foi utilizado durante muitos anos e portanto noutros tempos…Mas que nos últimos tempos era utilizado pelas pessoas que vinham a pé de S. Domingos para Carcavelos, para trabalhar e para o resto… E… Mas era… Era um caminho… Também aparece nos mapas do século XIX, como sendo um caminho de S. Domingos para a Rebelva e vice-versa, mas era conhecido como o *caminho do rei* e agora o Sr. Madureira explica porquê!
M – Chamava-lhe o *caminho do rei*, porque ali em Carcavelos ainda está lá escrito: *estrada da torre* que ia para baixo, atravessava a linha, atravessava a linha que é como quem diz, porque naquela época não havia comboios. Passavam os trens, mas não havia lá linhas de comboios porque o comboio veio muito mais tarde. O rei não sei se era do D. Carlos se era do D. Luís, se era do D. Pedro, ou que era…É o caminho do rei que eu tenho sempre ouvido falar que era aqui, que era ali ali porque na largura de quase uns quatro metros... Era a terra lavrada assim…Em picão, para os animais puxarem os trens e para não escorregarem, porque aquilo, se não fosse trabalhado assim para fazer áspero, os animais escorregavam, caíam, aleijavam-se…
E – É em cima da laje natural?

M – Em cima da laje natural! Tão lá, agora não está lá porque ficaram também debaixo da urbanização, não é? que fizeram. Mas ali ainda deve haver um restinho dessas pedras lavradas.
E – Na sua opinião este caminho começava aqui nesta estrada, e acabava…? Ou começava… Diga…
M - Então este caminho ia ali à Quinta da Alagoa, ia à Avenida do Loureiro, no meu tempo, a Avenida do Loureiro era Carcavelos, aqui não havia nada, aqui era a Quinta da Alagoa, isso era só pomares de laranjeiras e era vinhas e era trigo era o que calhava…Esses prédios estão feitos aqui há poucos anos…Agora já está tudo habitado mas está tudo fora da Alagoa… Tem um jardim, há-de haver ali um portão, fizeram lá umas obras e *tá* ali um portão que se pode visitar o jardim e a lagoa… Estes prédios estão na parte de cá, não estão lá dentro da Quinta da Alagoa. E agora… Não sei mais nada…
E – E aqui para cima, a estrada passava por onde?
M – Onde?
E – A partir de S. Domingos?
M – Passava ali… Ao cemitério não passava! Passava para o lado de Tires e ainda ia passar…Como chama a gente?...O cabeça à banda… O Bairro dos Sete Castelos direito a Tires…Direito a Tires, direito a Manique e por ali acima ao lado do Cabeço de Manique, direito ao Casal Marmelo… Ao lado Albarraque…Há ali um caminho… A Maria da Luz trouxe leitões ao colo do mercado de S. Pedro… A Albarraque para apanhar a camioneta com os leitões dentro dum saco… Leitões pequeninos… A Maria da Luz… O trabalho que tínhamos… Uma carroça com um burrito, não tínhamos nada… Ela trazia dois leitões dentro dum saco, ao colo, à espera da camioneta em Albarraque e depois em Albarraque apanhávamos a camioneta para S. Domingos, a carga de trabalhos que a coitadinha… Trabalhou muito também. Mas esse caminho do rei deve ir passar a Ranholas, na parte de cima do Arco do Ramalhão, sabe onde é que é o Arco do Ramalhão? Passa por cima duma quinta duma quinta que era a Quinta de D. Dinis, mais acima há lá uma vivenda…Havia, não sei se já existe, tinha lá um leão, até acho que era o poeta…O Eça de Queiroz que morou lá ou qualquer coisa assim…não tenho a certeza, mas aquilo foi de um poeta qualquer…E ali passava o trem, passava o trem com os cavalos direito a S. Pedro, que é S. Pedro de Sintra, onde é o mercado há uma viela, uma estrada estreitinha direita ao Palácio da Pena. Os cavalos tinham que rapar aquilo tudo por ali acima com o rei e com a rainha ou com quem fosse por ali acima até ao Palácio da Pena…Para ali é que…Iam visitar aquilo, ou passar férias, ou qualquer coisa… Dali…da Torre de S. Julião da Barra. É o que está escrito e que eu tenho ouvido sempre falar e ouvia falar aos velhos, aos mais velhos que eu. Agora… Não sei se é verdade se é mentira… Pronto! A gente a dizer…
E – É muito interessante!
M – É que… Você com os cavalos rapavam por ali acima de S. Pedro de Sintra pra cima, eu já fiz aquilo a pé mais a Maria da Luz já fomos visitar o Palácio da Pena a pé! Porque aquilo ainda é um bocado de rapar por ali acima até… Fomos a pé até lá acima assim é que a gente aprecia a paisagem, não é indo de carro. Ah! Não custa nada, aquilo não custa nada…
E – É verdade!
M – Mas a gente a pé é que vê as árvores, aquela natureza, aqueles arbustos, aquelas árvores já centenárias ali à beira da estrada. Se quiserem alargar a estrada têm que deitar as árvores abaixo mas ninguém vai fazer uma coisa dessas… E assim olha, lá está…
E – Mas isso era o caminho que faziam então esses carros…
M – Do rei, aquele caminhozinho é que era a passagem dos cavalos…
E – Ali devia ser a parte mais difícil!
M – Pois é!
E – Esta zona toda era mais ou menos plana, não é?
M – Por aqui acima até Sintra não tem nada quase, é quase tudo plano, não é? É uns bocaditos a subir mas os animais andam bem. Agora de S. Pedro para cima *tá* lá a indicação: Pena e se quiser…
E – Vale a pena!
M – É verdade! Ah! Ah! Ah!

(viagem de volta já perto de casa do Sr. Madureira)

E – Portanto o Sr. Madureira estava-me a dizer enquanto conduzia, que o pai costumava ir à festa da Senhora da Saúde na Penha Longa.
M – Era!

E – Então diga lá, se faz favor!
M – Diga?
E – É para dizer mais ou menos aquilo que me esteve a dizer há bocadinho, portanto em relação à festa, como era a festa?
M – A festa era, as pessoas levavam os farnéis e iam comer lá para o meio daqueles matos.
E – Lembra-se em que época?
M – Era… Foi… Fins dos anos 30, princípios dos 40…Foi…
E – A época do ano?
M – Foi os 40…
E – Não, não, não! Era verão, era fim do Verão, princípio do Verão, Primavera…
M – A festa da Senhora da Saúde, não sei se era em Maio…?
E – É possível…
M – Não sei se é em Maio…olhe também não posso estar a jurar se…
E – Claro, claro…
M – Mas parece que era de Verão, olhe! Espere aí! O ciclone foi em 41, foi em 41, em Janeiro de 41, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, deve ser em Maio, porque eu vi lá um eucalipto mais grosso que eu, arrancado pela raiz e partido ao meio, parecia um fósforo! O ciclone partiu! E a gente para passar com o carro, era o Manuel Coelho que tinha um taxizito ali, um táxi!...Era um automóvelzito! É que nos foi lá levar e a gente… Ele não conseguiu passar porque o eucalipto estava atravessado na estrada e a gente teve de ir o resto a pé, mas a gente estava praticamente já perto da festa. Pois, é! Aquilo era no largo da porca é que se fazia então…Era os carros de bois enfeitados, era as carroças enfeitadas, os animais enfeitados com rosas na cabeça, rosas no pescoço, os raios dos carros tudo cheio de rosas, era bonito aquilo. Chamava-lhe o círio! Era o círio! Naquele tempo era o círio. Vinham de Alcabideche, não sei se tem ouvido falar em Alcabideche? Ali da Atorzela, Alcoitão, ia aqueles lavradorzitos, levavam todos os carritos com os bois e com os burros, ou com os machos, ou o que tivesse, ia tudo enfeitado com flores. E então, pois lá no largo da porca é que era o bailarico e…
E – Esse largo da porca disse que me ia falar, tem uma fonte…
M – Tem uma fonte, tinha uma pia e tinha a porca a deitar água pela boca, chamava-lhe a porca…a porca parecia um porco. Deitava água pela boca e tinha uma piazinha à frente onde a água caía, donde a água vinha, não sei, mas a água era nascida lá na serra porque lá não havia água canalizada. Naquele tempo, nos anos 40, foi quando se fez a estrada marginal, aquilo tinha o quê? uns 40, 39…tinha 13, 14 anos.
E – Nasceu em 26…
M – Tinha uns 14 anos que eu tinha quando foi…Eh! Pá! foi o fim do mundo, com aquele temporal, pá! Nunca vi tanto moinho, tanta chaminé deitada abaixo, havia tanta falta de trabalho, não havia pedreiros, os pedreiros coitaditos, não tinham trabalho, nem nada…E depois foi o ciclone, eh! Pá! Tanto trabalho, tudo queria pedreiros, tudo queria carpinteiros, tudo…Uns para arranjar telhados, outros para pôr as chaminés em pé… Eh! Pá! Tanto telhado, tanto moinho, esses moinhos de tirar água…Isso era centenas deles partiram todos embalados pelo vento…
E – As azenhas…
M – Diga?
E – As azenhas… Ou não? Os moinhos de vento…
M - Os moinhos de vento não existiam naquele tempo. Havia ali os de S. Domingos, mas quando foi o ciclone enrolaram as velas e as paredes não caíam. As paredes com um metro de largo, *tá* bem, *tá*! Aquele de cima ainda fui lá levar trigo, o de baixo não, mas o de cima ainda fui lá levar trigo e milho para moer. E…Quando havia muito vento, enrolava-se a vela, era poucochinho pano, dava-se pouco pano para as mós…
E – Como nos barcos…
M – É como nos barcos… Os barcos à vela, os veleiros quando iam para a pesca do bacalhau quando havia poucochinho vento ía tudo engalanado com as velas, quando havia muito vento enrolavam as velas e ia…Para se reduzir a velocidade se não o vento partia aquilo tudo…E os moinhos de vento era a mesma coisa. Os moinhos de vento, os moinhos de moer o pão era a mesma coisa. Quando não havia vento dava-se o pano todo, quando era o contrário, quando havia muito vento, enrolava-se a vela e punha-se só um cantinho das velas e andavam, que aquilo…

E – Diga-me uma coisa! Quando já no seu tempo, a farinha vinha da onde? se os moinhos já estavam quase todos abandonados, donde é que era?
M – Da moagem de Carcavelos. A moagem de Carcavelos é que moía o trigo. Portanto fizeram ali os silos, deitaram-nos agora abaixo, quando fizeram aquelas obras grandes e levava uns poucos de vagons de trigo lá dentro cada um.
E – Mas as pessoas aqui, os lavradores levavam lá o trigo da mesma maneira que levavam ao moinho, antigamente?
M – Havia as cooperativas ali depois levavam. As cooperativas levavam…compravam, pagavam tanto o valor do trigo aos lavradores e o trigo ia para a moagem. E depois na moagem era moído, tanto que ali em Carcavelos, era sacas de sêmea, chama-lhe a gente farelo, a casca do trigo que eles moíam que a máquina a moagem separava aquilo tudo, fazia tudo em farinha e depois era passado por peneiras e vinha a farinha fina para fazer o pão e o farelo ia vender para os animais. Mas era ali na moagem de Carcavelos. Quando acabaram estes moinhos de vento… E no Zambujal também há dois moinhos, na Laje há outros dois, em Albarraque há outros dois, há diversos…
E – Caparide?
M – Caparide…Não há moinhos!
E – Rana? Rana?
M – Rana tem dois moinhos.
E – Aonde, aonde?
M – Estão lá, no alto de Rana não sei se já os deitaram abaixo. Um até tinha um ponto de mira em cima, que era do campo entrincheirado do exército.
E – Ah!. Sim?
M – Tinha.
E – Fazia parte da 3ª linha das Linhas de Torres?
M – Fazia parte, porque quando fui para a tropa fui radiotelegrafista e além de radiotelegrafista e era sinaleiro feito com bandeiras e a gente, aqui não havia prédios nenhuns, era punha-se ali um soldado ali, outro ali no alto de S. Domingos, não havia prédios nenhuns e a gente com as bandeiras é que formava as letras, as mensagens com as bandeiras. Agora é tudo por rádios e isto e aquilo, não…Tudo desistiu e hoje o exército não usa nada disso. A gente era…
E – Mas então o Sr. António ainda assistiu a isso?
M – Pois eu ainda fui tropa, fui rádio sinaleiro e outros colegas meus foram para sinaleiros…Para…
E – mas era com aquela cena das bolas, ou não?
M – Com bandeiras?
E – mas havia um que tinha umas bolas que também faziam parte do sistema. Era só bandeiras?
M - Era só bandeiras. Umas bandeiras vermelhas que a gente, um fazia um K, outro fazia um S, outro fazia um T e outro fazia um F, e… Mas tínhamos de ter muita atenção para escrever as letras para a mensagem que era. Se a gente ouvia eles a fazerem os sinais e se a gente não estivesse atenção a ouvir aquilo não servia de nada…perguntava a gente: então a mensagem disto e daquilo? Eu não vi nada. A gente tinha de estar com muita atenção, era de altos, era ali dos Amarais, ali dos altos de S. Domingos, dali dos altos do Zambujal lá pra Rana…
E – E era ao pé dos moinhos que tinham esses postes?
M – É?
E – Esses postes de telegrafia, era ao pé dos moinhos, ou não?
M – Não! Era nos altos dos terrenos mais altos…
E – Os moinhos às vezes coincidiam, não é?
M – Não! Os moinhos estavam dentro dos mapas e sabiam que os moinhos estavam lá! Mas a gente não ia fazer os sinais para cima dos moinhos! Ao lado, a gente passava…
E – Perto, perto dos moinhos…
M – Perto dos moinhos. Não fazíamos caso lá dos moinhos para isso! Para o exército era só rádio sinaleiros e rádio telegrafistas. E aparelhos de rádio, os rádios pesavam tanto…Era um peso tão grande, os oficiais diziam: vocês ponham-se à sombra, podem estar descansados que a gente não vai para o sol. Aquilo era um peso! Com os rádios…
E – Traziam os rádios às costas?
M – Era. Pareciam uns acordeões! A gente ouvia os gajos da Portela, dos aviões os pilotos a pedir autorizações para aterrar…Ah!ah!ah!

E – Apanhavam…
M – A frequência dos aviões, apanhávamos! Apanhávamos Moscovo, apanhávamos a Europa toda! Os aparelhos muito grandes e a gente tinha frequências 4, 5, 6 outros 7, 8, 9…Outros 2 ou 3. Havia muitas frequências…E K…Diga o que está a ouvir: K, os rádios… não ligavam aos rádios…E o rádio telegrafista aprendi aquilo tudo, de cor…até sonhava com aquilo. Quando saí da tropa, parecia que…
E – Falavam por código?
M – Diga?
E – Falavam por código?
M – Sim?
E – Quer dizer, não falavam normalmente, portanto falavam uma linguagem própria?
M - Pela rádio era por frequências…A gente assim: daqui fala o rádio tal, diga se me ouve. Eles diziam se sim ou se não! K! E depois eu: daqui fala frequência 3 9 7, diga se me ouve! K! eles diziam que sim ou que não. Coisas…
E – E depois diziam as mensagens?
M - Depois diziam as mensagens que a gente…a gente quando queria granadas dizia: quero 4 batatas. 4 batatas eram 4 granadas, era tudo assim…
E – É como lhe dizia, era um código.
M - Ah! 150, 150 tomates eram 150 balas. Era tudo assim…
E – Em códigos…
M – Códigos!
E – Bons velhos tempos, ou não?
M – Ah!...Eu não tenho pena nenhuma daquilo…Tive lá 4 meses, pareciam-me 4 anos! Fiquei farto de tropa até aos olhos!
E – Então quando esteve na tropa, estava… A 2ª guerra mundial…A começar?
M – Já tinha acabado!
E – Ah! Já tinha acabado!
M – Então fiz a tropa em 47 e …
E – Ah! Tem razão, sim senhor…!
M – Fiz a tropa em 47 e a guerra acabou em 45. Já tinha acabado há 2 anos.
E – Apanhou assim, o fim da guerra…
M – Pois…
E – Aqui, aqui… Na sua família e aqui nesta zona sentiu-se muito as consequências da guerra?
M – Não!
E – Não havia racionamento, e assim?
M – Ah, isso houve. Houve as cartas de racionamento, pá! Isso…Foi uma carga de trabalhos para os merceeiros, pá! Havia pessoas, famílias pobres não tinham dinheiro para comprar as coisas e a gente tinha mais uns tostões, a gente comprava as senhas àquela gente pobre…Sempre ficava…O pão era a mesma coisa, a gente tínhamos direito a um quilo de pão por exemplo, mas consumia mais pão e os outros não tinham dinheiro para comprar o pão e a gente comprava o pão e já tínhamos mais pão…Pão de quilo, quando foi a guerra mundial, quando a marginal foi feita vinham os pães de quilo da padaria…Chama-lhe a gente a padaria das terras. Os alentejanos trabalhavam na marginal, coitaditos, foi a avalanche dos alentejanos vinham da terra deles, era tanto alentejano! e então os alentejanos compravam pão de quilo, dividiam o pão com uma faca ou com uma navalha, pão ao alto , dividiam…Iam ao Gonçalves, à mercearia do Gonçalves, onde é agora o Espírito Santo, um decilitro de azeite em cima do pão, untavam o pão com aquele azeite, compravam 5 tostões de açúcar ou 3 tostões de açúcar, punham açúcar em cima do pão que já *tava* oleado com o azeite, tapavam o pão, um pão daqueles dava para dois dias, comiam cortado com o canivete pão com azeite e açúcar. Era o alimento deles. Tanto que há ali na Parede, não sei se a senhora tem ouvido falar no Bairro Alentejano?
E – Sim…
M – E ainda hoje falam no Bairro Alentejano.
E – Sim…
M – Foi os alentejanos é que fizeram aquele bairro. Quando vieram da terra deles, do Alentejo, diversas terras, Beja, Évora…
E – Eles vieram principalmente para trabalhar na marginal?

M – Foi! E era no tempo das ceifas vinham com as gadanhas para cortar feno quando não havia tanto trabalho na marginal, quando havia para cortar feno eles cortavam o feno tão bem cortadinho com a gadanha, parece que era cortado com uma máquina, pá! Tão certinho! Eram artistas a fazer aquilo, cortar aí o feno até aveia eles cortavam, ficava tudo tombadinho, tudo certinho! É verdade!
E – Mas isso era uma época anterior a 1940?
M – Foi no tempo…Foi a marginal feita.
E – Sim, mas vinham trabalhar no trigo antes de terem vindo trabalhar na marginal?
M – Pois, vinham para a ceifa…
E – Depois voltavam para a terra deles?
M – Depois os que arranjavam trabalho cá na marginal, porque na marginal havia muitos centos de homens a trabalhar, aquilo não era feito por dois homens!
E – Disseram-me que aquelas pedras da beira da marginal, muitas delas eram das pedreiras de S. Domingos de Rana. Acha que sim? Das pedreiras de Tires?
M – Ainda há velhos em Tires…
E – Nessa altura ainda havia exploração das pedreiras de Tires?
M – Havia. Fazia ombreiras para as casas em Tires fazia-se muitas ombreiras ali…nas Antas, trabalhei nas Antas , era rapazote, era o Bernardino, levava…
E – Onde é que é as Antas?
M – É em Oeiras, ao pé dos moinhos…
E – Moinho das Antas…
M – Os Moinho das Antas é que era ali, fizeram-se ali muitas vivendas que a gente fez, naquele tempo era tudo feito com madeira ,pá! Aquilo, era vigamento em madeira, assoalhado com madeira com solo estreitinho com 10 centímetros de largura e depois assoalhava-se aquilo…chamava a gente assoalhar à inglesa e…
E – Já construíam em betão, ou não?
M – Não! E depois era…Depois era o primeiro andar, era quase tudo primeiro andar. Primeiro andar era outra secção de vigas, e depois a gente tinha que pôr taroucos, era bocados de madeira entalados entre as vigas para travar o vigamento para aquilo depois a gente poder andar em cima das escadas, aquilo andava para baixo e para cima e depois chamava-lhe a gente talugar, talugar as escadas, meter bocados de viga, pregava-se uma viga para a outra e depois aquilo travava muito…E depois de estar talugado, a gente assoalhava as casas.
E – Por baixo punham um tecto de estuque…
M – Depois então era fasquiado, chamava-lhe a gente fasquiado de quatro.
E – Levava muita madeira…
M – Era só tudo madeira… Era os fasquiados, a gente punha os fasquiados molhados que é para os pregos entrar melhor, era uma pancada ou duas pregava-se um prego… A bitola do prego do fasquiado era o dedo, a gente punha o dedo e depois de *tar* o tecto… O tecto fasquiado, punha-se… Vinha então os rapazes com massa, massa amassada com saibro, o cimento *tava*…
E – E cal, pedra e cal…
M – Saibro e cal, pois! O cimento estava na fábrica, não havia… O cimento naquela tempo era em sacos de serapilheira, *tá* a ver? Não havia sacos de papel, depois mais tarde é que vieram os sacos de papel, mas já foi muito mais tarde, os sacos de serapilheira, os homens pegavam nos sacos de serapilheira para descarregar uma camioneta de sacos… Quando os homens acabavam de carregar já nem se via cara, nem se via a roupa, nem nada que o pó… Do cimento… E então vinham os rapazes como o acocho, o acocho à cala que era um tabuleiro à cabeça… eles usavam uma sogra como as peixeiras, punham o acocho à cabeça, punham da estância ao pé dos pedreiros e depois os pedreiros tinham as paredelas que era um bocado de madeira assim com 30 centímetros, 30, 35, um pau ao meio e enchiam aquilo com massa e depois esfregavam aquilo no fasquiado e a massa entrava por aqueles intervalos do faquiado e depois aquilo assassoava, *tava* ali dois ou três dias e depois secava e depois então mais tarde vinham os estucadores é que estucavam aquilo, depois da massa dos pedreiros estar seca. Porque a massa…Mas aquilo cravava bem, a gente depois ia lá ver e: isto nem parece que foi feito com massa, mas os pedreiros não gostavam nada daquilo para fixaram aquilo no tecto, metade da massa caía para o chão outra caía para a cara deles, eh! Era uma carga de trabalhos aquilo!
E – Hoje está tudo simplificado! Depois veio o estafe, lembra-se?
M – Veio o estafe, veio!

E – Lembra-se do estafe? O estafe veio simplificar isso!
M – Olhe, essas casas dos meus inquilinos ainda é o estafe!
E – E ainda se utiliza!
M – Pois utiliza…
E – Porque depois deixou de ser necessário fazer esse fasquiado
M – Pois deixou-se porque o fasquiado dava muito trabalho! Depois vieram…Aqui nestas casas não tenho, mas tenho ali no barracão, veio, a gente chamava-lhe o P5, o P8 ou parece que comprei o P8. P é o pavimento 8, a gente com a colher tirava aquela parte de dentro, encostava umas tijoleiras ali no terraço umas às outras, enchia…punha uma verguinha de ferro no meio das tijoleiras enchíamos aquilo de massa e o ferro ficava lá dentro, a verguinha, punha lá dentro ficava ali dois ou três dias a secar, pegava-se naquilo ali aquele terraço meu onde eu durmo…Onde eu passo os bocados da sesta, é feito com isso. Pus as tijoleiras todas encostadas umas às outras e depois punha então punha o cascalho, a gravilha amassada com cimento e areia, cimento e areia punha por cima daquilo está ali uma placa, *tá* ali há quarenta e tal anos, *tá* bem, aquilo nunca mais arrebenta.
E – Tem piada, não conheço isso...
M – Era uma tijoleira ali, se for lá ao barracão, ali as tijoleiras estão à vista, vê-se encostadas umas às outras está cheia de cimento por cima e por baixo não está rebocado, porque nunca reboquei aquilo, pois aquilo é um barracão que *tá* ali só para segurar o muro…
E – Mas era um método prático…
M – Era prático e fazia-se uma placa e olhe aquela casa da vizinha Olívia também foi feita assim, com essa tijoleira. Foi as primeiras, foi as primeiras placas que começaram a fazer…Depois vieram vigas e cimento armado, assim olha como fizeram agora ali o pavilhão que estão lá a fazer e em todos esses prédios que se vê aqui feitos, este não é da São que está na França, aquele é do Silveira…O ano passado arrancou aquilo tudo, tirou a madeira toda, pôs vigas em cimento e ripa em cimento pôs telha nova, pronto! É para toda a vida!
E – Pois…
M – Fez ali uma placa fez uma placa, pronto!
E – A madeira já não se utiliza.
M – Pois não! Nem a madeira se utiliza para fazer a maioria dos prédios. A senhora não vê agora um prédio feito com madeira…Só se for uma pessoa que tenha muita amizade à madeira e…Ali a casa da São é feita com madeira é com sipeia brasileira, sipeia preta, aquilo é como o ferro, dura toda a vida, aquilo só o fogo dá cabo daquela madeira.
E – Mas nem toda a madeira é assim, não é?
M – As portas também e as aduelas eram de koba, chama a gente koba, madeira que vinha de Angola e o sib, aquela porta daquele inquilino lá em baixo é feita nisso…Custou 750 escudos, aquela porta. Agora custa setenta ou oitenta contos, uma porta daquelas…
E – Ah, pois! E é preciso encontrá-la!
M – Mas o mecibo, os japoneses levaram a madeira toda. Os japoneses açambarcaram a madeirinha boa toda de Angola, *tá* tudo limpinho!
E – Acredito…
M – É verdade…Não há mecibo, agora não há mecibo…
E – Vinha de Angola, era?
M – Era…
[...]

3- ENTREVISTA AO Sr. JOSÉ VAZ VENTURA MORADOR NO BAIRRO DAS COVEIRAS

Entrevistadora: Maria Amélia Cabrita (E)
Entrevistados: Sr. José Vaz (JV) - D. Angélica (A), com o genro, Sr João Cândido (JC), natural de Tires
Data: 16 de Fevereiro de 2007
Local: Bairro das Coveiras, na casa do Sr. José Vaz

E- Estamos aqui para conversar um bocadinho sobre o B. Além das Vinhas. Claro que aqui não se chamava Além das Vinhas, mas Coveiras...
JV- Sim, havia Coveiras de Baixo, que era aqui e Coveiras de Cima. Com a construção da autoestrada, os códigos postais ficaram divididos entre Tires e S. Domingos de Rana. É Coveiras, que até o Cor Pessoa, que era o Presidente da Câmara, deram o nome de Coveiras porque começaram as casas clandestinas.
E- Quando se mudaram para aqui, qual era a constituição do agregado familiar?
JV- Era o casal e a filha. Foi em 1959. Comprámos a terra em 1959.
E- Lembro-me de a Augusta falar na avó...
JV- O teu pai...
A- Ah, os meus pais! Moravam lá em cima...
E- Mas eles vieram com vocês?
A- Não. Vieram depois. Vieram em 77 para cá.
E- Falando de vocês, actualmente já nem moram aqui, porque só cá vêm de vez em quando...
JV- Não, a nossa vida continua a ser aqui. (nas Coveiras)
E- Mas entretanto realizaram um sonho que foi voltar à vossa terra.
JV- Temos lá os nossos haveres. E já digo, que não é que eu goste muito de lá estar. Eu gosto é de Lisboa.
JC- Quando é que voltou para lá?
JV- Foi em 85. Eu reformei-me em 1985.
A- Mas todos os anos lá íamos!
JV- Daí em diante foi cá e lá. Mas, o meu acabamento é Lisboa.
E- Aquilo é Concelho de ? E Distrito de ?
JV- Distrito de Castelo Branco, Concelho de Fundão.
E- Então quando vieram do Fundão...
A- Não viémos do Fundão, viémos de Almada. Quando nos casámos fomos para Almada.
JV- Não foi nada. Fomos morar para Lisboa para o Bairro da Liberdade. Foi o tal "chico esperto" que fazia as casas. Já em 1953. Houve lá um que fez 32 casas, no Bairro da Liberdade. Era o bairro... Era ao lado Poente, está o Bairro da Serafina. Em baixo está a CP. E o túnel que passa e o Aqueduto das Águas Livres.
JC- Junto à Avenida de Ceuta
E- Ah é na zona de Monsanto? De Alcântara?
A- Morámos lá 6 meses. Depois viemos para Almada.
JV- ...No Bairro dos Pescadores, era assim que se chamava, em Almada.
(História relacionada com a casualidade de JV ter travado conhecimento com os pais de E em Almada, quando andava a fazer cobranças, tendo mais tarde voltado a encontra-se quando ambos os casais vieram comprar terrenos nesta zona)
JV- Foi o Zé Martins que me desafiou para comprar o terreno. Era colega do seu pai na APT, e trabalhava em Almada. Andava com os fios às costas, e quando havia temporal não podia passar. Como eu era carteiro e trabalhava no Terreiro do Paço, ele ficava comigo. E pela terceira vez que ele me chateou, disse-me assim: "Ai, vocês tão ricos na terra, e, andais com medo e vais-te a pagar renda.". Disse-me o rapaz. E eu disse-lhe:- "Oh Zé, olha que tenho cinco contos na Caixa". A terceira vez, quando eu disse que tinha cinco contos, ele disse-me assim:- Éh pá, não há problema. Fazei uma casa. Não há problema. Nós vamos ao Venceslau à Parede, e ele empresta-te. Olha, não há aqui

nenhuma casa, mesmo quem tem feita com ordem, que não tivesse o auxílio desse Venceslau. Até nisso falámos!
E- Toda a gente diz o mesmo!
JV- Não há cá nenhuma!
JC- Não era só o Venceslau. O de Albarraque fazia o mesmo. A filha desse senhor tomou conta da casa. A gente vai lá, deixa um cheque assinado em branco...Não sabia dessa? Eu fiz a obra de Albarraque assim.
E- Actualmente.
JC- Actualmente. Deixei um cheque assinado mas em branco. O pessoal que trabalhava para mim ia lá buscar areia, cimento,e ela vai apontando e no fim da obra paga-se.
JV- O António, que era o que mandava no Venceslau, foi carteiro, como o Iglésias. Disse para mim que ao fim todos lhe chamavam ladrão. E eu disse assim:- "Mas, oh sr. António, mas porquê?" "-Eu peço o dinheiro ao banco, e tenho que pagar juros. Você tem cá uma dívida de 26 contos. Em vez de 26 deve-me 30. Deve 30". Fui pagando, pagando, e quando cheguei ao fim dos 26 tive que pagar mais 4. Que o juro era a 7 por cento.
JC- Era como se fosse um rol da mercearia.
E- Mas ele vendia mais caro por isso?
JV- Sim, a pronto pagamento, era como agora. Mesmo agora assim é! Vendia a areia, o cimento... A pronto pagamento pagava uma coisa. A prestações outra. Mas o juro era mais baixo que o banco. Nenhuma casa fazia isto. Este já faliu há mais de quinze anos.
E- Ele ainda é vivo?
JV- Acho que não.
E- Então o Estêvão de Oliveira não fazia as mesmas condições.
JV- Também ajudava, mas não facilitava tanto. Era mais fraco.
E- O meu pai chamou-lhe...Disse que ele queria ser o pai de todos...
JC- Bem, isso já não sei explicar.
A- Íamos lá pagar e ele tratava-nos com educação.
JV- O banco queria era receber o dinheiro. (E claro, claro!). Ele metia letras ao banco e nós pagávamos os encargos. E já para o fim chegávamos a ficar a dever 26 contos.
E- Eu tenho aqui umas datas...Em que ano compraram o terreno?...
JV- Em 59
E- Em que data começaram a construir?
JV- Foi em 60 ou coisa assim.
E- E em que data se mudaram?
A- Não sei...
JV- Mas sei eu. Foi em Maio de 61.....Sim, pronto.
JC- Levaram tão pouco tempo a fazer a casa?
JV- Havia dinheiro. Assim: havia uma tia da minha mulher que tinha vindo para Lisboa.
JV- Trazia dinheiro. A minha tia emprestou-nos alguma coisa, emprestou-nos 20 contos. Essa do advogado.
A- A tia Felícia de Lisboa. Mãe da prima Geca.
JV- Até tenho outra história, posso contar? Era assim. A mulherzinha, chegámos ao pé dela, e era muito nossa amiga. Uma tia do meu sogro. Porque a família da minha mulher era muito abastada lá na aldeia. Eram comerciantes e tinham a lavoura. Eram os rendeiros do Pina Ferraz. E eles eram muito comerciantes, e essa tia da minha mulher veio para Lisboa com o marido. A:- Namorou com um sr. de Caria, e os irmãos não queriam. E então casaram e vieram para Lisboa e cá ficaram. Teve vários filhos e um deles até era advogado.
JV- E eu fui ter com a tia. – "Oh minha tia, comprei um bocadito de terra e queria fazer uma casa em tal sitio (e lá lá lá). E ela disse para mim:- "Se fosse para um automóvel não te emprestava nem um tostão, mas para fazerdes uma casa empresto-te". Emprestou-me 20 contos. E depois sobrou-me alguma coisa daqui, porque eu dei 12 contos e 500 para fazer a mão-de-obra desta casa. Não: 12 contos.
A- Foi o Teodósio o pai da Edite. Ele é que nos fez tudo.
E- Não me diga. O pai da Edite.
JV- Chamavam-lhe o pato bravo. Vinham de Tomar.

E- Ele já morreu.
JV- Não sabia.
JV- Também vou contar esta. Quando vim para Lisboa aquela zona da Rodrigo da Fonseca, Castilho; não é bem cá em baixo ao pé do Salitre, da Bramcamp para cima, lembra-me daquela construção. Só havia a Artilharia Um, que era o quartel. Cá em cima a Penitenciária, Caçadores 5, depois Campolide até à Estação. Mas não havia mais nada. Os tais "patos bravos" que diziam, que eram os tais de Tomar, como o Teodósio, cá também lhe chamavam "pato bravo". Era o ... esse era o construtor do povo. Fez esta casa por 12 contos.
E- Então ele era um pedreiro que fazia também de encarregado?
JV- Ele trouxe a família para cá.
JC- Tinha homens a trabalhar para ele.
JV- Eram os irmãos...
E- E o senhor, também trabalhou na obra?
JV- Trabalhei, e não foi pouco. Quer dizer, na casa não, mas no desaterro...
JC- Antes das obras?
JV- Sim. Está a ver, eram umas pedreiras talvez, talvez com 5m de altura.
A- Eu quando cá vim pela primeira vez. então é aqui que vamos fazer a casa?
JV- É aqui e quem manda sou eu! Foi a minha sorte. E já lhe conto a história da sorte.
JC- Então não meteu máquinas...
JV- (Até meteu....) Iamos para comprar nos 7 Castelos, mas já estavam os negócios todos feitos: o do seu pai, o Zé Martins...A última casa foi a do Tiago. A casa (terreno) era do Gravata...
JC- Gravata?
JV- Sim, aquele que tinha uma mercearia à entrada de S. Domingos...
E- O Manata?
JV- Isso, o Manata.
E- Os terrenos eram do Manata?
JV- Eram. Quem vendem os 7 Castelos foi o Zé Realista. Mas a parte do Tiago era do Gravatas. Onde agora está o restaurante lá em S. Domingos.
A- Não era Garvatas, era Manata.
JV- Sim, Manata. E o sogro do Serafim Tomé, o que tem agora o nome no Pavilhão de Tires. O Zé Realista vendeu a parte dele, e do tal Manata, quem comprou foi o Tiago. E nós depois, o Zé Martins trouxe-nos lá ao tal Tiago. Mas era a 50 escudos. O Serafim levou a 20 escudos. O Manata já vendeu a 50 escudos. O Zé Martins disse:- O Zé Vaz, não tem importância. Trouxe-nos aqui. Disse-nos assim. Olha passa lá o auto-estrada. Era o boato. Ele avisou-nos logo:- Há em tal sítio, mas já cá havia casas feitas.
A- Era a vizinha Maria do Carmo e a última ali em cima. Era a vizinha Guilhermina, a da mãe da Zália.
JV- Eram os dois da CP. E quem vendeu essas terras foi o Libério que tem lá uma casa ao pé de vocês.
E- Ele era o dono deste terreno?
JV- Não, isto era da família do Zé Cuco de Tires.
E- Mas ele era o intermediário?
JV- Ele era o intermediário. Ele comprou por 24 contos, e vendeu por 80
JV- E esse depois. Cá está o tal chico-esperto. Chamamos nós, cá nas aldeias, como havia lá no Bairro da Liberdade, que isso lembro-me eu, que fez lá 32 casas. Era o Teodósio. Então um tal Libério, chegou ao pé de nós e disse:- Olha, daqui para cima é a 20 escudos; mas as pessoas tinham medo deste bocado, porque uma "pirâmide do Egipto".
A- Era muito alta.
JV- Sim, 5 ou 10 metros,. Mais de cinco era. Tiraram a pedra e ficava a terra para trás com os pedregulhos. Foi a que eu tirei. Depois daquele lado, com um carro de mão.
E- O seu terreno ia até onde?
JV- Eu mais o meu irmão comprámos 1884 (???) (metros)
A- Ainda temos uma horta...
JV- Aquela ali é do meu irmão. A nossa é mais para trás.
E- Estou a ver: eram 4 lotes.
A- Dois lotes para aquela rua, e dois para esta.

JV- Nós comprámos dois lotes. Nós já estávamos como a tal história do chico esperto. Nós tinhamos a ideia. Porque nós vivíamos muito mal. Ganhava 1 conto e trezentos de ordenado, e não éramos dos piores.
E- Mas como é que os srs conseguiram?
JV- Ora, a gente consegue. A camioneta era 8 tostões. Para Carcavelos ou para S. Domingos. Para Oeiras era 10 tostões.
JC- O que a Amélia quer saber é: com 1 conto e trezentos, depois tinha de pagar à estância e a mão de obra.
JV- Mas não pagava renda. Eu em Almada pagava 450 escudos de renda.
E- É uma economia muito estreita.
JV- Nós andávamos a pé. Eu vou contar-lhe uma história...
A- Nós íamos para a praia a pé. A Amelinha também!
E- Eu lembro-me disso. Ir para a praia não custava nada. Todos os dias!
JV-Fui 35 anos a pé para Carcavelos, de manhã pelo menos. E para Lisboa? Depois do 25 de Abril, também não têm conta. Quando havia greve nunca ia por baixo.Umas vezes com medo, por causa dos gajos do sindicato, e outra vez era passava por cima do forte de Caxias.
E- Quantas horas?
JV- Saáa à ½ noite e pegava às cinco.No Terreiro do Paço. Nunca faltava.
JC- Ia pé
JV- Passava Porto Salvo, forte de Caxias , até à Cruz Quebrada., até ao Estádio Nacional. Só quem acordava era o guarda do Estádio Nacional, quando passava, porque passava mesmo à porta.
JC- Ia a pé até à Cruz Quebrada apanhar o eléctrico.
JV- Não. Isso era quando havia. Mas quando a greve era conjunta, ia a pé. Quem me dava boleia muitas vezes eram os empregados dos Correios que andavam nas "aberturas", de manhã.
E- Qual era o seu local de trabalho?
JV- Terreiro do Paço. 30 anos. Ainda me lembra do Terreiro do Paço não ser alcatroado. Ser só terra. No meio.
E- Esta parte eu sei, mas é só para ficar gravado.A Augusta quando foi para o liceu foi para Oeiras. E na escola, onde é que andou?
A- Em S. Domingos de Rana, mas ainda andou em Almada.
E- Teve alguma influência passar-vos pela cabeça que este sítio estava perto de Oeiras...
JV- Bem, não sei se isto fará mal! Vou contar uma história um pouco complicada. A sorte dos portugueses nos anos 60: Portugal emigrou nos anos 60. Uns iam para França, outros para Lisboa. Porque toda a malta que veio para Lisboa, Polícia, Guarda Republicana, Correios, CP, Carris, todos fizeram casas clandestinas.
JC- A pergunta era se teve alguma influência terem aqui o liceu perto...
A- Não foi por causa daquele vizinho. Do homem da São. Como era também da nossa terra e como sabia que nós que moravamos em Almada. Porque eu agora até já tenho dito ao meu marido:- . Se estávamos a viver em Almada, com tantas terras ali à volta, porque é que viémos para aqui?
JV- Mas é que não havia transportes de noite. Aqui íamos a pé, se fosse preciso, e de Almada não podíamos.
E- A parte dos transportes e comunicações era importante.
JV- Se era! Primeiro tinha o comboio; depois, acabou o comboio. Só acabou, salvo erro em 75 ou 77, ou 78 Chamavam-lhes "os batoteiros", porque vinham do Casino. Chegava a Lisboa à 5 horas. Eram os padeiros, os peixeiros, eram os da Carris, da CP.....
E- Era uma facilidade...
JV- E temos uma casa!
E- Claro.
A- Mas tu andavas sempre nas cobranças e pr' ali havia tantas terras à venda...
JV- Mas a maior parte das terras não tinha transportes!.Hoje, como é que se diz, ainda moram do lado de lá. Ainda utilizam essas palavras, porque é sempre muito incómodo. E daqui de qualquer maneira, se não fôssemos a pé, íamos de bicicleta, até se fosse preciso, como iam muitos para não pagar o bilhete do comboio.
E- Mas nessa altura lembrou-se por exemplo do Liceu de Oeiras? Ou nâo?

JV- Não .Porque ainda éramos garotos. Sim, ainda éramos novitos. Mas claro, primeiro estava o provimento da família. E até digo mais uma história. Posso contar uma da câmara?
E- Como é que é?
JV- Eu comprei o terreno, não é? E lutei tudo por tudo para fazer a casa.
A- Com ordem.
JV- Era com ordem. Meti projecto.
A- Meteu o projecto e tudo...
E-Vá,vá, avance...Ah, desculpe, esse projecto quem é que o desenhou?
JV-Foi um tipo da CP. Trabalhava num escritório em Santa Apolónia, morava no Alto da Parede, junto à farmácia Macau. ainda lá tem uma casa.
E- Como é que ele se chama, chamava?
JV- Não sei, era o mesmo do Zé Martins
E- Já não tem os desenhos da casa?
JV- Talvez tenha...
E- Era uma das coisas que se tivesse e me arranjasse lhe agradecia.
JV- Tenho aqui um rolito, é uma cópia com as alterações, por causa das alterações. E então esse projecto foi-me recusado.
E- Quer dizer que chegou a entrar na Câmara?
JV- Foi-me recusado. Estava fora do perímetro urbano. E eu que não vou nesse tipo de coisas... Fui lá 3 vezes...
E- Chegou a falar com o presidente da Câmara?
JV- Sim
E- Quem era ele?
JV- O Tenente Coronel Pessoa. Não, era o outro. Eram 2 coronéis e o outro coronel morreu na revolução de Beja. Ou mataram-no. Eu meti o boné de Correio aqui (debaixo do braço). À terceira vez, ..."Bom... Olhe lá!..... Eu não lhe posso dar ordens. Olhe lá, não venha cá mais."
E- Ele prórpio?
JV- "Há lá casas clandestinas?" Oh sr Coronel, já lá há uma ou duas. "Ah, já sei onde é!"
E- Eles sabiam muito bem...
JV- .Depois de o salvar, nós, a 1ª coisa que fazíamos era trazer para aqui o saibro e a areia. Naquele tempo os fiscais, agora é polícia municipal; naquele tempo era a PSP ao serviço da câmara, como está a CP. A CP tem lá polícia, mas é PSP. E aqui era a Polícia de Segurança Pública mas era ao serviço da câmara, é que eram os fiscais da câmara. E a gente punhamos aqui a areia. Mal começávamos, o fiscal aparecia. O sr Sousa: "Ande cá, ande cá, já está aí há tanto tempo." O outro já não me lembro dele, mas mete muita autoridade. Passavam a multa,.....só dizia assim: Eh pá, querem embargar a obra"... Eu não fugia porque era o dono, mas o pedreiro e o ajudante fugiam. E depois chegavam cá e embargavam a obra.
E-Então e a multa? Não a pagavam entretanto?
JV- A multa já estava passada.
E- E paga, ou não?
JV- Não, não estava paga. Tinha era um prazo de 15 dias para a gente a pagar.Embargavam a casa e tinha de se pagar a multa à mesma.
E- Quanto era, lembra-se?
JV- Era 800 escudos.
E- Pagou muitas, ou?
A- Só aquela.
JV- Foi o seguinte: Até 800 escudos a gente só podia construir 50 metros. Bem, depois de 800 podia-se construir até 100. Eu aqui consegui construir 70. Porque até disse ao meu irmão, que ele queria fazer com 50 metros. Eu não faço. E faço com 70 porque era a casa que eu tinha em Almada. Igualzinha.
E- Então o modelo era o de Almada
A- Era uma vivenda lá.
JV- Naquele tempo era como a do seu pai porque..onde vocês moravam também era de luxo.
E- Nós só morávamos no anexo da casa, calma aí.
JV- Eu sei onde moravam. Esse tal correio (!?) do lado direito.....

A-Mas nós quando viémos para aqui já não morávamos ao pé da D. Coelhinha, fomos morar para o pé do seminário, para uma vivenda…Nós lá em baixo morávamos no 1º andar, do lado esquerdo, e do lado direito moravam uns senhores que eram de lá de ao pé de Castelo Branco. Calhou, não é? E então esse senhor era da alfândega e comprou uma vivenda de r/chão e 1º andar ao pé do seminário. E depois fez tudo para nós irmos a morar para o r/chão da casa deles.Morámos lá 6 anos. Era uma vivenda bonita.
JV- Era uma casa bonita naquele tempo
E- A planta e tudo desta casa foi um bocadinho inspirada nessa, foi?
A - Foi igual
JV- ….É que lá tinha os tais 70 metros, e aqui era só 50. Eu disse para o meu irmão: eu não faço com 50, faço com os 70, porque é muito, é só uma vez. Sim, até que a melhor que cá havia era a minha e a do meu irmão.
E- Eu gostava imenso da vossa casa, quando era miúda.
A – Era bonita, não era?
JV- Tive sorte, que apanhei um bom construtor. O reboco foi à parte. O tal Teodósio só era em pedreiro
E- E esta parte de baixo?
A – Era uma ribanceira, que o meu marido mandou desaterrar
E- Estou a perguntar isto porque não me lembro…
JV- Foi em 74. Eu nem gosto muito que tenha lá os 74.
E- Porquê?
JV- Eu vou-lhe dizer, espere um bocado: Sabe que há uma lei, que tudo o que for de 55 para trás não tem problema em urbanizar e tudo o que for de 55 para cá tem problema em urbanizar. Experimente! Na minha terra e cá.
JC- O que você está a dizer é outra coisa….55 é o que as finanças lá têm. A partir daí é que começou a haver urbanizações.
JV- A lei é de 54.
E- Tem a ver com quê que eu não compreendo?
A - Os meus pais também fizeram clandestino.
E- Era impossível construir doutra maneira aqui, não havia plano.
A - E então quando os meus pais faleceram, a minha irmã não quis…os inquilinos ainda lá estão...
E- Eu estive lá
A - Esteve?
E- Quando eu vi: Vivenda Versos, com acento e tudo…Não é possível, este não é aquele sítio onde eu estive…Porque eu estive lá uma vez com a Augusta, fomos lá fazer um piquenique.
A- Então quando os meus pais faleceram, a minha irmã não queria o terreno, queria vender. O meu pai tinha licença da casa, mas como não levantou, nós não podíamos vender aquilo com projecto, não era?
E- Para fazerem isso tinham de ter licença de habitação. E aqui, também tem licença de habitação?
JV- Não tenho. Tem uma multa que paguei. Quatrocentos e tal escudos por cada casa. Por esta e pelos anexos.
E- Pagar a multa deu em quê?
JV- É só uma intelecto da câmara, mais nada……Não quero contar. Porque essa coisa das construções é o seguinte. Uma das alturas quem fazia uma casa clandestina, chegava às finanças, conseguia registá-la, vendia-a a quem queria. E de 84 para cá, acabou-se.
E- Não sabia que havia uma época anterior em que isso tinha sido possível.
JV- Era… Vendia quem queria, e havia pessoas que se queixavam, e então a câmara dizia:- Então o sr não viu a casa? Uhhh, a casa era clandestina. Estava registada, e o dono vendia-a a quem queria.
A- E (a casa dos pais de A, nas Coveiras) Depois nós quisemos vender aquilo, e quem nos comprou foi um doutor, um senhor dum banco.
JV- Foi a minha sorte.
A - E depois o meu marido foi lá ao tal senhor que tinha feito o projecto da casa, para nos fazer novo projecto, e meteu lá à Câmara, lá mesmo na urbanização… Conhecido, não é?
JV- O desenhador que mora aqui em Rana.
E- Domingos Moreira?

JV- Não, esse era o primeiro, que morava na Parede. Esse era o que fazia os desenhos todos.. Aquele mamarracho no bairro do Sabão que está no meio da rua… Era arquitecto ou desenhador da Câmara de Lisboa. Aníbal, Aníbal, era.
E- Sabem que ele agora constrói? Está vivinho da silva.
JV- Não, isso não sei…
A- Noventa contos, levou ele de fazer o projecto, projecto de alteração. E, o meu pai…Não conseguíamos fazer a escritura, não era? Porque…
JV- Eu até me zanguei com o .arquitecto de Cascais…Vocês são piores que (não digo ??)
E- Eu concordo com tudo o que disser nesse sentido.
JV- Não que depois a ideia, sei lá. Vocês são como no tempo do Salazar. Sabe como era no tempo do Salazar? (...)
JC- A conclusão foi que o homem.escreveu lá que a casa era anterior a 55?
A- Depois nós tínhamos uma declaração de compra e venda
JV- Mas não havia problema porque depois o gajo tinha uma declaração. A escritura só seria feita quando se arranjassem os papéis.
A- Pois, mas a gente não os conseguia arranjar. E tinhamos recebido 750 contos.
JV- Sabe o que é que o advogado me disse para mim? Oh sr Zé, quem é que lhe ensinou a fazer, este documento de compra e venda? Oh sr dr, foi o construtor.

A –O senhor que nos comprou a casa, o meu marido disse: eu não consigo arranjar os papéis, por isso vamos quebrar a promessa. Ele diz assim: Então os senhores não querem vender a casa? Queremos. E eu também a quero comprar. O senhor vá ter a tal sítio, a um desenhador, a um advogado. Ele arranja-lhe os papéis. E arranjou.
JV- Não me deu força. Só me deu força quando eu lhe paguei 200 contos. É que me perguntou:- quem é que me ensinou a fazer aquele papel. .
JC- Declarou a dizer que a casa era anterior a 55.
JV- Só arranjou quando lhe dei 70 contos.
E- Mas estas não!
JV- Esta está pior ainda! Andaram aqui. Olhe eu não digo quem é, quem aqui andou. Eu vejo ali os vizinhos, e digo:- isto é que é ... nacional. Isto é a maior vergonha. E houve um dia, que um que andava connosco, só dizia para mim:-vocês fizeram isto clandestino! E eu disse:- O seu avô também fez! Mas ele vingava-se e dizia que isto que era clandestino. Sabe porque é que eu me calei? Eu calei-me porque não sabia se teria razão. Eu e o meu irmão. Porque eu queria cota alta! Porque eu queria fazer duas garagens por baixo. Sim, eu, ou a família que vier. Por isso é que eu me calei. Senão, não me calava.
E- Quando construiu a casa e depois vieram para aqui morar, tinham água, luz, telefone?
JV- Olhe, ia buscar água àquele poço.
E- Então não tinham água canalizada
JV- E a água foi paga, custou-me 28 contos
E- Mas quando?
JV- Espere aí…Em 68
E- Mas bebiam a água do poço?
JV- A água era boa. Sabe quem é que a estragou? Quando eram vacas, a água era boa. Só ficou estragada, quando vieram para cá muitas ovelhas.
JC- Tinham algum depósito?
JV- Eramos às costas como os auguadeiros de Cacilhas. Tínhamos uma bilha, cântaros e latas.
E- Era província
A – Pior que província. Na Capinha havia água e aqui nem havia
JC- Estou a perguntar se tinha água canalizada em casa.
JV- Tinha. Ficava nos Leais.
JV- Não havia dinheiro para depósitos
E- Não era costume
JV- Não, não era costume. Lá na terra é que era, aqui não... água da chuva… lá em cima…
E- Qual foi a data, lembra-se?
JV- Da água foi 68.

E- E do resto?
JV- A luz foi em 70...
JC- Para a água, pagaram todos?
JV- Pagámos 28 contos. Daquela rua, pagámos 5 ou 6 pessoas que cá estão. Fui eu, o meu irmão, passou os 800 escudos a cada um
JC- Então eram muitos. Eram muitos a pagar.
JV- Eram muitos a pagar. Houve um que não quis pagar. O Frazão. Depois teve de pagar mais que nós.
E- E a electricidade?
JV- Quem para a cá trouxe, fizémos um peditório de 70 contos
E- Em que ano?
JV- Em 70
E- Então quer dizer que até 70 estiveram sem electricidade?
JV- Primeiro foi a água, em 68, a electricidade foi logo depois
E- E estiveram aqui com petróleo?
A- Com os cadeeiros de vidro...
E- Giríssimos
JV- Em70 foi a luz. Nós fizémos um peditório.
E- E conseguiram?
JV- Pagámos 70 contos. Quem era presidente disto era o João da Palma Carlos, Presidente da EDP. E tinha uma rapariga conhecida aí para baixo . Dizem. É o que dizem, eu não sei. Morava no Estoril e era presidente da EDP. É o que dizem.Eu não sei porque não me meti nisso. Só me meti e fui pedir para porem cá a cabine. Fui pedir ao Pereira Coelho. E a rua. Isto da rua é um bocado complicado.
A- Na rua. Aquela rua era estreita, só tinha 1,5m e depois ficou com 9 m.
E- E na frente?
A- Na frente era o caminho antigo
E- Eu lembro-me de cá passar, mas não era assim tão largo.
JV- Também fui a pedir para o caminho ser alargado, ao dono daquela terra. Até fui um dia sozinho, não quis ninguém comigo. Repare bem como era a história. O Pereira Coelho vivia na Avenida da Liberdade...
E- Porquê o Pereira Coelho?
JV- Era o dono disto tudo
A- Era o dono destas terras todas
JV- O tal Pereira Coelho, o velho, dizia assim, "vocês dizem que eu sou bera, mas a maioria é pior que eu." Ele vivia numa pensão em Lisboa, na Avenida da Liberdade, 53, 3º. Fui lá. "Ó doutor, nós queremos pôr lá a cabine; a EDP diz que não tem campo para a cabine. Vim ter com o sôtor, em nome lá da rapaziada"...Ele olhou para mim...."Olha, eu dou de borla: mas não dou nada, porque têm de lá pôr a luz de graça". Naquele barracão!
E- A propósito desse terreno, recordam-se de haver ali uma azenha?
JV- Não, mas ouvi dizer. É capaz de haver, porque a água vinha...
E- Não duvido, porque vi num mapa do século XIX e a terra chama-se Terra da Azenha
JV-A água vinha num género de uma canalização, uma vala em pedra, e a água juntava-se ali naquele canto
E- Não sei se no seu tempo ainda se deu conta: esta rua corresponde a uma linha de água
A- Pois, era um ribeiro!
E- É que eu estive a falar com uma pessoa da Câmara, mas é arqueólogo e não topou. Mas estive a analisar bem os mapas e as paredes que a gente conhece eram mesmo uma canalização de água, uma vala, para a azenha.
A- Conhecia a Marília que morava ali em cima?
E- Não me lembro.
A- Casou com um rapaz...Como é que ele se chama? Mas era também da vossa altura. Uma casa onde era uma padaria. Quando vinham as cheias, a água corria lá porque era o ribeiro.
JV- A água agora vem encanada pelas águas pluviais, mas era um grande canal.
E- E a água ainda vem desaguar nesse canal?
JV- Vai ao rio, mas do caminho para baixo

E- Fica ali, naquela baixa?
JV- Sim
A-Vem encanado pelos quintais.
JV- O cano de esgoto volta para a direita e a água também e passa debaixo da ponte.
A- A Marisa não ficaram lá em casa com tudo cheio de água., sabe aquele rapazinho que morreu, o Artur...
JV- O pai era ferroviário, era Baptista. Foi atropelado por um vizinho, aqui.. ele mora na Rua do Bocage. O rapaz que o atropelou, mora lá em cima.O vizinho vinha lá de cima e o rapazinho andava aqui de mota às curvas.
Agora sobre a história dos clandestinos... O 1º clandestino em força foi a Brandoa.
E- Isso interessa-me. Diga-me lá então, o que é que pensa dessa cena dos clandestinos?
JV- A maior parte dos portugueses vieram para Lisboa. É o seguinte: eu fiz clandestino para ter uma casa. Sabe porquê? Eu quando vim para S. Domingos de Rana, os terrenos ao pé da Junta era a 450 escudos o metro. Onde há ali um mamarracho, que eu nem sei que mamarracho é aquele, era de 3 rapazes da marinha: um era enfermeiro, um era de perto da minha terra, que era sargento, e o do meio... Sim, na rua da Sociedade Esse era de um gajo da Fatela. Não sei de quem é agora. O terreno era a 450 escudos o metro, naquela altura.
E- E aqui a quanto era?
JV- Depois vimos vindo por aí acima até ao Bairro do Sabão. Já foi o tal ten coronel Raposo, ou era Pessoa? Deixou fazer as casas, até ao bairro do Sabão já urbanizava. Sabe como é que foi? Aquela casa que está muito no meio do caminho, naquele tempo não estava.....o homem já morreu
E- É uma casa pequenina, não é?
JV- Casou com uma rapariga que era criada do tal presidente da Câmara, é que autorizou o tal, não me lembro agora o nome dele, a deixar fazer aquela casa, com ordem!...
E- O caminho era mais estreito. Ele fez pela beira do caminho
JV- Ele fez pelo caminho
E- A estrada foi alargada e ele ficou no meio
JV- E aquela terra foi dada ao ferroviário, não foi comprada, com o intuito de fazer urbanização, que era os tais, ...João Morte.....há quem diga que foi com esse intuito. E foi verdade que era para urbanizarem tudo até cá acima à "Rosinha Pinto". Sim, já foram os últimos planos. E o último a fazer com ordem foi o "Rosinha Pinto", com ordem!
JV- E o terreno alí era a 250, até ao seu sogro. E o que morreu lá entalado no desastre do Cais Sodré, dizem, não quis fazer com ordem, sabe porquê? porque assim fez como quis. E governou-se, fez lá mil e uma coisa, a gente sabe que é uma porcaria, e fez uns anexos que não devia ter feito, agora!
E- Fez logo os anexos aqui na sua casa?
JV- Dois anos, pouco mais ou menos.
E- Eu quando cheguei à bocadinho ali achei que havia qualquer coisa que estava diferente
JV- Aumentei um quarto a cada um. Se fosse hoje, já não faria. Sabe porquê? A Câmara aperta comigo, já ocupei muita terra. Pode lá escrever, já ocupei muita terra.
E- Na altura fez os anexos já com a intenção de os alugar, como outros, para ter alguma compensação económica?
JV- Ficou para pagar os tais juros, 20 escudos por dia. Eu ganhava um conto e trezentos, e não era dos piores. Mas pronto. E depois tinha os anexos. Porque depois fomos à minha tia, quando eu fui a dizer que já fiz a casa. "Eu agora se fosse a si, se a tia pudesse ser, eu continuava mais uns tempos porque eu queria fazer lá mais umas casitas para arrendar.Era tudo completo." Que ela tinha dito:- Se fosse para automóvel. Não emprestava nem um tostão!
E- Tenho aqui umas perguntas a que me podem responder rapidamente. O hábito que tinham, e nós todos tinhamos, de ir às praias. Recordam-se a que praias é que iam?
JV-Iamos à Parede. Iamos à praia das Avencas. Iam para lá, levavam-me o almoço, e eu ia lá ter à praia.
A- Ainda se lembra de o meu marido ir lá almoçar?
E- Tenho essa ideia, é verdade!
A- Então e quem as ensinou a nadar? Não foi o meu marido?
E- Eu não me lembro bem. Porque eu tenho sempre a ideia de que aprendi um bocado sózinha, mas se calhar alguém me ajudou.

E- E nessa altura íam de férias?
JV- Não, o correio já tinha férias. O pessoal do Estado, naquele tempo todos tinham férias. Nós já tinhamos 30 dias.
E- Desculpe, desculpe, fale lá nas férias.
JV- Tinham 30 dias de férias, o pessoal do Estado.
JC- E vocês também.
JV- Nós também. Nós eramos Estado.
E- Como é que se chamava a companhia na altura, era...
JV- Eram os CTT, Correios e Telégrafos de Portugal. E Telefones, não tinha de Portugal, agora é que já tem.
E- Eu falo aqui assim nos percursos que se faziam a pé, nos transportes, mas eu penso que isto eram das tais coisas que vos eram comuns e de que já falou.
E- Por exemplo a dona Angélica ia muitas vezes a Lisboa, como é que era?
A- Ia na camioneta, e depois no comboio. Olhe, íamos a passear.
E- Sabe que, as primeiras saídas, a minha mãe não ia. E no outro dia estávamos a lembrar. Era o grupinho, e a Augusta foi também e as peripécias todas na Baixa, sem conhecer absolutamente nada. Iamos lanchar ao Piquenique. Ainda existia o Piquenique. Íamos ao cinema.
A- Lembra-se de irmos a ver esse cinema... como era?
E- A Música no coração.
A- Era...
E- Eu não fui.
A- Acho que foi com a sua mãe que eu fui.
E- Então fui eu que já me esqueci que tinha visto filme...
A- Sabe porque é que iamos muita vez a Lisboa? O dentista, era em Lisboa.
E- Ah, isso é muito importante.
A-Os médicos eram todos em Lisboa. E eu ia sempre com a miuda, era aonde ia. Quando morávamos em Almada, todas as semanas vinha a Lisboa.
JC- Não iam ao Jacquet à Parede?
E- E as compras?
JV- As compras fazia eu. Depois a minha mulher ia aqui à Raquel, não era?
A- Sim era uma senhora que vendia na rua, em Tires.
JV- No Alto de Tires.
E- Era venda de peixe, e mais o quê, na rua? E a mercearia?
A- A mercearia, vinha cá o merceeiro a casa. Era o sr Manuel de Rana, lembra-se? Vinha cá o empregado todas as semanas, 2 ou 3 vezes por semana.
JV- O empregado é o dono deste supermercadozito que há ali no Zambujal. É o Jacinto.
A- Sabe porquê? Porque o sr Manuel de Rana era da terra ali da vizinha Maria do Carmo. E vinha ali a eles. Depois começou a vir aqui. 3 vezes por semana vinha a saber o que queriam.
JV- Era nosso amigo.
A- E pagávamos ao fim do mês.
JV- Às vezes não podíamos pagar uns 500 melréis, e não pagávamos a ele.
E- Havia toda uma troca de facilidades.
A- Estava sempre a dizer:- se precisarem de alguma coisa... Sempre foi o nosso merceeiro.
E- Um pormenor a propósito de entreajuda, de que não perguntei à bocado:- As pessoas ajudavam-se umas às outras a construir as respectivas casas?
JV- Bem, havia familiares que ajudavam, mas nós não. Mas havia familiares que se juntavam.
A- Para fazerem tudo de repente. Juntavam-se assim famílias...
E- Havia a ideia de que se as pessoas levantassem a casa e a cobrissem num fim de semana, já não...
JV- Mas tinham que lá pôr uma cama!
A- Tinham que lá pôr uma cama, a dizer que estavam lá.
JV- Porque quando cá chegava a polícia já não podiam dizer que não estava habitada.
JC- O meu pai fez assim...
JV- Tinhamos a cama feita, tínhamos tudo!
E- Portanto, se estava lá alguém a habitar dentro já não era embargada, ou não era deitada abaixo?
A- Não era deitada abaixo.

JV- Passava. Davamos-lhe um garrafão de azeite...
E- Ah. Olha que giro! Mas isso é simpático, ao passo que hoje em dia, aquelas coisas que a gente sabe, são muito mais antipáticas, não é?
JV- O seu sogro era muito impertinente.
E- Impertinente é a palavra certa.
JV- Ele era desenhador do Exército em Santa Clara.
E- Não era desenhador, ele era fiscal
JV- Também desenhava.
JC- Chateava os vizinhos.
JV- Era por causa do cano de esgoto, eles tinham uma grande fossa, lá dentro e não precisavam do cano de esgoto. Só meteu o cano de esgoto quando veio a Helena Roseta. E depois custou-lhe 150 contos.
A- E na altura quanto era?
JV- Era 900 a cada um.
E- Não me chegou a dizer a data em que teve o esgoto.
JV- Foi em 70. Foi logo a seguir muito próximo.
JC- O esgoto foi pago entre todos?
JV- Foi a prestações.
E- Isso hoje também é comum.
JV- Era comum, mas era o seguinte: quem emprestava o dinheiro era a Caixa Geral de Depósitos. E nós pagávamos o juro à CGD.
E- Há bocadinho quando falámos na casa. Isto está a ser assim um pouco saltitão, mas tem que ser. Quando falámos na casa, há aqui um pormenorzinho que eu tenho, que é, quando vieram da vossa terra, a casa onde viviam, a vossa família e isso tudo, aquilo que tinham lá (estão a pensar que entretanto voltaram para lá, e que gostam muito de lá estar), houve alguma coisa (já percebi que a casa onde viveram am Almada teve imensa influência na construção desta), mas da casa e do ambiente que tinham na Capinha, houve alguma coisa que gostassem de reproduzir aqui nesta casa?
JV- Bem, eram coisas muito antigas. A do meu sogro, tirando os tais ricos, eram as casas melhores que havia lá na aldeia.
E- E se calhar tirando a casa do padre?
JV- Não, não, que o padre nunca lá teve. A do padre era arrendada. Mas também era uma casa boa.
JC- Mas vocês quando iam à Capinha e ficavam lá uns dias, ficavam onde?
JV- Iamos para casa do meu pai.
A- Sempre fomos para casa dos meus pais. Depois quando eles vieram para cá , é que iamos para os Vales.
E- Era importante que quando veio para aqui e escolheu o sitio para morar, era importante ter o quintal?
JV- Bem, era. Nós aqui era com a ideia de ter terreno, e nós dividimos isto em 4 lotes. E como estávamos com medo de não poder pagar, vendíamos aquele lá em cima.
E- Portanto, acabaram por ficar sem quintal?
JV- Não, porque não vendemos.
E- Chegaram a plantar coisas, e a ter animais...
JV- Temos lá batatas semeadas. Hoje ainda semeamos.
A- Tínhamos sempre batatas, cebolas, tinhamos coelhos, galinhas...
E- Isso era importante, não era? Já agora desculpe. Antes de ter decidido comprar aqui, que eu já percebi o percurso (para chegar a comprar aqui, quem o influenciou, e isso tudo), mas chegou a ponderar a hipótese de comprar um apartamento?
JV- Não, porque não havia. Naquele tempo...
E- Essa solução era mais económica?
JV- Era, porque não havia outra. Naquele tempo dizia-se assim. Quem não semeia, não come.
A- O meu pai tinha um quintal muito grande. O meu pai semeava tudo. Dantes os meus pais estavam cá metade do tempo e metade lá. Não era assim para cá e para lá. Era assim, agora podava a vinha e ainda vinha cá. E a minha mãe quase nunca ia. Depois abalavam de cá aí em Junho e só vinham em Janeiro, depois de colher a azeitona.
E- E eles estavam cá para estarem perto de vocês?

JV- E foi para arranjar a reforma. Depois ficou com mais ordenado do que o que eu tinha.
JC- Mas, porque é que eles vieram para cá?
A- Foi para isso. Venderam lá uns terrenos. O meu pai aqui não ficou a dever nada a ninguém nem pediu dinheiro a ninguém.
JC- Então porque é que vendeu as terras?
A-Vendeu para fazer a casa aqui. Porque lá não havia rendimento.
E- Era só para a subsistência.
A- Era só para a subsistência. E assim vendeu lá uns terrenos, que se calhar não lhe davam esse dinheiro. E já passaram 50 anos. E arranjou lá nessa altura 200 e tal contos.
JV- Era o homem mais rico que veio para aqui.
A- E fez ali tudo com o dinheiro.
E- Há bocadinho falaram em reforma, não percebi como?
JV- Arranjei-lhe a reforma, sem trabalhar, com o anexo que ele lá fez.
A- Fez uma casa. Fez a casa para ele morar.
JV- E não arranjou mais, porque ele também era um bocadinho impertinente, como tinha a tal palavra. Eu fiz aqui estas casas por 16 contos. Cada uma. Ele entregou ao mesmo pedreiro por 21 contos, cada uma. E eu chateei-me com ele.
A- Mas o meu pai não ficou a dever nada, e teve dinheiro para fazer tudo.
JV- Arranjei um inquilino igual ao meu ordenado, e já não precisava de trabalhar.
E- Isso era verdade naquela altura.
A- A senhora que lhe comprou os terrenos, lá na Capinha, tomara ela que lhe dessem metade do dinheiro que ela deu aos meus pais, lá.
E- Portanto lá na terra desvalorizou mais.
JV- Nós, lá nas aldeias acabou, porque não há mão-de-obra.
A- E nessa altura já não havia, por isso é que o meu pai não tinha rendimento para ...
JV- Naquela altura 1 litro de azeite custava 18 escudos, em 1963. Que era a produção maior que o meu sogro tinha. O meu sogro tinha 1200 alqueires de azeite. Não, 1200 litros de azeite. E pagava a um homem 18 escudos por dia. E ainda havia mão-de-obra. Mas, depois a partir dos anos 60, acabou a mão-de-obra na minha terra porque foram para a França.
A- Mas agora, pagasse o litro de azeite a 800, e pagasse ao homem uns 7 ou 8 contos. Mesmo assim nessa altura era melhor.
E- Agora já não há tanto azeite.
A- Não há tanto azeite, nem há pessoal para trabalhar.
JV- Naquele tempo, o azeite era bem amanhado.
E- Isso não terá a ver com o facto de as árvores não serem tão bem tratadas?
JV- Olhe, no meu caso, eu em morrendo, as divisões ficam para as silvas. Porque os netos, também não os aconselho. Olhe que eu não aconselho nenhum neto a ir para lá.
E- Então vai para lá, e depois não aconselha?
JV- Ah! Lá está a vaca fria! Olhe lá...
E- Eu tenho que lá ir ver isso.
JV- Olhe lá. Quer começar pelo seu pai?
E- Diga?
JV- O seu pai, e vocemecês? Bem no Algarve já não digo...
JC- Mas agora, vamos lá a ver. Os 1100 litros de azeite onde é que os tinha?
A- Era nas oliveiras que nós temos.
JV- Tinha o São Marcos (O São Marcos tinha 15 oliveiras), Tinha mais as do meu conhado, são mais umas 200. Tinha os olivais do meio pegados aos Covões de Baixo, e as oliveiras, naquela altura carregavam.
A- O meu pai todos os dias levava azeitona para o lagar.
JV- Era logo mil quilos de cada vez. Tinha lá 5 ou 6 homens a colher.
JC- Você faz quantos litros de azeite?
JV- O mais que lá fiz foi 300 litros.
JC- E ele fazia lá 1100?
A- 1200!

JV- Naquele tempo os olivais era assim: carregavam, carregavam, carregavam. Sabe porquê? Era tudo muito lavradinho. Com os burros, os bois. Era um boi e um burro a lavrar. Mas o meu sogro teve sempre rendeiros. Só não tinham o direito à vinha e à oliveira. Mas na terra semeavam o trigo, a aveia, as favas, o feijão, era tudo muito cultivado.
A- E agora?
E- Agora estão lá vocês!
A- Então e onde é que temos o estrume? Não temos animais.
E- Não têem animais?
A- Não. Agora estava cá, quem é que me tratava dos animais?
JV- Não há mão-de-obra para nada. Ainda vou contar uma história...
E- Desculpe, isto é o retrato do país.
JV- Olhe, eu semeei aqui umas batatas.
A- Oh Amélinha, se agora for lá à Capinha, só os nossos olivais é que estão lavrados.
E- Só trabalha quem?
JV- Só trabalha quem não precisa. Sou eu o desgraçado, ou o escravo, ou o pato-bravo como dizem também lá na minha terra. Agora o polícia de Lisboa é um rei. Um carteiro como eu que não tem lá nada, é um rei. Vão para um hotel.
A- Até já nem vão para a Capinha.
JV- Vão para o hotel, sabe porquê? Tem lá casa, mas não as arranjaram. Mas têm vergonha de dizer que dormiram lá na casa deles. E o Zé coitado!
Olhe lá. Vamos lá à vaca fria. Vocemecê e a sua irmã, se o seu pai não tivesse vindo para Lisboa, tinham lá o nível de vida que têm agora?
Olhe, ainda anteontem estive dentro da Praça do Campo Pequeno. Está assim um letreiro:- "Precisa-se empregado". E na minha terra, ninguém arranja emprego. Bem, hoje ninguém quer trabalhar. Mas se estivessem em Lisboa, muitos indivíduos iam a trabalhar. Mas como estão lá na terra, não vêm. Não sabem que no campo tem que haver pessoas para trabalhar 3 horas ou 4. Se não viesse para Lisboa não tinha a mesma vida que tenho. Nem eu nem a minha filha.
E- Eu acho que somos todos apanhados pela história.
JV- Está bem. Isso sei eu.
JC- Há uma coisa que é o trabalhar, e outra que é a reforma. E quando a gente está na reforma, se estivesse aqui num apartamento em Lisboa, com a reforma, ía para onde? Para o banco do jardim?
A- É o que eles fazem.
E- Não, mas isso foi. A vossa opção foi muito gira, digo-vos já. Porque nem toda a gente tem a coragem de fazer o que vocês fizeram. Parabéns.
JV- Olhe. O tal da minha terra. O tal que eu digo, que era polícia, ou guarda republicana,... Já a minha mãe dizia, o meu pai, e a minha avó:- quem vier para a aldeia, quem for para Lisboa e vier para a aldeia, só anda com o fato que trouxe 3 dias. Ao 3º dia tem que o despir. Meter-se no meio das vacas, em cima do burro e (pôr o estrume nas) batatas. Agora dizem que há poluição, mas quem não semear batatas no meio da merda, não come. Desculpe esta palavra...
Agora falando no rendimento: eu gastei aqui 50 euros, para semear umas batatas. Só na compra, foi o saco das batatas. As batatas ainda tenho 20kilos ou 22 lá para a Capinha, que é o meu hábito fazer. Compro 50 kilos e o resto vai para lá. E o Zé Vaz andou lá 3 dias a cavar. Se fosse um homem a cavar andava lá 5. Bem, e não aparecem. Porque é o seguinte: quem é o escravo é o patrão. Na minha terra. E aqui é igual. O patrão é o escravo, e o empregado quer fazer o que quer. Olhe eu tenho lá um a trabalhar, se lhe disser assim: Oh Zé isso está mal feito. Ele diz assim: Vou-me já embora! E vai a morrer de fome para o Coreto. Se estivesse com a barriga cheia, ainda lhe daria razão... Na minha terra só há um polícia mais parvo do que eu. E é polícia na Parede. Nunca o vi mudar de fato. Tem sempre o mesmo. Mas também não vai ao Coreto. ...(história do polícia)... Está casado com uma rapariga aqui do Bairro do Sabão...
E- Muito caro sai o litro de azeite. A propósito de produção, eu já tenho conversado com o João, e entretanto ele pode dar-me mais elementos sobre isso, mas era para ter mais a sua impressão sobre o que é que era Tires e estes arredores em relação à parte rural, quer dizer, ainda viram aqui muitos rebanhos, vacas, campos cultivados. Diga-me lá: qual era a sensação?
A- As terras onde agora estão estas casas eram semeadas de trigo ainda. Eu tinha patos, e o meu marido ia lá com uma vassoura e uma pá, eram tantos os caracóis que apanhava à pá.

JV- Olhe que o Cabeço de Mouro metia medo. A britadeira do Mafra foi a que teve primeira viatura ambulante. A terra onde está o lar ainda é dele. Essa terra ainda é do Mafra. Do António Mafra. Junto ao portão da Torre da Aguilha.
E- Havia aqui muitas pedreiras também?
JV- Bem, isto aqui era tudo.
E- Mas já não estavam em exploração.
JV- Já não. E o Mafra apanhava a pedra com a britadeira ambulante. Ela depois moía.
JC- Você quando veio para cá, já não havia homens aqui a trabalhar?
JV- Ah, ainda houve o Zé Môco. Fizeram ali um prédio num canto dificil. (Refere-se a um dos edifícios do PER que foi construído numa encosta correspondente às pedreira e é chocante)
E- Como é que isso é possível? Ainda hoje pensei nisso.
JV- Olhe. Um dos donos daquilo era o Félix, que tem a mercearia no Centro Comercial, junto ao Tirano. O Zé Môco era avô dele.
E- De acordo com os meus mapas, ALFIRE era uma pedreira.
JV- Eu disse ali uma "boca" a um gajo que não devia ter dito. Vocês conhecem o Bairro das Marianas. Porque não estão de acordo que façam ali os prédios porque tapam-lhes o Sol, tapam-lhes a luz. Aqui também é igual. Eu via o mar e agora não o vejo. Pois é, vocês aqui têm o calvário das Marianas.
E- Isso não tem lógica, pois não? Esta construção?
JV- Para mim tem, porque em vez de ser 5º andar, queria igual à que vi ontem.
E- Como?
JV- Eu aqui queria as construções iguais às que vi ontem.
E- Aonde?
JV- No parque do Alto do Areeiro. Na Avenida Afonso Costa, está lá um palácio que já foi feito há 40 anos. Que era onde era a Caixa dos Metalúrgicos. É onde é a Segurança Social. Isso é que eu queria aqui. Gostava de ver.
E- Assim pessoalmente acho que estes prédios fazem aqui um grande contraste e não têm lógica nenhuma.
JV- Olhe, eu já estou como o outro, eu não queria ir mais longe. Por isso é que a grande arquitectura tem um ódio à gente. Os patos-bravos, porque se salvaram.
E- Não pense nisso. Cada vez há um respeito maior por certas coisas.
E- Ontem estive a ler um documento. Uma grande parte das primeiras construções em Lisboa, dos anos 20 até aos anos 30, eram clandestinos.
JV- Olhe ainda tenho outra para lhe contar. Ainda mais engraçada. Quando eu fiz esta casa. Eu tinha a mania. Não tinha necessidade de andar fardado. Mas eu tinha esse hábito, e fardava-me, e metia o boné aqui debaixo (do braço).
E- Fardado tinha outra autoridade.
JV- Tinha sim senhor. Até a Polícia olhava melhor para nós, e a Guarda Republicana.
JC- Andava fardado de carteiro?
JV- Sim. Bem, mas isto é a conclusão. A Guarda Republicana passava por um chaufeur dos correios, e ninguém dizia nada. E ainda vou contar mais umas histórias um bocado complicadas. Eu aqui não ia fardado, não precisava. Mas quando precisava de ir a pé para Lisboa, ia fardado. E fugia por aquela janela! Quando tinha de ir a pé para Lisboa, não saía pela porta, saia por aquela janela.
E- Saía pela janela?
JV- Oiça! E quando lá chegava, disseram-me:- Hoje não saiste pela porta!
E- Foram o quê?
JV- Não sei. Os do sindicato. E outros sucessivamente.
E- Qual era a importância disso?
JC- Os colegas, sindicalistas, não queriam que ele fosse trabalhar.
JV- E eles diziam-me lá isso. Vê que era guardado? E um dia levei uma porrada... Não levei uma porrada, porque fugi. Fugi, onde é o Estádio Nacional. E sabe como é que fugi? O certo é que não aconteceu, porque apareceu logo a polícia. Mas quando cheguei ao Correio disseram-me logo assim:- foste apertado no Estádio Nacional. E o gajo que me disse, disse:- Tu vinhas guardado. E eu calculo que sim! Porque nós era o seguinte:- Eu mais um colega dos Cardigos, desde que abrissemos à porta, já toda a gente entrava. E nós o nosso serviço era independente, ia pelos apartados e quase toda a gente entrava.

E- Andava a fugir às greves?
JC- Isso foi a seguir ao 25 de Abril
E- Antes não havia greves?
JV- Olhe. Eu até lhe digo mais. Se formos a dizer a verdade. Quem era a favor das greves... eram ... Bem não digo... eram da PIDE.
E- Mas havia ou não havia?
JV- Não. Bom. Eu não queria falar nisso.
E- Portanto aqui nunca houve associação de moradores? É assim?
JV- Não. Mas depois havia uma comissão, para as ruas. Em que o juiz queria 750 contos.
E-Que cada um desse?
JV-Sim. Ou a mim ia a 1200contos. Porque tenho 400 metros. E era não sei quanto por cada metro. Bem, e o Zé Vaz disse para esses senhores. Um deles era o marido da Graça. Eu disse, sim senhor, eu não digo que não, mas quero ter licença de habitação. E ele disse que eu era exigente. Então olhe eu não voto nisso. Não assino. Bem, e a rua só feita por causa destas casas, senão não era feita.
E-Estas ruas aqui também foram feitas no tempo do Judas? Pavimentadas?
JV-Em principio algumas. Não digo todas. Mas em principio alguns tinham que pagar um tanto.
...
E- Uma das perguntas que eu aqui tenho é se ... se moram bairro pessoas da sua família ou amigos de longa data e se há convívio.
JV- Oh pá nós convívio não gostamos muito.
JC- Calma. Responda à 1ª parte.
E- Moram no bairro pessoas da sua família ou amigos de longa data?
JV- Agora não porque morreu o meu sogro. Ah, o meu irmão!
E- E o ambiente. Naquilo que se chama um bairro. Acha que se chama um bairro?
JV- Sei lá!
E- Outra coisa: quando vieram para cá morar, aperceberam-se de que estas pessoas que cá viviam tinham uma maneira própria de estar. Estranharam alguma coisa nos hábitos?
JV- Eram ferroviários...
E- Não, as pessoas de Tires.
A- O João não leve a mal, mas as pessoas de Tires não gostavam muito da gente. Não nos olhavam bem. Então, mas é verdade!
E- Em parte eu tenho estado à espera de ouvir uma opinião.
A- Mas não é verdade? É verdade sim senhora.
JC- Mas porquê?
A- Não sei. Não gostava assim. Logo aquela mulherzinha que foi no outro dia lá ter consigo, que me vinha vender o leite? Vinha cá uma pessoa trazer-me o leite.
JC- A Irene?
A- Não, foi para a França. Agora está cá.
JC- Era a Laurentina.
A- A mãe era Laurentina. Tinham vacas. E vinha com as vacas pelo ribeiro abaixo, todos os dias. A pastar as vacas. E ela era Ivone. Era até muito nossa amiga. Mas havia lá gente em Tires que eu não... Não sei! Logo essas do Zé Môco. As do Zé Môco eram muito vaidosas. Faziam assim mais importantes.
JV- É em todo o lado.
A- É verdade. Em todo o lado há.
E- E o aspecto dos costumes? Por exemplo as festas? De que festas é que se lembram?
A- Era a Senhora da Graça. Mas quando nós para cá viemos a festa da Senhora da Graça era muito pequenina. Porque não morava aqui ninguém. Essa só gente de Tires.
E- E era como a gente sabe, um bocado ateia, não era?
A- Era.
E- As pessoas de Tires não iam muito à igreja, não era?
A- Pois não. Elas espreitavam assim à janela, quando a gente ia para a igreja. Existiam aquelas escadinhas e elas vinham assim ao postigo e abriam ... e espreitavam ao postigo.
JV- As pessoas de Tires normalmente iam à Sociedade, e os que vinham de fora normalmente não iam à Sociedade. Iam só à igreja.

A- Oh João. Mas lá na Capinha nunca houve Sociedade.
JC- Não há associativistmo.
E- Porque repara, a Sociedade, e eu tenho que passar por aí! Havia 2 sociedades em Tires?
JC- Houve uma antiga. E quando construiram a nova, passaram para a nova. Foi só uma questão de instalações.
E- Ah! Actualmente é que há mais. Não é? Actualmente têm a ver com o futebol e mais não sei o quê!
A- Oh João! E onde é que era a velha?
JC- A Sociedade velha era logo a seguir às escadinhas. Onde você estava a dizer que a mulher a espreitava ao postigo, do lado esquerdo. Depois das escadinhas, antes de começar a rampa.
JC- É ao lado onde está a sede dos amigos do Benfica. Morava aí a família Lenine.
E- E não se lembram de darem importância ao Santo António?
JC- O Santo António era a festa mais importante de Tires. No 10 de Junho. A festa da Sociedade era no 1º de Maio. Era o aniversário. Mas no 1º de Maio como normalmente ainda chovia, ou estava frio.
E- Então o tal piquenique era em Junho.
JC- Em Maio o que havia, era uma sessão solene, na Sociedade. E havia depois baile à noite. No Santo António, que era a festa principal, havia cavalhadas, havia no ringue, havia baile ao ar livre no ringue, havia ali umas quermesses. E havia também a tal festa do piquenique, que era ali junto às Regueiras, naquela zona, onde é agora a Caixa de Previdência. E havia a Beneficiência.
E- Vestiam as crianças e calçavam.
JC- Havia uns sócios da Beneficiência, junto com a Sociedade. Havia um grupo na Sociedade, as pessoas contribuíam, para depois arranjarem, uma vez por ano, vestirem as crianças mais pobres. Os rapazes e as raparigas. Tens lá essa fotografia, não tens?
E- João, agora só um pormenor, porque estamos aqui perante pessoas que vieram de fora, nos anos em que, a partir da altura em que toda esta gente começou a chegar, continua a haver essa festa? Até quando?
JC- O que hoje é a festa da rã. A Sociedade faz a festa do Santo António sempre na altura de 10 a 13 de Junho. A Sociedade sempre fez a festa do Santo António. Sempre celebrou o Santo António de Tires.
E- Mas não havia feira?
JC- Não, não havia feira. Isso é recente. Havia 3 festas importantes aqui na zona:- era a 1ª, que é a de Tires, o Santo António, depois o São João na Rebelva e o São Pedro que era em Caparide. E a malta nova circulava nas 3 festas.
E- A cena dos foguetes, a que não estávamos habituados.
JC- Eu cheguei a participar nisso. No 1º de Maio, a malta nova ficava ali, na véspera, e na madrugada, lançavam-se os foguetes, no dia 1º de Maio.
E- Era uma espécie de vigília, era?
JC- Era uma vigilia com copos e tal...E a Sociedade tinha uma banda que corria a aldeia e tocava em frente à casa dos sócios, e os sócios davam qualquer coisa para a sociedade. Tocavam um bocadinho em frente à casa dos sócios. Eventualmente lançavam um foguete. Para chamar a malta para a festa que se realizava à tarde. E isso normalmente era da parte da manhã.
Mas a festa mais importante era o Santoi António. O Santo António era uma festa grande. Vinha gente de fora.
E- Eu sou franca, eu nunca me dei conta disso.
JC- Havia uma matiné. E havia à noite uma Soiré. Nos anos 60 começaram a aparecer os conjuntos. Era um conjunto à tarde, outro à noite. Porque anteriormente era só com a prata da casa.
E- E o carnaval?
JC- O carnaval havia umas cegadas.Na sociedade havia cegadas que vinham de fora, recordo-me bem de Linda-a-Pastora, da zona de Sintra. Virem cegadas representar ali no palco, à tarde. Ali no palco da sociedade.
E- E a partir de Tires, nunca foi feito.
JC- E em Tires também havia.
E- Não há nenhuma hipótese de arranjar esses textos?
JC- Talvez com a malta mais velha...
E- Estás a ver de que é que eu estou a falar? Porque isso perdeu-se completamente. Há livros só sobre isso. É a primeira vez que ouço alguém dizer que aqui se faziam cegadas. Porque umas das coisas que

ficou assim no ar foi quando a Etelvina me disse:- "Então, mas uma vez a gente no Carnaval, juntámo-nos todos e fomos não sei para onde, mascarados." Sim. Espera aí! Se calhar isso ainda é uma sobrevivência daquilo que pode ter sido um hábito anterior. E de que nós, não nos apercebíamos. Não é verdade?
JC- As pessoas de fora não se apercebiam destas actividades. Não eram sócios, não iam aos bailes. Aos bailes e não só. Havia também o "jogo da laranjinha". Onde os homens se juntavam durante a semana, e ao fim-de-semana à tarde e à noite.
E- É mesmo com uma laranja?
JC- Não. Não. Eu explico o que é a laranjinha. É um jogo feito numa superfície rectangular.
E- Na rua?
JC- Não, não. É interno. Eu depois encontrei isto quando estive em Inglaterra.
E- No chão?
JC- Sim, sim. No chão. Um chão de terra. Extremamente lisa. Em que amanda uma bola. Há uma bola grande.
E- O quê, de ferro?
JC- Não, não. De madeira. De uma madeira bastante rija e pesada.. E há uma laranjinha, que é uma bolinha pequenina. E a intenção é mandar a bola a bater numa tabela e depois bater na laranjinha, e conseguir eventualmente tapá-la de maneira que os outros não lhe consigam tocar. Encontrei um jogo igual a este quando depois estive em Inglaterra.
E- Como é que se chamava?
JC- Lá, já não me lembro.
E- Isso não tem a ver com a petangue?
JC- Não, porque a petangue joga-se com umas bolas assim pequenas que lanças assimdirecto à bola. Não tem tabelas.
E- E esta tem tablelas.
JC- Tem quatro tablelas.
E- E ainda alguém joga isso?
JC- Penso que, eu não sei se lá na Sociedade ainda se joga, mas eu estive lá na Sociedade em 1975 e ainda estava activo. Aquilo é preciso manter o campo. Um dos problemas é manter o campo.
E- Que tamanho é que tem mais ou menos?
JC- Aquilo tem para aí uns 10 metros de comprido por uns 4 de largo. 10 por 4 mais ou menos.
JC- A laranjinha é uma coisa em que é preciso uma certa proficiência. O meu pai um dos artistas daquela coisa.
E- Não tens nenhuma fotografia ...
JC- Não, mas eles devem ter lá na Sociedade.
...
E- Falta-me só uma coisinha para me ir embora. Sabem o que é? É em relação à comida. E ao pão. Porque precisava de saber qual era, e qual é, o pão que preferem. Que tipo de pão?
A- Nós era escuro.
E- Que pão é isso?
A- As minhas netas gostam de broa. Pão de milho.
JV- Nós gostamos muito de pão alentejano.
E- Pois, mas o pão alentejano não é de cá.
JV- E nós era como o pão de Mafra.
E- Como é que era o pão de cá?
JV- O pão de cá. Havia 3 qualidades de pão. Na minha época. E era o seguinte. Eu tinha trabalho pesado, tinha mais uma carcaça que os empregados de escritório.
E-Mas compravam carcaças?
A-Não, não. Nunca comprei carcaças. Há o pão mais escuro...
E-Conta lá essa do pão.
JC-Há o pão saloio, que é pão feito em toda esta zona. Tires, por aí a cima, Sintra, Mafra. A que se chama também o pão de Mafra.
E- Tu consideras que por exemplo, o pão da Abóboda, que para mim é parecido com o pão de Mafra, pode ser considerado um pão local, e por exemplo em Tires faziam um pão idêntico, ou não?

JC-O pão que antigamente faziam cá em Tires era parecido com esse. Tinha uma tia ali em Albarraque, que tinha um forno em casa, e fazia pão em casa e o pão era parecido com esse. Esse pão saloio, a que nós designamos como pão saloio.
E-Um pão de mistura.
A-É parecido com o que a gente comia lá na aldeia.
E-A farinha era preferencialmente de trigo.
JV-De trigo ou centeio.
E-Mas aqui não. Aqui era mistura.
JC-Aqui era principalmente trigo. Pelo menos o que eu conheço.
A-Não havia cevada pelo meio?
JV-Nós na Beira tinhamos. Cevada e centeio.
E-Aqui só trigo.
JC- Só trigo. E coziam uma vez por semana.
E-Mas, cada casa tinha um forno. Porque a tipologia da habitação era com um forno.
JV- Nós lá na Beira tinhamos um forno para toda a gente. Como se diz, um forno comunitário.
E-Mas aqui não. Cada um tinha o seu. Haveria uma ou outra padaria, alguém que cozia mais que os outros, e depois vendia. E em relação aos pratos que preferem durante o dia-a-dia e em festa?
A-Nós é mais batatas, feijão, grão. As coisas que comiamos lá, quando eramos novos.
E-E a forma de cozinhar é muito aquela que trouxeram da terra. Portanto, não há uma grande influência de receitas de cá.
JV-Não, o comer é quase à nossa moda.
E-E qual é assim o prato de festa?
A-Galinha, antigamente era a galinha que era sempre lá na aldeia.
JV-O caldo de galinha era para quem estava doente. A mais o prato de festa era grão, levava um paio no meio.
E-É isso a que chamam cozido de grão?
JV-Sim, sim. Nós cá chamamos mais cozido à portuguesa. Mas nó lá na Beira era o grão com presunto ou salpicão.
E-E toucinho, ou não?
JV- Sim, toucinho. Cá é que chamam cozido à portuguesa.
E- Oh João, a ideia com que fiquei do que são os pratos de festa cá, são os assados de carne, É verdade?
JC- É. O assado de carne, por causa do forno. O borrego assado, o cabrito assado. Porque as pessoas tinham o forno e nessa ocasião acendiam o forno e faziam a comida no forno. Era comida de festa.
E- Falaram-me numa açorda. Falaram-me e eu já li. Sobre uma açorda completamente diferente. Não pode ser completamente diferente porque tem as mesmas bases. Mas diferente da alentejana.
JC- Nesta zona. Era uma açorda diferente.
E- Qual era a base da alimentação?
JC- Havia muito bacalhau. Pastéis fritos. Isso comi bastante. Porque ela vinha de Albarraque.
A- Lá na terra, todos os dias, fazia sopa, das coves da horta. Com uma farinheira, um bocado de toucinho e chouriço.
E- Mas não podiam comer isso todos os dias?
A- Todos os dias!
E- Ai meu Deus.
A- Então o que é que havia de comer? Não havia lá mais nada.
E- E o peixe?
JC- Peixe havia. Vinham cá peixeiros. Vinham peixeiros de Cascais e da Parede. E havia pessoas cá de Tires que faziam pesca.
E- E no Natal? Como é que é?
A- Nós é quase igual, a carne assada, o perú, ou o cabrito e o borrego também.
JC- Nós na família da minha mãe, a partir do momento em que morreu o meu avô, da parte da minha mãe. Por volta de 60 e pouco. Passámos a fazer o Natal em casa de cada um dos filhos. Mas roda, é uma mesa farta, onde há tudo. Antes disso era uma mesa especial, onde havia bolos.
E- Mas as filhoses sempre presentes, ou não?

JC- As filhoses é mais no Carnaval. No Natal é mais aqueles bolinhos que parecem broas, com passas lá dentro.
E- Quem é que tem a receita disso?
JC- Em Albarraque. As minhas tias ainda fazem.
A- Nós lá fazíamos filhoses mas era na noite de Natal. Era na lareia que se faziam. Mas as casas lá não tinham chaminé. E se a gente saisse à noite, havia o madeiro a arder. É um madeiro muito grande. É um madeiro quase aqui como a minha casa. Os rapazes que vão À inspecção é que vão buscar aquilo ao campo. 2 semanas antes.
E- É uma espécie de ritual.
A- Eles é que traziam o madeiro com os animais e uma corda. O meu pai nunca nos deixou ir ver o madeiro. Então a gente à meia noite, iamos à missa da meia noite, a missa do galo. E era nessa noite que se faziam as filhoses. Não era 1 kilo, nem 2 nem 3, eram 30 kilos talvez. 2 alqueires.
JV- Primeiro lavavam o trigo, que era para as filhoses ficarem bonitas. E depois era seco e depois é que ia à moagem.
E- Portanto era especial para as filhoses.
E- Levava açucar?
A- Não levava lá agora açucar.
E- E a Páscoa? Existia?
JC- Sim, mas como era uma festa de cariz mais religioso. Lembro-me que havia umas amendoas.A visita pascal aqui nunca houve.
E- Acho que não é um costume saloio.
A- A Páscoa sem o padre em casa, nem é Páscoa, para as pessoas.
JV- Lá na terra não há ninguém que não tivesse nada. E até lhe voou contar um sistema. Lá havia 3 casas ricas. Tinham 10 juntas de vacas, cada um. Tinham 1 ganhão para cada junta de vacas. Tinham 5 pastores. Agora já não. Tinham o guardador das galinhas. E perús. Tinham roupeiros (?). Os ricos tinham as quintas. E eram obrigados a terem uma horta. Sabe porquê? Para não irem estragar as uvas aos ricos. Tinham que pôr videiras, "cerdeiras", tudo.
JV- A "cerdeira" tem como tradução "cerejeira".
E- Então eles obrigavam o ricos, as 20 pessoas que lá trabalhavam, a ter uma horta. E para terem comer em casa.
A- A todos os gainhões davam uma horta, davam não sei quantos litros de azeite por mês. E pão para cozer.
E- Então não tinham ordenado?
A- Tinham pouco ordenado.
JV- E havia outros lavradores, pequenos lavradores, como o meu pai, que tinham poucas terras e que arrendavam uns alqueves ao rico. E o alqueve dava centeio ou trigo. Nós tinhamos 10 ou 12 alqueires de trigo, ou centeio.
E- Eram uma espécie de rendeiros. [...]

Maria Amélia Cabrita Anastácio

CURRICULUM VITAE

Elaborado para a tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

LISBOA, ISCTE, 2008